

**JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA**

Autobiografia de um

# **GiGANTE Ah!(Não)**



CLÁSSICA  
EDITORA

NAU  
EDITORA



**JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA**

---

Autobiografia de um

**GiGANTE Ah! (Não)**

**NAU**  
EDITORA

Rio de Janeiro, 2023

 **CLÁSSICA**  
EDITORA

© JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA

Livro digital produzido no Brasil com autorização e parceria da Clássica Editora

© **NAU Editora**

Rua Nova Jerusalém, 320  
CEP: 21042-235 - Rio de Janeiro (RJ)  
Tel.: (21) 3546-2838  
www.naueditora.com.br  
contato@naueditora.com.br

**Coordenação editorial**

Simone Rodrigues

Edição original impressa

© **Clássica Editora, Fevereiro 2023**

Rua do Comércio e Indústria N° 19  
2625-437 Forte da Casa  
Tel. 211 066 500

**Internet** classicaeditora.pt

**Coordenação Editorial**

João Costa

**ISBN:** 978-972-561-480-8

**Depósito Legal**

**Capa**

Tiago Oliveira

Fotografia na Capa de: Maria Martins

Contra-Capa: PATRY, Laurent; PUCCIARELLI, Mimmo (2006),  
L'Anarchisme en Personnes, Lyon, Atelier de Création Libertaire.

**Paginação**

Pronto a Editar Atelier

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

---

**F383a Ferreira, José Maria Carvalho.**

Autobiografia de um gigante ah!(não) / José Maria Carvalho Ferreira; Prefácio de Rafael Marques, Rita Raposo e Helena Jerónimo. - 1. ed. - Lisboa : Clássica Editora; Rio de Janeiro, RJ : NAU Editora, 2022.  
626 p.; fotografias.  
E-book: 25 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

**ISBN:** 978-85-8128-106-3.

1. Anarquia. 2. Anarquismos. 3. Biografia. 4. História. 5. Movimentos Sociais. 6. Políticas Libertárias. I. Título. II. Assunto. III. Autor. IV. Biografado.

**CDD 921.1**  
**CDU 929(469)**

---

# ÍNDICE



<b>Prefácio</b> .....	7
<b>Capítulo 1</b> .....	13
<i>A vida quotidiana no contexto de uma família camponesa pobre</i>	
<b>Capítulo 2</b> .....	65
<i>Dimensões e relações de mobilidade entre o campo e a cidade</i>	
<b>Capítulo 3</b> .....	123
<i>A emigração como processo ideológico e revolucionário</i>	
<b>Capítulo 4</b> .....	183
<i>Do Maio de 1968, em França, à Revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal</i>	
<b>Capítulo 5</b> .....	243
<i>Entrada e saída do mundo universitário</i>	
<b>Capítulo 6</b> .....	299
<i>Do Marxismo, passando pelo Situacionismo até ao Anarquismo</i>	
<b>Capítulo 7</b> .....	363
<i>Entre os Anarquismos e a Anarquia</i>	
<b>Capítulo 8</b> .....	419
<i>A expansão da minha vida no Brasil</i>	
<b>Capítulo 9</b> .....	473
<i>Vicissitudes existenciais da loucura e da normalidade</i>	
<b>Capítulo 10</b> .....	527
<i>Hipóteses de criação de uma nova civilização baseada na Anarquia</i>	
<b>Posfácio</b> .....	583
<b>Bibliografia de José Maria Carvalho Ferreira</b> .....	599



## PREFÁCIO



O Zé Maria foi e é um homem de valores profundos, apoiados em sólidas bases, preso a uma terra que vive e ama profundamente. Urbanita por acidente, operário por aprendizagem, exilado por convicção, intelectual porque tal é a condição humana de ser reflexivo e consciente, o Zé Maria foi sempre um apaixonado pelas coisas, pelos pequenos toques da vida autenticamente livre e não condicionada. É um observador empenhado da germinação dos frutos da terra e um acolhedor encantado da vida, seja ela animal ou humana. Comunga com os prefaciadores uma paixão pelos nossos pequenos amigos felinos, esses seres que conjugam a altivez aristocrática e distante, de uma independência feroz, com o ternurento aninhar e amassar, em busca de calor corpóreo. O gato, como já muitos afirmaram, é o mais anarquista ou libertário de todos os animais. É o símbolo da liberdade e do não reconhecimento de donos ou mestres. Dificilmente encontraríamos melhor símbolo para descrever o Zé Maria.

Lutando por um mundo sem amos nem servos, espera-se sempre do Zé Maria uma catilinária feroz aos desvarios da ordem liberal e uma jeremiada apaixonada dirigida como farpa a este mundo judaico-cristão castrador e limitativo, mas isso não o impede de ser uma figura profundamente religiosa, onde a religião assume o seu original papel de *re-ligare*, de estabelecer a conexão entre pessoas e fundar um grupo de crentes, sobretudo se esses se sentarem a uma mesa comunal e puderem experimentar os prazeres da carne, bem regados com o «sangue do senhor» — uma das suas muitas típicas expressões! Conseguimos visualizar esta simpatia telúrica e festiva, e inserir com facilidade o nosso Zé Maria numa pintura de Brueghel, o jovem, ou de Steen, num misto de festa e dança, onde os pecados não são vícios, mas formas prazenteiras que existem apenas para ser vividas e desfrutadas. Colocaríamos, sem qualquer hesitação, o Zé Maria como figura central da festa de casamento ao ar livre de Brueghel, o jovem, a beber por uma taça rústica ou a roubar um beijo a uma das comensais. Mesmo que o equilíbrio ecológico

o tenha trazido, algumas vezes, para o campo da purga alimentar e do regime dietético extremo, o Zé Maria é um homem da mesa longa e plena, do forno de pão e da bebida retemperadora.

Falando em Brueghel, como não lembrar que não há Zé Maria sem Bogarréus, esse país de Cocanha, mitológico e vivo, transplantado para uma mais que lendária Meca. A dura Bogarréus da juventude penosa é também o sonho da liberdade e de um regresso às origens das boas memórias. E não é verdade que na Cocanha medieval ninguém precisava de trabalhar, os lojistas ofereciam os seus bens a quem precisasse, as casas eram feitas de doces, os rios transportavam leite, choviam queijos, a juventude era eterna, as temperaturas eram tépidas, os porcos caminhavam assados, transportando no lombo as facas que os trinchariam, o vinho corria em torrentes intermináveis e o sexo... ah, o sexo... era totalmente livre? Que melhor país para o nosso Zé Maria do que a terra onde os monges batiam nos tirânicos abades e as freiras levantavam as saias, exibindo as suas opulentas nádegas? Como era bom descansar depois de um dia de esgotante prazer, de diálogo frutuoso e de associação livre. Na Cocanha, como na Bogarréus de Zé Maria, não há lugar a confundir luxo com luxúria. A primeira, é feita de ostentação e inveja, a segunda, é toda ela a expressão sensorial de um epicurismo denodado. A utopia, que é literalmente um não-lugar, pode agora viver-se nos antípodas das distopias contemporâneas que já não precisamos imaginar. O pão e o vinho marcam o ritmo de uma vida plena e integrada, sã e regada de amizade e companheirismo.

Homem do discurso oral, mais do que da escrita, o Zé Maria é um inovador que avança sem medo no mundo dos neologismos e das inversões de sentido. Como esquecer as suas múltiplas e apaixonadas intervenções em assembleias académicas ou cívicas? Como ignorar as suas cataclísmicas previsões, anúncios e prenúncios que fazem dele um profeta laico? Como esquecer quão acertadas estavam muitas destas marcações de tendências, na altura recebidas com sorrisos escarninhos e desconsiderações várias? A intervenção cívica e a vida pessoal são para ser vividas plenamente, sem subterfúgios, apaixonadamente e até ao limite das forças e das convicções. Não há, no Zé Maria, o adocicar estratégico das preferências, das escolhas e dos gostos. A representação social mistificadora não faz parte do seu cardápio emocional.



Muitas circunstâncias na vida do Zé Maria são reveladoras do seu caráter independente, apaixonado e sonhador, que terá levado a que a sua vida como académico fosse uma derivação de um modo de ser que tende a reagir com revolta contra qualquer forma de prepotência, poder arbitrário, grilhetas que impeçam a liberdade de pensar e a crítica. Deve ter imaginado, quando entrou para o meio universitário, que, no pós-25 de Abril de 1974, estava, ainda, sob as vibrações da queda da ditadura de Salazar e de Caetano, que esse meio poderia ser um modo de sondar o mundo e de o transformar no sentido da emancipação, justiça e equidade. Foi nesse meio que, nutrido pela sua inquietude e autonomia, dirigiu departamentos, ergueu um centro de investigação como o SOCIUS e liderou equipas que contribuiram para o avanço das ciências sociais, para o conhecimento da sociedade portuguesa e para a formação de gerações de professores e estudantes. Não terá conseguido franquear de vez as portas da universidade ao mundo, mas, conduzido pelo seu ímpeto, deixou um exemplo de como conciliar, mesmo que com o risco de perder o equilíbrio, as ciências sociais com a paixão pela mudança social, a universidade com a vida concreta de todos os dias. Tinha e tem a pulsão daqueles que sabem traçar caminhos muitos diferentes, daqueles que lhes estavam prescritos pelas origens, um entusiasmo efervescente, por vezes, sem limites, para, com a sua ação, moldar, não só a sua vida individual, mas também a vida dos coletivos que criou ou dos quais faz parte e, dessa forma, o mundo social.

Convivendo com ele, ao longo de décadas, enquanto colegas (e a quem chamávamos de *chefe*, só para poder experimentar as suas imediatas negações), tivemos vastas ocasiões para experimentar quão decisivos foram, para ele, os valores do companheirismo, da amizade e da lealdade, mesmo quando esses mesmos valores lhe trouxeram desilusões traumáticas e feridas difíceis de sarar. O Zé Maria foi, tantas e repetidas vezes, demasiado confiante e crente numa espécie de bondade natural que caracterizaria a espécie ou, pelo menos, aqueles que considerava amigos. As desilusões são sempre maiores quando mais confiamos e acreditamos nos outros com os quais estamos irmanados. Como tantos outros libertários, o Zé Maria cultivava um espírito muito próprio de honra ou de *noblesse oblige* que não resulta de um estatuto social ou classista, mas de uma condição existencial de respeito por si mesmo que é definidora de uma condição humana.

E eis-nos reunidos à mesa, apóstolos de um não-messias, celebrantes de uma ordem sem mestres e iniciados nos mistérios de Escoffier. Pingam as sardinhas assadas na Vivenda «Acrata» do Zé Maria. Cá nos juntamos os quatro, mais a sua irmã Maria José; todos a cumprir o já famoso «distanciamento social» e a beber regaladamente o seu «sangue do senhor», o qual já vai nos 14,5 graus. Esta não é a última ceia, mas o primeiro repasto de uma série que acreditamos poder durar tanto como a juventude da Cocanha. Bom. Está muito bom. Melhor, só os gatos. Temos a sorte de ter a companhia do velho «Acrata», negro, lindo e elegante, mas, especialmente (o «Acrata» riscaria o que se segue), de uma ninhada de quatro gatinhos ou gatinhas, com cerca de dois meses, e da respetiva mãe, magra e enfraquecida (comida não lhe há de faltar até ficar outra vez linda e se recuperar deste esforço natural). Ainda não dá para saber qual é o sexo dos bebés. Que importa? Os gatos não se ralam com isso e, ainda muito menos, com as questões de género. A sua existência é mais simples, não sendo dados a complicações, tal como o Zé Maria. Este, na ausência de informação genital suficiente sobre os pequeninos, vai corrê-los a todos com nomes femininos. Nem outra coisa seria de esperar. Lindos ou lindas, os pequenos rebeldes receberam-nos com alegria, amarinhando pelas nossas pernas até aos nossos colos, onde se aninharam e estenderam os bracinhos para alcançar os nossos braços para um ó-ó cheio de festinhas. Quando se cansavam destes desvelos iam brincar uns com os outros. É impressionante a confiança que nos podem votar, num quadro de reciprocidade total. É claro que são bebés e que ainda não conhecem a dureza da vida. Mas, seguramente, o Zé Maria tentará poupá-los àquela; irá até aos limites da sua força, do seu amor, da... sua humanidade.

A mesma sorte não teve o próprio Zé Maria. Não que não tivesse tido e ainda tenha o amor de muitos, assim bem como a amizade e o companheirismo de outros tantos. Contudo, a sua vida foi particularmente dura, não havendo, a este propósito, necessidade de tentar fazer concursos semelhantes aos das velhas nos Centros de Saúde ou nas salas de espera dos hospitais, onde se digladiam e quase se matam para obter o prémio «da mais doente de todas». Foi dura, muito dura. Esta autobiografia é o seu espelho, o mais límpido, sendo que também é, ao mesmo tempo, o retrato de tudo o que foi necessário para

contrariar essa «sorte», para a superar e vencer, mesmo com as dores das muitas lutas que enfrentou. Não são fantasmas; são cicatrizes. Esta autobiografia do Zé Maria demonstra-o inequivocamente. cremos que ele precisava de a fazer, principalmente para si, numa exposição total e com uma coragem que, cremos, se encontra em poucos. Os seus principais inimigos, especialmente na Academia, não têm nome nesta obra, apesar de se encontrarem registados os respetivos atos. Neste livro não merece ter nome nem o pior da Academia, nem o pior da espécie.

*Rafael Marques\**

*Rita Raposo\**

*Helena Jerónimo\**

*\*Professores/investigadores do SOCIUS/ISEG-Ulisboa*



# CAPÍTULO 1



*A vida quotidiana no contexto  
de uma família camponesa pobre*



## De pequenino é que se torce o pepino

Na minha memória longínqua, só encontro alguns laços comportamentais, singulares, com alguma visibilidade e notoriedade em finais de 1947 e princípios de 1948, quando tinha dois anos e poucos meses de idade. São lembranças que envolvem o meu pai e a minha mãe, os meus irmãos e irmãs, primos, tios e amigos de infância. Dessa vivência que não esqueci, apraz-me registar os aspetos mais violentos que envolviam a virilidade física no campo da vida quotidiana dos camponeses, assim como das brincadeiras dos rapazes e das raparigas que eram apanágio no seio das famílias e das comunidades camponesas. Com dois ou três anos, tenho bem presente as cenas de violência vividas entre o meu pai e um irmão, aquando da refeição de um jantar, e, por outro lado, das variadíssimas vezes que o meu pai estava embriagado e era transportado para a cama. Esta situação era praticamente normal no final da sua vida, razão pela qual perdia, com extrema facilidade, a noção da normalidade e de inteligibilidade da vida quotidiana familiar e comunitária.

Por diversas vezes, ouvi, de pessoas ainda vivas, comentários jocosos a respeito deste comportamento do meu pai, quase sempre à volta desta «façanha» cingida ao estado de embriaguez. Nos últimos anos da sua vida, numa dessas peripécias singulares, foi objeto de conversas públicas por ter caído no meio do caminho quando era transportado numa carroça, puxada por um macho do seu amigo João Ferreira, que habitava em Canados. Quer um quer outro não se aperceberam do sucedido, daí que o amigo João Ferreira, ao chegar ao portão da casa onde habitava o meu pai, como era habitual, lhe tivesse dito para descer da carroça. Não tendo o meu pai respondido, o amigo João Ferreira ficou estupefacto e preocupado ao constatar que o tinha perdido no caminho de Canados para Bogarréus. É um episódio hilariante, não necessariamente violento, que demonstra a situação a que o meu pai chegou quando atingiu os cinquenta anos de idade. Outra das façanhas do meu pai, contada por Mário Cavalheiro, residente de Canados quando ainda não tinha nascido, reporta-se a uma briga entre o meu pai e a segunda esposa do meu tio João Perico, que se chamava Ana Calisto. Por um desacato qualquer entre famílias,

a dado momento de confronto físico entre ambos, o meu pai pôs-se no meio das pernas de Ana Calisto, que tinha quase o dobro de altura do meu pai, e gritou: «pronto, já perdeste, já agarrei os pintelhos do teu ponto fraco!»

Das vicissitudes que ainda me são possíveis memorizar com quase quatro anos de idade, é-me difícil esquecer as peripécias de dor física de ter que andar descalço num terreno contíguo da casa dos meus pais, repleto de restolhos, que restavam das ceifas dos cereais. Como consequência da minha situação económica e social de criança, no contexto campesino pobre, fui constrangido, nos primeiros anos da minha existência, a não utilizar sapatos ou botas na estrumeira que circundava a casa dos meus pais ou na terra que era semeada, cultivada e ceifada para a produção de cereais, não esquecendo, também, outra parte da terra que era utilizada para a produção de vinho nos terrenos limítrofes da casa dos meus pais e pequenas propriedades de produção vinícola e de cereais. Diga-se, também, que a persistência dos restolhos que restavam após a ceifa dos cereais, pela sua aspereza física, não só dificultavam o meu andar e as minhas brincadeiras com os amigos, como também impediam qualquer iniciativa que não fosse compatível com a atividade laboral a realizar nesses terrenos de atividade agrícola. As consequências possíveis de usufruto de brincadeiras de crianças nesses espaços eram dolorosas, de tal forma que as feridas e as dores físicas emergiam com relativa facilidade. No entanto, persistia o princípio de afirmação da virilidade masculina das crianças no campo, enaltecida pelo andar de pés descalços, que pisavam as estevas deixadas pela produção de cereais. A razão plausível do meu pai ter decidido semear cereais e cultivar vinho junto à casa onde residíamos explica-se pelas necessidades de consumo da família e da proximidade territorial, de transporte, de funcionalidade e de produtividade dos produtos agrícolas e fertilizantes inerentes à economia doméstica e à economia de subsistência.

Outro acontecimento que ficou para sempre marcado na minha memória e que se prende com o facto de o meu pai exercer, simultaneamente, a profissão de sapateiro, foi o de me fazer umas botas quando fiz três anos e alguns meses de idade, para gáudio e alegria de demonstração pública junto dos meus amigos e amigas, e para deixar de sofrer a violência física de andar descalço nas ruas ou nas estradas de pedra e de terra batida. Para o meu pai, existia um requisito de honorabilidade profissional requerida pela comunidade aldeã,



na medida em que era negativo continuar a caminhar de pés descalços. Diga-se que tudo isto se explica, em grande parte, pela simples razão de a maioria dos rapazes e das raparigas das famílias pobres camponesas serem constrangidos a andar de pés descalços neste período histórico do salazarismo. No que me foi possível constatar, durante a minha juventude em Bogarréus e nas aldeias vizinhas, a grande maioria dos trabalhadores assalariados no campo não tinham a capacidade económica e financeira para suprirem a sua base de subsistência centrada na pobreza, como tão pouco comprar botas ou sapatos para gáudio existencial dos seus filhos até à idade da puberdade. Claro que, em oposição a esta realidade negativa, não acontecia o mesmo com os filhos daqueles que tinham economias de subsistências e domésticas com alguma rentabilidade e consistência económica e financeira. A este nível, em termos das condições socioeconómicas, enquanto o meu pai foi vivo, a minha família subsistia em condições de camponeses pobres remediados, sem nunca poder sequer ascender à situação de ricos nem cair na pobreza extrema.

Num período crucial da minha trajetória biológica e social no campo, destaco o suicídio do meu pai, no dia 1 de agosto de 1949. Recordo esse dia de forma marcante, porque ele tinha apenas 55 anos de idade e, também, porque toda a aldeia de Bogarréus foi sujeita a uma grande agitação social. A causa dessa agitação decorria de vários fatores. Um deles resultava do modo como o meu pai se suicidou. Nas aldeias em que predominava o trabalho agrícola, geralmente, os suicídios eram praticados ou por via de afogamento nas fontes públicas ou privadas, ou através de uma corda no pescoço, nos espaços dos armazéns, adegas, em casas de habitação ou até em árvores propícias para esse efeito. O meu pai não utilizou qualquer uma destas modalidades de suicídio, mas conseguiu realizar os seus intentos, sentando-se na cama onde dormia, utilizando um cinto que habitualmente usava para apertar e segurar as calças. A motivação e o esforço físico que o meu pai utilizou para consumir o suicídio foi de uma violência extrema, na estrita medida em que teve que realizar uma força física inaudita para segurar o cinto na estrutura de ferro da cama e apertá-lo no pescoço até à asfixia total que gerou a sua morte. O impacto desse acontecimento invulgar foi bastante marcante para as gentes da aldeia de Bogarréus, tendo em consideração o quietismo existencial do meio rural

onde vivia, e para mim, já que apenas tinha três anos e nove meses. Recebi a notícia deste ato junto da minha mãe pela via oral, quando ela levava um cesto com produtos agrícolas e me segurava pela mão no caminho para casa, onde o meu pai tinha cometido o suicídio. Como era normal nestas ocorrências, a minha mãe começou a gritar com o enorme impacto auditivo e ritual do alarido circunstancial da morte, atravessado por choros profundos de desespero e de consternação. Para não assistir a todos os procedimentos comuns a tais circunstâncias de morte próxima e que antecederam a realização do funeral do meu pai, decidiram que iria dormir na casa de uma vizinha com as suas filhas, da minha idade, e com as quais já antes brincara nas terras agrícolas e nos espaços públicos apropriados para esse efeito.

No dia do funeral do meu pai, a agitação social e os rituais próprios desse acontecimento no campo foram impregnados por um silêncio de dor e luto, respeito, sofrimento, sentimento e condolências relacionais, formais e informais, entre parentes que integravam a família nuclear e a família alargada, vizinhos e amigos das aldeias próximas de Bogarréus, que sentiram o dever de estarem presentes na afirmação e na identidade das suas relações de condolências com a família. Lembro-me que a minha tia Luísa Ferreira, que era a irmã que mantinha relações mais estreitas de amizade e solidariedade financeira e social com o meu pai, pegou-me ao colo e levou-me a beijá-lo na cama onde permanecia na posição de defunto. Este gesto simbólico de um beijo na cara de meu pai fez-me sentir estranho como se estivesse a praticar um ato de adeus ou, em última análise, um cumprimento de um dever que não compreendia, mas que, para os presentes nessa altura, personificava o último encontro da minha vida com a figura paterna que me procriou. Antes e após este beijo, brinquei na rua com os meus amigos, em frente do prédio em que se tinha suicidado e presenciei todos os rituais que envolviam o funeral, como se nada tivesse acontecido, não obstante o alarido anormal que emergiu nesse momento. O aparato do carro funerário, vulgo carreta funerária, repleto de cor prateada e de cores pretas, amarelas e cinzentas, metia medo e respeito. O transporte do corpo do meu pai para o cemitério de Meca foi acompanhado por quase toda a população da aldeia de Bogarréus, sendo que esse transporte foi realizado com base num transporte movido pela força física de um macho ou de uma mula, uma vez que, naquela

altura, nas aldeias, o transporte dos mortos era movido por esses animais, que possuíam a resistência e força física imprescindível para esse efeito.

Se pensar bem nos dizeres opacos da minha família sobre as causas que estiveram na origem do suicídio do meu pai, a percepção que tive de criança sempre esteve rotulada por um certo segredismo, muito embora essa prática sempre estivesse presente na vida dos camponeses da freguesia de Meca e do concelho de Alenquer. Quanto ao suicídio do meu pai, se procurassem explicações plausíveis para esse acontecimento, por uma razão ou outra, a informação lógica do mesmo não provinha de um ato de vergonha vulgar. Cada suicídio, na sua evidência empírica, é sempre singular. No caso do meu pai, não foi por repúdio público causado pelos sintomas de embriaguez, que se tornou uma normalidade quotidiana nos últimos anos da sua vida, nem por quaisquer indícios de possível falência da economia de subsistência ou da economia doméstica.

Segundo a opinião posterior de alguns membros da minha família próxima, havia uma causa maior que explicava sobremaneira o suicídio do meu pai. Todos os anos, era normal que a produção e a venda de vinho fossem a base da reprodução da economia de subsistência que era liderada pelo meu pai. Porém, não houvesse necessidade de recorrer a trabalho assalariado externo, o resultado do trabalho braçal e da produtividade das terras em relação ao vinho não eram rentáveis. Desta situação, os resultados monetários da venda do vinho esgotavam-se em cada ano, no mês de agosto, levando a que, ano a ano, para manter a sustentabilidade económica da nossa família, o meu pai recorresse a empréstimos monetários regulares junto da minha tia Luísa Ferreira. O meu pai tinha uma relação privilegiada com minha tia, daí que fossem criados laços de solidariedade entre ambos, que culminavam em empréstimos sucessivos da minha tia ao meu pai. Só com este apoio financeiro anual da minha tia, nos meses de agosto de todos os anos até o meu pai vender o vinho no ano seguinte, era possível manter o equilíbrio e a estabilidade normativa da economia doméstica ou comprar as diversas provisões que eram fundamentais para a labuta diária nas terras e nas vinhas.

Acontece que, no ano de 1949, por ironia do destino, foi a minha tia Luísa Ferreira que se viu na contingência de contrair um empréstimo junto do meu pai, para colmatar uma saída inesperada de dinheiro, resultante de um desvio

de uma filha para salvar o namorado, que tinha contraído uma doença grave. A minha tia Luísa Ferreira, aflita e desesperada, recorreu aos bons ofícios do meu pai, na esperança de que ele pudesse ajudá-la com um gesto de solidariedade positivo, com um empréstimo de dinheiro que necessitava e, assim, resolver o problema candente que enfrentava. O meu pai, como não tinha o dinheiro que a minha tia lhe pediu, só poderia ajudá-la desde que vendesse uma das propriedades que pertenciam, por herança e dever de honra, aos seus filhos. O certo é que estava perante um dilema de difícil decisão: ou deserdava os seus filhos com a venda de uma das propriedades que possuía, ou escondia o seu desgosto, ou ser-lhe-ia atribuída a falta de solidariedade para com a sua irmã, por não lhe ter emprestado o que ela lhe pedia. Ao não optar pela primeira solução e não ter negado, em vida, o empréstimo da irmã, optou pela solução mais drástica: o suicídio.

Apesar do funeral do meu pai ter sido um acontecimento histórico, inaudito, que guardo na minha memória, não posso, de modo algum, esquecer as minhas vivências na família e na aldeia de Bogarréus que, efetivamente, percecionei e partilhei e que, no meu entendimento, são totalmente configuradas por uma subjetividade e uma objetividade longínqua. No mais, limito-me a reproduzir o que vários amigos e a minha própria família me relataram posteriormente, porque não consegui arquivar qualquer documento escrito que me orientasse na análise que estou a realizar. O meu pai chamava-se António Ferreira, nasceu a 29 de outubro de 1893, em Canados, na freguesia de Meca, no concelho de Alenquer. Como antes descrito, faleceu por suicídio a 1 de agosto de 1949. Toda a sua vida foi construída na condição de trabalhador rural devido à sua ascendência camponesa por parte materna e paterna. Por razões que não consigo comprovar de forma objetiva, após o seu casamento com a minha mãe, aprendeu o ofício de sapateiro, tendo conciliado a profissão de sapateiro com a de pequeno proprietário rural.

Embora as vicissitudes escolares, no contexto do fascismo salazarista, não permitissem ascender a altos níveis de escolarização, teve, no entanto, a oportunidade de obter uma boa aprendizagem nos domínios do Português, da Matemática, da História e da Geografia, o que lhe permitiu a obtenção de um nível de conhecimento baseado na terceira classe das escolas primárias

de então. Este tipo de conhecimento adquirido pela via de uma escolarização básica permitia-lhe, no mínimo, ler e escrever com alguma proficiência em vários assuntos, com especial incidência na leitura e interpretação de assuntos jurídicos, reportados à vida quotidiana dos camponeses e da sociedade em geral. Não custa acreditar que, nesse período, já com o salazarismo solidificado, o analfabetismo crónico incidisse, crucialmente, nas populações pobres e fosse a moeda corrente para a grande generalidade dos camponeses. O meu pai, neste domínio, por razões que não me foram facultadas e outras que desconheço, na opinião de alguns contrerrâneos mais velhos, era uma espécie de «salvador da pátria» na resolução e na defesa dos diferentes litígios jurídicos que emergiam de conflitos entre camponeses. Tinha conhecimentos bastantes singulares a este nível, não admirando que, variadas vezes, se socorressem dos seus conhecimentos jurídicos sem terem que recorrer aos serviços clássicos dos advogados. Não admira, assim, que a sua competência estivesse sempre em estreita correlação e solidariedade com a resolução dos problemas penais e criminais prementes que afetavam a vida dos camponeses no lugar de Bogarréus, vilas e aldeias próximas. A sua competência jurídica, se bem que não fosse legitimada pela profissão ou pelo curso de advogado, nem fosse exercida na barra do tribunal, era, muitas vezes, profícua nos conselhos e nas informações resultantes das decisões favoráveis aos camponeses e a outros grupos sociais que solicitavam a sua opinião jurídica.

É com base nestas funções de aconselhamento jurídico que o meu pai passa a ser denominado, ou recebe a alcunha ou epíteto, de «Doutor Magalhães». A razão plausível de as pessoas o chamarem deste modo está diretamente relacionada com a existência de um advogado que exercia as suas funções causídicas no concelho de Alenquer, cujo nome era Doutor Magalhães. Num contexto histórico da vida campesina onde predomina, essencialmente, o analfabetismo, a popularidade de cada camponês constrói-se, muitas vezes, a partir dos que são alfabetizados ou que têm a inteligibilidade de construir diálogos positivos no seio das comunidades camponesas. Em função destes predicados, não admira que o meu pai tenha emergido como uma solução de resolução de problemas de natureza empírica-jurídica, decorrentes de uma série de conflitos que afetavam a comunidade camponesa da freguesia de Meca e até

das populações limítrofes do concelho de Alenquer. Esta realidade encarna-se perfeitamente no famoso dito popular: *em terra de cego, quem tem um olho é rei*. Esta popularidade do meu pai propagou-se por toda a família; tanto que, por ironia ou por arrastamento e consequência lógica, a minha mãe passou a ser conhecida e denominada com o pseudónimo feminino de «Magalhona». Muitas pessoas, quando me procuravam, por vezes, perguntavam se eu era filho do Doutor Magalhães. Em situações semelhantes, o mesmo ocorria com os meus irmãos. Este epíteto/cognome entra em desuso após a morte do meu pai, em 1949, e desaparece por completo nos finais do século XX.

Num espaço-tempo circunscrito às atividades recreativas e lúdicas relevantes dos camponeses nessa época, as peripécias biográficas do meu pai, para além daquelas que já descrevi, decorrem, também, na sua participação na Banda Filarmónica de Meca, onde, para o efeito, tocava trombone de vara nas festas anuais das diferentes localidades, durante as décadas de 1930 e 1940, com especial incidência em Meca e nas populações vizinhas. Esta participação na Banda Musical de Meca não teve continuidade porque, segundo algumas pessoas que tiveram oportunidade de assistir às exibições da banda, o alto custo da compra e da manutenção dos instrumentos e a inexistência de um profissionalismo consequente traduziu-se na sua falência.

Para além destas referências existenciais, até ao suicídio do meu pai, a partir dos dois anos, tive outras perceções sensoriais quotidianas na minha meninice que me parecem relevantes contar. Uma que me foi contada, oralmente, pelas minhas irmãs e pela minha mãe foi sobre um episódio, simultaneamente, real, macabro e místico. Segundo elas, quando tinha poucos meses de vida, no período de amamentação, a minha mãe, por descuido ou por estar a dormir, deixou que uma serpente mamasse nos seus seios e pusesse a sua cauda na minha boca. Supostamente, conjugou-se a minha necessidade de mamar com a necessidade de alimentação da serpente. Para a História, ficou uma lenda que, muitas vezes, é recorrente nas comunidades camponesas. Outro episódio mais frequente na minha perceção refere-se às minhas brincadeiras com bolas de trapo para jogar futebol com os outros rapazes; roda do pião, jogo do arco, jogo da semana, jogo do berlinde, jogo da macaca, pula corda, jogo da apanhada, jogo da cabra cega, jogo da pedra. Devo referir que, no meu caso,

estas brincadeiras, desde os dois ou três anos, eram realizadas sempre com pés descalços, na rua ou nos restolhos. No entanto, a partir dos dez anos, as brincadeiras já eram realizadas com calçado consistente. Outro episódio importante e grotesco ocorreu na adega destinada às diferentes funções de produzir o vinho, como eram os casos específicos da recolha das uvas nos toneis, as fases de esmagamento, da fermentação, prensagem de uvas e transporte final para os toneis de madeira e cimento. Segundo a minha mãe, quando eu tinha quase dois anos, como ainda não andava normalmente e na falta de melhor terapêutica, entenderam por bem mergulhar as minhas pernas na celha do vinho que estava vocacionada para o período de fermentação. Segundo explicação plausível da minha mãe, a partir dessa altura, nunca mais tive problemas de deslocação com os meus membros inferiores.

Após a morte do meu pai, surgem grandes transformações na vida quotidiana da minha família. Quando a minha mãe assume a chefia da gestão da economia de subsistência, na condição de viúva, surgem mudanças importantes com implicações na lida doméstica. Para perceber o conteúdo dessas mudanças, basta-me analisar a composição familiar e concreta da estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades agrícolas que compunham o agregado da economia doméstica e o agregado da economia de subsistência. Se tiver presente a dimensão e a natureza das propriedades agrícolas da minha família quando meu pai se suicidou, na altura, existia a cultura da vinha, azeite, legumes, frutos e cereais, que ascendia a 4,5 hectares (Casal da Fonte, em Canados; Casal do Inferno, em Bogarréus; Casal Gineto, em Bogarréus e Lugar do Bairro). Por outro lado, possuíam outras propriedades agrícolas circunscritas à legislação régia do Arrendamento Rural de 1899, no montante de 3,5 hectares, na Cova da Égua, na Serra da Ota, no Alto das Barreiras, com um terreno e uma casa onde nasci, sob regime de arrendamento feudal de 1899 e que hoje é a sede da Associação Recreativa e Cultural de Bogarréus. Fora desta legislação monárquica com resquícios feudais, existia um prédio com dois pisos, um primeiro andar que servia de habitação e a adega no rés do chão, com cerca 150 m<sup>2</sup>. Desta diversidade de propriedades fundiárias, podemos inferir das potencialidades de produção de vinho e de cereais. A produção de vinho era a única que tinha bases lucrativas, sendo excedentária e transacionável no

mercado. Por essa razão, era o sustentáculo indiscutível da manutenção e da reprodução da economia de subsistência da minha família. Todos os outros produtos agrícolas serviam, simplesmente, de fatores de manutenção e reprodução da economia doméstica, com especial incidência para o trigo, a cevada, o azeite, os frutos diversos, as batatas, o grão, as favas e o feijão.

Em relação à árvore genealógica decorrente dos meus antepassados, não me foi possível obter a informação substantiva de relevo que me permitisse saber algo mais que os registos dos arquivos públicos dos princípios do século XIX. Perante esta evidência empírica, foi difícil chegar a uma conclusão definitiva e precisa sobre a natureza económica, social, cultural e política da ascendência dos meus bisavós por parte materna e paterna. Desse modo, da leitura de documentos obtidos nos Arquivos digitalizados da Torre do Tombo, em Lisboa, não encontrei informações concludentes que me permitissem relatar os dados de nascimento e de óbito, assim como a atividade profissional e o grupo social a que pertenciam. A partir do século XX, consegui obter as certidões de nascimento e de óbito dos meus pais e dos meus irmãos, na Conservatória do Registo Civil de Alenquer. Estas informações permitem-me analisar, com maior proficiência e objetividade, as características da família camponesa que me procedeu, explicando, em grande medida, a minha inserção no campo durante treze anos, em Bogarréus, entre 1945 e 1958.

Estas informações a respeito da minha ascendência são cruciais porque me ajudam a superar lacunas, a deduzir e a compreender, com maior consistência, as estruturas sociais, económicas, políticas e culturais de uma memória longínqua do campo dos finais do século XIX e meados do século XX, em Portugal. Seja por entrevistas orais, carregadas de memórias do passado, seja por leituras que realizei, por estas vias, tive oportunidade de constatar vivências plausíveis no campo no seu tempo histórico concreto, sobretudo naqueles confinados aos territórios da freguesia de Meca e do concelho de Alenquer. Sabia de antemão que existiam e existem lacunas de carácter informativo relativo à minha ascendência familiar, no entanto, para mim, essa falta de informação não me coibiu de elaborar a parte da minha ascendência familiar que tem uma correlação estreita com a minha autobiografia. Este aspeto é deveras relevante porque me ajuda a compreender o processo de aculturação familiar no contexto deste



capítulo, que dá corpo e forma à genealogia histórica do meu carácter de criança, corporizada na minha ação individual e coletiva no campo, entre 1945 e 1958.

Daqui, posso admitir e extrapolar que subsistem algumas probabilidades de veracidade e consistência informativa. Estas evidências empíricas não obstam a que persistam algumas insuficiências analíticas decorrentes do erro e da especulação sobre a minha ascendência familiar. A opacidade histórica, no que concerne aos aspetos mais relevantes da vida quotidiana dos meus bisavós paternos e maternos, em última instância, não me permitem focar, exaustivamente, na historicidade das minhas precedências familiares com relevância na elaboração da minha autobiografia. As incidências deste facto são de crucial importância para a explicação da minha trajetória de vida, circunscrita a um processo singular de aculturação no campo. Se pensarmos nas causalidades e nos efeitos decorrentes do universo histórico longínquo e próximo, em consonância estreita com a ascendência da família nuclear camponesa padrão, apenas podemos relativizar, imaginar e, em certa medida, especular ou até errar sobre a verdadeira natureza da economia doméstica e da economia de subsistência dos antepassados que me precederam, na condição-função de bisavós maternos e paternos, durante o século XIX, e que, em última análise, tiveram importância na minha formação e educação como ser humano.

Partindo deste contexto de acesso à informação relevante da minha ascendência familiar, começando pela informação que me foi possível extrair da Conservatória do Registo Civil de Alenquer, só consegui obter informações com algum significado para a totalidade dos nomes dos oito bisavós, sendo que os quatro bisavós por parte da minha mãe, referem-se aos bisavós maternos José Pereira Briado e Maria José, e os meus bisavós paternos José Carvalho Pingarelho e Vicência Rosa da Conceição. Na leitura possível das informações facultadas pelas certidões dos meus pais sobre os meus bisavós, na Conservatória do Registo Civil de Alenquer, todos os quatro bisavós relativos à ascendência da minha mãe tinham uma vida exclusivamente camponesa e todos eram trabalhadores assalariados agrícolas ou trabalhavam as terras dos senhores feudais, num sistema de arrendamento rural de 1899, em que perdura a prática dos contratos denominados terços. As bisavós estavam relegadas para

as funções fulcrais da economia doméstica, mas também eram estrangidas a recorrerem ao trabalho assalariado agrícola ou na ajuda de funções subalternas de certos trabalhos na economia de subsistência.

No que apreendi, no essencial da vida camponesa, não havia grandes diferenças entre os meus bisavós maternos e os meus bisavós paternos. As tarefas agrícolas básicas, que exigiam grande esforço físico, na generalidade dos casos, eram executadas pelos homens. Não existindo um regime contratual baseado num sistema capitalista, facilmente podemos deduzir que recebiam salários precários em consonância com as estruturas agrárias de pequena, média ou grande propriedade agrícola. Por outro lado, para suprir as insuficiências do trabalho assalariado no campo, recorriam à lei do arrendamento rural baseada num regime legislativo de servidão feudal, que coexistia com o capitalismo, o que implicava que uma parte substancial da produção dos camponeses pobres fosse assenhoreada pelos senhores feudais. Deste panorama híbrido, mesclado pelo capitalismo e o feudalismo, não me custa chegar à conclusão de quão difícil era a vida dos camponeses pobres, no século XIX, deduzindo que, nesse contexto, os meus bisavós maternos e paternos estiveram sujeitos a uma vida quotidiana bastante negativa, sujeitos à miséria e à pobreza.

Dos meus bisavós maternos, por parte do meu pai, devo referir José Ribeiro Mil Homens e Quitéria Maria, e os bisavós paternos, Bento Ferreira e Maria da Conceição. Mais uma vez, perante este panorama de inexistências de fontes de informação plausíveis, tendo presente a média comum de vida dos camponeses pobres, considero admissível que os meus bisavós dificilmente poderiam ter atingido a idade de 70 anos.

Ainda que, pelos pressupostos da minha ascendência camponesa, eu possa extrair algumas ilações do meu processo de aculturação desde o meu nascimento, nos pontos de vista económico, social, cultural e político, até aos 13 anos, não é menos verdade que as contingências do progresso e da razão do mundo urbano com incidências estruturantes no campo, em pleno século XX, também influenciaram a minha juventude em alguns desses domínios. Se bem que essa influência urbana tivesse pouco impacto na minha formação camponesa, já que esta assumia uma função de omnipresença e omnipotência através da minha ascendência familiar, por volta de 1955, com a minha entrada no

mundo do trabalho assalariado no campo, as situações de violência, de exploração e de negação da liberdade criaram, em mim, uma atratividade e predisposição pelo progresso e a razão personificados pela vida na cidade. Ao fugir do campo para a cidade, os valores e os princípios identitários e normalizadores impostos pelos meus bisavós, avós e pais não tiveram continuidade na minha pessoa. A vida no campo era castradora e condicionadora de qualquer tipo de liberdade e de criatividade individual ou coletiva que permitisse a emancipação social de camponeses e, muito menos, de camponesas. Como consequência lógica, o meu processo de aculturação básico, enquanto vivi no campo, foi sempre associado à figura do camponês padrão, distinta e oposta à cultura, economia e política das sociedades urbanizadas. Estas prefiguravam o trabalho industrial, o comércio e o cosmopolitismo das grandes cidades, a antinomia e a negação dos predicados fundamentais na vida do campo.

Para o camponês, por mais que procure evoluir no sentido da autonomia e da emancipação social, como condição-função, em qualquer modelo de sociedade, ele é constringido a um tipo de interdependência e de complementaridade circunscrito à sua inserção na vida doméstica e de subsistência, cujas modalidades de produção, distribuição, troca e consumo estão sempre numa situação de interdependência e de concorrência desenfreada entre o mercado e o Estado. A estrutura e a dimensão da propriedade fundiária são a base de sustentabilidade da economia de subsistência e doméstica de qualquer atividade agrícola; podemos, desde já, intuir que, pela vida quotidiana dos meus bisavós e avós, não encontrei resquícios consistentes que me permitissem analisar a existência de um equilíbrio manifesto entre a economia doméstica e a economia de subsistência, razão pela qual tivesse de recorrer a informação substantiva dispersa da minha ascendência sobre a probabilidade remota de estarem inseridos num sistema híbrido de trabalho assalariado e de regime de servidão.

É com base nestas hipóteses e probabilidades remotas do que era o trabalho assalariado e os resquícios de servidão no setor agrícola em Portugal, nos séculos XIX e XX, que posso deduzir que os meus antecessores familiares tiveram uma hipótese remota viável de sustentabilidade de economia doméstica e, em última instância, de economia de subsistência. Nestes parâmetros históricos, quando a família era liderada pelo meu pai, secundada pela minha mãe e filhos mais

velhos, não obstante, a sua fragilidade existencial, conseguiram assumir um grau relativo de autonomia produtiva, económica, social e financeira num contexto de pequena propriedade fundiária, originando um equilíbrio entre a economia de subsistência e a economia doméstica, até ao suicídio do meu pai. Quando o meu pai deixa de liderar os ditames destas economias, esse equilíbrio desaparece.

Nas múltiplas relações prevalecentes no campo, o homem é hegemónico nas decisões e na liderança da economia de subsistência e, ainda que tenha uma posição subalterna em relação à mulher na economia doméstica, pelo peso dos valores judaico-cristãos, também domina e explora a mulher. Deste modo, aos decisores máximos da economia de subsistência eram-lhes exigidos trabalhos de grande esforço físico braçal, sobretudo aquando a execução de tarefas circunscritas aos movimentos e exercícios musculares específicos da enxada na cava da terra, para a realização de sementeiras de cereais, da raspa e cava das vinhas. Na grande maioria dos casos, aos camponeses que não possuíam propriedades, só lhes restava assumir as dependências de servidão feudal ou de salários paupérrimos sempre cingidos a um trabalho físico extenuante de sol a sol. Por outro lado, para os que possuíam grandes propriedades fundiárias, aos homens também lhes era exigido inteligência e capacidade estratégica no processo de tomada de decisão relativamente a funções de investimento na produção, na distribuição, na compra e na venda de bens e serviços agrícolas, que eram afetos às suas propriedades. No fundo, a estes só lhes interessava maximizar o lucro e uma variedade de rendimentos que as suas terras facultavam.

Outras tarefas, um pouco menos dolorosas fisicamente, reportavam-se ao transporte de cereais e uvas, azeitonas e frutos diversos. Salientam-se, também, as tarefas mais emblemáticas de subsistência básica, relacionadas com a vindima e a produção de vinho. Era um momento de algum esforço e de distensão física, mas, também, de alguma satisfação e alegria laboral, porque simbolizava um ato de criação e de produção anual de vinho, que poderia ser positivo ou negativo para a sustentabilidade da economia. Por fim, existiam outros trabalhos agrícolas vocacionados mais para os homens do que para as mulheres, como era o caso da roça de mato, que servia de matéria-prima para fazer estrumeiras junto das casas dos camponeses e que servia de fertilizantes básicos para cultivar as terras.

No quadro normativo da divisão social do trabalho nas comunidades camponesas, as mulheres, servindo de exemplo as minhas bisavós, avós e mãe, estavam vocacionadas para executar a totalidade das tarefas que integravam o trabalho doméstico e outras tarefas que exigiam menor esforço físico, no âmbito da economia de subsistência. Esta subalternização das mulheres, no que se refere ao esforço físico desenvolvido nas economias camponesas, era, por vezes, enganadora porque, se adicionarmos o trabalho das mulheres no âmbito da economia doméstica com o que desempenham na economia de subsistência, o somatório global do número de horas e o esforço físico despendido pelas mulheres é muito superior ao dos homens. Saliente-se, aliás, que na vida quotidiana noturna ou em dias que chovia e era impossível trabalhar no campo, na maior parte das vezes, os homens permaneciam na taberna ou noutros locais de convívio, enquanto as mulheres permaneciam de dia e de noite na lida quotidiana da casa. A observação constante deste tipo de relações entre homens e mulheres, no meu caso, foi bastante sistemático e profundo, desde 1945 a 1958. Denotei e senti esta realidade nas brincadeiras de rua com as outras crianças, nas formas de vestir, nas tarefas domésticas, missas, casamentos, batizados, nas tabernas, nos trabalhos do campo, festas, etc. A subalternização das mulheres na escala da estratificação e da hierarquia social era manifesta na educação, na sociedade, na economia, na cultura e na política. Como consequência, era relegada para situações de inferioridade intelectual, de decisão e de liderança, nos vários domínios da vida camponesa, sendo constrangida a assumir uma situação endémica de analfabetismo, em conformidade com um estatuto de menoridade mental e constitucional, ao mesmo tempo que lhes era, ainda, atribuída incapacidade efetiva de participação política e social.

Este quadro histórico negativo, enquadrador da vida das mulheres camponesas da sociedade portuguesa de princípios do século XIX até à década de 1950, perdurará durante muito tempo e apenas começa a ser invertido com alguma relevância após a Revolução de 25 de Abril de 1974. A minha mãe, bisavós e avós tinham funções inferiores em certos trabalhos agrícolas, como ocorria com as ceifas, as mondas e culturas de cereais, a apanha de azeitona e de frutos diversos, a vindima relacionada com a produção de vinho, a lavagem

dos tonéis, dos barris, das tinas e dos depósitos de vinho, assim como a debulha de feijão, de grão e da fava.

A falta de informação documental sobre os meus ascendentes, embora seja menor em relação à dos meus avós maternos e avós paternos do que à que obtive dos meus bisavós, não se perde de todo, tendo em conta a que me foi veiculada pela via oral pelos meus irmãos e pela minha mãe. Saliento, aliás, que, quando tinha cerca de três anos, ainda me apercebi da ajuda que a minha avó Genoveva da Conceição dava à minha mãe nos afazeres concernentes às atividades da economia doméstica. Mais por intuição e por recurso a situações de visibilidade ocasional, lembro-me de ter conhecido a minha avó paterna, Guilhermina da Conceição, que habitava em Canados. Na realidade, as heranças que os meus pais receberam foram provenientes de pequenas propriedades agrícolas legadas pelos meus avós, que, antes, também, as tinham herdado dos meus bisavós. Do que tive oportunidade de perceber, a parte de terras herdadas, em hectares, dos meus avós maternos era superior às terras herdadas dos meus avós paternos. No entanto, através da capacidade estratégica do meu pai, com a ajuda fulcral da minha mãe e das minhas irmãs mais velhas, foi possível adquirir mais propriedades, o que permitiu, não só aumentar a capacidade produtiva, como também a sustentabilidade e a reprodução da economia de subsistência.

Da árvore genealógica, restrita aos séculos XIX e XX, com exceção do meu pai, todos os meus familiares evoluíram, historicamente, no mundo rural como trabalhadores assalariados agrícolas ou servos camponeses, no caso dos homens, e trabalhadoras domésticas, no caso das mulheres. A figura dos camponeses servos tem maior realismo no século XIX, porque o trabalhador assalariado agrícola emerge apenas no século XX. Do conhecimento da família de que descendo, apenas o meu pai teve a profissão de sapateiro, facto que saía dos cânones dos que tinham, por profissão, o setor agrícola. Não sei qual a razão pela qual o meu pai enveredou pela profissão de sapateiro. Talvez tivesse sido o facto de conseguir obter o grau de escolaridade da terceira classe. Na verdade, enquanto sapateiro e chefe de família, poucas vezes trabalhava no campo ou manuseava a enxada, talvez por isso, como resultado, os filhos fossem obrigados a substituí-lo.

Dando, finalmente, relevo à minha ascendência no século XX, debruço-me agora sobre as figuras do meu pai e da minha mãe. António Ferreira nasceu a 29 de outubro de 1893, em Canados, na freguesia de Meca, no concelho de Alenquer, no distrito de Lisboa, e faleceu, por suicídio, a 1 de agosto de 1949, em Bogarréus. Como já referi, Venâncio Ferreira, que foi trabalhador rural, e Maria Guilhermina da Conceição, que foi doméstica, eram os pais do meu pai e os meus avós paternos. José Ribeiro Mil Homens, que foi trabalhador rural, e Quitéria Maria, que era doméstica, eram os avós maternos do meu pai. A minha mãe, Maria da Conceição, nasceu a 9 de março de 1903, em Bogarréus, na freguesia de Meca, no concelho de Alenquer, no distrito de Lisboa, filha de João Carvalho, que foi trabalhador rural, e de Genoveva da Conceição, que foi doméstica. Neta paterna de José Carvalho Pingarelho e de Vicência Rosa da Conceição e neta materna de José Pereira Briado e de Maria José, todos residentes em Bogarréus, exercendo a profissão de trabalhadores rurais, no caso da condição masculina, e de domésticas, na condição feminina. A minha mãe faleceu no dia 18 de junho de 1979, em Bogarréus.



Casa onde nasci a 25.11.1945. Estou com a minha mãe, então com 73 anos, em 1976. A terra batida frente à casa já não continha a estrumeira que servia de produção de fertilizantes para as atividades agrícolas. [Foto de Silvine Déjean]

Descrevo, agora, a composição do meu parentesco no quadro restrito da família próxima. Começo pelos irmãos: a irmã mais velha, Maria Urânia da Conceição Ferreira, foi doméstica, nasceu no dia 23 de maio de 1922, em Bogarréus, e faleceu no dia 22 de janeiro de 1988, em Bogarréus. Guilhermina da Conceição Ferreira, também foi doméstica, nasceu no dia 7 de julho de 1925,

em Bogarréus, e faleceu no dia 13 de maio de 2015, na Merceana, em Alenquer. José António Carvalho Ferreira nasceu no dia 6 de abril de 1931, foi trabalhador rural e operário, falecendo no dia 20 de julho de 2006, na Philadelphia, em Pensilvânia, nos Estados Unidos da América. Maria José Carvalho Ferreira, é doméstica, nasceu a 14 de outubro de 1928, em Bogarréus, no distrito de Lisboa, onde ainda reside. Álvaro Venâncio Carvalho Ferreira, é trabalhador rural e operário, nasceu no dia 10 de abril de 1935, em Bogarréus, onde ainda mora. Maria Luísa Ferreira nasceu no dia 8 de novembro de 1939 e faleceu a 13 de novembro de 1939, em Bogarréus.

Da conjugação dos vários casamentos dos meus irmãos, passei a ter 13 sobrinhos, com origem e descendência direta da família nuclear: da minha irmã Maria Urânia da Conceição Ferreira, originaram quatro sobrinhos: Maria Gertrudes Ferreira Simões, José Luís Ferreira Simões, António Manuel Ferreira Simões e Adérito José Ferreira Simões; da minha irmã Guilhermina da Conceição Ferreira são apenas dois sobrinhos: António Duarte Ferreira Pereira e Maria do Rosário Ferreira Pereira; da minha irmã Maria José Carvalho Ferreira tenho três sobrinhos: José António Ferreira da Mata, Fernando Manuel Ferreira da Mata, Maria de Fátima Ferreira da Mata; do meu irmão José António Carvalho Ferreira são duas sobrinhas: Maria Clara Blanca Vaz Carvalho Ferreira, Leliz José Menino Vaz Ferreira; e do meu irmão Álvaro Venâncio Carvalho Ferreira são, igualmente, duas sobrinhas: Ana Paula Gomes Ferreira, Maria Alice Gomes Ferreira.

Da descrição sumária destes sete irmãos, importa enunciar uma irmã que não tive oportunidade de conhecer, por apenas ter sobrevivido cinco dias. Morreu a 28 de novembro de 1939 e chamava-se Maria Luísa Ferreira. As outras três irmãs casaram: duas antes e uma depois da morte do meu pai, em 1953. Quando elas casaram, e como era habitual, fez-se a partilha da terra por via da herança e, conseqüentemente, a partilha da propriedade fundiária. Com esta divisão da propriedade, a economia de subsistência entrou numa fase de desintegração e, conseqüentemente, tornou-se impossível mantê-la estável no núcleo familiar. O recurso ao trabalho externo assalariado no campo tornou-se inevitável através da ação titânica da minha mãe. Nestas circunstâncias, não admira que tivesse sido forçado a iniciar a minha atividade laboral agrícola



no seio da minha família. Na condição de mulher viúva, a minha mãe nada podia fazer do que deixar a condução da manutenção do sustento nas mãos do meu irmão mais velho, José António Ferreira. Este, por desmotivação ou não querendo assumir essa tarefa, deixou Álvaro Ferreira, o outro irmão mais velho, assumir as funções de liderança. Com este, aprendi a realizar tarefas mais fáceis, entre as quais, a condução de animais no transporte de cereais, a raspa da vinha e a vindima. Por vontade e motivação própria, ingressei, tardiamente, na Escola Primária de Canados quando faltavam dois meses para fazer oito anos. Não sei se por dedicação ou se por inteligência, consegui realizar o exame da quarta classe da escolaridade obrigatória do ensino primário quando tinha onze anos. Toda a escolaridade que consegui realizar durante este período foi sempre mesclada com uma ajuda e integração nos diferentes trabalhos da vida de campo, centrada na ação da minha mãe e do meu irmão.

Há, certamente, uma evidência clara entre a minha ação escolar e a ação laboral, que estão relacionadas com as mudanças compulsivas associadas ao suicídio do meu pai, altura em que tinha três anos. Eu estava absolutamente predestinado a assumir o estatuto de trabalhador assalariado no campo, seguindo o que era previsível e inquestionável no período histórico em que o regime fascista de Oliveira Salazar já estava devidamente estabilizado e amadurecido. Por razões várias, é-me permitido pensar que a minha família era baseada num tipo de estrutura agrária sedimentada, essencialmente, pela pequena propriedade agrícola, baseada no trabalho manual, sem recorrência ao trabalho assalariado exterior e, por outro lado, na utilização de terras baseadas no arrendamento rural. O trabalho manual era fundamental para a execução das diferentes tarefas agrícolas no campo, já que associava energia física à perícia profissional. Na altura, ainda que esse papel fosse atributo dos meus irmãos, era, sobretudo, realizado pela minha irmã Guilhermina Conceição Ferreira. Esta prevalência do trabalho físico, do esforço e da motivação desta irmã, resultava da juventude de todos os meus irmãos homens, os quais tinham, respetivamente, 14 e 18 anos. Após a morte do meu pai, estavam predestinadas, para a minha mãe, todas as tarefas domésticas, com trabalho ainda acrescido na subsistência e no trabalho assalariado agrícola que foi estrangida a assumir. Não tendo acesso a um conjunto de informações que poderiam ajudá-la a lutar pela sua



Fotografia de 1965, de minha mãe, com 62 anos, com outros camponeses e camponesas jovens da aldeia de Bogarréus, Canados e Pocariga, do concelho de Alenquer e, ainda, com a minha sobrinha Fátima, de 2 anos. [Fotógrafo desconhecido]

emancipação e, ainda sendo, por força histórica da condição de camponesa, uma mulher analfabeta, conseguiu arranjar energia e motivação para me ajudar no caminho da formação e da educação contra o analfabetismo, realidades que, muitas vezes, obrigaram a minha mãe a sujeitar-se a situações de escravidão e de exploração.

Das tecnologias que serviam de permeio entre a força física do camponês e os trabalhos agrícolas que eram realizados na época, as alfaias agrícolas, que eram utilizadas por mim e por outros trabalhadores na grande maioria dos casos, abrangiam a enxada para cavar a terra; a forquilha, o crivo, o tonel de madeira e o depósito de cimento para vinho; celhas e garrafões para produção e armazenagem do vinho; funil, canecos e canabarras para vinho; cestos para transporte de vinho; ancinho, charrua de lavrar a terra para realização de cimenteiras de cereais e tubérculos; pulverizador para sulfatar vinhas, oliveiras e árvores de fruto; escada de madeira para a apanha de azeitona e frutos diversos; carroça puxada

por burros; prensa para realização das curtimentas da produção de vinho; trilho movido por burros, malho e eira para as debulhas de grão, favas, feijão e ervilhas. Para além destas alfaias agrícolas, importa referir a foice para ceifar cereais; o serrote, a tesoura e o canivete para a enxertia, poda da vinha, de árvores de fruto, oliveiras e limpeza de floresta; foice roçadora para limpeza de mato das propriedades agrícolas; cestos de vime para transporte e armazenagem de azeitona, uvas e frutos; meadeiras de madeira para debulha de trigo, aveia, grão, feijão, fava e ervilhas; forquilha para transporte de mato e estrume. Em qualquer dessas circunstâncias, nesse período, só com o trabalho braçal da minha mãe, com quarenta e seis anos, e os meus irmãos José António Ferreira, com dezoito anos, e Álvaro Ferreira com catorze anos, foi possível utilizar todas estas alfaias sem qualquer tipo de mecanização ou automatização. O esforço físico que era exigido para reproduzir uma economia de subsistência, desde então, confinada a 2,5 hectares de terra de arrendamento rural e a dois hectares de vinha, tornou visível o que era inevitável. Com base nas partilhas da propriedade agrícola pelas duas irmãs e, pouco mais tarde, pela outra irmã, era muito difícil, senão impossível, subsistir, autonomamente, enquanto economia de subsistência.

Pela primeira vez na sua vida, a minha mãe, na sua condição de viúva, vê-se constringida a enveredar pelo regime de trabalhadora assalariada no setor agrícola, sedado na freguesia de Meca e na freguesia de Ota, pois já não era sustentável permanecer no contexto da economia de subsistência. No entanto, desnecessário será descrever o simultâneo papel de escrava absoluta no domínio doméstico, que ela continuava a assumir. Além disso, conjuntamente com os meus irmãos José António Ferreira e Álvaro Ferreira, eu apenas começo nas ajudas das fainas agrícolas quando atinjo seis ou sete anos de idade até aos onze anos, atingidos em 1957. As minhas funções principais consistiam na participação da apanha da uva, aquando da realização das vindimas, na cava e na raspa da terra da vinha, na assistência à sulfatagem das vinhas, na roça do mato para a produção de estrume, no carregamento, transporte e descarregamento de cereais, com especial incidência na ceifa e na debulha do trigo, na descasca de feijão, favas, grão e ervilhas, nas sementeiras de trigo, aveia e batatas, assim como na apanha de azeitona.

Como resultados visíveis destas mudanças, assistimos, logo nos primeiros meses após a morte do meu pai, à desintegração progressiva da subsistência

económica da minha família, sobretudo na incapacidade manifesta de manter a produção de vinho que propiciava excedentes passíveis de gerar lucro no mercado. O facto é que o sustento dos meus pais já tinha perdido alguma capacidade produtiva quando as minhas irmãs mais velhas se casaram, correspondendo à perda de quatro braços e energia física essenciais para manusear as enxadas, as tesouras, as forquilhas e as foices. Após o suicídio do meu pai, a gestão da lida doméstica é entregue a José António Ferreira, o irmão mais velho, com 18 anos. Mas, passado pouco tempo, ele migra para a região de Lisboa e é o meu irmão Álvaro Ferreira que assume a direção da economia de subsistência, uma vez que a minha mãe, segundo os costumes e moral vigente no campo, não tinha vocação para esse fim, ficando relegada para a gestão quotidiana da casa.

Do contexto descrito, conclui-se que a autossuficiência da minha família se manteve estável durante muitos anos, sempre baseada na inteligência e na estratégia de gestão do meu pai, no esforço e no trabalho físico da minha mãe e dos meus irmãos na situação de solteiros, estabilidade e viabilidade que se manteria desde a década de 1920 até à morte do meu pai.

Na ocorrência de casamentos de duas irmãs, antes do suicídio do meu pai, e de outro após aquele acontecimento, como acontecia em muitas estruturas fundiárias ou propriedades agrárias de cariz familiar, quando ocorriam casamentos e falecimentos, essas estruturas e propriedades eram objeto de fragmentação,

Casal da Mata, terra agrícola de produção de vinho de João Semana. Com 11 anos, exerci, pela primeira vez, as funções de trabalhador assalariado no campo. [Foto de Vítor Costa]



quer pela via da dispersão da propriedade, da herança ou da partilha das mesmas, quer ainda pela ausência de energia física e de conhecimento profissional. No caso específico da minha família, essa realidade campesina ocorreu, razão pela qual quase metade das propriedades existentes tivessem sido objeto de herança e de partilha de terras pelas minhas irmãs. Estes fatores também ajudam, de forma determinante, a perceber as razões da decadência da economia que a minha sofrida mãe não foi capaz de conter. Estes foram alguns dos fatores que obrigaram a mim, a partir dos onze anos, e à minha mãe, a enveredar pelo trabalho assalariado no campo das propriedades dos agricultores mais abastados.

Quando, por uma razão lógica e imperativa, persiste a necessidade de dividir a propriedade fundiária de qualquer estrutura agrária autossuficiente, as probabilidades de continuidade dessa propriedade agrária são baixas, tornando-se objeto de desintegração, a ponto de, em determinadas circunstâncias, se tornar inviável como atividade agrícola. Tal como referido, as partilhas das propriedades ocorreram com os casamentos das minhas irmãs mais velhas. Esses acontecimentos, só por si, induziram à desestruturação da estabilidade normativa das tarefas agrícolas e à redução da capacidade produtiva fundiária. Em sintonia com esse processo, assiste-se à diminuição de trabalho manual vital para executar as tarefas e funções da economia de subsistência, como também, à diminuição de ingredientes naturais, diretamente reportados à capacidade produtiva da nossa economia doméstica. Depois disso e no mesmo sentido de diminuição da propriedade fundiária da minha família, com o casamento da minha irmã mais nova, Maria José Carvalho Ferreira, em 1953, das sete pessoas que poderiam, eventualmente, exercer as suas funções e tarefas agrícolas nas diferentes propriedades que a minha mãe ainda dispunha após as partilhas das terras realizadas em 1949, só quatro pessoas as poderiam exercer, sabendo que, dessas quatro, uma delas seria potencialmente a minha mãe, na altura com cinquenta e cinco anos, e eu, com sete anos de idade. Nestas condições, era impossível cultivar as terras existentes, sem que os meus irmãos José António Ferreira e Álvaro Ferreira e a minha mãe recorressem ao trabalho assalariado externo, por forma a suprirem o prenúncio da falência que se avizinhava a passos largos.

Dos 8 hectares que existiam quando o meu pai ainda estava vivo, após a partilha pelas três irmãs que tinham contraído o matrimónio, restavam apenas

duas propriedades com 2 hectares de vinha e 2,5 hectares de terra de sequeiro para produção de cereais, feijão, grão, batata, etc. Trabalhar a terra com estes parcelamentos obrigou a minha mãe a enfrentar enormes desafios, tendo em conta a sua condição de viúva com três filhos. Porém, teve a capacidade e a tenacidade de superar os obstáculos que se lhe apresentavam, nomeadamente, dar a educação a dois filhos menores, como era o meu caso, com quase quatro anos, e do meu irmão Álvaro, com 14 anos de idade.

Sem pretender fazer da minha mãe uma camponesa heroína, no contexto do século XX, durante a vigência do regime fascista de Salazar e de Marcello Caetano, não tenho dúvidas, que ela foi, para mim, a personificação exata da abnegação e do sofrimento, na condição de mulher analfabeta, de solidariedade, de amor e de carinho para com a minha trajetória biológica e social, abdicando de viver numa base de liberdade e de criatividade, sujeitando-se a uma vida de sacrifícios e a dedicar-se de alma e coração aos afazeres de uma vida quotidiana, alicerçada em laços sociais e culturais escravistas e de servidão. Foi perante este contexto adverso, baseado numa propriedade fundiária cada vez mais exígua, que se projetou, num espaço-tempo confinado, uma economia de subsistência no caminho da falência e uma economia doméstica reprodutora de uma família composta por si e três filhos. Torna-se necessário referir que, no início de 1950, destes três filhos, o meu irmão José António Ferreira abandona a vida de camponês e vai para Lisboa trabalhar como assalariado no setor industrial.

Devo, também, mencionar as tarefas que realizei para ajudar com as funções domésticas, lideradas pela minha mãe. A base de energia fundamental para o aquecimento da água, dos cozinhados, dos chouriços, da produção de pão e outros alimentos só eram possíveis com base na lenha extraída das árvores de fruto, vides das vinhas e árvores da floresta. Uma das realidades da nossa família era o domínio de vides das vinhas, após as vindimas anuais e os restos das árvores de fruto, porém não possuía a madeira ou lenha da floresta, que era fundamental como base de energia. Neste domínio, eu tinha uma preleção especial para montar um burro denominado «preto». Com ele, eu conseguia realizar corridas que se aproximavam dos tempos médios conseguidos pelos cavalos. Era assim que conseguia, sozinho ou com outros rapazes amigos, roubar lenha (pinhas e trancas de pinheiros), na serra de Ota, que distava de um a dois

quilómetros da minha casa. Claro que este era um roubo sempre atribulado, já que a serra de Ota era propriedade do Estado e existia um guarda da serra que estava sempre presente para controlar e sancionar, negativamente, qualquer tipo de transgressão. Não obstante, esta lenha e pinhas da serra de Ota eram muito importantes para fornecer energia para as lidas domésticas.

A partir do momento em que a minha mãe entrou num regime normal de trabalho assalariado, tornou-se evidente que, ao ficar sozinho em casa, tinha de, no mínimo, almoçar. Trabalhar de sol a sol não permitia uma margem de tempo para elaborar o almoço de que eu necessitava. Assim sendo, a minha alimentação no campo resumia-se a um pedaço de pão caseiro com toucinho de porco, que estava na salgadeira da arca, ou bacalhau salgado, azeitonas, ou, então, fruta, que, se não houvesse, era roubada. Para ultrapassar a logística difícil da natureza dos almoços na minha vida, também se improvisava, por vezes, em apanhar pássaros ou caracóis e transformá-los, depois, numa deliciosa refeição.

### **Aprendizagem do trabalho e da sexualidade no campo**

Em criança, depreendi, ainda, de forma incipiente, duas coisas fundamentais: primeiro, o valor heurístico da energia movida pela força física do trabalho braçal e, segundo, a inteligência e a capacidade estratégica do manuseamento desse esforço físico para exercer as funções de trabalhador assalariado no contexto rural. Embora exercer funções de trabalhos agrícolas em criança tenha sido uma mera opção secundária, em paralelo às funções escolares, estas não me coíbiam de observar, aprender e sofrer com as vicissitudes da vida dos camponeses que trabalhavam desde o nascer do sol, pelas seis ou sete da manhã, conforme as fases de primavera, verão, inverno ou outono, até ao pôr do sol. Se há palavras que definem trabalhar de «sol a sol», para mim, pelo que presenciei e vivi são: sacrifício, violência, escravidão, extenuação e esgotamento da resistência física. Em tais circunstâncias, só os camponeses com grande arcaboço físico tinham a probabilidade de subsistir neste mercado de concorrência e competição feudal e capitalista. Esta dimensão de potência física de cada trabalhador assalariado camponês era bem visível na altura das feiras de contratação de pessoal na praça

de Canados. Não tendo sido objeto de contratação concreta pelos grandes lavradores do concelho de Alenquer, constatei que só aqueles que preenchiam os requisitos dos camponeses, identificados com as exigências padrão do homem fisicamente potente, eram contratados.

Digamos que, como primeira observação reflexiva distante de tudo o que vivi nesse período, esse tipo de camponês modelar era o elemento essencial personificador do fascismo triunfante que já perdurava há 30 anos. Por outro lado, aqueles que eram frágeis fisicamente, eram sempre preteridos nessas feiras e praças. Uma vez que eram menosprezados no mercado de concorrência e de competição entre camponeses, apenas tinham a possibilidade de ser contratados por salários inferiores e submetidos numa divisão social pouco dignificante, profissionalmente. Em qualquer modalidade de esforço físico e de competência profissional, o salário dos trabalhadores no campo era diretamente proporcional ao grau de produtividade braçal de cada camponês, não esquecendo do grau de identidade e de submissão para com os princípios e práticas de escravidão salarial e feudal do regime fascista de Salazar.

Das deduções a extrair entre ricos e pobres, nesta região campesina, no período histórico em análise, não podemos inferir que existiam grandes discrepâncias económicas e sociais no espaço geográfico específico da freguesia de Meca. Esta era constituída, essencialmente, por alguns pequenos patrões remediados que não se podem considerar como grandes proprietários fundiários e, por outro lado, por uma maioria de trabalhadores assalariados agrícolas e camponeses pobres. O mesmo não podemos afirmar relativamente à zona geográfica do concelho de Alenquer, que era constituída, sobretudo, por grandes proprietários fundiários, patronato agrícola de média dimensão e trabalhadores assalariados agrícolas. Neste último caso, quer pela via do arrendamento rural, quer pela via da exploração agrícola capitalista, aqueles que usufruíam da posse da propriedade e realizavam a gestão das suas terras eram os que poderemos classificar de patrões ou de pessoas ricas que exerciam a sua atividade no campo.

Não posso esquecer que estes aspetos que vivenciei durante as minhas idas e vindas à praça de Canados, onde se operava a contratação de trabalhadores agrícolas, levaram-me a questionar o prolongamento do meu trabalho como



trabalhador assalariado no campo. A relevância negativa dessa situação era amplamente superior a qualquer aspiração positiva. Este, como muitos outros, tornaram-se elementos de construção de uma percepção que me levaria a desejar sair do campo para a cidade. Em consonância estreita com este desejo, perante as exigências físicas que eram exigidas aos trabalhadores agrícolas, no meu caso, essas exigências ficavam aquém. Como a minha estatura e condição física primavam pela pequenez e fragilidade, era evidente que eu não tinha capacidade nem vocação para pegar numa enxada e trabalhar do nascer até o pôr do sol.

Era sintomático que estava perante uma realidade imperativa da qual não podia fugir — ou continuava a lutar pela minha sobrevivência no campo com base numa situação de violência, de sofrimento e sem perspectivas de futuro, em termos económicos, sociais e culturais, ou, então, construía um plano estratégico de fuga para a cidade onde pensava usufruir de um mundo cosmopolita de oportunidades de emancipação social. Não posso, nem devo pensar, que o campo, nessa época, para mim, era simplesmente negativo, já que existiam certos trabalhos que me satisfaziam de forma singular, como eram os casos emblemáticos da vindima e da apanha de frutos, ao ponto de, intuitivamente, me aperceber quão bela e criativa era a natureza através das espécies vegetais.

Na sequência lógica do que me foi possível memorizar durante a minha permanência no campo, no período de 1945 a 1958, após a morte do meu pai e do processo de escolarização de instrução primária, que culminou com o exame da quarta classe, é momento de incidir a minha análise sobre aspetos que reputo de extrema importância pelas incidências quotidianas na minha vida pessoal. Posso extrair destas evidências empíricas uma série de consequências com repercussões manifestas na minha trajetória biológica e social. Das que posso referir com maior importância, no processo de aculturação no campo, foi o papel da minha família, a comunidade camponesa envolvente, o mundo do trabalho camponês e, por outro lado, a minha apetência e curiosidade de conhecimento do mundo camponês como sistema aberto das realidades regionais, nacionais e internacionais.

Na plasticidade social desse período histórico, no início da década de 1950, não existia obrigatoriedade de frequência da escola primária a partir dos cinco ou seis anos de idade, como ocorre nos dias de hoje. Por conseguinte,

no campo, só voluntariamente e por opção dos pais ou, em alguns casos excepcionais, por iniciativa dos próprios alunos é que se iniciava a escolarização primária. No meu caso, tomei iniciativa de frequentar a Escola Primária de Canados, no ano letivo de 1953/1954, quando faltavam dois meses para atingir os oito anos de idade. Desse modo, sobretudo entre os quatro e os sete anos de idade e, posteriormente, na idade escolar entre os sete e os onze anos, tive a hipótese de conciliar um modo de vida traduzido na ajuda de certos trabalhos que a família detinha.



Escola Primária de Canados, que frequentei entre 1953 e 1957. [Foto de Maria da Luz Moita]

Nesta época, a minha vida, sobretudo entre os quatro e os sete anos, descrevia-se a uma série de brincadeiras com os outros meninos, ao jogo do pião, futebol com bolas de trapo, roda do pião, jogo do berlinde, jogo da macaca, pula corda, jogo da apanhada, jogo da cabra cega, entre outros. A vida diária no campo, onde predominavam essas brincadeiras, era, ainda, complementada com a realização de festas anuais profanas e religiosas em Bogarréus, Meca, Canados, Bairro, Catém, Fiandal e outras terras vizinhas do concelho de Alenquer. As características destas festas simbolizavam a vida quotidiana do campo nos seus aspetos criativos, religiosos e simbólicos, bem como noutros

aspectos de respeito e medo incrustado, secularmente, nas relações dos camponeses com a natureza. Não admira, assim, que os Ranchos Folclóricos e as festas anuais tivessem por base, predominantemente, desfiles musicais das Bandas Filarmónicas profanas e procissões religiosas, geralmente determinadas e orientadas pela paróquia de Meca.

Outras manifestações profanas das referidas festas eram visíveis com os carrosséis, barracas de tiro, bancas de bolos e comidas diversas. Por outro lado, assistia-se, geralmente, a bailes dinamizados por acordeão e concertinas e, excecionalmente, com conjuntos baseados em instrumentos de sopro, como era o caso do saxofone, do clarinete, da trompete e, por outro, com bateria. Enquanto a festa anual tinha uma base simbólica religiosa, os bailes de rotina, na vida quotidiana da minha terra, tinham por objetivo, primeiro, aprender a dançar e, segundo, a construir as bases de namoro entre o homem e a mulher, tendo, como consequência, o casamento futuro. É claro que, no campo, o conceito de beleza e de gostos que se colocavam nos binómios — se se era bonito/bonita ou feio/feia, alto/alta ou baixo/baixa, ter muita força física ou pouca força física — eram importantes na escolha do namoro. Todavia, para quem continuava a sua vida no campo, era mais importante tomar decisões sobre o número de hectares e propriedades que cada futuro noivo ou noiva possuía. Na altura que assistia e vivia as vicissitudes desses bailes na minha terra, já com treze anos, sentia na pele algum alheamento por parte das mulheres que, eventualmente, poderiam dançar comigo, pois os sinais da minha pequenez já eram visíveis.

Uma das festas que atraía anualmente muitos forasteiros do distrito de Lisboa, mas também dos distritos de Leiria e de Santarém, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, era, sem dúvida, a festa em honra de Santa Quitéria de Meca, que ocorria sempre após meados do mês de maio. A bênção pública dos animais, que tinham relevância no trabalho agrícola, acontecia sempre na segunda-feira, logo a seguir à procissão, que se realizava, e ainda hoje se realiza, num domingo. A originalidade desta bênção dos animais feita pelo pároco de Meca tinha, na altura, um simbolismo religioso deveras relevante para os camponeses que transportavam os seus animais de zonas geográficas longínquas, que chegavam a ascender a mais de cem quilómetros. Este ritual

de benzer as espécies animais, que eram fulcrais para o sucesso das atividades agrícolas, demonstra até que ponto o poder de Deus está diretamente relacionado com a espécie humana, mas, também, com todos os rebanhos de ovelhas e cabras, entre outros, cuja funcionalidade e produtividade no estrito mundo dos camponeses eram passíveis de serem objeto de vicissitudes milagrosas e de processos de cura que não eram confinados aos medicamentos da indústria química e medicina normativa.

Nos bailes em que estive presente, limitava-me a reproduzir, mimeticamente, um potencial gosto de tocar acordeão, bateria e saxofone, mas sem nunca ter conseguido atingir, como amador ou profissional, tal desiderato. No entanto, persiste sempre na minha memória o papel das mães e dos pais que iam, expressamente, aos bailes para controlar os desvios eventuais da moral e dos costumes vigentes, e ajudarem à iniciação da decisão do namoro dos seus filhos. As mães, as tias e as primas de famílias espalhavam-se, especialmente, por todas as superfícies das paredes do salão onde evoluía o baile e, através da perceção auditiva e visão singular do que estava envolvido no namoro ou casamento e hipotéticos desvios comportamentais, transformavam-se em autênticos paladinos de um controlo baseado no cumprimento rígido dos valores da igreja católica apostólica romana. Qualquer pequeno desvio comportamental era sinónimo de crítica do «tribunal popular», representado pelas diferentes famílias, que tinham como principal julgamento as mulheres que dançavam de forma transgressiva nos bailes. Estas críticas da comunidade camponesa, expressas durante a realização dos bailes, tinham, quase sempre, um prolongamento na vida quotidiana das aldeias, sempre como crítica dos desvios e enaltecimento moral e ético das que se comportavam dentro do padrão das virtudes existentes nas relações sociais entre camponeses.

Se bem que, não fosse protagonista nem exemplo do que acabo de referir, muitas vezes assisti a cenas, em Bogarréus, que indiciavam este tipo de comportamentos. A crítica feita aos homens pelo «tribunal popular» dos bons costumes incidia, de forma fulcral, na ausência ou na manifestação de pouca virilidade masculina relativamente ao elemento feminino, ou, então, da preguiça manifestada ou da frágil capacidade física relacionada com o trabalho assalariado. Nesta onda de virilidade camponesa, vigente e visível na realização

dos bailes, os pais e os irmãos das famílias, por outro lado, assistiam aos mesmos, mas pouco ou quase nada lhes importava em relação à vigilância das suas filhas. Por ocasião de algum desacato que envolvesse violência física e a honra da família, então, a figura do macho latino emergia quase sempre. Os pais das filhas e dos filhos que iam aos bailes, para além de ouvirem os acordeonistas mais apreciados, limitavam-se a beber copos de vinho e a conversar sobre a variedade de assuntos que afetava o trabalho agrícola.

Voltando um pouco atrás nos raciocínios lógicos que se prendem com a minha memória, a partir da morte do meu pai, a minha liberdade e autonomia aumentou bastante porque a minha mãe, ao arranjar trabalho, deixou-me com disponibilidade para brincar com os rapazes da minha idade e namorar com as raparigas debaixo de uma figueira contígua à casa onde habitava. Esta figueira foi fulcral para a minha meninice, porque possuía uma grande copa e folhagem abundante para me albergar do calor, do frio, da chuva e dos olhares controladores dos adultos. Devo referir que a liberdade tinha outra vantagem, permitia-me dançar o fandango na taverna do senhor Ramiro Murteira, pessoa de quem me tornei amigo para o resto da minha vida. Esta taberna tinha sido criada em 1945 e tinha por função servir os trabalhadores rurais e a população de Bogarréus no consumo de vinho, aguardente, licores diversos e outros produtos. De qualquer forma, passava muitas horas na referida taberna a troco de rebuçados ou alguns tostões. Ali, dançava eu o fandango com alguma destreza e criatividade, pois, para além de balancear as pernas e os pés ao ritmo do fandango ribatejano, eu ainda conseguia entrelaçar e movimentar o lenço com maestria, entre as pernas, quando dançava. Também dos dez aos doze anos, aprendi a jogar às cartas na referida taverna, com camponeses de maior idade, com relevância para o jogo da sueca e da bisca de três.

A minha entrada no processo de escolarização, em 1953, introduz uma série de condicionamentos na liberdade de que dispunha para as brincadeiras, na medida em que estudar implicava aprender matérias que desconhecia e obrigavam-me a estudar e a aprender fora da sala de aula. Logo no primeiro ano, tive aproveitamento e hipóteses de evoluir positivamente no estudo e conhecimento da matemática e da língua portuguesa, o que me permitiu, doravante, incidir a minha aprendizagem quotidiana na leitura de jornais antigos que se

referiam ao futebol e à situação política do país, assim como ouvir a rádio, de forma assídua, na mercearia da senhora Rosa e do senhor Rogério, que ficava próxima da casa de minha mãe.

A situação política do país ainda não me era muito familiar, opondo-se ao gosto do futebol e de outros desportos, sobretudo quando existiam artigos relacionados com o Sporting Clube de Portugal. Também muito relevante para a minha aprendizagem se revelou a audição de folhetins radiofónicos que eram transmitidos pela antiga Emissora Nacional, a Rádio Clube Português, a Rádio Renascença, a Rádio Graça e a Rádio Peninsular. Muitos folhetins eram transmitidos pelas diferentes estações de rádio, mas os mais relevantes baseavam-se em autorias como de Odete de Saint-Maurice, Camilo Castelo Branco, Alexandre Dumas, Júlio Dinis, Walter Scott e outros autores. De alguns destes autores, retive obras por eles escritas a partir de adaptações dos seus romances em folhetins, como: *As Pupilas do Senhor Reitor* e *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis; *A Vizinha do Lado* e *A Maluquinha de Arroios*, de Alice Ogando; *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas; *A Queda de Um Anjo*, de Camilo Castelo Branco; e *A Força de Destino*, de Odete Saint-Maurice.

Devo realçar uma realidade que atravessava todos aqueles que frequentavam a escola primária naquele tempo. Após a frequência das aulas, todos os alunos, sem exceção, eram submetidos a participar nos trabalhos agrícolas dos seus pais e as alunas, por outro lado, eram constrangidas a ajudar as suas mães nos trabalhos domésticos. As raparigas, depois de cumprirem os horários do período escolar, também eram objeto de integração nos trabalhos agrícolas que não exigiam muita força física, como eram os casos da ceifa, da monda, da apanha da azeitona e de frutos diversos, da vindima e, complementarmente, em tantos outros trabalhos especialmente ligados à mulher, como os labores femininos e outras lides da casa, valores exacerbados no período do fascismo salazarista, remetendo as raparigas para uma situação de escravidão e obediência no contexto doméstico.

Pensando no meu caso específico, quando iniciei a minha escolarização na Escola Primária de Canados, no ano letivo inicial de 1953/1954 e nos anos seguintes até o ano letivo final de 1956/1957, assim que terminava o horário das aulas, ainda dispunha de um tempo até ao pôr do sol e aos sábados e



Em 2015, numa entrevista com os meus irmãos ainda vivos, Álvaro Venâncio Carvalho Ferreira e Maria José Carvalho Ferreira. [Foto de Maria da Luz Moita]

domingos. Em qualquer uma destas circunstâncias de liberdade e de autonomia, era forçado a ajudar o meu irmão Álvaro Ferreira na faina agrícola. Este meu irmão, como já referi, tinha atingido a idade adulta, o que lhe dava a primazia para exercer funções de cabeça de casal de família, já que, por costumes e tradição, a minha mãe nunca poderia exercer essas funções. A minha mãe, enquanto mulher, não tinha qualquer possibilidade de exercer qualquer primazia de liderança ou de sequer tomar decisões no âmbito da economia de subsistência, cabendo-lhe apenas exercer todas as tarefas da economia doméstica e outras, ainda, na economia de subsistência da família, não esquecendo as outras que relevavam da sua inserção no mercado do trabalho assalariado.

Deste modo e neste contexto, desde muito novo, aprendi a cavar e a raspar a vinha, a vindimar, a transportar produtos agrícolas com uma parelha de burros e uma carroça, a debulhar manualmente feijão, grão e fava com um malho, crivo e joeira e a conduzir um trilho puxado por burros para debulhar feijão, grão e fava. Aprendi, ainda, a ceifar trigo e aveia, a lavar terra para sementeiras de centeio e trigo — tarefas executadas durante as estações do ano que se revelavam apropriadas para esse efeito, a primavera, o verão e o outono. O tempo de escolarização na escola primária foi, para mim, muito importante, no sentido em que, durante uma parte do dia, na semana escolar, a escola permitia subtrair-me às exigências de esforço físico assaz violento, caso particular da realização de trabalhos agrícolas relacionados com a condução e o controlo

de animais, na cava da terra com charrua, puxada por burros para a consecução de sementeiras de trigo, aveia, cevada, batata, grão, feijão e ervilhas. A cava, a raspa da vinha e as vindimas também eram violentas porque exigiam muito esforço físico e, neste caso, o meu irmão Álvaro Ferreira exercia a força física como base de relação interpessoal.

A minha integração na Escola Primária de Canados, para além de minimizar os efeitos físicos negativos que o trabalho agrícola da minha família provocava, constituiu o ponto de partida básico para iniciar o meu processo de aquisição de conhecimento e de informação, sobretudo através da Matemática, Português, Geografia, História e Ciências Naturais. A escolarização, durante três a quatro anos, foi de uma importância essencial para me tornar leitor de informação, de energia vital e de conhecimento, para exprimir a minha liberdade e autonomia pela via oral e a via escrita. Tendo presente a distância e a minha memória, e ressaltando a forma como penso hoje, recordo que o modelo de escolarização dessa altura identificava-se sobremaneira com os requisitos e preposições ideológicas preconizadas pelo fascismo imposto por Salazar. Não se pode descurar o fascismo de Salazar como sistema educacional e informativo dos Grémios das Lavoura e das Federações da Lavoura e das Casas do Povo, nem das vicissitudes históricas do fascismo precedente. Olhando para as manifestações comportamentais e ideológicas na sala de aula da professora Licínia, apercebo-me de que os aspetos ideológicos e políticos do fascismo de Salazar estavam mais próximos do fascismo preconizado por Benito Mussolini, na Itália, do que aquele que tinha sido dinamizado, mais tarde, por Adolf Hitler, na Alemanha.

Mesmo com uma grande distância temporal, na atualidade, tomo consciência de que a educação ministrada nas escolas primárias tinha por objetivo estruturar os elementos de informação e de conhecimento básicos, que se identificavam com o conjunto dos estratos sociais pobres, com especial conexão instrumental às qualificações e competências das profissões dos setores agrícola, industrial e comercial. As várias formações do ensino superior eram, quase exclusivamente, partilhadas pelas elites e por um reduzido número de indivíduos dos estratos sociais desfavorecidos que, por qualquer motivo, tinham tido sucesso no sentido da mobilidade social ascendente e, conseqüentemente,



na estrutura da escala de estratificação social, económica, cultural e política. Nestes parâmetros, as exigências de educação, vigentes no regime fascista de Salazar, para o setor agrícola não eram expressivas, daí que uma parte substancial da população rural atingisse elevados défices de alfabetização até finais da década de 1960.

Não existindo qualquer tipo de educação pré-escolar que propiciasse a aprendizagem da Língua Portuguesa, da Matemática, da História, da Geografia, das Ciências Naturais e de outras línguas, desde o primeiro ano ao quarto, o pressuposto padrão de educação dos camponeses consignava-se na obrigatoriedade da aprendizagem de algumas matérias que permitissem a obtenção de uma avaliação mínima de reprodução e sustentabilidade do regime salarial e de servidão. Os conteúdos e as formas que o fascismo de Salazar selecionava nos domínios da educação e da pedagogia revelavam-se bastante rudimentares e anacrónicos, sendo que a sua plasticidade social decorria de autores e de paradigmas enformados por estruturas curriculares da Língua Portuguesa, da História de Portugal e das Ciências Naturais. A omissão e a censura de temáticas sociológicas, políticas, ideológicas, religiosas, filosóficas, geográficas e históricas elucidam-nos da ênfase que é posta no contraste e no antagonismo com os modelos científicos, que só podem ser explicados e entendidos por essas disciplinas.

No caso concreto da dimensão pedagógica, no que concerne às relações entre professores e alunos, esta era, tipicamente, fascista, sobretudo se tivermos presente os aspetos relacionais baseados na violência oral e física, nas sanções, no controlo e na repressão disciplinar desenvolvida pelos professores em relação aos alunos. Perante qualquer desvio ou transgressão comportamental deste modelo políticoideológico, a pedagogia pautava-se sempre por um tipo de comunicação vertical hierárquica, de cima para baixo, sem qualquer momento de interação simultânea entre professores e alunos, que permitisse a aprendizagem simultânea de acesso ao conhecimento e à informação. Como resultado lógico, os alunos viam sempre cortadas as hipóteses de um tipo de aprendizagem pedagógica, pautada pela espontaneidade, informalidade, liberdade e criatividade. Em qualquer dos casos, enquanto camponês, não podemos abstrair-nos da força estruturante dos valores, da moral e dos costumes subjacentes à onnipresença

da Igreja Católica Apostólica Romana, na educação e na vida quotidiana das famílias camponesas, dos alunos e dos professores que viveram as vicissitudes do regime fascista de Salazar, nas décadas de 1940 e 1950.

Como mencionei atrás, a minha integração no mundo da educação fascista de Salazar deu-se de forma tardia, numa altura em que me faltavam dois meses para atingir os oito anos. Alguns colegas desistiam de frequentar a escola porque os seus pais necessitavam deles para trabalhar no campo, outros porque não eram motivados ou não estavam interessados nem capacitados para realizar o exame final do quarto ano ou de admissão aos liceus, como lhe chamavam na altura. Quanto a mim, a motivação era grande e, por essa razão, concluí o exame de admissão aos liceus, às escolas industriais ou às escolas comerciais, ao fim de três ou quatro anos, isto é, em 1957. Para se perceber a latitude das exigências educacionais do fascismo de Salazar, no que a mim diz respeito, devo referir que a professora Licínia (conhecida também pela alcunha de «maluca») era a expressão mais genuína dos desígnios pedagógicos e educacionais. Durante esse período, ainda que considerado dos mais inteligentes da turma, fui, como todos os outros, objeto de pontapés, bofetadas, murros e reguadas, assim como da obrigatoriedade de me manter num silêncio absoluto nas aulas, quando a professora ministrava a sua sabedoria e não podia, principalmente, fazer emergir qualquer tipo de desacordo, emitir qualquer pergunta ou contestação de âmbito ideológico ou político.

Retenho, ainda, que, antes da realização das eleições para Presidente da República, a 8 de junho de 1958, no último ano da minha permanência da Escola Primária de Canados, em 1957, foi-me sugerido, pela professora Licínia, que escrevesse uma redação que enaltescesse a figura do Almirante Américo Tomás, afeto ao regime de Salazar, e que, ao mesmo tempo, denegrísse a figura do general Humberto Delgado. Todo este entusiasmo da professora era manifestamente sugestionável pelo prémio, mas, também, pela defesa heroica da pátria e da luta contra os malefícios do comunismo.

Tendo, até aqui, ensaiado analisar a minha vida no plano da ascendência e da descendência da família, da minha integração no trabalho agrícola da economia doméstica e da economia de subsistência, assim como da minha escolarização na Escola Primária de Canados, penso poder agora equacionar as dimensões

comportamentais da minha percepção e vivência no domínio da sexualidade entre os quatro e os treze anos de idade em que permaneci no campo.

Quando me apercebi de algo semelhante ao que, hoje, podemos denominar de comportamentos sexuais hipotéticos, no meu caso, isso ocorreu quando habitava uma casa muito pequena dos meus pais com cerca de 50 metros quadrados, com três divisões. A casa era composta por um quarto com um teto e sobrado de madeira, onde dormia toda a família, incluindo pais e filhos, por uma sala de jantar com um chão de terra batida, por uma cozinha com um forno para coser pão e uma lareira movida à lenha onde se cozinhava toda a alimentação. Evidente que esses sinais perceptivos do que eu entendia por «sexualidade» provinham, basicamente, dos ruídos da cama que derivavam de hipóteses dos ditos e mexericos entre crianças, na maioria dos casos, descritos como audição de determinados sons de prazer e do papeis inscritos na prática secular do coito por homens e mulheres. Sem qualquer aprendizagem ou conhecimento efetivo destas práticas, o sexo sempre foi, nos primeiros anos da minha existência, uma miragem de representação mimética e uma abstração platónica. Só mais tarde, nas configurações normativas do que é um homem e do que é uma mulher, nos parâmetros padrão da heterossexualidade, do namoro e do casamento, das brincadeiras iniciáticas inscritas na divisão social do trabalho do menino e da menina, no tipo base de vestir para o homem e para a mulher; só quando atinjo a idade de sete anos, é que passo a representar papéis perceptivos intuitivos e correlativos com interditos e fantasmas da sexualidade, relativos à minha infância.

Daqui, decorre um mundo de medos, de transgressões, de desvios que, muitas vezes, passam por ser um diálogo muito íntimo com o próprio corpo sem qualquer relação com alguém. O panorama do controlo da transgressão e do desvio sexual é alicerçado na moral dos bons costumes, que indicia o que se deve e o que não se deve viver com o corpo enquanto essência do modelo de sexualidade prevalecente. Os rugidos da cama que eu ouvia e não via, porque estávamos todos juntos a dormir no quarto da casa, não foram mais do que isso. Só mais tarde, com a entrada na escola primária, é que me apercebo, intuitivamente, e pela minha chegada precoce à puberdade, quando desenvolvo discussões com outros rapazes e raparigas da imitação dos valores e das

práticas dos adultos, que resultam, várias vezes, em manifestações de iniciativas concretas com a maturação dos aspetos estéticos de beleza e as formas e conteúdos dos modelos de vestir os corpos das meninas e dos meninos. Esta aprendizagem de relações fantasmáticas e de imitação entre sexos inicia-se com um processo de aprendizagem comportamental sexual polarizado, à volta de uma divisão do trabalho que se traduz, acima de tudo, na normalidade heterossexual dos corpos.

Estes pressupostos iniciáticos levaram-me a privilegiar experiências sexuais miméticas com meninas, debaixo da figueira que estava sedeada perto do terreno da casa da minha mãe, desde os cinco até aos oito anos. Estas relações de iniciação sexual infantil eram polarizadas por comportamentos relacionais, cuja interação passava muito por dar expressão a ilusões miméticas criadas à volta do mundo dos adultos, quase sempre assentes em configurações teatrais de um hipotético prazer e na reprodução de desejos sem relações sexuais efetivas, personificadas pelo medo da prática do desvio e da transgressão. No sentido do cumprimento estrito dos papéis que eram do homem viril heterossexual e da mulher submissa e procriadora, não havia espaço para qualquer tipo de aprendizagem que não fosse restrita a esse modelo padrão. Eu, por exemplo, nas práticas clandestinas de iniciação sexual, devia ir com as meninas, descurando qualquer tipo de veleidade de práticas sexuais com homens. Isso não obstou que eu e outros rapazes da aldeia de Bogarréus evoluíssemos para criações de situações clandestinas onde imperava a masturbação coletiva. Era um ritual de prazer confinado à força energética do cio e, por outro lado, era a emergência de uma tentativa de representar o melhor possível os papéis dos pais e dos adultos mais representativos da aldeia por via de um *voyeurismo* precoce, quer nas instâncias da família, quer fora desta. Destas realidades, decorriam a aprendizagem mimética e a imaginação transgressora da moral e dos costumes no campo.

Evidentemente que existem outros aspetos de socialização perceptiva no âmbito das relações humanas que me permitiram descobrir zonas erógenas do meu corpo que culminaram em tipologias de aprendizagem sexual, sobretudo a partir dos dez anos de idade, com base numa diversidade de atos de masturbação individual e coletiva. Esta margem de liberdade transgressora da

normalidade prevalecente fica a dever-se, em grande parte, ao facto de os pais das famílias camponesas, nesta região, trabalharem de sol a sol como assalariados rurais. Assim sendo, para todos aqueles que, até atingirem a puberdade, não eram constrangidos a trabalhar nas terras dos seus pais ou que não tinham enveredado pelo regime do trabalho assalariado, usufruíam de uma grande margem de liberdade e de autonomia para iniciarem a experimentação física do corpo e do sexo, práticas relacionadas com o imaginário mimético dos seus pais e da comunidade camponesa envolvente. Neste contexto, o risco e a transgressão sexual emergiram espontaneamente como iniciação de entrada na vida adulta, porque o controlo e a sanção familiar eram quase inexistentes.

Nesta época da minha familiaridade com a perceção da sexualidade na infância, algo que estava confinado à visão e à audição sobre os interditos normativos da sexualidade emergiu, surgindo, também, uma realidade comportamental de costumes, de moral e de virtudes em consonância estreita «do que se deve e não deve fazer» em relação ao imaginário da sexualidade. Os rugidos de prazer ou de dor que eu percecionava, sobretudo, pela via auditiva, estimulavam a aprendizagem de um imaginário movido pela aprendizagem de fantasmas miméticos de virilidade masculina, traduzida em papéis de homem macho e esposa virtuosa e submissa, segundo os cânones da civilização judaico-cristã. Embora esta fase histórica da minha iniciação sexual fosse, prioritariamente, condicionada e castrada pela família e a comunidade envolvente, não devo, porém, esquecer o impacto estruturante da civilização assumida pela igreja, sedeadada na paróquia da freguesia de Meca e a essência religiosa e ideológica da Constituição de 1933, do regime fascista de Salazar, no tocante à normalização da sexualidade. Em consequência, a minha vivência de iniciação na comunidade envolvente baseava-se em relações imaginárias e miméticas de reprodução auditiva e visual das famílias através de meninos com as meninas, num tempo de transgressão, projetada de forma concreta e, variadíssimas vezes, em relações estabelecidas com mulheres adultas. Os meninos e as meninas com quem eu tinha relações privilegiadas para esse efeito, por exemplo, não ultrapassavam um tipo de mimetismo imaginativo, assente em configurações representativas de hipotético prazer e desejo e reprodução de relações sexuais, personificadas pelo mundo normativo e castrador dos adultos. Nesta fase, por

vezes, ia com as meninas, entre cinco e os oito anos, deleitar-me a personificar os papéis normais de homem-macho em relação a mulher-fêmea, sem que tudo isso tivesse qualquer tradução empírica em ereção efetiva, penetração ou produção de esperma. Data talvez desses tempos, o recurso à prática do onanismo, assente na masturbação individual, a qual passou a ser uma prática quotidiana corrente. Nesse período de aprendizagem sexual, entre os oito e os doze anos, tentei experimentar a prática da homossexualidade com um grupo de amigos, mas essa hipótese gorou-se definitivamente e deu azo a que essa frustração condicionasse essa prática na minha trajetória biológica e social.

Não terei dúvidas de que a primeira perceção física, mental e psíquica efetiva do que poderia ser a sexualidade persiste no ato noturno de dormir no mesmo quarto com os meus pais e irmãos. Sobretudo pela via auditiva, apercebia-me do prazer e do ranger esporádico nas relações sexuais entre os meus pais, quando praticavam o coito clandestinamente. Evidentemente que tudo isto só foi possível de perceber, de uma forma muito incipiente, entre os dois e os quatro anos. A partir dessa idade, fui buscar estes indícios miméticos, do que poderiam ser atos de realização sexual, às experiências vivenciadas de relações entre gatos, cães, burros, porcos, cabras e ovelhas. A liberdade e criatividade que estas espécies animais desenvolviam no campo eram bastante estimulantes, sobretudo como elementos de procriação, mas, também, como probabilidade de assumir com liberdade e criatividade, o desejo, o prazer e o cio sem qualquer tabu ou moral virtuosa. Outro aspeto não menos importante de realçar, cinge-se à força estruturante dos modelos estéticos de beleza e de perfeição que predominavam como padrão dominante nas relações entre homem e mulher no campo e que podiam traduzir-se em modalidades de amor e casamento. A altura, a compleição física corpulenta e a beleza estética dos modelos de homem e de mulher rurais eram fundamentais para estabelecer relações de casamento e, também, para relações sexuais transgressivas, baseadas na espontaneidade e informalidade relacional. Eu só comecei a sentir os efeitos do padrão negativo de exclusão a partir dos treze anos, visto que, a partir dessa idade, a minha altura não aumentou e, conseqüentemente, a minha capacidade física também se desvalorizou para namorar, contrair casamento e trabalhar no campo de modo eficiente.

Daqui decorre que, os que eram considerados pequenos ou baixos pela comunidade envolvente, com pouca capacidade física e pouca formosura, eram, geralmente, relegados para situações de secundarização e de marginalização, tanto em termos de hipótese de contrair casamento, como da realização sexual pela via informal e espontânea. A razão plausível de aprendizagem sexual no campo para alguns homens, neste domínio, leva-os, frequentemente, a socorrer-se de relações sexuais clandestinas, seja com animais de diferentes espécies com os quais coabitavam, seja socorrendo-se das modalidades clássicas de prostituição com mulheres nas zonas urbanas mais próximas de onde residiam.

Sendo uma realidade a percepção que já detinha dos contornos do que poderia ser o sexo, de uma forma física e incipiente, no contexto de uma comunidade agrícola como a de Bogarréus, mas que também se estendia facilmente ao território da freguesia de Meca e ao concelho de Alenquer, torna-se lícito pensar que, o controlo e a sanção dos desvios e as transgressões comportamentais dos jovens relacionados com o sexo, não estavam em sintonia com as regras, a moral e a ética dos bons costumes e das boas virtudes do fascismo de Salazar. Eram, inevitavelmente, sancionados pela família e, de seguida, por toda comunidade envolvente. No que me concerne, a iniciação sexual não passou de um mimetismo sexual exacerbado, nos parâmetros normativos da heterossexualidade, mas repleto de proibições e de sanções morais, o que foi possível compreender porque os olhares da família e da comunidade local não estavam presentes o suficiente para controlar os desvios e as transgressões que os jovens vivenciavam. É evidente que, esta realidade, só foi possível de acontecer porque a minha mãe se via constringida a trabalhar do nascer ao pôr do sol. Torna-se claro que a minha margem de manobra para brincar, experimentar e transgredir, em situações consideradas proibitivas, levaram-me diversas vezes a tentar praticar o coito com várias meninas, mas sem sucesso. Na realidade, tudo isso não passou de meras tentativas frustradas de realização sexual, mas sem qualquer tipo de consequências ao nível do prazer sexual ou até de qualquer tipo de masturbação efetiva.

Poderia avaliar-se até à idade de quase oito anos, quando iniciei o meu processo de escolarização, se as incidências repressivas do regime fascista de Salazar tinham tido alguma influência nos meus atos de iniciação, miméticos e

transgressivos no mundo da sexualidade. Diretamente não terá tido, mas não duvido do peso que a Constituição de 1933 tinha nos efeitos substantivos, no mundo rural, em termos da moral, costumes e virtudes sobre as comunidades rurais locais e, conseqüentemente, sobre o comportamento normativo de incidência fascista da família a que pertencia.

Noutro patamar autoanalítico, não tenho dúvidas de que existiram aspetos ideológicos e messiânicos do fascismo de Salazar, que produziram, na minha mente, uma importância relevante. Refiro-me, concretamente, ao futebol e a toda a mística clubística e patriótica que envolvia essa atividade desportiva, nas décadas de 1950 a 1970. Uma das minhas brincadeiras e satisfações de «macho» era jogar futebol com bolas de trapo na rua ou em campos atabalhoados para esse efeito. Comecei a gostar de futebol e germinei uma grande paixão pelo Sporting Clube de Portugal aos 7 anos de idade. Para dar corpo e forma a essa paixão, não bastava jogar futebol com bolas de trapo com os colegas de Bogarréus e de lugares próximos. Era necessário ver os jogos do meu clube e ficar refém da leitura de alguns jornais fora de prazo. Daí, emergiu a força única da rádio, em concreto, da antiga Emissora Nacional, em que Artur Agostinho, Amadeu José de Freitas, Pedro Moutinho e Bruno Brás tiveram um papel de relevo. Com muita ânsia e angústia, mas também com muita alegria, todos os domingos me preparava para ouvir o relato dos jogos de futebol e sempre com a escolha prioritária na audição dos relatos relativos aos jogos do SCP. Como em Canados existiam tabernas disponíveis para esse efeito, deslocava-me quase sempre a um desses lugares.

Um ponto que não posso deixar de analisar e relacionar com estes acontecimentos, refere-se ao peso simbólico das marchas militares que eram exibidas cerca de 20 a 30 minutos, ou até quase uma hora, antes do início de cada jogo de futebol. Os conteúdos das músicas das Bandas Militares personificavam autênticos hinos de virtudes, disciplina patriótica e enaltecimento das vitórias a que os clubes poderiam almejar. Antes de ouvir o relato dos jogos, sentia que ouvir as Bandas Militares me projetava para um mundo que desconhecia, mas que gostava de visitar. Esta minha relação com o futebol levou-me a criar uma série de amizades com jovens e até com alguns adultos. Um exemplo é o Diogo, um velho amigo que tinha vindo de Moncorvo e trabalhava nas



pedreiras de Bogarréus. Contudo, de forma displicente e triste, suicidou-se, mais tarde, na taverna do senhor Herdote, no Bairro. O Diogo era um sportinguista ferrenho como eu e levou-me pela primeira vez a conhecer a cidade de Lisboa, para vermos a realização do jogo Benfica-Sporting, em 16 de setembro de 1956, cujo resultado foi um empate um a um, com golos do José Águas pelo Benfica e Pompeu pelo Sporting.

A religião católica apostólica romana não teve muita influência na minha vida, nem mesmo no período em que vivi em Bogarréus, até aos 13 anos. Farei, no entanto, referência a dois aspetos que considero relevantes a este respeito. Primeiro, foi na paróquia de Meca que, pela primeira vez na minha vida, me permitiram que comesse queijo e bebesse leite, quando tinha dez anos, na realização de uma festa em benefício da remodelação da basílica de Meca. Depois, como reconhecia uma aprendizagem do culto cristão, a minha simpatia à época para ter um certo humanismo, levou a que assistisse a algumas missas e, inclusive, em certos momentos, fosse ajudante do padre no manuseamento do incenso.

Nas predisposições comportamentais que evidenciam a minha tendência para atos de violência extrema, no período da minha infância, devo relatar um episódio que se passou comigo na figueira. Debaixo dela, foi consumado um ato ignóbil, cuja personificação reprodutiva da natureza da violência masculina no campo, na sua relação com outras espécies animais; era comum, quando os gatos nasciam, que fossem geralmente mortos e que, no período da caça, os caçadores os utilizassem como troféus de caça, como, aliás, o faziam em relação a lebres, a rolas, a coelhos e a perdizes. Quando tinha nove anos, como era habitual, a minha mãe fazia a comida que era necessária para a nossa alimentação diária do almoço e do jantar, na altura, apenas para mim, para o meu irmão Álvaro Ferreira e para a minha mãe. Tendo que ir trabalhar, como era normal, deixou a comida dentro de uma panela na cozinha, para servir de refeição ao jantar. Um gato que vivia connosco conseguiu destapar a panela e alimentou-se de uma parte substancial da comida que estava predestinada para o jantar da família. Perante o acontecido, armei-me numa espécie de «cavaleiro justiceiro» e sancionador do crime praticado pelo gato. Assumindo uma postura de virilidade extrema, como os camponeses masculinos tradicionais,

em poucos minutos, transformei-me no carrasco do pobre gato, tendo para o efeito utilizado uma corda, realizando, de seguida, um ato de uma malvadez atroz — esventrei-o e pendurei-o na figueira onde brincava com as meninas e os meninos, como se estivesse num matadouro. Eis um triste epílogo onde pulsões de morte dominaram as pulsões de vida.

Para além de todos os aspetos relacionados com a produção de vinho, identificado como a essência da economia de subsistência da minha família, a produção de trigo assumia uma outra importância fulcral na lida doméstica, uma vez que a sua transformação em pão tinha um valor essencial na alimentação de toda a família. A isto se deve a importância das terras de sequeiro, vocacionadas para a produção de cereais, para que sejam utilizadas para a realização de sementeiras para trigo. Relativamente a este cereal, eu não só ajudava a lavrar as terras, como também o ceifava e transportava numa carroça puxada a burros, para as eiras, onde era debulhado por máquinas ceifeiras, já com alguma sofisticação mecânica. Era um momento de festa para os rapazes como eu, não só pelo aparato que a mecanização da agricultura assumia, mas, também, porque as brincadeiras entre rapazes emergiam com relativa facilidade no meio da palha de trigo e, ainda, geralmente, trabalhavam na preparação do arame que condimentava os fardos da palha de trigo, o que resultava dos cereais que já tinham sido debulhados.

Como singularidade própria de narrativa da prática da violência no campo, posso resumir, a partir de um conjunto de episódios, a latitude da violência de que fui vítima durante a prática das lavoeiras (lavar as terras), que geravam as sementeiras e as ceifas da produção de trigo anualmente. Nós tínhamos dois burros, uma charrua e ajudantes que orientavam os burros, eu e o meu irmão Álvaro. Ele liderava a charrua nas funções de lavar a terra e dispunha, por outro lado, de um aguilhão, com o propósito explícito de picar, ao de leve, os burros que saíssem do seu percurso normal. Só que, um dos burros tinha uma ferida no joelho que jorrava sangue, apesar de ter um pano de tecido para evitar essa anomalia. Apoquentado pelas moscas e o calor, o pobre burro tinha tendência para fugir do caminho restrito ao rego que lhe era predestinado e, em consequência, o seu esforço perdia-se e fracassava a produtividade da lavoeira para as sementeiras do trigo. Como consequência, eu é que levava as picadas

do aguilhão, manejadas com violência pelo meu irmão. Esta violência não era só praticada na lavragem das terras para sementeiras de cereais. Nos trabalhos da raspa e da cava da vinha, o meu irmão considerava que eu, com dez, onze ou doze anos deveria trabalhar tanto como ele, ao ponto de levar pancada com os cabos das enxadas quando a minha produtividade do trabalho era inferior.

Quando acabei a instrução primária, o dilema da continuidade escolar impunha-se. Em primeiro lugar, aparecia a contingência de ter ou não dinheiro para esse efeito, o que era crucial. A minha mãe ainda tentou pedir ajuda junto de algumas pessoas com mais hipóteses de auxílio financeiro para eu poder continuar os meus estudos no liceu ou, nessa impossibilidade, de seguir os estudos numa escola comercial ou industrial. Na época, em geral, eram as classes ricas e as classes médias altas que optavam pelos liceus. As classes pobres, que estavam inseridas no campo, não frequentavam mais do que a instrução primária, ainda que pudessem ter existido algumas exceções. As pessoas a quem a minha mãe solicitou auxílio financeiro não atenderam ao seu pedido, mesmo que considerassem ser muito inteligente para seguir os estudos.

Perante este quadro condicionador, não me restavam muitas alternativas. A saída mais previsível situava-se no trabalho assalariado agrícola. A partir de então, o processo de aculturação básico deixava de estar centrado na escola e passava a ser assumido pelas vicissitudes da vida no campo. O mundo do trabalho assalariado no campo, representou, num primeiro momento da minha vida, uma forma de ajuda à economia doméstica e de subsistência, que era assumida pela minha mãe e o meu irmão Álvaro Ferreira. Assim, quando saí da Escola Primária de Canados, ingressei como trabalhador assalariado nas propriedades do João Semana, que tinha como caseiro, Carlos Deodato. Com este, eu cavava, raspava e dava serventia à sulfatagem das vinhas. De forma complementar, cheguei a roçar mato que servia de matéria-prima fundamental para produção de estrume para fertilizante das terras e das vinhas. Devo referir, ainda, que a roça do mato, em Bogarréus e nas aldeias próximas, era uma atividade anual de trabalho no campo que durava, em média, dois meses. Como a generalidade das casas dos camponeses eram constituídas por estrumeiras, o mato revelava-se uma matéria-prima crucial, que servia para produzir fertilizantes para vinhas e terras, e, ao mesmo tempo, erradicava das serras e das montanhas a energia que poderia

transformar-se em fogos nas florestas. As estrumeiras, para além da matéria-prima com base em mato, eram ainda constituídas por vários dejetos provenientes de restos da lida doméstica. Para além destas componentes que estavam na base da criação de estrumeiras, a utilidade e a funcionalidade dos dejetos de outras espécies animais que coabitavam e integravam a comunidade familiar, como era o caso dos porcos, dos coelhos, das galinhas, dos burros, das vacas, entre outros, revelava-se fundamental. Digamos que, em termos de saneamento básico, a inexistência de modelos de higiene modernos era compensada por um tipo de saneamento natural que não poluía rios, mares e a própria terra.

Ao constatar o grande esforço físico que era necessário para me manter como trabalhador agrícola, tentei, mais tarde, evoluir e trabalhar no setor industrial das pedreiras, que já começavam a ter alguma expressão económica no concelho de Alenquer. Ainda com 11 anos, fui trabalhar na pedreira do patrão Fernando Miséria, sedeada na Carapinha, aldeia que distava três quilómetros de Bogarréus. A minha função resumia-se a transportar pedra num carro de mão para uma britadeira, que triturava pedras de alguma dimensão para transformar em brita, que serve, normalmente, de matéria-prima para a construção civil. O salário era baseado em alguns tostões e um pouco superior ao que ganhava no setor da agricultura.

Este trabalho na pedreira de Fernando Miséria, também me obrigava a um grande esforço físico, tal como acontecera com o trabalho no campo, o que

Pedreira de Fernando Miséria, atualmente desativada. Em 1958, trabalhei, durante alguns meses, nesta pedreira sedeada na Carapinha, concelho de Alenquer. [Foto de Carolina Carvalho Ferreira]



me levava a uma grande desmotivação para executar certas funções. A única diferença subsistente referia-se ao horário de oito horas de trabalho diário, enquanto que, no campo, como já referido, trabalhava de sol a sol. Perante esta situação negativa, a vontade de mudar de profissão era grande, pois a insatisfação revelava-se permanente. Com ajuda e conhecimento do senhor Ramiro Murteira, que detinha uma taberna em Bogarréus, fui, com os meus doze anos, para o café do senhor Rodrigo, na Labrugeira, onde também estive poucos meses. Era uma nova aventura que me propiciava comparar o setor do comércio com os setores industrial e agrícola, que já eram do meu conhecimento profissional.

Neste café, tive a oportunidade de contrastar as vivências do mundo comercial com as do mundo rural e industrial. A força física é substituída pelo domínio de competências sociais. Era um café frequentado por patrões, pela classe média e assalariados agrícolas e industriais. O patrão, senhor Rodrigo, era o contabilista da empresa Martins & Duarte, que detinha um grande armazém de vinhos. Certa tarde, num período em que o café não tinha clientes, sentou-se uma senhora que vinha do concelho de Vila Franca de Xira. Pediu-me que lhe servisse um café. A destreza e a espontaneidade do olhar, assim como a retribuição do olhar da senhora, provocaram, em mim, desejos transgressivos, ao ponto da referida senhora demonstrar-se disponível para me satisfazer sexualmente, mediante uma contrapartida monetária. Claro que deixei o café aberto como se nada tivesse acontecido, fugi com ela para o primeiro andar do prédio onde habitava, já que o espaço do café estava confinado ao rés do chão. Esta ousadia transgressora foi relaxante como primeira experiência sexual efetiva da minha vida, embora fosse, essencialmente, centrada no ato viril do macho. Como resultado lógico desta aventura transgressora, logo nesse dia, tive conhecimento do meu primeiro despedimento como trabalhador no setor do comércio.

Enquanto empregado no café, tive oportunidade de estabelecer relações amistosas com pessoas que já tinham adquirido hábitos da vida quotidiana urbana, sobretudo no que concerne à influência dos meios de comunicação e de informação induzidos pela RTP (Rádio Televisão Portuguesa), que tinha sido, recentemente, criada em 1957. A proveniência social da maioria dos que



Empregado de Café/Pastelaria da Labrugeira, no concelho de Alenquer, em 1958. [Foto de Maria da Luz Moita]

frequentavam o café da Labrugeira estava diretamente articulada com uma maioria de assalariados agrícolas, alguns do comércio e da indústria, e o patronato da região. O tipo de conversas que eram desenvolvidas entre os clientes que frequentavam o café não era de todo semelhante ao que estava habituado a ouvir na minha terra. As minhas hipóteses de comparar os setores industrial, comercial e agrícola, em termos de salários e horários de trabalhos, com a experiência do café da Labrugeira, já estavam, desde logo, estabelecidas.

Depois da primeira experiência profissional frustrada como empregado de café na Labrugeira, pela primeira vez, senti na pele as consequências de um despedimento. Por via disso, o meu irmão Álvaro Ferreira obrigou-me, novamente, a regressar a casa e a trabalhar numa pedreira na serra de Ota, que era propriedade de Manuel de Antana. O propósito desta atividade industrial consistia na produção de brita, um trabalho braçal movido por uma marreta. Esta, apesar de pequena, servia para partir pedra de dimensões maiores em dimensões menores. Pouco tempo depois, ainda com 12 anos, trabalhei numa pequena cerâmica de produção de tijolo para a construção civil, também sediada em Ota. A propriedade desta cerâmica pertencia a Alberto Calisto, residente

em Bogarréus. As minhas funções limitavam-se ao transporte do barro modelado em tijolos, com auxílio de um carrinho de mão, para um forno que, num processo de uma temperatura elevada, transformava os tijolos de massa de barro em tijolos com a rigidez necessária para servirem de matéria-prima para a construção civil. Depois deste último trabalho, e por decisão do meu irmão José António Ferreira, que residia em Lisboa, quando tinha treze anos, fui trabalhar para uma leitaria sedeadada num lugar que tinha o nome característico «Passa Fome», próximo da freguesia da Pontinha, na região de Lisboa, deixando, definitivamente, de viver em Bogarréus, fugindo do trabalho assalariado na agricultura para ingressar nos setores da indústria e do comércio.

Toda esta base territorial e geográfica que descrevi do mundo agrícola ou, mais concretamente, do mundo camponês, ajudou-me a autoanalisar-me num espaço-tempo da minha juventude que perdurou desde 1945 até 1958. Hoje, observo que esse espaço rural foi quase todo transformado num urbano mitigado, com alguns indícios de ruralidade, sem camponeses, o que me permite deduzir que, por ironia do destino, o território que servia para produção de cereais e de vinho da minha família deu azo à construção da sede da Associação Recreativa e Cultural de Bogarréus, no ano de 1982.







## CAPÍTULO 2



*Dimensões e relações de mobilidade  
entre o campo e a cidade*



## **Constrangimentos, motivações e desejos de mobilidade social ascendente**

Por razões de amizade e de solidariedade existentes entre mim e o meu irmão José António Ferreira, foi possível estabelecer um diálogo baseado, em grande medida, na superação dos problemas negativos que tinha em Bogarréus, comparados, quase sempre, com as virtualidades cosmopolitas e salariais obtidas em Bogarréus e na cidade de Lisboa. Pela maturidade que o meu irmão já tinha atingido, pelo facto de ter experimentado tanto o mundo do trabalho no campo como o setor urbano da cidade de Lisboa, tornava-se fácil construir uma estratégia e tomar uma decisão. Foi assim que, após idas e vindas de Lisboa a Bogarréus do meu irmão, tive acesso a uma série de informações e conhecimentos sobre a cidade de Lisboa que estimularam, em mim, uma vontade crescente de fugir das amarguras existenciais do campo e remar no sentido das diversões culturais e de emancipação social simbolizadas pela cidade de Lisboa.

Várias coincidências vão permitir que eu desenvolva esta estratégia. Uma resulta do agravamento das minhas relações com o meu irmão Álvaro Ferreira. A latitude do seu comportamento violento para comigo à medida que ficava mais velho, a exigência de um trabalho extenuante que só um adulto podia executar, e os conflitos incessantes faziam-me sentir, cada vez mais, como um peixe fora de água relativamente ao meu desejo de usufruir de educação, cultura e de ter liberdade e autonomia na cidade. Em consonância com o conhecimento desta realidade, o meu irmão José António identificou-se, facilmente, comigo, já que a minha mãe não se coibia de corroborar na explicação do sofrimento que sentia, a ponto de se tornar cúmplice da solução que me levou, mais ou menos, a fugir do campo para a cidade de Lisboa, que estava apenas a quarenta e cinco quilómetros da aldeia de Bogarréus.

Esta perceção do meu irmão sobre a minha existência no campo podia ser comparada com a vida que ele levava na cidade. Todo esse manancial de informações revelara-se, cada vez mais, plausível para mim e serviu, em última análise, para iniciar o processo estratégico de fugir do campo para a cidade. Basicamente, apesar da sua condição de trabalhador desqualificado, o meu

irmão José António Ferreira, com os conhecimentos e vivência de vários anos na cidade, deu-me a força básica e estimulou a minha vinda para o contexto urbano. Lisboa não foi explicada nem sugerida como um jardim de rosas, mas como uma hipótese de usufruir de uma série de liberdades, para consumir uma diversidade de bens e de serviços culturais, económicos, sociais, lúdicos e políticos; algo, francamente, estimulante. Com treze anos, estavam em jogo várias oportunidades de lutar por uma vida que me levasse à ascensão social, ainda que possuísse uma total ignorância relativamente aos condicionalismos que o fascismo salazarista impunha a esse hipotético desiderato.

Intuitiva e racionalmente, das conversas familiares, extraí, basicamente, as vantagens manifestas que provinham, economicamente, dos salários mais altos nos setores do comércio e da indústria, comparativamente aos que eram praticados no setor agrícola, assim como a existência de espaços públicos e privados próprios para uma vida lúdica, como era o caso dos cinemas, dos restaurantes, dos teatros, da televisão, dos salões de dança e da música. O mesmo se aplicava às escolas de diferentes níveis de ensino e às universidades.

Os salários praticados nos setores do comércio e da indústria revelavam-se muito apetecíveis como primeiro passo, no sentido de me emancipar economicamente, querendo sair da situação de pobreza e, sobretudo, de conquistar uma autonomia como ator social. Em articulação estreita com estes propósitos, era evidente que, no fundo, o que estava em jogo cingia-se, simplesmente, a caminhar, irreversivelmente, a passos largos no sentido ascendente da escala de estratificação social. Por outro lado, a vida mundana e cosmopolita, propiciada pela cidade, parecia ser manifestamente vantajosa em termos de mobilidade social, em virtude da vida nos domínios económico, social, cultural e político. A probabilidade de voltar novamente a estudar preenchia uma lacuna crucial nos grandes objetivos da minha trajetória biológica e social. Contrastando estas informações sugestivas da vida possível, em Lisboa, com as que enformavam o meu querer profundo de fugir da minha vivência no campo como trabalhador, era evidente que tinha uma predisposição profunda e natural para sair do campo e experimentar uma nova vida na cidade.

Como sempre, surgiram uma série de entraves familiares com o meu irmão Álvaro Ferreira, que queria, a todo o custo, manter-me subjugado debaixo dos

ditames da família. Porém, o meu irmão mais velho teve a coragem de se opor a essa decisão, conseguindo dissuadi-lo com o apoio da minha mãe.

Tanto assim foi que trabalhei, primeiro, numa leitaria e, mais tarde, numa casa de venda de hortaliças, num bairro da freguesia da Pontinha, nos arredores de Lisboa, próximo da Escola Agrícola de Paiã, que, na época, se denominava bairro do «Passa Fome». Embora já tivesse uma familiaridade como empregado de café, agora, estava diante de outro tipo de patrões, clientes e consumidores que não primavam por grande poder de compra. Na leitaria, tive de aprimorar os meus dotes profissionais na manipulação de laticínios. Trabalhei por poucos meses porque fiquei desiludido ao observar como um dos patrões tratava as mulheres, fora da normalidade do casamento. Esta postura comportamental baseada numa visão judaico-cristã que assisti de perto, por via de cenas de práticas sexuais misturadas com cenas de prostituição e violência, repugnou-me, mas, ao mesmo tempo, despertaram o desejo de protagonizar cenas idênticas, querendo mostrar suprema virilidade. Claro que a masturbação foi o local próprio dos meus fantasmas sobre a realização sexual que deveria aspirar um dia.

Daí em diante, por esse motivo e outros, entrei numa fase de desilusão, que me levou à prática de roubo de dinheiro da caixa da leitaria. Esses roubos eram, sistematicamente, escondidos numa terra próxima, onde fazia as necessidades básicas de higiene no que concerne a defecação orgânica. Por falta de rigor temporal em esconder esses roubos debaixo da terra, uma das vezes, por descuido, esqueci-me do dinheiro recentemente roubado nas calças, que eram sempre objeto de lavagem semanal por parte da patroa da leitaria. Esta, que era esposa do patrão, que tinha relações com prostitutas, ao aperceber-se das minhas ações de larápio, propõe o meu despedimento. Os patrões, em face dos fatos expostos pela patroa, nada mais fizeram. Ao averiguar a minha prática de roubo e constatar a objetividade da denúncia, fui, automaticamente, despedido.

Não sei se foi por ironia do destino ou por ser considerado uma pessoa idónea, como empregado da leitaria, ou ainda por ser considerado uma pessoa simpática e inteligente, os patrões, que tinham uma casa de comércio de venda de hortaliças, ao lado da leitaria, resolveram contratar-me como empregado.

Passa Fome, Pontinha. Locais da  
Leitaria e do Lugar de Hortaliças  
onde estive empregado, no ano de  
1959. [Foto de Maria da Luz Moita]



Neste lugar, eu tinha por função vender os produtos hortícolas habituais de cada época — couves, batatas, feijão verde, frutos vários, alfaces, tomates e outros legumes —, durante o horário diurno normal. Todos os dias, tinha de levantar-me às três horas da manhã, juntamente com outros empregados que comercializavam e transportavam produtos hortícolas, e deslocar-me numa camioneta comum, alugada, para comprar produtos agrícolas na Praça do Campo Grande, em Lisboa. Estes produtos agrícolas eram, todos os dias, renovados para a venda de hortaliças, no bairro do «Passa Fome». Devo referir que, com esta patroa, para além do salário baixo que recebia pelas minhas funções, também tinha direito a um quarto para fazer frente às minhas necessidades de habitação. Esta função de habitabilidade fazia parte do contrato de trabalho como empregado de comércio, tendo acontecido o mesmo na leitaria.

Neste lugar de hortaliças, para além das peripécias conflituais e contraditórias que existiam entre a patroa, que assumia o lugar de chefia, e o patrão, que trabalhava como ladrilhador no ramo da construção civil, eu presenciei cenas consideradas picantes e amorais no domínio das relações sexuais, então, persistentes no meio urbano, no final da década de 1960. Na rotina de venda de hortaliça e de fruta, frequentemente, uma senhora casada, com uma idade a rondar os quarenta anos, provocava-me, sugerindo que eu fosse com ela para a cama que se situava num quarto próximo das vendas de hortaliças e frutas. Perante tamanha insistência, ousadia e assédio sexual da senhora, eu ficava estupefacto, sem saber o que fazer. O grau de transgressão e de imoralidade era de tal monta e inesperado, que eu não sabia como reagir, tal era o meu medo e a incapacidade manifesta em assumir o meu desejo de satisfazer o que

considerava de prazer sexual. Claro que a frustração desta hipótese de assumir qualquer relação sexual plena com uma mulher que há muito ambicionava, aumentou a dimensão dos meus fantasmas e desejos que tinha sobre a virilidade masculina normativa, dando azo a que enveredasse, sistematicamente, na prática da masturbação individual, hoje, cientificamente, denominada de onanismo.

Entretanto, as relações profissionais da patroa com o seu esposo acentuaram-se, de tal forma, com conflitos e contradições, que o esposo, que necessitava de mim, prontificou-se a contratar-me como seu servente de ladrilhador. Sendo que trabalhar na construção civil era uma profissão de relevo, o meu trabalho de serventia baseava-se na ajuda da construção das casas de banho e das cozinhas dos prédios novos, que estavam a ser objeto de construção no bairro da Buraca. Diga-se que optei por esta solução porque o salário que me oferecia era superior ao que auferia como empregado de venda de hortaliças. Por outro lado, os horários de trabalho praticados na venda de hortaliças obrigavam-me a acordar por volta das três da manhã, menos ao domingo, o que era manifestamente negativo relativamente aos horários de trabalho na construção civil, com 44 horas semanais por via da introdução da semana inglesa. Para além de trabalhar oito horas por dia, de segunda a sexta-feira, e quatro horas de manhã, no sábado, podia dormir mais horas e usufruir de tempo. Com o intuito de melhorar a minha situação, também aceitei esta oportunidade porque já tinha tido conhecimento do que era usufruir de um horário de trabalho com maior autonomia e liberdade, apesar de saber que as exigências de aprendizagem desta nova profissão de servente ladrilhador eram maiores, nomeadamente, na componente física, sobretudo nos aspetos relacionados com o transporte e a transformação de cimento, de areia e de outros materiais de assentamento de azulejos e de ladrilhos nas paredes e nos chãos de cozinhas e de casas de banho.

Nestas duas experiências de empregado de comércio, na leitaria e na venda de hortaliça, não estive mais do que três meses no bairro do «Passa Fome», e, no caso concreto de servente de ladrilhador, só estive cerca de um mês. Diga-se que, nesta última função, não era obrigado a levantar-me muito cedo. Contudo, como não existia qualquer tipo de transporte público ou privado e como não possuía nem automóvel nem bicicleta, estava sujeito a fazer o

caminho a pé entre o bairro do «Passa Fome» e o bairro da Buraca, o que, por dia, demorava cerca de uma hora e vários minutos a percorrer, com a obrigatoriedade geográfica de atravessar uma parte substancial da floresta de Benfica. Saía do bairro do «Passa Fome» por volta das seis e meia da manhã e chegava, geralmente, ao bairro da Buraca um pouco antes das oito horas da manhã. No final do dia de trabalho, pelas dezassete horas fazia o caminho inverso, com passagem pelos mesmos lugares.

Estas experiências de aprendizagem de trabalho revelaram-se assaz negativas a partir das aspirações que tinha criado à volta da vida na cidade. No entanto, propiciaram-me o conhecimento empírico das relações humanas, envolvendo vários grupos sociais, personalidades distintas, graus de educação, conhecimentos, informações diferenciadas sobre política, religião, desporto, valores, ética e moral. Embora já estivesse sensível à apreensão das diferenças económicas, sociais, culturais e políticas que tinha conhecido no meio rural, na cidade, a noção contrastante de rico e de pobre, assim como da discriminação ideológica e política no seio do fascismo de Salazar, não eram ainda muito nítidas.

Manifestamente, essa insatisfação, nas primeiras experiências de trabalhador assalariado em Lisboa, fez com que, mais uma vez, o meu irmão José António Ferreira interviesse, no sentido de envidar esforços, para encontrar um novo patrão mais consentâneo com as minhas aspirações de promoção social. Essa tentativa consumou-se ao encontrar um novo emprego num café, em Lisboa. Esta oportunidade de voltar a ser empregado de café, evitou, sem dúvida alguma, o meu retorno ao campo. Sem ter ainda catorze anos, celebrei um contrato como empregado de um café, na Rua Ilha do Príncipe, no bairro das Colónias.

Café sedeado na Ilha do Príncipe,  
Lisboa, onde exerci funções, no final  
de 1959 e princípios de 1960.

[Foto de Maria da Luz Moita]





Neste café, onde estive durante seis meses, apercebi-me, com maior nitidez, dos conteúdos e das formas da natureza da vida urbana, em contraste com a vida no campo. Os pormenores dessas diferenças estavam bem patentes na influência estética e de beleza dos padrões comportamentais de vestir, de escrever, de falar, da influência da moral e dos costumes e das práticas consequentes sobre a conduta típica dos homens e das mulheres. A abrangência da liberdade de fumar para os homens e para as mulheres, assim como a autonomia e a liberdade de consumo para certas bebidas ou a prática do adultério, como da prostituição, com alguma opacidade, eram, no entanto, assumidas com alguma condescendência pela opinião pública do bairro das Colónias. Vivenciando tudo isto, não foi difícil integrar um processo de aprendizagem da liberdade, mas, também, da crítica e da denúncia da prática dos bons costumes, o que me fez desenvolver opções que jamais teria concebido ou compreendido se tivesse permanecido no mundo rural.

Assim, não é de admirar que, a partir de uma liberdade permissiva sujeita a uma opacidade da aprendizagem na vida quotidiana urbana, tivesse criado uma empatia singular entre mim e alguns clientes mais jovens que frequentavam o café e que, segundo a minha perspetiva, eram coniventes, com comportamentos transgressivos. A desigualdade social era bastante evidente entre os jovens que frequentavam este café, sendo que alguns, muitas vezes, não tinham sequer dinheiro para pagar o café que bebiam diariamente. Por iniciativa própria e também por solidariedade, lembro-me que, várias vezes, com alguns deles e com quem simpatizava, não só não recebia o dinheiro que me era devido, como, inclusive, lhes dava um troco num montante de dinheiro superior a que não tinham direito. Posso dizer que, hoje, para mim, este sentido de solidariedade para com o outro que não possui nada, sempre foi algo espontâneo e informal, de identidade imperativa. Claro que esta identidade pessoal só foi possível de emergir no contexto urbano, na medida em que as práticas de desvio e transgressão são mais compatíveis de vivenciar e de aprender.

O contrato que estabeleci neste café permitiu-me aceder a um quarto numa habitação que o patrão possuía, próximo do café onde eu trabalhava, na Rua Cidade Manchester, no 5.º andar. O andar desta habitação pertencia, na totalidade, ao patrão do café e à sua respetiva família. Não sei se era propriedade

sua ou arrendado, mas, pela maneira como fazia a gestão do andar, tudo levava a crer que era sua. O contrato de trabalho que estabeleci, para além do salário mensal, incluía alimentação, lavagem de roupa e higiene do corpo. Para além deste, todos os dias, sem descanso, ainda tinha de auxiliar o patrão do café nas funções de distribuidor de pão pelos bairros das Colónias e da Penha de França. Esta distribuição de pão era feita só para os clientes que o patrão não conseguia atender, por falta de tempo. Desse modo, ajudava o patrão no serviço do café, dia após dia, e distribuía o pão desde as cinco horas da manhã, na Rua Cidade Manchester e nas ruas limítrofes do Bairro da Penha de França. Logo a seguir, ia abrir as portas do café, por volta das sete horas da manhã. O acréscimo de trabalho e de dispêndio de energia física resultava do facto do patrão do café exercer, simultaneamente, as funções de distribuidor de pão no bairro das Colónias, em Lisboa.

Os vários momentos de perplexidade e de ignorância sobre a vivência erógena dos corpos, devido ao trabalho neste café, levam-me a recordar o passado no campo e a minha aprendizagem social nessa época, permitindo-me comparar e contrastar o verdadeiro sentido e conteúdo das realidades da sexualidade urbana e rural, como também, intuitivamente, os conflitos e as contradições entre estes dois mundos, sobretudo nas características das relações entre pais e filhos, mulheres e homens, jovens e adultos, adultos e velhos, ricos e pobres. Por experiência própria, apercebi-me que a força de aculturação dos valores judaico-cristãos era bastante mais influente no campo do que na cidade. De facto, o grau da liberdade e da autonomia nas relações sexuais entre homens e mulheres no campo não eram só muito diferentes, mas também bastante condicionadas. Em sintonia com essa realidade, o controlo e a sanção moral estavam sempre presentes em qualquer desvio comportamental de incidência sexual. Por outro lado, as hipóteses de mobilidade social, no sentido ascendente, pareciam-me ser mais propícias de visualizar na cidade através das probabilidades de acesso à educação e às profissões nos setores do comércio e da indústria, realidades essas que eram bastante difíceis de almejar nas comunidades aldeãs.

Com catorze anos, comecei a desenvolver o conhecimento possível da sexualidade na cidade e no campo. Para mim, as experiências sexuais que tive nestes dois espaços eram suficientes para ultimar as comparações e diferenças

neste domínio. No entanto, se eu recorrer à memória de uma ocorrência de âmbito sexual na freguesia de Meca, nos finais da década de 1930, sou constrangido a pensar no fenómeno da sexualidade na vida das comunidades camponesas. Nesse sentido, basta explicitar o caso paradigmático de um jovem que se chamava Arturinho que terminou no suicídio. Este, que namorava com uma jovem com a qual estava predestinado a contrair matrimónio, num dado momento da sua vida, foi impelido e teve a ousadia de se relacionar sexualmente com duas irmãs, de nome Vatalina e Rosa. Esta atitude, considerada imoral, criticada asperamente e considerada imperdoável pelas famílias e pela comunidade camponesa da aldeia de Canados e arredores, transformou-se, rapidamente, num clima de culpabilização desviante deste ato sexual. Arturinho, sentindo-se de tal forma incriminado, não teve capacidade para enfrentar os olhares e os ditos da moral vigente. O sentimento de culpa era de tal maneira forte que, passado pouco tempo, enveredou pelo suicídio num poço de água doce, em São Brás, na freguesia de Meca.

O impacto da culpabilização generalizou-se às mulheres que tinham tido relações sexuais com Arturinho, daí que, por vergonha da família e das críticas da comunidade camponesas vizinhas, a Vatalina seguisse o mesmo exemplo do suicídio, utilizando os mesmos argumentos e métodos para esse efeito, baseando-se na culpa e no pecado que tinha cometido com Arturinho. A outra irmã Rosa conseguiu superar esse trauma que manchou os princípios da sagrada família, chegando, pouco tempo depois, à conclusão de que não podia ter qualquer tipo de relações sexuais antes de casar. Este drama sexual, resultante de comportamentos sexuais desviantes no campo, foi um acontecimento histórico de tal impacto que, durante alguns anos, a vida quotidiana das aldeias próximas de Canados foi alimentada pelo imaginário coletivo de pena em relação ao Arturinho e de crítica às irmãs Vitalina e Rosa. Este tipo de moralidade sobre a sexualidade no campo não servia somente para consumo interno das famílias, mas era sobretudo objeto de socialização nos locais de trabalho. Para chegar a esta análise sobre os factos que precederam o meu nascimento e devido à inexistência de documentos escritos, tive de recorrer às informações da minha irmã Maria José e do senhor Mário Cavalheiro, residente em Canados. Para compreender o simbolismo dos desvios padrão da moral sexual

camponesa nessa época, o conteúdo do poema que era cantado nos locais de trabalho é bastante sintomático:

*Ele tinha uma namorada  
Bem perfeita e briosa  
Esta morte foi causada  
P'la Vitalina e a Rosa*

*A irmã a ele se abraçou  
Deitou-lhe os braços ao pescoço  
Arturinho vem comer  
Ainda não tenho vontade  
Vai-me levar o almoço*

*A irmã disse pró pai  
Arturinho vai de ideia perdida  
Seu pai logo o perseguiu  
Mas não lhe pôde salvar a vida*

*Quando seu pai o perseguia  
Ele calhou olhar p'ra trás  
Correu logo mais adiante  
Para o poço de São Brás*

*E quando um homem gritou  
Um homem lá o viu cair  
O seu pai correu e disse:  
Ao meu filho queiram acudir!*

A vivência de relações profundas da sexualidade, praticadas no campo, com algumas experiências fornecidas pela oportunidade de viver em Lisboa, permitiram-me depreender as grandes diferenças nas relações sexuais entre homens e mulheres. Após me familiarizar com uma diversidade de clientes no café da Rua Ilha do Príncipe, depressa denotei uma apetência por criar uma situação

de namoro com uma mulher que estivesse modelada pelos padrões de beleza que eu desejava. Por razões várias, esta opção revelou-se sempre frustrada. Porém, nem sempre as minhas relações sociais de empregado de café ficavam confinadas ao espaço interno, sendo, muitas vezes, solicitado para comercializar produtos junto das famílias que habitavam perto do café. Por essa razão, frequentemente, fui chamado por uma cliente, com cerca de cinquenta anos, para lhe levar café e outras mercadorias a casa. Na primeira e na segunda vez destes pedidos apercebi-me, intuitivamente, que havia algo mais de que uma simples necessidade de consumo de mercadorias, mas algo mais com intenções de provocação sexual. Logo de início, observei que utilizava um pretexto para me atrair para a visibilidade da nudez do seu corpo, pedindo para abrir ou fechar os fechos-éclair do vestido que usava na altura. Por ironia do destino, este exercício de aprendizagem para manusear o fecho não era difícil porque estava sempre desapertado.

Neste ritual de inexperiência de relações sexuais, a senhora pediu-me, todas as vezes que ia à casa dela, com carinho inusitado, que puxasse o fecho do vestido e o deslizasse no sentido de baixo para cima, demonstrando uma satisfação ofegante, dando a atender que gostava que eu observasse a nudez do seu corpo, que tivesse a capacidade de acariciá-lo e consumasse o ato sexual que aparentava desejar. Sentia-me arrepiado, mas com uma vontade enorme e desejo de transgredir, no sentido de iniciar uma relação sexual, apesar da grande diferença de idades que existia entre nós, mas a vergonha e a inexperiência falavam sempre mais alto. Manobrei o fecho-éclair sempre da mesma maneira, repetindo mecanicamente todos os gestos e movimentos físicos que a moral vigente exigia. No fundo, a liberdade, a espontaneidade e a informalidade sexual da senhora personificavam algo que pertencia ao mundo urbano. A frustração desta probabilidade de realização sexual deixou-me bastante desconsolado, com repercussões manifestas no evoluir da minha sexualidade.

A minha ignorância, como produto de uma aculturação judaico-cristã cheia de interditos e atavismos seculares em relação ao prazer e desejo natural do corpo, criou um modelo de autocensura e de autocontrolo com poucas hipóteses de evoluir para o sentido da transgressão sexual. Só muito mais tarde é que me apercebi desse dispositivo normativo que me causava consequências

comportamentais desde os treze anos de idade. Não admira, assim, que este episódio que vivi, quando trabalhava no café, fosse o prenúncio de uma grande denúncia da impotência e da ignorância do meu corpo e de tudo o que emana das relações sexuais. Pergunto: porque senti um enorme desejo, mas nenhum prazer? Porque não fui capaz de entrar no jogo de atração estímulo-resposta personificados pelos corpos? Perguntava-me para que servia o sexo. Para procriar e nada mais? Ou consistia também e, sobretudo, em estabelecer relações entre o homem e a mulher baseadas na virilidade do pénis e na submissão da vagina? Estas interrogações culminavam sempre numa reflexão interna que, em termos práticos, dava azo à continuidade da prática do onanismo.

De qualquer forma, o contraste das aprendizagens e das experiências sexuais do campo e da cidade foi, para mim, bastante esclarecedor das ocorrências que relatei. Não havia comparação possível entre o campo e a cidade no que emanava da liberdade e da transgressão sexual praticada pelos homens e as mulheres. No campo, as mulheres estavam estrangidas a viver uma sexualidade castradora, enquanto que as da cidade viviam uma situação de maior liberdade e autonomia sexual.

Como empregado de café, não havia sábados e domingos de folga, nem tampouco qualquer abertura possível para usufruir dos dias de feriados considerados mais importantes em Portugal. A impossibilidade de trabalhar menos horas nos dias de semana e de, noutros trabalhos em Lisboa, poder usufruir dos sábados, dos domingos e dos feriados, originou uma motivação para querer deixar de ser empregado de café. Por esta razão, equacionei uma estratégia de modo a encontrar um novo emprego que me permitisse alcançar estes desejos. Associada a estes objetivos, estava a hipótese de usufruir do consumo de atividades lúdicas e de seguir o processo de escolarização, que seria a base da minha ascensão social. Ainda que rudimentar, a explicação plausível de só trabalhar por seis meses no café da Rua Ilha do Príncipe resulta da insatisfação que senti a diferentes níveis, mas, particularmente, do impacto negativo que sentia para a minha promoção económica, social, política e cultural.

Por minha iniciativa, e já com alguma autonomia assumida a este respeito, ao fim de seis meses de trabalho no café da Rua Ilha do Príncipe, com catorze anos, arranjei um contrato de trabalho mais favorável numa carvoaria situada

na Rua Heliodoro Salgado, no cruzamento da Rua de Cabo Verde, na confluência do bairro da Graça com o bairro das Colónias. Esta carvoaria, no fundo, era uma taberna clássica, que vendia bebidas alcoólicas e carvão, que servia como fonte de energia das casas lisboetas. Em termos de divisão social do trabalho, as carvoarias eram, geralmente, geridas por galegos que migravam da Galiza para trabalhar em Lisboa. No caso da carvoaria onde trabalhei, assinei um contrato de trabalho com os patrões galegos, quer o homem quer a sua mulher. Ao fim de um mês de trabalho, a saturação emergiu devido ao controlo que era feito sobre o meu trabalho. Por outro lado, o facto de ter que continuar a trabalhar aos fins de semana aprofundou a minha insatisfação. Como consequência, a minha paciência esgotou-se, decidindo rescindir o contrato que tinha feito. Tinha chegado o momento de usufruir das atividades lúdicas e, por outro lado, ambicionava continuar a estudar.

Considerando o limite de saturação que já não suportava, como sempre, pedi a opinião do meu irmão José António Ferreira sobre a probabilidade de mudar a minha situação para outra atividade. Não demorou muito tempo para que o meu irmão encontrasse outro tipo de trabalho. Ainda com catorze anos, arranjei um contrato de trabalho numa drogaria, no Campo Santana. Desta vez, comecei a deliciar-me com um horário de trabalho de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, com a obrigatoriedade de trabalhar 4 horas no sábado de manhã, no contexto de semana-inglesa. Se, até então, quando trabalhei no café, na leitaria, na casa de hortaliça e na carvoaria os contratos implicavam a existência de usufruto de habitação, com a drogaria essa hipótese já não era possível. Para o efeito, a solução preconizada pelo meu irmão consistiu no arrendamento de um quarto para mim e para ele no bairro da Mouraria, em Lisboa.

A estabilidade e a continuidade do emprego numa drogaria situada no Campo Santana, e o custo da habitação, no bairro da Mouraria, depressa se revelaram incompatíveis num horizonte temporal de dois meses, pois o salário, por ser baixo, e o custo mensal da habitação, ser elevado, não permitiam a sobrevivência. A solução encontrada para superar esta incompatibilidade, mais uma vez, foi concebida e decidida pelo meu irmão. Com a promessa de aprender o ofício de mecânico e porque ele já trabalhava como servente na empresa de construção civil e de bombas de água do Engenheiro Antunes

Local da oficina da Empresa de Engenheiro Antunes Ferreira, na Avenida João XXI, em Lisboa, onde iniciei a aprendizagem do ofício de mecânico, no ano de 1960.

[Foto de Maria da Luz Moita]



Ferreira, na Avenida João XXI, o meu irmão envidou esforços junto dos chefes responsáveis desta empresa para conseguir um emprego para mim. Como consequência, em 1960, fui trabalhar como aprendiz de mecânico. Esta empresa, para além de estar habilitada a concorrer em trabalhos da construção civil, também tinha uma base empresarial, que lhe permitia concorrer em trabalhos de saneamento básico, bombas e equipamentos de água.

Esta nova realidade levou a que o meu irmão José António Ferreira arranjasse um local próximo do Areeiro, que não fosse longe da oficina, onde pudéssemos residir e que não implicasse custos de habitabilidade e de transporte. Como os salários eram baixos, sendo que o meu, inicialmente de aprendiz de mecânico, não ultrapassava os quinze escudos diários, a solução consistiu na compra de uma barraca num bairro de barracas, denominado «Quinta da Flamengo», para outros com o nome de «Bacalhau Assado». Este bairro, depois do 25 de Abril de 1974, deu lugar à construção de novos bairros, como é o caso do bairro de Chelas. No mesmo território, tem-se realizado o festival *Rock in Rio*. Nessa época, Lisboa era cercada por bairros de barracas. No caso específico da «Quinta da Flamengo», em 1960, tinha meia centena de barracas. Ao viver numa só barraca com o meu irmão, sem qualquer tipo de saneamento básico, sem água e sem luz, é legítimo deduzir que a higiene era nula e que a mistura nauseabunda de insetos e de ratos era apreensiva de observar, conjuntamente, com o ato de dormir e de cozinhar. Ainda que a higiene das necessidades básicas fosse difícil de operar, mais difícil, ainda, era a confusão e a contradição profunda suportada pelos órgãos sensoriais do olfato e do paladar. A barraca onde vivíamos não tinha mais de catorze metros quadrados. A energia era movida através de



um candeeiro a petróleo, a água era procurada no exterior e as necessidades de higiene básicas eram realizadas numa latrina, no exterior da barraca.

Esta opção de habitação durou pouco mais do que um mês. O meu irmão tinha hábitos de vida que se tornaram incompatíveis para a afirmação da minha personalidade e autonomia. Para além de gostar muito de recorrer às prostitutas, também gostava muito de vinho, o que o levava à necessidade de ter muito dinheiro para preencher essas necessidades. Todas as semanas, eu dava-lhe o meu salário e, em contrapartida, ficava sem nada para as minhas necessidades lúdicas. Ao aperceber-me que estava a ser vítima de uma exploração abusiva, tomei uma decisão que levou à autonomia definitiva da minha vida. Certo dia, quando estava quase a fazer quinze anos, ao tocar a meia-noite, deixei que o meu irmão adormecesse, como habitual, e retirei-lhe mil escudos, fugindo, de seguida, com um saco de linho com todas as roupas que possuía e outros apetrechos higiénicos que necessitava. O percurso da fuga a pé começou na «Quinta da Flamengo», passei pela linha de caminho de ferro da estação do Areeiro, pela avenida Almirante Reis, depois, pela Rua Moraes Soares, a Calçada do Poço dos Mouros e, por fim, cheguei à Travessa do Calado, n.º 22, na Penha de França, onde está hoje situada a Junta de Freguesia da Penha de França, em Lisboa.

Esta fuga para a Travessa do Calado, onde assumi plenamente o sentido do caminho da minha vida, não teria tido sucesso se não tivesse a solidariedade das pessoas que trabalhavam na oficina da empresa Engenheiro Antunes Ferreira. Realço, em primeiro lugar, o encarregado da oficina onde eu trabalhava, que era tratado por todos, respeitosamente, com o nome de Senhor Alves. Era um homem bom e de generosidade invulgar, mas também de uma inteligência intuitiva, no que respeita as relações humanas. Como não teve filhos, talvez, por isso, nutrisse por mim algum afeto, sendo que, quase todos os dias, me trazia comida para a refeição do almoço e, diversas vezes, me convidou para ir almoçar a sua casa, em Odivelas. Essa amizade desenvolveu-se ao ponto de habituar-se, com carinho, a tratar-me por «Rodinhas», devido à minha pequenez. Ele foi, sem dúvida, quem me arranjou a hipótese de habitar numa barraca existente na Travessa do Calado, que era propriedade de um contramestre que trabalhava na empresa, mas que, nessa altura, estava a dirigir

uma obra na Índia, no porto de Goa. Não obstante a falta da presença do proprietário do armazém de construção civil para decidir a utilização desse espaço, o senhor Alves conseguiu arranjar a solução de que necessitava sem sobressaltos, antes que eu tivesse realizado a fuga. Por outro lado, essa barraca já servia de habitação para um colega de trabalho, que se chamava Dantas, mas não originou problema, já que ele não se importava que eu partilhasse o mesmo espaço. Nesse sentido, a sua utilização e funcionalidade tornou-se serena para os dois. Diga-se, também, que, passado pouco tempo, o Dantas se reformou e eu fiquei sozinho a viver na barraca, ainda, por mais dois anos.

Em comparação com a primeira barraca na «Quinta da Flamengo», a da Travessa do Calado era melhor em condições de higiene, dimensão espacial para cozinhar e dormir, acesso a água e a energia e dava, sobretudo, maior privacidade. Todos estes aspetos davam-me alguma autonomia económica e financeira, considerando que não pagava nem renda, nem água, nem eletricidade. Claro que, no interior da barraca, não possuía o que se pode chamar de cozinha nem casa de banho, que me permitisse utilizar água potável e saneamento básico para a minha higiene pessoal e lavagem dos alimentos e utensílios de cozinha. Por outro lado, a falta de um espaço próprio para cozinhar os alimentos, que era indispensável para elaborar o almoço e o jantar, levava-me, muitas vezes, a almoçar na oficina onde trabalhava ou a comprar alimentação já feita. Por motivos de inexistência de saneamento básico, recorria, clandestinamente, a água canalizada no exterior da barraca, tal como a uma latrina que servia para todas as necessidades básicas. No interior da barraca, havia uma cama, mais parecida com uma enxerga, que tinha quase sempre os mesmos lençóis, almofadas e cobertores, muito usados e sujos, sem as lavagens que eram necessárias. À noite, quando dormia profundamente, lembro-me que, habitualmente, acordava sobressaltado, cheio de medo quando sentia que alguma ratazana, com dimensão e peso semelhantes ao de um coelho selvagem, me saltava sobre o corpo, sem, no entanto, durante o tempo que estive na Travessa do Calado, ter sido objeto de qualquer tipo de mordeduras ou ferimentos graves.

Assim como a solidariedade das chefias da empresa Engenheiro Antunes Ferreira foi fundamental para ter acesso a habitação, não é menos verdade que a entrada no mundo de trabalho assalariado no setor industrial como aprendiz

de mecânico tenha sido crucial. Lembro-me muito bem dos primeiros momentos da década de 1960, em que fui solicitado para abrir os caboucos com uma picareta para criar as infraestruturas dos cabos elétricos que forneciam a energia para as bombas centrifugadoras das águas e os dejetos, num projeto de saneamento básico das populações urbanas de Algés, Cruz Quebrada, Caxias, Paços de Arcos, Oeiras, Carcavelos, Parede, São Pedro do Estoril, Estoril, Monte do Estoril e Cascais. Inicialmente, fiquei frustrado, pois pensei que iria aprender o ofício de aprendiz mecânico, quando, em vez disso, fui trabalhar como servente de construção civil.

Passado pouco tempo, este equívoco desapareceu, mas continuei a exercer a função de trabalhador assalariado nesta obra do saneamento básico dos concelhos de Oeiras e Cascais, agora, não como mero servente da construção civil, mas como aprendiz de mecânico adstrito à montagem exclusiva das tubagens, bombas e motores que estavam diretamente relacionadas com a empreitada da empresa. Mesmo que as competências de aprendiz mecânico estivessem circunscritas a um entendimento profissional reduzido, relacionadas com motor, caixa de velocidades, travões e direção de um automóvel ou de um camião, para qualquer aprendiz mecânico já era importante o conhecimento reportado aos apertos e desapertos dos parafusos e das porcas na fixação das tubagens, bombas e motores diretamente relacionados com as estações de saneamento básico dos concelhos de Oeiras e Cascais.

Após a conclusão desta obra, regressei aos trabalhos na oficina da empresa, mas, agora, centrado nas funções de aprendiz de mecânico para que antes estava predestinado, na reparação e manutenção das máquinas-ferramentas, automóveis, camiões, escavadoras, gruas e outras máquinas consideradas fundamentais para a construção civil na época. Esta aprendizagem de mecânico, em 1961 e 1962, deu sustentabilidade aos conhecimentos de mecânica, como ajudante de mecânico nas grandes obras de construção civil. Não admira, assim, que estivesse presente na manutenção de máquinas-ferramentas e montagem de uma grua, que estive desde o início até ao fim na construção da piscina do Areiro, situada na Avenida de Roma, em Lisboa.

Este atributo profissional de ajudante de mecânico, no setor da construção civil, dava-me mais autonomia e conhecimento para executar determinadas

tarefas, obtendo, inclusive, um salário superior, mas sempre irrisório para as minhas necessidades. O meu último trabalho como ajudante de mecânico, na empresa do Engenheiro Antunes Ferreiras, no exterior da sede, foi realizado em 1963, com a reparação e manutenção de máquinas-ferramentas relacionadas com a construção de infraestruturas da Cooperativa Agrícola de Sobral de Monte Agraço. Nesta construção, ocorreu um episódio um pouco hilariante. Não tendo, na altura, a carta de condução para conduzir qualquer tipo de veículo, tomei a decisão de pegar num *dumper*, que servia para transportar materiais da construção civil necessários para essa obra. Aventureiro, ignorante e destemido, na época, repentinamente, transformei-me num condutor inesperado de um *dumper*. Como era de esperar, passado pouco tempo, dei comigo perdido num labirinto de precipitações, de atitudes atabalhoadas, com medo de cair dentro de um lago cheio de água, ao mesmo tempo que me limitava a carregar na embraiagem, nos travões e nas mudanças, sem tirar qualquer partido lógico que impedisse a corrida desordenada no caminho do precipício de um lago adstrito ao perímetro da construção da cooperativa.

A minha vida na cidade de Lisboa, relativamente a esta empresa e à residência na Travessa do Calado, foi intimamente conjugada por uma série de vivências que importa sobremaneira referir. Daqui, posso também extrair as diferenças mais relevantes que percecionei entre o campo e a cidade. Embora a minha imaturidade, destaco a pouca importância que dava à continuidade das relações sociais com a minha mãe que, na condição de viúva, continuava a manter uma solidariedade única comigo, ao mesmo tempo que se esforçava, abnegadamente, para manter, a todo o custo, uma economia de subsistência decadente e uma economia doméstica fragilizada. Digamos que os laços mais prementes que mantinha com a cidade eram, maioritariamente, instrumentais e monetários, enquanto no domínio do campo, apesar das minhas relações serem diminutas, a prática de solidariedade e de amor que a minha mãe tinha para comigo era bastante distinta e singular. Essa diferença no campo era bastante visível quando me apercebia do comportamento da minha mãe no momento da lavagem e passagem da minha roupa a ferro, para utilizar em Lisboa. Esta prática de divisão de género do trabalho, no campo e na cidade, era reproduzida de quinze em quinze dias, entre Bogarréus (Porto da Luz)

e Lisboa, através da empresa de transportes *Claras*. No meu caso, limitava-me a receber a roupa limpa e a enviar a roupa suja, novamente, para o Porto da Luz, a partir da central de camionagem dos *Claras*, na Rua Maria Pia, em Lisboa. Esta prática tornou-se uma rotina, durante os dois anos em que vivi na Travessa do Calado. A cada quinze dias, eu ia buscar essa mesma roupa lavada, utilizava-a e, quando estava suja, expedia-a de novo de Lisboa, via empresa rodoviária *Claras*, para a aldeia de Porto da Luz onde, depois, a minha mãe a iria buscar.

Mais relevante ainda, era o facto de, desde criança deparar-me com problemas e conflitos costumeiros da divisão sexual do trabalho que envolviam o homem e mulher. Em síntese, inculcaram, na minha cabeça, que a mulher era um ser inferior nos domínios físico e mental e que, por consequência, só devia encarregar-se dos trabalhos da vida doméstica: lavar e engomar a roupa, limpar a casa, cozinhar as refeições, coser pão, procriar e cuidar dos filhos. Todas estas funções menores eram descabidas e amorais para qualquer homem que tivesse a veledade de as executar, de tal modo que alguns deles, por essa ousadia, eram considerados homossexuais. Nos primeiros anos que vivi na cidade de Lisboa, no que dizia respeito a esta divisão sexual, não existia diferenças substanciais no plano moral, ético e religioso, o grau de autonomia e de liberdade da mulher era muito maior nos domínios da vida doméstica e da economia de subsistência, tal como no âmbito do desvio e da transgressão da normalidade estrita da sexualidade.

Com quinze anos já feitos, com base na habitação gratuita que possuía e, por outro lado, com o salário que já recebia na empresa do Engenheiro Antunes Ferreira, consegui atingir uma autonomia económica e social. Como não pagava renda de casa, nem água, nem luz, independentemente do um salário irrisório de quinze escudos por dia, conseguia, mesmo assim, poupar e acumular algum dinheiro para fruir um certo tipo de vida quotidiana em contexto urbano. Geralmente, de mês a mês, aos sábados e aos domingos, no tempo da semana-inglesa, aproveitava para visitar a minha mãe, os meus irmãos, os sobrinhos e os amigos de tempos a tempos. Com esta prática, matava saudades da minha terra. Para dar consequência a esta necessidade, comprava fatos, camisas, sapatos e gravatas, sempre com a tentativa de demonstrar

a ascensão social que despontava na minha vida, fazendo valer a estratégia da fuga do campo para a cidade. Esta prática de afirmação pessoal e social acima de tudo procurava desenvolver a ideia de que eu tinha vencido na vida, pela via do trabalho e da luta pela escolarização do ensino secundário e, posteriormente, pelo superior. Quer uma quer outra destas afirmações levar-me-ia à mobilidade e à ascensão social na escala da estratificação social.

Estes pressupostos básicos da minha vida na cidade de Lisboa estavam em articulação estreita com a melhoria relativa da minha situação económica e social. A minha liberdade de ação, em relação às escolhas na vida lúdica, foi desenvolvida no sentido de uma maior diversidade e qualidade, com proeminência para a frequência em cinemas e, por outro lado, em cafés e nas pastelarias dos bairros da Penha de França e da Graça, onde via televisão. Quanto à localização geográfica dos cinemas, posso referir o Martim Moniz, Graça, Anjos, Avenida Almirante Reis, Restauradores, Rossio e Campo de Ourique. Recordo-me da frequência assídua dos cinemas Oriente, Salão Lisboa (Piolho), Royal, Imperial, Império, Olimpia, Édén, Odéon, Politeama, Paris, Esplanada da Cervejaria Portugália, Condes, Rex, Arco Iris, Chiado Terrasse, Animatógrafo do Rossio, Olympia, Cinema Paris, Cinema Ideal, Lys e Cinema Restauradores.

No geral, ainda que pudesse frequentar outros espaços culturais, o cinema preenchia, na quase totalidade, as minhas preferências, já que, por razões de padrão modelar físico, pelas imagens e singularidades dos argumentos, realizações e atuações dos atores e das atrizes, eu construía, à minha medida, os meus desejos, desígnios e preferências junto da divisão sexual padrão, sobretudo nas relações falhadas e fantasmagóricas que mantinha com as mulheres. Esta obsessão, no entanto, mais tarde, foi mudada em termos de problemáticas de solidariedade, de justiça e de emancipação social, no âmbito da sociedade. A razão plausível desta vertente lúdica, centrada no cinema, justifica-se porque me permitiam vivenciar situações de liberdade e de autonomia delimitadas a uma perceção da estética, da beleza e da arte, sem que a minha presença física estivesse presente nas dialogias comportamentais do cinema. Para mim, o cinema assumia um significado íntimo e explicativo por pessoas interpostas, no sentido em que, ser excluído e ostracizado era objeto de arbitrariedades

inconsequentes. Retirava essas ilações das múltiplas imagens que eram exibidas em cada filme, dos discursos narrativos, dos argumentos, das interpretações de cada atriz ou ator, da sua beleza, estética, ética e moral.

Esta substituição simbólica e imaginária, no meu quotidiano, que dava primazia ao mundo cinéfilo, não descurou a oportunidade de assumir o consumo do futebol e de outros desportos. A consumação da prática desportiva centrou-se na aprendizagem da leitura de alguns jornais desportivos, entre os quais *A Bola* e o *Record*. A continuidade sistemática da leitura destes jornais devia-se à minha paixão pelo Sporting. Por este clube, deslocava-me aos lugares mais díspares para assistir a todos os seus jogos, na região de Lisboa, mas também em relação a outras modalidades desportivas, como era o caso do andebol, do atletismo e do ciclismo. Com o ciclismo, essa paixão era personificada, sobretudo, na figura emblemática de Joaquim Agostinho. Para o ver em ação, cheguei a fazer viagens de 50 a 100 quilómetros, na região de Lisboa, só para ter oportunidade de saborear as suas vitórias com a camisola do Sporting.

A primazia da vivência quotidiana, na cidade de Lisboa, no sentido estrito da vida lúdica, foi, quase sempre, assumida pelo cinema. A minha relação de identidade desportiva com o Sporting foi secundária. Por estar alienado ou longe do que se passava na época na sociedade portuguesa, as informações e o conhecimento que possuía através da RTP eram escassas. Quando ouvia ou assistia aos programas da RTP, limitava-me a assimilar, acriticamente, a propaganda informativa que era veiculada pelo regime fascista de Salazar. Mais tarde, alertado para esse facto, apercebi-me que o regime de Salazar tinha uma estratégia política explícita que consistia na fomentação exaustiva da censura política e ideológica. Existiam várias instituições do Estado Novo para assumir essas funções, mas a RTP, desde 1957, tinha um papel fulcral, omitindo ou destruindo todas as informações que subvertessem o regime fascista de Salazar, ao mesmo tempo que elaboravam programas de natureza ideológica, política e de entretenimento, que enalteciam esse mesmo regime. Entre outros, entende-se por que razão a grelha de programação diária da RTP, em obediência estrita a estes ditames, se limitava a reproduzir um pretenso bem-estar social do povo português, através da emissão de programas da Igreja Católica Apostólica Romana e da Fundação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT).

Se bem que de modo diferenciado, esta relação privilegiada com o futebol e o cinema tornou-se determinante para eliminar os resquícios comportamentais judaico-cristãos que tinha adquirido, em grande parte, no campo e no início da minha vinda para a cidade. A proeminência das relações sociais no mundo do trabalho, educação, cinema e futebol levam-me a construir um pensamento articulado com atividades lúdicas singulares, eminentemente profanas. A reflexão e a análise que faço deste mundo profano levam a excluir e a não ter medo de me opor aos medos provocados pelos enigmas, projeções, fantasmas e medos dos flagelos climatéricos provocados pelo mundo sagrado. Estes dilemas do mundo sagrado tinham-me afetado imensamente quando trabalhava nos campos, onde, muitas vezes, só a recorrência aos deuses e aos santos milagreiros poderiam atuar com a proficiência devida no mundo sagrado. Não sendo prenúncios ostensivos e extensivos, o denominador comum das dicotomias existentes entre o mundo profano e o mundo sagrado era enformado pelo ostracismo, anátema, preconceito, anormalidade e normalidade interpretativa e explicativa.

No meu caso, esta evidência empírica substantivada pelos valores dicotómicos da civilização judaico-cristã foi-se desenvolvendo no dia a dia, nos locais de trabalho, nas oficinas e nas empresas onde trabalhei, entre os catorze e os dezoito anos, sendo confrontado com epítetos ou alcunhas quase sempre vivenciadas como atributos genéricos de brincadeira ou de gozo circunstancial sem maldade, sem assumirem uma importância dolorosa difícil de digerir. Que me lembre, entre os meus companheiros de trabalho, muitas vezes, alguns deles, dirigiam-se a mim utilizando epítetos de «rodinhas», «rodas baixas» ou «meia-foda», sendo que esta prática era apenas de alguns e confinada estritamente ao local de trabalho. Não era a prática dos meus colegas que feriam a minha sensibilidade ou autoestima. Os problemas a que me refiro foram gerados em alguns bairros pobres da cidade Lisboa onde residi.

De qualquer forma, esta introspeção no local de trabalho, embora gerasse um mal-estar existencial e alcançasse um certo sofrimento interior, quando extravasava o local de trabalho que frequentava, o meu corpo começou a ser submetido às contingências dos olhares normativos dos jovens dos bairros pobres da cidade de Lisboa. Esta atitude transformou-se num crescendo progressivo,



fundamentalmente, quando residi no bairro da Picheleira, entre os dezasseis e dezoito anos. As alcunhas de «anão», emitidas por meia dúzia de jovens, eram frequentes quando regressava do trabalho aos dezoito anos. Daqui, emerge a inferioridade e negatividade física do meu corpo, como se fosse pautado por um tipo de doença congénita que não lhe me permitiria desejar ou sequer ser desejado como ser masculino. Perante estes dilemas de inferioridade ou espécie de doença física, da minha parte, era difícil obter respostas positivas por parte de qualquer mulher, durante uma dança num baile, no despoletar de interações sociais propícias à realização concreta de relações sexuais normais. Na situação de homem solteiro, seria até difícil consumir uma relação que acabasse em casamento.

Estes aspetos que acabo de focar vão criar uma revolta interior muito singular, que propiciam o solidificar da estratégia que já tinha iniciado no sentido de melhora, essencialmente, da minha situação socioeconómica e educacional. Esta opção foi gerada pelo sofrimento físico e a impotência mental e psíquica de lutar contra as injustiças da sociedade. Daqui, radica o desenvolvimento de um processo de revolta contra a normalidade instituída, despertando em mim uma forte motivação para me afirmar tal como eu era e lutar contra os pressupostos da civilização judaico-cristã e as suas dicotomias perversas. Partindo do princípio que, embora sendo, fisicamente, um anão e, conseqüentemente, estando fora dos cânones normativos do homem padrão, dos múltiplos dicionários que existem nas sociedades contemporâneas, em última instância, o conceito padrão de ser humano, na sua diversidade mental, psíquica e física nunca poderá ser deduzido a partir das figuras dicotómicas gigante/anão, pequeno/grande.

Em última análise, para mim, tratava-se, no fundo, de demonstrar que a sociedade estava errada ou, simplesmente, equivocada a meu respeito. Para dar início a este projeto de ascensão social e de crítica da sociedade, dei entrada no ensino noturno, numa escola industrial e, depois, prossegui esse processo com a entrada no ensino superior, de forma a realizar um curso de medicina. Essa opção começou com a escolarização noturna, aos dezasseis anos, no ano letivo de 1962/1963, na Escola Industrial Afonso Domingues. Como os primeiros anos de frequência da Escola Industrial Afonso Domingues eram dependentes da Escola Básica Nuno Gonçalves, na Avenida General Roçadas,



À ESQUERDA: Escola Industrial Afonso Domingues, em Lisboa. Frequência entre 1962 a 1966. À DIREITA: Escola Industrial Nuno Gonçalves, em Lisboa. Frequência entre 1962 a 1966. [Fotos de Maria da Luz Moita]

nos anos letivos de 1962/1963 e 1963/1964, consegui obter uma avaliação positiva. Nos anos escolares seguintes, de 1964/1965 e 1965/1966, transitei para a Escola Industrial Afonso Domingues, em Marvila, Lisboa, não tendo finalizado o quarto ano.

No que se refere à aprendizagem do trabalho, entre os catorze e dezoito anos, na empresa do Engenheiro Antunes Ferreira, tive a oportunidade de conhecer pessoas muito interessantes, onde o culto da amizade e da solidariedade não são palavras vãs. Ao nível da divisão do trabalho, apercebi-me de uma estratificação social e profissional, que pode ser entendida por um setor administrativo central, como chefe máximo, um patrão que determinava as decisões financeiras, de gestão e de investimento da empresa. No lugar hierárquico inferior, existiam os quadros técnicos superiores e intermédios, assim como os empregados de escritório. Os salários mais elevados eram dos quadros técnicos superiores e os mais baixos eram auferidos pelos empregados de escritório.

Na oficina, propriamente dita, onde trabalhava como aprendiz e, depois, como ajudante de mecânico, tínhamos o chefe máximo que se encarregava do controlo e das decisões concernentes à manutenção e reparação das diferentes máquinas-ferramentas. A seguir, por ordem hierárquica profissional, vinham os oficiais mecânicos de primeira categoria, depois, os meio oficiais, os ajudantes de mecânico e os aprendizes de mecânico. Para além das competências profissionais e dos salários auferidos serem diferentes, é evidente que o salário mais alto era para o chefe (encarregado) e, em seguida, pela sua relevância, revertia a favor dos oficiais mecânicos, meios oficiais, ajudantes de mecânico

e aprendiz de mecânico. Que eu me lembre, nesta casa, não ganhei mais do que vinte escudos por dia e, na minha categoria profissional, nunca fui para além de ajudante de mecânico. No global, esta empresa tinha cerca de quarenta trabalhadores.

Num primeiro momento da minha vida como aprendiz e ajudante de mecânico nesta empresa, tinha um encarregado, já previamente referido como sendo o senhor Alves. Devo enaltecer esta pessoa, não somente pela sua bondade, inteligência e competência, mas também pela sua solidariedade quando assumi a total autonomia da minha vida. Durante quatro anos, porque ganhava quinze escudos e, mais tarde, vinte escudos por dia, aprendi a coser batatas com bacalhau numa forja que existia no interior da oficina, com base na energia de carvão e de uma lata vazia que tinha servido para armazenar banha. Ao saber das minhas dificuldades, era raro o dia em que o senhor Alves não trazia um prato de comida para me alimentar de forma conveniente. Outra pessoa que também me manifestava solidariedade continuada, na oferta de alimentação para suprir as minhas insuficiências nutritivas, era a senhora Arlete, que trabalhava nos serviços administrativos da empresa, num prédio perto da oficina, localizado na Avenida Almirante Reis.

Quando o senhor Alves entrou na reforma, emergiram grandes mudanças na gestão da oficina, a começar pela vinda de um novo encarregado, que se chamava senhor Abílio, de Rio Maior. Na mesma época, ingressaram, na empresa, oficiais mecânicos de primeira categoria de outras proveniências regionais. O senhor Abílio, por ser diferente do senhor Alves, imprimiu uma dinâmica muito mais atribulada nos trabalhos de reparação e de manutenção das máquinas que estavam estipuladas para os trabalhos da construção civil e da montagem e reparação de bombas hidráulicas. Tudo se dinamizou depressa, a um ritmo tal que, muitas vezes, era difícil dar as respostas adequadas, de forma atempada, face às solicitações de manutenção e reparação de máquinas e ferramentas. Apesar das turbulências, tive oportunidade de fazer novos amigos, com a entrada de novos ajudantes de mecânico e mecânicos de primeira categoria, que se revelaram muito influentes na minha evolução profissional.

Foi o caso específico de um ajudante de mecânico com o nome de Ramalho, nascido na mesma vila que o encarregado Abílio, em Rio Maior, e com quem

tive uma relação muito positiva, da qual destaco a amizade, as viagens, as festas que fizemos em Lisboa e em Rio Maior e, também, a hospitalidade que me facultou, na casa dos seus pais, situada próximo do armazém de vinhos da empresa Teobar. Nesta casa, tomei conhecimento da existência da irmã do Ramalho, por quem, depressa, me enamorei. Esta mulher, de nome Eugénia, também se encantou comigo e, por via disso, iniciei uma relação, pela primeira vez na minha vida, quando tinha dezassete anos. Com este namoro, tive a oportunidade de conhecer uma linda mulher que primava pela simpatia e pela educação extremas. Escreveu-me várias cartas de amor, dirigidas a Bogarréus, mas por falta de respostas da minha parte, desvario ou por incompetência relacional desmotivei-me desta hipótese de realização amorosa, sendo que este primeiro namoro entrou, facilmente, no esquecimento, uma vez que os meus desígnios e motivos educacionais, políticos e sociais se tornaram prevaletentes nos meus afazeres da vida quotidiana.

### **A continuidade da minha condição-função de operário e estudante na região industrial de Lisboa**

Entre mim, o senhor Manuel Damásio e o senhor Faria, oficiais mecânicos que conheci nos últimos tempos em que estive na empresa do Engenheiro Antunes Ferreira, após a entrada do senhor Abílio como novo encarregado, criou-se um amizade e cumplicidade profissional que perdurou por largos anos. O primeiro, sendo pequeno como eu, para além de muita educação, tinha uma competência técnica e profissional fora do comum. Já o senhor Faria, gozava de uma sabedoria relacional que tinha com os ajudantes de mecânico e possuía grande competência profissional. Pelas razões aduzidas, ambos tiveram uma grande influência na maturidade e na aprendizagem que desenvolvi com os seus ensinamentos técnicos e profissionais. Do senhor Manuel Damásio, devo ainda destacar o papel de relevo que teve na minha decisão de encontrar uma nova empresa para exercer a minha profissão de mecânico. Por razão de conhecimento pessoal e de um convite que lhe tinha sido feito para ser encarregado de uma nova empresa da construção civil, a José Ribeiro — Indústrias e Comércio, sedeadada na Avenida de Pádua, em Lisboa, Manuel Damásio,

como novo encarregado desta empresa, perguntou-me se estaria interessado em acompanhá-lo como ajudante de mecânico, oferecendo-me um aumento de salário em relação ao que recebia na empresa do Engenheiro Antunes Ferreira e com forte probabilidade de subir de categoria na profissão que exercia. Presenteada esta proposta, ingressei nesta empresa, em 1964.

Voltando ao dilema da minha escolarização, que já havia iniciado com dificuldade no ensino noturno, quando me matriculei na Escola Industrial Afonso Domingues, a minha intenção fundamental consistia na supressão das insuficiências educacionais que detinha e, desse modo, obter uma formação superior no domínio científico da medicina. Logo à partida, este objetivo demonstra bem o meu desconhecimento sobre o conteúdo da educação em Portugal, já que não era pela via do ensino industrial que poderia chegar ao patamar da formação desejada. Assim, de uma forma descuidada e incipiente, estudei matérias clássicas de Português, Matemática, História, Ciências, Desenho Industrial e Religião e Moral, de 1962 a 1966, tendo obtido sempre uma avaliação positiva em todos os anos, menos no quarto ano, que não cheguei a finalizar.

Enquanto frequentei a escola e residi na Travessa do Calado, os transportes não eram problemáticos, já que a distância a percorrer entre a escola e a habitação não chegava a cinco minutos. Neste domínio, a fadiga física era minorada, permitindo-me que estivesse com melhor predisposição e melhor atenção na sala de aula, facultando-me, também, maior disponibilidade para estudar. O conteúdo das matérias disciplinares abrangia um conhecimento científico clássico, muito dado a aspetos objetivos e pouco subjetivos, com exceção da disciplina de Religião e Moral. Parece-me, à distância, que a função da escolarização a que estava predestinado no final do curso, em seis anos, não era mais do que obter um curso profissional de formação média em Serralharia, Mecânica, Eletricidade, Química, Eletrónica, Ambiente e pouco mais. As relações de âmbito pedagógico entre professores e alunos eram bastante hierarquizadas, sem possibilidade ou veicidade de qualquer aluno interpelar ou contestar alguma informação ou conhecimento mal emitido ou mal percebido. Evidentemente que, mais tarde, tendo-me apercebido de que com este tipo de conhecimento científico e pedagogia nunca poderia exercer a profissão de médico, tomei uma decisão drástica no último ano letivo, decidindo desistir

de continuar a estudar na Escola Industrial. Como alternativa para caminhar no sentido da consecução dos objetivos que tinha delineado para obter o curso de medicina, comecei a minha escolarização com o propósito de obter conhecimento sobre matérias das ciências sociais e humanas, razão pela qual me inscrevi no curso liceal noturno do Lycée Français Charles Lepierre, em 1966.

No período em que residi na barraca da Travessa do Calado, esta teve uma relevância pessoal nos campos económico, social, político e cultural, especialmente quando trabalhei na empresa do Engenheiro Antunes Ferreira e quando estudei na Escola Básica Nuno Gonçalves. Essa relevância deveu-se à inexistência de custos de transportes e de habitabilidade, fazendo com que o tempo médio despendido para percorrer as distâncias entre o local de trabalho, as estruturas escolares e o local de residência fossem mínimas e me permitisse acumular poupanças em dinheiro, para além de me proporcionarem uma maior estabilidade para estudar e dormir. Para ir trabalhar, bastava-me ir da Travessa do Calado, descer a Calçada de Poço de Mouros, entrar na Rua Morais Soares até à Avenida Almirante Reis e daqui até à Praça do Areeiro, era um instante, estando, pouco tempo depois, na Avenida João XXI. Se para chegar à escola demorava cinco minutos, para a Avenida João XXI demorava cerca de vinte minutos. Em adição a esta geografia territorial empírica, devo sublinhar que, muitas vezes, o prato de bacalhau com batatas que confeccionava e comia todos os dias era sempre conjugado com uma ida à mercearia da esquina da Avenida João XXI, com a Praça do Areeiro. Todos os dias, sem exceção, eu comprava uma posta de bacalhau por quinze tostões. Todos os dias, sem exceção, ao comprar essa mercadoria, de forma disfarçada, eu aproveitava o momento e furtava outra mercadoria que considerasse mais valiosa. Era o início da aprendizagem do «Partido Mandrakista», que ajudei a criar, mais tarde, em Paris.

Quando saí da empresa do Engenheiro Antunes Ferreira, a habitação de que dispunha sofre grandes mudanças. Como esta hipótese de residência não se identificava com os meus objetivos de estudo e de trabalho, tentei encontrar uma nova habitação que, no caso concreto, fosse próxima da Escola Industrial. Esta opção foi fácil porque tinha um quarto na casa do meu irmão José António Ferreira, na Quinta do Ferrão, onde hoje está o bairro de Chelas, perto, nessa altura, do então designado «bairro Chinês», muito conhecido pela pobreza,



Casa arrendada do meu irmão José António Carvalho Ferreira, na Quinta do Ferrão, em Chelas, onde residi uma parte do tempo em que frequentei a Escola Industrial Afonso Domingues.

[Foto de Maria da Luz Moita]

a marginalidade social e por ser o maior bairro de barracas com maior concentração populacional na zona geográfica de Lisboa. Poderia parecer, à partida, que a crise que atravesssei com este meu irmão na «Quinta da Flamengo», quando ainda trabalhava na empresa do Engenheiro, impossibilitaria um diálogo entre nós, mas não foi isso que ocorreu.

Depois de começar a trabalhar para a empresa de José Ribeiro — Indústrias e Comércio, em 1964, já com dezoito anos, a minha vida sofreu um grande abalo ideológico e político. Aceitei o convite para assumir funções profissionais, de alguma importância técnica, relacionado com tarefas de reparação de máquinas-ferramentas, guas, automóveis, camiões e motores articulados com a atividade no ramo da construção civil. À data, tudo fiz para agradar e merecer a confiança que o senhor Manuel Damásio tinha depositado em mim, ao tomar a iniciativa de me propor um lugar de mecânico nessa oficina e, ao mesmo tempo, compensar-me com um aumento do salário diário superior ao que ganhava na outra empresa, razão pelo qual passei a receber vinte e cinco escudos por dia. Os estímulos desta mudança, envolviam uma melhoria na minha situação económica, mas também e, sobretudo, uma melhoria nas hipóteses de consumir uma aprendizagem mais eficiente, a ponto de poder executar as tarefas de mecânico com mais competência e idoneidade, conseguindo reparar um motor ou uma caixa de velocidades com a proficiência devida.

Ao lado da oficina, existia um escritório no rés do chão e, no 1.º andar, situava-se a residência do patrão e da esposa, que tinham dois filhos, cujos nomes eram Ilídio Ribeiro e Vítor Ribeiro. O primeiro, quando o conheci, estava casado com Flor Ribeiro, que também vivia nessa casa. Nos primeiros meses

da minha vinda para esta empresa, as minhas funções tornaram-se mais exigentes sob o ponto de vista do conhecimento profissional da mecânica de camiões, automóveis e outras máquinas-ferramentas, como era o caso das gruas, máquinas de alcatrão, britadeiras, vibradores de cimento, betoneiras, motores e bombas de ajuda a trabalhos de construção civil de edifícios, estradas e pontes. O número de camiões era bastante expressivo, de tal forma que a empresa era considerada uma das maiores do país, com mais de cem empregados nas diferentes profissões, logo a seguir a outras grandes empresas, como eram os exemplos de Alves Ribeiro e Amadeu Gaudêncio.

Esta mudança não afetou de modo algum a minha persistência na luta pela melhoria do meu estatuto económico e social, sempre sustentado pela melhoria salarial e pelo progresso do meu processo de escolarização. Isso é de tal forma representativo nas minhas opções de vida, que, embora eu tivesse que me deslocar a pé, desde o local de trabalho, na Avenida de Pádua, até ao bairro de Marvila, onde estava situada a escola, nada afetava o meu estado de espírito e luta por estes objetivos bem concretos. Independentemente da hora que levava a caminhar por estradas, ruelas e becos, com chuva, vento, sol ou frio, nada me demovia para chegar, atempadamente, às dezanove horas, às aulas. Quando estas aulas noturnas terminavam às vinte e duas horas e cinquenta minutos, para chegar à casa do meu irmão na Quinta do Ferrão, não demorava mais do que quinze minutos. A vontade de aprender e estudar mantinha-se inabalável, mas a natureza insensível e incompreensível das matérias em termos sociais e humanos, começaram a preocupar-me seriamente, face às exigências propostas como estudante da medicina e como cidadão na sociedade portuguesa.

Em simultâneo com a minha integração profissional de mecânico, por um fenómeno de empatia recíproca, criei laços de amizade e de identidade ideológica e intelectual com Ilídio Ribeiro, o filho do patrão, um elo que não se explica pelas relações sociais e históricas entre a condição de patrão e de trabalhador assalariado, nem tampouco por escolhas e identidades religiosas ou políticas. A criação destes laços de amizade entre caracteres diferenciados e singulares, desenvolveram-se de tal modo que as novas relações chegavam quase sempre a objetivos comuns de amizade, de solidariedade e de liberdade. Em abono da minha memória longínqua, retenho que, embora fosse filho do patrão, Ilídio



Ribeiro introduziu-me numa parte substancial da sua vida, da qual despontou uma aprendizagem de vida que culminou na minha luta pela emancipação social. Em consequência desta perceção, convidou-me, várias vezes, a jantar em sua casa, a viajar nos fins de semana para algumas zonas geográficas do país, longe de Lisboa — Tomar, Coimbra, Faro, Évora, Setúbal, entre outros.

Da amizade com Ilídio Ribeiro, tão importantes que foram estas viagens de passeio de automóvel, jantares e almoços, estimo as imensas leituras de certos livros que ele me aconselhava a ler e a refletir; eram livros proibidos pela censura do regime fascista de Salazar. Entre vários, posso referir os seguintes livros: *O Mundo da Paz* e *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado; *O Capital*, de Karl Marx; *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos; *A Mãe e Pequenos Burgueses*, de Máximo Gorki; e a *Geografia da Fome*, de Josué de Castro. É evidente que li outros livros que não refiro aqui, mas também estou consciente de que foram estes, basicamente, que desbravaram o terreno ideológico e político, dando azo à iniciação da desconstrução, da crítica e da luta contra o fascismo de Salazar. Por outro lado, as leituras destes livros, por si só, estimularam uma discussão ulterior entre mim e Ilídio Ribeiro, o que permitiu consolidar a nossa amizade pessoal, e a minha própria identidade.

Esta sintonia ideológica e política, à primeira vista, não tinha sentido lógico, já que estávamos na presença de uma contradição e conflito entre um operário e um filho do patrão, geralmente, não compaginável com o quadro explicativo e compreensivo da luta de classes e da revolução social. No entendimento comum e real do termo, só as personalidades singulares que estavam neste jogo interativo de relações contraditórias e conflituais poderiam admitir este tipo de relações. Todavia, logo no início da minha entrada na empresa de José Ribeiro, eu próprio, ouvi dos outros colegas de trabalho que Ilídio Ribeiro era um homem de oposição ao regime político vigente, ao contrário do seu irmão Vítor e do seu pai, que primavam por uma postura conservadora identificada com os desígnios do salazarismo. Já Ilídio Ribeiro estava numa oposição frontal a estas ideologias. As contradições geraram muitas discussões entre eles e até confrontos físicos. Para dissuadir o desenvolvimento desses conflitos, o pai, José Ribeiro, delegou as funções de coordenação da oficina e da extração da areia no rio Tejo, na zona do Beato e Marvila, em Lisboa, a Ilídio Ribeiro,

e a coordenação da construção de edifícios e outras obras públicas, a Vítor Ribeiro.

Estas opções do patrão José Ribeiro foram importantes porque deixei de estar sujeito a um tipo de gestão, de controlo e de decisões que eu já não suportava. Por decisão de Ilídio Ribeiro, logo que cheguei à empresa de José Ribeiro, o senhor Gualdim foi nomeado chefe da contabilidade e da administração dos trabalhos que envolviam a oficina. Por sugestão do senhor Gualdim, foi-me oferecida a possibilidade de residir num quarto da sua habitação, na Calçada da Picheleira, em Lisboa. Esta opção de arrendamento de quarto foi indispensável, já que a residência estabelecida, há alguns meses, na casa do meu irmão José António Ferreira era um pouco distante do local de trabalho. Por outro lado, tinha um ambiente mais propício para prosseguir os meus estudos na Escola Industrial. Decidi aceitar a proposta do senhor Gualdim e aluguei o quarto na sua casa. Também tive possibilidade de usufruir de refeições e de roupa lavada, tendo ainda hipóteses de frequentar lugares lúdicos, como os cafés em espaços públicos próximos, o acesso a transportes públicos e ir com frequência ao cinema. Como era lógico, não necessitava mais que minha mãe lavasse e passasse a minha roupa a ferro.

Fulcralmente, é nas idas e vindas para o local de trabalho, para a Escola Industrial Afonso Domingues e para a nova residência na Calçada da Picheleira que me apercebo, objetivamente, dos efeitos perversos do epíteto de «anão». Situações hilariantes e dolorosas que eu procurava colmatar, voltando costas àqueles que julgavam que possuíam exercer os seus direitos e os deveres, violentando-me como os seus risos, chacotas, ostracismos, preconceitos, anátemas, e discriminações normativas, como se estivessem a culpabilizar-me de

Local onde estavam instaladas as atividades da empresa José Ribeiro – Indústrias e Comércio, na Avenida de Pádua, em Lisboa. Para além da residência, tive oportunidade de exercer a profissão de ajudante de mecânico durante dois anos.

[Foto de Maria da Luz Moita]



uma doença ou de uma anormalidade física. Nestas alturas, o meu sofrimento psicológico assumia proporções inauditas, nada valendo a minha revolta contra esta situação. Nesses momentos, apercebi-me de que, no espaço público, quem opina e quem manda é o povo ou a multidão. Eu ainda tentava reagir, mas não valia de nada. O melhor era fugir o mais depressa possível, evitando, desse modo, ouvir o som e o significado das palavras que tanto me magoavam. Não sei se foi por educação formal ou por respeito, nos meios intelectuais e estudantis, nas classes ricas, nas classes médias e no meio operário que frequentei durante vários anos, não tive a percepção direta e objetiva de assistir ao que vivenciei neste bairro pobre de barracas, na zona de Lisboa.

Como resultado lógico desta realidade que ia interiorizando, gradualmente, em muitas noites longas, refugiava-me num sofrimento que não tinha fim, mas a minha autoestima colidiu, drasticamente, com esta postura de vitimização, de ser considerado a negação do modelo tradicional de homem. Desde então, comecei a construir uma identidade assente na minha própria singularidade e não na imitação de algo que jamais podia ser. Com a força estruturante do meu intelecto, conjugada com leituras de livros e de jornais das ciências sociais e humanas, da literatura, da poesia e de romances, procurei alimentar o meu cérebro. Estas leituras foram realizadas a partir de um léxico gramatical da civilização judaico-cristã, sempre dentro de um esquema interpretativo e explicativo dicotómico entre bem/mal, vida/morte, bonito/feio, amor/ódio, gigante/anão. Arranjei um escudo para a minha defesa que passou, num primeiro momento, pela escolha estratégica de me subtrair aos elementos avaliativos padrão de carácter físico e enveredei pela conquista de outros fatores, com incidência nos elementos mentais, tentando, por essa via, demonstrar que era maior e superior à grande maioria, sem necessidade de recorrer a qualquer tipo de normalização dicotómica, envolvendo o superior/inferior e o grande/pequeno.

Por razões que já apresentei, na minha trajetória biológica e social, a escola era, por excelência, uma potência estratégica que poderia estruturar os objetivos que há muito havia entendido como a matriz vencedora e estruturante da minha mente, não esquecendo a força energética do meu corpo. Ao atuar nestes domínios, a minha satisfação em existir tal como sou e como queria ser, projetava-me, exponencialmente, no sentido irreduzível da emancipação social.

Todavia, como já foi mencionado, a educação que eu desejava não se coadunava com a aquela que era ministrada na Escola Industrial Afonso Domingues. As leituras de livros e as conversas que eu tive com o Ilídio Ribeiro, despoletaram, com maior clarividência, o conteúdo das ciências sociais e humanas, das quais poderia projetar a minha identidade com o ensino superior da medicina. Não admira, pois, que, passado pouco tempo, tenha desistido de estudar na Escola Industrial, em 1965.

Ao fazer a escolha estratégica de abandonar a Escola Industrial, decidi começar o curso noturno no Lycée Français Charles Lepierre, situado na Avenida Duarte Pacheco. O curso estava dividido em três ciclos. Primeiro ciclo (1.º e 2.º anos), segundo ciclo (3.º, 4.º e 5.º anos) e terceiro ciclo (6.º e 7.º anos). Frequentei o Lycée Français de 1966 a 1969. Consegui ter avaliação positiva no primeiro e segundo ciclos, não obstante só ter realizado provas positivas em ciências e ter descurado as letras. Frequentei o terceiro ciclo, mas por razões de integração no esquema da ação revolucionária contra o regime político de Salazar e Caetano, e enveredar pela emigração, abandonei os estudos no liceu, em 1969. A consecução prática da minha escolarização, estava em estreita consonância com as matérias lecionadas no Lycée Français Charles Lepierre, sobretudo, tendo presente o conteúdo das ciências naturais identificadas com a profissão de médico.

Enquanto trabalhava na empresa José Ribeiro, a partir de 1965, foram construídas, no terreno contíguo da oficina, três barracas de tijolo, que foram oferecidas como espaço de habitação a três dos seus empregados. Uma delas foi concedida a um motorista, primo do Ilídio Ribeiro, que se chamava Arlindo e que, mais tarde, se formou em medicina, tendo falecido em 2010; outra, foi concedida a um encarregado de obras chamado Gama de Mértola e; a última, foi-me concedida porque exercia as funções de ajudante de mecânico. O espaço era maior e as condições de higiene eram muito melhores em comparação com as outras barracas de madeira que já tinha habitado. A grande vantagem desta barraca relacionava-se com a consistência da construção em cimento e tijolo e na inexistência de qualquer pagamento monetário. Por outro lado, sublinhe-se a inexistência de qualquer tempo para ir do local da habitação ao local de trabalho.

Por várias razões de proximidade habitacional e de amizade no trabalho, enquanto trabalhei e residi na empresa José Ribeiro, foi possível participar

numa série de convívios, com especial preleção à realização de grandes patuscadas no local de habitação, ao mesmo tempo que também eram desenvolvidas grandes farras com a comunidade empresarial. Em paralelo, por vezes, no final da jornada de trabalho realizava saídas com os meus colegas, deambulando pelas tabernas de Lisboa, Moscavide, Praça do Chile ou, ainda, pela cervejaria Portugália, na avenida Almirante Reis. No final, o mais lógico era apanhar algumas bebedeiras, algo que, para mim, foi sempre raro. Entre aqueles que participavam nestes convívios de petiscos e álcool, destaco Manuel Damásio, Faria, Rogério, Venturinha, Gama e Arlindo. Esses petiscos, vinho e cerveja eram intercalados com almoços em Moscavide.

No dia a dia das minhas funções de ajudante de mecânico, a dado momento, tive de reparar o acelerador de um motor de uma máquina-ferramenta, que estava estragado. Como o cabo do acelerador não saía com a facilidade que eu esperava, fui buscar um escopo e um martelo para extraí-lo. O resultado desse ato foi o alojamento de um pedaço de aço do escopo no interior do meu olho esquerdo, obrigando-me, mais tarde, a ser internado de urgência no Hospital de Jesus, em Lisboa.

Antes de ir ao hospital, fui observado pelo Dr. Monteiro Grilo, no seu consultório, na Rua Alexandre Herculano. O diagnóstico revelou-se de uma certa gravidade, daí que fosse necessário proceder ao meu internamento, com a finalidade de ser realizada uma intervenção cirúrgica. No hospital, observei que todos os que estavam hospitalizados nas salas da cave eram trabalhadores, geralmente ligados a companhias de seguros e à segurança social. As condições logísticas de serviços de saúde e de bem-estar social, desde o início do internamento até ao final da permanência dos doentes, deixavam um bocado a desejar. Em contrapartida, os andares superiores do hospital estavam apetrechados de serviços médicos e de outros serviços de saúde mais sofisticados, com melhor bem-estar social e higiénico. Estes andares estavam predestinados a acolher doentes com estatutos mais privilegiados, como era o caso dos padres, dos bispos e de pessoas de classes ricas.

No dia em que o Dr. Monteiro Grilo realizou a intervenção cirúrgica para extrair o corpo estranho do meu olho esquerdo, senti muitas dores, esbatendo-me com enormes picadas no olho sem me poder mexer. Este sofrimento só

aconteceu porque não fui devidamente anestesiado. Este facto anómalo, por ironia do destino, possibilitou-me assistir a algo inédito no Hospital de Jesus. Quando o Dr. Monteiro Grilo realizava a intervenção cirúrgica, num processo paralelo e simbiótico, verifiquei que uma freira sentada no canto da sala das operações rezava de forma esmerada, pedindo o auxílio de Deus para que nenhum mal me acontecesse. Depois desta intervenção cirúrgica, fui ocupar novamente a sala onde estava internado para realizar a recuperação da visão.

Das múltiplas peripécias que vivenciei no Hospital de Jesus, importa referir algumas que me impressionaram na altura. Quando regresssei à sala onde estava internado, só o pude fazer com os olhos vendados, condição indispensável para me restabelecer fisicamente. Desde o início que sempre tive relações amistosas com os outros doentes. Por diversas razões, desde que tinha estabelecido uma aprendizagem de identidade ideológica e política com o Ilídio Ribeiro, a força motivacional de luta contra o regime fascista de Salazar tornou-se uma posição comum na minha vida. Não admira que, em qualquer situação, arranjasse sempre um pretexto para despoletar uma atitude de crítica radical do salazarismo. A minha ousadia era de tal ordem explícita e incisiva que extrapolava a atenção dos doentes e, logicamente, chegava aos ouvidos de uma ajudante de enfermeira. Esta ao aperceber-se do conteúdo das minhas insinuações antifascistas junto dos outros doentes, não se coibia de escutar as minhas conversas subversivas. Devido às circunstâncias, enquanto enfermeira ajudante, estava incumbida de me dar os almoços e os jantares, sendo que, por normas da ingestão da alimentação, estes eram fornecidos através de um funil devido aos meus olhos vendados. Na latitude comportamental desses momentos, a enfermeira ajudante não tinha vergonha em dizer-me sub-repticiamente ao ouvido que eu estava possuído pelo demónio, simbolizado pela existência de uma serpente. Perante esta perplexidade existencial, não tinha dúvidas que estava a mais no Hospital de Jesus, daí que, sem pedir autorização e sem ter alta do médico que me operou, resolvi fugir e regressar ao local de trabalho.

Para todos os efeitos, a gestão da oficina mecânica da empresa era da responsabilidade de Ilídio Ribeiro. Sem pedir autorização ao seu filho, José Ribeiro resolveu reverter as decisões anteriores do filho, tomando a decisão de me mandar trabalhar num local exterior da oficina mecânica, atendendo

ao manuseamento de uma máquina de produção de alcatrão, que estava situada junto ao Estádio do Jamor, próximo de Queijas e de Cruz-Quebrada. Contestei esta decisão, dizendo que as minhas funções eram de mecânico e não de operador de máquinas de alcatrão, mas de nada valeu. Ainda trabalhei cerca de três meses neste estaleiro de produção de alcatrão para piso das estradas. A minha função consistia em manipular uma série de botões que se articulavam com misturas de medidas padrão de brita, areia e alcatrão, em concordância com um tipo de temperatura padrão. Após sucessivas descargas e cargas de materiais para os camiões, o alcatrão era transportado e aplicado nas estradas que a empresa José Ribeiro — Indústrias e Comércio tinha para realizar.

Esta função de manobrador de máquinas de alcatrão traduziu-se na impossibilidade em dar continuidade nesta empresa. A saturação gerou o pedido de desvinculação do contrato de trabalho com a empresa de José Ribeiro, em princípios de 1966. Esta atitude não diminuiu a minha amizade e consideração por Ilídio Ribeiro, pelo contrário, desde que saí da empresa do seu pai até à sua morte, a 3 de fevereiro de 2012, sempre tive com ele uma série de relações privilegiadas que fortaleceram, progressivamente, a amizade e a consideração mútua.

A partir do momento que rompo com esta empresa, as opções que se seguem vão no sentido de criar sustentabilidade em relação à minha situação económica e financeira. Encontrar trabalho e domicílio revelaram-se cruciais. No confronto e na leitura de anúncios, na época, entre as várias hipóteses, a melhor empresa que encontrei foi a Evicar — Comércio de Camiões, Lda., na Rua Casal Ribeiro, em Lisboa. Iniciei as minhas funções de mecânico nesta empresa, em finais de 1966. O salário mensal que recebia era substancialmente superior ao que recebia dantes, devido, em parte, à subida de categoria de ajudante de mecânico para meio oficial de mecânico. Agora, o meu trabalho era mais exigente e estava exclusivamente confinado à reparação e manutenção de camiões DAF (Doorne's Automobiel Fabriek). Era um trabalho que exigia algum esforço físico, mas também alguma competência profissional. Como o encarregado não tinha grande simpatia por mim e, por vezes, bebia em demasia, os trabalhos que me dava consistiam quase sempre em reparar os travões e as embraiagens dos camiões e pouco mais do que isso. Havia bons colegas

de trabalho que tentavam suprir essas contradições profissionais, como era o exemplo de Campos, mas tudo isso não evitou um avolumar de frustrações que originou o meu pedido de demissão dessa empresa.

Quando passei a trabalhar na empresa Evicar, tive de arranjar uma nova habitação, tendo, para efeito, alugado um quarto na Rua Alexandre Herculano, em Lisboa, a uma senhora com cerca de 60 anos. O contrato incluía a lavagem e a engomagem de roupa. Perante esta nova situação, que se regista a partir de 1967, como já o tinha feito antes na Calçada da Picheleira, deixei de enviar a minha roupa para a minha mãe, já que estas novas condições de habitabilidade tornavam desnecessário o esforço físico que a minha mãe teve durante vários anos na lavagem, engomagem e no transporte da minha roupa.

Ainda quando trabalhava na empresa Evicar, encontrei um quarto mais perto do local de trabalho e aluguei-o, numa casa situada na Rua José Estevão, próximo do jardim Constantino e do largo de Santa Bárbara. As vantagens deste quarto residiam, igualmente, em não necessitar pagar transportes. Era uma casa partilhada com uma família, constituída por três pessoas: marido, mulher e a irmã da mulher. Esta era um pouco mais velha que eu e era solteira. Porque era uma camponesa recém-chegada a Lisboa, tinha uma aparência física que despoletava, em mim, um desejo enorme de consumir uma relação sexual. Como sempre, a fuga fantasmagórica para a masturbação resolvia este problema de índole sexual.

Não vivi muito tempo na Rua de José Estevão. Estes episódios singulares de abstinência fantasmagórica sobre o sexo foram facilmente esquecidos quando mudei de local de trabalho e de habitação para o bairro de Campolide. Em confronto com várias hipóteses de contrato de trabalho como oficial de mecânico, encontrei na empresa Fonseca & Miranda, Lda., na Rua Marquês da Fronteira, no bairro de Campolide, em meados de 1967, uma oportunidade única, principalmente no aumento substancial de salário mensal que me era oferecido. Como consequência, tive de deixar o quarto na Rua José Estevão e arranjar outro quarto próximo do local de trabalho. Essa escolha recaiu na Rua Dom Francisco Manuel de Melo. Na oficina da empresa Fonseca & Miranda, Lda., eu tinha uma tarefa básica a executar: realizar a reparação e a manutenção das camionetas para a recolha e transporte do lixo que eram geridos pela



Câmara Municipal de Lisboa. Com o contrato estabelecido com o patrão, tratado pelos meus colegas de «Zé Ladrão», logo de início, tive oportunidade de usufruir de um salário de 70 escudos diários, bastante superior ao que recebia nas empresas precedentes onde tinha trabalhado. A empatia que criei com quase todos os colegas de trabalho permitiu-me estabelecer uma grande amizade com Vítor Mora e Pisco e, desde então, criar situações de identidade coletiva, que perduraram enquanto me mantive no bairro de Campolide, chegando a participar em reuniões familiares no bairro da Liberdade com Vítor Mora, um bairro muito próximo do bairro de Campolide. Diga-se que Vítor Mora era um profissional extremamente competente e uma pessoa deveras simpática, razão pela qual tinha um papel estratégico importante na regulação de conflitos na empresa.

A proximidade entre o local de residência e o de trabalho permitiu-me iniciar um processo de conhecimento e de identidade quotidiana no bairro de Campolide. Quando via televisão, bebia um café ou jogava às cartas recorria sempre a um café situado na Rua de Campolide, onde me deleitava após um dia de trabalho. Quando queria exprimir a minha revolta e contestação pelo regime fascista era com o senhor António, que possuía uma loja de roupas contígua ao café, também, na Rua de Campolide, que mantinha conversas inacabadas e contestatórias do regime. Sem ser de teor contestatório, tinha imensas conversas nessa loja de roupas com o sobrinho Joaquim. Com os dois, jogava, frequentemente, à sueca no café referido, do senhor Manuel e do senhor Almeida. Devo aludir que a vinda para o bairro de Campolide foi bastante positiva, na medida em que já tinha iniciado a minha escolarização noturna no ano letivo de 1966/1967, no Lycée Français Charles Lepierre, como tinha perspectivado.

Por várias razões, a partir do momento em que passo a morar no bairro de Campolide, a minha vida desenvolve-se com maior facilidade em termos de tempo e custo de deslocação de transporte, entre o trabalho, a casa e o liceu. Todos estes espaços geográficos eram bastante próximos uns dos outros. Deste modo, os espaços do trabalho, estudo e habitação eram todos interdependentes e complementares, com fácil integração e funcionalidade no que respeita à minha vida quotidiana.

Se tiver presente a predisposição comportamental para a ação individual e coletiva que tinha vivido antes, através da aprendizagem das relações estabelecidas com o Ilídio Ribeiro, é fácil de perceber que as leituras de determinados livros, como as conversas verbalizadas com um conteúdo de oposição ao regime de Salazar e, ainda, a audição das emissões da Rádio Voz da Liberdade, da Frente Patriótica de Libertação Nacional, sediada em Argel, conferiam-me uma necessidade intrínseca de ação e de participação permanente em discussões espontâneas e informais, nos locais de trabalho e nos locais públicos propícios para assumir a minha oposição ao regime fascista. No bairro de Campolide, mais do que em qualquer outro bairro, encontrei esse espaço de liberdade de intervenção.

Quando as relações se desenvolvem de forma espontânea e informal, a probabilidade de construir laços ideológicos identitários também se tornam grandes. Como frequentava, durante três dias da semana, no período da noite, o Lycée Français, todos os outros dias, incluindo sábados e domingos, eram utilizados para as atividades lúdicas na frequência de cafés e cinemas, ao mesmo tempo que fazia a prospeção de iniciativas políticas. Algumas pessoas que frequentavam o café do senhor Manuel e do senhor Almeida começaram a identificar-se com as minhas opções políticas ou tentavam inquirir-me sobre as modalidades do meu pensamento. Algumas conversas ficavam por ali, mas outras eram veiculadas para um patamar de natureza clandestina. Na altura, não me apercebi, mas um amigo que arranjei no café, de nome João Oliveira, despoleitou-me uma grande curiosidade revolucionária e ideológica ao perguntar-me se eu conhecia o papel do anarco-sindicalismo, em Portugal. Interroguei-me sobre a minha ignorância e perplexidade, mas não soube manter uma conversa conclusiva sobre o anarquismo e a anarquia com João Oliveira, que seria, no meu entendimento, sem o afirmar explicitamente, anarco-sindicalista. João Oliveira morreu depois do 25 de Abril de 1974. Depois de algumas conversas que mantive com ele, em 1968 e 1969, sugeriu-me que falasse com algumas pessoas que residiam no bairro de Campolide. Mais, concretamente, com Francisco e Elvira Nereu, que estavam casados e residiam na Rua Carlos de Mascarenhas, e com João e Odete Paiva, igualmente casados, que habitavam na Rua de Campolide.

O diálogo que mantive com João e Odete Paiva foi mais incisivo porque as discussões eram muito mais abertas e simples e, ainda, porque eram conjugadas com almoços, jantares, festas e viagens. Com o Francisco Nereu, esta intimidade nunca foi conseguida, porque as relações que tínhamos eram muito formais e quase sempre cingidas a uma base comportamental clandestina, por medo dos efeitos nefastos da PIDE. A este propósito, certo dia estava na casa de Francisco Nereu e, por dinâmica do militantismo político que nessa altura imprimia a qualquer ação que me propusesse desenvolver, solicitei o telefone para realizar uma chamada a um amigo conhecido. Com alguma paixão, deixei escapar uma informação que eu julgava que não tinha qualquer implicação prisional, quer para ele quer para mim. Por consequência, a exaltação de Francisco Nereu foi de tal ordem, que eu pensei que tinha cometido uma traição à pátria do comunismo e que tinha posto em risco a liberdade dos militantes revolucionários de Campolide. Devo afirmar que as minhas relações militantes com a sua esposa Elvira Nereu foram sempre extremamente tranquilas e empáticas, demonstrando um carácter totalmente oposto ao que o seu marido demonstrou nessa ocasião.

Odete e João Paiva tinham uma atitude ideológica e militante persuasiva diferente. Ainda hoje, não sei se o João estava na clandestinidade ou aparentava estar mal de saúde, a verdade é que só o vi sair do prédio quando me levou duas vezes a conhecer uma casa que tinha no Alentejo. Nessas viagens, constatei que, para além de criticar asperamente a ditadura implantada por Salazar, também elogiava as grandes realizações revolucionárias da URSS e de Cuba. Por mera intuição, penso que estava na clandestinidade quando tentaram educar-me e persuadir a aceitar ideologia política do Partido Comunista Português (PCP). Estas tentativas de persuasão ideológica e política levaram-me, mais tarde, em 1969, a enveredar por uma militância política ativa, nas eleições de 1969, como delegado da freguesia de Campolide, em representação da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), nas eleições para a Assembleia Legislativa, em 26 de outubro de 1969.

Neste período, a minha vida, no geral, primava por estas relações no bairro de Campolide, assim como pelas relações de trabalho e o processo de educação, no terceiro ciclo no Lycée Français Charles Pierre. As minhas necessidades sexuais e lúdicas não paravam de aumentar. Desse modo, o café do senhor

Manuel e do senhor Almeida não serviam exclusivamente para jogar as cartas e beber cafés, mas também para visualizar programas de televisão (RTP). Nesse tempo, como não ia aos bailes, enquanto via a televisão e observava se havia uma mulher junto de mim, fosse viúva, solteira ou casada, tinha sempre a tendência em despertar respostas sempre baseadas numa iniciativa pautada pela transgressão e o desvio objetivado no contacto físico. As pernas e as mãos eram a parte do corpo que utilizava mais frequentemente para desenvolver essas respostas de índole sexual. Esta forma fantasmagórica e imaginária para assumir os meus desejos sexuais em relação às mulheres era também utilizada, algumas vezes, nas salas de cinema que frequentava. Estas iniciativas resultavam sempre em atos de frustração sexual. Por medo, por vergonha ou por total desacordo das mulheres que namoriscava, restava a solidão que levava à prática do onanismo de forma sistemática. Por outro lado, desenvolveu-se a procura da prostituição numa casa privada, na Rua Luciano Cordeiro e, mais tarde, na Rua Arco Carvalhão, em Campolide.

Esta realidade da minha vida sexual não me impediu que, antes e mais tarde, no ano de 1967, me envolvesse numa relação amorosa com uma mulher chamada Amélia, que tinha conhecido em 1964, no concelho de Alenquer. A empatia que foi criada entre nós, em termos de amor e amizade, era grande, ainda que a beleza dela tenha inspirado a minha escolha. Este namoro durou alguns anos e previa-se a realização de um casamento formal. Tudo evoluía normalmente, até que, em princípios de 1968, se chegou a uma fase de experimentação sexual efetiva, quando eu residia num quarto na Rua Carlos de Mascarenhas. Não importa sublinhar o conteúdo dessa experiência, o facto é que, na altura, compreendi que estava vocacionado para dar toda a minha vida à revolução, razão suficiente para não poder casar e ter filhos, assim como não ter qualquer condicionalismo na minha liberdade de ação. Foi uma reação inesperada da minha parte, mas, no calor dessa experiência, expliquei à Amélia que não podia continuar a consumir o ato sexual devido à responsabilidade revolucionária que tinha para com a sociedade.

Após ter trabalhado alguns meses como mecânico de segunda, na reparação e na manutenção das camionetas que serviam de recolha e de transporte do lixo na empresa Fonseca & Miranda, Lda., pouco tempo depois, ainda em 1967,

fui trabalhar para esta mesma empresa, mas, agora, nas instalações do complexo de armazéns e de oficinas da própria Câmara Municipal de Lisboa, em Alcântara. Aqui, encontrei outro ambiente de trabalho com outros colegas e outro chefe. O encarregado, que se chamava senhor Diogo, era bastante controlador dos movimentos dos trabalhadores e estava sempre pronto para aplicar reprimendas a qualquer um que não tivesse um comportamento conforme os seus objetivos e desígnios. O trabalho, por vezes, tornava-se monótono por não exigir a execução de tarefas com alguma competência e pouca realização profissional. Eu era um dos que contestava esta situação de marasmo, ao ponto de o encarregado da oficina me enviar para organizar uma espécie de armazém de peças e de parafusos, que eram necessários para a reparação e a manutenção de motores, caixas de velocidades, embraiagens e travões das camionetas de lixo.

Passado algum tempo neste complexo da CML, em 1967, chegou um colega de nome Manuel Maria Lopes para exercer as funções de mecânico de segunda categoria. Logo de início, de uma forma espontânea e informal, criaram-se laços de amizade indestrutíveis, de entendimento, de empatia e de identidade entre nós, que continuaram ao longo do tempo e ainda hoje perduram. O entendimento que se estabeleceu entre nós desenvolveu-se em muitos aspetos nas relações de trabalho, mas depressa se estendeu à família. Assim, o Manuel Maria Lopes, nos fins de semana em que ia namorar com a Maria da Conceição Santos, na Quinta da Corvina, na Trafaria, arranjou maneira de eu o acompanhar e, por arrastamento lógico, foram criados laços espontâneos de amizade com o seu futuro sogro Joaquim dos Santos e a sua futura sogra Maria José dos Santos. Estes dispunham livremente da sua casa para que todos pudéssemos usufruir da sua amizade, de almoços ou de jantares. Os sogros eram ambos trabalhadores agrícolas nas hortas da Costa da Caparica. Estes, já na altura, tinham vários filhos: Jorge, Carminha, João, José Manuel, Celina e Célia. A continuidade desta amizade com Manuel Maria Lopes e Maria da Conceição Lopes foi fortalecida pelo seu casamento e, depois, expandiu-se sempre de forma progressiva e ininterrupta. Tornei-me padrinho da sua primeira filha, Elsa Santos, em 1969.

Nas oficinas onde fui mecânico, não tive muitos acidentes graves. Para além daquele que já descrevi, com a intervenção cirúrgica no olho esquerdo, um

outro ocorreu nas oficinas do complexo da recolha e de transporte de lixo da Câmara Municipal de Lisboa. A dado momento, descobri que era necessário realizar a reparação do chassi de uma camioneta, que estava deformado. Utilizando um barroto de madeira sustentado por uma viga de cimento no teto da oficina, encontrámos uma sustentabilidade na força física de um macaco. Procurámos realizar a tarefa com o máximo de cuidado, para endireitar o chassi, mas um colega de trabalho, Ramiro, apressou-se a realizar essa tarefa com pouco cuidado. Como resultado, estavam sete pessoas junto ao macaco e ao barroto de madeira, todas elas mais altas que eu, mas por descuido e inabilidade, o barroto, em vez de cair em cima das pessoas mais altas, caiu em cima da pessoa mais baixa, abrindo-me uma enorme ferida na cabeça, o que levou a que fosse transportado de urgência para o hospital. Sem a utilização de qualquer tipo de anestesia, coseram-me a ferida, que me doeu bastante, e, ainda hoje, quando passo a mão pela cabeça, sinto uma saliência física que restou deste episódio fatídico.

A minha militância polarizada à volta de uma ideologia incipiente do comunismo e das projeções das revoluções russa e cubana foi dinamizada por um militantismo cultural e musical, no centro urbano de Lisboa, e, em especial, nos meios universitários e intelectuais que permitiam desenvolver essas atividades. A minha ânsia de estar junto e aprender com estudantes e intelectuais era grande. Não admira, assim, que, sendo simplesmente um operário solitário, eu estivesse sempre pronto para ouvir os cantores de intervenção, como foi o caso de José Jorge Letria, no Instituto Superior de Agronomia, e de António Pedro Braga, no Instituto Superior Técnico. Nunca mais me esquecerei de um episódio que assisti na igreja de Fátima, no bairro de Campo de Ourique, em Lisboa. Sugerido por pessoas que estavam habituadas a frequentar estes meios intelectuais de oposição ao regime de Salazar, uma vez fui convidado para ouvir Natália Correia a recitar poemas. Fiquei deslumbrado ao olhar para o seu lindo corpo, cantando e recitando os seus belos poemas e a deambular erótica e melodicamente as suas belas pernas em cima de uma mesa da igreja, demonstrando que o conteúdo da radicalidade dos seus poemas era o prenúncio do desejo de realizar uma revolução em Portugal.

A saturação do trabalho de mecânico na empresa Fonseca & Miranda, em 1968, por várias razões, chegou ao limite. O trabalho na oficina do complexo

de Alcântara era cada vez mais rotineiro e, por outro lado, o salário estava estagnado há muito tempo. Em função desta realidade e como já tinha procedido antes, procurei trabalho noutra empresa em que pudesse encontrar melhores condições de trabalho e condições financeiras. Como resposta às minhas solicitações, obtive várias propostas, sendo que, entre várias, escolhi a empresa Eugénio & Severino, situada na Rua Praia de Pedrouços, em Lisboa. A decisão desta escolha provinha de o salário ser mais alto e das competências e qualificações exigidas poderem melhorar os meus conhecimentos profissionais. Por outro lado, e pela primeira vez, eu ia trabalhar numa empresa de média dimensão, com cerca de 100 trabalhadores com profissões de mecânicos, caldeireiros, serralheiros e ajudantes indiferenciados. Em vez de automóveis e camiões ou máquinas-ferramentas para a construção civil, agora a manutenção e reparação mecânica incidia nos motores, nas bombas e nas turbinas dos barcos de pequena, de média e de grande dimensão, ligados à indústria da construção naval. A reparação e manutenção destes barcos realizava-se, geralmente, nas docas dos estaleiros de Alcântara, Marvila, Rocha Conde de Óbidos (Lisboa) ou no Alfeite (Cova da Piedade). Nos primeiros momentos, acompanhava os colegas mecânicos mais experientes na reparação dos motores dos grandes navios, realidade que executei, posteriormente, só de tempos a tempos. O encarregado desta empresa, Francisco, tinha uma grande simpatia por mim. Talvez isso se desse pela pouca capacidade física que tinha para pegar em pesos excessivos. Como, regularmente, havia a necessidade de utilizar a energia elétrica nos estaleiros para reparar os barcos, só com um gerador elétrico, movido por um motor a combustão, era possível criar e manter a energia indispensável para executar as tarefas pelos soldadores, serralheiros, mecânicos e caldeireiros.

Neste domínio específico, a empresa Eugénio & Severino possuía vários geradores que necessitavam de reparação e de manutenção permanente, de tal forma que o senhor Francisco me considerou a pessoa mais indicada para esse efeito, pela simples razão de já ter reparado motores desse género, que serviam de geradores nas empresas de construção civil onde tinha trabalhado. Desse modo, eu passava a maior parte do tempo a reparar e a manter esses geradores em condições, numa casa próxima da sede da oficina principal.

Edifício da empresa Eugénio & Severino, Lda., de construção e reparação naval, sedeada na Rua de Pedrouços, em Lisboa, onde trabalhei como oficial mecânico, entre 1968 e 1969.

[Foto de Isabel Castro]



No que toca ao tempo e ao custo dos transportes que me levavam do bairro Campolide, onde habitava, ao bairro de Pedrouços, onde passei a trabalhar como mecânico da construção naval, passou a existir um problema que não foi de imediato resolvido. Para prevenir esse problema, fui viver num quarto de uma casa alugada pelo meu amigo Manuel Maria Lopes, no final de 1968, numa terra designada Quinta do Zé Miguel, em Pera do Meio, Costas de Cão, no Monte da Caparica. Se as condições de habitabilidade tinham melhorado, substancialmente, pela amizade e convívio familiar que tinha com o Manuel e a Maria da Conceição, o mesmo já não poderia dizer em relação aos meios e tempo de transporte que eram necessários para percorrer as sucessivas idas e vindas do local de residência para o local de trabalho. Assim, levantava-me todos os dias às cinco e meia da manhã, fazia a higiene mínima e andava 15 minutos a pé até Torre. Depois, apanhava o autocarro até Porto Brandão. Nesta estação fluvial, apanhava o barco até estação fluvial de Belém. Daqui, iniciava o percurso final, apanhava o elétrico até ao bairro de Pedrouços, chegando ao local de trabalho da empresa Eugénio & Severino às oito horas da manhã.

Este percurso, no total, durava pouco mais de duas horas, mas não impedia que ficasse exausto quando tinha de frequentar as aulas no Licée Français Charles Lepierre. Esta aventura, estimulada pela amizade que tinha com Manuel e Maria Conceição, depressa perdeu razão de ser, devido à duração dos transportes que utilizava, daí que tenha tido de voltar a residir novamente no bairro de Campolide, primeiro, na Rua Dom Carlos de Mascarenhas, depois na Rua Conde das Antas, e, finalmente, na Rua Conde de Nova Goa.



Os problemas dos transportes, que envolviam um tempo exagerado e uma distância geográfica significativa, ficaram, assim, resolvidos. Desta maneira, foi possível exercer a minha profissão e viver em Campolide, habitando, estudando e militando pela causa revolucionária contra o fascismo de Salazar.

Entretanto, com a queda de uma cadeira de António de Oliveira Salazar, a 3 de agosto de 1968, as suas faculdades mentais, físicas e psíquicas foram afetadas seriamente, facto que originou a dispensabilidade das suas funções de dirigente máximo da ditadura fascista ao serviço da ditadura do Estado Novo que, para o efeito, tanto ajudou a criar e a desenvolver. Perante esta situação calamitosa, aos defensores do Estado Novo só lhes restava governar, dando a sua continuidade, mas sem o chefe de sempre. A solução encontrada recaiu na escolha do professor catedrático de direito, Marcello José das Neves Alves Caetano, para Presidente do Conselho de Ministros, em 27 de setembro de 1968. Este tinha sido um dos dirigentes máximos do partido da União Nacional, razão mais justificável para assumir as rédeas do poder e, assim, resolver uma série de problemas políticos e ideológicos graves que o país enfrentava. Logo que tomou posse, enunciou a realização de eleições livres para a Assembleia Legislativa, no dia 26 de outubro de 1969.

No quadro desta abertura ideológica e política, a que alguns chamaram de primavera marcelista, aqueles que queriam instaurar o comunismo, o socialismo, a democracia ou até a monarquia, teriam de participar ativamente nesse processo de democratização, na sociedade portuguesa. Após o anúncio de eleições livres, as expectativas de intervenção democrática no espetro político português aumentaram significativamente, sendo possível verificar-se uma mobilização importante dos militantes do Partido Comunista Português (PCP), através da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), da União Nacional (UN), do Partido Socialista e da Ação Socialista Portuguesa (ASP), que concorreu como Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) e, por último, os militantes monárquicos, que integraram a Comissão Eleitoral Monárquica (CEM). Esta janela aberta no caminho da liberdade e da hipotética extinção da ditadura salazarista, se bem que relativamente ilusória, mobilizou centenas de militantes, em especial os que estavam identificados com as organizações políticas da oposição ao regime de Salazar. Os militantes da União Nacional,

pelo poder e pela estabilidade normativa que detinham, não necessitavam de qualquer tipo de esforço militante, na medida em que tinham, em seu poder, todas as estruturas e instituições do regime fascista na televisão, na rádio, na imprensa, na PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), na Mocidade Portuguesa (MP), na Legião Portuguesa (LP), na PSP (Polícia de Segurança Pública), na GNR (Guarda Nacional Republicana) e na FNAT (Fundação Nacional para Alegria no Trabalho). Claro que esta força hegemónica da UN radicava também e, sobretudo, em todo o poder executivo, legislativo e jurídico dos governos de Salazar e Caetano.

No meu caso, estas eleições criaram um sentimento de satisfação e de uma motivação jamais vivida. A criação inaudita de condições democráticas revolucionárias, na minha opinião, poria fim à ditadura salazarista, ao mesmo tempo que se traduzia num conjunto de mudanças, económicas, sociais e políticas favoráveis às necessidades de emancipação social da classe operária. Para atingir estes objetivos, foi fácil transformar-me num militante modelar da emergência da democracia possível, em Portugal. Essa ação militante começou na empresa Eugénio & Severino, instigando os meus colegas de trabalho a irem votar a 26 de outubro de 1969 e fazendo de cada dia de trabalho uma experiência comunicacional de crítica ideológica e política da ditadura fascista, embora soubessem que, nesse momento histórico, a batuta do poder era exercida por Marcello Caetano.

A minha militância política localizava-se no bairro de Campolide. Esta postura comportamental era visível nos cafés e nas ruas desse bairro, por intermédio de comunicações orais e distribuição de propaganda política, ao mesmo tempo que fazia a distribuição massiva de panfletos nas caixas de correio dos edifícios das diferentes ruas, nas praças, nos becos e nas travessas do bairro de Campolide e, por outro lado, nas caixas de correio da zona das barracas do mesmo bairro. A preparação ideológica e a respetiva redação dos diferentes materiais de propaganda, na minha opinião, eram elaborados por militantes do PCP, que estavam na clandestinidade, mas que se articulavam, formalmente, com a CDE. Eu participei em várias reuniões na casa de João e Odete Santos, na Rua de Campolide, com outros apoiantes da CDE, no sentido de dar corpo e forma ao que entendia, na altura, pelo conceito de comunismo

extraído do modelo padrão das revoluções russa e cubana, todavia, da parte desses militantes, nunca existiu uma predisposição para explicitar as suas posições em relação ao ato eleitoral em curso.

A sede da CDE ficava no Campo Pequeno. Das personalidades mais conhecidas que se candidataram a deputados para a Assembleia Legislativa destacavam-se os professores Francisco Pereira de Moura, Lindley Cintra, Mário Sottomayor Cardia e os advogados Jorge Sampaio e Joaquim Mestre. Participei em várias reuniões com estes candidatos e outros militantes da CDE. As linhas programáticas da CDE giravam em torno do fim da guerra colonial, iniciada em 1961, em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, ao mesmo tempo que eram reivindicadas melhorias nas condições da situação socioeconómica do povo português, o fim da repressão política e a liberdade de expressão com a instauração de um regime democrático. Com candidatos da CDE, assisti a um comício no Teatro Vasco Santana, na Avenida da República, onde estava situada a Feira Popular de Lisboa, cujo objetivo central era demonstrar o valor genuíno do programa eleitoral da CDE. Pela primeira vez na minha vida, tive a hipótese de constatar as características dos meus potenciais representantes na futura Assembleia Legislativa do país. Como já começava a adquirir uma postura comportamental identificada com a defesa ideológica dos interesses da classe operária, os discursos dos futuros deputados da CDE demonstraram-se, em alguns aspetos, irrelevantes e abstratos para os meus desígnios revolucionários.

Esta irrelevância passava pela clarificação ideológica e política dos discursos dos candidatos da CDE. Por tudo isso, sempre me pautei pela necessidade de aprofundar os conhecimentos das ideologias políticas nas reuniões realizadas na sede da CDE, no Campo Pequeno. O imperativo de debater a natureza do comunismo foi uma constante, mas constatei sempre a impossibilidade de atingir este desiderato. A postura de quem dirigia as reuniões levou-me a pensar que a discussão não era possível, no contexto das eleições de 1969, e que, por outro lado, seria melhor debater as características dos conflitos e das contradições gerados pelo fascismo, em Portugal. Não sei quais eram as razões plausíveis desse facto, mas o que é certo é que, em todo este processo de discussão e de difusão da propaganda da CDE, fui eleito delegado da freguesia de Campolide na CDE, de Lisboa. Esta responsabilidade de delegado fez de mim

um militante com alguma visibilidade social no bairro de Campolide, dando a cara em quase toda a propaganda que era distribuída nesse bairro, como nas discussões políticas que ocorriam na sede da CDE, no Campo Pequeno. Daqui, tive oportunidade de inferir das dificuldades que os outros apoiantes da CDE tinham em exprimir-se no espaço público. Sendo militantes clandestinos do PCP, não podiam, em caso algum, pôr em risco a sua liberdade e a sustentabilidade das ações do seu partido. A CDE não era mais do que um braço formal e ideológico das estratégias políticas do PCP, na clandestinidade, com o objetivo de lutar contra a ditadura salazarista.

No último dia, confinado ao exercício de propaganda eleitoral, lembro-me muito bem que tive a ousadia de utilizar, ostensivamente, um cartaz de papelão sobre as costas, cujo conteúdo primava, essencialmente, por palavras de ordem contrárias ao regime fascista de Salazar e Caetano. Esta ação de propaganda eleitoral foi realizada à porta de uma estação de metro dos Restauradores, próximo do cinema Éden, no centro de Lisboa. O impacto público foi enorme, não só por colocar em causa, publicamente, o regime político vigente, mas também pela ousadia transgressora e a coragem política demonstrada. Este tipo de atitude não era habitual nem era fácil de realizar porque quem enveredasse por esse caminho estava sujeito às possíveis represálias da PIDE. Quando protagonizava esta ação de militância revolucionária, lembro-me que um senhor, com alguma idade, se aproximou de mim e disse, «Você tem uma coragem enorme em se assumir desse modo, mas, por favor, fuja que pode ser preso.»

Outro episódio que ocorreu no processo eleitoral de 1969, com algum significado político, reporta-se a uma reunião que tive com alguns militantes da CDE. Entre outros, destaca-se a presença do professor Francisco Pereira de Moura. Como éramos mais de doze pessoas, em princípio, estávamos numa situação ilegal, no que concerne à legislação vigente sobre o número máximo de pessoas que podiam participar numa reunião, que era de doze, sendo que mais do que essa quantidade era sinónimo de um ato subversivo contra o regime. Por esse facto, fomos todos presos e encaminhados para a esquadra de polícia do Alto de São João. Depois de averiguada a perigosidade dessa reunião contra a ordem instituída, todos os elementos presos, após doze horas de cativoiro,

foram libertados. Diga-se, aliás, que, durante os 29 anos em que vivenciei a ditadura de Salazar e Caetano, esta foi a única vez em que estive preso.

Ainda que existam algumas ilusões a esse respeito, o resultado das eleições de 26 de outubro de 1969 foi uma decepção, sobretudo para quem tinha expectativas de eleger algum deputado. Assim, no cômputo geral, a União Nacional elegeu a totalidade de deputados que havia para eleger, com uma votação de 87,9%. A CDE não elegeu nenhum deputado tendo obtido 10,29% dos votos expressos. A CEUD teve uma votação de 1,51% dos votos e a CEM só 0,12%. Em presença destes resultados, a frustração foi grande, em particular para todos aqueles que ainda tinham esperança dos efeitos positivos da propaganda baseada na primavera marcelista e das virtudes democráticas clássicas.

O processo eleitoral, em si, permitiu-me construir uma série de relações sociais e de dinamização de um género de ação individual e coletiva, baseada na defesa dos interesses revolucionários da classe operária. Pergunto-me: qual teria sido a razão plausível desse facto? A verdade é que, um dia, na sede da CDE, fui abordado por Manuel Lopes, que, mais tarde, seria um dos fundadores da Intersindical CGTP-IN, em 1970, e, depois do 25 de Abril de 1974, seria Presidente do Sindicato dos Têxteis do Sul. O convite de Manuel Lopes para participar numa reunião num café situado na Fábrica/Oficina de Batista Russo, próximo do bairro de Chelas, em Lisboa, tinha um intuito bastante explícito, o de desenvolver o sindicalismo português no setor metalúrgico. Para o efeito, fez-me uma proposta para integrar os órgãos dirigentes da Intersindical CGTP-IN. Evidentemente que me senti contente pelo facto de ter sido convidado para estas funções, mas a minha resposta foi contrária a essa sugestão, na medida em que a minha vida estava predestinada para ajudar a construir o comunismo no mundo através da revolução cubana, nada me fazendo demover desse desejo.

Esta iniciação da aprendizagem da política partidária motivou-me e transformou-me num militante assumido, ou seja, de uma radicalidade revolucionária. Cingindo-me aos condicionalismos e às contradições ideológicas do salazarismo, pelas vicissitudes negativas do processo eleitoral de 26 de outubro de 1969, sem exceção, tudo isso se compusera na força motriz modelada no exemplo histórico da revolução cubana. Atendendo a essa opção,

as minhas estratégias de vida quotidiana, em Portugal, são objeto de uma reorientação no presente e no futuro. Estava em jogo uma fé inabalável na necessidade histórica de integrar um movimento social que se identificasse com a construção do comunismo a nível mundial. Esta decisão levou-me a problematizar esta ideia com o meu amigo Ilídio Ribeiro. Ele ainda me alertou para os perigos desta opção, mas aconselhou-me a falar com o jornalista Adriano Carvalho, que trabalhava no jornal *O Século*, cuja redação funcionava no Palácio dos Viscondes de Lançada, em Lisboa. Quando falei com o Adriano de Carvalho relativamente às aspirações que me levavam a estar com ele, limitou-se a dar-me o endereço do encarregado de negócios cubano, na Rua Pascoal de Manuel, em Lisboa.

Pouco tempo depois, consegui uma entrevista com o encarregado de negócios cubano. Foram equacionados e debatidos assuntos de natureza política e ideológica e, em menor grau, os de incidência económica e social. Nesta entrevista, explicitiei os objetivos revolucionários que me levavam a estar ali perante o encarregado de negócios cubano. Este limitou-se a escutar-me com muita atenção, sobretudo quanto à natureza profissional dos meus estudos técnicos, que tinha adquirido na Escola Industrial Afonso Domingues e, por outro lado, à profissão de mecânico que exercia na altura. Ouviu também a minha dedicação e motivação em relação à causa da revolução comunista mundial e o interesse explícito de viajar e viver, definitivamente, em Cuba. A resposta do encarregado de negócios cubano foi simples e direta. Eu iria para Cuba e lá seria monitor numa Escola Técnica, teria a possibilidade de usufruir de todas as regalias sociais da revolução cubana, entre as quais, a reforma da segurança social. Por outro lado, focou a necessidade de elaborar uma declaração de revolucionário onde sublinharia a minha luta intransigente contra o fascismo e a consequente defesa do comunismo a nível mundial. Realçou, ainda, que tinha de entregar essa declaração de revolucionário junto com quatro fotografias tipo passe.

Falei novamente com o Ilídio Ribeiro sobre esta reunião. Embora com dúvidas, redigiu a declaração de revolucionário, conforme os desejos do encarregado de negócios cubano. Tirei as quatro fotografias e, passado algum tempo, marquei uma reunião com o encarregado de negócios cubano na sua

residência, na Avenida Sidónio Pais, próximo do Parque Eduardo VII, em Lisboa. Quando cheguei à porta da sua residência, apareceu uma mulher loira muito bonita, deixando-me um pouco espantado com a sua beleza. Quando comecei a conversa com o encarregado de negócios, apercebi-me que a mulher loira era criada da sua família. Admirado por este facto, pensei «então, os comunistas também têm criadas?» De forma mecânica e ingénua, entreguei as quatro fotografias e a declaração de revolucionário que me tinham sido pedidas na primeira reunião. Nesta segunda reunião com o encarregado de negócios cubano, nada foi explicitado, dito ou organizado sobre como iria para Cuba, quando e quem pagaria a viagem de avião de Lisboa para Havana.

Uns dias mais tarde, após a estadia na prisão no Alto de São João, durante o período das eleições, fui sujeito a um encontro bizarro, na Rua de Campolide, com um polícia da esquadra de Campolide com quem, por acaso, costumava jogar às cartas (sueca), no café do senhor Manuel e do senhor Almeida. O teor da conversa verbal oral foi incisiva no seu conteúdo, «Venho avisá-lo. Você deixou abrir uma ferida profunda com as iniciativas que tem tomado contra o regime político vigente. Se continua no mesmo caminho, vamos dar cabo de si.» Este aviso, para mim, foi determinante. «Acabou-se,» disse para comigo «vou para Cuba e vou vender tudo o que possuo de forma a poder pagar a viagem.»

Esta realidade fez com que as minhas decisões evoluíssem todas no sentido de concretizar os meus objetivos e motivações revolucionárias. Assim, mudei da empresa onde trabalhava, em Pedrouços, e ingressei noutra empresa do grupo de automóveis C. Santos, representante oficial dos automóveis Mercedes, em Sete Rios, cuja designação oficial era Mercauto-Metalo-Mecânica e Reparações. Nesta empresa, trabalhei entre o mês de novembro de 1969 até fevereiro de 1970. Antes de partir, ainda trabalhei na empresa Sociedade Comercial António Barata e filhos, Lda., entre fevereiro e início de abril de 1970, próxima da firma Baptista Russo. Numa parte substancial deste período residi no bairro de Campolide. Encontrei uma oportunidade de alugar um quarto em melhores condições e por melhor preço, na Rua Conde Nova Goa. Por outro lado, deixei definitivamente de estudar no Lycée Francais Charles Lepierre, por ter perdido a motivação e o interesse estratégico de subir na vida através da profissão de médico, até porque estava mais interessado em trilhar

o caminho da aprendizagem da revolução cubana. Não concluí, por esta razão, o terceiro ciclo noturno dos liceus.

Enquanto esperava uma resposta do encarregado de negócios cubano, limitei-me a construir uma alternativa que pudesse viabilizar esse desígnio prioritário. Neste sentido, para além de vender todos os haveres que não precisava e que me permitiam receber algum dinheiro para financiar a minha viagem, uma vez mais, recorri à solidariedade do Ilídio Ribeiro. Por ironia do destino, os *Cadernos de Circunstância*, que eram editados em Paris, desde 1967, eram distribuídos clandestinamente em Portugal por militares da marinha portuguesa e por Ilídio Ribeiro. Como este fazia a gestão da extração de areia no rio Tejo, conseguia, igualmente, distribuir clandestinamente uma parte dos *Cadernos de Circunstância*, em Portugal. Como conhecia pessoalmente Manuel Villaverde Cabral, desde a década de 1960, consegui dialogar com este, de forma a que, quando chegasse a Paris, antes de viajar para Havana, fosse residir na sua casa, na Rue Vaugirad, n.º 33.

Sobre a célebre probabilidade de ajudar o comunismo em Cuba, até hoje, não recebi qualquer mensagem ou informação fidedigna que objetivasse qualquer resposta às solicitações que fiz junto do encarregado de negócios cubano, em Portugal. Pergunto-me para que serviu a minha declaração de revolucionário? Para onde foram as quatro fotografias entregues? Estou a especular é certo, mas diante desta postura enigmática e absurda do encarregado de negócios cubano, uma fotografia foi para a polícia política de Cuba, outra para o KGB, outra para o PCP e outra para a PIDE.

Despedi-me da empresa Sociedade Comercial António Barata e filhos, Lda., no princípio do mês de abril de 1970. Até esse momento, tive oportunidade de deleitar-me com alguns dias de férias que revigoraram a perceção da minha vida em vários aspetos. Embora o ativismo militante e os estudos me preocupassem muito, não havia espaço para sentimentos e perceções existenciais contundentes, o facto é que a questão da pequenez física continuava presente, não obstante eu quisesse, a todo o custo, ultrapassar pela via intelectual os fantasmas que acompanhavam a minha vida. Em termos comparativos, todavia, a minha temporada em Campolide conseguiu ser bastante distinta da do bairro Chinês ou do bairro da Picheleira, no que concerne ao uso do



epíteto de «anão». Em Campolide ou até no bairro pobre da Liberdade, não senti essas acusações de gozo, de deformidade física, de anátema, de preconceito e de anormalidade física face ao conceito padrão de normalidade. Esta relação comportamental, em parte, deve-se ao facto de ter escolhido o bairro de Campolide como local privilegiado para viver. As alcunhas de «rodas baixas» ou de «meia-foda» continuaram a ser proferidas, sobretudo no local de trabalho.

Deixo para o fim outro episódio que revela a minha vontade de fugir da ditadura de Salazar e Caetano. Em concordância com esse propósito, quando trabalhava para a empresa Eugénio & Severino, fui encarregado de reparar os motores e bombas de um navio pertencente a um grupo de mulheres religiosas, dos Estados Unidos (EUA). Criou-se grande empatia entre mim e esse grupo de mulheres, de tal forma que tentei adquirir um passaporte com o respetivo visto para partir com elas, através de uma agência marítima na Rua do Alecrim, próxima do Cais Sodré. Tentativa frustrada face às exigências burocráticas das entidades portuguesas. Vi fracassada a primeira tentativa de emigrar para os EUA e a possibilidade posterior de fugir para Cuba.





## CAPÍTULO 3



*A emigração como processo  
ideológico e revolucionário*



## **Vicissitudes de um emigrante que pretendia ser revolucionário**

Quando, em princípios de abril de 1970, comprei o bilhete de comboio que me levava de Lisboa a Paris, a minha imaginação e preocupação estava absolutamente configurada para ajudar a construir o comunismo em Cuba. Da minha parte, não existia outra ideia ou qualquer fantasia de enriquecer pela via da emigração, ganhando o triplo ou o quádruplo do salário que obtinha como mecânico, em Portugal. Depois de ter vivido vários anos em França, apercebi-me que a principal razão que movia a grande maioria dos emigrantes portugueses para trabalhar, em França, consistia na probabilidade de enriquecer, melhorar a situação socioeconómica e, por uma questão de orgulho, demonstrar que, ao sair de Portugal, na condição de pobre, se poderia regressar a Portugal como um ator vencedor de várias amarguras e dificuldades, mas que necessitava de ser reconhecido pela sociedade onde tinha nascido. Por experiência própria, este fenómeno de mobilidade e de atratividade da cidade para o campo e de um país para outro, obedecem aos mesmos esquematismos de ascensão social. Para o emigrante português, o dilema era vencer as adversidades da vida que tinha vivido em Portugal, com a estratégia e a nostalgia de um dia poder assumir uma ostentação de riqueza e prestígio social.

Devido à politização que já tinha adquirido em Portugal, considerava que não me enquadrava neste modelo padrão de emigrante, dado que essa diferenciação residia exclusivamente nas leituras de livros, nos debates de índole ideológica que contestavam a exploração do homem pelo homem e a aprendizagem que já tinha adquirido das eleições, em Portugal, no ano de 1969. Estes fatores transformaram a minha visão do mundo e iriam estruturar o caminho que pensava seguir para ajudar a construir o comunismo em Cuba. Pela primeira vez na minha vida, conheci outras fronteiras, outras pátrias e outras culturas. A viagem de comboio da estação de Santa Apolónia, em Lisboa, até à Gare de Austerlitz, em Paris, demorou cerca de vinte e quatro horas. O percurso foi sentido com alguma ansiedade, sobretudo provocado pelos medos que poderiam provir do aparecimento de agentes da DGS (Direção Geral de

Segurança), a polícia política odiada pelos opositores do regime que, embora surgisse sob os auspícios de Marcello Caetano, em 1969, para o comum dos cidadãos mortais que tinha conhecimento das suas ações sinistras da PIDE, os sucedâneos da ação da DGS não eram considerados positivos. Este medo esteve sempre presente na passagem das fronteiras de Espanha e França. O que mais temia não ocorreu, pois não tive problema nenhum na passagem dessas fronteiras, em grande parte porque já tinha conseguido obter, previamente, o passaporte de turista. Lembro-me que, algumas das pessoas que viajavam comigo, foram obrigadas a fugir e a deambular por vários caminhos quando chegámos à fronteira de Hendaye e Irun, supostamente, por estarem ilegais. Para os emigrantes clandestinos, na sua grande maioria, só havia uma razão plausível para justificar a sua ação: sair da miséria para ter uma vida mais digna.

Quando cheguei a Paris, com a viagem terminada na Gare de Austerlitz, próximo do Jardim Botânico, no bairro XII, com uma ignorância infinita sobre os transportes de Paris, chamei um táxi e dirigi-me ao endereço de Manuel Villaverde Cabral, que Ilídio Ribeiro me tinha indicado, na Rue Vaugirard, n.º 33. Durante a viagem de táxi, fiquei um pouco apalermado e fascinado pela arquitetura dos edifícios clássicos e modernos, da extensão e da largura das ruas e das avenidas e, principalmente, pelo movimento agitado de automóveis e pessoas. Quando cheguei à Rue Vaugirard, subi cinco andares e toquei várias vezes a campainha. Como ninguém atendeu, passado algum tempo, desci novamente as escadas e esperei à frente do prédio. A dado momento, observo que, no passeio oposto àquele em que me encontrava, circulava uma pessoa com uma boina e uns ténis, todo desenvolvido e que entrou no n.º 33, da Rue Vaugirard. Não sei se foi por intuição ou por percepção física, mas disse para comigo mesmo «é esta a pessoa que procuro». Subi as escadas outra vez, toquei novamente à porta do 5.º andar, mas ninguém abria a porta da casa. Voltei a tocar e apareceu um senhor chamado João Freire. Disse-me que não abriu logo a porta quando tinha tocado, porque espreitou pelo postigo metálico e não visualizou ninguém, por isso desistiu de abrir a porta. Para João Freire e para mim, seguramente, a explicação desta atitude residia no facto de a minha altura não permitir que fosse visualizado pelo postigo metálico.

Da primeira conversa com João Freire, extraí ilações bastante incisivas e estimulantes. Como primeiro encontro entre pessoas que não se conheciam, foi algo prometededor. À distância, eu diria que o impacto relacional foi perfeito ao permitir um diálogo profundo e extenso entre teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, entre políticas e ideologias políticas partidárias e ideologias operárias. Do diálogo que tive com João Freire, sobressaiu a ideia da necessidade urgente de auscultar e clarificar as minhas posições políticas relativamente ao movimento operário, em Portugal, e as razões que me levaram a querer emigrar para Cuba. Manuel Villaverde Cabral, assim que veio da sua vida profissional de funcionário administrativo numa empresa onde trabalhava há vários anos, não se coíbiu, logo que chegou, em me questionar, de igual modo, sobre uma série de temáticas relacionadas com o movimento social dos operários.

Independentemente de todas as conjeturas que se possam fazer sobre o conteúdo da minha narração autobiográfica, para mim, é um facto indesmentível a aventura e a aprendizagem revolucionária que iniciei nessa altura. Depois de chegar a Paris, no mês de abril de 1970, deparei-me com uma série de dilemas centrados na hipótese de ir viver para Cuba como militante revolucionário e, desse modo, ajudar a desenvolver a revolução que tinha sido iniciada em 1959. Naquela altura, não tinha a pretensão nem qualquer vontade em refletir e analisar as bases teóricas e as manifestações práticas do marxismo nas suas múltiplas dimensões. Contudo, em presença da existência dos *Cadernos de Circunstância*, no período de 1970, desenvolveu-se um processo de entendimento e de esclarecimentos entre mim e este grupo, que iriam, posteriormente, dar azo à construção de uma identidade política e ideológica, baseada no movimento social operário. A identidade foi de tal modo genuína que a minha integração no grupo dos *Cadernos* foi quase automática. Desde então, o grande objetivo de ir para Cuba começou a desmoronar-se. Esta força estruturante que os *Cadernos de Circunstância* começaram a ter sobre mim encaixavam, também, no entendimento ideológico e político que era partilhado por alguns dos seus membros. Não era necessariamente por uma parte deste grupo estar inserido profissionalmente na vida académica. No final de contas, a minha identidade com o grupo dos *Cadernos de Circunstância* fez-se, essencialmente, com as bases revolucionárias da autonomia da classe operária e da luta de classes.

Desde que me constituí elemento de ação individual e coletiva dos *Cadernos de Circunstância*, as reflexões, as análises, os debates e as manifestações públicas, de entre tantas outras, tornaram-se as bases de desenvolvimentos ideológicos do movimento social operário. A razão plausível desse facto, no meu entendimento, resultava de o grupo estipular a sua razão de ser em função das virtualidades revolucionárias e emancipalistas do operário em massa. Este modelo, que, naquela altura, imperava no seio dos *Cadernos de Circunstância*, tinha as suas ilações ideológicas e analíticas com alguns teóricos do Poder Operário, na Itália, como foi o caso de Mario Tronti, Sergio Bologna, Toni Negri e Raniero Panzieri, na década de 1960. Os meus exemplos de luta e de agitação, estruturados, muitas vezes, no sentido da autonomia e da liberdade, dos aumentos sucessivos de salários e das melhorias das condições de trabalho da classe operária, em Portugal, serviram para elucidar os elementos dos *Cadernos de Circunstância* e, como consequência, permitiram a abertura de um diálogo entre mim e o grupo. Como tema principal de entendimento, subsistia sempre a intenção de criação objetiva de ações coletivas do operariado através de greves contra o patronato e o Estado. Esta aprendizagem que tive no grupo dos *Cadernos de Circunstância* foi extremamente importante para a minha vida. Por um lado, ao aperceber-me do conteúdo da revolução cubana, deixei de acreditar definitivamente no modelo de sociedade comunista. Em segundo lugar, ao continuar a desenvolver as minhas opções revolucionárias no seio dos *Cadernos*, estruturei a minha luta no sentido radical.

Não tenho dúvidas que o começo da minha identidade ideológica com o grupo dos *Cadernos de Circunstância* foi iniciado com o diálogo estimulante e promissor que foi possível estabelecer entre mim, Manuel Villaverde Cabral e João Freire. Esse primeiro impacto pressupunha a continuidade de uma discussão ampla, de reflexão e de análise alargada junto de todos os membros do grupo. Para concretizar esse objetivo, no fim de semana a seguir ao dia que cheguei a Paris, os membros do grupo foram convocados para me ouvir. Do que me lembro, compareceu um número grande dos seus membros: Jorge Valadas, Fernando Medeiros, José Santos, Alfredo Margarido, Mário Bandeira, Hipólito dos Santos, Leonor Coutinho, Manuel Villaverde Cabral, João Freire, Mário Barroso, Giuseppe Bezza, Luís Duarte e Jorge Dias Deus.



Como sempre, a minha predisposição comunicacional para relevar a situação política e ideológica do regime fascista de Portugal sobrepunha-se a todas as outras. Como era de esperar, os membros dos *Cadernos de Circunstância* ouviram a minha alocução sobre as ações revolucionárias do operariado associadas às lutas autónomas que já tinham sido travadas no final da década de 1960. Em função disso, tratava-se de dinamizar uma reflexão pautada pela necessidade da construção de uma identidade entre uma visão intelectual e uma visão autónoma do operariado em Portugal. A disposição espacial dos intervenientes na sala da reunião foi estipulada por critérios de centralidade comunicacional, sendo sugerido que eu ficasse no centro da sala, enquanto os restantes membros do grupo se distribuiriam em torno e ao longo da sala.

As perguntas e respostas circularam livremente sobre a realidade da situação económica, social, política e cultural, em Portugal. A espontaneidade e a informalidade das minhas respostas eram, sobretudo, entendíveis no que concerne à condição-função da classe operária em Portugal, percecionadas a partir da aprendizagem que já tinha adquirido na região industrial de Lisboa. Para mim, foi, sem dúvida alguma, um dia memorável de entendimento, de reflexão, de compreensão e de explicação das consequências negativas que poderiam resultar da minha ida para Cuba, através dos processos centrados em idealismos e crenças revolucionárias clássicas. Mais grave ainda, seria participar numa mentira, falácia e equívoco histórico, sustentado por uma revolução onde o Estado, sindicatos e o Partido Comunista Cubano funcionavam, basicamente, como negação da emancipação social do proletariado cubano.

A minha ignorância da natureza dos partidos, dos sindicatos e das revoluções comunistas alertaram-me para uma realidade que desconhecia e que me levaram a repensar a luta contra o capitalismo e o Estado. Apercebi-me, de uma vez por todas, que, para além de estarem em jogo as minhas hipóteses de melhoria socioeconómica, em França, como emigrante, não poderia facilmente abdicar dessa situação como base de sobrevivência. Daí que, desde muito cedo, após a minha chegada a Paris, tenha interiorizado uma opção de vida assente no modelo típico de emigrante.

Com o passar do tempo, fui construindo uma base de informações sustentada nas mentiras e nas contradições da revolução cubana, que designavam de

comunistas. A revolução russa, logo a seguir às revoluções chinesa e cubana, tinha uma projeção simbólica, invulgar, no imaginário dos militantes comunistas de todo o mundo. Neste aspeto, devo aos membros dos *Cadernos de Circunstância* um trabalho imenso de desmitificação da natureza dessas sociedades comunistas e ao acesso a estas informações, ainda que tenha, por curiosidade, realizado leituras de jornais e de livros que, entretanto, adquiri em Paris, entre 1970 e 1975.

Para demonstração da farsa e da minha ingenuidade, que tinha criado a hipótese de me tornar um revolucionário circunscrito ao mito da revolução cubana, não admirou quando os meus amigos íntimos dos *Cadernos de Circunstância* me sugeriram uma ida à embaixada. Por um lado, a ida à embaixada, da minha parte, significava demonstrar o caráter contrarrevolucionário da revolução cubana nos seus múltiplos aspetos de realização económica social, política e cultural, assim como demonstrar ao embaixador de Cuba a personificação do oportunismo e do maquiavelismo instrumental que tinham utilizado em relação à minha pessoa. Já na altura, estava convencido de que tinha sido objeto de uma trapaça ideológica provocada por aqueles que viviam à custa da revolução cubana. O exemplo da ação do encarregado de negócios cubano, em Lisboa, é, nesse domínio, sintomático e bastante elucidativo.

Por isso, após quinze dias em Paris, de já ter obtido as informações que necessitava sobre Cuba e depois de ter optado por ficar em Paris, senti que tinha chegado a hora de pedir explicações ao embaixador cubano. Para a prossecução desse objetivo de crítica e de denúncia da ação de Cuba no exterior, tive a ajuda inestimável de João Freire. O intuito era pedagógico, mas, quando fomos falar com o embaixador cubano, não tivemos qualquer resposta da embaixada, nem possibilidade de comunicar a minha revolta pela instrumentalização e omissão que fizeram em relação à minha atitude de ingenuidade revolucionária. A única informação obtida foi, segundo os seguranças, que o embaixador não estava presente, por se encontrar numa reunião exterior à embaixada de Cuba.

A frustração desta iniciativa foi grande porque não pude descarregar a minha revolta revolucionária contra o modelo comunista instaurado em Cuba. Adicionalmente, porque queria demonstrar ao embaixador cubano que não era de ânimo leve que se podia instrumentalizar ou brincar com a vida de uma pessoa, cujo objetivo principal era lutar por uma revolução em que acreditava



Pouco tempo após chegar a Paris, festejei o 1.º de Maio de 1970 com João Freire, Leonor Coutinho, Mário Bandeira e Giuseppe Bezza.

piamente, principalmente nos seus grandes objetivos emancipalistas, com especial incidência nos fatores económicos, sociais, políticos e culturais. Todavia, o corte com a mentira da revolução cubana era o surgir latente de um contentamento inscrito na clareza da aprendizagem revolucionária que recebi nos primeiros quinze dias, em que me integrei nas reuniões reflexivas e nas ações práticas dos *Cadernos de Circunstância*. Com estes, apercebi-me que era uma pessoa com mais capacidade para discernir sobre o conteúdo das sociedades contemporâneas, fossem elas socialistas ou capitalistas, ou sobre a diversidade das ideologias e políticas dos partidos e sindicatos mais representativos dessas sociedades. Por outro lado, desde logo, tive a oportunidade de realizar uma escolha concreta, que foi o início da vida de emigrante em França. A partir daí optei por levar uma vida de militante revolucionário, ainda que incipiente na luta contra o Estado, o patronato, os partidos e os sindicatos. Para mim, na altura, o ator coletivo que iria consumir a revolução mundial seria, nas circunstâncias, a classe operária através da luta de classes.

Estas decisões tiveram consequências muito importantes na minha vida, em função do que tinha perspectivado viver em Paris e em Cuba. Como necessitava de me legalizar junto das autoridades francesas para conseguir o estatuto de emigrante legal, precisava de obter a *Carte de Séjour de Résident Ordinaire* (Carta de Residência) e a *Carte Ordinaire de Travail — a validité limitée*

(Carta de Trabalho). Dessa forma, fui viver, durante quase um mês, na Rue de Bercy, em Paris, próximo da Gare de Lyon, deixando temporariamente de habitar na Rue Vaugirard. Foi uma experiência a todos os títulos gratificante e elucidativa sobre a aprendizagem social que tive oportunidade de assimilar junto das diferentes comunidades de emigrantes. Única, primeiro, porque me proporcionou construir uma série de relações com diferentes culturas e línguas e, segundo, por me ter levado a perceber as dimensões e os problemas comuns inerentes da situação de emigrante. Desde dormir na mesma camarata, a tomar o pequeno almoço e jantar juntos, tudo era possível de observar e relacionar em modalidades comportamentais específicas de solidariedade e de amizade, independentemente das diferenças, das contradições e dos conflitos que emergiam. Não obstante esta vivência quotidiana, todos os emigrantes de diferentes nacionalidades tinham de passar pelo crivo dos serviços administrativos do Estado Francês, que avaliava e controlava minuciosamente todos os pedidos de legalização dos emigrantes, caso a caso, assim como todos os desvios e transgressões.

Nesta instituição, denominada APTM (Associação de Acolhimento para Trabalhadores Migrantes), existia uma margem de liberdade que nos permitia usufruir de uma vida lúdica na cidade de Paris, liberdade essa estipulada no quadro de horários decididos pelos dirigentes da APTM. No interior e no exterior do edifício da APTM, a tendência para se falar a língua de cada comunidade emigrante era manifesta, o que me levava mais a falar com portugueses do que com emigrantes de outras nacionalidades. Entre os portugueses com quem mais dialoguei, no início, destaco José Supico e Joaquim Alberto, que tinham vindo para Paris para fugir da guerra colonial. Foi fácil construir uma amizade com os dois, que, aliás, se prolongou, mais tarde, em atividades lúdicas e políticas, por Paris, pelo bairro de Bastille e o Quartier Latin. Era, como se diria em francês, *Le temps des cerises* (o tempo das cerejas), rejuvenescido pelos passeios pelas ruas e avenidas de Paris, com um olhar sob os recentes acontecimentos do Maio de 1968. O sentido da vida tinha o sabor da liberdade e da criatividade, cuja efetividade passava inexoravelmente pela adoção de vivências culturais nas avenidas, ruas, praças, jardins, cafés, restaurantes, livrarias, museus, cinemas e teatros de Paris.



Edifício da APTM (Associação de Acolhimento para Trabalhadores Migrantes), na Rue Bercy. Para os devidos efeitos, estive internado nesta instituição cerca de um mês para obter a carta de trabalho e de estadia.

[Foto de Jacqueline Reuss]

Foram momentos de aculturação inovadores porque me introduziram em experiências de tipo *homo urbanus*, singularmente estruturado pelo cosmopolitismo da cidade de Paris, incomparavelmente mais evoluído do que tinha vivenciado na cidade de Lisboa. Por razões de proximidade com a sede da APTM, era habitual que todos os dias fôssemos beber um café ou outro tipo de bebida em frente à Gare de Lyon. As conversas entre os portugueses, na generalidade dos casos, estavam relacionadas com os aspetos negativos da ditadura fascista de Salazar e de Caetano. As conversas desenvolviam-se sempre à volta dos malefícios da guerra colonial, da inexistência de um regime político democrático, assim como da natureza da censura política e do sistema de segurança policial, imposto pela criação da DGS, em 24 de novembro de 1969, não permitiam grandes augúrios para derrubar o regime. Eu já estava numa fase de reflexão de crítica dos partidos e sindicatos, inclusive do PCP e dos vários partidos esquerdistas que tinham emergido desde a década de 1960, a partir do conflito sino-soviético nos países de maior emigração e deserção da guerra colonial.

Perante este quadro ideológico e militante adverso, comecei a desenvolver relações de amizade e de identidade ideológica mais profundas com Jorge Valadas e Jacqueline Reuss. Estes, enquanto estudavam, exerciam uma militância assaz importante numa estrutura associativa estudantil, denominada *Jeunesse et Reconstruction*, na Rue Trevis, conjuntamente com Alan Kay e Charlie Goudnec. Lembro-me que, para além da amizade e da solidariedade que tive a oportunidade de desenvolver com eles, aprendi muito com este grupo, a editar brochuras sobre o movimento operário, com relevo para as

greves selvagens que tinham emergido por todo o lado, no final da década de 1960, nos EUA, em Inglaterra, em Itália, em França, na Bélgica e outros países. Eram acontecimentos de carácter operário autónomo e autogestionário que, muitas vezes, se traduziam em greves selvagens radicais, dando origem a um tipo de ação coletiva com uma expressão bastante positiva no seio do movimento social operário. A minha postura ideológica foi-se, cada vez mais, identificando com a condição-função do operário modelo padrão, centrado na ação revolucionária e na luta de classes. Para esta evolução, entre 1970 e 1975, devo salientar a contribuição sustentada na amizade e na identidade ideológica de Jacqueline Reuss e Jorge Valadas.

Local da «Jeunesse et Reconstruction», na Rue Trevisé, em Paris, que ainda está ativo.  
[Foto de Jacqueline Reuss]



Sobre a minha legalização em França como emigrante, um mês após ter chegado a Paris, recebi a resposta dos serviços administrativos do Estado Francês. Fundamental neste processo foi possuir a carta de trabalho e a carta de residência. Desde então, pude exercer a profissão de mecânico em qualquer oficina de automóveis ou de camiões no quadro da legalidade. Em sintonia com essa autorização, para além de poder exercer a minha profissão em qualquer local de trabalho, também tinha adquirido a legitimidade de residir, de forma permanente, em qualquer território administrado pelo Estado Francês. A partir do momento em que assumi o estatuto de emigrante, residi alguns meses na Rue Vaugirard, n.º 33. Mais tarde, fui viver para a Avenue Parmentier, n.º 168, dividindo todas as despesas de arrendamento com José Supico e Joaquim Alberto, que eu tinha conhecido durante a minha permanência na ACPT.

Depois da minha integração nos *Cadernos de Circunstância*, comecei a construir a minha trajetória de amizade, de solidariedade e de reflexão revolucionária de forma espontânea e informal. Essa postura comportamental estendeu-se sobretudo a Fernando Medeiros, João Freire, Manuel Villaverde Cabral, Jorge Valadas, Jacqueline Reuss, Leonor Coutinho, Mário Bandeira e Hipólito dos Santos.

Após ter obtido todas as legalizações que precisava, consegui arranjar emprego de mecânico com a categoria de P2, na empresa Sud-Est Automobiles, com sede na Rue Guillaume Bertrand, a 4 de maio de 1970. Foi uma experiência de trabalho bastante genuína, na medida em que, pela primeira vez na minha vida, aprendi a realizar a manutenção e a reparação de automóveis da marca SIMCA. Esses trabalhos incidiam ao nível do motor, da caixa de velocidades, dos travões, da direção ou da embraiagem. Durante o tempo que estive nesta empresa, entrei e saí com a qualificação de mecânico P2, ou seja, como mecânico de segunda categoria. O trabalho não era difícil de executar, mas, no inverno, era extremamente árduo e rigoroso, pelos níveis de baixa temperatura que atingia no inverno. O manuseamento das peças e ferramentas que envolviam a reparação e manutenção dos automóveis era, por via disso, sempre realizado com extrema dificuldade devido ao frio que passava por Paris. Com este fator climatérico doloroso de suportar, refugiava-me, sistematicamente, junto de uma lareira que existia no meio da oficina, cuja função servia para aquecer o corpo e as mãos daqueles que trabalhavam na empresa. O salário que recebia era baixo e o horário de trabalho era de oito horas por dia. Os transportes de ida e vinda para o trabalho eram rápidos, através do metro, durando, em média, cerca de vinte e cinco minutos desde o local de habitação na Rue Vaugirard, n.º 33, e o local de trabalho na Rue Guillaume Bertrand.

Depois de residir na Avenue Parmentier, n.º 168, tive oportunidade de contrastar as posições ideológicas que defendia com as dos meus colegas que partilhavam esse apartamento. Por diversas razões, foi intuitivo de que a grande empatia e identidade ideológica que eu manifestava com o grupo dos *Cadernos de Circunstância* não era partilhada por José Supico e Joaquim Alberto. Isto levou-me a voltar a residir num dos quartos da Rue Vaugirard, ocupando o quarto vago deixado pelo João Freire que, entretanto, foi viver para Meudon, nos arredores de Paris, com a Graça Oliveira.

As reflexões que estiveram na origem da minha integração no grupo dos *Cadernos de Circunstância* ocorreram já com a publicação do n.º 7 destes cadernos, em 1969. Consumadas e esgotadas que foram, nesse período, as sensibilidades reflexivas, no que diz respeito à luta de classes do operariado e às opções de referência intelectual, que já estavam polarizadas à volta de estratégias diferenciadas, emergiram, naturalmente, com a criação de correntes de orientações políticas e ideológicas bem precisas: a posição mais intelectual e reflexiva sobre a evolução das sociedades contemporâneas, mais partilhada por Alfredo Margarido, José Santos e Fernando Medeiros, e a estratégia mais ligada ao operariado, à autonomia do operariado e da luta de classes, que era partilhada por Manuel Villaverde Cabral e João Freire. Esta última posição teve continuidade na edição de brochuras sobre greves operárias radicais em alguns países e também deu azo à publicação de três números do jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado, Contra o Capital*, em abril, agosto e dezembro de 1970.

Este jornal foi o corolário lógico essencial de uma posição radical, pugnano pela autonomia da classe operária contra o Estado e o capital, ao mesmo tempo que apelava para o exercício sistemático da «greve geral selvagem» nos países capitalistas mais desenvolvidos. Por outro lado, estavam totalmente orientados para as reivindicações junto dos emigrantes portugueses que habitavam as zonas geográficas periféricas de Paris — Saint-Denis, Nanterre, La Courneuve, Aubervilliers, Choisy, Fontenay-sous-Bois, Villejuif, Massy, Champigny, entre outros. Subjacente a este militantismo, junto dos emigrantes portugueses, estava sempre a denúncia do fascismo em Portugal e a guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Os aspetos radicais da luta de classes eram sempre enunciados em cada número do jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado, Contra o Capital*. O conteúdo radical deste jornal centrava-se em análises dos fenómenos mais relevantes, que demonstravam a exploração capitalista com base em salários de miséria. O exemplo dos salários dos operários emigrantes portugueses era bastante elucidativo a este respeito. Não admira que a palavra de ordem *Mais Dinheiro e Menos Trabalho* fosse o epílogo de cada análise ou artigo do jornal.

Depois de estar legalizado como emigrante, as hipóteses de viajar para Portugal impunham-se sobremaneira, tanto mais que as saudades e o ímpeto



**CAMARADAS,**

as duas maiores aldrabices que correm em Portugal são: primeiro, que a culpa da miséria e da exploração da classe trabalhadora é toda do Salazar, ou seja do Caetano; outra, é que no nosso país, é tudo "boa gente" que se devia unir para lutar contra o Salazar.

Ora, a classe operária, explorada dia-a-dia na fábrica, sabe que a culpa não é deste ou daquele governo, mas do regime dos patrões e do estado capitalista. Sabe que não há patrões "bons" e patrões "maus". Sabe que há trabalho e salário e que o salário é sempre mais pequeno que o trabalho. É como se houvesse um só grande patrão, que é igual por toda a parte, explore, imponha condições de trabalho esgotantes, horários brutais e pague o menos que pode. O estado é a assembléia dos patrões. É ele que decide do trabalho e da vida dos operários.

Em meados de 1968, com a greve da CARRIS, a classe operária deu um murro na mesa, disse Basta! e trouxe tudo de cabeça. A classe operária não possui nada, senão a sua força-de-trabalho. **MAIS A CLASSE OPERÁRIA TAMBÉM TEM A FORÇA DE PARAR DE TRABALHAR E OBRIGAR O PATRÃO A CEBER, A PAGAR MAIS.**

O estado capitalista tinha decidido uma data de coisas: novas fábricas, novos empregos, aumento do custo de vida, casas "baratas" (dizem eles), assistência, desemprego, continuação da guerra... Aquilo que não podia prever, aquilo com que não contava era com o ataque operário contra o salário, contra a escravatura da fábrica, contra o controlo da capitalista fora-do-trabalho (casa, transportes, saúde, escola, etc).

Os patrões da CARRIS não queriam pagar e apanharam com 7000 trabalhadores em greve. Não deram tudo mas largaram 20 escudos por

# A CLASSE OPERÁRIA

abril 1970

CONTRA O PATRÃO, CONTRA O ESTADO, CONTRA O CAPITAL

## GREVES EM TODA A EUROPA!

Os emigrantes portugueses sabem já qual é a realidade que encontram hoje por essa Europa fora. Sabem como ali encontram os mesmos patrões, os mesmos contratempos, o mesmo trabalho esgotante que em Portugal. Sabem como os seus interesses são sempre submetidos aos interesses do lucro e da concorrência, dos patrões e do Estado. Mas sabem também como em todos esses países a classe operária se opõe à exploração crescente com a sua luta, a luta dos explorados, a luta dos que produzem toda a riqueza social e que só recebem o necessário... para continuar a ser explorados.

Em Maio 1968 em França, toda a gente falou muito dos estudantes, mas ninguém falou daquilo que fez tremer patrões e estados: 10 milhões de trabalhadores - franceses e imigrantes - em GREVE DURANTE UM MÊS, ocupando as fábricas, paralisando o país inteiro. É o primeiro sinal de um ataque operário que vai abalar todos os países da Europa. Ele não se provocou nem dirigiu por nenhuma organização dessas que exigem por todo o lado, mas é a resposta operária, geral, mais, mais, mais que de que os operários são vítimas por parte de uma mesma classe dominante, fala a língua que falar, seja ela "democrática" ou "fascista"; "liberal" ou "socialista".

Na Itália, Estado, patrões e sindicatos tinham feito um contrato de "paz social". A classe operária é que não assina contratos. De verão de 1968 ao fim de 1969 é um alargar constante da luta. É a violência operária que começa a surgir como necessidade dessa luta: os políticos e os sindicalistas que quiseram interpor-se entre os operários e a polícia em Battipaglia, iam sendo esfolados vivos; os pneus que o patrão PIRELLI mandara vir das suas fábricas na Espanha e na Turquia para furar a greve dos operários de Milão, são queimados pelos grevistas; os operários da FIAT, em Turin, destruíram as linhas de montagem, batem-se na rua contra a polícia e os fura-greves.

pelos seus interesses materiais de classe, horário e salário, aumentos iguais para todos, contra as divisões de categorias entre a classe, ela descobre-se sózinha, contra os sindicatos, os partidos políticos, os patrões, a polícia, o estado. Mas ela sente-se cada vez mais forte e unida nesta luta. Quanto mais sózinha, mais forte!

Nestes últimos dois anos, a luta operária estende-se por toda a parte nos países "pobres" como nos países "ricos"; até à América e ao Canadá - pois que a exploração é semelhante em toda a parte onde há capital e classe operária: os mineiros da Suécia, da Alemanha, da Bélgica e da Inglaterra; os operários do automóvel da FIAT, da RENAULT, da FORD, da VOLVO, em uma data de países; os ferroviários, os correios, os agentes dos transportes públicos que paralizam as comunicações.

Os patrões de todos os países ganham medo e unem-se ainda mais. Contra esta ofensiva operária, os da Espanha recebem o auxílio da Polónia "socialista" para furar a greve dos mineiros das Astúrias; os Estados contratam entre si a circulação de mão-de-obra, de país a país, para dividir a classe: fazem vir portugueses, espanhóis, turcos, árabes; mas ao fim de pouco tempo verificam atos terrorizados que esta força-de-trabalho internacional luta unida pelos mesmos objetivos, contra os mesmos exploradores.

Os sindicatos, perante tal força demonstrada pelos operários, falam em democracia, fazem votar se se faz isto ou aquilo - na verdade, pretendem desmoralizar os operários, impedir a luta aberta, arranjar novas maneiras de conciliação com os interesses patronais.

Os operários, esses preferem os piquetes de greve de massa, a greve ilimitada até à satisfação das reivindicações, a bloqueio da produção que faz doer ao patrão, prendem e guardam como prisioneiros directores e engenheiros, nada de representantes, delegados ou comissões.

Por toda a parte, a classe operária internacional, contra todos os patrões, exige: **MAIS DINHEIRO E MENOS TRABALHO!**

da vocação revolucionária estavam mais acesos do que nunca. Esta necessidade imperativa fez com que viajasse, em princípios de agosto de 1970, pela primeira vez, de avião. Como podia usufruir de um mês de férias, aproveitei esse tempo para realizar os meus afazeres pessoais e as ações revolucionárias que tinha perspectivado consumir no âmbito dos *Cadernos de Circunstância*. Na medida em que precisava de liberdade de ação e autonomia para viajar sem recorrer aos transportes públicos ou privados, quando cheguei a Portugal, fui tirar a carta de condução profissional de automóveis ligeiros, o que consegui com sucesso, tendo sido avaliado positivamente no exame de condução, no código da estrada e em mecânica. Como dormi na casa da minha irmã Guilhermina, em Moscavide, nos limites urbanos da cidade de Lisboa, tive oportunidade de visitar quase todos os amigos. Para matar saudades visitei com frequência a minha mãe, a família, incluindo irmãos e sobrinhos. Como era normal nestas circunstâncias, tornei a rever os laços de amizade com outros habitantes da aldeia de Bogarréus.

Orientado para seguir os propósitos estratégicos e revolucionários do grupo que tinha adotado as posições ideológicas da luta de classes e da autonomia operária, a primeira coisa que fiz quando cheguei a Lisboa foi constituir um grupo que realizasse o que já tinha sido desenvolvido pelos *Cadernos de Circunstância*, na região de Paris. À partida, esta tarefa estava simplificada porque já existia um grupo de estudantes, em Lisboa, que tinha relações privilegiadas com os *Cadernos de Circunstância* e, por outro lado, publicava uma revista denominada *Luta de Classes*, no Instituto Superior Técnico. Esse grupo era constituído por Carlos Miranda, António Viegas, Mário Kruger e Artur Pais. Estes amigos, na maior parte dos casos, limitavam-se à distribuição dos *Cadernos de Circunstância*, com especial incidência na região de Lisboa. Incumbido para esse efeito, após ter conversado sobre os objetivos estratégicos e revolucionários, no sentido da criação de um grupo autónomo, em Lisboa, diretamente reportado aos *Cadernos de Circunstância* de Paris, todos chegámos à conclusão de um acordo que culminaria com a edição do jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado, Contra o Capital*, na região de Lisboa, tal como já ocorria em Paris, desde abril de 1970.

Por minha sugestão e iniciativa espontânea, nesse período, foi possível juntar outras pessoas ao projeto revolucionário, entre os quais destaco: Aduzinda

Teixeira, Pisco (que trabalhou comigo na empresa Fonseca & Miranda, Lda.) e Célia Moreira (que trabalhava num bar próximo do café Monte Carlo, em Lisboa). Ainda que de forma abrupta e atabalhoada, este grupo foi construindo as suas bases ideológicas e os aspetos militantes orgânicos a partir de agosto de 1970. Em paralelo, procurei encontrar um espaço para reuniões de grupo e uma máquina para imprimir o jornal *A Classe Operária*. A tarefa revelou-se difícil, mas a ação junto de António Viegas, que habitava com a sua irmã Luísa Viegas, na casa dos pais Dr. Carvalho Viegas e Maria Piedade, na Avenida de Roma, em Lisboa, foi bastante crucial para as reuniões secretas do grupo, sobretudo para as atividades revolucionárias clandestinas, considerando a importância da impressão do jornal. Em sintonia com esta ação de foro redatorial, fui falar com Ilídio Ribeiro sobre a possibilidade de comprar uma máquina para imprimir o jornal do grupo, sabendo à partida que, se não fosse através dele, não havia qualquer hipótese financeira para comprar a máquina, quer pelo valor monetário envolvido, quer pelas restrições que existiam na sua compra por parte da PIDE.

Sabendo que as perversões da censura da ditadura de Salazar e Caetano estavam muito presentes no controlo e na interdição de qualquer atividade ideológica e política que fosse contrária à negação do regime fascista, por razões óbvias, era de bom senso utilizar todos os mecanismos de precaução e de subtração a esta realidade fascista. Ao mesmo tempo, sabíamos, por outro lado, ser quase impossível comprar qualquer tipo de máquina para imprimir jornais ou livros. Perante esta realidade, Ilídio Ribeiro prometeu-me que iria fazer o possível e o impossível para conseguir uma máquina para suprir as necessidades do grupo dos *Cadernos de Circunstância*, em Lisboa. Conclusão, tendo presente a morosidade e a perigosidade das tarefas a realizar por Ilídio Ribeiro e a conciliação dos meus afazeres de emigrante, com a responsabilidade de militante revolucionário, tive de regressar a Paris, no final do mês de agosto de 1970, já que o mês de férias tinha terminado.

Ainda no ano de 1970, como emigrante permanente, tive oportunidade de evoluir para um tipo de vida que não estava habituado em Portugal, nos parâmetros da vida democrática burguesa. Passado pouco tempo de chegar a Paris, denotei logo que as relações entre homens e mulheres eram atravessadas por

um grau de autonomia, liberdade e criatividade muito superiores e diferentes, sobretudo no que respeitava às relações sociais e a divisão sexual do trabalho. Pese, embora, a existência de relações do tipo machista que persistiam nas relações entre homem e mulher, eu presenciava e atuava também a partir de reflexões intelectuais. As escolhas e decisões políticas, éticas e morais, em que as mulheres se envolviam com os homens, pautavam-se pela admissibilidade de relativa igualdade, liberdade e solidariedade, não obstante a persistência da admissibilidade de diferenças biológicas e sociais. Em Paris, a plasticidade da vida quotidiana entre homens e mulheres nas fábricas, nos transportes, nos cafés, restaurantes, cinemas, teatros e outros locais públicos demonstrava uma tendência para a igualdade que jamais encontrara em Lisboa. Por extensão lógica, denotei o grau de liberdade e do ato de fumar em locais públicos, como a assunção da autonomia e liberdade da prática concreta, no que toca às relações sexuais transgressoras e desviantes, entre os homens e mulheres, contrárias à moral da igreja católica apostólica romana.

Numa outra dimensão relacional, reportada à espécie humana e às outras espécies animais e vegetais, surpreendeu-me enormemente a importância que era dada pelas pessoas a essas espécies. Passados alguns meses de residir em Paris, lembro-me de uma cena no Boulevard Magenta que me ficou para sempre na retina. Ao sair pela porta de um prédio dessa avenida, no sentido da Praça da República, vi que uma senhora de uma idade superior a cinquenta anos falava de forma veemente com um cão, como se estivesse a falar com outra pessoa, utilizando um vocabulário bastante singular, com frases com os mesmos significados de amizade, amor e obrigações morais humanas. Uma outra vez, com amigos dos *Cadernos Spartacus*, com sede na Rue Sainte Croix de la Bretonnerie, do qual já fazia parte, fui passar o fim de semana a casa do René Lefevre, situada próximo de uma floresta, nos arredores de Paris. A dado momento, quando percorríamos o território desta floresta e íamos analisando as características das suas plantas e das árvores, uma das amigas que também pertencia ao grupo *Spartacus*, com admiração, satisfação e sapiência salienta o carácter inelutável e a felicidade imensa que lhe provocava uma das plantas, biologicamente, tão importante como qualquer ser vivo existente no planeta Terra. Não disse nada, mas como emigrante que transportava toda a

carga negativa da natureza pelo esforço e a violência física do trabalho, devido à minha permanência no campo, dizia para comigo «esta gente está completamente louca, só dá importância às espécies vegetais e descarta a espécie humana. Dá um valor imenso a uma planta que, para mim, enquanto trabalhador no campo, só poderia servir como elemento de transformação em estrume para fertilizar a terra e nada mais.»

Paris é, sem dúvida, um centro cultural e lúdico, único no panorama geral das cidades mundiais cosmopolitas. Senti logo isso assim que cheguei, na arquitetura dos seus monumentos, na estética dos seus edifícios e na arte e beleza dos seus museus. O meu dia a dia, no que se refere às funções lúdicas e revolucionárias, esteve mais identificado com a sétima arte — os filmes que eram exibidos em muitas salas primavam por argumentos revolucionários que me atraíam enormemente, sobretudo os que eram realizados por Charles Chaplin, os irmãos Marx, Elio Petri, Francesco Rosi, Ettore Scola, Lina Wertmüller, Sergio Leone e outros. Também gostava dos ciclos de cinema temáticos de diferentes especialidades, como era exemplo os de terror, com predominância para os atores Peter Lorre, Vincent Price, Peter Cushing e Boris Karloff.

Com todas estas atividades culturais muito próximas do Quartier Latin, subsistia sempre uma dificuldade ligada à inexistência regular de uma atividade sexual. As frustrações sucediam-se, nem que fosse por uma mera necessidade fisiológica, decalcada de um dilema animal circunscrito à prática costumeira do «cio» de outras espécies animais. Conheci muitas mulheres bonitas e atraentes, de várias nacionalidades, quando cheguei, pela primeira vez, a Paris. No momento, demovi-me de qualquer tipo de intenção de relação sexual, como aconteceu com outras mulheres que conheci anteriormente, transformando essas hipotéticas frustrações em modalidades de paixões platónicas restritas a um horizonte temporal de visibilidade social. Aliás, por inexistência de relações sociais concretas, levou-me a seguir o caminho clássico do recurso à prostituição no bairro do Pigale, em Paris. Quando não seguia este caminho, voltava ao dilema de sempre da masturbação individual. Devo, no entanto, referir que este comportamento foi-se atenuando progressivamente, porque muitas das minhas energias físicas, psíquicas e mentais diluíram-se bastante na ação individual e coletiva em prol da luta pelo processo revolucionário.

Por outro lado, enquanto vivi em Paris, até finais de 1975, encontrei algumas mulheres com posturas revolucionárias com as quais tive relações sexuais centradas na reciprocidade do amor, da amizade e da liberdade, sem cair num esquema relacional orientado no sentido do casamento, traduzido em relações sociais duradouras.

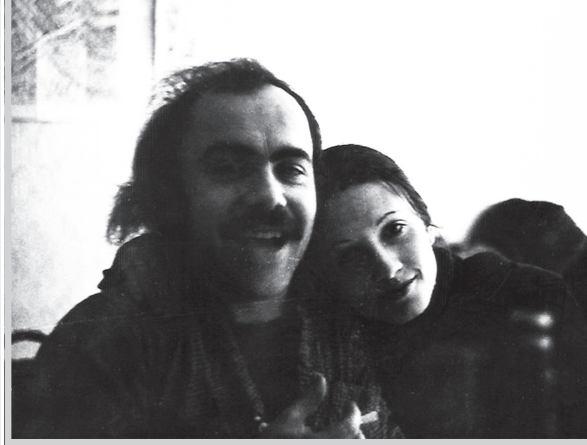
Assim, diferente das relações sociais costumeiras que existem entre o homem e a mulher que privilegiam certos espaços para potenciarem a atividade sexual; como é o caso dos espaços públicos, dos cafés, dos jardins, dos salões de dança, dos almoços, dos jantares, dos restaurantes entre outros. No meu caso de emigrante conjugado com a ação revolucionária, os lugares das reuniões de grupos revolucionários e as manifestações públicas em que me envolvi estavam, no essencial, delimitados a uma reflexão ideológica e política que primava pela emoção, pela paixão e a dedicação à causa da revolução. Este espaço não permitia nem estava orientado para que os estímulos e as respostas corpóreas se manifestassem livremente e, em vez disso, o primado da função intelectual era omnipresente nessas reuniões. Não obstante, por vezes, alguns fatores indiciadores de estímulos e respostas poderiam ocorrer nestas reuniões ou em outros contextos relacionais. Pessoalmente, o que vivi no grupo dos *Cadernos de Circunstância*, permite-me discernir que os aspetos ideológicos e políticos se sobrepunham, com bastante prioridade, às relações de amizade, amor e solidariedade entre os que frequentavam este grupo, sem que existisse qualquer obrigatoriedade de relações sexuais entre os elementos do grupo.

Devo referir, no entanto, um pormenor, não menos importante, na minha vida de emigrante. Os *Cadernos de Circunstância*, para além da crítica que elaboraram sobre o fascismo em Portugal, também criticavam a natureza do capitalismo a nível mundial, como era o exemplo dos modelos de sociedade comunistas da China, da URSS e de Cuba. Sempre esteve presente o enaltecimento do movimento social operário autónomo, tal como a crítica dos partidos e sindicatos, fossem eles de esquerda ou de direita. Não sei se tinha sido o legado de alguns resquícios e repercussões da Internacional Situacionista do Maio de 1968, em França, mas sei que assisti a algumas festas movimentadas pela intenção explícita de organizar grandes «orgias» de comida, bebida

e música. Como pressuposto básico, havia total liberdade e autonomia dos corpos, das mentes e das psiques, gerando o êxtase entre aqueles e aquelas que dançavam, comiam e bebiam.

Nesse tempo, a dança fluía ao som dos Rolling Stones, The Doors, Janis Joplin, David Bowie, Carlos Santana, The Beatles, John Lee Hooker, Jim Morrison e outros músicos que pugnavam pela liberdade e a emancipação social, em que cada um podia evoluir positiva e livremente para relações comportamentais de criatividade. Para mim, este tipo de música gerava uma fantástica sensação porque me libertava dos constrangimentos da dança que conhecia até então, que tinha por base uma medida padrão de interação entre os corpos. Dancei como um louco nessas festas e nas seguintes, em que tive o prazer de participar. Na ausência de poder ser um dançarino modelo das danças tradicionais, participando nestas festas demonstrava que era um exímio dançarino, dando azo a uma demonstração de movimentos e de ritmos, como se o meu corpo tivesse um dom artístico singular, difícil de ser superado. Também bebia, mas não sei se por precaução ou por medo de estar embriagado, ao fim de quatro horas de dança, começava automaticamente a beber chá de forma incessante, para ficar completamente sóbrio.

Estas festas tiveram, mais tarde, continuidade na casa de Isabel Herpin e de Alan Kay, na Rue de la Providence. Mas eram diferentes das primeiras porque não evoluíam para um nível atabalhado e caótico. No entanto, isso não impediu que potenciasse a minha alegria e prazer, sobretudo através da música, da comida e da dança. Eram festas globais de generosidade, de solidariedade e de amizade, funcionando quase sempre como substitutos microssociológicos das sociedades modelares que utopicamente pretendíamos construir. Sentia-me como se fizesse parte de uma família alargada sem que existisse qualquer tipo de separação entre a ideologia e a política que defendíamos e a vida que levávamos. Posteriormente, nas casas onde habitei, desde 1973 a 1975, existia sempre um postulado comportamental que passava pela pequena ou grande festa, sempre com o objetivo da prática da amizade entre amigos e amigas que perfilhavam a necessidade de integrar a teoria e a prática no processo revolucionário. Estas festas ocorriam na Rue Noisy le Sec, em Bagnolet, e na Rue Sèvres-Babylone, em Paris.



Convívio na Rue Sèvres-Babylone, em Paris, entre libertários portugueses e italianos. Presença de Rita Prastico, António, Mariolina Arrifoni, António Anica, David Bernarda e Jorge Furtado Rocha. Por Mariolina Arrifoni.

[Fotos de Roberto Briosci]

Outros factos relevantes que moldaram o meu pensamento quando cheguei a Paris prendem-se com o impacto e os prolongamentos ideológicos e políticos do Maio de 1968. Nesse aspeto, as incidências revolucionárias que emergiram no Quartier Latin, tendo maior incidência e envolvimento territorial no Boulevard Saint-Michel, foram, para mim, fulcrais. Quase sempre nos finais de semana, quem frequentava essa zona geográfica podia assistir a manifestações públicas decalcadas das mesmas palavras de ordem e de lutas esporádicas com a polícia. Quando circulava na zona central do Quartier Latin, uma vez que residia numa rua próxima, por vezes, deparava-me com Aguigui Mouna, um personagem singular e emblemático que transformava o humor num discurso narrativo radical contra o Estado e o capitalismo. Para o efeito, criava uma diversidade de imagens e uma iconografia identificada com a sua condição de mendigo-filósofo, ecologista, pacifista e libertário. Em cada ação discursiva nos fins de semana, transportava um carro repleto de símbolos alusivos às ideologias e à filosofia que defendia. Constatava também que o seu discurso era embrenhado por um saudosismo do Maio de 1968, que tinha sido vencido pela normalidade instituída.

Ainda no âmago das vivências originadas pelo Maio de 1968, saliento a importância da plasticidade social provocada pela Librairie Maspero, situada na Place Paul-Painlevé, em Paris, que era propriedade de François Maspero. Esta livraria teve o dom de difundir livremente edições de livros, brochuras, panfletos e jornais de partidos e sindicatos no espetro ideológico da esquerda e da



extrema-esquerda, que lutavam contra as ditaduras dos seus países, como era o caso de Portugal. Saliente-se que esta livraria tinha uma função editorial importante nas lutas da independência dos seus países, que procuravam extinguir o colonialismo. O caso de Portugal foi emblemático a este nível. Embora já estivesse fora e fosse contra as órbitas ideológicas das publicações que eram distribuídas pela Librairie Maspero, caso quisesse, poderia encontrar panfletos e revistas de grupos marxistas, leninistas, maoístas, trotskistas, castristas e guevaristas e outras correntes ideológicas das mais díspares origens: Partido Comunista Português (PCP), Movimento de Reorganização do Partido do Proletariado (MRPP); Partido Comunista Português Marxista-Leninista (PCP-ML, facção Vilar); Partido Comunista Português Marxista-Leninista (PCP-ML, facção Mendes); União Revolucionária Marxista-Leninista (URML); Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCRML); Comité Marxista-Leninista Português (CMLP); Comité de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista-Leninista (CARP); Organização Comunista Marxista-Leninista de Portugal (OCMLP); Organização de tendência Trotskista — Liga Comunista Internacionalista (LCI); e Liga de Unidade de Ação Revolucionária (LUAR).

Como se pode ver, o laboratório de leituras revolucionárias primava pela dispersividade e conflitos ideológicos e políticos. Em cada um deles existia uma identidade que derivava fundamentalmente da luta pelo poder, muitas vezes, e quase sempre delineada pela pretensão de protagonizar historicamente Lenine, Mao Tsé-Tung, Estaline, Trotsky, Fidel Castro, Che Guevara e outros. Esta reprodução mimética de novos heróis revolucionários não se reproduziu exclusivamente em nome de Portugal, na Librairie Maspero. Constatei que existiam outros tipos de livros e revistas revolucionárias que estavam fora desse dogmatismo político e ideológico. O exemplo dos *Cadernos de Circunstância* era significativo a esse nível. Devo referir, ainda, a importância que a formação ideológica e política tinha em relação aos que desertaram ou fugiram da guerra colonial, aos exilados ou emigrantes identificados com a oposição ao regime fascista de Salazar e Caetano. Nestes domínios, o espólio informativo que esta livraria dispunha revelou-se essencial para ajudar a estruturar o derrube da ditadura, que perdurava há vários anos, em Portugal. Como consequência, a leitura diferenciada e contrastante dos livros, revistas, brochuras e panfletos dava

azo a grandes dissensões e discussões políticas e ideológicas, dando origem à proliferação de criação de partidos, sempre justificados e legitimados pela proficiência singular dos dirigentes mais emblemáticos. Na maioria dos casos, não se olhava a meios para atingir os seus desígnios numa hipotética revolução a realizar em Portugal.

A razão plausível que me levou a continuar a militância política e ideológica no seio dos *Cadernos de Circunstância* advém, em grande medida, da pobreza ideológica e vassalagem política destes partidos, baseados no modelo chinês, cubano e russo. A mentira e o acriticismo que faziam parte do conteúdo das suas publicações, a miséria da sua vida pautada por uma moral e uma ética assente numa luta pelo poder e cegueira ideológica e religiosa sem sentido, levavam-me a fugir deste tipo de militância política revolucionária de ideologia de esquerda e de extrema-esquerda. A aprendizagem crítica de partidos e de sindicatos, assim como do capitalismo e do Estado, foi extremamente salutar para conseguir as bases de formação e de cultura que me faltavam enquanto ator inserido em qualquer processo revolucionário. Por esta razão, já estava vacinado pelos cantos de sereia que pululavam na esquerda e na extrema-esquerda e que viam, em mim, um potencial militante da consecução das suas estratégias revolucionárias. Evidentemente que, para me opor ou colidir com essas estratégias militantes da esquerda e da extrema-esquerda, não me bastava a formação que já tinha adquirido nos *Cadernos de Circunstância*; a prática da minha experiência nos locais de trabalho catapultou-me para outras dimensões da manipulação comportamental entre o capital e o trabalho, que não eram possíveis de configurar sem a regulação do Estado.

Após vários meses de chegada a França, por sugestão de Jacqueline Reuss, tomei conhecimento da existência de uma Universidade com cursos e pedagogias revolucionárias, num período de lecionação noturna e em condições especiais de frequência. Em setembro de 1970, fomos os dois auscultar e realizar o processo de inscrição na Universidade de Paris VIII, em Vincennes. Como tinha poucos conhecimentos da língua francesa, a Jacqueline Reuss conseguiu descodificar as linguagens administrativas e institucionais que eram requeridas para a minha inscrição, tendo sido, em simultâneo, objeto de uma entrevista por professores do Departamento de Economia Política. Uma vez analisado o meu

perfil profissional de mecânico e a minha idade, pois estava quase a fazer vinte e cinco anos, a direção do referido departamento avaliou a minha candidatura positivamente tendo, assim, iniciado a minha escolarização na Universidade de Paris VIII, no ano letivo de 1970/1971, na Route Tourelle. Deste modo, como ainda trabalhava na oficina de automóveis de Sud-Est Automobiles, logo que terminava o meu dia de trabalho, deslocava-me de metro da Rue Guillaume à Universidade de Paris VIII, que ficava situada no bosque de Vincennes.

Esta Universidade, pela emergência histórica que comporta a sua criação, só tem razão de ser pela abrangência dos conteúdos científicos e pedagógicos que estavam diretamente associados com as mudanças revolucionárias do Maio de 1968, em França. Daqui decorre que a sua institucionalização pelo Estado Francês foi realizada com os conteúdos e as formas inscritas nos paradigmas epistemológicos e metodológicos, que relevavam de autores e modelos científicos, políticos e ideológicos das ciências sociais e humanas, com predominância para as diferentes expressões históricas do marxismo. De qualquer forma, estas exprimiam, sem dúvida, uma resposta histórica do governo francês ao movimento social estudantil do Maio de 1968, que ansiava, há muito tempo, por transformações sociais, políticas, económicas e culturais profundas. Esse desiderato culminou com a criação do Centro Universitário Experimental de Vincennes, no outono de 1968. Foi uma decisão estratégica de Edgar Faure, ministro da Educação Nacional do governo, chefiado, na altura, por Maurice Couve de Murville que, por outro lado, tinha sido precedido por Georges Pompidou, até Julho de 1968. Este, por seu lado, assumiu a Presidência da República entre 1969 e 1974.

Sem ser um processo meramente mecânico de conflitualidade, se analisarmos a descontinuidade do movimento social dos estudantes em maio de 1968, a decisão de Edgar Faure transformou-se numa decisão estratégica genial de poder instituído, ao conseguir concentrar todas as contradições e conflitos entre os estudantes e o Estado Francês num local bem específico de contenção e normalização das energias contestatárias e revolucionárias dos estudantes, que pretendiam abolir as excrescências negativas do capitalismo e do Estado no sistema de educação, ao nível do ensino superior. Não era só a concentração, a visibilidade e o controlo da energia física dos estudantes e dos professores que

poderiam emergir para manifestações e criação de barricadas contra a polícia, mas também o sistema obsoleto das estruturas curriculares e da administração educacional da França.

Os governos tutelados por Georges Pompidou e Maurice Couve de Murville, ao permitirem deslocar e centralizar a luta dos estudantes para a aprendizagem universitária do Centro Universitário Experimental de Vincennes, transformaram esta experiência num laboratório revolucionário experimental de utopias educacionais e pedagógicas. Assim, conseguem, ao mesmo tempo, diluir e condicionar os seus ímpetus contestatários e revolucionários. Para a consecução prática destes objetivos, foram corroborados por uma inscrição massiva de estudantes que tinham participado na revolução, sendo facilitada a entrada imediata de trabalhadores assalariados, sem possuírem o nível de escolaridade obrigatório do ensino secundário, que era, habitualmente, exigido com a obtenção do *baccalauréat*. Como resultado lógico desta decisão, no ano letivo de 1969/1970, as inscrições no Centro Universitário Experimental de Vincennes atingiram um número inaudito, sendo que essa quantidade foi baseada numa inscrição massiva de trabalhadores-estudantes, no primeiro ano, em que quase 50% eram estrangeiros.

Uma das bases de credibilidade institucional e legitimação científica para a criação do Centro Universitário Experimental de Vincennes, foi, claramente, a visibilidade social e o prestígio da grande maioria de professores que apoiou e lutou por este projeto. Pela sua competência, honorabilidade, idoneidade, moral e ética, relativamente à criação e desenvolvimento do Centro Universitário, nunca é demais realçar o papel de Gilles Deleuze, François Châtelet, Jean-François Lyotard, Louis Althusser, Michel Deguy, Michel Foucault, Jacques Lacan, Maurice Gross, Georges Lapassade, Hélène Cixous, Michel Beaud, Emmanuel Terray, Nicos Poulantzas, Judith Miller, Giorgio Agamben, Michel Serres, André Miquel, Étienne Balibar, Jacques Rancière, Yves Lacoste, Jean Claude Chevalley, Gilbert Badia, Nicolas Ruwet, André Glucksmann, Henri Weber, Madeleine Rebérioux, Daniel Bensaïd, Denis Guedj, Alain Badiou, Robert Castel, Jean-Claude Passeron, entre outros... Por outro lado, sabendo da latitude das exigências epistemológicas e metodológicas que estavam na origem do Centro Universitário Experimental de

Vincennes, o corpo de professores foi alargado a professores estrangeiros, logo no primeiro ano do ano letivo de 1969/1970.

Eu próprio, participei como trabalhador-estudante nesta experiência histórica, a partir de outubro de 1970, num contexto em que a maturidade do Centro Universitário de Vincennes já tinha sido ultrapassada, dando azo à criação da Universidade de Paris VIII — Vincennes, nesse mesmo ano. Todas as áreas científicas, sem exceção, com predominância para as ciências sociais e humanas, primavam pela crítica radical do capitalismo com base no paradigma marxista e, por outro lado, como a consecução da emancipação social do proletariado estava na ordem do dia, a revolução passava inevitavelmente pela construção do socialismo a nível mundial. Das disciplinas que compunham o meu curso da *Licence* (Bacharelado), que concluí em 1973, constavam as seguintes: *Economie Politique: Production et identification sociale de l'économie politique* (I, II, III, IV); *Politique économique* (I, II); *Economie générale* (I, II, III, IV); *Les économies socialistes* (I, II, II, IV); *Condition et transformation du travail par l'accumulation du capital* (I, II); *Le Chômage* (I, II); *Entreprise industrielle en Chine* (I, II); *IBM société transnacionale* (I, II); *Langue Étrangère Transition* (I, II); *Expression Orale perfectionnement deuxième degré* (I, II, III, IV). Dos vários professores que me deram aulas em Economia Política, lembro-me de Michel Beaud, Bertrand Belon, Claude Faure, Krimi e Kōstas Vergopoulos.

Por razões relacionadas com as minhas escolhas pessoais em prol de uma vida dedicada à revolução social, ainda me inscrevi no quarto ano, no ano letivo de 1974/1975, mas, desmotivado que estava em relação a qualquer hipótese de chegar a exercer uma profissão no quadro das profissões do ensino superior, nesse mesmo ano, desisti de estudar e, portanto, de concluir *la Maîtrise* (Licenciatura). Apesar de estar desmotivado, por razões ideológicas e políticas, com o ensino que era praticado na Universidade de Paris VIII, ainda tive hipóteses de exercer tarefas de monitor no departamento de Economia Política, nos anos letivos de 1971 a 1973. Não cheguei a exercer funções de *Chargé de Cours* (assistente convidado) porque, já naquela altura, as minhas opções ideológicas eram contrárias àquelas que predominavam no interior do departamento de Economia Política.

A experiência da Universidade de Vincennes, como consequência direta do Maio de 1968, teve um conteúdo revolucionário efetivo na minha vida pessoal

e, salientando-se na natureza dos aspetos pedagógicos desenvolvidos nas salas de aulas, nas relações entre professores, alunos e funcionários. As relações baseadas na autoridade hierárquica formal foram abolidas ou subvertidas na transmissão de conhecimentos, dando lugar a uma aprendizagem simultânea entre professores e alunos, tendo assistido, por vezes, a relações sociais baseadas na democracia direta e na autogestão, com comportamentos livres e espontâneos entre professores e estudantes. Os exames e os testes foram abolidos, sendo que a avaliação de cada disciplina era outorgada e avaliada positivamente com base na aprendizagem efetiva e a presença física dos alunos através da sua participação oral, discussão e leitura de textos. A prática pedagógica em algumas áreas científicas foi tão radical que, na disciplina de Sexologia, as aulas teóricas eram, ocasionalmente, conjugadas por experiências sexológicas diretas entre estudantes. A polémica deste caso foi de tal forma dimensionada que a imprensa francesa mais conservadora publicou e especulou sobremaneira, nas primeiras páginas dos seus jornais, notícias que tinham uma base demoníaca, assente no escândalo moral e sexual que ocorria na Universidade. Para alguns destes censores, apelava-se para que a Universidade fosse fechada.

No geral, posso afirmar que a minha passagem por esta Universidade foi duplamente positiva. Em primeiro lugar, porque me permitiu aprender certas matérias que de outra maneira não teria conseguido. O marxismo como objeto de estudo e de discussão foi sempre prioritário em comparação a todos os outros autores que são a base de leitura de paradigmas económicos, dominantes na ciência económica. Em segundo lugar, permitiu-me conhecer alunos de várias nacionalidades: marroquinos, argelinos, portugueses, franceses, iranianos, palestinos, espanhóis, italianos, tunisinos e outros. Esta diversidade linguística e cultural, mesclada pela leitura de textos e discussões orais em língua francesa, permitia-nos chegar a conclusões identitárias comuns, sendo que, dessas leituras e dessas discussões orais, muitos daqueles que acabavam as suas licenciaturas, pensavam libertar os respetivos países das ditaduras em que estavam mergulhados e depois, se possível, tornarem-se dirigentes de revoluções democráticas nacionais.

Na Universidade de Paris VIII, aprendi, também, a dialogar com as diferenças, a singularidade de cada estudante, professor e funcionário nos planos tanto

político, cultural como social. Esta base de entendimento e de comunicação entre os vários grupos sociais que constituíam a Universidade permitiu-me conhecer pessoas de forma mais profunda e extensa, alargando-se, depois, ao exterior da própria faculdade. Para não me esquecer dos mais importantes, refiro-me a Jean-Claude Roger, Pierre Bouguenec, Gislaine Lafont, Michel Cournichon e Yvette Bontemp.

### **Consequências da ideologia e da política na minha trajetória de militante revolucionário**

Depois de ter adquirido uma estabilidade efetiva no final de 1970, como emigrante e militante revolucionário, as minhas decisões foram orientadas na prossecução da ação revolucionária mundial, em prol da emancipação social da classe operária, até final de 1975. Esta estratégia deduz-se a partir das seguintes opções: 1) continuar a vida de militante nos *Cadernos de Circunstância*; 2) assumir um dia a dia como emigrante em Paris; 3) viver como trabalhador assalariado, em França; 4) integrar na reflexão e na ação dos grupos revolucionários franceses.

Como já referido, a minha adesão ideológica e militante baseou-se numa abertura reflexiva aos princípios radicais do marxismo e da autonomia operária, com evidente oposição aos princípios de práticas dos partidos marxistas-leninistas e dos sindicatos que serviam como correia de transmissão dos mesmos. Esta identidade ideológica traduziu-se na difusão de propaganda junto dos mercados e das fábricas onde existiam emigrantes portugueses, acompanhados por debates e reflexões sobre o movimento operário na Europa e nos países capitalistas mais desenvolvidos. Desde que o grupo dos *Cadernos de Circunstância* demonstrou que estava esgotado das suas funções analíticas e editoriais, só a parte do grupo que estava mais identificada com os princípios e as práticas da autonomia operária, da autogestão e da luta de classes é que construiu uma identidade coletiva para prosseguir a sua militância: eu, Manuel Villaverde Cabral e João Freire. Se Jorge Valadas não tivesse viajado com Jacqueline Reuss para os EUA, na minha opinião, também teria enveredado por esta opção militante. Devo referir que a minha militância no seio

deste grupo, não durou para além de 1972. Só Manuel Villaverde Cabral conseguiu dar continuidade militante junto da comunidade emigrante portuguesa, na região de Paris, criando e distribuindo, com o Yan Moulrier, um jornal denominado *Douze Millions de Imigrés*.

Foi com base nesta assunção identitária e ideológica da minha condição de operário militante nos *Cadernos de Circunstância* que, segundo Manuel Villaverde, eu era a pessoa indicada para iniciar a revolução centrada na autonomia operária, em Portugal, porque possuía o carisma de líder e de agitador nato. Esta posição era de tal forma importante que Manuel Villaverde marcou uma reunião num café próximo da igreja Saint-Suplice, em Paris, com o Hélder Costa do grupo «O Comunista», da OCMLP, com o intuito bem explícito de me tornar um militante profissional dos *Cadernos de Circunstância*, em Portugal. Na conversa que teve, e a que eu assisti, Manuel Villaverde tentou impressionar Hélder Costa, fazendo crer que eu possuía um trunfo na manga junto da classe operária, ao ponto de referir que eu era capaz de agitar todo o tecido social operário da zona industrial de Lisboa e, por arrastamento, Portugal. Esta estratégia de negociação revolucionária, em última análise, tinha por objetivo fundamental potenciar a ação revolucionária dos *Cadernos de Circunstância*, em Portugal. Como já tinha uma experiência militante adquirida junto da classe operária, eu, melhor de que ninguém, poderia exercer as funções de militante revolucionário, identificadas com os desígnios históricos dos *Cadernos de Circunstância*.

Esta probabilidade de ação revolucionária dos *Cadernos*, em Portugal, gorou-se, logo de seguida, porque não tinham experiência nem estavam vocacionados para qualquer tipo de militância clandestina de natureza partidária ou sindical. Hélder Costa apercebeu-se de tudo isso, daí que a linguagem sobre a autonomia da classe operária e da luta de classes não fosse muito bem-vinda para os desígnios ideológicos do partido marxista-leninista, de que ele era dirigente. Por outro lado, a representatividade exígua da classe operária revolucionária nesse processo revelava-se manifestamente inconsequente para os objetivos revolucionários da OCMLP. Perante este quadro, Manuel Villaverde Cabral e eu constatámos que a reunião tinha sido um fiasco. Depois dessa reunião e no percurso de regresso para a Rue Vaugirad, encontrei Fernando Medeiros, no Boulevard Raspail, e pude falar com ele a respeito do encontro



que tinha ocorrido entre o Manuel Villaverde Cabral e o Hélder Costa. Face ao que lhe contei, a resposta de Fernando Medeiros foi sintomática: «Cuidado, vê lá no que te vais meter, pois as dificuldades e os problemas que vais encontrar são grandes.» Esta intuição de Fernando Medeiros foi crucial porque, a partir daquele momento, decidi que não me transformaria em revolucionário profissional. Independentemente da resposta de Hélder Costa, eu já tinha tomado a minha decisão, nunca iria para Portugal participar em qualquer tipo de luta que exigisse a minha integração num partido ou num sindicato.

Durante a minha permanência em França, para ir todos os anos a Portugal de férias, eu tinha duas prerrogativas que dependiam do meu estatuto de emigrante e de trabalhador assalariado normalizado. Assim, todos os anos, no mês de agosto, eu ia visitar a minha família e amigos e, ao mesmo tempo, desenvolvia um conjunto de ações revolucionárias, em Portugal, nos *Cadernos de Circunstância*. Desse modo, em agosto de 1971, voltei novamente a restabelecer as ligações com o grupo dos *Cadernos de Circunstância* que tinha sido criado em Lisboa, desenvolvendo, para esse efeito, as condições necessárias e suficientes para produzir e difundir a propaganda que tínhamos programado, em 1970. Nesta linha de continuidade dos objetivos programados, eu próprio me encarreguei, com a ajuda financeira do Ilídio Ribeiro, de comprar uma máquina Gestetner para imprimir o jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado, Contra o Capital*. Consegui realizar essa compra com muita dificuldade, a um comerciante que vendia máquinas de impressão, na Alameda Dom Afonso Henriques. Devo realçar que, se não fosse o Ilídio Ribeiro, esta máquina nunca teria sido utilizada para funções subversivas e revolucionárias contra o regime de Salazar e Caetano.

Adquirida a logística fundamental para desenvolver o processo de agitação e de propaganda revolucionária, em Portugal, imprimimos o primeiro exemplar do jornal *A Classe Operária*, em agosto de 1971. Depois da impressão, fizemos a distribuição da totalidade dos números existentes pelas fábricas do perímetro industrial de Lisboa, com especial incidência na zona geográfica da Avenida Infante Dom Henrique, que começa em Moscavide, passa pelos Olivais, Beato, Poço de Bispo e Marvila, e termina nos portos de Lisboa. A análise e a ideologia do jornal *A Classe Operária* estavam identificadas com

a consecução do processo revolucionário em Portugal, sempre em função dos objetivos e interesses autónomos da classe operária. Embora este jornal fosse a continuidade do conteúdo das análises que tinham sido desenvolvidos junto da emigração portuguesa na região de Paris, agora, as análises primavam pela exaltação das reivindicações e da luta operária contra o Estado, o capital e o patronato, no sentido mundial do termo, enquanto se estimulavam as lutas operárias através das greves e as reivindicações salariais típicas de mais dinheiro e menos trabalho reportadas à Europa e a Portugal.

As peripécias e as atribulações da produção e da distribuição deste jornal eram, por vezes, muito quixotescas. A primeira grande manifestação de medo que tive de ser preso ocorreu aquando a distribuição do jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado, Contra o Capital*, n.º 2, em agosto de 1972. Quando eu, Carlos Miranda e Mário Kruger já tínhamos distribuído o jornal a uma série de fábricas, na Avenida Infante Dom Henrique, por volta das 24 horas, eis que junto à fábrica da empresa Batista Russo nos surge, sem esperar, um carro da Polícia de Segurança Pública (PSP), no sentido oposto em que eu conduzia o Citroën, onde tinha vários jornais guardados para distribuir noutras fábricas. Subitamente, a PSP fez uma curva e seguiu o nosso caminho. Perante esta situação, pensámos que nos perseguiam e que nos iam prender. Com bastante medo, ao entrarmos em pânico, descarregámos todos os jornais para uma zona de mato contígua à avenida que seguíamos. O Citroën que conduzia andava muito devagar, mas isso não impediu que pudessemos fugir por uma estrada secundária, que eu já conhecia, junto ao bairro Chinês, próximo dos bairros de Marvila e do Beato. Mário Kruger ficou de tal maneira em pânico que, desde esse dia, atenuou de forma radical a sua ação no grupo de *Cadernos de Circunstância* e nunca mais apareceu nas reuniões que ainda realizámos. Também houve medo da minha parte e de Carlos Miranda, razão pela qual tenha guardado a máquina Gestetner e uma grande quantidade de jornais na casa da minha mãe, em Bogarréus.

Nos anos seguintes que vim de férias a Portugal, a minha primeira missão consistiu em editar o jornal por forma a atingir o máximo de leitores que trabalhavam como operários na zona industrial de Lisboa. Esse objetivo crucial foi plenamente realizado em 1971 e 1972. Por razões de segurança e por

conhecimento pessoal que desenvolvi, na altura, com o 1.º Tenente da Marinha Almeida Contreiras (mais tarde, capitão da Marinha e membro do Conselho da Revolução), quando vinha de férias a Portugal, visitava-o a ele e à sua esposa, em São Pedro do Estoril. Como existia uma sintonia reflexiva entre ambos no que concerne à luta contra o fascismo, foi possível criar um clima de confiança e amizade que perdura até hoje. Na sequência do medo que a máquina Gestetner já tinha provocado e sabendo do perigo que a permanência da mesma na casa da minha mãe podia originar, a partir do verão de 1973, ficou à guarda do capitão-tenente Martins Guerreiro (mais tarde, almirante e membro do Conselho da Revolução), amigo de Almada Contreiras. Nunca mais tivemos notícias dessa máquina Gestetner, nem sei qual foi a sua utilidade revolucionária, mas penso que, no mínimo, serviu para imprimir algum panfleto no seio do grupo da marinha, que fazia parte do Movimento das Forças Armadas (MFA). Sei, também, que fiquei mais descansado com a entrega dessa máquina aos homens da marinha porque as probabilidades da minha mãe não sofrer represálias da DSG (PIDE) eram, assim, minoradas. Recentemente, o meu amigo João Freire informou-me que tinha ido recuperar um duplicador Gestetner na cidade de Ílhavo, em 1975, através de um marinheiro do MFA. Mais tarde, João Freire entregou esse duplicador ao Centro de Cultura Libertária, sedado em Cacilhas.

Para executar as tarefas reportadas ao jornal *A Classe Operária*, necessitava de uma habitação clandestina, que me permitisse mobilizar facilmente na consecução de tarefas e reuniões que eram imprescindíveis à produção e distribuição do mesmo, nunca descurando todos os aspetos de segurança para não ser apanhado pela PIDE. Para esse efeito, utilizei um quarto na casa do meu irmão José, na Quinta do Ferrão, no bairro de Chelas, em Lisboa. As reuniões eram, geralmente, feitas na casa dos pais do António Viegas, na Avenida de Roma, ou, então, na casa dos pais do Artur Pais, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, que, em última instância, era o meu local preferido. Como último recurso, as reuniões do grupo ocorriam no café Monte Carlo, na Avenida Fontes Pereira de Melo, não obstante sabermos que esse café era muito conhecido por ser um local estratégico frequentado pela DGS, com a missão de descobrir e prender a diversidade de artistas, escritores e políticos da oposição ao regime de Salazar e Caetano. Por razões descabidas e falta de senso histórico dos documentos

que fizeram parte da minha vida, que todas as circunstâncias de ação militante clandestina não justificam, não consegui ficar com um único exemplar do jornal *A Classe Operária*. Os que estavam na casa da minha mãe, em Bogarréus, e do meu irmão José, na Quinta do Ferrão, fosse por medo da polícia política, fosse por ignorância, no ano de 1973, foram pura e simplesmente queimados.

Quando estava em Lisboa, tinha uma vida afetiva muito chegada ao Ilídio Ribeiro e à sua esposa Flor Ribeiro e, por outro lado, à família do meu irmão José António Ferreira e à minha irmã Guilhermina Ferreira, que habitava em Moscavide. Pela amizade e amor diferenciado que mantinha com a minha mãe e irmãos, pelo menos num período de uma semana, eu estava sempre presente em Bogarréus a matar saudades, não esquecendo de estar também presente com os amigos.

Há factos na vida que não se explicam, nem podem voltar atrás na sua descrição objetiva, ainda que possamos repensá-los em cada momento da nossa vida. Estes factos foram bem visíveis nas diferenças ideológicas e políticas que enfrentei, pela primeira vez, quando regresssei a Lisboa, em 1970. Como era normal, fui visitar João e Odete Paiva, na Rua de Campolide. Baseado na identidade ideológica e militância junto do PCP, tive a oportunidade de ser recebido com muita simpatia e amizade por toda a ação que tínhamos desenvolvido antes, sobretudo, aquando da realização de eleições, em 26 de outubro de 1969. Para os devidos efeitos, foram convidados vários elementos que estavam ligados ao PCP e que estavam repletos e curiosos para saber notícias sobre a minha ida para Cuba. Nessa reunião, limitei-me a discernir sobre dois factos cruciais. Primeiro, que a minha viagem revolucionária tinha sido incompleta no percurso para Paris e, a seguir, para Cuba. Segundo, de caráter ideológico e revolucionário, expliquei-lhes sucintamente que, para mim, Cuba era uma fraude histórica revolucionária que, no fundo, expressava uma continuidade da exploração do proletariado. Para fazer valer esta posição, criticava as incongruências revolucionárias do modelo de sociedade soviética que tinha sido instaurado na URSS, em 1917, e na China, em 1949. As críticas que recebi ao fazer este tipo de discurso foram muitas e corrosivas, ao ponto de olharem para mim doravante com desconfiança, como se fosse um agente da DGS. Foi notório que a minha presença naquela casa passaria a ser de *persona non grata*, num espaço onde, tantas vezes, tinha pensado lutar pelo comunismo.

Todavia, cada ano que fui a Portugal, entre 1970 a 1973, tinha uma obrigação moral de visitar os amigos que tinha granjeado, no bairro de Campolide, sobretudo aqueles que eram contra o regime de Salazar e de Caetano, mas também os que eram simplesmente pessoas que eu considerava simpáticas e de bom caráter. Essas relações de uma amizade criada durante anos na empresa Fonseca & Miranda, foram, sobretudo, redimensionadas e fortalecidas pela criação de laços sociais no ambiente público de um café, na Rua de Campolide, e numa loja de roupa, na mesma rua. Não admira que procurasse as pessoas com as quais mantinha mais afinidade ideológica e política e uma certa amizade. O caso do Vítor Mora, que tinha sido meu colega na empresa Fonseca & Miranda e os senhores António e Joaquim, que eram proprietários da loja de roupa, foram, neste aspeto, sintomáticos. Com estes últimos, para além das conversas, que envolviam sempre a crítica radical do sistema político e social vigente em Portugal, as relações sociais passavam pelo jogo das cartas e, mais especificamente, pelo jogo da sueca, no café.

Ainda no âmbito das idas e vindas de Paris a Lisboa, como emigrante e militante revolucionário dos *Cadernos de Circunstância*, pela identidade ideológica e política, criei e desenvolvi uma amizade indestrutível com António Manuel Anica, Jorge Furtado da Rocha e Carlos Miranda, que tinham desertado ou eram refratários do exército português, no período histórico da guerra colonial.

Sabendo desta situação e das dificuldades de mobilidade clandestina que todos eles tinham na passagem da fronteira entre Espanha e Portugal, quando entrei no período de férias, no ano de 1973, ano em que já não foi publicado o jornal *A Classe Operária*, ajudei-os a passar essa fronteira, sem que fossem presos pela DGS. Daqui, posso inferir que a minha relação com Portugal estava a mudar no seu substrato fundamental. Os objetivos da minha função de militante revolucionário, se bem que estivesse centrado na luta de classes e na autonomia operária, deveriam estar articulados com os pressupostos de uma revolução sem pátrias e sem fronteiras. No sentido amplo do termo, esta evolução proveio bastante da partilha reflexiva, no seio da minha vida em Paris, com uma série de emigrantes estrangeiros e na minha integração em grupos revolucionários que defendiam essas teses. Já tinha realizado, em 1971, esta mesma prática de passagem clandestina da fronteira entre Espanha e Portugal, com o José Supico,

que tinha desertado da guerra colonial, só que, dessa vez, tive de trazê-lo a salto pela fronteira de Vilar Formoso e levá-lo à sua terra natal, no Fundão.

Partindo deste prisma de mudança ideológica e teórica, a minha apetência para abranger a minha militância revolucionária exclusivamente direcionada à situação em Portugal começou a perder sentido, devido à minha desmotivação crescente a tudo o que se relacionava com os dilemas patrióticos. Como consequência lógica, deixei de ter interesse em continuar o trabalho militante no grupo dos *Cadernos de Circunstância*, em Portugal, e assumo uma postura de militante de uma revolução social de bases internacionalistas, sem descurar os dilemas da saudade e da solidariedade para com os amigos e os revolucionários portugueses, que poderiam ser objeto de prisão por parte da PIDE. Os casos de António Anica, Jorge Furtado da Rocha e Carlos Miranda foram exemplos muito significativos para esta evolução. Em consonância estreita com este imperativo, mediante os desejos dos diferentes intervenientes, foi organizada uma viagem entre Paris e Lisboa, de ida e volta, composta por mim, Dália Vieira, Jorge Furtado da Rocha e António Anica. Os intuitos desta viagem decorriam muito na nostalgia e saudades que tínhamos de Portugal, ainda que a mesma fosse muito mais importante para Jorge Furtado e António Anica. Para albergar convenientemente pessoas que viajavam para Portugal, como era o caso de Carlos Miranda, que viria connosco no regresso, sem excluir a bagagem, era necessário um automóvel suficientemente robusto e espaçoso para percorrer milhares de quilómetros.

Na nossa perspetiva, na fronteira entre França e Espanha, em princípio, não haveria problemas, mas na fronteira entre Portugal e Espanha os obstáculos eram mais sérios, sobretudo para quem desertava da guerra colonial. Não obstante os passaportes dos três desertores e refratários estarem em dia, a hipótese de circulação na fronteira portuguesa não era viável e muito menos pacífica. Assim, a primeira coisa que fiz foi tentar arranjar um automóvel emprestado que satisfizesse essas exigências de uma viagem longa, junto de José Hipólito dos Santos. O conhecimento que tinha adquirido de José Hipólito, logo nos primórdios da minha chegada ao grupo dos *Cadernos de Circunstância*, foi propiciador de uma empatia comum, que nunca foi posta em causa até à sua morte, a 12 de dezembro de 2017. Era um homem muito inteligente e ativo, sempre amigo e

presente em tudo o que envolvesse atos de solidariedade entre companheiros que participavam nos processos revolucionários. Para além de ter participado no assalto ao quartel de Beja, a 1 de janeiro de 1962, foi militante ativo da LUAR e do PRP, Presidente do Ateneu Cooperativo — Fraternidade Operária de Lisboa (Ateneu), (sob influência de António Sérgio) e em que participavam alguns anarquistas, como foi o caso de Emídio Santana, Moisés Silva Ramos, Germinal de Sousa, Acácio Tomás de Aquino, Custódio Costa, Correia Pires, Carlos Ferreira, Carlos Cruz, José de Brito. Em 1975, assume a Presidência da Associação de Inquilinos de Lisboa (AIL). Publicou vários livros entre os quais importa destacar: *O Desenvolvimento da Mulher: Um Outro Mundo é Possível*, em 2003; *Maneiras Cooperativas de agir e pensar*, em 2009; *Felizmente Houve a LUAR*, em 2011; *A Revolta de Beja*, em 2012; *Sem Mestres Nem Chefes*, em 2014.

Não tendo José Hipólito possibilidade de nos emprestar o automóvel que necessitávamos, esforçou-se para encontrar um junto dos amigos que conhecia. Com facilidade, encontrou a solução em Serve Cajarville, uruguaio e professor na Universidade de Paris VIII — Vincennes. Esta solução foi viabilizada com a entrega do automóvel e dos documentos que eram necessários, ainda que nos tenhamos descurado de ter trazido em mão a declaração de propriedade do automóvel e a consequente autorização do seu proprietário para circularmos no trajeto da fronteira de Espanha e de Portugal. Nos primeiros dias de agosto de 1973, enfrentámos a estrada rumo a Portugal com muita alegria, motivação e apreensão, sobretudo no que poderia acontecer a António Anica e a Jorge Furtado, durante as previsíveis passagens das fronteiras entre Espanha e Portugal, já que, para mim e Dália Vieira, não havia perigo porque éramos emigrantes. Passámos pela fronteira de Hendaye e Irun sem problemas e com a boa disposição concretizada em almoços, jantares, bebidas e dormidas em hotéis modestos. Até chegarmos à fronteira de Espanha com Portugal, não tivemos qualquer percalço ou acidente de automóvel. Quando chegámos ao limite da fronteira portuguesa, a guarda civil espanhola não nos deixou seguir no caminho que tínhamos previsto até chegar a Portugal. Para o efeito, alegaram que faltava uma declaração do proprietário, autorizando-nos a conduzir o seu automóvel. Perante este condicionalismo, eu e Dália Vieira fomos constrangidos a arranjar uma solução em Badajoz, para seguir viagem em direção a Portugal.

Entretanto, como não aparecíamos conforme o combinado, António Anica e Jorge Furtado, que já tinham passado a fronteira clandestinamente, resolveram caminhar de forma indiscriminada, sem dar nas vistas, em direção a Estremoz. Esta opção tinha lógica desde que o plano das passagens pelas fronteiras corresse como tinha sido previsto. Logo que chegassem a Portugal, deveriam esperar por mim e por Dália Vieira na vila alentejana de Estremoz. Perante este quadro inesperado, que não permitia que eu e Dália Vieira seguíssemos a viagem de automóvel para Portugal, tratámos de solucionar, urgentemente, o problema, uma vez que Jorge Furtado e António Anica nos esperavam numa situação de clandestinidade, razão suficiente para sermos solidários com eles, a fim de evitar a sua prisão. Eu e Dália Vieira voltámos com urgência à cidade de Badajoz, de modo a procurar um automóvel que nos levasse a Portugal, enquanto deixávamos para trás o Volkswagen que tínhamos trazido de Paris. Alugámos um Fiat 850 por um preço razoável, por um período de um mês. Voltámos para a fronteira espanhola de Badajoz e passámos facilmente a fronteira do rio Caia/Elvas, em território português, sem que denotássemos grande controlo por parte da polícia portuguesa.

Depois disto, deparámo-nos com outros problemas que resultavam de encontrar o paradeiro de António Anica e de Jorge Furtado, já que sabíamos dos atrasos e das faltas de informação sobre os encontros que tinham sido, previamente, combinados. Com o máximo de velocidade, fomos verificar se estavam junto à estação de autocarros da vila de Estremoz. Quando lá chegámos, não conseguimos encontrar qualquer resquício informativo que nos desse uma indicação precisa dos nossos amigos de fuga. Chegámos à conclusão de que os dois teriam apanhado o autocarro e seguido diretamente para Lisboa, daí que, sem perder tempo, tenhamos seguido viagem para Lisboa com o automóvel alugado. Este Fiat 850, no geral, durante o mês de agosto de 1973 em que estive em Portugal, foi bastante útil para realizar a mobilidade pessoal, mas também para apoiar as necessidades dos companheiros que tinham viajado comigo e necessitavam permanentemente de apoio clandestino.

Nesse período, estive várias vezes com António Anica, em Lisboa, porque conseguiu uma habitação que lhe permitia subtrair-se dos olhares da polícia política. Jorge Furtado esteve algum tempo com Dália Vieira, em Alhos Vedros,



na casa dos pais. Quando fui ao Porto com o Jorge Furtado, tive oportunidade de conhecer os seus pais, irmãos e irmãs, que habitavam numa quinta, em Arouca. Com o António Anica, foi-me permitido conhecer suas irmãs e a sua mãe que vieram expressamente das Hortas (Vila Real de Santo António) visitá-lo a Lisboa. Como era de esperar, as relações familiares tinham uma origem muito peculiar no «matar saudades» da família. Esta dimensão, tipicamente portuguesa, não escapou a nenhum de nós, razão pela qual fosse uma prática comum visitar os meus amigos habituais do bairro de Campolide, assim como os meus amigos de longa data, como Ilídio e Flor Ribeiro. Durante esse período, as visitas à minha mãe e à restante família, em Bogarréus, foram prioritárias, não esquecendo a parte da minha família que residia em Moscavide e na Quinta do Ferrão, em Lisboa. Por uma necessidade intrínseca de amizade e de identidade ideológica e política, frequentei regularmente as casas do Carlos Miranda e do Artur Pais, na Avenida 5 de outubro, em Lisboa.

No final do mês de férias, em 1973, estava na hora do retorno a Paris. O número de viajantes tinha aumentado. O automóvel Fiat 850, depois de ter sido reparado numa avaria mecânica da bomba de água do motor, estava preparado para albergar cinco pessoas. Eu, Dália Vieira, Jorge Furtado, António Anica e Carlos Miranda. Saímos de Lisboa e passámos por Évora, Elvas e chegámos à fronteira, no rio Caia, depois, pela fronteira espanhola em Badajoz e, aqui, entregámos o Fiat 850 e recuperámos o Volkswagen. Entretanto, as vicissitudes noturnas e a pouca água que circulava no rio Caia, facilitaram a passagem dos desertores, que passaram as fronteiras portuguesa e espanhola. Porém, fomos apanhados pela polícia, no território espanhol. Face à inquirição da polícia espanhola, todos nos limitámos a mostrar os passaportes e a alegar que éramos trabalhadores portugueses emigrantes que iam trabalhar para França. Em função destas respostas, fomos libertados pela polícia civil e, em consequência, pudemos seguir o nosso caminho no Fiat 850 até ao local onde se encontrava o automóvel.

Desta vez, a viagem para Paris foi mais alegre e entusiástica porque cada um tinha conseguido realizar os seus objetivos e eu, mais uma vez, tinha partilhado com os meus amigos vivências pautadas pela amizade, solidariedade e liberdade únicas, que me potenciavam no caminho da revolução social e também na

luta contra a crueldade mortífera da guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Como referi atrás, a minha desistência de militante revolucionário nos pressupostos ideológicos e políticos inscritos num só país deu-se em 1973, em parte, porque o grupo dos *Cadernos de Circunstância* estava praticamente extinto e porque cada um dos elementos desse grupo tinha evoluído para caminhos ideológicos e políticos diferenciados. Por outro lado, considerava-me mais como militante revolucionário das causas do operariado mundial e não como trabalhador assalariado de uma pátria específica. Esta minha articulação com uma diversidade de estrangeiros e de portugueses permitiu-me conhecer, em princípios de 1973, Maria Helena Vidal. Natural do Porto e descendente de famílias ricas, desde cedo Helena Vidal mostrou que era uma grande mulher que sempre lutou pela liberdade e a igualdade. Esses predicados foram bastante visíveis na altura em que viveu parte da sua vida com Camilo Mortágua, em Paris, como militante da LUAR e, sobretudo, pela participação no desvio de um avião da TAP, em Marrocos, em 1961, distribuindo folhetos contra o regime fascista de Salazar, no Barreiro, em Lisboa, Setúbal, Beja e Faro. Esta operação revolucionária contra o regime fascista de Salazar foi executada também por Palma Inácio, Camilo Mortágua, Amândio Silva, João Martins e Francisco Vasconcelos.

Quando conheci Helena Vidal, ela já tinha cortado os laços que mantinha com Camilo Mortágua e com a LUAR, razão pela qual as nossas relações se tivessem desenvolvido vertiginosamente em poucos meses, nos planos físico, psíquico e mental. No curso da minha vida, foi o primeiro amor que tive. A identidade ideológica e política, no sentido da consecução da revolução, e as diferenças teóricas e analíticas que existiam entre nós, nunca foram um problema. Como na altura trabalhava numa Agência Temporária de Trabalho, chegado a Paris no final de agosto de 1973, a Maria Helena pediu-me para ir com ela a Lisboa. Eu achava arriscado entrar em tal loucura, pois ela poderia ser presa pelos atos revolucionários que tinha praticado. Todavia, ao aperceber-me do espírito espontâneo e livre de aventura e de revolta que ela personificava para a prática do amor e da amizade, a minha predisposição para acompanhá-la na aventura que me propunha foi total. Para os devidos efeitos, bastou iniciar a viagem de Paris e Lisboa no automóvel Citroën que possuía nessa época.

Durante a viagem, considerando que nós éramos dignos representantes do partido «Mandrakista», que tinha sido criado em Paris, tudo se tornou gozo e prazer; ao emitir cheques que não tinham cobertura, ao fazer desaparecer das montras as mercadorias que necessitávamos sem pagar, utilizando o mesmo método em centros comerciais, hotéis e restaurantes. Tudo isto personificou vários atos de ilegalidade manifesta, os quais foram sempre acompanhados de atos sexuais profundos e sistemáticos. Eu sentia-me como um peixe dentro de água, atentando que estas práticas foram expressão de alegria, desejo e prazer bem conseguidas. Nesta viagem, só existiu um pequeno senão, com um acidente de viação perto de Alpalhão, provocado por uma carrinha que abalroou, de forma implacável, os guarda-lamas e o radiador do Citroën. Tivemos de esperar um dia numa pensão e chegámos a Lisboa no dia seguinte.

Helena Vidal era a conciliação da espontaneidade, da liberdade e da criatividade em pessoa. Por isso, não admira que, no tempo que ainda fiquei em Lisboa, a prática do desejo e do prazer fosse uma constante na zona geográfica da serra do Monsanto a outros lugares próximos. Passado pouco tempo, tive de regressar a Paris. Soube também que Helena, passado poucos meses, tinha sido presa e só foi libertada com a ocorrência da Revolução de 25 de Abril de 1974. Depois disso, quando regresssei a Portugal, visitei com ela fábricas e cooperativas agrícolas que tinham enveredado pelo processo revolucionário, em Portugal. Visitei-a várias vezes na sua casa no Barreiro, mas por razões lógicas não retomámos qualquer tipo de vivência amorosa. Teve uma filha que, ao que parece, estará a viver com um antigo membro das Forças Populares 25 de Abril (FP25). Sei, também, que morreu de doença cancerosa, no Centro Hospitalar do Barreiro, mas não consegui obter o dia nem o ano exato da sua morte.

Dos vários aspetos relevantes da minha condição de emigrante revolucionário, reputo a natureza da minha vida em Paris de crucial importância. Se pensar bem no que radica no meu processo de aculturação, não posso omitir o conhecimento que obtive de uma série de colegas estudantes na Universidade de Paris VIII. Para mim, não se tratou de conhecer estudantes com o fim exclusivo de estudar e adquirir um diploma de ensino superior. Mais do que isso, foi a construção de amizade, solidariedade e afetos que podem traduzir-se em relações orientadas para a emancipação social, como foram os casos

genuínos de Jean-Claude Roger, Pierre Bouguenec, Ghislaine Lafont, Michel Cournichon e Yvette Bontemp.

Não tenho dúvidas de que tudo o que se reporta aos dilemas do meu quotidiano em Paris se deve aos *Cadernos de Circunstância*. Com elementos deste grupo, conheci a essência do carinho, amizade, convívio, afetividade, solidariedade, entre outros. Entre os vários elementos destaco: Jorge Valadas, Fernando Medeiros, João Freire, Graça Oliveira, Manuel Villaverde Cabral, José Santos, Mário Barroso, Alfredo Margarido, Jorge Dias Deus, Silvine, José Hipólito dos Santos, Mário Bandeira e Leonor Coutinho. Em paralelo, foi-me possível construir uma série de amizades com base em identidades ideológicas mais correlacionadas com o anarquismo e o situacionismo: António Manuel Anica, Jorge Furtado da Rocha, Joaquim Veiga, David Bernarda, Eduardo Pereira, Augusto Ribeiro, Rui Campos, Elisiário Lapa e António Perez.

Era um tipo de convivialidade, envolvendo os que eram mais próximos, estendia-se facilmente às realidades biológica e social, com discussões reflexivas e ideológicas infinitas sobre o marxismo, numa primeira fase, e o anarquismo, numa segunda fase, sem que emergisse sempre uma crítica radical do Estado, do capitalismo, dos partidos e dos sindicatos. A amizade era acompanhada por ações lúdicas, com especial incidência nas idas ao café e na realização de almoços e jantares na casa de cada um. O caso do David Bernarda é, simplesmente, singular. Antigo militante do PCP, em Portugal, emigrou para a França, na década de 1960, e quedou-se ali com a profissão de pedreiro até atingir a reforma, nos princípios da década de 1970. Sempre estive disposto a participar numa luta armada para derrubar o regime de Salazar e Caetano, no entanto, como tinha uma filha, Luzinda, e uma neta, Isabel, resolveu ficar, definitivamente, em Paris. David Bernarda, estava presente, todas as tardes, «no seu escritório», que se situava no café Floreal, na Avenue Parmentier, para ler o jornal *Le Monde* e, mais importante, para refletir e polemizar sobre a natureza contrarrevolucionária dos regimes políticos instaurados na URSS, na China e em Cuba, assim como de todos os partidos e sindicatos. Com a morte dele, por suicídio, em 2003, transporto uma amizade e saudade imensa que não tem expressão, pelo homem bom, generoso e solidário, não obstante as divergências ideológicas que possa ter tido com ele.



No café Floreal, próximo do Metro Concourt, na Avenida Parmentier, em Paris, na década de 1970, era um deleite conversar com David Bernarda e outros companheiros e companheiras sobre a Revolução Social.  
[Foto de Jacqueline Reuss]

Eduardo Pereira, que chegou a ser membro suplente do comité central do PCP e teve uma ação no assalto ao quartel de Beja, a 1 de janeiro de 1962, foi também um dos grandes amigos que conheci em Paris. A partilha de almoços e jantares, assim como de inúmeras reflexões que tive com ele e a sua esposa Alzira (que era porteira-conciérge), num prédio, na Place de Nation, foram únicos. Nos últimos anos da sua vida, trabalhou numa sapataria no Boulevard Saint Michel. Após a reforma, foi viver para Saint-Denis, tendo falecido no ano de 2004. Conheci Augusto Ribeiro quando trabalhava como caldeireiro, na empresa Eugénio & Severino, em Pedrouços. Para além da sua participação no assalto ao quartel de Beja, em 1962, ao tornar-se emigrante na região de Paris, procurou manter sempre uma aproximação com atividades da comunidade emigrante portuguesa que se identificava na luta contra o fascismo, em Portugal. Retomei a minha amizade com ele, em Paris, no ano de 1971, e, desde aí, tivemos sempre uma postura comportamental que culminava na elaboração da boa comida e numa boa bebida. Esta prática ocorria, quase sempre, numa instituição de apoio

às comunidades emigrantes estrangeiras, sob a responsabilidade do seu grande amigo, Rui Campos. Sei que morreu numa aldeia do Alentejo, no final do século XX, mas desconheço completamente o dia e o ano.

Da vida quotidiana, alicerçada por mim, António Anica e Jorge Furtado, há que extrair uma série de ilações. Em primeiro lugar, a amizade e a identidade ideológica que construí, desde 1970, com António Anica e Jorge Furtado, que, pela sua singularidade, extensão e profundidade, foram diferentes no seu aprofundamento e desenvolvimento histórico. Com António Anica, a amizade foi fundamentalmente intelectual, reflexiva e analítica, só depois, epidérmica, na forma de olhar e de sentir a vida real em sucessivas miragens de criação de orgias, que, na altura, denominávamos de criação e desvios de situações típicas da «Internacional Situacionista». As constantes festas que realizávamos nos intervalos em que não havia atividade laboral, na Rue Noisy Le Sec, em Bagnolet, nos arredores de Paris e na Rue Sèvres-Babylone, em Paris, onde quase tudo valia para libertar as couraças dos corpos e das mentes, no sentido de criação de situações revolucionárias de prazer, eram quase sempre realizadas com as presenças de companheiros revolucionários.

Com António Anica, Jorge Furtado, Joaquim Veiga, Dália Vieira, Ghislaine Lafont, Pierre Bouguenec, Narciso Viana, Antónia Perez e Elisiário Lapa, resolvemos criar o Partido «Mandrakista», de forma espontânea e informal, associado ao mágico de nome de Mandrake, dos EUA. Este era um personagem de banda desenhada, criado em 1934, por Lee Falk. Uma das vocações deste mágico consistia em fazer desaparecer as mercadorias das montras, sem que as pessoas se apercebessem disso. Por gozo, por rebelião e por atitude crítica, na impossibilidade de realizar a revolução social que tanto desejávamos, resolvemos criar situações de desvio e de recuperação de riqueza social, extorquida abusivamente pelo capitalismo e o Estado. Todos os fins de semana e, algumas vezes, sem a presença de todos os membros do partido, íamos aos grandes centros comerciais de Paris criar situações desviantes, ao fazer desaparecer as mercadorias das montras, como, por exemplo, carne, livros, música, roupa, vinho, presunto, sapatos, entre outros. O desfecho destas realizações do partido culminava sempre em festas de desbunda convivial. Esta prática quotidiana só terminou quando eu e outros membros fomos apanhados em

flagrante, na recuperação ilegal de mercadorias, resultando na prisão de um de nós. Eu, por exemplo, fui apanhado na FNAC, nos Halles, em 1974, porque tinha roubado três livros da coleção *Pleiade*. Em consequência, fui objeto de um interrogatório especial, tendo sido ameaçado pelos seguranças de que se voltasse a furtar mercadorias da FNAC seria posto na fronteira da França.

No que diz respeito a António Anica, vivi duas situações com ele muito particulares. Uma vez, depois de comermos uns *couscous* e bebermos vinho em excesso, fomos realizar uma ação do Partido «Mandrakista» numa loja de livros e discos, que se chamava Gilbert Jeune, no Boulevard Saint-Michel. Como o António Anica era muito mais alto que eu, ficou decidido que ele transportaria os discos de 33 rotações que íamos furtar no casaco que levava vestido. Eu só teria que os escolher e localizá-los no sítio apropriado. Assim aconteceu. Escolhi dezasseis discos que considerava mais apropriados para as nossas festas e disse ao António que já os podia transportar. Só que todo este falatório que eu tive com ele em português foi presenciado por seguranças que entendiam bem a língua. Eram, na verdade, seguranças portuguesas da empresa Gilbert Jeune. Quando já estávamos no Boulevard Saint-Michel, fomos interpelados por esses seguranças, que nos disseram em português: «A mercadoria que levam debaixo do casaco é nossa, portanto devolvam-na.» Perante isto, olhámos um para o outro e eu disse ao António: «Cada um foge para o seu lado, deixa os discos e logo se vê.» E, assim, fizemos. Só que os seguranças perseguiram loucamente António Anica, que teve o azar de cair. Foi preso de imediato, durante dois dias, sendo também sujeito a um interrogatório policial. Quanto a mim, consegui escapar e, por ironia do destino, fiquei com a totalidade dos discos.

Outra cena deste género, que também passei com António, passou-se no centro comercial Le Beau Marché, na Rue de Sèvres-Babylone, em Paris. Com a ousadia de levar e recuperar as mercadorias das montras, com um saco cada um, tudo o que era meias e cuecas entrava para os sacos, sem qualquer tipo de pudor e critério, medo ou ansiedade. Ele conseguiu passar na caixa sem fazer qualquer pagamento. Eu também o fiz, só que, ao sair da porta, fui abordado por um funcionário que condicionou os meus intentos de larápio. O litígio desta ilegalidade, praticada pelo partido, foi fácil de resolver. Paguei a mercadoria e fui para a rua, normalmente.

A minha aproximação de amizade revolucionária com «estrangeiros», ficou intrinsecamente associada à minha vida em Paris. É possível referir o grupo da «Union Ouvrière», de Bordeaux (com Mona Huerta e Jean Paul Michel) e o grupo italiano que publicava a revista *Collegamenti*, em Milão. Estes grupos defendiam a autonomia operária e a luta de classes, mas enquanto o grupo da «Union Ouvrière» ainda não tinha cortado o cordão umbilical com o trotskismo, o grupo de Milão estava mais próximo do marxismo de tipo radical. Estas diferenças ideológicas não condicionavam a abertura da casa onde habitava, na Rue Sèvres-Babylone. Davam-se várias discussões explosivas, em prol da verdadeira revolução da autonomia operária, mas isso não impedia a amizade, o convívio e a solidariedade, a partir da realização de grandes patuscadas, com os italianos Cósimo, Rosa, Rita Prastico, António, Roberto Brioschi, Pasquale Donatiello e Mariolina Arrifoni. Por Mariolina Arrifoni, desenvolvi um amor platónico que, muitas vezes, ainda tenho recordações e saudades. A internacionalização destas farras não eram só objeto de realização na Rue Sèvres-Babylone. Originaram, assim, algumas viagens para Milano, com António Anica, Jorge Furtado e eu. Com o grupo da «Union Ouvrière» não havia esta dimensão de vida lúdica. As relações eram baseadas em discussões simplesmente políticas.

Ainda no contexto da vida que levava em Paris, as grandes festas em que participei foram realizadas, primeiro, na Rue Vaugirard e, posteriormente, na Rue de Noisy le Sec, em Bagnolet. Este apartamento, que foi alugado por mim e António Viegas, para além de estar predestinado a servir funções normais de habitação, muitas vezes, foi um espaço privilegiado de realização de festas com orientações explícitas, centradas numa convivialidade onde havia música, dança, comida e bebida, mesclando propósitos ideológicos. Tudo isto decorria numa sala e num quarto, com cerca de cinquenta metros quadrados, onde, frequentemente, estavam 30 amigos e, por vezes, até 80.

Das três dimensões do desejo e do prazer que estas festas albergavam para mim, o deleite físico, psíquico e mental era tudo o que mais gostava, simplesmente, porque pensava realizar uma grande revolução sexual ou, como dizia na altura, orgias e bacanais. Para concretizar esta necessidade com sucesso, em função de alimentação para prever as festas, eu e António Viegas tivemos de comprar uma panela industrial para cem pessoas, semelhante às utilizadas



pelos grandes restaurantes. É bem evidente que todos os amigos que estiveram presentes nestas festas nunca chegaram a participar em qualquer orgia ou bacanal. Numa destas festas, exagerou-se no alto som da música e da dança para além da hora que era previsto. Logo em seguida, veio uma patrulha armada com espingardas e cães para manter a ordem pública. Como não havia nada a reprovar que estivesse fora da lei instituída, fomos autorizados a continuar a nossa festa, baixando, simplesmente, o som. Outras festas, feitas sem este impacto, resultaram na queixa à polícia, por parte dos vizinhos.

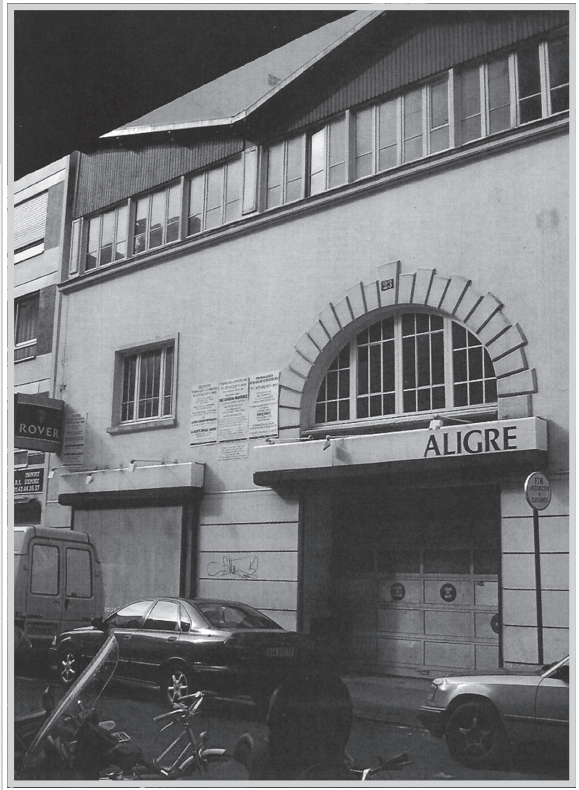
Voltando de novo às minhas vicissitudes de emigrante e trabalhador, após ter consumado o meu contrato na empresa Sud-Est Automobiles, nos primeiros momentos, tive alguma dificuldade em perceber as linguagens dos meus colegas de trabalho, mas, passado algum tempo, esse problema foi sendo resolvido de forma pacífica, na medida em que as palavras e os significados em francês estavam muito adstritas à profissão de mecânico. Por outro lado, as relações sociais entre companheiros de trabalho eram amistosas, o que facilitou enormemente a minha aprendizagem e integração nesta oficina. Tinha cerca de 20 empregados, dez na seção mecânica, dois na bomba de gasolina e na estação de serviço, outros dois no armazém de peças e três no escritório. Não havia lugar para muita conflitualidade interna entre chefes e subordinados, mas o nível de salários era baixo, em comparação com o que era praticado noutras oficinas de automóveis.

Foi devido ao baixo salário que decidi rescindir do contrato de trabalho com esta empresa, a 10 de junho de 1971, aproveitando o tempo de que dispunha para visitar alguns países e amigos, como foi o caso de Jorge Dias Deus, que residia na Dinamarca, na cidade de Copenhaga. Após o meu regresso a Paris, fiz um novo contrato de trabalho com a empresa Grande Garage D'Aligre, na Place D'Aligre, em Paris. Comecei a trabalhar como mecânico P3, no dia 9 de fevereiro de 1972. Agora, tinha pela frente a responsabilidade de assumir competências profissionais maiores do que tinha tido até então. As exigências de reparar motores, caixas de velocidades, travões, embraiagens, direções e outros componentes básicos de automóveis das marcas Jaguar, Morris e Austin eram irreversíveis. No início, os trabalhos de mecânica foram executados com a proficiência devida. Quando tinha problemas, na maioria dos casos, tinha a ajuda de dois mecânicos

Garage Aligre, onde trabalhei como mecânico de automóveis P3.

[Foto de Jacqueline Reuss]

portugueses que trabalhavam nesta empresa. Nesta oficina de automóveis, trabalhavam cerca de 20 empregados, sendo que a maioria eram mecânicos, empregados de escritório e chefias. Mais tarde, chegou a esta empresa um mecânico português que depressa se tornou meu amigo. A sua influência instigou-me a que fosse trabalhar para uma Agência de Trabalho Temporário, que me permiti-



ria, segundo ele, obter um salário mais alto, podendo usufruir, em simultâneo, de maior liberdade de ação na minha vida pessoal. Assim o fiz no dia 28 de fevereiro de 1972, demitindo-me da empresa Grande Garage D'Aligre.

Dando objetividade decisória às sugestões do meu amigo português, cujo nome não recordo, realizei um novo contrato de trabalho como mecânico P3, na empresa Delta Assistance Technique, na Rue Faubourg Saint-Honoré. A partir daqui, passei a receber um salário mais alto, mas sujeito aos condicionais das situações de procura e oferta de qualquer agência, de um trabalho temporário. Tive várias experiências em oficinas de pequena dimensão, mas a que me permitiu constatar a grandeza da indústria automóvel foi, sem dúvida alguma, a empresa Renault, sediada em Boulogne-Billancourt, nos arredores de Paris. Nesta empresa, trabalhei durante seis meses na cadeia de montagens de automóveis da marca Renault. Dentro dos muros da empresa, para além dos edifícios das linhas de montagens dos automóveis, existiam, também, todos os departamentos confinados com a produção de automóveis Renault — pintura,

bate chapas, eletricitas, armazéns de peças, entre outros. A articulação espacial entre esses departamentos de acesso, mobilidade, transformação e montagens de materiais, peças de automóveis e pessoas, foi feita com a construção de rodovias, compostas por várias estradas sinalizadas por semáforos para evitar acidentes, como existia em qualquer rodovia pública. Toda a segurança do trabalho, assim como a segurança sanitária, pelo seu gigantismo e complexidade, implicava a existência de um hospital acoplado a esta fábrica, não esquecendo os edifícios ligados à administração e armazenagem de automóveis. Pelo que eu observava, quando vinha do local de trabalho para almoçar no refeitório, num percurso espacial longo e difícil de visualizar geograficamente, presenciava a correria louca de centenas ou milhares de pessoas, num só turno, o que me levava a acreditar que, nesta empresa, trabalhassem mais de 50 mil pessoas, já que nas várias empresas da Renault, em território francês, na década de 1970, trabalhavam cerca de 120 000 assalariados.

Na Renault Billancourt, as minhas competências foram cingidas às funções de mecânico P2. Tudo o que fazia estava relacionado com o final da cadeia de montagem dos automóveis da marca Renault 4L. Estas funções de mecânico P2 não impediram que tivesse estabelecido um contrato de mecânico P3 com a empresa Delta Assistance Technique. No geral, as minhas funções circunscreviam-se a controlar o estado de arte da montagem final do automóvel Renault 4L, nomeadamente, averiguando se o motor, a caixa de velocidades, os travões, a embraiagem, a direção e outras componentes do automóvel estavam em condições de funcionalidade. No caso de algum desses elementos não estarem adequados, os mesmos eram objeto de reparação imediata noutro departamento. Todo este trabalho era feito de uma forma automática e com uma cronometração temporal estrita, o que não me dava tempo algum para qualquer veleidade ou descuido profissional. Ao aperceber-me desta contradição, mesmo que faltasse uma peça nos componentes do interior do automóvel Renault 4L, pura e simplesmente, se não tivesse tempo suficiente para montar a peça que faltava, desprezava essa função porque não afetava a segurança do condutor. Quando era um problema do motor, da caixa de velocidades, dos travões ou da direção, então eu encaminhava, novamente, o automóvel para os respetivos departamentos, de modo a realizar a reparação.



Fábrica da Renault Billancourt, em Paris, símbolo das lutas operárias. Desativada há alguns anos.  
[Foto de Jacqueline Reuss]

Nos aspetos envolvendo a camaradagem e a afinidade entre os trabalhadores assalariados da Renault, constatei que só era possível concretizar esse desiderato no refeitório, durante o período do almoço ou quando, em qualquer outro momento de lazer, íamos beber um café. Isto porque não podíamos olhar ou falar uns com os outros quando estávamos na linha de montagem dos automóveis, restringidos que estávamos a executar as tarefas devidamente planeadas e controladas. Por razões de contratualização da agência de trabalho temporário com a Renault e também pela avaliação que as chefias realizaram sobre o meu trabalho como mecânico P2, no final da cadeia de montagem, quando atingi seis meses de trabalho na Renault, fui dispensado desta empresa.

Por conseguinte, comecei a trabalhar em várias oficinas da Renault e em outras marcas de automóveis e camiões, sempre com base em contratos de mecânicos P3 contratualizados com a agência de trabalho temporário Delta Assistance Technique, desde 5 de outubro de 1972 a 26 de dezembro de 1973. Tudo isto não refuta que, quando estava em vias de regressar a Portugal, no mês de outubro de 1975, eu tenha trabalhado algumas horas nesta agência de trabalho temporário para custear as despesas de transporte para Portugal.

A última empresa em que trabalhei como mecânico P3, em Paris, foi na Établissement Dupleix, na Rue Dupleix. Não cheguei a ficar um ano nesta empresa porque os efeitos da Revolução de 25 de Abril de 1974 provocaram

uma necessidade premente de ficar em Portugal. Ainda antes de completar um ano de processo revolucionário, arranjava maneira de estar quatro meses em Portugal, geralmente, quando ia de férias em junho, julho, agosto e setembro. Durante o tempo que trabalhei na empresa *Établissement Dupleix*, deparei-me com a necessidade de adquirir competências que não possuía, devido à complexidade da manutenção e reparação dos automóveis Alfa Romeo. Quando, por qualquer motivo, reparava um automóvel desta marca, tinha, por obrigação, de experimentá-lo nas suas múltiplas funções. Para o efeito, existia um mecânico mais experiente que avaliava o resultado do meu trabalho no *Boulevard Periphérique Exterieur*, de Paris, através da condução de um piloto especialista. A velocidade estonteante que o automóvel Alfa Romeo atingia levava-me a uma situação de medo e desespero, pensando que poderia morrer num percurso que poderia atingir uma velocidade superior a 200 Km.

Quando cheguei a Paris, em 1970, as consequências revolucionárias do Maio de 1968, em França, eram ainda muito latentes nas discussões ideológicas e políticas de partidos políticos e de grupos revolucionários que já existiam ou foram, entretanto, criados. No meu caso, a reflexão e a ação revolucionária fora e dentro de grupos revolucionários franceses foram uma constante, sobretudo quando já não estava nos *Cadernos de Circunstância*. Por influência de Jorge Valadas e também de Jacqueline Reuss, por quem eu nutria uma grande amizade e identidade ideológica, fui às reuniões do grupo ICO (*Informations Correspondance Ouvrières*). Este grupo tinha um longo historial na crítica aos partidos e sindicatos, assim como aos regimes comunistas da URSS, da China e de Cuba. Criado em 1958, a partir de uma cisão no grupo «Socialisme ou Barbarie», teve, como base de referência ideológica e política, Henri Simon e Claude Lefort, e perdurou por décadas. Henri Simon manteve-se sempre como grande animador do projeto de ICO. Já no epílogo da existência do ICO, assisti a algumas reuniões deste grupo e apercebi-me da importância de Henri, não descurando o papel que Claude Orsoni e Daniel Saint-James também tinham, na definição e argumentação do conteúdo analítico e da dinâmica das discussões no seio do grupo. Das análises, reflexões, posturas ideológicas e políticas que se traduziram na publicação de 123 números da revista *Informations et Correspondance Ouvrières*, até 1973, é justo salientar a força

estruturante do dilema revolucionário, centrada na luta da capacidade da autonomia operária contra o Estado, o capitalismo, os partidos e os sindicatos. Entre outras premissas, este grupo não esqueceu o modelo dos conselhos operários preconizado por Anton Pannekoek.

No vaivém das minhas visitas à livraria La Vieille Taupe, situada muito próximo do Panthéon, a leitura e compra de livros estavam sempre associadas ao espectro ideológico da ultraesquerda de Rosa Luxemburgo, Herman Gorter, Anton Pannekoek, Otto Rühle, entre outros, e, por arrastamento, às Edições *Spartacus*. Tornou-se uma rotina frequentar a livraria porque só lá encontrava as publicações destes autores e aquelas que eram editadas pelos cadernos *Spartacus*, sob direção de René Lefeuvre, com redação na Rua Sainte-Croix de la Bretonnerie. Na livraria La Vieille Taupe, encontrei o espaço editorial que me levou a identificar com a ultraesquerda e a teoria dos Conselhos Operários. Era sempre um prazer conversar sobre temas revolucionários com Pierre Guillaume e François Martin. Na livraria, Gilles Dauvé, também conhecido por Jean Barrot, era pouco propenso a entrar em discussões ideológicas. Entre esta livraria e as Edições *Spartacus* existia uma identidade ideológica assaz importante, porque, a partir de autores emblemáticos da ultraesquerda, tanto as Edições *Spartacus* puderam desenvolver a sua capacidade editorial, como a livraria pôde potenciar as suas vendas. Foi por esta razão que me aproximei dos cadernos *Spartacus*, e criei uma amizade profunda com René Lefeuvre,

Revista *Spartacus*, editada em 1974,  
com incidência quase exclusiva no processo  
revolucionário português.



que durou até à sua morte, a 3 de julho de 1988. Para além de muito inteligente e de uma sagacidade revolucionária pouco habitual, foi capaz de manter a chama da revolução socialista em nome dos princípios e das práticas luxemburguistas, desde a década de 1930 até à sua morte. Denunciou, desde muito cedo, as atrocidades humanas e as mentiras ideológicas e políticas personificadas pelas revoluções russa, chinesa e cubana. As reuniões em que participei eram sempre lideradas por ele e tinham sempre como objetivo principal manter as Edições *Spartacus* atualizadas na sua perspetiva revolucionária. Os cadernos *Spartacus*, ainda que continuassem a ser a mola real da atividade editorial, nos últimos tempos da sua existência, o foco principal foi baseado na edição de livros. Quando participei neste coletivo, tive o prazer de reunir-me, várias vezes, com René Lefevre, Jorge Valadas, Jacqueline Reuss, Serge Quadruppani, Jean-Michel Kay, Jean-Paul Dessertine e Daniel Saint-James. Hoje, sei que *Les Amis de Spartacus* continuam a manter a chama viva da senda editorial que René Lefevre iniciou.

Neste período, estive sempre associado a iniciativas com base nas estratégias e nos propósitos revolucionários de Jorge Valadas. Foi assim em 1972, mas também em 1973 e 1974. Não admira, assim, que eu tenha integrado um grupo de reflexão informal, constituído por Jorge Valadas, Jacqueline Reuss, Serge Bricianer, Kristen Gronielson e Anne Florander. Este grupo funcionava tendo como suporte dois grandes motivos. Um que resultava da amizade desenvolvida há anos a partir de relações conviviais, na realização de almoços, jantares e debates. Outro que se baseava no imperativo de realizar reflexões e análises sobre a obra de Karl Marx, numa perspetiva radical de crítica à economia política capitalista e, por outro lado, os fundamentos teóricos e práticos dos Conselhos Operários que Anton Pannekoek tinha desenvolvido, não esquecendo as obras de Paul Mattick e Karl Korsch. Evidentemente que a análise da luta de classes e da autonomia operária revelou-se imprescindível para completar o modelo de discussão do grupo, que tinha uma base espontânea e informal.

Em paralelo com esta ação revolucionária, mais uma vez, por sugestão de Jorge Valadas e Jacqueline Reuss, passei a integrar o «Groupe de Liaison Pour l'Action des Travailleurs». Este grupo era constituído por mim, Raul Grosse, Madeleine Grosse, Alain Kay, Isabel Herpin, Jorge Valadas, Brigitte Coret,

Daniel Coret e Jacqueline Reuss. Os objetivos do grupo limitavam-se à realização de reuniões semanais na casa de Raul Grosse. Tinha, igualmente, uma publicação mensal de um boletim denominado *Lutte de Classes — Pour le Pouvoir des Travailleurs*. Diferentemente dos outros grupos em que participei, este afirmava perentoriamente a sua total identidade com a classe operária e a luta de classes, fazendo da greve geral o sustentáculo básico da ação coletiva da classe operária, rumo à emancipação social, coartando qualquer tipo de ação para os partidos e os sindicatos.

Sem considerar o período de emigração que vivi em Paris, entre grupos revolucionários, desde abril de 1970 até princípios de novembro de 1975, não tenho dúvidas que participei em grandes discussões e reflexões ideológicas e políticas de uma importância significativa, muitas vezes, de maior substância revolucionária sobre o situacionismo, o anarquismo e o marxismo radical, em cafés, restaurantes, jardins, museus, bares, teatros, cinemas e espaços públicos para concertos musicais. Nestes espaços, enquanto cavaqueava sobre os dilemas revolucionários, sempre procurei dar corpo e forma à minha existência teórica e prática de estar na vida. Não podendo, de forma alguma, ser exaustivo, lembro-me do prazer imenso que tive, dezenas de vezes, por estar presente no bar Baladin, na Rue des Pyrénées, em Paris, com Nicole Laurens, António Viegas, Florent Stepin, Mourad Hallouche, Christian Marchadier (dit Arthur), Bernadette Eustache, Jean-François Martos, Jacqueline Reuss, Denise, Francis e Etienne Desjean. Com Christian Marchadier recordo a saudade da grande inteligência e amizade situacionista que perdura até hoje na minha memória, embora a sua morte ocorrida em 2014.

Outros espaços públicos com muita vocação para encontros revolucionários eram os cafés situados na zona geográfica do Boulevard Saint-Michel e do café Luxembourg. Esta zona geográfica estava muito mais vocacionada para encontros entre portugueses. Muitos portugueses com quem falei, só trocavam impressões e informações sempre com o propósito exclusivo de dinamizar a luta contra a ditadura de Salazar e Caetano. Foi neste contexto que conheci Carlos da Fonseca, no café Luxembourg. As conversas que tive com ele foram bastante elucidativas e diferentes do que estava habituado com os portugueses sobre a História do movimento operário, em Portugal, e o situacionismo.



Faleceu no dia 9 de maio de 2017. Neste café, também conheci, ironicamente, Gabriel Morato que, mais tarde, vim a saber que era conhecido nos meandros da política portuguesa como o «Boca Negra». Em frente ao café Luxembourg, havia outro café, denominado Le Mahieu, frequentado por portugueses e outras nacionalidades. Nesse café, entre outros portugueses, encontrei Adolfo Ayala, que exercia as funções de guarda noturno de um Foyer Internacional de Jovens Estudantes. Foi também secretário do general Humberto Delgado, tendo, inclusive, viajado com o general Humberto Delgado no assalto ao quartel de Beja, a 1 de janeiro de 1962. Morreu em 1994.

É evidente que muitas conversas de teor revolucionário, com conteúdo mais radical, tinham lugar nas casas privadas de cada um. Foi sempre assim desde que cheguei a Paris. Eram conversas espontâneas e informais, sem qualquer objetivo de tomar o poder ou ganhar dinheiro, ou de formar um partido e sindicato para realizar a revolução, quer em França, quer em Portugal, ou em qualquer país do mundo. A predisposição era para estarmos bem, com alegria, com prazer, juntando o útil ao agradável, fazendo de cada convite para jantar, almoçar, conversar ou desenvolver atividades lúdicas, algo que nos desse mais força para continuar a resistir. É evidente que havia muitos portugueses nesta força de ação coletiva revolucionária, mas também estive sempre com franceses, italianos, dinamarqueses, espanhóis, americanos, marroquinos, argelinos, iranianos e palestinos.

Não podendo enumerar todos ou, eventualmente, não conseguindo des-cortinar, na minha memória, os que passaram para sempre na minha vida, recordo os momentos importantes que passei, em Paris, com António Manuel Anica, Elsa Leitão, Jaime Mascarenhas, Jean Claude Roger, Yvette Bontemp, Françoise Antony, Elsa Gomes, Luís Leitão, Ana Brito, João Brito, João Freire, Graça Oliveira, Claude Orsoni, Françoise Avila, Daniel Saint-James, René Lefeuvre, Fernando Medeiros, Manuel Villaverde Cabral, Silvine Déjean, Nicole Thirion, Samuel Thirion, Christian Marchadier (dit Arthur), Paco Gomez, Kristen Gronielson, Anne Florander, Leonor Coutinho, Mário Bandeira, Etienete Déjean, Alfredo Margarido, Manuela Margarido, Jorge Valadas, Jacqueline Reuss, Serge Bricianer, Claudea Potel, Abdel Bedhian, Raul Verissimo, Clara Vieira, Brigitte Vadet, Daniel Coret, Jorge Furtado

da Rocha, Dália Vieira, Gabriela Furtado da Rocha, Maria Helena Vidal, Luzinda Bernarda, David Bernarda, Eduardo Pereira, Florent Stepin, Mourad Hallouch, Elisário Lapa, Antónia Perez, Júlio Henriques, António Viegas, José Supico, Alfredo Camacho, Isabel Camacho, Angelo Mauriello, Malika Kadu, Fernanda Sal, Artur Matias Pires, Luísa Lemos Viana, Michel Cornichon, Maria João Macedo, Mairie Claire Picard, Lígia Amâncio, Alain Kay, Isabel Herpin, Ghislaine Laffont, Pierre Bouguenec, Augusto Ribeiro, Mariolina Arrigoni, Rosa Maria, Mireille Dejean, Henri Simon, Bernadette Eustache, Jean-François Martos, Jorge Manuel Fernandes (Boas), José Mariano Gago, Lucília Salgado, Pasquale Donatiello, Evelyne Dejean, Michele Puerari, Antonio de Enrico, Giurgina Ninil, Nilde Vinci, Rita Prastico, Roberto Brioschi, Bali Motrane, Pessic Vladimir, Narciso Viana, Françoise Vigier, Paulo Telheiro, Mamoul Tessy, Maria Odete Bedhian, Mona Huerta, Mercedes e Artur Campos.

Quando ocorre a Revolução de 25 de Abril de 1974, lembro-me da agitação e do contentamento da comunidade emigrante portuguesa, sobretudo para toda a oposição política que estava exilada ou aqueles que tinham enveredado pela deserção do exército colonial português. Como já estava a viver as vicissitudes do capitalismo, num regime político democrático francês, e porque era abertamente a favor de um tipo de revolução social que tinha por objetivos fundamentais a extinção do Estado e do capitalismo, em última análise, a revolução portuguesa baseada num golpe militar, liderada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) não me estimulou o suficiente. Em relação aos que estavam identificados com o fim da ditadura de Salazar e Caetano, o retorno a Portugal impunha-se sobremaneira, de forma urgente. Menos os emigrantes clássicos, é certo, mas a grande maioria dos exilados, refratários e desertores, nos dias seguintes, regressaram a Portugal.

Pela minha parte, em vez de usufruir, como era habitual, de um mês de férias em 1974, posteriormente, estive três meses em Portugal para observar e experimentar o que estava a ocorrer no processo revolucionário em curso, ainda como emigrante. Entre julho e setembro de 1974, observei e experimentei algo que não esperava. A efervescência política e ideológica era de tal ordem que os partidos e os sindicatos procuravam, a um ritmo de propaganda

estonteante, reverter a seu favor os votos de que necessitavam para ascender ao poder político do Estado e das diferentes instituições. Fora deste âmbito de agitação política, verifiquei que existiam algumas greves em curso, que assumiam uma grande radicalidade nos seus conteúdos reivindicativos e nas suas modalidades organizativas. Foi assim que me integrei na luta das 48 operárias, que se tinham apropriado da fábrica de fatos de treinos, na Sogantal, próximo do Montijo. A primeira atitude que tomei foi emprestar o meu automóvel para transportar os fatos de treino para vender nas feiras e noutros locais onde poderiam ser vendidos. Como tinha boas relações com os operários da manutenção da TAP, os trabalhadores desta empresa disponibilizaram o local privilegiado da empresa para vender os fatos de treino, dando azo a uma solidariedade dos seus processos de luta contra o patronato e o Estado. A partir daquele momento, a minha amizade com as operárias da Sogantal aumentou significativamente, sendo que, logo de seguida, arranjei um local para armazenar os fatos na casa do meu amigo Artur Pais, na Avenida 5 de outubro, em Lisboa. Nas Assembleias Gerais, eu também participava nas reuniões e dava a minha opinião quando necessária, ainda que, muitas vezes, radical em relação àquelas que eram assumidas pela Fernanda, a líder da greve, que estava em estreita sintonia com Manuel Lopes, o Presidente do Sindicato dos Têxteis.

No ano seguinte, em 1975, voltei de férias por quatro meses, entre junho e setembro, com o objetivo de restabelecer as minhas ligações com as operárias da Sogantal. Das 48, restavam poucas, mas, mesmo assim, tiveram a força para continuar a sua luta até 1976, mesmo em condições cada vez mais adversas. Depois, pelo conhecimento que já tinha adquirido da luta dos trabalhadores da TAP, também tentei ser solidário com a sua luta, quando era objeto de intervenção militar por parte do MFA, ao ponto de não poderem exercer as suas prerrogativas na Assembleia Geral, nas instalações da TAP, em agosto de 1975. Perante esta contingência negativa, os operários e trabalhadores da TAP foram constringidos a sair das suas instalações, tendo, para o efeito, realizado a sua Assembleia Geral fora das instalações da TAP, no pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique, em Lisboa. As posições revolucionárias extremaram-se com a intervenção dos operários mais radicais. Nesse momento, foi elucidativo que nenhum partido ou sindicato tenha sido autorizado a tomar a palavra na

Assembleia Geral, mas os operários permitiram que eu fizesse um discurso nessa assembleia. Para além da radicalização da luta, pura e simplesmente, apelei à realização da greve geral. Fui também escolhido, com outros dois trabalhadores que se identificavam ideologicamente com o MES e o MRPP, para redigir um panfleto escrito com caráter radical, apelando à greve geral, junto do Comité Inter-Empresas, que integrava 36 empresas de grande dimensão, nos distritos de Setúbal e Lisboa, enquanto se pedia, em simultâneo, a extinção do MFA. Fui levar este panfleto para ser impresso na Rua Domingos Patacão, em Moscavide, na sede do Sindicato dos Têxteis. Após ter assistido à impressão, fui dormir por volta da meia-noite. No outro dia de manhã, pelas 9 horas, recebi um telefonema de Agostinho Roseta, um dirigente importante do Sindicato dos Têxteis, a perguntar-me se eu concordava em mudar o conteúdo radical do panfleto, sobretudo no que tocava à extinção do MFA. Disse-lhe que não fazia nada nesse sentido porque não estava mandatado pelos trabalhadores da TAP. Desligou o telefone e, ainda hoje, estou para saber para onde foi esse panfleto que nunca foi distribuído, nem tampouco tive oportunidade de lê-lo.

É evidente que a minha vida durante 1974 e 1975, em Portugal, não se resumiu à luta da Sogantal e da TAP. A Revolução de 25 de Abril foi, também, uma oportunidade histórica única de emergir para liberdade e criatividade em múltiplas relações sociais e interpessoais nos domínios da sexualidade e de ações individuais coletivas, no contexto político, económico, social e cultural. Embora as relações entre homem e mulher ainda estivessem condicionadas pela aculturação machista da ditadura de Salazar e Caetano, a conduta libertadora das mulheres desenvolveu-se em lutas concretas, que permitiram uma emancipação social, ainda que relativa, em vários parâmetros da vida quotidiana familiar.

Durante 1974 e 1975, no que se refere à minha atividade política e ideológica, devo mencionar a minha participação no jornal *Combate*, que possuía uma livraria na Rua da Atalaia, no Bairro Alto, e que, por sua vez, se identificava com os pressupostos revolucionários do marxismo radical, da ultraesquerda e da autonomia operária. Nesta livraria, deixava algumas brochuras que tinha publicado com Jorge Valadas: *Aos Cadáveres do Mundo; Os Proletários Não Têm Pátria* (1973); *Portugal — A Questão da Organização Revolucionária* (1975).

Por outro lado, eu tinha uma grande amizade com José Leal Loureiro, antes e depois do 25 de Abril de 1974. Era muito dinâmico, inteligente e generoso nas atividades editoriais e arriscava, por vezes, a sua liberdade. No início, relacionou-se com a editora Afrontamento e teve um papel muito importante na sua expansão. Com esta editora e com a editora Regra do Jogo, foi editando alguns livros de cariz libertário e anarquista.

Após ter concorrido para assistente universitário, a 17 de outubro de 1975, para ingressar no Instituto Superior de Economia (ISE–UTL), tive de preparar livros, roupas, discos, e tantas outras coisas que necessitava para regressar a Lisboa. Com o automóvel que me foi dado pela Isabel Herpin, enchi o carro como podia e, no início de novembro de 1975, iniciei a minha viagem de Paris a Lisboa, viagem que corresponde ao fim da minha vida de emigrante em França e dá início à minha profissão de professor universitário.

Para finalizar este capítulo, há uma história interessante que importa contar. No apartamento em que habitava, na Rua Sèvres-Babylone, em Paris, depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, desenvolveram-se muitas discussões, festas e outras situações que geravam um grande barulho. Como já há algum tempo pensava sair daquele apartamento, tentei receber uma indemnização com base no fim do contrato de arrendamento e regressar a Portugal. Arranjei um advogado e o senhorio fez um processo de despejo, imediatamente, alegando que a casa estava a ser objeto de uma utilização abusiva, de um governo estrangeiro clandestino, em França, e que eu era o Ministro dos Negócios Estrangeiros do referido governo. Para dar oportunidade e razão jurídica ao advogado que contratou, chegou a utilizar esquemas loucos, colando um papel na caixa do correio em que constava em letras grandes: José Maria Carvalho Ferreira — Ministro dos Negócios Estrangeiros. Depois, limitou-se a fotografar este papel e a enviá-lo para o advogado. Claro que esta argumentação jurídico-política não tinha sustentabilidade nenhuma, razão pela qual o desfecho deste conflito consistiu no pagamento de uma indemnização do proprietário do apartamento à minha pessoa.





## CAPÍTULO 4



*Do Maio de 1968, em França,  
à Revolução de 25 de Abril 1974, em Portugal*





## **Ser emigrante depois da ocorrência do Maio de 1968, em França**

As transformações económicas, sociais, culturais, ideológicas e políticas contemporâneas, que tiveram, na minha opinião, a sua génese e essência no Maio de 1968, em França, sempre foram uma referência de aprendizagem social, política e ideológica para mim, uma vez que me permitiram fazer escolhas de modelos revolucionários que orientaram a minha vida de militante. Haveria muito a refletir a respeito dos resultados do Maio de 1968, se tivémos presente as incidências dos movimentos sociais que estruturaram as reivindicações e os conflitos que colidiram com a estabilidade normativa do capitalismo e do Estado Francês.

Em qualquer dos parâmetros de causalidade e de efeitos políticos, sociais, económicos, culturais e ideológicos em que nos possamos situar, quando cheguei a Paris, em 1970, fui confrontado com uma atmosfera e agitação revolucionárias, do qual era difícil subtrair-se. Aquilo que percecionava, de dentro e de fora dos grupos que frequentava, era que, cada dia que passava, era um choque, espanto e, sobretudo, uma aprendizagem utópica atravessada pela conflitualidade e a contradição. Senti o pulsar de uma vida parisiense, pautada pela liberdade e pela irreverência comportamental, ao nível cultural e dos costumes, na profusão de atividades cinematográficas, teatrais e musicais, na edição massiva de jornais, livros e revistas, cujo conteúdo primava prioritariamente pela diversidade e a radicalidade política, ideológica, estética e ética. Esta radicalidade revolucionária não se exprimia com tanta incidência no mundo do trabalho, nas fábricas e das oficinas onde trabalhei, mas, por vezes, assisti a uma certa distensão e crispação das regulações e sanções geradas pelos conflitos, com origem em reivindicações e contradições emergentes entre as entidades patronais e os trabalhadores assalariados, sobretudo pela via e função dos acordos de Grenelle, com repercussões manifestas a partir de maio, junho e julho de 1968. Estes acordos totalizaram com o fim da greve geral e propiciaram a estabilidade normativa e social entre as organizações patronais e as centrais sindicais, mais representativas dos trabalhadores assalariados, como foi o caso da *Confédération*

*Générale du Travail* (CGT), da *Confédération Française Démocratique du Travail* (CFDT), da *Force Ouvrière* (FO), da *Confédération Française des Travailleurs Chrétiens* (CFTC) e da *Fédération de l'Éducation Nationale* (FEN).

Confesso que não senti uma atmosfera reivindicativa no departamento de mecânica da fábrica da Renault, em Billancourt, relativamente ao tipo salarial com articulações políticas e ideológicas que me catapultassem para uma postura comportamental identificada com o internacionalismo proletário e a luta de classes, que já vinha defendendo desde que cheguei a França. Era evidente que esta postura radical tinha as suas causas imediatas nos acontecimentos do Maio de 1968, em França, e em outras causas mais teóricas e ideológicas, que radicam nas obras de Karl Marx, Anton Pannekoek, Otto Rühle, Herman Gorter, Paul Mattick e Karl Korsch.

Das diferentes intervenções ideológicas e políticas que assumi nas oficinas mecânicas onde trabalhei, não me apercebi da influência estruturante do Maio de 1968, com resultados comportamentais visíveis no processo revolucionário do operariado em França. Eu bem me esforçava nesse contexto para incutir o espírito revolucionário junto dos companheiros de trabalho, mas fora quase sempre em vão porque tinham medo de perder o emprego. Acresce que, do ponto de vista ideológico, as minhas ações de militante revolucionário esbarravam na indiferença ou na ignorância de leituras de autores que eu considerava fundamentais para incrementar a revolução social. Na grande fábrica de montagem de automóveis da Renault-Billancourt, pela incidência do gigantismo populacional envolvendo milhares de operários, a minha ação individual e coletiva tornou-se muito mais complexa e abstrata em função dos condicionamentos existentes nos processos de socialização da luta de classes e das greves decorrentes dos comportamentos do operariado.

Em todas essas realidades, embora tivesse alvitrado o desenvolvimento de ações coletivas reivindicativas, nunca lograram transformar-se em movimentos sociais grevistas radicais. Seja por falta de vivência do que eu entendia por greve geral e pelo que entendia por revolução social que deveria, em última análise, extinguir o Estado, o capitalismo, os partidos e os sindicatos, tudo isso não passou de uma miragem estimulada por uma conjuntura de diálogos entre colegas de trabalho com a mesma profissão e condições socioeconómicas,

mas díspares nos seus objetivos e interesses estratégicos. No fundo, para além das conversas estimulantes atravessadas por contradições e antinomias ideológicas e políticas intermináveis, ficou para a história das nossas vidas de trabalhadores assalariados uma visão de amizade e solidariedade de um mundo assente numa estabilidade podre, conjugado com a necessidade de uma série de mudanças e reformas. Estas, mesmo assim, foram pautadas pelo medo de sofrer represálias em função da ação que qualquer um poderia assumir. Evidentemente que a maioria da classe operária que conheci, em Paris, pensava e agia deste modo. A minoria com uma visão utópica, como era o meu caso, pensava exclusivamente na emancipação social da classe operária através da revolução social.

Como resultado desta atmosfera social, quando se discutiam as modalidades de exploração e de opressão do trabalho assalariado pelo capital, a identidade individual de cada um de nós era facilmente compreensível numa base coletiva ampla. O problema era sempre remetido para a assunção de realidades dispersas singulares para um modelo hipotético de revolução social. Na emergência das conflitualidades e contradições ideológicas e políticas, os exemplos da revolução russa de 1917, da revolução chinesa de 1949 e da revolução cubana de 1959, quase sempre serviam como os modelos a seguir ou a rejeitar. A desinformação que existia na Europa e em outros países do mundo sobre estes países era considerável, daí que partidos e sindicatos de esquerda, do centro e de direita, cada qual a seu modo, procurassem retirar dividendos ideológicos e políticos de forma a privilegiarem a defesa intransigente do modelo de sociedade socialista, ou então, denegrir este modelo e afirmar, positivamente, o modelo capitalista.

Destas ilações que extraio das conversas com companheiros nos locais de trabalho, não posso chegar a conclusões definitivas. Mais do que lembrar-me das vicissitudes políticas, importa referir os laços de amizade e de solidariedade vividos com alguns companheiros de trabalho, dando azo a que esses laços fossem objetivados em relações sociais conviviais, dentro e fora dos locais de trabalho. Por exemplo, no exterior do local de trabalho era perfeitamente normal almoçar em restaurantes com trabalhadores assalariados da mesma oficina e de outras empresas. Estamos no âmago de um tipo de amizade construída com base na presença sistemática de amigos franceses, jugoslavos, espanhóis

e palestinos. Beber um café, bebidas alcoólicas ou um aperitivo antes do começo da jornada de trabalho, depois do almoço ou no final da jornada de trabalho tornou-se uma rotina durante os cinco anos em que trabalhei em França. Pessoalmente, não me foi possível construir uma amizade com os meus companheiros de trabalho, para além do período em que estive confinado a uma relação direta em consequência das jornadas de trabalho de oito horas diárias.

As razões que conduzem a estes factos são perfeitamente plausíveis porque a amizade era construída e deduzida, fundamentalmente, a partir de relações sociais de copresença física. Por outro lado, a inexistência de identidade ideológica e política para consecução dos meus objetivos económicos, sociais, políticos e culturais utópicos não era um problema. Para esse fim, não necessitava dos companheiros de trabalho porque já tinha adquirido um espaço de intervenção. Um exemplo que posso até referir a este respeito, da inexistência de identidade ideológica e política, emergiu no planeamento de uma greve, numa oficina de camiões, situada em Anthony, em 1973, a partir de contradições e conflitos de diferente natureza com proeminência para reivindicações salariais e contestação das condições de trabalho. Foi uma situação de conflitualidade manifesta, espontânea e informal. Alguns colegas reagiram bem a esta proposta, mas, face ao impasse e indecisão dos outros colegas de trabalho em relação à resolução do conflito, um dos mecânicos presente, com uma idade avançada, insurgiu-se contra essa hipótese e, em contrapartida, alertou para a situação dos imigrantes em França. A postura deste operário mecânico fez valer a velha bazófia patrioteira e nacionalista: «alertou os que eram imigrantes e, se não estavam bem em França, que fossem trabalhar para os seus países». Resultado — não houve nenhuma greve.

Situações como estas eram desmotivantes e corroíam qualquer esforço militante revolucionário da minha parte. Não admira que a minha atitude no local de trabalho, desde então, fosse balanceada pela preguiça e a desmotivação produtiva, deixando para outra fase o militantismo revolucionário que tanto me preocupava. No caso da empresa de camiões, em Anthony, quando terminava antecipadamente as tarefas devidamente cronometradas, em face das exigências da reparação de travões, motores, caixa de velocidades, direções ou revisões de quilómetros, pura e simplesmente, entrava numa fase de desleixo.

Várias vezes dormia a sesta sem ser visto e sempre com cumplicidade atenta dos meus companheiros de trabalho. Por outro lado, no final da linha de montagem da fábrica Renault, em Billancourt, era constrangido a trazer os automóveis Renault 4L no final da linha de montagem, para serem transportados para o exterior ou para verificar se tinham alguma deficiência mecânica. Claro que, muitas vezes, não tinha tempo para me assegurar de todas as tarefas que eram necessárias executar. No caso de não ter tempo para esse efeito, nem de voltar a montar alguma peça que tinha sido mal montada, deixava tudo isso para trás e ia buscar outro automóvel na linha de montagem. Caso ocorresse uma falha deste tipo, na linha de montagem de automóveis, desfazia-me, frequentemente, das peças que não tinham sido montadas para debaixo dos assentos e seguia o processo normal de trazer mais um automóvel Renault 4L, por forma a libertar a linha de montagem no processo contínuo de produção de automóveis.

Das incidências e repercussões do Maio de 1968, só são objeto do meu conhecimento quando chego à Rue Vaugirard. Como já referi, quando interajo e integro o grupo dos *Cadernos de Circunstância*, as discussões ideológicas e políticas sobre o Maio de 1968 são permanentes. Neste domínio, devo sublinhar a importância que alguns membros deste grupo tiveram na minha formação analítica: Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros, João Freire e Jorge Valadas. Uma das primeiras manifestações desta influência ideológica e política foi o facto de Manuel Villaverde ter sugerido acompanhá-lo a uma reunião da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular. Incauto, sem o saber de antemão, só quando começou a reunião é que me apercebi da natureza alienante e negativa dos partidos portugueses que tinham uma ação clandestina em França e professavam o marxismo-leninismo. Na reunião, falaram José Augusto da Silva Marques [Membro do Núcleo Comunista «Maria Albertina» e, mais tarde, da CIP (Círculo de Iniciativa Política)], Hélder Costa (do grupo «O Comunista») e Eduíno Vilar (PCP-ML). Como figura de guarda-costas importante deste último, persistia a figura ativa do italiano Zanotti. Todos, sem exceção, fizeram intervenções sempre focadas na defesa da ideologia e do poder que exerciam em cada partido. Não obstante a intervenção de José da Silva Marques pautar-se por posições mais moderadas, em parte porque tinha abandonado recentemente o PCP, os outros grupos marxistas-leninistas

cingiram-se a querelas ideológicas e pessoais, defendendo estratégias de luta à medida e imagem das práticas comuns do leninismo, do maoísmo e do estalinismo, que eram prevacentes naquela época. Para mim, esta reunião foi, em todos os sentidos, uma grande aprendizagem. Na altura, os conteúdos estratégicos e táticos dos líderes dos partidos marxistas-leninistas na Europa Ocidental estavam, geralmente, identificados com o modelo chinês, liderado por Mao Tsé-Tung, e, em alguns aspetos, em sintonia estreita com o Maio de 1968, em França.

Ainda, hoje, tenho na memória esse espetáculo inolvidável com repercussões manifestas, no meu entendimento, do que poderia ser a política e a ideologia concreta, no espaço-tempo teatral que todos nós conhecemos sobremaneira nos parlamentos, governos, tribunais, prisões ou qualquer tipo de instituições estatais. Na verdade, todos estes grupos eram a expressão genuína da força ideológica e política do maoísmo na Europa e em outras partes do mundo. No entanto, a partir do conflito sino-soviético, que teve o seu início após a morte de Josef Estaline, em 1953, assiste-se à proliferação inaudita da criação de partidos marxistas-leninistas com expressão ideológica e política, tutelada pelos exemplos revolucionários de Marx, Lenine, Mao Tsé-Tung e Josef Estaline. Desse modo, não admira que emergisse uma multidão de grupos maoístas simplesmente pelo tamanho de cada ego, de cada líder e anseio em exercer o poder. O Maio de 1968 foi o caldeirão onde floresceram e fluíram todas as ideologias possíveis e imaginárias, daí que fossem objeto de exportação fácil para países que pretendiam realizar as suas revoluções democráticas nacionais.

A disputa ideológica dos diferentes intervenientes da reunião da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular foi de tal modo cómica e hilariante que, por vezes, a violência verbal oral não era suficiente para vencer ou ter razão, ainda que não se tenha chegado a atos de violência física. Também deves interessante foi a teatralidade gestual e os conselhos estratégicos informais dados pelos líderes aos falantes, nos momentos cruciais de cada intervenção. No contexto dessa teatralidade estratégica e tática, não faltaram acusações de todo o tipo, mas a de contrarrevolucionário e de reformista sobrepunha-se a todas as outras, no que toca às opções ideológicas e políticas de cada interveniente. Esta salada russa de contradições e conflitos ideológicos e políticos era

inevitável porque eram contrárias à identidade, objetivos, interesses e liderança de cada grupo que aspirava exercer o poder e realizar a revolução em Portugal. É evidente que toda esta verborreia, para mim, não tinha sentido nenhum e era simplesmente anedótica e fantasmática, na estrita medida em que era apanágio de uma luta de «galos» pelo poder, onde os interesses e objetivos concretos da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular eram manifestamente desprezados.

Sendo ignorante destas peripécias, não tenho dúvidas da sua influência estruturante reportada à minha aprendizagem política, no quadro da minha ação individual e coletiva de um militante padrão no seio dos *Cadernos de Circunstância*. Nesse aspeto, a minha iniciação como militante neste grupo tem lugar na distribuição do jornal *A Classe Operária — Contra o patrão, Contra o estado, Contra o capital*, n.º 1, em abril de 1970. Este jornal era nitidamente apologista da autonomia e dos interesses revolucionários da classe operária. O conteúdo do seu editorial era bastante expressivo a esse respeito: «Em Maio de 1968, em França, toda a gente falou muito dos estudantes, mas ninguém falou daquilo que fez tremer patrões e estados: 10 milhões de trabalhadores — franceses e emigrados — em GREVE DURANTE UM MÊS, ocupando fábricas, paralisando o país inteiro.» Foi um primeiro sinal de um ataque operário que iria abalar todos os países da Europa. Ele não foi nem provocado nem dirigido por nenhuma das organizações que existem por todo o lado, mas foi a resposta operária, geral e maciça, ao ataque de que os operários eram vítimas por parte de uma mesma classe dominante, falasse a língua que falasse, seja ela «democrática» ou «fascista», «liberal» ou «socialista».

Esta postura militante revolucionária da luta de classes polarizada, à volta da ação coletiva da classe operária contra o capitalismo, o Estado e o patronato, como se verifica, é extraída, essencialmente, da identidade revolucionária de dez milhões de operários na greve geral do Maio de 1968, em França; mesclada pela intervenção da classe operária francesa e de várias comunidades de emigrantes que, depois da década de 1950, tinham afluído a França. Eu próprio, nas várias oficinas onde trabalhei e na fábrica Renault de Billancourt, deparei-me com uma variedade de operários imigrantes oriundos de vários países, com especial incidência para os países do Magreb, que foram

antigas colónias francesas (Argélia, Marrocos, Tunísia, etc.), e países do sul da Europa (Portugal, Itália e Espanha). Estávamos perante uma classe operária internacional misturada por uma identidade coletiva, baseada em operários desqualificados, salários baixos, condições de trabalho e direitos sociais paupérrimos, considerando-se mesmo que, nesse período, até 1970, o capitalismo dos trinta gloriosos anos (1945–1975) já atingira o seu apogeu em termos de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, no que concerne a maximização do lucro da economia real.

Não era de admirar que o jornal n.º 2 de *A Classe Operária — Contra o patrão, Contra o estado, Contra o capital*, de agosto de 1970, tal como o primeiro, tenha sido produzido e distribuído na comunidade de emigrantes portugueses, na região de Paris, já com a perspetiva de dinamizar uma luta internacionalista de carácter revolucionário com base no prenúncio das greves já realizadas em Portugal, nas empresas da Lisnave, Siderurgia, Sorefame, Móveis Olaio, etc. Todas estas reivindicações que alimentavam estas greves tinham um denominador comum: «Mais Dinheiro e Menos Trabalho». Esta palavra de ordem atravessava toda a ação militante daqueles que escreviam ou distribuíam o jornal *A Classe Operária*. Na opinião dos seus redatores, esta palavra de ordem sintetizava interesses, objetivos, estratégias autónomas que iriam desbravar o terreno das reivindicações do seu nível primário para um nível posterior mais avançado, que culminaria com a maturação e o desenvolvimento da luta de classes, liderada pela classe operária, no sentido da extinção do capitalismo e do Estado.

Em função do exposto, deduzi que toda a minha ação militante no contexto deste jornal derivava de certas leituras da obra de Karl Marx, ainda que também já tivesse recorrido a Miguel Bakunin, Guy Debord, Anton Pannekoek, Otto Rühle e Herman Gorter. Em paralelo, fui buscar conhecimentos e informações a livros, revistas e jornais relacionados com a greve geral do Maio de 1968 e a outras greves selvagens que tinham emergido no final da década de 1960 e princípios da década de 1970, na Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, Itália, Polónia e outros países. Estas e outras razões levaram-me a privilegiar de uma leitura mais aprofundada dos autores citados e, por consequência, a desenvolver, a partir de Portugal e da França, a agitação revolucionária que tinha



iniciado no grupo dos *Cadernos de Circunstância*, produzindo e difundindo, massivamente, o jornal *A Classe Operária* junto da classe operária, na região industrial de Lisboa.

Essa perspetiva de publicação desse jornal junto da comunidade emigrante portuguesa continuou, daí a razão da terceira edição, em dezembro de 1970. O conteúdo dos objetivos revolucionários continuava de pé, sempre modelados por um *corpus* teórico e palavras de ordem balizados pela luta de classes e a autonomia operária contra o capitalismo e o Estado. Decorrente da influência da aprendizagem política e ideológica, desenvolvida pelo Maio de 1968, não se podia ocultar o legado histórico da greve geral do operariado e do movimento social estudantil.

Por outro lado, não se podia omitir a existência de cerca de 600 000 imigrantes portugueses que trabalhavam e viviam em França. O impacto dessa realidade foi muito grande, dando azo ao surgimento de medos atávicos, alguns deles fomentados pelas transformações geradas pelo Maio de 1968 junto desses imigrantes. Para estes, esse acontecimento histórico levaria a que fossem espoliados dos seus haveres e do seu emprego. Não admira, assim, que fosse desenvolvida uma análise crítica radical no jornal *A Classe Operária*, em dezembro de 1970, com o seguinte teor: «Em Maio de 1968, muitos de nós agarraram ainda as malas e fugiram apavorados para Portugal, com medo do que se estava a passar, com medo da revolução.» Nessa altura, muitos não tinham ainda compreendido qual era o nosso interesse de operários, de todos os que são obrigados a trabalhar por conta alheia, sejam franceses, portugueses, espanhóis, argelinos, brancos ou negros.

Dir-se-ia que esta publicação representa o canto de cisne do grupo dos *Cadernos de Circunstância*, com intenções estratégicas de exercer uma ação política com visibilidade social. Com este número d' *A Classe Operária*, esgotaram-se as hipóteses estratégicas do grupo de concorrer e de sobreviver no campo da militância revolucionária com os partidos e sindicatos vocacionados para a defesa dos interesses da classe operária na imigração. No meu entendimento, várias foram as causas que estiveram na origem dessa evolução. Em primeiro lugar, e acima de tudo, estava a inexistência da continuidade das lutas dos operários e dos estudantes ocorridas em maio de 1968. Estas lutas tinham-se

normalizado no quadro institucional reivindicativo dos sindicatos, partidos, Estado e patronato. A visibilidade, assim como a plasticidade social da agitação social desse movimento social revolucionário, foi remetida para ações reflexivas e analíticas, em detrimento de ações individuais e coletivas de tipo contestatário em relação à ordem social vigente. Por iniciativa própria e por acordo com os outros membros do grupo dos *Cadernos de Circunstância*, tudo fiz para dar uma continuidade efetiva aos *Cadernos*, em Portugal. Conforme esse objetivo, disponibilizei-me a prosseguir este projeto revolucionário que tinha sido iniciado em Paris, no ano de 1970. No fundo, eu tornara-me num indefetível defensor da luta de classes, na defesa exclusiva dos interesses revolucionários da classe operária, da sua autonomia e da sua auto-organização contra a opressão e a exploração gerada pelo Estado e o capitalismo.

Por ausência de reflexões ou falta de interesse, as temáticas ideológicas do anarquismo, como do situacionismo, não eram familiares nos *Cadernos de Circunstância*, nem tampouco na livraria La Vieille Taupe ou no grupo que editava a revista *Informations Correspondance Ouvrière*. Diga-se, em abono da verdade, que as únicas pessoas que me alertaram para a existência de uma ideologia denominada de anarquismo, desde que chegara a Paris, foram Mário Bandeira e Leonor Coutinho. Quando integrei o grupo dos *Cadernos de Circunstância*, Manuel Villaverde teve uma relativa ascendência sobre a minha orientação ideológica

*Informations Correspondance Ouvrière*. Mensal, março/abril de 1972, n.º 115-116. Anúncio.

I  
C  
O  
L  
U  
T  
E  
S

le Numéro : 2 F - MENSUEL  
N° 115-116 Mars-Avril 1972

**SOMMAIRE**

Etats-Unis	1
Grande-Bretagne	10
Autour des prisons	13
Vie des travailleurs	16
L'école des cadres	23
La crise de la Presse	26
La révolte espagnole	26
Cuba	37
Nouvelles de Pétranger	43
A propos d'I.C.O.	44
Notes de lecture	46
Publications	49

Directeur de la Publication : P. BLANCHER  
Imprimerie Coop. l'Abeille - 34 Montpellier

## ETATS-UNIS

LE CONTRE-PLANNING DANS L'ATELIER

La classe ouvrière dans sa pratique au niveau de la production a appris, en résolvant elle-même ses propres problèmes, à dépasser les structures syndicales en leur substituant, d'une façon fragmentée, une nouvelle forme d'organisation. Il est difficile de déterminer quand, exactement a eu lieu ce tournant dans les luttes. Pendant l'année 1968 où j'ai travaillé dans une usine automobile près de Détroit, il m'est apparu clairement que c'était un processus de longue date. Tout d'abord je voudrais mettre l'accent sur un fait primordial : tandis que le sabotage et les autres formes d'activité autonome de la classe ouvrière sont déjà apparus dans le passé (fin du XIX<sup>e</sup> siècle et période Wobbly), ce qui se passe aujourd'hui est unique dans la mesure où c'est un phénomène qui vient après le syndicalisme de

masse et où c'est une réponse directe à cette forme sociale dépassée. La construction par les ouvriers de nouvelles formes d'organisation est, aujourd'hui, le résultat de tentatives faites ici et là pour contrôler les différents aspects de la production. Ces formes vont bien au-delà du syndicalisme. Le processus de négociations y tient une place très secondaire, alors que le syndicalisme en fait une question centrale. Tout comme la C.I.O. fut créée par les ouvriers comme un moyen de lutte, cette forme est maintenant dépassée et détruite par nécessité, et une nouvelle forme organisationnelle se développe à sa place. Ce qui suit est par conséquent une discussion sur le rejet par les ouvriers des formes de luttes qu'ils avaient eux-mêmes créées jadis. Les activités et les nouveaux rapports qui sont décrits ne sont qu'un

fundamentada na defesa intransigente da luta de classes e da classe operária. Mais tarde, Jorge Valadas começou a ganhar uma importância significativa nos aspetos teóricos e ideológicos, ao ponto de seguir os seus rastos por todas as integrações grupais que ele decidiu participar. Era bem evidente que todo este processo era o resultado de uma amizade crescente entre ambos, para o qual o papel de Jacqueline Reuss foi fundamental.

Como consequência desta identidade ideológica e de amizade que se desenvolveu entre nós, logo de seguida, fui convidado por René Lefevre a integrar o Grupo de Amigos de *Spartacus*, com sede na Rue Sainte-Croix de la Bretonnerie, em Paris. A história deste grupo confundia-se com a vida de René Lefevre. O grupo, para além de editar a revista *Spartacus — Socialisme et Liberté*, desde 1934, tinha também publicado uma série de cadernos, cujo conteúdo analítico e ideológico consistiu em denunciar as ditaduras comunistas e fascistas que tinham sido implantadas no século XX. Por outro lado, teve uma base editorial de livros sempre com o propósito de denunciar o caráter negativo do leninismo, do estalinismo, do trotskismo, do maoísmo, do guevarismo, do castrismo, etc. Numa outra dimensão, editou autores que tinham sido silenciados ou presos por ousarem criticar a natureza do comunismo na URSS, China e países «socialistas» da Europa do Leste, não esquecendo a crítica da exploração do Homem pelo Homem, fomentado pelo Estado e o capitalismo na Europa Ocidental, nos EUA, Japão e Canadá.

Neste grupo, participei em reuniões de periodicidade mensal onde tudo era discutido: situação financeira, distribuição, propostas e escolhas de livros para editar e organização do armazém que René Lefevre possuía nos arredores de Paris. No tempo em que estive neste grupo, participaram: René Lefevre, Serge Quadrupani, Jorge Valadas (na altura já com o pseudónimo de Charles Reeve), Jacqueline Reuss, Simon Ruback, Jean-Michel Kay e Daniel Pino. O que me surpreendeu e animou no grupo *Spartacus* foi o teor das reflexões, análises e teorias que emergiam, naturalmente, sempre circunscritas a diálogos informais e espontâneos. No meu caso, não estava mais restringido a discutir assuntos, exclusivamente, orientados para a luta de classes e a emancipação social da classe operária. A alternativa a este dilema passou a estar focada na leitura de autores da ultraesquerda que criticavam o modelo de socialismo soviético

**ÉTUDES**

Economiques

Sociales

Politiques

Littéraires

Artistiques

# SPARTACUS

**SOCIALISME ET LIBERTÉ**

**CAHIERS MENSUELS**

**DIRECTEUR : RENÉ LEFEUVRE**

**5, rue Sainte-Croix-de-la-Bretonnerie, Paris-IV**

Cahiers mensuels  
Nouvelle série

ABONNEMENTS  
SPARTACUS

Chèques Post. LEFEUVRE  
Paris 650-75  
Tél.: Arc 57-50

En quoi SPARTACUS diffère-t-il de la plupart des publications? Il a la volonté de développer l'esprit critique de ses lecteurs en leur soumettant des textes tirant la leçon des luttes ouvrières et révolutionnaires. Il a le souci de ne pas imposer une idée ou une ligne politique préconçues. Il publie des textes de théoriciens illustres ou de militants inconnus exposant collectivement leurs expériences. C'est ainsi qu'il a publié à côté de Marx, Bakounine et Rosa Luxembourg des textes dont l'intérêt n'est pas dans l'auteur mais dans le sujet traité. Il est indépendant de toute organisation politique et n'escompte aucun appui financier autre que celui de ses lecteurs.

En ce sens l'aide de ses abonnés est primordiale. Soucieux de la diffusion des idées révolutionnaires et non de bénéfices commerciaux, SPARTACUS n'utilise ses rentrées d'argent que pour de nouvelles publications, d'où l'importance majeure de son système d'abonnements : ceux-ci ne portent pas sur un laps de temps mais sur une quantité de publications. Plusieurs textes sont en préparation et seront publiés prochainement. Nous avons décidé de faire une campagne d'abonnement, faisant appel à votre solidarité pour les Cahiers SPARTACUS pour nous aider dans cette tâche. Adressez les abonnements à:

J. LEFEUVRE  
5, rue Sainte Croix de la Bretonnerie  
75004 PARIS, France

---

BULLETIN D'ABONNEMENT

Nom . . . . .

Adresse . . . . .

choisit de soutenir les Cahiers SPARTACUS par un abonnement de :

40 frs (45 frs pour l'étranger), donnant droit à environ 55 frs de nouvelles publications franco de port (6 à 8 mois de publications)

75 frs (80 frs pour l'étranger), donnant droit à 110 frs de nouvelles publications franco de port (1 an à 14 mois de publications).

Ci-joint paiement sous forme de :

chèque bancaire

C.C.P. n° 633.75

mandat postal

Revista *Spartacus* – *Socialisme et Liberté*. Anúncio dos princípios editoriais de subscrição dos Cadernos *Spartacus*.

da URSS. Com conteúdos analíticos diferentes havia Rosa Luxemburgo, assim como Otto Rühle, Boris Souvarine, Ida Mett e Rudolf Rocker. Embora a reflexão e as edições fossem baseadas nesses autores muito estimados, com os acontecimentos do Maio de 1968 e as greves selvagens nos países capitalistas desenvolvidos, as reflexões no seio do grupo levaram a integrar outros autores e outras temáticas revolucionárias mais consentâneas com a evolução das

sociedades contemporâneas. No cômputo geral dos cadernos *Spartacus*, o que mais me admirou foi a diversidade de ideologias que fazia parte do catálogo de edições, como a inclusão, por exemplo, de autores anarquistas como Max Stirner, Alexandre Skirda e Rudolf Rocker.

Como era inevitável, a perplexidade da minha ignorância a respeito do anarquismo nos seus pressupostos ideológicos e analíticos só ocorreu quando me apercebi das contradições e conflitos gerados pelo marxismo nos planos epistemológicos e metodológicos da obra de Karl Marx. Não obstante passar ao lado do que era o anarquismo por influência hegemônica do marxismo, sempre tive curiosidade em saber muito mais acerca dessa ideologia, que os marxistas, na sua grande maioria, rotulavam de pequena-burguesa, utópica e estéril, tendo presente as suas premissas organizacionais e revolucionárias. Por esta razão é que, só a partir de inícios de 1971, comecei a ler textos de autores anarquistas, com especial incidência de Miguel Bakunin, Pierre-Joseph Proudhon, Élisée Reclus e Piotr Kropotkin, ainda que de forma incipiente. A minha curiosidade em aprofundar e diversificar as minhas leituras alargaram-se também ao grupo «Internacional Situacionista», que editou 12 números com este título, entre 1958 e 1969. Os livros *Da Miséria do Meio Estudantil*, de Mustapha Khayati, *Tratado de Saber Viver para Uso das Jovens Gerações*, de Raoul Vaneigem, e *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord, marcaram-me profundamente, sobretudo nos aspetos comportamentais alienantes e consumistas e na crítica da mercadoria. Devo salientar que estas leituras me induziam a viver experiências de conflitualidade para criar situações de liberdade e de criatividade, de desvio e transgressão pautados pela festa, o prazer e o gozo.

A minha participação no grupo GLAT (*Groupe de Liaison pour l'Action des Travailleurs*), entre 1973 e 1975, limitou-se a discernir sobre todos os assuntos que emergiam semanalmente no contexto dos objetivos dos princípios do jornal e, em consequência, das necessidades editoriais. Evidentemente que a emergência de qualquer greve ou qualquer processo revolucionário que surgisse fora do esquematismo normativo da burocracia sindical e partidária teria primazia para ser objeto de análise e de publicação de um artigo no boletim *Lutte de Classes — Pour le Pouvoir des Travailleurs*. Eu sentia-me bem neste grupo porque defendia, acerrimamente, a luta de classes com uma orientação

# LUTTE DE CLASSE

Pour le **POUVOIR** des **TRAVAILLEURS**

MAI 1973

## RENAULT: contradictions d'une grève sauvage

Du 21 mars au 10 avril, la production des R 4 et R 6 a été pratiquement bloquée par la grève des 373 ouvriers des presses du Département 12 de RENAULT-BILLANCOURT, chargés de l'emboutissage des caisses de ces voitures.

Avec la mise en "chômage technique" de 7.000 ouvriers de BILLANCOURT cette grève a coûté à la Régie la production de 15 à 20.000 voitures (1). Du point de vue ouvrier, elle s'est soldée par un demi-succès : les grévistes ont obtenu une augmentation de salaire non négligeable, mais sous la forme d'une prime d'attente et non sous la forme, qu'ils avaient revendiquée, d'un reclassement collectif dans la catégorie des "professionnels de fabrication".

De prime abord, il est tentant de rapprocher ce mouvement de la grande grève d'avril-mai 1971, qui avait totalement paralysé la production de la Régie Renault durant plusieurs semaines (2). Dans un cas comme dans l'autre, l'action est déclenchée par des "ouvriers spécialisés" (les O.S.) revendiquant une simplification de la grille des salaires, avec alignement des catégories les plus défavorisées sur un niveau supérieur. Mais si la grève de 1971 s'était étendue, au bout de quelque temps, à l'ensemble des 5.500 O.S. de l'usine du Mans, avec des prolongements non négligeables à Flins, Cléon et Sandouville - et un retentissement beaucoup plus limité à Billancourt - la grève de 1973 reste à peu de chose près l'affaire des ateliers 12-50 et 12-61, les autres travailleurs de la Régie Renault adoptant, dans l'ensemble une attitude d'expectative. .../

(1) par la suite, la grève des 7.000 "chômeurs techniques" et celles de Flins et Sandouville ont considérablement augmenté la perte de production subie par la Régie.

(2) voir à ce sujet "LUTTE DE CLASSE" de septembre/octobre 1971.

GLAT (Groupe de Liaison pour l'Action des Travailleurs), maio de 1973.

explícita na defesa dos interesses supremos da emancipação social da classe operária. Como única experiência de escrita neste grupo, lembro o artigo escrito com a ajuda do Jorge Valadas sobre a greve da TAP, que tinha ocorrido depois do 25 de Abril de 1974, em Portugal.

Ainda dentro dos prolongamentos do que posso denominar de influências ideológicas e políticas do Maio de 1968, devo referir um grupo mais estruturado pela vida quotidiana em geral. No cerne desta nova identidade grupal estão as incidências ideológicas e políticas da ultrasquerda marxista, Karl Marx, Anton

Pannekoek e Paul Mattick. Mais uma vez, a minha participação neste grupo tem a liderança de Jorge Valadas. Esta identidade ideológica foi alargada a Jacqueline Reuss, Serge Bricianer, Kristen Gronielson, Anne Florande e, logicamente, a mim, já que era o único que personificava a figura simbólica do operário revolucionário, modelo que estava totalmente identificado com as premissas analíticas de Karl Marx, Anton Pannekoek e da ultraesquerda, em geral. Este grupo funcionava basicamente por dois motivos. A amizade que levava à realização de jantares e almoços que precediam sempre qualquer reunião. E, na sua essência, as reuniões, que se focavam na necessidade intrínseca de interpretar e compreender a obra de Karl Marx, numa perspetiva radical de crítica à economia política capitalista e, por outro, adaptar os fundamentos teóricos e práticos dos Conselhos Operários de Anton Pannekoek à realidade contemporânea da luta de classes, na ótica emancipalista da classe operária. Claramente que a crítica ao capitalismo, realizada por Paul Mattick e Karl Korsch, eram igualmente fundamentais para associar a crítica da economia política à luta de classes do proletariado.

No *intermezzo* da minha vida de militante da causa operária em Paris, conheci o grupo «Camarades». Particpei neste grupo antes da eclosão da Revolução de 25 de Abril de 1974. Nas reuniões a que assisti, era fácil perceber a sua ideologia obreirista. Foi concebido e animado por Yann Moulier, que era professor na Escola Normal Superior de Paris, na Rua d'Ulm. Do que me apercebi, o grupo «Camarades» operou entre 1974 e 1975. Por razões de militância no seio dos imigrantes, na região parisiense, e pela participação ativa de Manuel Villaverde junto dos imigrantes através da edição de um jornal, também estive presente em algumas reuniões do grupo «Camarades». Apesar de, inicialmente, as reflexões teóricas terem sido circunscritas à luta de classes e às greves fomentadas pela classe operária, a partir de 1975, o interesse estratégico e os objetivos predominantes da classe operária centraram-se na condição dos desempregados nas sociedades capitalistas desenvolvidas, com fulcral importância para o desemprego dos emigrantes. Por outro lado, uma das bases da existência deste do grupo deve-se a uma relação estreita que tinha desenvolvido com o «Potere Operaio» italiano.

Por personalidade ou por espontaneidade relacional, sinto-me sempre propenso em cultivar amizades com pessoas que têm personalidades idênticas ou

até diferentes das minhas, mas que cultivam ideias, ideologias, reflexões e análises nos interstícios da vida quotidiana, sem precisar de se apoiar no peso de qualquer instituição, organização, grupo ideológico ou religioso, partido ou sindicato. Em Paris e nos seus arredores, tive oportunidade de conviver com uma série de pessoas que tinham a festa, o prazer, o amor, a amizade, a criatividade e a liberdade como meios da sua vida quotidiana. Ainda que a grande maioria dos participantes tivesse a minha idade, isso não impedia que outras idades estivessem presentes; velhos e jovens participavam nas nossas conversas, discussões, reflexões, dissensões e conflitos. Na verdadeira aceção da palavra, as ocasiões que partilhávamos nesses momentos únicos na circunstância de emigrante em França, entre 1970 e 1975, jamais as esquecerei enquanto for vivo. No mesmo sentido, conheci e vivi com indivíduos de várias nacionalidades porque a França foi um lugar que me permitiu evoluir com dignidade humana, pautada pela liberdade e a criatividade e, bem entendido, por prosseguir o meu processo de aculturação. Esta dádiva da França para comigo é o reconhecimento de gente boa que conheci e com a qual partilhei os melhores momentos da minha vida, entre 1970 e 1975.

No fundo, as festas também significavam uma estimulação e motivação de outras leituras de autores situacionistas que não tinha tido oportunidade de ler, como eram os casos de Guy Debord e Raoul Vaneigem. O conceito de desvio, assim como a transgressão da normalidade instituída, passava, inevitavelmente, pela criação de situações revolucionárias, contra a moral e a ordem instituída, bem como a negação dos valores e do espetáculo associados ao consumo do mundo mercantil e do lucro capitalista. Neste domínio da vida quotidiana, aprendi muito mais com o situacionismo sobre as hipóteses de participar no processo histórico de emancipação social do que através dos milhares de panfletos que ajudei a distribuir na região de Paris, junto das fábricas, onde existia e permanecia a classe operária, apelando à realização de greves e ao incremento da luta de classes contra o Estado e contra o capitalismo.

Desde a minha chegada e partida de Paris, no período de 1970 a 1975, a minha vida esteve sempre confrontada com três dimensões básicas: o trabalho, a militância e a prática do quotidiano, correlacionada com as duas primeiras. Não sendo possível dissociar umas das outras, assumirei que todas elas



são interdependentes e complementares. Esta realidade existencial, em França, determinou que não separasse a vida do trabalho, que me acompanhava desde os dez anos, da militância junto do operariado. Fora as fábricas e oficinas, nos fins de semana, geralmente, ia à casa de amigos chegados ou, então, participava em atividades regulares do Partido «Mandrakista», que consistiam no desvio de mercadorias e criação de situações revolucionárias. Ia ao cinema várias vezes por semana, poucas ao teatro e a concertos musicais. Ainda hoje estou para perceber a minha falta de sensibilidade de visitas aos museus. Que me lembre, durante todo o tempo que estive em Paris, visitei apenas uma vez o Museu do Louvre e, porque o António Anica trabalhava lá, visitei o Musée d'Orsay algumas vezes.

É evidente que as repercussões do Maio de 1968 também se fizeram sentir nos aspetos ideológicos e quotidianos da minha vida. Como estava totalmente afastado das ideologias de esquerda, de direita, do centro e dos extremos que poderiam emergir no contexto do capitalismo e do Estado, olhava para essas ideologias com desdém e com indiferença. Todavia, porque considerava todas elas negativas, devido aos malefícios alienantes e estuprificantes que provocavam nos objetivos emancipalistas da classe operária e do povo em geral, assumi uma prática militante de denúncia e de crítica radical dessas ideologias. Assim, não estava, de modo algum, interessado ou sequer preocupado com as suas estratégias políticas clandestinas ou normativas ocorridas na cidade de Paris ou em França. No entanto, por razões de mera curiosidade crítica, eventualmente, assistia a manifestações públicas de partidos e sindicatos, ou então, por mera necessidade de representatividade «teatral» ideológica e política, assistia a debates e comícios organizados por grupos trotskistas e grupos maoístas.

Foi em função deste tipo de atitude que não deixei de imiscuir-me num ato ideológico e político referente à comemoração sobre a vida e obra de Josef Estaline, a 5 de março de 1973, por ocasião do vigésimo aniversário do falecimento do ditador comunista. Como já sabia, nesse dia, iria assistir com alguns amigos a um «circo teatral» ideológico e político de acusações mútuas de traições e desvios revolucionários inimagináveis. A sessão realizou-se numa sala próxima da Avenue Parmentier e da Rue Faubourg du Temple, sendo previsível a presença de trotskistas, maoístas, guevaristas e castristas. A batuta dessa

comemoração foi liderada pelo PCP–ML e o jornal *O Salto*, com a presença de Eduíno Vilar e outros dirigentes desse partido. No início da sessão, falou o secretário-geral do partido e, seguidamente, outros dirigentes do PCP–ML, cujos nomes desconheço. Para meu espanto, após os defensores do estalinismo exaltarem e defenderem acerrimamente as diferentes virtualidades do modelo revolucionário marxista-leninista na URSS, fiquei expectante para ouvir reações contrárias. Embora justificável, não era esperado, pelo lado dos trotskistas, qualquer tipo de reação, denúncia ou crítica sobre a natureza negativa do modelo socialista soviético imposto pelo estalinismo. O teor das alocações dos promotores da comemoração era apologético da ditadura estalinista, daí que não tenham denunciado as várias atrocidades económicas, sociais, políticas e culturais e os assassinatos de vinte milhões de camponeses durante a coletivização forçada nos campos, em simultâneo com a implantação do stakonovismo como modelo de industrialização e de escravidão operária.

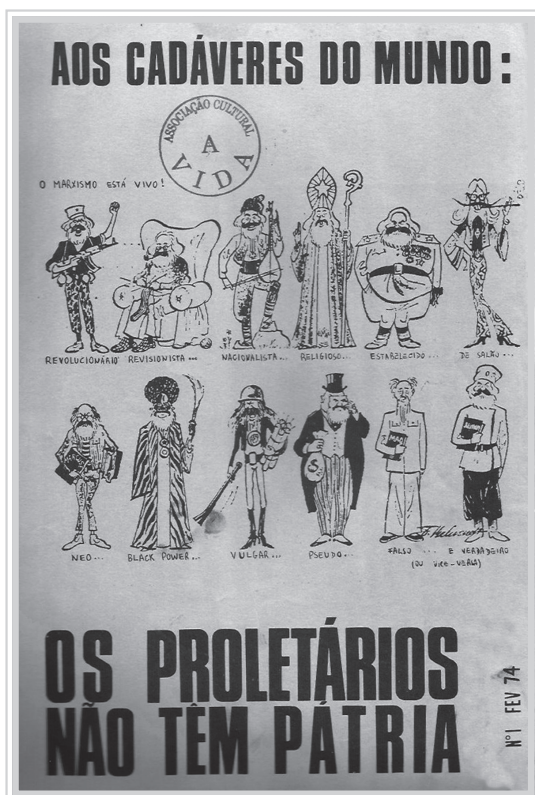
Por outro lado, no final da década de 1920 até 1960, ainda existiam os campos de concentração de trabalhos forçados (os *Gulags*) na Sibéria e em outras regiões da URSS, que se traduziram em milhões de mortos. O mais revoltante é que, tendo Leon Trótsky sido assassinado a 21 de agosto de 1941 pela polícia política de Estaline, os trotskistas que estavam presentes não se insurgiram contra o enaltecimento histórico das virtudes do ditador Estaline. Para mim, a explicação resultava do medo e da hostilidade violenta que poderia surgir contra eles, no caso de tomarem a palavra. Mesmo assim, penso que os trotskistas também tinham receio de tomar a palavra contra o estalinismo, porque a sua cumplicidade com o estalinismo deixava muito a desejar, no período do comunismo de guerra na URSS, entre 1917 e 1921, sobretudo pelo facto de Trótsky, como chefe do exército vermelho, ter assumido plenamente a luta contra os camponeses revolucionários da Ucrânia, organizados através da *Makhnovtchina* e, por outro lado, mandando fuzilar, em 1921, os operários, soldados e marinheiros grevistas de Kronstadt.

Eu tinha vindo a esta sessão comemorativa dos vinte anos da morte de Estaline só para me deleitar com as contradições e conflitos que, em princípio, deveriam ter ocorrido. Não tendo tirado proveito desta finalidade, perante esta arrogância ditatorial e a mentira propalada pelos estalinistas portugueses

do PCP-ML, resolvi tomar a palavra no sentido totalmente contrário, desenvolvendo uma crítica radical do estalinismo e da URSS nos vários aspetos ideológicos, económicos, sociais e políticos. Procurei demonstrar, em traços gerais, que o estalinismo nada mais era do que uma nova versão do fascismo e que esse modelo nada mais fez do que agravar as bases de exploração da classe operária e do campesinato na URSS, assim como na China e outros países que adotaram o modelo do «socialismo real». A reação dos oradores estalinistas que lideravam o debate foi atribulada e intempestiva, o mesmo acontecendo com a assistência que enchia a sala. Como resposta, recebi epítetos do mais variado teor e proveniência, entre os quais, a acusação de ser agente da CIA ou agente da PIDE. À medida que outros oradores intervinham, o tom e o conteúdo das acusações eram mais agressivas e contundentes, na medida em que eu era não apenas contrarrevolucionário, mas também porco, estúpido e miserável.

Claro que se tivesse respondido a todas estas acusações não poderia justificar o injustificável, daí que me tivesse remetido ao silêncio, o que me valeu

não levar com as cadeiras da assistência na cabeça por parte dos militantes do PCP-ML. Devo acrescentar que não fui agredido com as cadeiras ou qualquer utensílio porque estava acompanhado por David Bernarda, um velho amigo revolucionário, emigrante português, com quem eu tinha uma grande amizade e identidade ideológica, e por quem parte da assistência tinha muito respeito.



*Aos Cadáveres do Mundo: Os Proletários não têm Pátria, Paris, fevereiro de 1974.*

Ainda na altura da minha permanência em França, sem me aperceber de que o regime fascista de Salazar seria derrubado por um golpe militar, a predisposição ideológica e política de levar por diante a realização de uma revolução mundial assente na luta de classes e liderada pela classe operária mantinha-se incólume e indelével. Com o estatuto de emigrante em França e sempre com o sentido de atingir a revolução mundial, tentei, em conjunto com outros companheiros que defendiam os mesmos pressupostos revolucionários, difundir as ideias dos conselhos operários, da autonomia e da autogestão contra o capitalismo e o Estado, junto de emigrantes portugueses. Como primeira elaboração panfletária escrita, em parte, por mim, foi publicado o primeiro número da revista *Aos Cadáveres do Mundo: Os Proletários não têm Pátria*, em fevereiro de 1974.

### **Algumas influências do Maio de 1968 na Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974**

Numa primeira dimensão analítica, devo referir que fiz um corte epistemológico e metodológico em relação a todas as ideologias relacionadas com o marxismo-leninismo, social-democracia, liberalismo e fascismo. Esta rotura ideológica permitiu-me sair dos contornos dogmáticos dos modelos de esquerda e de direita e, por outro lado, fez-me sair do esquematismo de ambiguidade e de cumplicidade com os modelos de sociedades comunistas que tinham sido instaurados na URSS, China, Cuba, países da Europa de Leste e outros, que tinham enverado pelo socialismo. A clarificação era importante para direcionar a luta de classes para a revolução mundial, identificada com os interesses e os objetivos da classe operária e inverter a situação contrarrevolucionária que tinha sido criada por esses países. Em segundo lugar, o Maio de 1968, em França, tinha demonstrado que os partidos e os sindicatos são estruturas burocráticas ineficientes para desenvolver qualquer processo revolucionário que implique ou esteja diretamente reportado à emancipação social da classe operária. Finalmente, assim como o capitalismo se desenvolve com base na internacionalização do capital, também a classe operária só conseguiria atingir os seus objetivos revolucionários se fosse capaz de internacionalizar as suas

reivindicações e inscrever os seus objetivos revolucionários para além das fronteiras nacionais e dos respetivos países.

Deste modo, todos os anos, e nos períodos em que retornava a Portugal, trazia na cabeça estes ensinamentos aprendidos em França como emigrante, e tentava aplicá-los o melhor possível na minha vida pessoal e profissional. Estas traduções empíricas de militante em Portugal, a partir de agosto de 1970, só tiveram expressões genuínas quando foram criadas as condições necessárias para produzir o jornal *A Classe Operária*, cuja edição n.º 1 foi em agosto de 1971, em Portugal, tendo sido antes editado e distribuído em 1970, na região de Paris. É evidente que ainda hoje desconheço o impacto que o jornal terá tido junto dos operários que trabalhavam nas grandes fábricas da região de Lisboa. Do que não tenho dúvidas é que foram distribuídos milhares de jornais, apelando à luta contra o capitalismo e o Estado, sugerindo a necessidade urgente da realização de greves, com base num discurso reivindicativo muito utilizado por nós naquele momento, «mais dinheiro e menos trabalho». Este tipo de reivindicação «obreirista», nos últimos anos da ditadura salazarista, não sendo perceptível para a maior parte dos operários, tinha como probabilidade o atirar do jornal para o caixote do lixo pela maioria, ou então, pelo medo ou existência de seguranças nas fábricas, o impedimento da leitura do jornal. Porém, não tenho dúvida de que se alguém tiver lido o nosso jornal, essa leitura terá, mais tarde, servido para serem sujeitos de ação individual e coletiva depois do 25 de Abril de 1974.

A influência do Maio de 1968, na Revolução dos Cravos, foi notória por vários motivos. Em primeiro lugar, num campo meramente ideológico e político, teve repercussões manifestas em vários militantes de esquerda e de extrema-esquerda aquando a sua permanência em França, tiveram uma aprendizagem que não era possível em Portugal nem em outros países. Depreende-se, naturalmente, que a origem deste processo de ideologização histórica está bem patente na situação dos refratários e nos desertores da guerra colonial, dos exilados políticos e, ainda, nos emigrantes que participaram ativamente no surto grevista do Maio de 1968, em França. Foco o meu caso específico pós-Maio de 1968 porque, depois de já ter referido no capítulo 3 os conteúdos e as formas da edição e distribuição do jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra*

*o Estado, Contra o Capital*, importa-me sublinhar o impacto das ideologias e da política na minha vida, mas também na sua generalização potencial por todos os militantes que tiveram uma ação ideológica relevante em Portugal, a partir do 25 de Abril de 1974.

Em Paris, por um conjunto de circunstâncias especiais, tive oportunidade de conhecer José Leal Loureiro, em 1972. Por razões de opções revolucionárias contra a ditadura salazarista, José Leal Loureiro integrou, a partir da década de 1970, com Mário Brochado Coelho, César Oliveira, José Soares Martins, José Sousa Ribeiro, Marcela Torres e outros, a editora Edições Afrontamento. A minha amizade com José Loureiro, desde então, fortaleceu-se de tal forma que, para além de terem sido publicadas obras históricas do movimento libertário português, como *O Congresso Sindicalista de 1911* (1971), de César Oliveira; *O Movimento Operário em Portugal* (1972), de Campos Lima; *O Sindicalismo em Portugal* (1972), de Manuel Joaquim de Sousa; *A Criação da União Operária Nacional* (1973), de César de Oliveira, que, mais tarde, logo após a eclosão do 25 de Abril, cria a editora A Regra do Jogo. Por outro lado, pelos contactos privilegiados que estabeleci com José Leal Loureiro, em Paris, foram editados, em Portugal, pelas Edições Afrontamento, com sede no Porto: *A Oposição Operária 1920–1921* (1973), de Alexandra Kollontai; *A Comuna de Kronstadt: 1921 — Último Soviete Livre* (1974), de Ida Mett; *A Esquerda Alemã (1918–1921)* (1975), de Denis Authier. Já com a revolução portuguesa de 1974 em curso, e tendo José Loureiro assumido a direção de uma nova editora, foi possível ainda assegurar a edição de Ida Mett, *O Camponês Russo Durante e Após a Revolução* (1975), pela editora A Regra do Jogo. Em 1978, A Regra do Jogo edita *Lembrando e Comentando*, de José Reis Sequeira; e *O Segredo das Prisões Atlânticas*, de Acácio Tomás de Aquino.

José Leal Loureiro morreu a 25 de dezembro de 2006, com 60 anos. Foi um homem apaixonado por tudo o que envolvia a edição de livros, que personificavam, acima de tudo, a liberdade e o despontar da emancipação social. Para prosseguir este objetivo, despojou-se dos bens que detinha, remando contra a maré numa luta em prol da cultura, da mudança social e política. Foi sempre um grande amigo que abriu espaço para a divulgação de ideologias libertárias que estavam silenciadas pelo mercado editorial, tendo sempre uma grande

abertura de espírito editorial e livreiro, a partir de uma postura solidária e generosa, longe dos imperativos concorrenciais e fora dos esquematismos das transações mercantis de livros. Por todas essas razões, e não obstante a força criativa das suas ações, soçobrou em algumas das suas iniciativas.

Como integrante do grupo «Les Amis de Spartacus», nas reuniões em que participei, para além de refletir sobre o conteúdo dos livros que seriam objeto de publicação, também envidei esforços no sentido da sua distribuição e edição em Portugal. Antes de ocorrer a Revolução de 25 de Abril de 1974, nas minhas idas e vindas como emigrante, estabeleci contactos com José Ribeiro, proprietário da livraria Ulmeiro, situada na Avenida do Uruguai, em Lisboa. Desde então, a partir de 1973, tive oportunidade de distribuir os cadernos *Spartacus*, que eram editados em Paris, nesta livraria. Posteriormente, tive conhecimento de que a LIVRELCO — Cooperativa Livreira de Universitários, sedada na Rua José Carlos dos Santos, próximo de Entrecampos, também vendia os cadernos *Spartacus*.

Não sei se foi porque residia no bairro de Benfica que António Caetano, meu grande amigo desde 1975, atualmente professor catedrático do ISCTE–UL, por razões várias, teve oportunidade de ler os cadernos *Spartacus*, na livraria Ulmeiro, em Benfica, ou se por proximidade geográfica das livrarias da cidade universitária, encontrou a possibilidade de compra na LIVRELCO — Cooperativa Livreira de Universitários. De qualquer modo, ainda em 1974, entrou em contacto comigo pela via do correio, pedindo autorização sob os direitos de edição em português de alguns livros que já tinham sido publicados pelo *Spartacus*. Respondi-lhe de modo afirmativo, em julho de 1974, sem exigir qualquer tipo de direitos por parte dos autores e da editora *Spartacus*. Esta postura editorial, de identidade e solidariedade revolucionária, baseada nos pressupostos ideológicos da ultraesquerda do grupo *Spartacus* de Paris, levou a que António Caetano adotasse os mesmos princípios editoriais, denominando a sua editora de Edições *Spartacus*, Lda. Assim, foram publicados pelas Edições *Spartacus*, de Portugal: *Sindicatos: Arma Contra-Revolucionária* (outubro 1974), da autoria do Partido Operário Comunista Alemão e Anton Pannnekoek; *A Comuna de Berlim/As Lutas Proletárias na Alemanha (1918–1919)* (janeiro 1975), da autoria de Rosa Luxembourg, Karl Liebknecht, Otto

Rühle e outros; *O Voto, as Eleições, o Estado — Armas do Capital* (fevereiro 1975), da autoria do Partido Operário Comunista Alemão, Otto Rühle e outro; *O Tigre de Papel — sobre o desenvolvimento do capitalismo de Estado na China (1949–1971)* (1975), da autoria de Charles Reeve (pseudónimo de Jorge Valadas); *Lenine e a Revolução* (1975), da autoria de Anton Ciliga; e *A Revolução Social em Espanha* (1975), por Vernon Richards.

Durante a minha permanência em França, nunca me desliguei da amizade que tinha construído com Ilídio Ribeiro, quando fui mecânico na empresa do seu pai. Nas minhas idas e vindas, entre Paris e Lisboa, e nas idas e vindas de Ilídio Ribeiro, quando ia de Lisboa a Paris, sempre mantivemos contacto com o objetivo de criar condições para derrubar a ditadura fascista, em Portugal. Foi assim, por exemplo, em relação à compra da máquina Gestetner para imprimir o jornal *A Classe Operária*, ou, também, quando fui solicitado para colaborar na edição de livros de cariz revolucionário, em Portugal, pela Mondar Editores, editora criada por ele, em 1964. Desde então, com base no trabalho editorial de Ilídio Ribeiro e do Ricardo Costa, foram editados vários livros sobre o cinema, arte, teatro, poesia e autores como Lukács e Chomsky. Com o acordo estabelecido entre mim e Ilídio Ribeiro, tive a liberdade de propor a publicação de uma série de autores que se enquadravam no espectro ideológico da ultraesquerda. Por manifesta falta de tempo e por exigências revolucionárias do 25 de Abril de 1974, entre as obras de autores que tinham sido propostas, só foi realizada a publicação de *Notas para uma Análise da Revolução Russa*, de Jean Barrot, em fevereiro de 1974.

Quando ocorre a Revolução dos Cravos, em Portugal, a minha expectativa era simultaneamente de contentamento e de indiferença. As razões plausíveis para esta atitude decorrem, em primeiro lugar, de não ter qualquer expectativa positiva ou crença que qualquer regime democrático resolveria os problemas inerentes ao fim da exploração e da escravidão do trabalho assalariado, tendo presente a experiência de quatro anos como emigrante, em França. Para dar força a esta análise, as discussões que tivera em Paris e em Lisboa levavam-me sempre à mesma conclusão: quando discutia com opositores de diferentes ideologias ao regime de Salazar e de Caetano, a minha posição era sempre contrária a qualquer tipo de modelo de revolução democrática nacional.



O impacto da Revolução de 25 de Abril de 1974 teve uma repercussão enorme nos exilados e desertores que viviam em Paris, mas pouca naqueles que tinham a condição de emigrantes. Não admira, assim, que os primeiros tivessem, no dia seguinte ao 25 de Abril, regressado a Portugal com armas e bagagens, sobretudo os que tinham apetência desmesurada de exercer o poder, como foi o caso emblemático de Álvaro Cunhal e Mário Soares. Outros, na sua grande maioria, regressaram, depois, fundamentalmente por saudades da sua família e dos seus amigos e, por outro lado, para fugirem das condições difíceis de sobrevivência que eram apanágio de alguns emigrantes.

A minha indiferença em relação a qualquer revolução democrática era tal que me limitava a ler as notícias no metro de Paris, depois de sair do trabalho, sobre o Processo Revolucionário em Curso (PREC). A minha curiosidade situava-se na leitura das manifestações, comícios, greves, criação de partidos e sindicatos que emergiam de forma abundante, pondo patrões e fascistas, que receavam o pior para as suas vidas, em pânico. Nessa ocasião, em vez de ir de férias em agosto, decidi ir em julho de 1974 para observar se os rumores radicais que me alertavam para a emergência de um movimento social revolucionário operário tinham algum sentido. Logo que cheguei a Lisboa, tratei de visitar a família, companheiros e amigos para me elucidar sobre o que se passava.

É chegado o momento de questionar a minha narrativa aquando a minha ação de militante revolucionário, no período de 1970, sem nunca ter sido preso pela Direção Geral de Segurança. A razão é simples: até à eclosão da Revolução dos Cravos, a DGS tinha criado um dossier a meu respeito, mas as informações eram dispersas, inconsistentes e inverosímeis. De facto, tinha sido preso por várias horas na esquadra da polícia de Alto de São João de Lisboa, em 1969, e abordado por um agente da PIDE nesse mesmo ano, mas preso nunca estive. Todavia, pelas informações que já tinham, eu seria preso quando viesse a Portugal de férias. A plausibilidade desta hipótese é muito objetiva porque, em fevereiro de 1974, a minha sobrinha Clara Moura, com 10 anos, residente na Azinhaga do Ferrão, em Lisboa, foi abordada por dois agentes de proteção civil, dizendo-se militares, e procuravam saber quando é que eu vinha de férias. No entanto, o perfil que a polícia elaborou sobre mim e o meu irmão José Ferreira é bastante elucidativo da sua ignorância a meu respeito:

*José Maria Carvalho Ferreira, solteiro, estudante de medicina, nascido a 25/11/1945, na Freguesia de Meca, concelho de Alenquer, Distrito de Lisboa, filho de António Ferreira e de Maria da Conceição e residente algures em França. É titular do B. I. n.º 2035669, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa em 24/7/1972.*

*Segundo me consta, o JOSÉ MARIA encontra-se em França há cerca de três anos, altura em que abandonou os seus estudos de medicina, em Lisboa, para os prosseguir no país atrás referido. Moralmente, nada me constou em desabono dos referenciados. Politicamente, nada me foi dado apurar sobre os mesmos.*

*Lisboa, 28/2/74 O Agente, a) Gilberto Pinto*

Quando regresssei a Portugal, logo denotei que a proliferação de ideologias, grupos e partidos de extrema-esquerda, provinham, na sua grande maioria, da aprendizagem de práticas, teorias, ideologias, greves e manifestações desenvolvidas no Maio de 1968, em França. Em consequência do laboratório revolucionário que foi criado em Portugal, a emergência da ação individual e coletiva tornou-se premente. Faltava desenvolver os modelos partidários e sindicais de esquerda e de extrema-esquerda, adaptados às vicissitudes da conjuntura política, económica, social e cultural de Portugal. Numa outra dimensão, o movimento estudantil português adaptou os seus pressupostos educacionais, pedagógicos, ideológicos e políticos, a partir dos ensinamentos do Maio de 1968, sobretudo nas relações identitárias entre o movimento estudantil e o movimento social contracultura, alicerçado nos EUA desde a década de 1950. Em sintonia com estes fatores, é sintomático destacar a crítica dos costumes, da moral e da ética vigente no sentido da emancipação das mulheres contra o machismo, mas também na crítica de arte, da sociedade de consumo e, em última análise, dos efeitos causais da revolução cultural na China, de 1966 e 1967, e outras ideologias de extrema-esquerda, em Portugal.

Não digo que estas ideologias e práticas tenham sido transpostas mecanicamente para a Revolução de 25 de Abril, até porque a ideologia e as estruturas do PCP estavam, há muito tempo, modeladas para seguir os ditames das diretivas do Partido Comunista Russo, nada conformes às realidades informais e espontâneas do Maio de 1968. Quando o MFA (Movimento das Forças

Armadas) iniciou o golpe de Estado, com base na extinção da ditadura salazarista, os alicerces ideológicos e partidários do MFA, ainda que fossem extraídos maioritariamente a partir do espectro ideológico do PCP nos três ramos das Forças Armadas, cuja identidade estivesse, desde o início, na base deste processo revolucionário, nunca foram conseguidos de forma a permitir uma hegemonia plena do PCP no seio do MFA. As contradições e os conflitos no seio do MFA foram bastante visíveis, bastando para o efeito enumerar as ações da Quinta Divisão, do COPCON e do Grupo dos Nove, para, de uma forma sintética, ter uma noção concreta de todo o processo revolucionário iniciado a 25 de abril de 1974 até 25 de novembro de 1975.

Por essa razão, a institucionalização e a formalização de todas as dimensões legislativas, executivas e jurídicas, nunca se perpetuaram definitivamente de forma consensual nos aspetos conflituais, reivindicativos e negociais. Quando cheguei a Portugal, em julho de 1974, fiquei deveras estupefacto ao observar a agitação social que, dia após dia, agitava as principais cidades portuguesas: Lisboa, Setúbal e Porto. O teor das reivindicações, que dava corpo e forma a essas manifestações, primava por um carácter político e ideológico radical, sem controlo dos sindicatos e dos partidos. O fim da guerra nas colónias foi pautado pela exigência do fim do envio de militares para a Guiné, Angola, Moçambique. O calor da luta contra a guerra colonial depressa se transformou numa palavra de ordem abraçada por todos os grupos esquerdistas.

Este mundo da esquerda e da extrema-esquerda, que já tinha conhecido em França, não estimulava a minha participação num folclore político e ideológico que considerava contraproducente. A minha predisposição militante estava sobretudo concebida para averiguar se havia ou não um espaço de autogestão ou de autonomia operária que estivesse em consonância com a luta de classes e a probabilidade histórica de realizar a revolução social. Esta maneira de ver a luta de classes, levou-me a conhecer a fábrica de fatos de treino da Sogantal, no Samouco, próximo do Montijo. Para além de saber que esta fábrica tinha sido objeto de reivindicações radicais, incluindo a expulsão do patrão de origem francesa, apercebi-me que essa evolução, no início, resultou da reivindicação de um aumento de salário para 3300\$00 (cerca de 17€) mensais para as 48 operárias, um mês de subsídio de férias e um mês de subsídio de Natal. Como estas

reivindicações não foram satisfeitas, as 48 operárias entraram num processo de autogestão generalizada. Foi no âmbito deste processo de agitação revolucionária que entrei em contacto com as operárias da Sogantal e me integrei na sua luta.

Diga-se, em abono da verdade, que esta identidade se fez em plena realização de uma Assembleia Geral onde se discutiam todos os problemas da greve e se tomavam as decisões de forma autogestionária e autónoma. Logo de início, a Assembleia Geral decidiu atribuir um salário igual para todas as operárias no montante de 3300\$00, criar a rotatividade na divisão do trabalho, no que concerne a execução de tarefas, e, também, na formação de grupos para vender os fatos de treino nas feiras, instituições e empresas. Como as 48 operárias tinham a necessidade de vender diretamente os fatos de treino para perfazerem os seus salários, a sua produção, ficou, entretanto, adiada. A minha integração nas discussões da Assembleia Geral resultou, sobretudo, da necessidade premente das operárias da Sogantal venderem os fatos de treino. Eu liguei-me mais explicitamente ao grupo das operárias que eram consideradas mais radicais, daí que tenha formado um grupo de vendas de fato de treino com aquelas que tinha mais afinidade ideológica. Com este grupo, ajudei a vender fatos de treino nas instalações da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), nas feiras da região de Lisboa e em alguns comícios de partidos esquerdistas. Para dar consistência à distribuição dos fatos de treino, utilizei o apartamento do meu amigo Artur Pais, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa. Este local serviu de armazém dos fatos de treino e veio a facilitar, enormemente, a minha ação de solidariedade na zona geográfica da região de Lisboa, no tempo e no custo de transporte que envolveu a distribuição e a venda dos fatos de treinos das operárias da Sogantal.

Nesse período do pós-25 de Abril de 1974, na tentativa de encontrar exemplos de autogestão próximos dos princípios libertários, ainda visitei outras fábricas como a Charminha na Pontinha e a Timex na Charneca da Caparica, mas não encontrei exemplos como na empresa Sogantal. Embora eu conhecesse a TAP como empresa de transportes aéreos, não conhecia a generalidade dos trabalhadores que integravam essa empresa, nem tampouco os operários que trabalhavam na manutenção e na reparação de aviões, que vim a conhecer mais tarde e com quem tive uma oportunidade única de participar na luta contra

o poder instituído. Com a venda direta dos fatos da Sogantal, tive ensejo de estabelecer contacto com trabalhadores da TAP muito salutareos. Esses diálogos desembocavam, na maioria dos casos, na necessidade revolucionária de pensar e atuar em função da emancipação dos trabalhadores. Estas conversas, por vezes, eram divergentes, na estrita medida em que as ideologias dos operários e dos funcionários administrativos da TAP primavam pelo maoísmo, o PCP e o MES (Movimento de Esquerda Socialista). Tudo isso não obstou a que se criasse uma síntese crítica do Estado, do capitalismo e do MFA, com exceção da opinião dos operários que estavam ligados ao PCP.

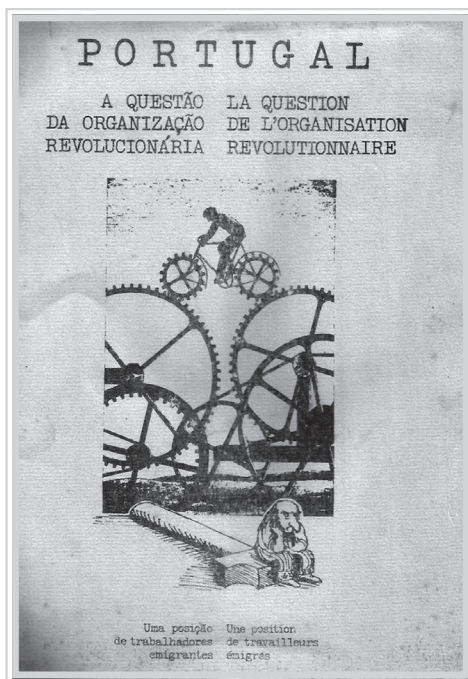
A TAP foi das empresas que, em Portugal, no período de 1974 e 1975, atingiu os maiores índices de radicalidade reivindicativa. Apercebi-me disso a partir de um processo iniciado a 13 de agosto de 1974, com exigências de melhorias substanciais de salário, de condições de trabalho e de redefinição da contratação coletiva do contrato de trabalho. A greve, com intenções de ser ilimitada, foi iniciada a 26 de agosto de 1974 e terminou com a intervenção militar do MFA, a 28 de agosto de 1974. Por causalidade, assistia à maioria das Assembleias Gerais dos operários da TAP, porque, por essa altura, realizava a venda dos fatos de treino da Sogantal nas suas instalações. Desse modo, pude constatar que o sindicato e os militares do MFA ligados ao PCP fizeram tudo para sabotar as reivindicações dos cerca de 4000 operários e funcionários administrativos. Essa sabotagem foi também exercida pelo Ministério do Trabalho e pelo secretariado de propaganda da Inter-Sindical e pelo PCP. Frente a este impasse e à irredutibilidade dos trabalhadores da TAP, que recusavam vergar-se às vicissitudes das ameaças de desemprego e de outras retaliações por parte do governo e do MFA, só lhes restou intervir compulsivamente, com o intuito explícito de pôr fim à greve na TAP, o que ocorreu a 28 de agosto de 1974.

No contexto grevista da TAP, na ocasião das discussões que emergiram na Assembleia Geral e porque eu estava presente nesse ato, pedi a palavra, sendo que esta me foi concedida pela mesa que presidia aos trabalhos da Assembleia Geral. Revoltado pelas incidências negativas que a greve estava a tomar, orientei o meu discurso no sentido da crítica radical dos partidos, dos sindicatos e do MFA, enaltecendo os aspetos positivos da luta da TAP, por seguir os caminhos da autogestão e da autonomia operária, potenciando a luta de classes e

a revolução social. Contudo, naquele momento, foquei, ainda, a necessidade intrínseca do desenvolvimento da greve geral a partir do tecido industrial das regiões de Lisboa e Setúbal e, se possível, a nível de todo o país. Na altura, a minha opinião incidia no pressuposto que se poderia ultrapassar a dispersão e a divisão existente da classe operária na luta contra o capitalismo e o Estado, se fosse utilizada uma estratégia centrada na greve geral revolucionária.

É evidente que neste clima de euforia e de explosão da liberdade, na sua grande maioria decorrente da Revolução de 25 de Abril, generalizou-se, também, a difusão de uma diversidade de informação, de conhecimentos de ideologias pela imprensa, televisão e rádio quase infinitas. A edição de livros e revistas seguiu o mesmo caminho. Artes de diferentes matizes, cinema, teatro e atividades lúdicas transformaram-se num mercado apetecível para gente esfo-meada de produtos culturais que a ditadura de Salazar e de Caetano não tinha permitido consumir. No geral, a interação desses produtos deu azo à mudança de valores, de ética, de moral e de costumes, com primazia para a liberdade sexual. As relações entre homem e mulher, jovens e velhos, filhos e pais foram objeto de reestruturação relacional, com especial incidência nas relações intra-pessoais, interpessoais e intragrupais. O desanuiamento dessas relações foi, principalmente, possível de visualizar no momento das relações de autonomia e liberdade que a mulher assumiu em relação ao casamento, ao sexo e a certas funções estipuladas pela divisão do trabalho sexual.

Mergulhado nesta diversidade libertadora, integrei-me facilmente nela, mesmo sabendo, à partida, que havia um grande hiato entre as minhas opções societárias, políticas e ideológicas e a grande maioria das pessoas que residiam em Portugal. Não foi por acaso que, quando fui visitar a minha família em Bogarréus, tenha sido convidado para realizar um comício numa terra próxima, em Canados, sobre a situação revolucionária que se vivia em Portugal. A maioria das pessoas que me convidara eram próximas do PCP e de alguns outros partidos em formação, como era o caso do PSD (Partido Social Democrata) e do PS (Partido Socialista). A sala era pequena, mas estava repleta de gente. Nada disso me impediu de tentar desmistificar o comunismo que persistia no mundo, desenvolvendo uma crítica radical da URSS e da China. Os partidos e sindicatos não ficaram de fora dessa crítica, tal como o Estado e o capitalismo.



*A Questão da Organização Revolucionária,  
Uma Posição de Trabalhadores Emigrantes,  
Lisboa, Contra-Corrente, 1975.*

A partir de 1974, procurei, em Portugal, os espaços que estavam em sintonia com a defesa dos princípios e das práticas da ultrasquerda marxista. Quando vinha de férias a Portugal, frequentava regularmente a Livraria Contra-Corrente, sede do jornal *Combate*, na Rua da Atalaia, n.º 204–206, em Lisboa. Nessa livraria, distribuí brochuras e vários

panfletos alusivos ao movimento operário mundial, assim como um texto elaborado pelo Jorge Valadas e por mim, intitulado de *Portugal — A Questão da Organização Revolucionária, Uma Posição de Trabalhadores Emigrantes*, Contra-Corrente, em 1975, sendo que, pela minha parte, também escrevi na íntegra o editorial *Que Conselhos Operários?*, no jornal *Combate*, Ano II, n.º 27, de 17 de julho de 1975, p. 3. Na frequência dessa livraria, conheci grandes amigos como Gabriel Correia, João Crisóstomo, Júlio Henriques, Maria Luísa Melo de Carvalho e Gerry Vignola.

No âmbito dos costumes e dos valores, tive oportunidade de viver momentos de grande liberdade sexual, por via de conhecimento de amigas que já conhecia e outras que, entretanto, resultavam da explosão de liberdade e de transgressão que tinha sido provocada pela asfixia comportamental do fascismo que perdurou por quase cinco décadas. Outras atividades com uma série de amigos e amigas passaram pela prática do nudismo, na Aldeia do Meco, quando ainda não era conhecida pelos *mass media* e pelos mirones, que transformavam o corpo e o sexo numa mercadoria ilusória. Ironia do destino. Durante vários anos desde os princípios da década de 1970, passando pela efervescência do culto do nudismo no quadro do processo revolucionário português, nunca

me apercebi de situações onde o *voyeurismo* machista tivesse uma importância capital. Esta afirmação é de tal modo realista e natural que, em todo o processo da emergência do naturismo que se vive na Aldeia do Meco, não me apercebi de qualquer anomalia de valores éticos e morais entre os nudistas e os pescadores quando a frequentavam assiduamente.

No período de férias do ano de 1975, voltei a Portugal, utilizando os meses entre junho e setembro para, mais uma vez, embora desmotivado, desenvolver as minhas ações de militante revolucionário junto dos grupos e dos trabalhadores assalariados da Sogantal e da TAP. Esta opção de liberdade temporal não só me permitiu perceber e aprender melhor os contornos evolutivos da Revolução dos Cravos, como também interagir com novas pessoas que, entretanto, conheci. Deste modo, reatei e desenvolvi as relações que já tinha estabelecido ao nível da amizade, da reflexão, do amor e das liberdades que me eram muito queridas, como inclusive outras que desconhecia. Dentro destes parâmetros, devo singularizar a relação que mantive com Maria Luiza de Melo Carvalho. Hoje, posso afirmar que Maria Luiza me educou a ser menos machista do que era e, por outro lado, a descobrir-me como singularidade humana.

Como já o tinha feito, aprofundei relações de natureza humana, política e ideológica com outras pessoas, sobretudo nas relações iniciadas com os grandes amigos Manuel Lopes e Maria da Conceição Lopes, em 1967, quando residi em Pera do Meio, na Quinta do Zé Miguel, em Costas de Cão, no Monte da Caparica. Daí em diante, foi-me possível desfrutar de momentos de festa e de amizade na Quinta da Corvina, na Casa do Miranda, na Trafaria, tudo isso durante a ditadura e depois da Revolução de Abril. Devo lembrar que a amizade com Manuel Lopes teve o seu início crucial na empresa Fonseca & Miranda, em 1967. Quer em 1974 e 1975, quer em anos seguintes, até finais da década de 1970 e princípios da década de 1980, foi possível viver em de festas, convívios, almoços e jantares, numa atmosfera revolucionária, na casa de Joaquim Santos e Maria José dos Santos, com a presença de toda a família e amigos meus que vinham de França, Itália e Portugal. Tudo isto da minha parte, em consequência dos propósitos internacionalistas da consecução da revolução social, protagonizada em primeira pessoa pela classe operária, sem que o fosse necessariamente por parte dos anfitriões Joaquim Santos e Maria José dos Santos.



A minha família sempre esteve nos meus propósitos e motivações, demarcados pela saudade, que é apanágio de qualquer família. A minha mãe, até pelo facto de ser analfabeta, tinha um lugar privilegiado próprio e único no meu coração, que não poderia ser preenchido por qualquer outra pessoa. Ela fazia parte da minha obrigação de estar em Portugal e de acompanhá-la o mais possível nos últimos momentos da sua vida. Toda a família era e é importante para mim, com exceção de uma pequena parte com a qual não mantenho relações sociais, mas a proeminência das minhas relações recai na minha irmã Maria José Ferreira, se tiver presente os graus diferenciados de amizade e amor que subsistem com cada elemento da família.

Uma vez mais, ao aperceber-me da evolução do processo revolucionário em Portugal, no ano de 1975, para mim, subsistia uma necessidade urgente de sentir o pulsar da greve e da autogestão que as 48 operárias da empresa Sogantal tinham iniciado em 1974. Como era desejável e expectável, continuei a desenvolver os laços de solidariedade e de amizade com as operárias da Sogantal, de modo a potenciar a sua luta no sentido da autonomia e da autogestão. Nesse momento, senti que a força da sua luta estava restringida à venda dos fatos de treino que restavam, devido à inexistência de matéria prima para a produção de roupa. O caso emblemático da TAP era, nesse sentido, muito importante. Daí que, quando regresssei à Sogantal, em junho de 1975, tenha assumido, mais uma vez, uma relação de identidade ideológica, organizacional e financeira junto das operárias da Sogantal que ainda não tinham desistido do projeto autogestionário inicial. O processo da sustentabilidade da greve e da solidariedade externa levou a que as operárias fossem constrangidas a organizar piquetes da greve durante a noite, com a ajuda solidária de estudantes que estavam identificados, na sua maioria, com partidos da extrema-esquerda. Como a maioria das operárias ainda não tinha atingido a idade adulta ou já era casada, parte das suas famílias entraram em rutura conjugal, tendo algumas enveredado pelo divórcio. Por esta razão, mas sobretudo pela falta de matérias primas e a impossibilidade de escoar os fatos de treino nas feiras, nas fábricas e nos mercados locais, a luta das operárias da Sogantal foi-se desestruturando, ao ponto de, no final de 1975, poucas operárias terem continuado a sua luta.

Muitos fatores estiveram na origem do insucesso histórico da luta das operárias da Sogantal. Em primeiro lugar, a manifesta incapacidade do Sindicato dos Têxteis, presidido por Manuel Lopes, de evitar que o Estado e o MFA sabotassem a luta das operárias. Em segundo lugar, o Estado não permitiu que as operárias da Sogantal utilizassem os mecanismos de crédito financeiro por forma a viabilizar o investimento necessário à manutenção da capacidade produtiva da fábrica. Em terceiro lugar, com a cumplicidade do COPCON (Comando Operacional do Continente) e da GNR (Guarda Nacional Republicana), a 24 de agosto de 1975, foi possível, durante a noite, pela calada, que um comando francês de 14 homens armados com granadas, pistolas, facas, matracas, gás lacrimogéneo e cães, sob a orientação do antigo patrão da Sogantal, invadissem as instalações da fábrica, levando tudo o que lhes apeteceu, desde máquinas, fatos de treino e toda a matéria-prima que era necessária para a produção. A situação tornou-se calamitosa. Agora, tornava-se difícil sobreviver com os poucos fatos de treino que tinham restado para vender, daí que, no final desta greve, só restassem sete das quarenta e oito operárias que tinham iniciado o processo grevista.

A casa que os meus amigos Artur e Maria João Pais me facultaram serviu, não somente para as minhas necessidades básicas do quotidiano, mas também como sede das reuniões de índole política e ideológica em conexão estreita com a evolução da Revolução de 25 de Abril. Por outro lado, como aproveitava as minhas intervenções e idas à TAP para vender os fatos de treino da Sogantal, era também nesta casa que guardava os fatos de treino, evitando ir buscá-los ao Montijo (perto de Samouco). Neste apartamento, foi possível desenvolver uma série de reuniões, contactos, debates e ações reflexivas de teor ideológico e político, que deram origem à criação de grupos cuja identidade coletiva estava diretamente relacionada com a ultraesquerda e o situacionismo. Antes do 25 de Abril, este local já tinha sido muito importante para a criação do primeiro grupo a ser formado com base nas preposições do grupo dos *Cadernos de Circunstância: A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado, Contra o Capital*.

É na mescla destes diferentes aspetos espaço-temporais e geográficos que é criado um grupo com uma identidade ideológica e teórica, inscrito nos

princípios e práticas do situacionismo, com características muito informais e muito espontâneas. Naturalmente, integraram esse grupo, que denominaria de operário-situacionista, Carlos Miranda, Artur Pais, António Viegas, Maria João Macedo, Fernando Macedo, Maria Luísa Gomes, Jorge Manuel Fernandes, Rodinhas, João Manuel Neves, Jorge Furtado da Rocha e João Ferreira. As discussões das reuniões deste grupo eram quase sempre pautadas por um exercício analítico de denúncia radical da alienação e da distorção revolucionária provocada pelos partidos e sindicatos. Em geral, as alocuções e análises eram estruturadas com base em debates, cujos conteúdos eram centrados na exploração do Homem pelo Homem. Para além disso, os movimentos sociais eram sempre deduzidos da luta de classes, do modelo situacionista e do desvio comportamental face à ordem instituída. Por esta razão, o situacionismo tornava-se omnipresente, em particular, em relação aos elementos da festa e do prazer quando integrados num modo de vida em que a liberdade e a criatividade superam os aspetos alienantes e degradantes da vida quotidiana. Como resultado destas reuniões, foram elaborados e difundidos alguns panfletos sobre a situação revolucionária em Portugal, assim como a difusão de alguns livros e brochuras nas feiras, mercados e livrarias marginais. Outro intuito incidia na crítica e na mentira histórica que persistia sobre o socialismo real, existente na URSS, na China, em Cuba e nos países do Leste Europeu. Outro tema de reflexão situava-se ao nível da vida quotidiana.

Evidentemente que a lógica de intervenção militante que eu tinha traçado continuava em outros domínios, daí que, por intermédio da venda de fatos de treino da Sogantal, eu tenha tido novamente espaço para observar as Assembleias Gerais da TAP, devido ao surto de reivindicações que culminou com uma greve durante uma semana, com início a 7 de julho de 1975. A estrutura militar do MFA não se coibiu de intervir de forma violenta e repressiva, obrigando os grevistas da TAP a sair das suas instalações e a realizar um comício no Clube Atlético de Campo de Ourique, na Travessa do Cabo, em Lisboa. O comício, na opinião dos grevistas da TAP, era manifestamente contra a atitude repressiva do MFA, dos dirigentes sindicais e dos funcionários do Ministério do Trabalho, elementos que funcionavam como correia de transmissão do PCP. Acresce a este facto que a greve da TAP era uma manifestação

contundente contra a Batalha da Produção, no quadro da Transição para o Socialismo, iniciada a 11 de março de 1975, pelo governo provisório de Vasco Gonçalves, que se identificava com o PCP.

No comício, ainda que as várias intervenções dos grevistas da TAP estivessem identificadas com a crítica ao MFA, pelo facto de este ter declarado o fim da greve através da intervenção militar na TAP, a grande maioria dos oradores estava também em sintonia com a ideologia partidária e sindical dos grupos esquerdistas. Os partidos, como o PCP, o MES, o MRPP, o PRP e o PS não foram autorizados a falar neste comício, embora existissem articulações estratégicas entre eles e alguns dos trabalhadores grevistas da TAP. Por razões relacionadas com algumas intervenções que eu tinha feito nas Assembleias Gerais da TAP, em 1974, e como eu estava presente nesse comício, pedi a palavra. Não houve qualquer oposição dos trabalhadores presentes a este pedido de intervenção. Perante esta predisposição espontânea e motivação singular, limitei-me a discernir, publicamente, sobre o conteúdo da greve da TAP no contexto revolucionário português. Assim, debrucei-me sobre os contornos de qualquer processo grevista autónomo, tocando nos interesses e nos objetivos genuínos e explícitos na luta dos trabalhadores da TAP, sem que para isso tivessem que se curvar de joelhos perante o Estado e o capitalismo. Tratava-se, antes de mais, de generalizar o processo grevista na região industrial de Lisboa e Setúbal e, conseqüentemente, de apelar à greve geral a partir das 36 maiores empresas dessa região e, posteriormente, por todo o país.

De acordo com o conteúdo da minha alocução neste comício e dos outros oradores, foram escolhidas três pessoas para redigir um panfleto a difundir nessas 36 grandes empresas da região de Lisboa e de Setúbal, alertando para a urgência de aderirem à greve geral na prossecução de objetivos revolucionários. A redação do panfleto ficou a meu cargo, de um representante do MES e outro do MRPP. Foi elaborado numa casa próxima do Clube Atlético de Campo de Ourique. Sem participar muito na redação, propus que fossem incluídos os objetivos prioritários da greve geral a partir das reivindicações da greve da TAP. Segundo a minha perspetiva para se construir uma identidade coletiva revolucionária em Portugal, era necessário prosseguir os objetivos da greve geral. Propus, ainda, que o MFA fosse extinto.

Ainda nesse dia, se não me engano, a 14 ou 15 de julho de 1975, levei o panfleto e fui imprimi-lo na Rua Domingos Patacão, em Moscovide, na sede do Sindicato dos Têxteis do Sul. Estive até cerca das 24 horas para ver imprimir o primeiro exemplar. Logo que o panfleto foi impresso, parti descansado para casa. No dia seguinte, como tinha sido combinado, esperei pelo panfleto de modo a poder distribuí-lo nas 36 empresas do Comité Inter-Empresas da região de Lisboa e Setúbal. Pela manhã, quando falava com alguns companheiros, ouvi tocar o telefone, o qual de imediato atendi. Esperava que fosse alguém da organização que tinha redigido o panfleto. A pessoa em causa identificou-se como Agostinho Roseta, dirigente importante das estruturas dirigentes do Sindicato dos Têxteis do Sul. Eu já tinha ouvido falar dele, mas não o conhecia pessoalmente. De imediato, perguntou pelo José Maria Carvalho Ferreira e expôs o perigo contrarrevolucionário que o panfleto impresso no Sindicato dos Têxteis continha, sobretudo no que se referia à extinção do MFA e à proclamação da greve geral. Em consequência, convidou-me a reestruturar o conteúdo do panfleto para poder ser difundido, eliminando os objetivos da greve geral e a extinção do MFA. Neguei-me de maneira decisiva a participar nessa pretensão, alegando que nunca poderia interferir numa decisão soberana da Assembleia Geral dos trabalhadores da TAP.

Depois deste episódio elucidativo de manipulação e censura costumeira de dirigentes partidários e sindicais, ainda esperei um dia para voltar a ler o que o panfleto continha, sendo que a hipótese de difusão implicava sobremaneira um conflito com o poder instituído do MFA e o governo provisório em exercício. Esta divulgação não foi feita e não sei se o documento foi arquivado em qualquer sítio. Para a História, fica uma tentativa de exercer a autonomia operária e de luta contra o Estado e o capitalismo, inclusive contra dirigentes partidários e sindicais. Não sei se existe um qualquer exemplar deste panfleto no Sindicato dos Têxteis do Sul. Só sei que, a partir desse momento, as minhas ligações com a TAP foram perdendo fulgor, na medida em que as restrições na entrada dos espaços da TAP começaram a fazer-se sentir, sobretudo porque, desde então, deixei de poder continuar a vender os fatos de treino da Sogantal.

No caso específico da Sogantal, continuei a visitar as sete operárias que continuavam a sua luta, mas já como forma de pura sobrevivência. O conteúdo

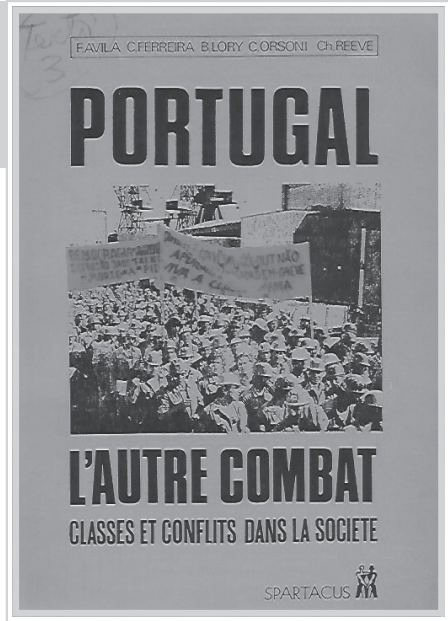
*Portugal L'Autre Combat*, livro que analisa a luta autónoma da classe operária no processo revolucionário português, de 1974-1975.

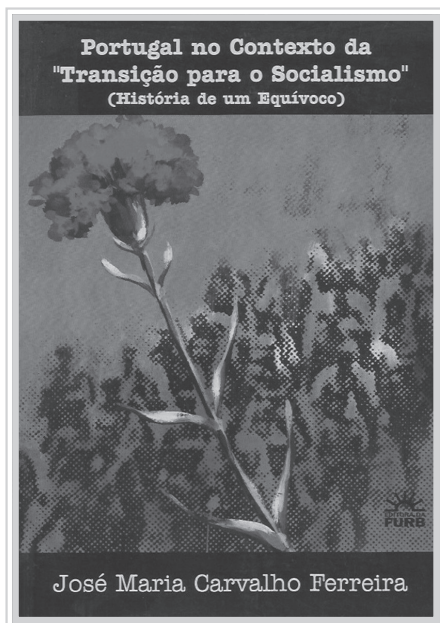
dessa experiência foi divulgado através de um autor coletivo composto por F. Avila, C. Orsoni, Carvalho Ferreira, Bertrand Lory e Charles Reeve, em *Portugal l'autre combat: classes et conflits dans la société*, Paris, *Spartacus*, em 1975.

O intuito desse livro consistiu em lutas autónomas dos trabalhadores assalariados, em Portugal, que se identificavam

com a luta de classes desenvolvida pela classe operária, a nível internacional. Estes pressupostos modelares eram bastante importantes para mim, daí que fizesse tudo para alertar e sugerisse que os companheiros que eu conhecia em França, Itália e Espanha visitassem a Sogantal. Nestas circunstâncias, limitei-me a ser um cicerone, o que permitiu criar laços de entendimento, de divulgação, de informação e de identidade sobre a natureza da autogestão da Sogantal, explicadas, compreendidas e vividas pelas próprias operárias, no contexto do processo revolucionário português, durante o período de 1974 e 1975.

No geral, o impacto da luta das operárias da Sogantal foi muito importante junto dos militantes dos partidos clássicos de esquerda e dos partidos esquerdistas maoístas, trotskistas e marxistas-leninistas. Para a totalidade destes partidos, a emergência da luta de classes baseada na autonomia operária, que estava circunscrita a um imperativo de que a emancipação social fosse obra própria das massas trabalhadoras, sem a necessidade de recorrer a qualquer tipo de vanguarda partidária ou sindical, colidia e punha em causa a natureza do modelo revolucionário proposto pelos partidos e sindicatos. Aliás, a historicidade desse processo estava bem patente na função condicionadora dos sindicatos como correias de transmissão dos partidos em qualquer processo revolucionário. Os exemplos da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Chinesa de 1949





*Portugal no Contexto da «Transição para o Socialismo (História de um Equívoco)», livro alusivo ao processo revolucionário português de 1974-1975.*

bastam para ilustrar que não são só o Estado e o capitalismo são os covetores das aspirações emancipalistas dos trabalhadores assalariados, mas que os sindicatos e os partidos partilham as mesmas opções.

Foi no contexto da análise, reflexão e integração em lutas do movimento operário que conheci José Mariano Gago,

em Paris, que tinha feito parte do Comité Central dos Comités Comunistas Revolucionários (Marxistas-Leninistas) [CCR (M-L)], conjuntamente com João Bernardo e João Vieira Lopes. Em 1973, José Mariano Gago vivia com Lucília Salgado. Ambos já estavam numa fase de desvinculação dos CCR (M-L), ao ponto de, em 1974, defenderem posições libertárias, com especial incidência para a autonomia e a autogestão operária, segundo os princípios e as práticas dos Conselhos Operários preconizados por Anton Pannekoek. Posso afirmar que a identidade ideológica e política que existia entre mim, José Mariano Gago e a Lucília Salgado era quase perfeita. Daqui, decorria uma amizade e uma prática comum na vida incrustada em atividades lúdicas, reflexões e análises do movimento social operário. Essas atividades resultaram na elaboração de um texto sobre a luta da Sogantal. Uma parte desse texto, da autoria dos três, mais tarde, foi objeto de um capítulo sobre autogestão, na minha tese de doutoramento na Universidade de Paris X — Nanterre, em outubro de 1984, com o título *La problématique de «la transition vers le socialisme» dans l'histoire: le cas du Portugal (du 25 avril 1974 au 25 novembre 1975)*. Em 1997, esta tese de doutoramento foi publicada em livro pela Editora da FURB, Blumenau, com o título: *Portugal no Contexto da «Transição para o Socialismo» — (História de um Equívoco)*.

Após o 25 de Abril de 1974, ainda tive alguns encontros com José Mariano Gago e Lucília Salgado, baseados nos mesmos pressupostos de amizade e ideológicos, mas à medida que se ia assistindo à normalização da democracia representativa em Portugal, os dois evoluíram para posições próximas do Partido Socialista português. No caso de José Mariano Gago, essa aproximação levou-o a assumir o poder político nas altas instâncias do Estado e do Governo. Assumiu, em primeiro lugar, a Presidência da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), entre 1986 e 1989, depois, a posição de Ministro da Ciência e da Tecnologia, entre 1995 e 2002, finalmente, entre 2005 e 2011, foi Ministro da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior. Morreu em Lisboa, no dia 17 de abril de 2015. Ainda que existissem diferenças ideológicas entre nós, sempre considerei e considero José Mariano Gago como um ser humano extremamente inteligente e um grande amigo.

Quanto aos outros membros dirigentes do comité central dos CCR, pode dizer-se que João Vieira Lopes foi um dos fundadores da UDP (União Democrática Popular) e João Bernardo, João Crisóstomo e Rita Delgado, por outro lado, foram fundadores do jornal *Combate*, a que aderiram mais tarde Philippe Mayler, Júlio Henriques, Maria Luísa Melo Carvalho, Luís Leitão, Gerry Vignola e Gabriel Correia. A base analítica e ideológica deste jornal estava totalmente identificada com os princípios de autonomia operária e da sua emancipação social, com base nos seus interesses de classe. A função do jornal era remetida exclusivamente para informações relevantes de greves ou de outras lutas reivindicativas nas fábricas, que foram desencadeadas no período do PREC e que, na generalidade dos casos, eram manipuladas pelos sindicatos e pelos partidos.

A minha participação neste jornal foi extremamente reduzida. Este jornal também possuía a Livraria Contra-Corrente, na Rua da Atalaia. Quando queria comprar ou deixar livros e brochuras para vender ia lá várias vezes. A grande maioria, senão a totalidade, só expunha publicações de tendência marxista radical ou de ultraesquerda. Num sábado, quando lia uma brochura exposta no escaparate, apercebi-me que havia uma reunião da redação do jornal *Combate*. Deparei-me com uma pequena amostra dos processos de Moscovo, promovidos pelo Partido Bolchevique, em 1936. Pelo poder que tinha no jornal *Combate*, João Bernardo criticou asperamente o comportamento contrarrevolucionário



de Júlio Henriques, obrigando-o a fazer uma confissão junto de todos os membros da redação do jornal. Resumidamente, Júlio Henriques não terá aberto a livraria no dia em que estava incumbido. Para João Bernardo terá sido uma falta revolucionária imperdoável. Júlio Henriques tentou justificar-se pela falha, mas foi constringido à desculpa de que não conseguiu. Perante isto, saiu da reunião sem dizer nada e foi pela Rua da Atalaia acima. Eu não tinha nada que ver com a reunião do jornal *Combate*, mas ao ver este comportamento pretensamente revolucionário questioneei a atitude de João Bernardo. Disse-lhe «isto é estalinismo puro, o que fizeram ao Júlio Henriques é deplorável sob todos os pontos de vista.» João Bernardo respondeu mais ou menos assim «não tens nada que dizer sobre algo a que não pertences.»

Para encerrar este assunto da minha participação no jornal *Combate* e postura comportamental de João Bernardo, veja-se a sua versão sobre o conteúdo de um artigo escrito por José Nuno Matos, *O Anarquismo em Portugal, em 1974–1990 — uma Breve Abordagem*, na revista online *Passa a Palavra*, a 6 de abril de 2012. Por razões que decorrem da leitura de alguns textos em que participei e, sobretudo, o relativo «Que futuro para o Anarquismo», na Revista *Utopia*, com colaboração de Mário Rui Pinto, e outras informações que eventualmente recolheu, José Nuno Matos, a dada altura da narrativa do seu texto, arrojou-se a afirmar que eu teria pertencido ao jornal *Combate*.

Sentindo-se espoliado da sua legítima propriedade intelectual, João Bernardo, ao ler o texto de José Nuno Matos, resolveu elaborar este naco de prosa *sui generis*:

*Nuno,*

*Ora aí está uma novidade que me dás, essa de que o José Maria Carvalho Ferreira colaborou no Combate. Nunca o vi por lá, mas talvez eu estivesse a olhar para cima. Dessa época, o único anarquista propriamente dito que se esforçou sistematicamente por manter uma plataforma de colaboração com o Combate foi o Emídio Santana, cuja estatura política e humana não tinha par entre os seus correligionários. E se as iniciativas do Santana não foram para a frente, não foi por culpa do Combate, nem do Santana. Lembro-me de que o jornal anarquista de Almada — como se chamava ele? A Voz*

*Anarquista? elogiou a intervenção da GNR, no Alentejo, contra as UCPs, considerando-a como uma meritória ação anticomunista, logo, antitotalitária. Ouvi também um dos colaboradores desse jornal, um velho tarrafalense, aconselhar o voto no Partido Popular Monárquico por ser federalista e ecológico e influenciado por Proudhon. Como deves saber, o PPM foi fundado pelo Rolão Preto e mal esse anarquista da outra banda imaginava que estava a dar novo fôlego às ambiguidades do Cercle Proudhon de Sorel, Berth e Valois. Não basta a ufologia para analisar o anarquismo português, é necessária também a máquina de viajar no tempo para trás.*

Só tive acesso ao texto de José Nuno Matos a 16 de fevereiro de 2013, com as críticas e as sugestões que foram feitas por alguns leitores. A maioria era de natureza ideológica, mas a de João Bernardo era de um nível intelectual abaixo da média, além de inverdades compulsivas que, a meu ver, caracterizavam a hipocrisia para a mentira, por isso tive de responder deste modo:

*Caros José Nuno e João Bernardo,*

*Porque devem estar a tentar reconstruir a minha biografia, tenho a escrever o seguinte: Na minha trajetória biológica e social, em 1975, perfilhava as ideias e as práticas do marxismo libertário, do situacionismo e do anarquismo. Por essa razão e porque conhecia o João Crisóstomo e o Júlio Henriques, assim como outros membros que participavam no jornal Combate, e frequentava a livraria deste jornal, na Rua da Atalaia, em Lisboa, pese embora não fosse militante do referido jornal, escrevi, na íntegra, um editorial subordinado ao tema Que Conselhos Operários? Para os devidos efeitos, aconselho o José Nuno e o João Bernardo a lerem o jornal Combate, Ano II, n.º 27, 17 de julho de 1975, p. 3.*

*José Maria Carvalho Ferreira*

Claro que a partir desta minha resposta, mais ninguém teve a coragem de se debruçar sobre o artigo do José Nuno Matos, sobretudo João Bernardo.

Pode considerar-se extemporâneo citar este texto, escrito em 1975, no contexto do jornal *Combate*, mas ele elucidava-nos de como pensava e agia, nessa

época. Nos quatro meses em que estive em Portugal, entre junho e setembro de 1975, o clima de agitação social atingiu o seu rubro, no denominado «Verão Quente», atravessado por um tipo de conflitualidade ideológica e política bastante violenta, entre partidos e sindicatos, cujo espectro ia da extrema-direita à extrema-esquerda. Os militares agrupados à volta do COCPON (mais ligado a grupos esquerdistas), do Grupo dos Nove (ligado ao PS) e da Quinta Divisão (ligado ao PCP) tentavam controlar e liderar à sua maneira o processo revolucionário português. Como espetador desse processo, não somente assistia todos os dias a manifestações de uma diversidade ideológica e política imensa, como se esperava a qualquer momento um golpe militar que acabasse com esta agitação na praça pública. O golpe de 25 de novembro de 1975 foi o epílogo que travou, definitivamente, a «transição para o socialismo» em Portugal, sob a batuta do PCP. Aliás, foi por esta razão que, no «Verão Quente de 1975», a região norte do país foi o território perfeito na caça aos comunistas, que queriam implantar, em Portugal, o modelo soviético de «socialismo real.»

Depois do 25 de Abril de 1974 até finais da década de 1980, a partir do momento que regresssei a Portugal, tive oportunidade de conhecer novos amigos e reatar as minhas amizades com outros que já conhecia. As relações sociais ligadas a estas amizades foram criadas devido às reflexões e práticas dos movimentos sociais em que participei, como no convívio e nas várias atividades lúdicas. Por outro lado, neste domínio, importa referir os novos amigos que resultaram da minha integração no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

Esquecendo muitos, não querendo de modo algum hierarquizar amizade, sem ser exaustivo, aqui deixo um pequeno resumo dos nomes com quem partilhei a amizade, no período de 1974 a 1980, quando voltei a Portugal: Gabriela Ferreira Lima, Madalena Robalo, Margarida Robalo, Maria Luiza de Melo Carvalho, Marie Jose Gibard, Maria Conceição Tavares Magos Jorge, Armando Veiga, Gabriel Correia, Maria Helena Vidal, Mário Botas, Anne Marie Delletréz, Maria Del Pilar Fourniés y Rubio (Fany), Pedro Dias, Isabel Castro, Maria da Luz Moita, Ana Neves, Carlos Miranda (Amiguito), José Maria Quadros, Manuel Brazinha, Lina Brazinha, José Serralheiro, João Freire, Graça Oliveira, Isabel Rufino, Adelino Baldé, Helena Dias, Rosa Maria, Artur Pires, David Bernada,

Luzinda Bernarda, Malé, Bernadete Bittencourt, António Macedo, Francisco Trindade, Luís Oliveira, Júlio Henriques, Torcato Sepúlveda, Artur Pais, Maria João Pais, Eduardo Pereira, Alzira Pereira, Fernando Bajinha, Henrique Garcia Pereira, António Machado, João de Brito, Afonso Faria, Paulo Guimarães, Carlos António Nuno, José de Brito, Ramiro Paulo, José Hipólito dos Santos, Serafina Brito, Ilídio Santos, Teresinha Santos, Paulo Santos, Ricardo Pereira (Karpov), José Tavares, Manuel Vieira, Abílio Gonçalves, José Reis Sequeira, Narcisa Sequeira, Emídio Santana, Moisés Silva Ramos, Luís Freitas, Carlos Fontes, Maria Rosalina de Castro Nunes, Manuel Magos Jorge, Mariana Tavares Magos Jorge, Bruno Gonçalves, Mónica Fraga, Teresa Fonseca, Manuel Almeida e Sousa, Jorge Dias Deus, José Luís Felix, José Francisco, Artur Modesto, Luísa Adão, Irene Quintal, Francisco Quintal, Américo Martins Vicente, Jorge Silva e Sousa, Eduardo de Sousa, Eugénia Gomes, Rita Raposo, Rafael Marques, Helena Jerónimo, Cristina Mendonça, Luisa Cruz, Anabela Soriano Carvalho, Maria José Mascarenhas, José Paulo Viana, Manuel Pinho, Luís Chambel, Carlos Pacheco, Helena Serra, José Neves, António Caetano, Rui Vaz de Carvalho, António Cândido Franco, Miguel Serras Pereira, Peter Baldrey, Paula Fonseca, Herculano Lapa, Paulo Jorge, João Samuel Thirion, Cristina Cavaco, José Piedade Vaz, António Garcia Pereira, Carlos Júlio, Teixeira Ribeiro, Ramiro António Murteira, Manuel Guia, João Ferreira, Reis Ferreira, Isabel Rufino, Maria João Macedo, Gerry Vignola, Ana Carreiro, Fernando, António Pedro Braga, Ana Neves, Luísa Lemos Viana, João Manuel Neves, Luisa Gomes, Tita Manarte, Fernanda Morais, Vera Santana, Sofia Osório, Joana Egipto, Teresa Cabral, Joaquim Palminha da Silva, Fausto, Rui Martiniano, Vitorino, Carlos Melo, Luís Fonseca, Gilberto, Albano, João Crisóstomo, José João Santos, Ilona Kovács, Margarida Chagas Lopes, João Peixoto, Sara Falcão Casaca, José Dionísio Ribeiro, Rui Eduardo, Carlos do Vasco, Arménio Murteira, Isabel Ribeiro, Paulo Ribeiro, Rosa Costa, Vítor Romão, Célia Carvalho, Joaquim Coelho, João Costa e Fátima Castro.

Por falta de memória ou até por puro esquecimento, provavelmente, não me lembro de uma série de amigos e amigas que poderiam ser aqui citados, sobretudo aquelas que labutam nas atividades agrícolas da Adegas «Acrata» e afazeres da economia doméstica na Vivenda «Acrata», como são os casos específicos da minha família. No entanto, descurando outros países, pela gratidão profunda que lhes devo

nesta caminhada no planeta Terra devo mencionar aqueles e aquelas que conheci em França, Itália e Espanha, antes e durante o processo revolucionário português, e que continuaram a fazer parte da minha vida, não obstante alguns já terem falecido: António Manuel Anica, Françoise Antony, Jacqueline Reuss, Christian Marchandier (dit Arthur), Claire Auzias, José Maria Nunes, Paco Madrid, Quim Sirera, Etiennete Dejean, Jean Claude Roger, Manuel Ferreira, Miguel Nicole Thirion, Giani Carroza, Eveline Dejean, Mireille Simon Ruback, Mireille Dejean, Silvie Dejean, Rene Lefeuvre, Claude Orsoni, Mimmo Pucciarelli, Eduardo Colombo, Héloïsa Castellanos, Luciano Lanza, Miguel (Barcelon), Amadeo Bertolo, Rosella Di Leo, Marianne Enckell e Ronald Chreagh.

Na lógica relacional interativa da vida que pulsava em Portugal e em França, por uma questão de oportunidade e também de desejo, no mês de setembro de 1975, antes de partir para Paris para retomar a minha vida de emigrante, respondi a um anúncio do jornal *Diário Popular*, que procurava um professor da categoria de Equiparado a Assistente, para dar aulas no ISE–UTL (Instituto Superior de Economia — Universidade Técnica de Lisboa), na especialidade de Economia Política. No regresso a França, voltei novamente a trabalhar como mecânico, seguindo a tramitação rotineira de todos os dias, enquanto tentava resolver o diferendo do arrendamento do apartamento que mantinha com o senhorio.

A 16 de outubro, recebi um telegrama de Rosa Maria, com quem mantinha uma relação privilegiada, com o comunicado de que me deveria apresentar urgentemente em Lisboa, para realizar uma entrevista no ISE–UTL, no dia 17. Assim fiz, comprei o bilhete de avião para o dia seguinte, no horário da manhã. Quando cheguei às instalações do ISE–UTL, na Rua do Quelhas, entrei na sala onde se realizaria a entrevista, deparando-me com uma série de pessoas que iriam ser entrevistadas. Fiquei apreensivo e estupefacto, na medida em que, de entre as 42 pessoas que estavam à espera de serem entrevistadas, tendo sido o último a chegar, fui, no entanto, o primeiro a ser chamado pelo Júri, que era constituído pelo professor António Simões, que mais tarde foi reitor da UTL, e pelo professor Carlos Silva Ribeiro, que viria mais tarde a ser presidente do Conselho Científico do ISEG–UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa).

No meu entendimento, a razão plausível para ter ficado em primeiro lugar neste concurso será por, na altura, ser especialista em Economia Política Marxista, em virtude da licenciatura que adquiri na Universidade de Paris VIII — Vincennes. A sintonia e a identidade ideológica e política entre o que aprendi depois do Maio de 1968 e o processo de «transição para o socialismo» em Portugal, tiveram, igualmente, vantagem nos resultados deste concurso. Daí que hoje me interrogue se, nos dias atuais, não fosse esta relação histórica e científica, provavelmente ficaria em último lugar. Adicionalmente, neste concurso, Manuel Pinto Barbosa ficou em segundo lugar e, mais tarde, viria a ser Reitor da Universidade Nova de Lisboa.

A partir desse momento, ao constatar que a minha vida ia mudar radicalmente, orientei tudo no sentido da mudança e transporte das coisas que me eram imprescindíveis — livros, revistas, discos e roupa. Para consumir com sucesso esta reorientação da minha vida, a minha amiga Isabel Herpin resolveu dar-me um automóvel Renault 4L, que ainda estava em bom estado de mecânica e pintura. Em outubro de 1975, carreguei este automóvel com a minha bagagem e iniciei a minha viagem de Paris para Lisboa.

Nas minhas aventuras da década de 1970, enquanto percorria as estradas da Europa, era normal dar boleia a alguém que pedisse. Assim o fiz, certa vez, quando estava a dezenas de quilómetros da fronteira francesa e da espanhola, antes da minha chegada a Hendaye, pela noite, vi uma pessoa que estava a pedir boleia. Decidi aceitar. Quando estávamos a chegar à fronteira de França com Espanha, surgiram dois polícias vestidos à paisana, que nos levaram para um local isolado, já perto da meia-noite. Nesse local, fomos interrogados de todas as formas, ao mesmo tempo que o interior do automóvel Renault 4L era objeto de grande averiguação, com o intuito explícito de encontrar armas ou explosivos. O propósito destes polícias resumia-se a tentar encontrar algo que nos identificasse como membros da ETA. Passado algum tempo, fui libertado e segui o caminho até Lisboa. Ainda hoje me pergunto o que aconteceu ao homem que me pediu boleia.

Não tive mais problemas até à minha chegada a Lisboa. Depois de tratar de arranjar um local para habitar, fui viver na Rua Senhora do Monte, em Lisboa, com Maria Luiza, Júlio Henriques e Marie Gibard. Passados alguns meses,



Rua Sociedade Cruz Quebradense, em Cruz Quebrada. [Foto de Isabel Castro]

arrendei um quarto na Rua São Bernardo, também em Lisboa, com Teresa Alves, João Ferreira, Maria Manuel e, finalmente, a partir de 1976, fui morar sozinho na Rua Sociedade Cruz Quebradense, na Cruz Quebrada. Residi neste apartamento até 30 de setembro de 2014.

Nesta casa, tive oportunidade de dar expressão de continuidade a atividades revolucionárias e lúdicas que eclodiram após a Revolução de Abril. Digamos que, para mim e para todos aqueles que puderam usufruir dos tempos áureos dos restos dessa revolução, de 1976 até meados de 1979, a Rua Sociedade Cruz Quebradense ficará para a História como a realização privilegiada de festas, da transgressão, do desvio, da criatividade e da liberdade relacional, seja nos domínios da reflexão, seja na emergência de relações lúdicas, sexuais livres, sem tabus e sem preconceitos judaico-cristãos. Em consonância estreita, estavam sempre presentes a música, a dança, os almoços e os jantares, realidades que se transformavam facilmente em festas de prazer e alegria, passando por discussões infinitas sobre a política e a ideologia.

Em consequência, não admira que a quase generalidade das turmas em que fui professor da disciplina de Economia Política do ISE-UTL, entre 1975 e 1980, e alguns alunos de outras turmas de que não era professor, tivessem participado, de forma espontânea e informal, nas festas que organizei. A liberdade

de usufruir de um espaço de liberdade, de criatividade e de festa era fundamental para a aprendizagem da vida. Era como se estivessem a aprender novas modalidades de dança com música «da pesada», do rock e outras músicas, como era o caso manifesto de Jimi Hendrix, Jim Morrison, Carlos Santana, Rolling Stones, Janis Joplin, The Doors, David Bowie, John Lee Hooker, Led Zeppelin, Lou Reed, John Lennon, The Who, Creedence Clearwater Revival, Jethro Tull, Pink Floyd. Com este tipo de festas, qualquer ser humano se desinibia. As mentes e os corpos ficavam disponíveis para relações de prazer a vários níveis, já as relações eram espontâneas e informais, superando os mecanismos de controlo da moral vigente.

Estas festas só foram possíveis durante três anos, após a ocorrência do 25 de Novembro de 1975. No fundo, porque existia ainda uma atmosfera revolucionária que subvertia a tolerância e o controlo dos brandos costumes da sociedade portuguesa. Só dessa forma se tornou admissível que essas festas assumissem situações de uma sonoridade desmedida, na medida em que o prédio onde vivia estremecia do rés do chão ao quarto andar, devido ao volume da aparelhagem sonora. Num primeiro momento, os inquilinos que residiam no andar de baixo ainda protestaram contra esta realidade anómala do som excessivo provocado pela música e pela dança, já que não os deixava dormir. Eu dava uma justificação para a realização das festas, da música e da dança porque tínhamos o direito de viver a revolução a nosso modo. Quando esta justificação não chegava, eu assumia as culpas de todos os desmazelos e irregularidades, razão pela qual as pessoas do prédio esqueciam, facilmente, o impacto negativo destas festas.

Entretanto, em 1978, numa dessas festas, conheci Maria da Conceição Jorge, com quem, mais tarde, tive um relacionamento amoroso, do qual resultou o nascimento da minha filha Carolina de Magos Jorge Carvalho Ferreira, a 1 de Novembro de 1980. A partir do momento em que assumi esta relação, as festas apenas se prolongaram até 1982. O apartamento da Rua Sociedade Cruz Quebradense deixara de ter condições para albergar as festas que ocorriam, normalmente, a partir de situações irregulares, em que o desvio e a transgressão eram muito compatíveis com a bagunça existencial e as hipóteses de vivências do amor livre. Esta decisão também teve muito em conta as necessidades básicas da minha filha, que era bebé.



A contar do momento em que aluguei este apartamento, este serviu sempre de abrigo de publicações, de algumas reuniões da revista *Subversão Internacional*, entre 1977 e 1979, da redação da revista *Utopia*, entre 1995 e 2012, e de sede da Associação Cultural A Vida, de 1994 até 2014. Devo sublinhar outros aspetos não menos relevantes na minha vida pessoal e de muitos amigos. Este apartamento também funcionou como biblioteca e espólio da Associação Cultural A Vida, como local de pesquisa de companheiros do Brasil e de outras nacionalidades, do mesmo modo que foi espaço bibliotecário para leituras e pesquisas dos que procuravam informações e conhecimentos sobre o movimento operário e o anarquismo nacional e internacional.

Quando iniciei as minhas funções de professor, no ano letivo de 1975/76, a ignorância e o medo em assumir a profissão com idoneidade era grande. Por outro lado, também estava motivado e preparado para afrontar os desafios que tinha pela frente e assumir os riscos que tinha pela frente. Na minha mente persistia uma estratégia de mobilidade social e profissional, sendo que estava consciente de que teria de mudar muitas coisas na minha vida, razão pela qual eu me tenha preparado de forma atempada e adequada com leituras aprofundadas de Karl Marx e do marxismo em geral, de modo a cumprir bem os objetivos científicos da estrutura curricular da disciplina de Economia Política. Com a formação que tinha adquirido na Universidade de Vincennes, foi possível dar formação científica e pedagógica com sucesso a duas turmas, com cerca de 40 alunos cada. Diga-se que, estas aulas, ocorreram num grau de agitação social permanente, com base em ideologias de esquerda e de extrema-esquerda, o que me obrigava a privilegiar esses objetos científicos e ideológicos de forma hegemónica.

Neste contexto universitário, onde muitas vezes a ideologia se sobrepunha às razões de ordem normativa e científica, desde o início das minhas funções de professor, não me coibi de exprimir as minhas posições a respeito do Estado, do capitalismo, do «socialismo real» que persistia na URSS, na China, em Cuba e nos países da Europa do Leste, ao mesmo tempo que procurava desenvolver um tipo de conhecimento científico baseado nas obras principais de Karl Marx, como o *Capital* e a *Crítica à Economia Política*. Esta postura comportamental, pela sua originalidade e radicalidade, permitiu que me transformasse num ator

de criatividade e de liberdade no contexto do PREC, face à conjuntura do ISE–UTL. No plano ideológico, o MES (Movimento de Esquerda Socialista) dominava e, logo a seguir, dominavam o PCP e o MRPP (Movimento Revolucionário do Partido do Proletariado). O PS e o PPD (Partido Popular Democrático), mais tarde PPD/PSD (Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata), nesse momento, tinham pouca importância na mobilização do movimento estudantil e dos professores no ISE–UTL.

Dando primazia ao processo pedagógico e conteúdo científico, ideológico e político, nas aulas consegui criar naturalmente empatia com os alunos, de tal forma que as minhas relações com eles dentro e fora da sala de aulas deram azo à criação de situações singulares de amizade e de companheirismo, de festa e de prazer lúdico, ao ponto de os aniversários de cada aluno se transformarem num tempo de afetividade, nas salas de aula em que era professor. Este simples gesto de liberdade pedagógica gerou um certo ruído nos estudantes de outras turmas, dando espaço às críticas, mas também a manifestações de solidariedade e de apoio inequívoco por parte da grande maioria dos estudantes. Foi, aliás, por estas críticas, que a minha relação com os alunos das minhas turmas se expandiu exteriormente, em bases conviviais.

Ainda no ISE–UTL, foi possível construir um diálogo com alguns alunos, o que se transformou na criação de um grupo revolucionário estudantil denominado Brigada Azul. Pelo conteúdo dos panfletos, que foram objeto de elaboração e de distribuição no seio do ISE–UTL, na generalidade dos casos, eram deveras hostis e críticos em relação à ordem social existente nas universidades, ao mesmo tempo que a sua base analítica primava pela defesas de alguns princípios do marxismo radical, ainda que, em alguns aspetos, estivessem ancorados em textos clássicos do situacionismo, com especial incidência para *Miséria do Meio Estudantil* de Mustapha Khayati, *A Sociedade do Espectáculo* de Guy Debord, e o *Tratado de Saber Viver para Uso das Jovens Gerações*, de Raoul Vaneigem. Fazia parte deste grupo espontâneo e informal, Joaquim Varela, José Varedas, João Lobo, Ana Silva e eu. Este grupo não chegou a existir por mais de dois anos, mas não restam dúvidas de que deixou marcas importantes pela crítica corrosiva e o radicalismo dos seus textos ideológicos e políticos no meio estudantil do ISE–UTL.

Este dilema de confronto ideológico que vivenciei como professor no ISE–UTL foi muito mais conflituante e agudo na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Desta vez, por influência do meu amigo Artur Pais, fui convidado a exercer as funções de professor (Equiparado a Assistente) nesta faculdade, no ano letivo de 1975/76. O confronto ideológico entre partidos do espectro de extrema-esquerda, esquerda e direita era bastante acentuado, sendo que o MRPP exercia um poder hegemónico que lhe permitiu realizar o saneamento dos professores, que tinham uma relação direta com a ditadura fascista deposta, ao mesmo tempo que os conteúdos das estruturas curriculares das licenciaturas foram objeto de transformação profunda. Pela via das opções ideológicas e políticas do MRPP, a crítica sistemática à natureza do «socialismo real» da URSS era permanente, sendo, em simultâneo, enaltecidas as realizações do «socialismo real» da China através da leitura de *O Pequeno Livro Vermelho*, de Mao Tsé-Tung.

Nas aulas que ministrava em grandes anfiteatros da faculdade, onde se concentravam mais de 100 alunos, variadíssimas vezes, para cumprir o programa da disciplina de Economia Política, presenciava uma agitação social e ideológica inaudita, sempre a partir da ânsia de acesso ao conhecimento e à informação da parte dos alunos. Na grande maioria dos casos, via-me constrangido a transformar essas aulas em autênticos comícios revolucionários, contrastando os modelos políticos e ideológicos prevaletentes nas sociedades contemporâneas. Os modelos em discussão e em confronto ideológico eram sempre os mesmos: a URSS e a China. Os estudantes que integravam as diferentes fações políticas contrastavam e criticavam, cada qual a seu modo, as contradições, os desvios e as traições revolucionárias do socialismo soviético, como as do socialismo da China e de Cuba, como também a natureza do Estado, do capitalismo, dos partidos e sindicatos do mundo ocidental.

Quando dava as minhas aulas, eu tentava não tomar partido, mas era visto com desconfiança por parte dos estudantes que eram militantes do PCP e do MRPP, realidade que era superada com intervenções específicas aprofundadas sobre a URSS e a China. Embora alguns estudantes e professores não estivessem de acordo com algumas das minhas críticas, consideravam, no entanto, que lecionava as aulas com competência científica, no domínio da Economia

Política, a partir da obra de Karl Marx. No final do ano letivo de 1975/76, tive de optar entre a continuidade na Faculdade de Direito de Lisboa ou no ISE–UTL. Pela experiência que adquiri nas duas instituições e pelas hipóteses que teria para continuar a minha carreira como docente, deixei a Faculdade de Direito esse ano e assumi a exclusividade contratual de professor no ISE–UTL.

A minha tendência para intervir oralmente foi sempre uma constante do estado de revolta que integrava e acompanhava o meu carácter, sobretudo em contextos e situações atravessados pela miséria, a ignorância e a estupidez humana. Daqui nascem, naturalmente, respostas espontâneas e informais que, por sua vez, alimentavam a minha preleção pelas utopias de emancipação social. Entre vários momentos, vivi um exemplo característico desta minha tendência, num comício realizado pelo jornal *A Batalha*, na cantina velha da Universidade Clássica de Lisboa, a 18 de julho de 1976, por ocasião da comemoração de mais um aniversário do início da revolução social em Espanha, entre 1936 e 1939. Nesse comício, estavam presentes velhos militantes anarquistas espanhóis e portugueses que participaram na revolução e, como anfitrião principal, Emídio Santana. A cantina velha estava repleta de estudantes e outros grupos sociais, perfazendo uma média de mil pessoas, sendo, sem dúvida, o maior comício anarquista que se realizou em Portugal, depois do 25 de Abril.

Falou, em primeiro lugar, Emídio Santana, depois, os velhos militantes que tinham participado na guerra civil espanhola. A seu modo, conseguiram enaltecer os feitos maiores da guerra civil em Espanha, assim como o papel da CNT (Confederação Nacional de Trabalho) e da FAI (Federação Anarquista Ibérica), na concretização desses objetivos revolucionários. Criticaram os aspetos nefastos da ditadura franquista, assim como a interferência externa do nazismo, que propiciou a vitória do general Franco sobre as forças republicanas. Todos os discursos primavam por uma análise fria e racional, o que os tornava monótonos e desmotivantes para a assistência presente no comício. Esta maneira de comunicar levou a que assistência começasse a dispersar ou a adormecer. Perante esta situação de desmobilização e apatia, pedi para falar ao Emídio Santana. Esta solicitação foi-me concedida sem qualquer tipo de problema.

Comecei por enaltecer os feitos históricos que considerava mais importantes da guerra civil em Espanha, mas, depressa, passei para as modalidades das

ações coletivas conducentes à emancipação social; descrevi a atualidade dessas ações revolucionárias nas sociedades contemporâneas, tendo por base a autogestão e a autonomia operárias contra o capitalismo e o Estado. Por outro lado, foquei a mentira histórica, personificada pelo «socialismo real» da China e da URSS, assim como pelos partidos e sindicatos. O modo convincente e emocionado como verbalizava a crítica radical do Estado e do capitalismo, de uma forma incisiva e objetiva, transformou a passividade da assistência numa onda de exclamações, de contentamentos, de exaltações e apoios verbais entusiásticos e apoloéticos. Quando acabei o discurso, um homem com alguma idade, com barba e cabelos brancos compridos, veio ter comigo e questionou-me: «Eh pá, se tu és um marxista. O que andas a fazer na reforma agrária?» Este homem era o velho anarquista José de Brito, de quem, a partir de então, me tornei um amigo indefetível.

No período entre 1975 e 1980, participei na elaboração da revista *Subversão Internacional*, que publicou seis números, entre 1977 e 1979. Para além de mim, participaram neste projeto editorial, Júlio Henriques, Aníbal Henriques, Jorge Giro, Joaquim Varelas, José Varedas, Maria Luiz de Mello Carvalho, Gerry Vignola, Samuel Thirion, Luísa Cruz e José Paulo Viana. Esta publicação foi algo importante nos aspetos relacionados com a vida quotidiana porque nos ensinou a aprender a viver de uma forma em que era difícil separar a teoria da prática, quer na elaboração da própria revista *Subversão Internacional* quer, ainda, em tudo o que decorria da produção e distribuição da revista e os aspetos lúdicos da vida quotidiana associados a esse projeto.

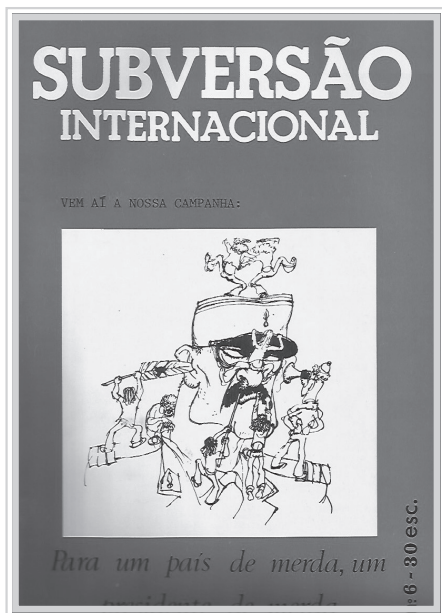
Dentro das atividades militantes do grupo da revista com cariz situacionista, orientada no sentido da criação de situações desviantes e crítica da mercadoria e da sociedade do espetáculo, lembro-me que, no ano de 1978, com base numa proposta de Júlio Henriques, foi criado o Partido das Couves Patrióticas, que tinha uma função explícita de realizar representações teatrais públicas com um intuito de provocação e crítica dos partidos políticos como atores de alienação. Lembro-me que, nessa época, nós os dois fizemos intervenções em várias praças da cidade de Lisboa, culminando com uma apresentação teatral, na Praça de Espanha, próximo ao Teatro da Comuna. O teor dos discursos do Partido das Couves Patrióticas era bastante corrosivo e negativo em relação à ação dos



Partido das Couves Patrióticas em Ação Teatral, na Praça de Espanha, em Lisboa, no ano de 1978.  
Organização da revista *Subversão Internacional*.

partidos, sindicatos, ao Estado e ao capitalismo. Nós tínhamos a intervenção estudada, mas, muitas vezes, a emoção e a espontaneidade levavam-nos para discursos narrativos criativos e erróneos. Nas intervenções públicas que fizemos, tínhamos um conjunto de pessoas da revista *Subversão Internacional* que nos apoiavam no transporte dos adereços e na distribuição de propaganda. Todavia, na Praça de Espanha, esse apoio não foi suficiente, pois quando nos deparámos com uma crítica de militantes do PCP, fomos constrangidos a abandonar o local da intervenção teatral por receio de um episódio violento por parte desses militantes. Esta experiência teatral da *Subversão Internacional* só foi testada nesse ano, sendo depois abandonada definitivamente.

Finalmente, no domínio da atividade política e ideológica, um grupo de amigos constituído por Gabriel Correia, Fernando Baginha, António Pedro Braga, Carlos Miranda, Fernando Muge, Ana Neves, Jaime Mascarenhas, Maria Conceição Jorge, Carlos António Nuno, Aníbal Henriques, Jorge Giro, Luísa Viana, Henrique Garcia Pereira, Luísa Cruz, Luís Leitão, Elsa Leitão, Maria da Luz Moita, João Manuel Neves, Luís Fonseca, e outros amigos cujos nomes



Revista *Subversão Internacional*, n.º 6, dezembro de 1979.

não me recordo, decidiu convidar-me para me candidatar a Presidente da República, nas eleições de 7 de dezembro de 1980, em que António Ramalho Eanes, António Soares Carneiro, Pires Veloso, Aires Rodrigues, Galvão de Melo e Otel Saraiva de Carvalho também já tinham oficializado a sua candidatura. Estas eleições viriam a ser ganhas pelo general Ramalho Eanes.

Para a prossecução deste objetivo eleitoral, fizemos várias reuniões para estruturar a candidatura, sempre com uma grande estratégia de realizar uma crítica radical do Estado e do capitalismo, mas também com uma grande dose de criatividade na forma de ridicularizar essas organizações e instituições, socorrendo-nos da ironia e do «humor negro». Não chegámos a um acordo final para apresentar a candidatura a Presidente da República por vários motivos. Um deles reportava-se às conferências de imprensa, em que pensávamos apresentar como figuras emblemáticas: o Estado, as Forças Armadas e a Igreja, todas personificadas por espécies animais como porcos, burros e cabras. Outro, referia-se às ideias, que não foram suficientemente sugestivas e criativas, tampouco a logística que era necessária para levar por diante tais tarefas. Ainda se conseguiu arranjar duas palavras de ordem para a minha candidatura, que foram consensuais: «Para um País de Merda um Presidente de Merda»; «Para um País Pequeno um Presidente Pequeno.» A primeira palavra de ordem apareceu na capa do n.º 6 da revista *Subversão Internacional*.

Em 1979, ocorreu definitivamente a desistência da candidatura quando apresentei o programa. O grupo de apoio não estava em sintonia com ele. Na verdade, como se denota a seguir, este programa da minha candidatura era muito pouco original e pouco criativo, não se articulando bem com

as simbologias comportamentais que tinham a pretensão de ser corrosivas e críticas em relação ao Estado, ao capitalismo, aos partidos e aos sindicatos, não utilizando o humor negro e a sátira como negação dessas instituições e, conseqüentemente, não valorizando a minha candidatura à presidência da República. Passo a transcrever o texto que apresentei:

### **Proposta para uma Candidatura à Presidência da República**

Considerando:

- 1.º — Que já existem 7 candidatos à Presidência da República;
- 2.º — Que não encontro qualquer razão para não me candidatar;
- 3.º — Que, devido às condições de habitação que atualmente desfruto, preciso, devido a isso, de mudar de casa;
- 4.º — Que o País está em crise permanente, tornando-se possível, em breve, que a vida dos portugueses se torne um caos;
- 5.º — Que há urgência em eliminar de uma vez para sempre a miséria, o desemprego e a exploração de que muitos portugueses são vítimas;
- 6.º — Que, de há quatro anos a esta parte, os sucessivos governos, Presidente da República, exército, patronato, tribunais e polícia, têm degradado e destruído a vida quotidiana dos portugueses de baixa condição social;
- 7.º — Que o País precisa de um milagre nacional.

*Devido a tudo isso e ao tomar consciência profunda da responsabilidade que me cabe enquanto cidadão português, tornou-se um imperativo nacional a minha candidatura à Presidência da República.*

*Proponho, para tal, um programa, que se pode resumir nas seguintes linhas de ação prática, cujas opções são as vias reformistas, radical, mística e utópica. Reformista — na medida em que proponho a todos os portugueses um salário de 20 000\$00 (cerca de 100€) por mês, trabalhando apenas 4 horas por dia em quatro dias da semana. Simultaneamente, será facultado a todos os portugueses a habitação, transportes, escola e saúde gratuitamente. Com estas medidas, pretende-se eliminar de vez o desemprego e a injustiça*



*social de forma: Radical — porque proponho a eliminação do exército, polícia, governo, patronato, tribunais e inclusive o Presidente da República após um mês do seu mandato. Estas medidas têm por objetivo destruir todos os aspetos coercivos que estes poderes exercem sobre os portugueses de baixa condição e possibilitar, assim, que a riqueza consumida parasitariamente por essas mesmas estruturas, seja desviada e consumida para aqueles que a produzem. Mística — Na medida em que a verdadeira independência do nosso País só é conseguida se mantivermos laços políticos, sociais e económicos em simultaneidade com as três forças que atualmente dominam o Mundo — NATO, Pacto de Varsóvia, Países não Alinhados. Como o meu objetivo fulcral é a paz com todos os povos do mundo, conseguiremos sim, porque estamos bem com todos. Utópica — porque pede e exige a todos os portugueses e a todos cidadãos do mundo que acreditem neste possível projeto societário, com muita imaginação, sonho, alegria e vontade de viver. Esta medida tem, como fim, libertar as energias libidinais, quer físicas quer intelectuais, dando azo à festa e alegria permanentes, o que provocará, simultaneamente, a eliminação do atual tédio e ociosidade de que somos vítimas.*

Com esta ação, terminou a minha atividade política de incidência ideológica marxista e situacionista, em 1979. Esta proposta é bem genuína dessa postura, o que não impede que a confusão gerada com a proposição da minha candidatura seja da minha exclusiva responsabilidade, a ponto de não me arrependo absolutamente de nada dessa análise que fiz.





# CAPÍTULO 5



*Entrada e saída do mundo universitário*



## **Os primeiros passos de aprendizagem como professor universitário**

A minha entrada no mundo universitário deveu-se, essencialmente, à conjugação histórica de vários fatores, com especial relevo para a emergência da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974. Em primeiro lugar, devo referir o conteúdo científico, político e ideológico da formação que obtive em Economia Política, na Universidade de Paris VIII — Vincennes. Depois disso, há que sublinhar as características do processo revolucionário português e os seus reflexos na mudança das estruturas curriculares das universidades portuguesas. Em consonância com estas realidades, a resposta ao anúncio do Diário Popular e a consequente avaliação do meu *Curriculum Vitae* estavam em perfeita sintonia com o período histórico da «transição para o socialismo», em Portugal, daí que tenha ficado em primeiro lugar no concurso para professor equiparado a assistente.

Esta formação epistemológica, de cariz marxista e multifacetada, deu-me o conhecimento fundamental para enfrentar os vários problemas do mundo universitário, fossem eles de âmbito institucional, científico, político ou ideológico. De facto, os problemas das universidades portuguesas, após a revolução de abril, só poderiam ser enfrentados e ultrapassados desde que os três pilares essenciais das universidades — professores, estudantes e funcionários — fossem devidamente reconhecidos e integrados num modelo de ação individual e coletivo, assente na liberdade e na criatividade comportamental. Por outro lado, o processo revolucionário exigia novas estruturas curriculares, adaptáveis às reformas educacionais e pedagógicas exigidas pelo PREC, governo e os movimentos sociais revolucionários emergentes. Por razões de constrangimentos temporais e contratuais, iniciei as minhas funções docentes na condição de Equiparado a Assistente, a 17 de novembro de 1975. Este contrato perdurou até 25 de setembro de 1980. Eu tinha a perfeita noção de que o meu percurso profissional de professor no ISE–UTL primava pela fragilidade institucional, profissional e científica. As razões plausíveis dessa realidade provinham de ainda não ter obtido a equivalência da minha licenciatura, nem ter realizado

o mestrado e o doutoramento. Para prevenir esta situação, pedi, em 1976, a equivalência da licenciatura que tinha obtido na Universidade de Paris VIII, ao ISCTE, tendo obtido, nesta instituição, a licenciatura em Economia no ano de 1978, após ter frequentado e sido avaliado em algumas disciplinas.

As primeiras funções docentes no ISE–UTL foram realizadas no âmbito da equipa de Economia Política. Na sua grande maioria, esta era constituída por docentes jovens. Na altura que iniciei as minhas funções no ISE–UTL, esta equipa era coordenada por Alexandre Baptista, sendo, ainda, integrada por Ramos Mendes, Ivo Francisco, Albano Santos, António Marques, Manuel Machado, Manuel Guia, Ângelo Domingues, Rosalina Nunes e Américo Cavaleiro. Era uma equipa muito *sui generis*, que cultivava o espírito de liberdade criativa no cumprimento do programa da disciplina, mas que também era exigente na avaliação anual dos alunos. Para cada docente cumprir o programa bastava saber extrair os ensinamentos básicos da obra de Karl Marx, particulares ao livro I de *O Capital*. Com base neste livro, eram extraídos os elementos científicos que formatavam a epistemologia e a metodologia da disciplina. Destes pressupostos curriculares, há também que compreender as ilações dos contornos hipotéticos de criação de uma sociedade socialista numa fase histórica de transição, mas também de crítica da economia política, que produz e reproduz o capital e o capitalismo. Nas circunstâncias, era fundamental estruturar os programas das disciplinas na obra de Karl Marx, em função do processo de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias articulados com a criação de valor e de mais-valia relativa e absoluta. Por outro lado, as leis de acumulação do capital e as relações sociais de produção despoletavam uma série de contradições com as forças produtivas que importava sobremaneira analisar. Em sintonia com esta crítica da economia política, haveria que compreender cientificamente o papel relevante do capital constante e do capital variável e, conseqüentemente, de trabalho morto e vivo. Com base nestes dois tipos de capital, era muito importante perceber os efeitos do desenvolvimento da composição orgânica do capital, no contexto das leis de acumulação do capital e, por arrastamento, da lei da queda tendencial da taxa de lucro, que tenderia, em última instância, para zero e determinaria uma crise inelutável do modo de produção capitalista.

Nesta equipa, foi possível estreitar os laços de amizade continuada com alguns dos seus docentes, especialmente, com Manuel Guia e Rosalina Nunes. Entretanto, no ano letivo de 1975/76, a minha entrada no mundo universitário alargou-se à Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Depois da experiência que tive nesta faculdade, verifiquei que não podia continuar a lecionar num contexto de instabilidade organizacional, institucional e científica permanentes e, também, porque a minha formação estava mais vocacionada para exercer funções docentes na área científica de Economia e de Sociologia, mais do que nas ciências jurídicas. Em função dos desafios de concorrência e competição que se apresentavam no contexto universitário português, por precaução e estratégia atempada em relação à precariedade do conhecimento que possuía em algumas áreas científicas das ciências sociais, fui forçado a corrigir essas limitações. Só assim se pode explicar a equivalência que me foi concedida, em 1978, pelo ISCTE, em que, para obter a licenciatura de Economia, fui obrigado a frequentar disciplinas de Matemática e de Economia.

As estruturas curriculares das disciplinas, no período do PREC, estiveram sujeitas a grandes mudanças. A disciplina de Economia Política não fugiu à regra, razão por que fosse extinta no ano letivo de 1976/77, ou seja, substituída pela disciplina de Introdução à Economia, no 1.º ano, funcionando como tronco comum das licenciaturas de Gestão de Empresas e de Economia. As necessidades de lecionação desta disciplina aumentaram em razão da existência de 20 turmas. Para responder ao problema, foram integrados vários colegas novos. Para além de mim, passaram a lecionar a disciplina de Introdução à Economia, Cristiano Domingues, Avelino Jesus, Manuel Machado, Fernando Sampaio, Manuel Guia, Domingos Ângelo, Ivo Francisco, Rosalina Nunes, Nelson Heitor e Silva Ribeiro. Mais tarde, no ano letivo de 1979/80, João Rendeiro e Manuel Pinho também integram esta equipa. A grande diferença entre o programa de Economia Política de 1975/76 e o programa de Introdução à Economia, que perdurou até ao ano letivo de 1979/80, reside no facto de o objeto científico de Economia Política centrar-se totalmente na obra de Karl Marx e, por outro lado, servir de instrumentalização e de viabilização do processo de transição para o socialismo em Portugal. No caso específico da disciplina de Introdução à Economia, os

atributos programáticos e científicos dos tempos áureos da transição social e a pertinência do objeto científico da obra de Karl Marx são irrelevantes, razão pela qual tenham perdido o sentido exclusivo de cientificidade no ISE-UTL, persistindo a necessidade de formatar o programa da disciplina com recurso aos autores clássicos e neoclássicos.

Desde o momento em que se dá a estabilização normativa da democracia, em Portugal, as estruturas curriculares das disciplinas sofrem mudanças num sentido progressivo. O caso da disciplina de Introdução à Economia enquadra-se nesses propósitos, daí que o programa tivesse sido objeto de mudanças sucessivas nos anos letivos de 1976 a 1980. São mudanças de cariz epistemológico com ênfase no objeto científico da ciência económica normativa, decorrentes das estruturas disciplinares, extraídas do *mainstream* das universidades internacionais. É por esta razão que a identidade científica do programa de Introdução à Economia, embora ainda focasse a obra de Karl Marx, a proeminência de outros autores e paradigmas científicos, se revelou importante, como foram os casos dos fisiocratas, clássicos, continuadores da obra de John Maynard Keynes e neoclássicos.

Face a estas mudanças e desafios que tinha pela frente, sabia que, para lecionar duas turmas que estavam sob a minha responsabilidade, teria de realizar leituras dos autores que desconhecia. Ainda que tivesse de fazer um esforço acrescido para cumprir, eficazmente, o programa de Introdução à Economia, no geral,

No final das aulas, em convívio com os alunos, na sala de aulas das catacumbas do ISE-UTL, no ano letivo de 1977/1978. Este convívio teve a participação de Kristen Gronielson e Anne Florander, da Dinamarca.

[Fotos de Kristen Gronielson e Anne Florander]





fiquei enriquecido, de tal forma que o conhecimento científico e pedagógico que adquiri potenciou-me, positivamente, junto dos alunos. Devo sublinhar que as aulas que dei evoluíram nas catacumbas da Rua do Quelhas, em Lisboa, ou nas antigas instalações do Instituto Industrial, que pertencia ao ISE–UTL, na Rua Buenos Aires, também, em Lisboa. Estas aulas, até 1979/80, foram sempre estimulantes e ricas de controvérsias ideológicas e políticas. As relações que mantive com os alunos, ainda que se focassem nos aspetos científicos e pedagógicos, tinham outra essência que primava pela amizade e a solidariedade.

À medida que me integrava no universo universitário português através do ISE–UTL, depressa me apercebi que estava na presença de uma instituição universitária centenária e que, se queria continuar nela, teria que proceder imediatamente à realização do meu doutoramento. Depois de ter assistido a uma série de comemorações e leituras da história do ISE–UTL, constatei que a origem do Instituto Superior de Economia (ISE) se deu em 1759, como Aula do Comércio. Em 1869, passou a denominar-se de Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e, em 1911, Instituto Superior do Comércio. Em 1930, conjuntamente, com o IST (Instituto Superior Técnico), o ISA (Instituto Superior Agronomia) e a ESMV (Escola Superior de Medicina Veterinária) formaram a Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Mais tarde, em 1949, o Instituto Superior Comércio passou a denominar-se Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), em 1972, ISE–UTL e, finalmente, em 1990, passou a intitular-se de ISEG–UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa). Mais recentemente, com a extinção da Universidade Técnica, todas as entidades anteriores e o ISEG passaram a integrar, a partir de 2013, a ULisboa (Universidade de Lisboa).

Perante esta evolução institucional e científica do ISE–UTL, no final de 1979, as probabilidades de concorrer a um lugar eram extremamente exíguas, se não impossíveis, devido à inexistência de disciplinas científicas identificadas com as ciências sociais. No fundo, eu estava totalmente motivado para realizar uma carreira universitária no ISE–UTL, mas apenas se o objeto científico da Sociologia pudesse adquirir um estatuto de cientificidade plena no âmbito das ciências económicas. Constatei que, desde o início da minha integração institucional e científica no ISE–UTL, este domínio estava delimitado a um grupo

na área científica de Economia, designado Teorias Sociais. Estrategicamente, o meu dilema consistia em conseguir realizar um doutoramento num país que estivesse identificado com os meus objetivos científicos e linguísticos. Não tendo conseguido uma bolsa numa instituição privada, segui os passos oficiais que me permitiram a dispensa de serviço docente durante 4 anos e, por essa via, usufruir do estatuto de equiparado a bolseiro. Conforme esta realidade, a comissão coordenadora do Conselho Científico nomeou o professor Eduardo Sousa Ferreira elemento de ligação do processo de realização do meu doutoramento na Universidade de Paris X — Nanterre.

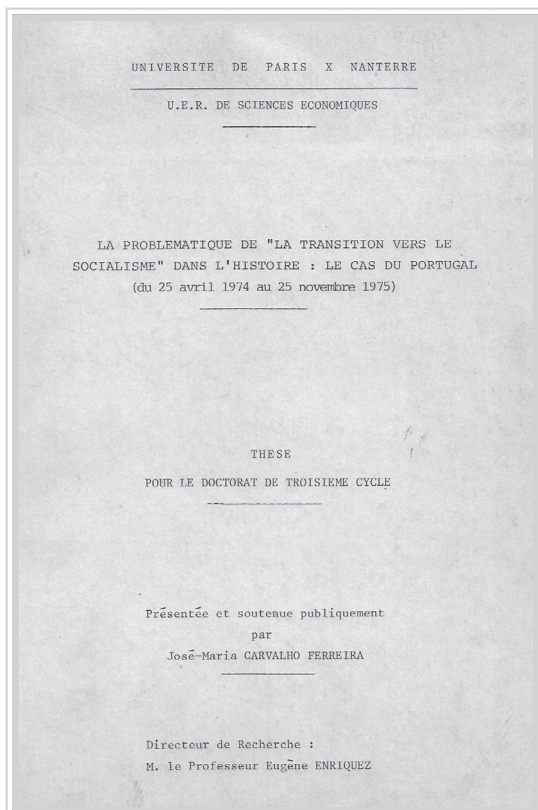
Escolhi esta universidade para realizar o doutoramento pela qualidade do doutoramento e dos professores, mas também pela qualidade e pertinências dos objetos científicos que existiam no departamento de Economia, sobretudo nos domínios da Sociologia Económica e da Psicossociologia das Organizações. Em 1980, eu, Fernando Sampaio e Avelino de Jesus, todos docentes do ISE–UTL, tomámos a iniciativa de realizar o doutoramento em Nanterre, sabendo que tínhamos só 4 anos para concretizar esse objetivo. No início, também era necessário seguir uma fase de escolarização prévia de determinadas matérias lecionadas pelos professores André Nicolai e Eugéne Enriquez e, por outro lado, a obrigatoriedade de uma investigação que daria, no final, azo à realização de uma tese de mestrado (DEA — *Diplôme d'Études Approfondis*). Defendi a tese subordinada ao tema *Aspects de la réforme agraire et de l'autogestion au Portugal (1974–1975)*, na especialidade de Sistemas e Estruturas Económicas, a 18 de outubro de 1981, (Tese de Mestrado sob orientação do Professor Claude Orsoni).

Dando continuidade à minha pesquisa, no quadro da tese de doutoramento, denotei que os problemas epistemológicos e metodológicos persistiam há algum tempo no meu pensamento. A preocupação estratégica da sua elaboração não era algo que fosse simplesmente confinado às necessidades futuras de progressão na carreira de docente no ISE–UTL e, como consequência, de institucionalizar as minhas capacidades e competências, comparando-as com as dos outros concorrentes, aquando as hipóteses de participar em concursos no futuro, para professor associado ou professor catedrático. Para mim, havia outra vertente importantíssima. Em termos de sociologia política, sociologia

económica e sociologia das ideologias, sempre tive, desde 1970, a predisposição de denunciar o carácter mistificador e negativo dos modelos de sociedade socialista instaurados na URSS, na China, em Cuba e noutros países da Europa do Leste. Em consonância estreita com estes pressupostos analíticos críticos, interessava-me perceber os contornos normativos e funcionais dos sindicatos como correias de transmissão dos partidos nesses países. Para dar maior objetividade à historicidade desse processo na atualidade, exemplifiquei a continuidade desse processo histórico com o estudo de um caso de «transição para o socialismo», ocorrido em Portugal, entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975.

Devo relevar que as minhas relações com o professor Eduardo Sousa Ferreira não foram consensuais, daí que, desta vez e muitas outras, tenha de agradecer ao professor Francisco Pereira de Moura que, nas circunstâncias de uma conflitualidade manifesta, arranjou um articulador com a Universidade de Paris X — Nanterre à altura, na pessoa do professor Américo Ramos dos Santos.

O júri da minha tese sobre *La problématique de la transition vers le socialisme dans l'histoire: le cas du Portugal (du 25 Avril 1974 au 25 Novembre 1975)*, com 537 páginas, foi constituído pelo meu orientador professor Eugène Enriquez, os professores Américo Ramos dos Santos, Carlo Benetti e Claude Orsoni, e defendida em Paris, no dia 18 de outubro de 1984. O Júri, no final, avaliou, positivamente, a tese, por unanimidade.



Tese de doutoramento realizada  
na Universidade de Paris X – Nanterre,  
em outubro de 1984.

Ao regressar a Portugal, a primeira manifestação pública de carácter científico que me foi pedida pelo professor Francisco Pereira de Moura ocorreu no ISEG–UTL, logo após a defesa da tese de doutoramento na Universidade de Paris X. Eu sabia que a apresentação incidia na demonstração ou não da minha competência científica. Sabia que iria ser submetido a um tipo de provas públicas informais, em que muitos professores e investigadores do CISEP (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa) iriam estar presentes para observarem *in loco* o teor da minha crítica ao marxismo, reportado ao processo histórico de «transição social» em Portugal. Sabia que a crença e a sensibilidade ideológica dos meus colegas, na sua grande maioria, sobrepuham-se à razão científica, mas tudo isso não me coibiu de expor os meus argumentos analíticos com rigor e até com alguma exaltação. As perguntas e respostas sucederam-se com elevação intelectual e científica, não havendo críticas de baixo nível com intuito de menosprezar ou denegrir o trabalho de investigação que tinha realizado. Por fim, o professor Francisco Pereira Moura fez a síntese final da minha exposição, tendo enaltecido a exposição que tinha feito perante o Júri, na Universidade de Paris X — Nanterre, não escondendo que essa informação lhe tinha sido veiculada pelo professor Américo Ramos dos Santos, que tinha integrado o Júri.

Devo, em todo este processo de realização do mestrado e do doutoramento, enaltecer e agradecer a solidariedade e o trabalho idóneo na pesquisa e na tradução da redação da tese de mestrado a Nicole Thirion — *Aspects de la réforme agraire et de l'autogestion au Portugal (1974–1975)* — assim como a Gabriela Ferreira Lima e a Júlio Henriques, em relação ao doutoramento — *La problématique de la transition vers le socialisme dans l'histoire: le cas du Portugal (du 25 Avril 1974 au 25 Novembre 1975)*.

Este hiato temporal, que me levou a estar em Paris por cerca de 4 anos, teve efeitos práticos na minha situação contratual no ISE–UTL, por via das mudanças legislativas no âmbito do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU). Por consequência, passei da condição contratual de Equiparado a Assistente para Assistente, no período de 26 de setembro de 1980 a 4 de março de 1985. Entretanto, com base nesta tese de doutoramento, iniciei o processo de equivalência em Economia (grupo cinco de disciplinas afins — Teoria Geral

das Ciências Sociais) na UTL. O resultado dessa equivalência traduziu-se em quatro votos a favor e um voto contra. Em função desta decisão, foi-me concedida a equivalência ao título de Doutor pela UTL, no dia 5 de março de 1985. A partir daqui, foram abertas as portas institucionais e científicas para poder progredir na carreira de docente e, desse modo, estabilizar a minha vida profissional, económica, política, cultural e social no ISE–UTL e fora dele. Desde logo, com o doutoramento, passei automaticamente a Professor Auxiliar, de 5 de março de 1985 até 18 de abril de 1989. Foi sintomática a minha possibilidade de liberdade de ação e de decisão no ISE–UTL. Estas aumentaram, não só no campo meramente científico, como também nas hipóteses de assumir a regência de disciplinas das licenciaturas de Economia e de Gestão de Empresas. Por razões óbvias, doravante, passava automaticamente a participar nas reuniões do Conselho Científico. Fui convocado, pela primeira vez, para uma reunião do Conselho Científico, no dia 14 de março de 1985. Recordo, com alguma emoção, as boas-vindas que foram dirigidas pelo professor Francisco Pereira Moura, então presidente do Conselho Científico do ISE–UTL.



Participação na abertura do ano letivo académico do ISEG-UTL.

Embora a formação que tinha recebido na Universidade de Paris X tenha sido na área da Economia, na prática, as aulas dadas pelos professores Eugène Enriquez e André Nicolai focavam-se numa vertente interdisciplinar da Economia, privilegiando as interdependências e complementaridades desses objetos científicos com os objetos científicos das disciplinas da sociologia económica, da sociologia das organizações e da psicossociologia das organizações. Quando lecionei a disciplina de Introdução à Economia, a dado momento, não tinha qualquer predisposição para analisar a economia com base em funções, equações, algoritmos, ou qualquer tipo de formalização matemática. Como consequência, depois do doutoramento, não estava interessado em seguir o caminho que tinha percorrido no ISE–UTL desde 1975 a 1980. Essa desmotivação era tão forte que, mais uma vez, recorri aos bons ofícios do professor Francisco Pereira Moura. No seu gabinete, depois de lhe explicar como me sentia e o que pensava realizar no ISE–UTL, disse-lhe: «Professor, eu não me sinto à vontade, nem motivado ou com capacidade para continuar a lecionar disciplinas que envolvam muita formalização matemática, sendo que a minha identidade e paixão circunscreve-se a lecionar Sociologia.» Respondeu-me dizendo que essa mudança era possível, mas que a única disciplina disponível para concretizar os meus objetivos dizia respeito à Introdução às Ciências Sociais.

Segui o conselho do professor Francisco Moura e integrei-me na equipa de Introdução às Ciências Sociais, que fora precedida de outras, então denominadas, Materialismo Histórico e Dialético e Teoria Geral das Formações Sociais. Como é possível analisar, estas disciplinas emergiram nos tempos áureos da ideologia marxista-leninista. Com a normalização da estrutura curricular das licenciaturas do ISE–UTL, foi criada a disciplina de Introdução às Ciências Sociais, do 1.º ano e do tronco comum das licenciaturas em Economia e em Gestão de Empresas. A responsabilidade desta disciplina estava a cargo da professora Ilona Kovács, que já tinha obtido o doutoramento. Para além de Ilona Kovács, desde a minha integração, no ano letivo de 1984/85, lecionavam na equipa de Introdução às Ciências Sociais, João Carlos Graça, Manuel Almeida Pinho, Maria José Mascarenhas, Mariana Dias, Fernando Leite Costa, Luís Pereira Faria e Marco António Leão. No início, alguns destes docentes olharam com alguma suspeição para a minha presença, por vir

de uma área científica diferente e porque o meu caráter relacional era muito dinâmico, radical e expressivo, de tal modo que o meu comportamento foi confundido com agressividade e ânsia de exercício do poder. O programa das ciências sociais, que antes vivia sob os auspícios ideológicos e científicos do Materialismo Histórico e Dialético, estava confinado ao marxismo-lenismo, elaborado por Marta Harnecker e Louis Althusser. Com as mudanças introduzidas pela disciplina, os conteúdos programáticos da estrutura curricular e disciplinar sofrem alterações radicais, a partir do ano letivo de 1977/78, constituindo-se como objeto científico central da Sociologia, não obstante outras ciências sociais também contribuíssem para o programa da disciplina, com realce para a Antropologia, Ciência Política, Geografia, Demografia e História. Com essa finalidade, o programa recorria ao aprofundamento da análise de autores clássicos e contemporâneos destas disciplinas científicas, aos modelos e paradigmas, sem descurar as suas diferenças epistemológicas contrastantes, abrangendo os diferentes períodos históricos da sua validade científica.

Devo dizer que me sentia sem constrangimento, após ter optado por esta solução. Como docente, evoluí para uma aprendizagem pedagógica e científica mais familiar e identitária, com a crítica que fazia ao Estado e ao capitalismo. Fui adquirindo novas linguagens e, paulatinamente, desprendi-me dos pressupostos do *mainstream* da ciência económica. Alguns economistas apologistas do *mainstream* tratavam a Sociologia com desprezo e minoridade científica, a ponto de catalogá-la como o «reino das ciências ocultas», já que eles se consideravam como os verdadeiros paladinos, autores e progenitores das ciências exatas.

Independentemente destes lugares comuns e da hostilidade que o *mainstream* sentia relativamente às disciplinas sociais, a minha primeira opção estratégica, quando obtive a minha equivalência ao doutoramento, foi tentar criar as condições institucionais e organizacionais para que estes objetos científicos pudessem ser valorizados no ISE–UTL. Este objetivo enfrentou reais dificuldades, já que só havia quatro docentes que tinham o título de doutor, Nuno Valério, Lopes Vieira, Ilona Kovács e eu. Essas dificuldades foram, em parte, superadas com a criação do Núcleo de Ciências Sociais, no plenário do Conselho Científico do ISE–UTL, em 1985. Em articulação estreita com essa decisão, fui eleito para o cargo de coordenador desse núcleo, de 1985 até

1990. Seguindo a mesma estratégia institucional, organizacional e científica, o Conselho Científico do ISE–UTL criou o Departamento de Ciências Sociais, com base nas secções de História, Direito e Sociologia.

A constituição do Departamento de Ciências Sociais representou um acréscimo do poder nos espaços de tomada de decisão do ISEG–UTL. Todavia, isso não evitou que o departamento estivesse sempre numa posição marginal e residual, relativamente às decisões de natureza científica, organizacional e institucional, se tivermos presente o peso dos departamentos de Economia e de Gestão. Foi uma solução institucional e organizacional com alguma lógica, mas espúria cientificamente. Foi sempre um dilema que me acompanhou quando abracei os lugares de coordenador ou de presidente do Departamento de Ciências Sociais. Os obstáculos foram muitos, até 1990, nas escolhas das estruturas curriculares das licenciaturas de Economia e de Gestão. Com a criação do departamento, as fronteiras e limitações que subsistiam em relação à ação do Núcleo de Ciências Sociais foram, em parte, ultrapassadas. A capacidade de negociação e de decisão do departamento fortalece-se no desenvolvimento da sua identidade científica, dando azo à substituição de Introdução às Ciências Sociais pela disciplina de Sociologia, na licenciatura de Economia. No mesmo sentido, amplia-se a continuidade de História Económica e Social e de Direito Económico, nas licenciaturas de Economia e de Gestão. Com a criação das Áreas de Opção Condicionada, na licenciatura de Economia, em Economia Regional e Urbana é criada a disciplina de Sociologia Rural e Urbana. No âmbito de Áreas de Opção Condicionada, em Enquadramento Social da Economia, são criadas as disciplinas de História Económica Portuguesa I e II; Psicossociologia das Organizações; Sociologia do Trabalho e da Empresa; Relações Industriais; e Direito do Trabalho. Na licenciatura de Gestão, não existem Áreas de Opção Condicionada. O Departamento de Ciências Sociais, neste caso, só tem disciplinas obrigatórias em História Económica e Social; Introdução ao Direito; e Direito das Obrigações.

Das diversas disciplinas aqui focadas em resultado das mudanças operadas nas estruturas curriculares das licenciaturas de Economia e de Gestão, no meu caso, passei a exercer as funções de responsável de Sociologia Urbana e Rural e de Psicossociologia das Organizações. Antes, a partir do ano letivo de 1985/86,



fui convidado para responsável da disciplina de Sociologia do Mestrado de Planeamento Urbano e Regional da UTL, envolvendo várias instituições desta universidade: do IST, ISE, ISA. As investigações realizadas no âmbito deste mestrado levaram-me a integrar o Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU), presidido, no início da sua criação, pelo professor António Simões Lopes e, mais tarde, em 1988, passando a denominar-se Centro Investigações Regionais e Urbanos (CIRIUS), presidido pelo professor Manuel Brandão Alves. Devo referir que os professores António Simões Lopes e Manuel Brandão Alves foram incedíveis na amizade e na partilha da aprendizagem dos objetos científicos que integrei na leção das minhas aulas e em projetos de investigação.

### **A luta pelo poder e pelo *status* no contexto universitário**

Foi a partir do momento em que integrei a carreira de docente universitário que me apercebi de vários problemas decorrentes da concorrência e da competição entre professores em luta pelo poder e *status* no ISE–UTL. No final da década de 1980, tive oportunidade de viver uma disputa interna e externa, confinada a lugares no quadro de professor associado e catedrático. Logo à partida, como coordenador do Núcleo de Ciências Sociais, tive de definir uma estratégia de expansão e de criação de lugares de quadro em Sociologia, Direito e História. O apoio de História foi importante, mas a secção de Direito, sem doutorados e sem representatividade formal no Conselho Científico, teve muitas dificuldades em criar as suas valências científicas nos lugares de quadro do ISE–UTL. Essas diferenças de poder traduziram-se na conquista de lugares de quadro no Conselho Científico do ISE–UTL, em 1989. Os departamentos de Economia e de Gestão, seguidos imediatamente pelo Departamento de Matemática, asenhorearam-se do maior número de lugares. Dos 64 lugares de professores catedráticos e associados do quadro, do Departamento de Ciências Sociais, a secção de Sociologia conquistou um lugar de Professor Associado e dois lugares de Professor Catedrático, enquanto que o grupo de História conquistou dois lugares de Professores Associados e dois lugares de Professores Catedráticos. O grupo de Direito só teve direito a um lugar de Professor Associado.

Para ter uma base de valorização científica e profissional, teria que seguir o caminho da investigação científica, recorrendo à publicação de artigos em revistas de especialidade de reconhecido mérito pela comunidade científica nacional e internacional. Este dilema nunca me atemorizou, na medida em que as posições críticas que assumia relativamente à sociedade não eram benquistas pela grande maioria dos professores que me rodeavam. Como me sentia melhor na elaboração de artigos com base em epistemologias e metodologias qualitativas, não tinha receio algum em desenvolver análises e reflexões desse tipo para abordar qualquer fenómeno científico. Nunca separei a ideologia da política, nem a economia do social, nem a ciência da sociedade. Depois de serem devidamente institucionalizados e formalizados os lugares de quadro no ISE–UTL, foi aberto concurso para o grupo de Sociologia. No final, fiquei em segundo lugar no concurso para Professor Associado da Secção de Sociologia, a 19 de abril de 1989. Diga-se que, em conformidade com as mudanças institucionais ocorridas, no ano seguinte, o ISE–UTL, passou a denominar-se ISEG–UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão).

A concorrência entre professores universitários de diferentes categorias — professores auxiliares, associados ou catedráticos — é, muitas vezes, perversa e atravessa, inexoravelmente, a estrutura psíquica, mental e física de qualquer professor ou investigador que vive intensamente a vida universitária. Pretender ou chegar a ser o melhor do mundo implica sujeitar-se a uma série de situações enganadoras e alienantes, sempre expostas à conquista e ao exercício do poder, sempre em função da avaliação da espada de Dâmocles desconhecida. Não admira assim, que muitos dos concursos que têm lugar no quadro legal do ECDU (Estatuto da Carreira Docente Universitária) desprezem a avaliação do professor pedagogo, que emerge como ator comunicacional de conhecimento científico, na sala de aula. Os concursos nas universidades para professores associados e professores catedráticos silenciavam e minorizavam estes aspetos comunicacionais e relacionais e, sobretudo, a capacidade dos professores de se tornarem aprendentes com os alunos, relegando a transmissão de conhecimentos para uma situação secundária.

Desde o início das minhas funções como coordenador do Núcleo de Ciências Sociais sempre houve uma estratégia explícita do Núcleo em chegar a



Espaços modernos construídos no ISEG-UTL, após a década de 1990, com a parte tradicional do edifício em segundo plano, que dista do período histórico medieval.

departamento, como já tinha acontecido com as áreas científicas de Economia, Gestão e Matemática. Era um imperativo conseguir os mesmos atributos institucionais, científicos e organizacionais para o Núcleo de Ciências Sociais. Chegar à condição de departamento implicava a expansão das áreas científicas que, há muito, as três secções almejavam. Se o Núcleo de Ciências Sociais

tinha perdurado de 1985 a 1990, era fácil deduzir que, por tudo aquilo que já tinha conseguido em cinco doutorados e realizações científicas, estava demonstrada a saciedade que, em função da legislação em vigor, tinha chegado o momento do Núcleo de Ciências Sociais passar a departamento. Com a realização do doutoramento de Carlos Bastien Raposo, em História Económica e Social, no ano de 1990, e a sua associação com outros doutores já existentes (Nuno Valério, Ilona Kovács, Ana Bela Macias Nunes e eu), foram criadas as condições necessárias e suficientes que estiveram na origem da criação do Departamento de Ciências Sociais no ISEG–UTL, em 1990.

Esta formalização e institucionalização do Departamento de Ciências Sociais, à partida, estava vocacionada ao fracasso, caso não fossem criadas as soluções de interdependência e de complementaridade que permitissem chegar a uma identidade coletiva nos planos científicos e pedagógicos sistemáticos. No quadro da sua autonomia disciplinar, organizacional e institucional, cada uma das áreas teve a capacidade de se valorizar na nova realidade científica departamental do ISEG–UTL, ainda que funcionando mais como instrumento subalterno das estratégias e desígnios científicos dos outros departamentos que detinham o poder.

Como tinha sido apanágio nos anos precedentes, para mim, era fundamental que o Departamento de Ciências Sociais não ficasse restringido a uma situação de marginalidade e de menoridade científica em relação aos outros departamentos. O exercício do poder, neste domínio, era exercido pelo Conselho Científico. Nestes parâmetros, exerci as funções de membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISE–UTL e do ISEG–UTL, nos períodos de 5 maio de 1986 a 25 de novembro de 1992, de janeiro de 1995 a finais de 1996 e de 4 de janeiro de 1999 a finais de 2000, mais tarde, de 8 de janeiro de 2003 a 13 de janeiro de 2005. Por último, com a nova legislação introduzida pelo novo ECDU, fui membro do Conselho Científico do ISEG–UTL, entre 2009 e 23 de março de 2010.

Na conjugação de interesses conflitantes permanentes e das disputas de poder nem sempre convergentes, e quase sempre favoráveis àqueles que detinham as soluções consensuais, sempre extraídas de razões duvidosas do *mainstream* da Economia, da Gestão e da Matemática, o Departamento de

Ciências Sociais conseguiu conquistar quatro lugares de quadro de professores catedráticos e quatro lugares de professores do quadro para associados, ao mesmo tempo que eram criados títulos de Agregação para as áreas científicas da História e da Sociologia. Estas conquistas de institucionalização e de formalização científica de lugares de quadro e de títulos de agregação no ISEG–UTL, revelaram-se fundamentais, tanto mais que permitiu o exercício pleno, livre e criativo das funções de professor, naquela época, desde assistente estagiário a professor catedrático, agora de professor auxiliar a professor catedrático, mas também de legitimar a aquisição do título de agregado e expansão da formação e educação para qualquer estudante de pós-graduação que quisesse realizar a sua investigação nas áreas científicas no ISEG–UTL.

Devido à exiguidade de disciplinas que integravam o Departamento de Ciências Sociais nas várias licenciaturas que existiam no ISEG (Economia, Gestão, Matemática Aplicada à Economia e à Gestão) até 1992, na composição da estrutura curricular dessas licenciaturas, só existiam as disciplinas de Direito Comercial, Direito Comunitário, Introdução ao Direito e Direito das Obrigações, da secção de Direito, na licenciatura de Gestão; e, por outro lado, as disciplinas de Direito Comunitário e Direito Económico, da secção de Direito, na licenciatura em Economia; a disciplina de História Económica e Social, da secção de História, nas licenciaturas em Economia e de Gestão; e, por fim, a disciplina de Sociologia, da secção da Sociologia, na licenciatura de Economia; e a disciplina de Sociologia do Trabalho e da Empresa, da secção da Sociologia, na licenciatura de Gestão.

Ainda focado na expansão do departamento e, mais especificamente, na Secção de Sociologia, após já ter sido criado o mestrado em História Económica e Social, em 1992, logo a seguir, foi criado o mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica. Este mestrado tinha uma base interdisciplinar, ainda que privilegiasse o objeto científico na Sociologia, na Sociologia do Trabalho e na Sociologia Económica e das Organizações. Pretendia desbravar o terreno da pós-graduação do ISEG–UTL, num sentido em que a sociologia ganhava o estatuto de autonomia e de identidade que lhe faltava, ao mesmo tempo que deixava de ser o parente pobre das áreas científicas da Economia, da Gestão e da Matemática. Na formulação da estrutura

curricular do mestrado, a interdisciplinaridade esteve, desde o início, representada por outras áreas científicas. Com as mudanças exigidas pelo Processo de Bolonha, o mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica foi extinto, no ano letivo de 1999/2000, sendo substituído pelo mestrado de Sociologia Económica e das Organizações.

Quando a reflexão sobre o Processo de Bolonha se desenvolveu nas universidades portuguesas, por razões várias de incidência profissional, a um dado momento, já tinha chegado à conclusão que para construir um edifício científico, no sentido metafórico do termo, de modo a albergar a formação e a educação de alunos da graduação e da pós-graduação de qualquer instituição universitária, não bastava construir o «rés do chão» (licenciatura), se considerarmos que seria um lugar nuclear da formação e ensino da graduação. Na pós-graduação, que consiste no ensino e na formação para a obtenção do grau de mestre, é imprescindível obter, previamente, a licenciatura para chegar ao «1.º andar» (mestrado). Por fim, mais uma vez, em termos de comparação com um hipotético edifício de 2 andares, o «2.º andar» (doutoramento), na pós-graduação, é o lugar da criação, da reflexão e da elaboração analítica aprofundada, em que o estudante doutorando tem de demonstrar atributos de inteligibilidade e criatividade científica, que lhe permitem redigir uma tese de doutoramento com cabeça tronco e membros.

Esta analogia, com a implementação do Processo de Bolonha em Portugal, já me tinha alertado para a adversidade científica e institucional do Departamento de Ciências Sociais e, mais concretamente, para a secção de Sociologia. No fundo, a minha luta e ação individual e coletiva resumia-se, a um dado momento, a potenciar o Departamento de Ciências Sociais a ocupar plenamente o «rés do chão», o «1.º andar» e o «2.º andar» do edifício científico, institucional e organizacional do ISEG–UTL e, conseqüentemente, a desenvolver autonomamente a sua licenciatura, mestrado e doutoramento. Estes últimos foram conseguidos, mas o primeiro grande desiderato da criação de uma licenciatura revelou-se uma grande frustração. Sempre puxei mais pela Secção de Sociologia, mas isso não obsta que pese, embora a comunidade científica do ISEG–UTL ter sido grande protagonista da democracia, nunca esquecerei que foram 5% dos professores do *mainstream* do ISEG–UTL que

sabotaram, no senado da UTL, a votação democrática de 95% de professores no Conselho Científico, favoráveis à criação da primeira licenciatura do mundo, intitulada Sociologia Económica.

A minha participação como professor nestes três domínios científicos, desde que entrei no ISE–UTL, foi sempre (ou quase sempre) através de hipóteses ou tentativas baseadas em momentos de emotividade, criatividade e liberdade, mas também, para ser verdadeiro para comigo próprio, alguns desses momentos foram menos bons e padeceram de uma irregularidade comportamental negativa da minha parte, sobretudo durante o exercício do poder que detinha, relativamente a alguns alunos, docentes e funcionários.

Expondo agora as minhas funções como docente no ISE–UTL, numa lógica explicativa cronológica, as mesmas começaram no ano letivo de 1975/76, com a disciplina Economia Política, 1.º ano da licenciatura em Economia. Desde 1976 a 1980, lecionei a disciplina Introdução à Economia, do 1.º ano das licenciaturas em Economia, Organização e Gestão de Empresas. Entre os anos de 1984 a 1986, lecionei a disciplina de Introdução às Ciências Sociais, do 1.º ano das licenciaturas em Economia, Organização e Gestão de Empresas. Nos anos letivos de 1988 a 1993, fui responsável e lecionei a disciplina de Sociologia, do 2.º ano da licenciatura de Economia. Mais tarde, de 2002 até 2009, lecionei e fui responsável pela disciplina de Sociologia, no 1.º ano da licenciatura em Economia. Entre 1990 e 1993, fui responsável e lecionei a disciplina de Sociologia Rural e Urbana da licenciatura em Economia (opção condicionada de Economia Regional e Urbana). Desde o ano letivo de 1993/1994 até ao ano letivo de 2001, lecionei e fui responsável pela disciplina optativa de Sociologia Rural e Urbana, do 4.º ano da licenciatura em Economia. De 1993 a 1995, fui responsável e lecionei a disciplina de Psicossociologia das Organizações, do 2.º ano da licenciatura de Gestão, sendo que, no ano de 1996/1997, esta disciplina passou para a estrutura curricular do 1.º ano da licenciatura em Gestão. Ainda fui responsável e docente da disciplina de Psicossociologia das Organizações, no quadro curricular da licenciatura em Economia (opção condicionada de Enquadramento Social da Economia), desde o ano letivo de 1990/1991 até ao ano letivo de 1992/1993. Fui também responsável e lecionei a disciplina Comunicação e Negociação (optativa livre

das licenciaturas em Economia, Gestão, Finanças e Matemática Aplicada à Economia e Gestão), desde o ano letivo de 2003/2004 até 2009/2010. Mais uma vez, do ano letivo de 1994/1995 até 2000/2001, fui responsável e docente da disciplina de Sociologia Política (optativa do 4.º ano da licenciatura em Economia).

No que diz respeito ao domínio dos mestrados, tive funções de docência e responsabilidade em algumas disciplinas que me importam referir. Por razões de identidade científica e relacional com os professores António Simões Lopes e Manuel Brandão Alves, desde cedo, comecei a lecionar e fui responsável pela disciplina de Sociologia, de 1985 a 1998, no curso de mestrado em Planeamento Regional e Urbano, envolvendo o IST, ISE e ISA da Universidade Técnica de Lisboa. No âmbito do curso de mestrado em Economia e Política Social do ISEG–UTL, lecionei e fui responsável pela disciplina de Sociologia das Organizações, de 1991 a 1996. Neste mesmo mestrado, fui responsável pela disciplina Sistema Político e Organizações, no ano letivo de 2002/2003. Fui responsável e lecionei a disciplina Metodologia de Investigação Social, do mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica, nos anos letivos de 1993/1994 e 1994/1995. Fui responsável e lecionei a disciplina de Psicossociologia das Organizações, do mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica, de 1992 a 2006. Fui responsável pela leção do módulo sobre o Estado, na disciplina Política Social, do curso de mestrado em Economia e Política Social, em 1991/1992. Fui responsável e lecionei a disciplina de Teoria das Organizações, do mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica, de 1996 a 2009. Fui corresponsável e docente de Sociologia Económica II, do mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica, no ano letivo de 1992/1993. Fui responsável pelo seminário *Aspectos Sociais do Trabalho e das Organizações*, do 8.º curso de mestrado em Economia, em 1988/1989. Por último, fui responsável e lecionei a disciplina Movimentos Sociais no Contexto da Globalização (optativa livre do curso de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), de 2008 a 2010.

Em simultâneo com as minhas funções docentes no ISE–UTL e ISEG–UT, acumulei as funções profissional e académica, na Faculdade de Direito da



Universidade Clássica de Lisboa, no ano letivo de 1975/1976, lecionando a disciplina de Economia Política. Em funções privadas de formação, também estive inserido num curso de formação em Comportamento das Organizações no curso de Gestão Bancária e Seguros, no quadro institucional do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, desde o ano letivo de 1991/1992 a 1994/1995. Por outro lado, tive a responsabilidade da leção do módulo de Teoria do Comportamento, no curso da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, de 2002 a 2006. Ainda estive reportado a outras funções de docência e de formação em universidades públicas e privadas no Brasil, mas essa explicitação é passível de ser visualizada na Bibliografia, que constará no último capítulo deste livro.

Em qualquer das situações em que tivesse de demonstrar as minhas competências profissionais, científicas, pedagógicas e relacionais na condição de professor universitário, como docente ou responsável de qualquer das disciplinas que evoquei, na generalidade dos casos, demonstrava um conjunto de atributos e capacidades que agradavam a colegas docentes, a estudantes e funcionários. Mas a dado momento cronológico desse processo no ISEG–UTL, essas valências ficaram, por vezes, fragilizadas, sobretudo nos primeiros anos letivos da década de 1990, em que foi necessário elaborar novos programas de disciplinas que passaram a integrar as licenciaturas de Economia e Gestão ou que foram solicitadas por vários mestrados do ISEG–UTL. Numa parte delas, eu era o responsável e tinha por obrigação lecioná-las. Por outro lado, na disciplina de Sociologia, por imposição da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, as aulas teóricas passaram a ser separadas das aulas práticas, ficando eu o responsável pelas aulas teóricas.

A Secção de Sociologia, neste contexto, foi obrigada a contratar mais docentes, tendo, em 1994, atingido 17 docentes, sendo quinze assistentes e dois doutorados. Como a política científica da secção era pautada pela exigência estratégica de levar a que a grande maioria dos assistentes realizasse o doutoramento, muitas vezes, impelia-os para a consecução prioritária desse objetivo, recorrendo sempre ao estatuto de equiparação a bolseiro do Estado ou a uma bolsa de instituições privadas vocacionadas para o efeito. Todavia, nestas circunstâncias, para colmatar a falta de docentes que enveredavam pelo

doutoramento, persistia a necessidade de substituir esses docentes. Por outro lado, não era possível realizar novas contratações pela Secção de Sociologia, o que me levava a dar as aulas por solidariedade e por necessidade estratégica de expansão do grupo. O resultado lógico foi lecionar e preparar várias disciplinas novas depressa, o que levou a que, sobretudo as aulas teóricas de Sociologia, fossem mal lecionadas, por vezes por mim, com omissões, erros e especulações científicas. Apercebendo-me dessas falhas metodológicas, pelos olhares e perguntas dos alunos, fiz a introspeção avaliativa do exercício da quantidade de disciplinas de que eu era responsável e reorientei-me, exclusivamente, para as disciplinas de Psicossociologia das Organizações, Teoria das Organizações, Comunicação e Negociação e Movimentos Sociais no Contexto da Globalização.

Incindindo a minha evolução comportamental para o tempo da docência no ISEG–UTL, era-me demasiado evidente que, no plano institucional do poder, do prestígio social e das condições monetárias, quando me tornei professor catedrático, em 1994, tinha chegado à plenitude dos máximos desígnios estratégicos e táticos que poderia almejar em qualquer Universidade. Porém, a minha paixão pelo objeto científico da Sociologia, a criação e a expansão de um tipo de investigação interdisciplinar, potenciaram essa disciplina a um nível de grande qualidade científica, traduzida numa grande visibilidade social do SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações), a nível nacional e internacional. Esta projeção científica tinha de ser expressa num objeto científico singular, só passível de formação ao nível da licenciatura. Desse modo, fomentaram-se motivações, necessidades e objetivos intrínsecos que me levaram a sistematizar uma série de reivindicações e de mudanças substantivas no ISEG–UTL, que passaram indelevelmente pela transformação do estado da sociologia, de um mero instrumento disciplinar das licenciaturas de economia e gestão, para se autonomizar e construir a sua identidade como objeto científico, distinto das outras licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Sempre insisti nessa hipótese, sobretudo quando o número de doutorados da secção de Sociologia atingiu o número de 17. Em termos de competências e de expansão, estavam criadas as condições necessárias e suficientes para criar

um objeto científico novo, no final do século XX e princípios do século XXI, que estivesse identificado com as valências das ciências sociais. As negociações e sugestões com a secção de História foram difíceis de concretizar, já o mesmo não aconteceu com a secção de Direito. A nossa intenção era criar uma licenciatura em Sociologia Económica, mas com os condicionalismos impostos pela secção de História, a secção de Sociologia teve que ceder no aspeto formal do nome da licenciatura e, por outro lado, do número de disciplinas que corresponderia a cada secção do Departamento de Ciências Sociais e dos departamentos de Economia, Gestão e Matemática.

Não obstante todos os condicionalismos e indecisões, no dia 25 de março de 2001, foi apresentada a proposta de uma nova licenciatura em Administração Económica e Social. No cômputo geral das disciplinas que integravam esta licenciatura, das 34 disciplinas obrigatórias e 6 optativas, a interdisciplinaridade sobrepunha-se a qualquer veleidade de hegemonia dos diferentes objetos científicos que a integravam. Embora Sociologia estivesse bem representada com 9 disciplinas, Economia tinha o maior número, com 10; já História, Direito e Matemática tinham 4; e Gestão tinha 3. Estas disciplinas perfaziam uma base de apoio e de acordo geral para ser objeto de uma proposta no conselho científico do ISEG–UTL. Atempadamente, foram realizadas conversas, reuniões e esclarecimentos de todo o tipo entre os departamentos e os professores que detinham o poder no conselho científico na altura. Como estive presente em todas essas reuniões, senti que havia, na própria secção de Sociologia, uma certa desmotivação relativamente ao conteúdo da proposta, nomeadamente no que tocava o conteúdo da estrutura curricular e a natureza formal do nome da licenciatura, o que, segundo eles, descaracterizava o objeto científico da Sociologia. Dos outros departamentos, só encontrava um *sim* formal, mas repleto de sentido negativo, na hora da votação da sua legitimação e institucionalização.

Assim se passou. Foi marcada uma reunião do plenário do Conselho Científico com o propósito de aprovar ou não uma nova licenciatura, denominada Administração Económica e Social. Como era habitual nestas circunstâncias, o presidente do conselho científico, o professor Jorge Santos, deu-me a palavra para expor a proposta. Durante cerca de quinze minutos expus as

várias dimensões científicas e estratégicas do valor heurístico da proposta, não somente pela sua originalidade e necessidade de integração no contexto das licenciaturas do ISEG–UTL, mas também pelas competências de docência que existem na secção de Sociologia. Argumentei que era uma licenciatura baseada numa estrutura curricular interdisciplinar que iria colmatar as necessidades de formação académica numa área científica original que não existia em Portugal. Os professores Vítor Martins e José Luís Cardoso, do Departamento de Economia, rebateram as bases da minha argumentação, dizendo que era prematuro aprovar a licenciatura. Perante esta adversidade da oposição surgida em relação à criação desta licenciatura, mais nenhum colega do Departamento de Ciências Sociais e da secção de Sociologia levantou a voz para defender a proposta. Sentindo-me desarmado pela falta de identidade e de solidariedade coletiva, fiquei desmotivado para continuar a minha argumentação na defesa da licenciatura. O presidente do conselho científico, perante este quadro, perguntou-me: «Carvalho Ferreira, manténs ou retiras a proposta?» Claro que só tinha uma resposta a dar, depois de consultar os meus colegas do Departamento de Ciências Sociais: retirei a proposta da criação da licenciatura em Administração Económica e Social, sem sequer ter ido a votos.

No seguimento lógico e cronológico desta iniciativa, a continuidade da discussão sobre a instauração do Processo de Bolonha, em Portugal, veio introduzir uma série de mudanças científicas e pedagógicas que importa relevar. A sua importância começa a ter espaço no ISEG–UTL a partir do ano letivo de 2002/2003. Estavam em análise, não somente o horizonte temporal dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, correspondentes às licenciaturas, mestrados e doutoramentos, mas também dos conteúdos dos programas e estruturas curriculares das disciplinas. Claro que uma das opções claras do Processo de Bolonha consistia na homogeneização dos programas e dos horizontes temporais das licenciaturas, mestrados e doutoramentos que correspondessem às exigências do mercado nacional e internacional, quer do ponto de vista da formação e aprendizagem dos alunos quer das competências dos professores. Por outro lado, persistia o pressuposto da exigência de uma nova pedagogia que desse azo a relações interpessoais dialógicas entre professores e alunos, no sentido de uma aprendizagem horizontal, afetiva e harmoniosa.

Este compósito de discussões, reflexões e análises, por vezes, gerava situações de conflitualidade e de ignorância extrema, uma vez que cada professor pensava, exclusivamente, na continuidade da sua disciplina no plano de estudos que estava a ser objeto de reformulação por imposição do Processo de Bolonha. Lembro-me que, durante uma reunião para discutir as relações interpessoais entre professores e alunos, assim como o processo de aprendizagem de conhecimentos científicos na sala de aula, entre a quase totalidade de professores catedráticos e associados presentes, eu propus uma solução compatível com as exigências do Processo de Bolonha, mas não houve uma única voz que apoiasse a minha proposta. Para mim, era evidente que deveria ter sido elaborada uma proposta consentânea com uma aprendizagem dialógica entre professores e alunos na sala de aulas, evitando a reprodução mecânica dos lugares comuns de uma mera transmissão de conhecimentos, baseada na autoridade hierárquica do professor.

Na minha opinião, bastava que se realizassem mudanças substantivas nas relações interpessoais entre professores e alunos, orientadas no sentido de um comportamento horizontal e na emergência de relações sociais espontâneas e informais. A proposta que descrevi foi que cada disciplina devia ter um caráter genérico, servindo de modelo para todas as licenciaturas do ISEG–UTL, incluindo uma carga horária de cinco horas semanais de lecionação para cada disciplina, duas horas de aprendizagem obrigatória nos centros de investigação do ISEG–UTL, fora das salas de aula. Depois de argumentar as bases destas mudanças, com o propósito de acabar com um tipo de comunicação deduzido da transmissão mecânica de conhecimentos, procurando incutir uma aprendizagem do conhecimento científico nos centros de investigação, a resposta da totalidade dos professores presentes foi inequívoca. A minha proposta não passava de um sonho utópico. Mantive a proposta e foi objeto de votação, tendo a totalidade dos professores presentes votado contra, sendo que só eu votei favoravelmente.

Antes de se iniciar a discussão sobre o Processo de Bolonha, para mim, subsistia a necessidade intrínseca de voltar a propor uma nova licenciatura reportada ao Departamento de Ciências Sociais. Tinha aprendido a lição, no que respeitava os contornos das exigências institucionais e científicas do poder

estratégico dos professores catedráticos e associados, sem esquecer os professores auxiliares. Desta vez, com o apoio de João Peixoto, Rafael Marques e Ilona Kovács foi elaborada uma solução mais coerente com os desígnios do objeto científico da secção de Sociologia, reflexão que deu azo a uma proposta de criação de uma nova licenciatura denominada Sociologia Económica. Para os devidos efeitos, entrei em contacto com uma série de professores disponíveis e motivados para participarem na discussão da referida proposta, a partir de um olhar crítico e de partilha, com base no objeto científico do departamento a que pertenciam. A proposta final da nova licenciatura em Sociologia Económica foi assinada por dezoito professores dos quatro departamentos do ISEG–UTL, que participaram desde o primeiro até ao último momento da sua elaboração, a 25 de março de 2003. Para que conste, refira-se, para além de mim: Ilona Kovács, João Peixoto, Rafael Marques, José Luís Cardoso, João Carvalho das Neves, Vítor Martins, João da Silva Ferreira, Manuel Alves, João Ferreira do Amaral, António Pires Caiado, António Goucha Soares, Maria Leonor Freire Costa, João Manuel Andrade Silva, Carlos Barros, Adelino Torres e Luís Filipe Nazaré.

Este foco de credibilidade e competência de análise e reflexão sobre o conteúdo do objeto científico desta licenciatura foi alargado e aprofundado nos pedidos de pareceres a seis professores nacionais e internacionais, que possuíam grande credibilidade científica e pedagógica no domínio da Sociologia Económica. Uma das facetas que estes pareceres enalteciam consistia na sua manifesta originalidade do objeto científico e da sua estrutura curricular. No mais, a centralidade científica da Sociologia estava bem articulada com a interdisciplinaridade no quadro das estruturas curriculares das ciências sociais. A este facto acresce, ainda, a originalidade de a licenciatura em Sociologia Económica preencher uma lacuna científica nas várias universidades do mundo, quer nos seus aspetos formais, quer de conteúdo. Elaboraram os diferentes pareceres: António Simões Lopes, Enzo Mingione, Philippe Steiner, Richard Swedberg, Manuel Villaverde Cabral e Alfredo Bruto da Costa.

Do momento em que foi obtido um consenso generalizado entre participantes dos departamentos de Ciências Sociais, Economia, Gestão e Matemática, em relação à estrutura curricular da nova licenciatura em Sociologia Económica, foi enviada a proposta de criação da licenciatura em Sociologia Económica,

a 25 de março de 2003, ao professor Nuno Valério, que era o Presidente do Conselho Científico do ISEG–UTL. A proposta, em síntese, redigida pelos professores Rafael Marques e João Peixoto, destacava os aspetos positivos da nova licenciatura no que concerne a originalidade científica da sua estrutura curricular, das suas ilações positivas decorrentes do estudo preliminar, que tinha sido realizado em termos de oferta e procura dos cursos de sociologia, em Portugal, ao mesmo tempo que se fazia referência ao impacto de uma nova licenciatura na área científica em Sociologia Económica, no mundo. Por último, era dado valor sintomático aos aspetos metodológicos da nova licenciatura pelo modo como foram equacionados os critérios de acesso e adaptação ao Processo de Bolonha, no ensino superior em Portugal, no que se refere ao 1.º ciclo e continuidade no 2.º e 3.º ciclos.

Esta iniciativa teve um eco bastante importante num plenário de Conselho Científico que, na altura, integrava mais de 220 doutorados (professores auxiliares na sua grande maioria e, em menor quantidade, professores associados e professores catedráticos). Entre os principais pontos a debater na Ordem de Trabalhos, no dia 24 de abril de 2003, constava a proposta de criação desta nova licenciatura no ISEG–UTL. Da minha parte, havia um certo receio de que a proposta fosse inviabilizada, tanto mais que ainda tinha presente a recente frustração em relação à criação da licenciatura em Administração Económica e Social. Quando chegou o momento, a minha colega Ilona Kovács apresentou a proposta nos seus traços gerais. Após a sua intervenção foi-me dada a palavra, enquanto um dos proponentes da proposta. Sintetizei, com bastante emoção, a validade heurística e a urgência de ser implantada a nova licenciatura de Sociologia Económica, dando proeminência a vários aspetos. Em primeiro lugar, porque o ISEG–UTL tem investigação incrustada no GIS (Gabinete de Investigações Sociais), desde 1961, que não pode ser desaproveitada no historial de pesquisa e de docência em Sociologia Económica. Em segundo lugar, as mudanças dos objetos científicos das ciências sociais nas sociedades contemporâneas impõem, cada vez mais, necessidades de conhecimento científico que impelem à integração e às interdependências decorrentes da integração, interdependência e complementaridade sistemáticas entre a Sociologia e a Economia. Em terceiro lugar, na atualidade, o ISEG–UTL dispõe de um

conjunto de sociólogos de excelente qualidade pedagógica e científica que têm de ser potenciados como professores e investigadores. Esta nova licenciatura está predestinada para potenciar os professores e investigadores da secção de Sociologia, mas também todos os investigadores e professores de Matemática, Economia, Gestão, História e Direito do ISEG–UTL.

As discussões e as análises que emergiram neste plenário não foram muito divergentes daquelas que apoiavam a nova licenciatura. Houve, de facto, alguma oposição por parte de alguns professores de Economia, Matemática e Gestão e até de alguns professores do departamento de Ciências Sociais, mas, no final, quando se passou à tomada de decisão, o resultado final da proposta de criação de nova licenciatura de Sociologia Económica quedou-se numa votação favorável de 95% dos votos e de 5% de votos contra, sendo que a quase totalidade dos professores do ISEG estavam presentes. O regozijo era grande, na medida em que o caminho institucional e científico estava aberto para a decisão final no Senado da UTL. Sabia-se que o conflito no Senado da UTL era latente, em função da latitude em que cada unidade orgânica desta Universidade reivindicava o poder absoluto sobre a sua legitimidade e identidade científica para cada licenciatura, mestrado ou doutoramento que fosse criado. Entre as sete unidades orgânicas da UTL de então, o ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) achava-se com o direito de reivindicar para si a formação exclusiva da área de Sociologia, impedindo, desse modo, que o ISEG–UTL, após a implementação do Processo de Bolonha, em Portugal, pudesse realizar essa formação ao nível do 1.º ciclo, assim como do 2.º e 3.º ciclos. No entanto, por mais paradoxal que estas decisões ou interpretações possam personificar, o que é indesmentível e significante deve-se à excelente qualidade científica de Sociologia praticada no SOCIUS, que explica a legitimidade de ter sido aprovado, no Senado da UTL, um mestrado e um doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações. Não existia nenhuma lógica para inviabilizar a criação de uma licenciatura de Sociologia Económica. Tudo isso tornava-se contraproducente para o reitor da UTL, tanto mais que as avaliações científicas feitas sobre a licenciatura de Sociologia do ISCSP deixavam muito a desejar. Foi por esta razão que o reitor da UTL levou a proposta da criação de uma nova licenciatura ao Senado da UTL.



A votação da proposta ocorreu a 9 de outubro de 2003. Deveriam estar presentes os representantes dos Conselhos Diretivos, dos Conselhos Científicos e Conselhos Pedagógicos das sete instituições da Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior Técnico (IST); Instituto Superior de Agronomia (ISA); Faculdade de Arquitetura (FA); Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Faculdade de Medicina Veterinária (FMV); Faculdade de Motricidade Humana (FMH), assim como os representantes dos estudantes do Conselho Pedagógico das sete unidades orgânicas da UTL. A favor da proposta pronunciou-se a minha colega Ilona Kovács, esboçando os conteúdos positivos da nova licenciatura. A contra-argumentação proveio exclusivamente dos representantes do ISCSP. Estes fizeram valer os direitos de exclusividade da lecionação da Sociologia na UTL e, conseqüentemente, da legitimidade institucional para criar qualquer tipo de formação na área científica da Sociologia. Retorqui e contra-argüentei contra esta posição, valorizando a necessidade e a originalidade da criação de um objeto científico original como a licenciatura em Sociologia Económica. O reitor, José Lopes da Silva, devido à discussão, tomou a decisão de propor a criação de licenciatura à votação do Senado da UTL. Os resultados foram elucidativos: a proposta ganhou por uma larga maioria nas secções administrativa e científica e perdeu de uma forma residual na secção pedagógica, porque o presidente e o representante dos estudantes do ISEG não estavam presentes na votação. Diga-se que, na hora da discussão, houve uma manifesta sabotagem por parte dos representantes do ISEG–UTL, no Conselho Pedagógico do Senado da UTL, não comparecendo nos atos que envolviam a legitimação da votação da licenciatura.

Com esta votação, a proposta de criação da nova licenciatura de Sociologia Económica ficou inviabilizada e adiada. De facto, a proposta para poder ter acuidade e continuidade tinha de ter uma votação favorável nas três secções do senado da UTL: 1) Administrativa; 2) Científica; 3) Pedagógica. No decorrer destas contradições e conflitos, subsiste a necessidade de adaptar as licenciaturas do ISEG–UTL ao 1.º ciclo do Processo de Bolonha. Entre as várias licenciaturas existentes, também integrámos a adaptação da nova licenciatura de Sociologia Económica a esse processo. Tínhamos conhecimento que a

licenciatura poderia funcionar como primeira experiência histórica do 1.º ciclo e, quiçá, em Portugal, porque a Ministra da Ciência e do Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho, estaria, em princípio, por acordo tácito, a legitimar essa licenciatura como modelo de avaliação e de implantação do Processo de Bolonha, em Portugal.

Ao proceder-se ao desenvolvimento desta hipótese, criou-se a urgência de tomar uma decisão no plenário de Conselho Científico do ISEG–UTL, sendo que, mais uma vez, as posições extremaram-se em sentidos contrários. Enquanto que o presidente do Conselho Científico, professor José Luís Cardoso, opinou no sentido de que todas as licenciaturas, sem exceção, deveriam ter um tronco comum no 1.º ano, isso implicaria protelar, para mais tarde, a implementação do Processo de Bolonha. Por outro lado, cada licenciatura deixaria de poder assumir a sua autonomia e identidade científica desde o 1.º ano, uma vez que obrigaria à existência de um tronco comum. Esta decisão punha em causa a estrutura curricular do 1.º ano da licenciatura em Sociologia Económica e descaracterizava o seu objeto científico. Em presença desta nova realidade, propus que a licenciatura de Sociologia Económica fosse votada, sem mais demoras. A votação foi bastante explícita e contundente. De forma inequívoca, mais uma vez, 95% dos professores presentes votaram favoravelmente à proposta de adaptar a licenciatura de Sociologia Económica como primeira experiência do Processo de Bolonha no ISEG–UTL e em Portugal.

Votaram contra esta proposta 5% dos professores que estiveram neste plenário. Foi uma votação democrática bastante expressiva. Desde esse dia, já tendo sido feito antes, os vencidos limitaram-se a sabotar a existência e as hipóteses de criação da licenciatura em Sociologia Económica. Nesse sentido, desautorizaram e reverteram as iniciativas e decisões que o reitor José Lopes da Silva já tinha tomado, e reabriram as hipóteses de o ISCSP iniciar um processo de contestação sobre tudo o que tinha sido realizado até então. Em sintonia com essas decisões, destituíram-me de todas as funções de coordenação, de tudo o que estava relacionado com a implementação da referida licenciatura, ao mesmo tempo que propuseram uma nova coordenação de criação de uma nova licenciatura do ISEG–UTL com os colegas Ilona Kovács e João Peixoto. Estes, conjuntamente, com o professor João Bilhim foram incumbidos a criar

uma nova licenciatura de Sociologia, mas agora tutelada pelo ISEG–UTL e pelo ISCSP–UTL. Como seria de esperar, o esquecimento e a falta de memória tornou-se um lugar comum nas universidades portuguesas e o ISEG–UTL não foi exceção. O que mais me assustou em todo este processo não foi a falta de ética, moral e rigor científico, mas, sobretudo, a falta de vergonha e de coerência que certos professores tiveram quando o poder lhes subiu à cabeça, já que não tinham uma espinha dorsal vertical. Neste caso, só existiram como protagonistas de um umbigo unidimensional para fazer prevalecer os seus modelos ou paradigmas científicos, espezinhando e sabotando os valores mais elementares do que dizem praticar e defender os princípios e as práticas da democracia.

Das vicissitudes mais dolorosas que destruíram a minha estabilidade emocional durante a minha permanência no ISEG, reputo, de extrema importância, todos os acontecimentos que envolveram a minha querida colega Maria Rita Duarte Raposo, professora auxiliar da secção de Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais. Ela, como eu, a partir do momento em que realizou o doutoramento no quadro do Estatuto da Carreira Docente (ECUD), após cinco anos de vínculo provisório como Professor Auxiliar, foi obrigada a constituir um dossier de vários documentos que eram necessários para pedir a nomeação definitiva junto da Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISEG–UTL. Para além do CV e a elaboração de um relatório, a ser enviado ao Conselho Científico, era fundamental que existisse um parecer de dois professores catedráticos da área científica de Sociologia. Foi assim que eu e a colega Ilona Kovács fizemos os pareceres e os entregámos à Comissão Coordenadora do Conselho Científico, constituída por um presidente, um vice-presidente e mais oito elementos de dois professores dos departamentos de Economia, Gestão, Matemática e Ciências Sociais.

Os pareceres eram manifestamente positivos e, geralmente, nunca haveria uma posição contrária dos outros membros que não eram especialistas nas áreas científicas em apreço. Deu-se a inversão de todas estas premissas e a votação foi contra a nomeação definitiva de Maria Rita Duarte Raposo. A injustiça e a falta de rigor científico eram de tal modo gritantes que eu, mais vez, «leve um soco no estômago» por saber que não só procuravam atingi-la na sua dignidade

e autoestima, como na minha própria pessoa, pela amizade e admiração que mantinha com ela na disciplina de Sociologia, de que era responsável. As situações vividas foram de tal modo rocambolescas que fui sujeito a um assédio, na altura, por parte dos responsáveis do ISEG, para destituí-la da lecionação da disciplina de Sociologia, visto que eu era responsável da disciplina. Vi-me constrangido a demitir-me para evitar que Maria Rita Raposo fosse vítima de mais atos discriminatórios. Um outro episódio, não menos sinistro, ocorreu quando um professor com muito poder no ISEG–UTL tentou que um membro do conselho diretivo chamasse a PSP com a intenção explícita de impedir que Maria Rita Raposo desse as aulas que estava incumbida de lecionar. Ela própria não se deixou abater e tudo fez para contestar a decisão da Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISEG. Por ironia do destino, com base nas mudanças operadas pelo novo ECDU de 2009 e, conseqüentemente, das novas regras da composição e atributos do conselho científico do ISEG, foi concedida, por unanimidade, a Maria Rita Duarte Raposo a nomeação definitiva como professora auxiliar.

Desde finais do século XX e princípios do século XXI que as contradições e os conflitos internos e externos do mundo se acentuaram, com especial incidência no ISEG–UTL. Nem sempre é fácil ter «estômago» para aguentar certas injustiças como a mediocridade comportamental, quer no plano científico ou meramente relacional. Por razões várias, durante os últimos anos como professor universitário no ISEG, com especial incidência entre 2001 e 2010, vivi momentos de grande pressão emocional e cognitiva que me levaram a viver situações insustentáveis de conflitualidade e algumas delas insanáveis, a ponto de, a 5 de março de 2010, não poder estar em condições de estabilidade normativa para exercer, com idoneidade, as funções de professor/investigador no SOCIUS/ISEG–UTL. Como consequência, a 23 de março de 2010, pedi a demissão de todos os cargos que exercia no ISEG–UTL, no plano institucional e, em simultâneo, iniciei o processo de pedido da aposentação, tendo este sido concedido, a 31 de dezembro de 2010.

Em articulação estreita com a minha permanência no ISEG, foi estimulante e enriquecedor viver as vicissitudes de professor e investigador no SOCIUS/ISEG–UTL, primeiro, no ISE–UTL e, mais tarde, no ISEG–UTL, entre

17 de novembro de 1975 e 31 de dezembro de 2010. É indubitável que a entrada no mundo universitário tenha mudado substancialmente a minha vida sob todos os pontos de vista e, sobretudo, na potenciação do meu processo de aculturação com consequências manifestas na minha vida quotidiana e ao nível de vida económico, social, político e cultural. Não tenho qualquer dúvida de que a minha formação universitária se fez mais por um processo de autoeducação e autoaprendizagem, sempre contingente e associado às vicissitudes e necessidades e exigências de um professor universitário, cada vez mais competente, não obstante já ter usufruído de uma formação clássica extraída dos diversos graus de ensino superior. Pela minha experiência, ser professor universitário implica muito mais que possuir capacidades mentais, psíquicas e físicas. No mundo da universidade, aprendi a comportar-me mais como um elemento de relação formal, do que relação informal e espontânea. No meu caso, as relações sociais espontâneas e informais são mais adequadas para desenvolver a liberdade e a criatividade com os alunos na sala de aula.

Em síntese, a Universidade deu-me quase tudo o que não tinha — poder, prestígio social, salário acima da média. Todavia, tudo isso não me impediu de constatar os aspetos negativos que a mesma enforma — exploração do Homem pelo Homem, divisão social do trabalho e autoridade hierárquica iníquas, processo de tomada de decisão e de liderança pautados por anacronismos organizacionais, assim como por situações de desigualdade social, económica, cultural e política.

Enquanto estive no ISE–UTL e no ISEG–UTL, a minha memória não pode esquecer e reconhecer a existência de professores que partilharam laços de solidariedade e amizade. Entre os que conheci destaco: Francisco Pereira de Moura, António Simões Lopes, Rosalina Nunes, Elivan Ribeiro, José Ribeiro Albuquerque, António Espinho Romão, Américo Ramos dos Santos, Adelino Torres, Manuel Brandão Alves, Avelino de Jesus, Zola da Cruz Simões, Almeida Serra, Manuel Guia, Antonina Lima, Manuel Reis Ferreira, Fernando Sampaio, Joaquim Ramos Silva, Joana Pereira Leite, Maria da Luz Moita, Peter Baldrey, Margarida Chagas Lopes, Isabel Mendes, Manuel Coelho, João Carlos Graça, Amílcar Gonçalves, João Dias, Conceição Cerdeira, António Castro Guerra, José Monteiro Barata, Manuel Ennes Ferreira, Fernando Ribeiro Mendes, João

Carlos Lopes, António Mendonça, Armando Castro, João Peixoto, Maria Rita Duarte Raposo, Rafael Marques, Ilona Kovács, Sara Falcão Casaca, António Garcia Pereira, Helena Jerónimo, Sofia Bento, Marta Varanda, Maria João Santos, Idalina Sardinha, Daniel Seabra, Margarida Vaz Pato, Jorge Silva e Sousa, António Carlos Santos, Manuel João de Almeida Pinho, Manuela Roseiro, Norberto Severino, José Piedade Vaz, Eduardo Allen, António Bento, Anabela Carvalho e Maria José Mascarenhas.

Professores e investigadores exteriores ao ISEG–UTL foram também muito importantes porque enriqueceram a minha capacidade científica a partir dos seus ensinamentos. Na generalidade dos casos, foram relações mescladas pela amizade associada à expansão das minhas funções de professor universitário através de participação em júris de doutoramento, mestrado e agregação, concursos de vários professores associados e catedráticos e participação em *workshops*, seminários, congressos, colóquios, conferências, palestras. Ao nível de Portugal, devo sublinhar: José Madureira Pinto, Carlos Pacheco, José Valente e Augusto Santos Silva, da Universidade do Porto (UP); João Freire, António Caetano, José Neves, César de Oliveira, João Ferreira de Almeida, Vítor Matias Ferreira, Isabel Guerra, Ana Passos, Sílvia Silva, Nelson Ramalho, Magda Pinheiro, Maria de Lurdes Rodrigues, Rogério Roque Amaro e Maria Teresa Seródio, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE–IUL); Carlos António Nuno, do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL); Alexandra Lousada e Manuel Ribeiro Nunes, da Universidade Lusófona (UL); João Ferrão, Manuel Villaverde Cabral, Magda Pinheiro (ISCTE-UTL) Karin Wall e Ana Nunes de Almeida do Instituto de Ciências Sociais — Universidade de Lisboa (ICS); Manuel Lisboa, David Justino, Casimiro Balsa, Luís Batista, Manuela Parreira da Silva, José Baptista e Alberto Pimenta, da Universidade NOVA de Lisboa (UNL); José Rodrigo dos Santos, do Instituto Universitário Militar (IUM); Junqueira Lopes, António Cândido Franco e Paulo Guimarães, da Universidade de Évora (UE); Moisés Martins, Manuel Silva e Costa, Emília Araújo e Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho (UM); Bernadete Bittencourt da Universidade de Aveiro (UA); José Manuel Mendes e João Arriscado Nunes, da Universidade de Coimbra (UC), Cristina Vilhena Mendonça do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL); Manuel Brazinha Firmino e Margarida Piteira, do Instituto Politécnico

de Lisboa (ISCAL); Bogswlawa Sardinha e Isabel Castro, da Escola Superior de Ciências Empresariais, Setúbal (ESCE–IPS); Ivo Antunes Dias, do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA).

Dando seguimento às minhas relações universitárias no resto do mundo, destaco, mais uma vez, a amizade e a solidariedade que estiveram sempre presentes nas relações com os professores: José Maria Lunazzi (Universidad Nacional de La Plata, na Argentina), Carlos Díaz (Universidade Complutense de Madrid, em Espanha), Philippe Steiner (Universidade Sorbonne, em França), Juan Jose Castillo (Universidade Complutense de Madrid, em Espanha), Maurice Bazin (Pontifícia Universidade Católica — Rio de Janeiro, no Brasil), Ronald Creagh (Universidade Paul Valéry, em França), Estelle Morin (HEC–Montréal, no Canadá), Alain Pessin (Universidade de Grenoble, em França), Hugues Lagrange (Sciences Po, em França), Pietro Ferrua (Lewis & Clark College, nos EUA), Andre Nicolai (Universidade de Nanterre — Paris X, em França), Eugène Enriquez (Universidade de Nanterre — Paris X, em França), Claude Orsoni (Universidade de Nanterre — Paris X, em França), Fernando Medeiros (Universidade de Nanterre — Paris X, em França), Michel Beaud (Universidade de Vincennes — Paris VIII, em França), Judite Chipenembe (Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique), Bertrand Belon (Universidade de Vincennes — Paris VIII, em França), Claude Faure (Universidade de Vincennes — Paris VIII, em França), Enzo Mingione (Universidade de Milano Bicocca, em Itália), Claudio Venza (Universidade de Trieste, em Itália), Amedeo Bertolo (Universidade de Milano, em Itália), Christian Ferrer (Universidade de Buenos Aires, na Argentina).

Se alguma vez for possível determinar a minha visibilidade social como investigador e professor universitário, na minha opinião, sê-lo-á no Brasil. Esta afirmação perentória decorre de um percurso histórico de 35 anos no ISEG–UTL, a partir do qual se tornou possível estabelecer relações externas com universidades brasileiras. Estas relações potenciaram, enormemente, as minhas capacidades humanas e científicas de forma inaudita. Várias razões estão na origem desta argumentação, sendo que, provavelmente, a influência da língua portuguesa vem em primeiro lugar, logo em seguida, pela facilidade relacional e comunicacional que os brasileiros têm de se comportarem pelas vias informais e espontâneas. Dito isto, passo a singularizar essas relações de amizade

entrelaçadas por relações científicas: Edson Passetti, Salete Oliveira, Lúcia Bógus, Dorotheia Passetti, Carmen Junqueira, Paulo Resende, Silvana Tótor e Lúcia Soares, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Fernando Bonfim Mariana, da Universidade de Brasília (UnB); Sidney Lianza, Fernando Amorim, Igor Valentim e Vera Maciel, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Juniele Almeida, Thiago Rodrigues, Gabriel Passetti, Rodrigo de Almeida e Paulo Emílio, da Universidade Federal Fluminense (UFF); Acácio Augusto, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Rogério Goulart da Silva, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Carlos Serrano, Doris Accioly e Lúcia Bruno, da Universidade de São Paulo (USP); Silvio Galo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Carmem Grisi e Cinara Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Jorge Oliveira, da Universidade Regional de Blumenau (FURB); Ilse Scherer-Warren, Héctor Leis, Neidi Fiori, Tamara Benakouche, Ary Minella, Fernando Ponte Sousa, Itamar Aguiar, Maria Oli Pey, Raquel Stela de Sá, Clovis Kassick, Iara Damiani, Rabah Benakouche, Valdir Alvim Maria do Carmo Saraiva, Mauricio Pereira, Mauricio Serva, Pedro Melo, Sérgio Costa, Fábio Machado Pinto, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); João Clemente, Rosana Schwartz, Márcia De Liberal, Maria Aparecida Pascal e Beatriz Saeta, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Carolina Andion, Graziela Alperstedt, Tereza Franzoni e Luciana Ronconi, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); Giovani Ehrhardt, da Universidade Federal de Goiás (UFG); Ivone Freire Costa, Reginaldo de Souza Santos, Paulo Guedes, George Curgel e Ricardo Liper, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Erivaldo Fagundes Neves, António Magalhães Silva Ribeiro, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Vania Estivaleta, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Eduardo Nunes, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Rosana de Jesus, da Universidade do Vale do Itajaí; Mauricio Faria, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Rogério Nascimento, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Marco Aurélio, Ana Paula Paes de Paula, Allan Claudius Barbosa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Ilana Amaral, da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Gláucia Vasconcellos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG);



Cristina Maneschy e Maria Angélica Espírito Santo, da Universidade Federal do Pará (UFPA); Ida Lenir, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Uma universidade não é constituída, exclusivamente, só por professores e alunos, mas também por funcionários. Destes últimos, para além das suas competências específicas, sobressai o valor inestimável da amizade e da solidariedade humana, que integram as múltiplas relações funcionais, do ponto de vista técnico, e vivências comunicacionais afetivas, atravessadas pela liberdade e criatividade, sem que, para o efeito, haja obrigatoriedade de contrapartidas monetárias ou de outra espécie. Na minha passagem pelo ISE–UTL e o ISEG–UTL, relembro com saudade: António Machado, Dulce Cabrita, Gabriela Monteiro, Madalena Consolado, Maria Luísa Marques Moreira, Maria Arlete Silva Fernandes, Maria Adelaide Marçalo Ribeiro, Lurdes Marvanejo, Ana Cristina Lobo Lopes, Ana Garrudo, Alda Maduro, Manuel Tarrataca, Fernanda Almeida, Cidália Fontes, Armando Robles, Manuel Subtil, Julieta Mateus, José Amaral, Hirondina Duarte, Maria Isabel Coelho Ribeiro, Bruno Gonçalves, Mónica Fraga, Teresa Oliveira, Elsa Freches, Cláudia Lopes, Karina Branco, Rosa Ribeiro, Ana Melancia, Emília Fernandes, Durbalina Quaresma, Cacilda Henriques, Lucécia Guerreiro, Rosa Moreira, Joana Pacheco, Jorge Moreira, José Carlos Ferreira, Vítor Palmela Ramos, Maria Júlia Leitão Marmelada, Maria Odete Girbal, Filomena Ferreira, Ana Maria Rodrigues, Maria de Lurdes Gomes, António Rodrigues Pinto, Maria de Deus, Fernando Apolinário, Isabel Moura, Lurdes Paiva, Duarte Meireles, Cristina Carmo, Cândida Carmo, João Salgueiro, Maria Manuel, Deolinda Marques, Carlos Guerra, Augusto Casal, Teresa Fonseca, Gonçalo João, Bruno Macedo, Helena, Eduardo Domingues, Zita Bragadesto.

### **O Papel do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS)**

Em todo o meu percurso académico e científico, devo focar a importância histórica da criação do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), a 11 de maio de 1991, por decisão do Conselho Científico do ISEG–UTL. Quando cheguei ao ISE, com os meus atributos e competências de professor e com a categoria de Equiparado a Assistente,

limitava-me a decorar, reproduzir e a transmitir modelos e conceitos dos autores mais representativos das ciências sociais, com incidência específica na Sociologia. Desse modo, constatei que existia uma série de contradições e limitações na minha formação científica, nos domínios pedagógico e científico, e que a solução ideal para suprir essas lacunas passava por enveredar pela investigação.

Para prevenir estas situações lacunares dos docentes que se limitavam a fazer o papel de transmissores de conhecimentos científicos, era necessário estimular e exigir uma função relevante na investigação, que se traduzisse publicamente na edição de livros, capítulos de livros e artigos em revistas científicas, não esquecendo a realização de projetos de investigação. Para atingir esses objetivos, era indispensável enfrentar os condicionalismos e as ambiguidades que subsistiam em relação ao Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), na destrinça, interdependências e complementaridades dos domínios funcionais e profissionais adstritos às carreiras de investigador e de professor. Apercebendo-me desta realidade no ISE–UTL e, depois, no ISEG–UTL, verifiquei que as unidades de investigação que existiam nessa época focavam a realização de projetos de investigação, exclusivamente, nas áreas científicas de Economia, Gestão, Matemática e História Económica e Social. Em 1991, havia os seguintes centros de investigação: Centro de Estudos Sobre África (CESA); Centro de Estudos e Documentação Europeia (CEDE); Centro de Estudos de Economia da Energia, de Transportes e Ambiente (CEEETA); Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional (CEDIN); Centro de Estudos de Gestão (CEGE); Centro de Investigação de Economia Financeira (CIEF); Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP); Centro de Investigações Regionais e Urbanas (CIRIUS); Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica (CEMAPRE); e Gabinete de História Económica e Social (GHES).

Perante esta panóplia de centros de investigação, e embora integrasse o CIRIUS desde 1985, o panorama da identidade científica não permitia, era omissa e até adverso à investigação do objeto científico da Sociologia, no ISEG–UTL. Depois de conceber a ideia da criação de um centro de investigação em Sociologia com a minha colega Ilona Kovács, enviámos um projeto

e a respetiva proposta de criação do SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações) ao Conselho Científico do ISEG. Participei ativamente no plenário do Conselho Científico, na reflexão e discussão da proposta da criação do SOCIUS, pautado pela motivação, criatividade e discernimento estratégico. Por esta razão, foi fácil aprovar a criação do SOCIUS, por unanimidade, a 11 de maio de 1991.

Esta postura comportamental foi de tal modo notória e incomodativa para certos professores do ISEG, que, aquando do processo de decisão para levar a proposta ao Conselho Científico, os professores José Maria Brandão de Brito e José Luís Miranda Cardoso, respetivamente, presidente e vice-presidente do CISEP, abordaram-me no 5.º andar do edifício do ISEG–UTL, e disseram-me o seguinte: «Porque é que vais criar um novo centro de investigação se podes criar uma especialidade em Ciências Sociais no CISEP?» Respondi-lhes que não abdicava da minha posição, pois o que estava em jogo para mim e para os meus colegas de Sociologia, consistia em criar as condições científicas e institucionais imprescindíveis para potenciar o objeto científico da Sociologia, de forma autónoma e identitária, deixando o lugar banal de mero instrumento dos desígnios de investigação das outras disciplinas científicas.

No quadro substantivo do termo, a proposta de criação de um novo centro de investigação do ISEG, a partir do SOCIUS, personificava, publicamente, a afirmação da sua identidade e autonomia científica inquestionável no plano estratégico da investigação. Doravante, o SOCIUS tinha de concorrer e competir com os outros centros de investigação no país e no estrangeiro com projetos de investigação semelhantes. Ainda que no Anuário da UTL, relativo ao ano letivo de 1991/1992, o SOCIUS apareça, devidamente publicitado, com a direção do centro composta por três diretores — Ilona Kovács, António Garcia Pereira e José Maria Carvalho Ferreira —, na prática, desde o início da sua existência, fui eu quem exerceu as funções plenas de presidente.

De omissão em omissão, de construção em construção, o SOCIUS afirmou-se como instituição de investigação desde a sua criação, como base de investigação, formação e prestação de serviços nas seguintes vertentes: 1) produção e difusão de estudos no âmbito da Sociologia Económica e das Organizações; 2) formação de docentes pela via da investigação pessoal e/ou de

equipa, nomeadamente, no âmbito da progressão da carreira docente; 3) desenvolvimento de contactos com entidades nacionais ou estrangeiras com interesse em áreas de investigação, formação e documentação comuns ao Centro, através, designadamente, da participação em seminários, colóquios, conferências e outras iniciativas; 4) recolha sistemática de documentação e informação nas áreas da sua especialidade; 5) edição e divulgação de materiais de estudo, com especial relevo para a publicação de trabalhos de investigação originais e para ações académicas de atualização de conhecimentos.

Neste período, embora subsistisse alguma confusão e omissão sobre a natureza de um objeto científico singular com predominância para a Sociologia Económica e das Organizações, é evidente que, pela natureza da sua constituição e desenvolvimento, no SOCIUS, persistiam matérias científicas baseadas na interdisciplinaridade, com especial relevo para a Economia, Antropologia, Direito, Geografia e Demografia. Os projetos de investigação que foram desenvolvidos até 1994 obrigaram o SOCIUS a assumir mudanças na sua formatação organizacional, institucional, jurídica, financeira e científica. A explicação plausível das necessidades destas mudanças deu-se pela morosidade das decisões burocráticas das instâncias administrativas do ISEG–UTL, que, em momentos cruciais, inviabilizaram a dinâmica de investigação do SOCIUS.

Ponderados os prós e contras, decidiu-se que era urgente mudar os estatutos do SOCIUS de forma a superar os condicionalismos financeiros, jurídicos e organizacionais existentes. Para os devidos efeitos, a escritura notarial foi realizada a 12 de outubro de 1994, no 18.º Cartório Notarial de Lisboa, na Avenida Almirante Reis. Participaram nessa escritura, a notária Gabriela Costa Palona Martins e, pela parte do SOCIUS, eu, António Pestana Garcia Pereira, Ilona Kovács, Helena Maria Rocha Serra, João Carlos Marques Graça, Rafael Jorge Duarte Soares Marques, João Peixoto, Maria Rita Duarte Raposo, Maria João Ferreira Nicolau dos Santos Camilo e Marta Pedro Varanda.

Com estes estatutos, as iniciativas, estratégias e decisões identitárias e autónomas estavam localizadas, a partir daquele momento, na direção, na assembleia geral e no conselho fiscal. Não havia mais desculpas internas e externas para que a ação do SOCIUS não se tornasse visível dentro e fora do ISEG. Já tinha sido presidente, ainda que de modo informal, mas, a partir desta data,

fui Presidente do SOCIUS até 2012, com exceção do período entre 2004 e 2006, presidido pelo professor João Peixoto. Em termos da sua logística, o SOCIUS teve, previamente, uma sala no 5.º andar, na Rua Miguel Lupi, e, mais tarde, ficou com duas salas no 2.º andar desse mesmo edifício, onde se mantém até hoje. Com a potenciação da investigação na pós-graduação e em outros projetos, o SOCIUS passou também a dispor de quatro salas de investigação, no edifício da Cantina Velha, igualmente, na Rua Miguel Lupi. No plano do secretariado administrativo, a primeira pessoa a exercer essas funções foi Ana Garrudo, mais tarde, Karina Branco, e atualmente, o secretariado do SOCIUS é composto por Bruno Gonçalves, Mónica Fraga e Teresa Oliveira.

De acordo com a história da sua plasticidade social, é inquestionável uma manifesta melhoria do SOCIUS nos vários domínios da investigação da Sociologia, quer do ponto de vista da qualidade e da quantidade da produção científica, quer em termos da competência dos profissionais do secretariado. Essas melhorias são possíveis de constatar a partir das sucessivas avaliações realizadas por equipas de cientistas internacionais, em 1999, 2002, 2007 e 2012. Mais adiante, terei oportunidade de justificar estas afirmações, fazendo uma síntese dessas avaliações a cargo da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

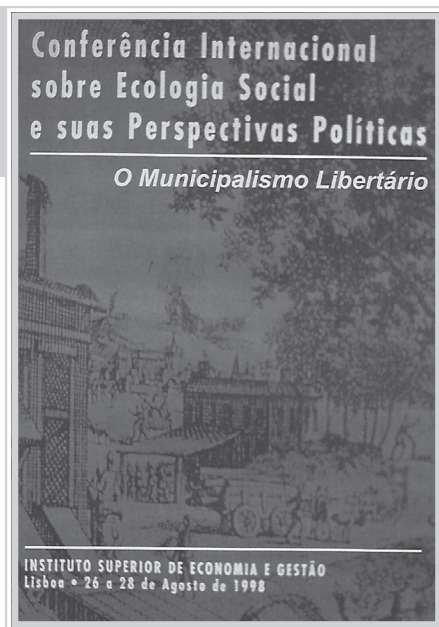
A minha ação no âmbito da investigação realizada no SOCIUS, até ao final da década de 1990, foi pautada, na maioria dos casos, pela realização de projetos de investigação financiados pela FCT e, outros, por instituições privadas e públicas, mas também pela organização e participação de *workshops*, seminários, conferências, colóquios, congressos, cursos de pós-graduação, orientações de doutoramentos e pós-doutoramentos nas várias áreas científicas do SOCIUS, com especial incidência na Sociologia Económica e na Psicossociologia das Organizações. Em conformidade com estas atividades científicas, tenho participado na publicação de *Working Papers* e livros desde 1993. Com início em 1999, o SOCIUS resolveu aderir ao sistema de avaliação internacional promovido pela FCT. A primeira avaliação do SOCIUS pela FCT foi excelente, tornando-o, por essa razão, numa instituição de acolhimento credível do programa de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações. Posteriormente, o SOCIUS tornou-se, também, uma instituição de acolhimento

Conferência Internacional sobre «Ecologia Social e suas Perspectivas Políticas», Lisboa, SOCIUS/ISEG-UTL, de 26 a 28 de agosto de 1998.

do doutoramento Inter-Universitário, na área científica da Sociologia, em parceria com o ICS (Instituto de Ciências Sociais) e a FCSH-UNL (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Universidade NOVA de Lisboa). Atualmente, esse doutoramento integra a Universidade de Évora, SOCIUS/ISEG-UL, ICS-UL, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCPS-UL) e a Universidade do Algarve.

Entre as várias realizações científicas de renome internacional, antes mesmo de ser objeto da primeira avaliação por uma equipa de investigadores internacionais sob auspícios da FCT, o SOCIUS desenvolveu várias manifestações científicas de projeção internacional. A primeira realização ocorre com a Conferência Internacional sobre Ecologia Social e Política no ISEG-UTL, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1998, e a segunda emerge com o I Congresso Português de Sociologia Económica, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, entre 4 e 6 de março de 1998. Ambas realizações científicas tiveram grande participação internacional, quer no número de oradores, quer em assistentes.

Efetivamente, a conferência aludida no parágrafo anterior teve um impacto de grande significado científico internacional. Teve a participação de investigadores do Canadá, Estados Unidos da América, Turquia, Austrália, Espanha, França, Uruguai, Itália, Noruega, Alemanha, Portugal, Grécia, Brasil, Colômbia, Reino Unido e Bélgica. Teve 40 comunicantes e uma assistência de 120 pessoas. A organização logística e os apoios financeiros foram da exclusiva responsabilidade do SOCIUS/ISEG-UTL e teve a colaboração do Departamento de Sociologia do ISCTE. A organização científica internacional teve o apoio institucional do Institute for Social Ecology de Vermont (EUA e Austrália);



Black Rose Books, de Montreal (Canadá); SOCIUS/ISEG–UTL, de Lisboa (Portugal); ISCTE (Departamento de Sociologia); IRL (França); Centro Study Libertari/Archivio G. Pinelli (Itália); Colectividade «Los Arena Lejos» (Espanha); Institute pour une Ecosociété (Canadá); SODECM (Canadá); Trozdem Verlag/Schwarzer/Schwarzer Faden (Alemanha). A coordenação da conferência esteve a meu cargo e de Maria da Conceição Jorge, António Carlos Nuno, António Cândido Franco e Francisco Trindade. O secretariado estava a cargo de Inês Franco, Carolina Ferreira e Maria João Carrilho. O design e a ilustração gráfica dos documentos impressos sobre a conferência foram elaborados por Luís Chambel, Karina Branco, João Salgueiro e Gonçalo João.

As temáticas que serviram de reflexão nesta conferência centraram-se na obra de Murray Bookchin e nas análises do Municipalismo Libertário. Porém, nem todos os que participaram neste evento científico estavam em completa sintonia com a obra de Bookchin, nem com os princípios programáticos e teóricos do Municipalismo Libertário. Daí que alguns comunicantes tenham enveredado por análises contrastantes, com ênfase em outros autores e outros modelos de análise. Ainda que a consistência analítica da Ecologia Social e Política, desenvolvida numa série de livros de Bookchin, fosse um facto indesmentível, testado pelo número de comunicações que foram expressas nesse sentido, para outros comunicantes minoritários, o Municipalismo Libertário não deixava de ser uma expressão localizada do Estado e do capitalismo, com contradições e conflitos que daí advinham para a defesa das posições libertárias. A natureza dos movimentos sociais, que aspiravam evoluir no sentido da emancipação social, a crise da representatividade formal das democracias capitalistas, assim como as oposições entre a espécie humana e a natureza, induzidas pelas relações entre o campo e a cidade, nem sempre eram consentâneas com a perspetiva Bookchin.

Não tenho dúvida de que o 1.º Congresso Português em Sociologia Económica tenha sido, até hoje, a maior manifestação científica internacional realizada no século XX, em Portugal, se tivermos presente a identidade e a projeção científica da Sociologia Económica nas sociedades contemporâneas. De facto, para além de mais de 700 presenças de vários países do mundo, até hoje, e no seu historial de investigação, o SOCIUS/ISEG–UTL nunca tinha

assumido, até então, uma expressão científica de grande dimensão em termos de plasticidade social e de grande qualidade científica, se constataremos a proeminência de sociólogos prestigiados de uma série de países que participaram. Entre vários, devo referir: Emanuel Lazega, da Universidade de Versailles e LASMAS/CNRS (França); Janel Tal Landa, de York University (Canadá); Laurence Moss, de Bobson College (EUA); Mancur Olson, de Maryland University (EUA); Mitchel Abolafia, de State University of New York (EUA); Nei Fligstein, de University of California of Berkeley (EUA); Nicole Woolsey Biggart, de University of California at Davis (EUA); Nigel Dodd, de London School Economics (Inglaterra); Philippe Steiner de École Normale Supérieure — Fontenay (França); Richard Swedberg, de Stockholm University (Suécia); Scot Lash, de Lencaster University (Inglaterra).

Com diferentes intervenções, pautadas por grande qualidade científica, não é menos verdade que algumas delas tenham sido menos impactantes do que se esperava. Importa referir as várias centenas de comunicações centradas nas temáticas de Teoria e Perspetivas; Análise Comparada dos Processos e Instituições Económicas e Sociais; Território, Ambiente e Populações; Desigualdades Sociais e Economia; Estado, Instituições e Agentes Coletivos; Organizações e Mercados; Cultura e Economia. A Comissão Organizadora foi integrada por mim, Helena Serra, João Peixoto, Rafael Marques e Rita Raposo, da parte do SOCIUS/ISEG–UTL; e João Arriscado Nunes da Faculdade de Economia da Universidade Coimbra (FEUC). Da Comissão de Honra, faziam parte: António Simões Lopes, o Reitor da UTL; Francisco Pereira de Moura, Jacinto Nunes, do ISEG–UTL; e José Mariano Gago, que era o Ministro da Ciência e da Tecnologia. A Comissão Científica era constituída por: Adelino Torres, Carlos Bastien, João Ferreira de Amaral, Jochen Oppenheimer, José Luís Cardoso, José Pereirinha, Nuno Valério e Paulo Trigo Pereira, do ISEG–UTL; António Barreto, Manuel Villaverde Cabral e João Ferrão, do ICS; Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP); Boaventura Sousa Santos e Maria Ionnis Baganha, da FEUC; Fernando Medeiros e Ilona Kovács, do SOCIUS/ISEG–UTL; João Ferreira de Almeida e João Freire, do ISCTE; José Reis, da FEUC/CCRC (Centro de Estudos Cooperativos e Economia Social); Luís Baptista da FCSH–UNL.



Para dar uma pequena alusão científica, institucional e organizacional deste evento, limito-me a reproduzir as palavras que pronunciei no início do Congresso:

*Senhoras e Senhores participantes no 1.º Congresso Português de Sociologia Económica. Tenho o prazer de dar a todos vós as boas vindas. Gostaria de começar por vos esclarecer que só por uma justificada impossibilidade é que alguns dos membros da Comissão de Honra deste Congresso não se encontram presentes.*

*Sem querer excluir ninguém, não posso deixar de fazer uma especial referência ao Professor Francisco Pereira de Moura, por tudo o que fez em prol do desenvolvimento da interdisciplinaridade das ciências sociais e, ainda, indiretamente, em relação à sociologia económica em Portugal e no ISEG. É com imensa pena que não temos hoje aqui o Professor Francisco Pereira de Moura, a quem presto a minha sincera homenagem e manifesto o desejo de rápidas melhoras. Foi também com imensa tristeza que recebemos a notícia do falecimento do Professor Mancur Olson. Estou certo de que a sua presença neste Congresso muito contribuiria para o seu enriquecimento.*

*No percurso do seu pequeno historial, o SOCIUS/ISEG–UTL (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa), para além de outras linhas de investigação (Sociologia do Trabalho, Sociologia das Organizações, Sociologia Urbana, etc.), tem conseguido construir um bom clima de trabalho em torno de projetos de investigação, seminários e workshops com o objetivo prioritário de dar visibilidade social à Sociologia Económica no ISEG e em Portugal.*

*Após ter sido realizado, em janeiro de 1995, o Workshop «Entre a Economia e a Sociologia: Teorias e Perspetivas de Análise,» o SOCIUS, em boa hora, resolveu organizar o 1.º Congresso Português de Sociologia Económica. Consideramos que é uma iniciativa científica importante para nós, mas, também, para aqueles que lutam pela construção e desenvolvimento da sociologia económica, no contexto das ciências sociais.*

*Sabemos quanto é difícil desbravar o terreno do objeto real e do objeto científico identificados com a sociologia económica. Neste 1.º Congresso*

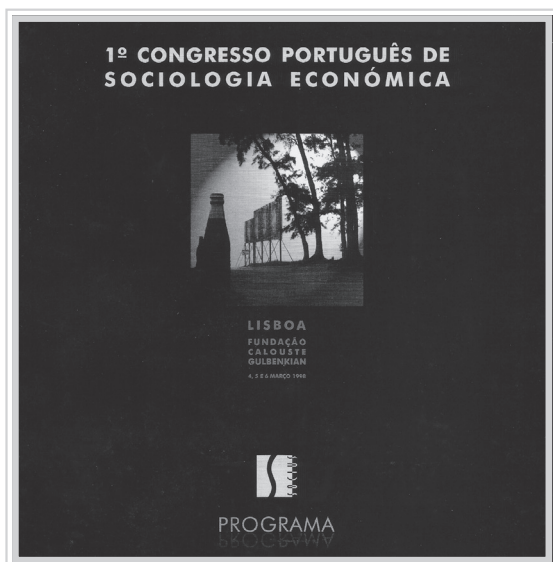
*Português de Sociologia Económica, temos de olhar de forma atenta e crítica para a natureza dos problemas e dilemas que se nos apresentam. Em primeiro lugar, os problemas epistemológicos e metodológicos de fronteira entre o objeto real e o objeto científico da Economia e da Sociologia Económica. Nestas circunstâncias, o dilema consiste em considerar ou não a ciência económica como um subsistema da sociologia económica ou, pelo contrário, considerar esta como um subsistema da ciência económica. Em segundo lugar, enfrentamos uma série de problemas que emergem da fragmentação da sociologia em sociologias especializadas, o que condiciona fortemente a criação e desenvolvimento de um objeto científico generalista, autónomo e com aptidão para se transformar num modelo adotado pela comunidade científica. Em consequência, a sociologia económica poderá ser construída e desenvolvida, tendo por base disciplinas especializadas, como são os casos da teoria das redes, sociologia da cultura e teoria das organizações ou, pelo contrário, não poderá prescindir das outras disciplinas especializadas dos outros ramos da sociologia?*

*Em terceiro lugar, persistem problemas de integração, de interdependência e de complementaridade que culminem numa síntese científica resultante da existência de diferentes leituras que podem corporizar o objeto científico da sociologia económica. Com as suas especificidades heurísticas e até contradições analíticas, para construir e desenvolver a sociologia económica, temos de contar com todas as contribuições científicas que manifestamente evoluem no mesmo sentido histórico. O dilema, neste caso, indicia-nos em problematizar os objetos real e científico da sociologia económica, localizados prioritariamente na sociologia económica clássica e na nova sociologia económica, ou devemos tornar imprescindíveis as outras correntes teóricas, como são os casos da sociologia das escolhas racionais, da sócio-economia, da economia social, do neo-institucionalismo, da economia das convenções, da teoria da regulação do MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais).*

*Sabemos quão difíceis são os desafios que se nos apresentam, perante as grandes mudanças que atravessam as sociedades contemporâneas, não só a validade heurística dos paradigmas científicos dominantes, torna-se cada vez mais periclitante como também aumenta o grau de exigência das nossas investigações no domínio da sociologia económica. Este Congresso é simultaneamente um risco*

*e uma oportunidade para todos os participantes e comunicantes que nele se integram. Para além de conjugarem os seus esforços no sentido de uma aprendizagem mútua e de um diálogo construtivo, terão de realizar um trabalho de sínteses, que levará, necessariamente, ao nosso objetivo crucial: o desenvolvimento científico da sociologia económica.*

*Finalmente, dever-se-á sublinhar que o SOCIUS não poderia realizar este evento sem o apoio das instituições que o financiaram. A todas o SOCIUS agradece. Senhoras e Senhores, muito obrigado, boa disposição, boa saúde e desejo de bom trabalho.*



1.º Congresso Português em Sociologia Económica, organizado pelo SOCIUS/ISEG-UTL, dos dias 4 a 6 de março de 1998.

Foi pena que, no geral, não tenham sido publicadas todas as comunicações que nos permitiriam realizar uma análise crítica das mesmas e, conseqüentemente, ter uma visão real e mais consistente do 1.º Congresso Português

de Sociologia Económica. Como sempre, a falta de meios financeiros inviabilizaram a edição, algo que nos permitiria avaliar a qualidade científica desse congresso. Não obstante, João Peixoto e Rafael Marques, tendo por base os autores que tinham sido convidados a participar, organizaram uma coletânea de textos que foi editada em 2003, na Celta Editora, com o título *A Nova Sociologia Económica*.

Com esta iniciativa, o SOCIUS afirmava-se de forma inequívoca e no panorama científico português, no domínio científico da sociologia, e, com especial incidência, na sociologia económica, sem esquecer a sociologia do trabalho, das organizações, rural e urbana, das migrações e outras áreas

disciplinares afins, como era o caso da Economia, do Direito do Trabalho, da Antropologia, da Geografia e da Demografia. Esta evidência de credibilidade empírica consumou-se com a primeira avaliação internacional do SOCIUS, em 1999, sob os auspícios científicos, organizacionais e financeiros da FCT. Da equipa internacional de avaliação de Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia, no período de 20 a 25 setembro de 1999, participaram Liliane Voye (Coordenadora), Karel Dobbelaere e Michael Singleton, da Université Catholique de Louvain, na Bélgica; Charles Christians, da Université de Liège, na Bélgica; Jacques Coenen-Huther, da Université de Genève, na Suíça; Robert Hettlage, da University of Regensburg, na Alemanha. Após terem sido analisadas as diferentes vertentes científicas — produção científica em artigos, em revistas internacionais e nacionais, livros e outras publicações, conferências e colóquios nacionais e internacionais, congressos internacionais, seminários e *workshops* nacionais e internacionais, projetos de investigação nacionais e internacionais, orientação de doutoramentos, pós-graduações e pós-doutoramentos —, o resultado da avaliação da equipa internacional foi a classificação *Excelente*, o que não deixou de ser, extremamente, estimulante para o devir do SOCIUS.

Os investigadores do SOCIUS que constituíram a base de avaliação científica realizada pela FCT, em 1999, foram: Ana Célia Calapez Gomes, António Carlos dos Santos, António Pestana Garcia Pereira, Helena Maria Rocha Serra, José Maria Carvalho Ferreira, Horácio Crespo Pedrosa Faustino, Ilona Kovács, João Peixoto, João Carlos de Andrade Marques Graça, Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, Manuel Francisco Pacheco Coelho, Margarida Maria Simões Chagas Lopes, Maria da Conceição Santos Cerdeira, Maria Isabel de Deus Mendes, Maria João Ferreira Nicolau dos Santos, Maria Manuela de Brito Arcanjo, Maria Rita Duarte Raposo, Marta Pedro Varanda, Natividade Helena Mateus Jerónimo, Rafael Jorge Soares Duarte Marques, Sara Cristina Falcão Gonçalves Casaca Ferreira e Sofia Bento.

No ano de 2002, o SOCIUS é objeto de uma nova avaliação por uma equipa Internacional, organizada e financiada pela FCT, tendo obtido, mais uma vez, a classificação de *Excelente*. A continuidade desta avaliação de *Excelente* exprime que a avaliação de 1999 não tinha sido um mero acidente de percurso, mas que o SOCIUS era, de facto, um centro de excelência. O painel

de avaliação internacional de 2002 de Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia era constituído por Liliane Voyé (coordenadora), Michel Singleston e Karel Dobbelaere, da Université de Louvain-la-Neuv, na Bélgica; Alessandro Cavalli, da Universidade de Pavia, na Itália; Daniel Mercure da Université Laval, no Canadá; Robert Hettlage, de University of Regensburg, na Alemanha; Jean-Bernard Racine, da Université de Lausanne, na Suíça. Os mesmos elementos da edição de 1999 constituíram a equipa que foi objeto de avaliação por parte do SOCIUS.

No ano de 2007, o SOCIUS foi, novamente, sujeito a uma avaliação por uma equipa internacional congregada à volta das mesmas disciplinas sob auspícios organizacionais e financeiros da FCT. A classificação obtida foi consubstanciada numa progressão efetiva do caminho antes percorrido, daí que a avaliação fosse, mais uma vez, *Excelente*. Com exceção de novos elementos, a equipa de avaliação internacional foi constituída pelas mesmas pessoas que tinham participado na avaliação de 2002. A equipa de investigadores que foi a base de avaliação do SOCIUS não foi, mais uma vez, diferente de 1999 e 2002.

As principais mudanças ocorreram na reestruturação das linhas de investigação do SOCIUS. Até 2007, existiam seis linhas de investigação: Sociologia Política, Integração Europeia, Sociologia Económica, Economia Social, Sociologia das Organizações e Sociologia Rural e Urbana. A avaliação nesse ano fez-se com base no desdobramento, integração e criação de novas linhas de investigação, em quatro linhas de investigação fundamentais: 1) Organizações, Trabalho, Emprego e Género; 2) Ciência, Tecnologia, Saúde e Profissões; 3) Desenvolvimento Sustentável, Terceiro Sector e Redes Sociais; 4) Economia, Espaço, Cultura e Globalização.

Deixei a presidência do SOCIUS em 2012. Entretanto, por razões várias, o SOCIUS evoluiu para uma estrutura orgânica no ISEG—Ulisboa, composta por quatro centros e, agora, denominada CSG — Investigação em Ciências Sociais e Gestão. Para além do SOCIUS, que coordena, integram o CSG; o Advance — Centro de Investigação Avançada em Gestão; o GHES (Gabinete de História Económica e Social); e o CESA (Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento). Na avaliação realizada em 2013, com esta nova configuração do CSG, envolvendo várias áreas científicas e um aumento substancial

do número de investigadores envolvidos na avaliação, foi possível ainda obter uma avaliação *Excelente* de uma equipa internacional, embora essa equipa tenha sido constituída pelos ditames da Sociologia, Antropologia, Geografia e Demografia. A avaliação, no caso de 2013, ficou sujeita a 87 investigadores com uma equipa de avaliação internacional em ciências sociais constituída por vários países e uma grande diversidade de competências científicas. Em 2013, a avaliação deste consórcio CSG foi *Excelente*, em 2019, e já com 120 investigadores, os resultados da avaliação da equipa internacional, mais uma vez, financiada, organizada e liderada cientificamente pela FCT, quedou-se por uma avaliação de *Muito Bom*. Na atualidade, o SOCIUS participa nas atividades do CSG com os seguintes elementos: José Maria Carvalho Ferreira, Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, Idalina Maria Dias Sardinha, Paula Cristina Antunes Mateus de Albuquerque, Rafael Jorge Soares Duarte Marques, Paula Cristina Gonçalves Dias Urze, João Peixoto, Maria Manuela Arcanjo, Margarida Chagas Lopes, Sofia Bento, Ilona Kovács, Maria Margarida Croca Piteira, Marta Alexandra Peixoto de Sousa, Sara Falcão Casaca, Maria Rita Raposo, Maria da Conceição Cerdeira, Maria João Nicolau dos Santos, João Carlos Graça, Natividade Jerónimo, António Pestana Garcia Pereira, Maria Isabel Mendes, Manuel Coelho, José Manuel Monteiro Barata, Ana Célia Calapez Gomes, Rabah Benakouche, Daniel Alexandre da Silva Seabra Lopes, Boguslawa Sardinha, António Carlos dos Santos e Amílcar Moreira.

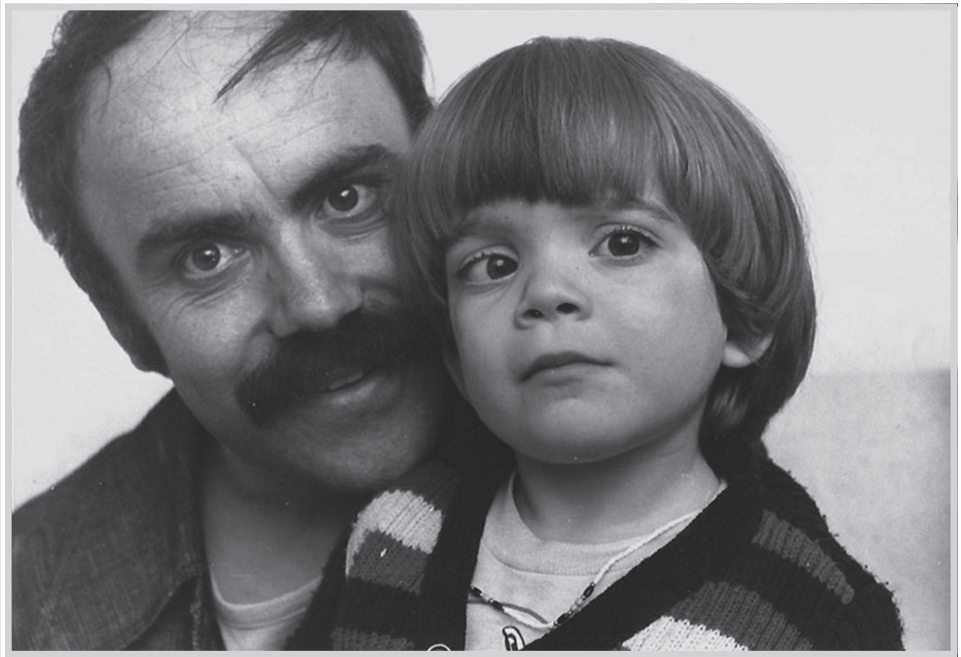
Para terminar este capítulo, falta-me perceber os diferentes contornos da minha vida quotidiana, no interior e no exterior do mundo universitário, onde vivi durante 35 anos, sem contar com outros anos na Universidade de Vincennes — Paris VIII, em que exerci as funções de estudante e de monitor. A minha primeira impressão, logo de início, é que olhavam para mim de uma forma hierarquizada, baseada no *status* adquirido na universidade, sendo que o respeito, deferência e admiração formal se sobrepunham, muitas vezes, à minha capacidade científica afirmada positivamente na sala de aula ou fora dela, em instâncias institucionais vocacionadas para esses desígnios. O que interessava afirmar, dia após dia, baseava-se na visibilidade social de uma inteligência superior, sobretudo em competências comunicacionais verbais e competências escritas na elaboração de artigos e livros de carácter científico.

Neste sentido, colegas, alunos e funcionários não olhavam para mim a partir da dicotomia do «anão-gigante», mas em função dos meus predicados intelectuais e relacionais, em detrimento dos elementos físicos que tinha sido apanágio, dos olhares externos em relação a mim, durante a minha vida como operário modelo. Em certa medida, entrar na universidade fez-me esquecer e atenuar os pesadelos dos complexos de inferioridade física e permitiu-me estabelecer relações de amizade e até amorosas com algumas pessoas que faziam parte do universo do ISEG–UTL e fora deste, elevando fortemente a minha autoestima, motivação e dedicação por esta instituição. As relações intrapessoais, interpessoais, intragrupais, intergrupais e intraorganizacionais permitiram que emergisse e evoluísse como ator de espontaneidade, informalidade, liberdade e amizade com muitos professores, alunos e funcionários.

A minha vida no ISEG–UTL nunca atenuou ou destruiu as minhas relações pessoais no exterior desta instituição, nem tampouco abduci da minha identidade ideológica, política, social e cultural. Por exemplo, não deixei de aprofundar a minha relação com o anarquismo, no sentido teórico e prático, nem de aprofundar as minhas relações amorosas, de amizade e liberdade com pessoas que já conhecia e outras que, entretanto, fui conhecendo ao longo do percurso da minha vida, após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Nestes parâmetros de vida amorosa no exterior do ISEG–UTL, em 1978, conheci Maria da Conceição Magos Jorge. Foi um começo amoroso um pouco atribulado, mas passados alguns meses, a nossa relação estabilizou e aprofundou-se. Passado algum tempo, depois de grande insistência de Maria Jorge resolvemos ponderar a hipótese de termos um filho.

Maria da Conceição Magos Jorge tanto insistiu comigo para ter um filho que eu acabei por anuir à sua proposta. Ainda bem que anui à sua decisão, visto que, a 1 de novembro de 1980, nasceu a minha filha Carolina de Magos Jorge Carvalho Ferreira, no Hospital Particular, em Lisboa. Para além dos pais e dos funcionários do hospital, a primeira pessoa que teve a oportunidade de ver a Carolina foi o meu querido amigo de sempre, Mário Botas. Durante os primeiros meses e anos da Carolina, a minha alegria era de tal ordem, que a minha vida se potenciou numa relação de amor único com a minha filha. Os receios que tinha relativamente ao seu crescimento físico, quando fez três anos, desapareceram definitivamente.



Com a minha filha Carolina Magos Jorge Carvalho Ferreira, quando esta tinha 5 anos, em 1985.  
[Foto de Joana Pereira Leite]

Em 1982, deixei de partilhar a minha vida com Maria Jorge e passei a responsabilizar-me pela vida da minha filha, de uma forma partilhada e consensualizada. É evidente que depois tive algumas relações amorosas, mas sem chegar a uma situação de união de facto. Essa oportunidade só ocorreu em 1995, com Gabriela Ferreira Lima e prolongou-se até o ano de 2007. Devo afirmar que foi talvez a relação amorosa mais profunda e autêntica que tive até aquela data. Posteriormente, ainda no período da minha vida universitária, a minha vida foi enriquecida por várias dimensões existenciais, sem que tenham sido sempre pautadas simplesmente por relações sexuais, mas sobretudo por afetos e amizade. Entretanto, a minha filha, que já vivia há vários anos em Londres, a 19 de maio de 2010, teve uma filha com Nelson Boavida, a quem deu o nome de Sara. Em dezembro de 2014, voltou para Portugal e foi viver para a Adega «Acrata», onde eu fazia a produção de vinho, com Nelson e Sara. A 9 de agosto de 2016, tive outra neta, a quem deram o nome de Joana.



Desde que regresssei a Portugal, deixando de ser emigrante em França, estive sempre articulado à minha família de Bogarréus. Para além de me identificar com as pessoas e o território onde nasci, comecei a desenvolver uma vontade manifesta de voltar ao território onde nasci. Como o salário da universidade me dava as bases para criar uma poupança para a construção de uma habitação, em 1989, concretizei essa vontade através de uma casa que designei Vivenda «Acrata». Mais tarde, tive oportunidade de comprar três propriedades que me permitiram enveredar por uma atividade baseada na produção de vinho, azeite, frutos e floresta. A produção do vinho tornou-se o fulcro do meu imaginário, dos meus amigos e amigas, daí que tenha construído, em 2004, a Adega «Acrata». Neste momento, estou a expandir a produção do vinho, razão pela qual tenha construído uma nova Adega «Acrata», em 2020.





## CAPÍTULO 6



*Do Marxismo, passando pelo Situacionismo  
até ao Anarquismo*



## **Ideologias e o militantismo como formas de vida**

O meu processo educacional começa efetivamente em 1965, e iniciei as minhas leituras de cariz ideológico, político, social, cultural e económico quando atingi os dezoito anos. Os condicionalismos económicos, culturais e sociais, tal como a repressão e a censura da ditadura fascista de Salazar, inibiam qualquer tentativa ou veleidade que estimulasse leituras radicais de autores críticos proeminentes da literatura e da poesia e, sobretudo, de ideologias e modelos políticos que eram considerados subversivos para a estabilidade normativa desse regime.

Quando me mudei para Lisboa, com 13 anos, para trabalhar como empregado de uma leitaria e, depois, num sítio de venda de hortaliças, a minha motivação pela leitura não era orientada para romances, nem tampouco para qualquer autor identificado com a religião, política ou ideologia. Na altura, o que me preocupava e motivava eram as extensas leituras dos jornais, que relatavam os sucessos e as notícias da minha grande paixão — o Sporting (SCP). A centralidade destas leituras implicava que todos os dias lesse os jornais *A Bola* e o *Record*. Era um tipo de leitura muito projetada na ação dos jogadores e nas suas vitórias, o que, na prática, preenchia grandemente os desígnios existenciais da vida lúdica de um trabalhador pobre de poucos recursos. Desse modo, quando o meu clube vencía, eu também era vencedor e quando qualquer jogador marcava um golo, eu também o marcava, porque só assim a vitória era possível. Este processo de aculturação urbana era o mais apropriado para os meus anseios e preocupações da época, que, com efeito, durou até ao início do processo de emigração, em 1970.

Aos catorze anos, em 1960, quando ingressei na empresa do Engenheiro Antunes Ferreira, comecei a despertar para leituras políticas e sociais. Com dezasseis anos, a minha motivação passava pela leitura dos jornais diários *República* e *Diário de Lisboa*, o que provocou uma apetência para a aprendizagem de leituras de informação e conteúdo ideológico e político, que incidiam na denúncia dos aspetos negativos da ditadura fascista de Salazar. Paulatinamente, fui associando estas leituras com romances de Júlio Dinis,

Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós. Sem ser um conjunto de leituras devidamente organizadas, fui construindo a minha identidade ideológica, política, cultural e social, mesclada com heróis e heroínas que simbolizavam os princípios e as práticas do amor, amizade, fraternidade e igualdade. As conversas com amigos mais chegados nos cafés, assim como a frequência de cinemas que exibiam filmes que não eram censurados, determinaram a abertura do meu pensamento para a compreensão de realidades históricas de sociedades contrastantes, sobretudo para existência dos modelos comunista e capitalista, no que toca aos aspetos negativos da exploração do Homem pelo Homem e as desigualdades sociais, económicas, culturais e políticas.

É a partir destes pressupostos que, pouco a pouco, me fui tornando um opositor e militante contra o regime ditatorial fascista. Consequentemente, aprofundi a leitura de autores que alvitavam a construção de sociedades comunistas, sendo que as obras que posteriormente foram objeto de maior reflexão e análise na crítica radical do capitalismo incidiram em Karl Marx. Evidentemente que as preocupações que tinha com o futebol e o desporto, em geral, se foram perdendo e os atos de ligação com a Igreja Católica Apostólica Romana foram diminuindo de forma definitiva. Entretanto, no ano de 1964, encontrei um novo emprego, mais uma vez, como mecânico de máquinas de construção civil, na empresa José Ribeiro — Indústria e Comércio. Como resultado, para além do salário sofrer um aumento significativo, a entidade patronal facultou-me uma habitação construída em tijolo, contígua ao local da oficina.

Como já antes mencionado, por ironia do destino ou por lógica profissional de mecânico, tive oportunidade de conhecer Ilídio Ribeiro, filho do patrão da empresa onde trabalhava, o qual se revelou, a contar daí, um ser humano crucial, de uma influência significativa na minha trajetória ideológica e política. Logo desde o início, os mecanismos comportamentais espontâneos e informais de ambos traduziram-se numa empatia relacional indelével que, aliás, perdurou até à morte de Ilídio, em 2011. Por razões de gestão e divisão do trabalho nesta empresa, Ilídio ficou incumbido de gerir diretamente tudo o que se relacionava com a oficina de mecânica e a extração de areia através dos barcos que estavam estacionados na doca de Poço do Bispo, em Lisboa. Antes

de exercer estas funções de gestão, Ilídio fora estudante de Engenharia Civil no IST-UTL, não tendo, no entanto, terminado a licenciatura.

A sua postura contra o regime fascista de Salazar já tinha sido assumida há vários anos, com a criação da Mondar Edições, conhecida, também, como Cadernos de Hoje. Entre as várias edições de vanguarda, sempre orientadas na denúncia e crítica do capitalismo, com correlações estreitas com os pressupostos da oposição ao regime ditatorial de Salazar, importa referir uma série de edições, que datam desde 1964, como foi o caso de: Henry Gauthier, *Jaz no Cinema* (1964); Artur Portela Filho, Augusto Sobral, Fiamma Hasse Pais Brandão, José Sasportes, Maria Teresa Horta, Bernardo Santareno, *Novíssimo Teatro Português* (1964); José Vaz Pereira, António Escudeiro, António-Pedro Vasconcelos, Ernesto de Sousa, José Fonseca e Costa, Manuel Villaverde Cabral, *Bergman no Cerco* (1964); Georges Lukács, *Significado Presente do Realismo Crítico* (1964); António Aragão e Herberto Helder, *Poesia Experimental Portuguesa* (1964); Jean Barrot, *Notas para uma Análise da Revolução Russa* (1974); Noam Chomsky, *Política e Linguística sobre Resistência* (1974); Salvador Allende, et al., *Imperialismo e Dependência* (1974); Maurice Siné, *CIA* (1974); Albert Memmi, *Retrato do Colonizador* (1974).

Esta luta editorial contra o regime fascista de Salazar era baseada numa perspectiva vanguardista e intelectual, na medida em que quase todos esses livros abordavam uma diversidade de crítica contundente direta e indireta ao regime, razão plausível para a PIDE utilizar os seus mecanismos de censura e os retirar das livrarias logo que eram publicados. O que importa salientar, num contexto geral de interconhecimento, foram as relações sociais informais e espontâneas de amizade e de liberdade que emergiram, naturalmente, entre mim e Ilídio Ribeiro, permitindo-nos sair do esquematismo formal das relações do mundo, relativamente ao trabalho assalariado, e criar um espaço de vida quotidiana contínua na casa de Ilídio, na Avenida De Pádua, em Lisboa. Nesta casa, tive a oportunidade de usufruir de uma imensa biblioteca recheada de livros e revistas em língua portuguesa e, em menor quantidade, em línguas francesa e inglesa. Era um ambiente de discussões e jantares intermitentes, sempre com o culto da amizade, da festa e assuntos de índole ideológica e política.

Das idas e vindas a esta biblioteca, entre vários livros que Ilídio Ribeiro me facultou para ler, dois tiveram uma importância crucial na minha evolução. Refiro-me, concretamente, ao aprofundamento da leitura do livro I de *O Capital*, de Karl Marx e *O Mundo da Paz* de Jorge Amado. Em relação ao livro de Jorge Amado, o impacto foi de tal modo demolidor que, de um dia para o outro, comecei a considerar o comunismo como o modelo de sociedade mais perfeito para a realização da emancipação social das sociedades contemporâneas. A viagem que o autor fez à URSS, na década de 1950, e a alguns países socialistas do leste europeu, foi tão idealizada como um paraíso terrestre que, em última análise, era difícil detetar a existência de qualquer tipo de contradição ou conflito no socialismo soviético. Eu lia com sofreguidão a narrativa apologética do comunismo e mastigava o conteúdo das palavras como se estivesse a comer um repasto de iguarias a que só as elites privilegiadas tinham acesso. De qualquer modo, este tipo de sociedade comunista que Jorge Amado narrou, em inícios da década de 1950, era uma narração de princípios e práticas ideológicas, políticas, económicas, culturais e sociais sobre um modelo de sociedade que tinha como objetivos destruir a sociedade capitalista através da luta de classes.

Essa iniciação empírica de identidade ideológica e política com as sociedades comunistas, através da leitura do livro, foi consolidada, teoricamente, com a leitura de *O Capital*, Livro I, editado na década de 1960. Antes de ler esta obra propriamente dita, Ilídio Ribeiro deu-me a ler obras de vulgarização mais adequadas aos meus conhecimentos revolucionários. Assim, tive oportunidade de ler o *Manifesto do Partido Comunista; Burguesia e a Contra Revolução; Trabalho Assalariado e Capital; As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850; Salário, Preço e Lucro*, editados na década de 1960. Não sei se foi por uma mera estratégia pedagógica de Ilídio Ribeiro, mas o que é notório e evidente é que todas essas obras tinham um carácter de leitura simples, incisiva e prática, não só para me esclarecer e informar sobre a natureza dos problemas essenciais do capitalismo e do Estado, como para me estimularem na senda de uma participação efetiva nos movimentos sociais revolucionários, com a hipótese aberta de integração nos partidos e sindicatos existentes na sociedade portuguesa.

No fundo, sem me aperceber, eu estava a assimilar uma aprendizagem do léxico conceitual do marxismo, quer na sua visão do materialismo histórico



e dialético quer das suas premissas científicas e teóricas, no que concerne a *Crítica da Economia Política*. Esta relação iniciática com o marxismo vai ser objeto de um certo desenvolvimento quando assumi inteiramente os ensinamentos do livro de Karl Marx. À distância, a memória que tenho da leitura d’*O Capital* reporta-se, essencialmente, à teoria do valor-trabalho e sua correlação sistemática e profunda com o valor de troca e de uso de uma qualquer mercadoria. Para analisar qualquer mercadoria, segundo Karl Marx, haveria de se ter em linha de conta o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Por outro lado, qualquer mercadoria possui uma dupla natureza: valor de uso e valor de troca. Estes são distintos. Enquanto que o valor de uso se baseia em propriedades de utilidade e de consumo genéricas, o valor de uso das mercadorias, no modo de produção capitalista, é simplesmente material do valor de troca. Diferente do valor de uso, o valor de troca das mercadorias, no modo de produção capitalista, radica numa relação quantitativa que se expande socialmente no mercado. No sentido amplo do termo, a noção de utilidade persiste no processo de sociabilidade que a troca arrasta no mercado.

Esta visão economicista da obra de Karl Marx privilegia a noção de mercadoria da força de trabalho associada à distinção entre valores. Através deste, é possível encontrar um denominador comum no espaço-tempo do valor de troca e de uso das mercadorias: o tempo de trabalho social médio que é necessário para a sua produção. Para Karl Marx, só o trabalho cria valor, quer na sua dimensão de criação de valor de uso quer na sua realização como valor de troca. Para assumir essa condição, o trabalho tem de ser útil e abstrato. Enquanto valor de uso, o trabalho assume-se como valor de uso singular e distinto, enquanto que o valor de troca se assume pela essência do tempo de trabalho socialmente útil e se afirma como força física e mental abstrata.

Após ter analisado e aprendido os aspetos essenciais desta dupla faceta da mercadoria, na perspectiva de Karl Marx, tratava-se de compreender como é que se processava a compra e a venda da mercadoria de força de trabalho, do qual se podia perceber a origem da mais-valia no modo de produção capitalista. Esta parte do livro interessou-me sobremaneira porque me explicava a natureza da exploração do Homem pelo Homem, no contexto do capitalismo, e, ainda, porque a classe operária poderia, assim, assumir um papel histórico

determinante na luta de classes, que extinguiria o capitalismo. No mais, para além das leis de acumulação do capitalismo e do desenvolvimento da composição orgânica que levaria à queda tendencial da taxa de lucro para zero, importa ter em atenção as leis de acumulação primitiva do capital.

Esta leitura sucinta de Karl Marx, que poderia ser vista como uma adesão ao marxismo foi, por outro lado, desenvolvida em reuniões e discussões durante as eleições de 29 de outubro de 1969, para a Assembleia Legislativa, em Portugal. Como representante eleito da freguesia de Campolide, sem ser militante do PCP, tinha, no entanto, relações privilegiadas com alguns militantes deste partido, que estavam numa situação de clandestinidade. Por outro lado, na sede CDE, no Campo Pequeno, em Lisboa, participei em várias reuniões com o objetivo candente de falar sobre os conteúdos dos programas e das ideologias dos diferentes partidos que se apresentavam nas eleições para concorrer à Assembleia Legislativa de 1969. O programa político e a ideologia da CDE onde militava eram modelados estratégica e tacitamente pelo PCP. Quer no bairro de Campolide quer no Campo Pequeno, em que foi visível a minha militância, cedo me apercebi de que não havia espaço nem liberdade para dialogar e analisar o modelo de comunismo preconizado por Karl Marx ou sobre outro qualquer assunto ou autor de incidência revolucionária que estivesse próximo da ideologia do comunismo. A narrativa ideológica e a crítica só tinham lugar para dizer mal e pôr em causa os defeitos da ditadura fascista de Salazar e de Caetano ou, então, enaltecer as virtualidades das revoluções russa e cubana.

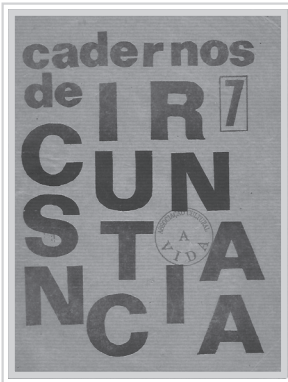
Depois deste período, quando cheguei a Paris, em 1970, deparei-me com uma hipótese histórica de ir viver para Cuba no prolongamento da génese de militante revolucionário e, desse modo, potenciar a revolução que tinha sido iniciada em 1959. Naquela altura, não tinha a pretensão nem qualquer vontade em refletir e analisar as bases teóricas e manifestações práticas do marxismo nas suas múltiplas dimensões. Em presença da existência histórica prévia dos *Cadernos de Circunstância*, no período de 1970, desenvolveu-se um processo de entendimento e esclarecimento, entre mim e este grupo, que haveria de criar as hipóteses de uma identidade que levaria à minha integração no grupo ou, então, na continuidade da minha intenção em ir para Cuba, como tinha sido, inicialmente, previsto quando saí de Portugal.

Quando fui chamado a refletir sobre a minha situação em Portugal, é evidente que o meu discurso narrativo estava totalmente centrado numa ação individual e coletiva, polarizada à volta dos interesses reivindicativos e revolucionários da classe operária e, conseqüentemente, da luta de classes, que estava em sintonia com as premissas analíticas marxistas dos *Cadernos de Circunstância*. Foi em presença dessas hipóteses que fui confrontado com as diferenças subsistentes entre sociedades capitalistas e comunistas. Daqui, extraí uma série de ilações que me demoveram de ir para Cuba, decidindo integrar o grupo dos *Cadernos de Circunstância* de forma definitiva.

Na generalidade, a minha contribuição analítica para a edição dos sete números dos *Cadernos de Circunstância* foi nula, limitando-me à preparação da edição de algumas brochuras sobre lutas e greves operárias, produzidas e distribuídas pela *Jeunesse Reconstruction*, em 1970, em algumas livrarias de Paris e outras cidades francesas. A minha contribuição efetiva, como membro dos *Cadernos de Circunstância*, em termos teóricos e práticos, centrou-se na elaboração do jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado e Contra o Capital* que, como referi antes, foi objeto de distribuição na região de Paris, junto dos imigrantes portugueses, em 1970. Mais tarde, este mesmo jornal foi produzido e distribuído na região de Lisboa, junto da classe operária, entre 1971 a 1972.

O núcleo firme que deu início à publicação dos *Cadernos de Circunstância* foi constituído por Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros, José Santos, Alberto Melo, Fernando Margarido, Aquiles de Oliveira e, mais tarde, Jorge Valadas e João Freire. Claro que existiram outros colaboradores, mas estes foram os principais. Das leituras posteriores que tive oportunidade de realizar, pode-se afirmar que o conteúdo marxista das suas análises primava por posições contra o capital monopolista e imperialista, sendo, por outro lado, críticos da natureza do «socialismo real» da URSS e dos outros socialismos implantados na China, em Cuba e nos países do leste europeu, assim como os partidos e os sindicatos que seguiam as premissas destes modelos de sociedade. Até ao n.º 4–5, as suas análises eram centradas na realidade da sociedade portuguesa, quer no período ditatorial salazarista ou no pós-salazarista de Marcello Caetano. Os postulados teóricos do marxismo eram extraídos da obra *O Capital*, de Karl Marx, com especial relevância para a lógica da natureza da mercadoria de força de trabalho,

o trabalho assalariado, a produção de mais-valia e as leis de acumulação do capital. Nos primeiros números, o dilema teórico do trabalho intelectual sempre preocupou os redatores dos *Cadernos de Circunstância*, provavelmente, porque nenhum deles era operário. Esta dimensão marxista que emergiu nos conteúdos analíticos dos primeiros *Cadernos de Circunstância* não impediu que alguns autores enaltescessem o papel revolucionário de Lenine e de Fidel de Castro, no contexto dos fenómenos revolucionários contemporâneos que pretendiam, hipoteticamente, abolir o capitalismo.



*Cadernos de Circunstância*,  
n.º 7, Paris, março de 1970.

Os n.º 6–7 dos *Cadernos de Circunstância* sofreram uma grande mudança no quadro do modelo analítico marxista. As consequências do Maio de 1968 foram sintomáticas a esse respeito. A natureza espontânea e radical do movimento operário e estudantil pôs em causa, de forma irreversível, a atuação dos partidos e sindicatos, como também de todo o espectro ideológico do marxismo-leninismo, do maoísmo, do trotskismo, do guevarismo e do castriano, que tinham a pretensão histórica de evoluir para modelos de sociedades socialistas.

Estas premissas de mudanças ideológicas e políticas fizeram com que as análises dos *Cadernos de Circunstância* se tenham circunscrito à da luta de classes associada a um tipo de ação coletiva da classe operária, sempre orientada no sentido da autogestão e autonomia conducente à sua emancipação social. Não admira, assim, que, depois de terem criticado a falência histórica do socialismo, tenham chegado à conclusão de que: «socialismo não é um presente de natal oferecido por um grupo de dirigentes iluminados ao proletariado passivo» (R. Luxembourg, p. 7); «Nesta ordem de ideias, uma das tarefas teóricas fundamentais será a de reunir e articular coerentemente os elementos de análise e de reflexão já fornecidos por toda a corrente “esquerdista”, que vai desde o spartakismo (Rosa Luxembourg, Karl Liebknecht, Franz Mehring) até às oposições de esquerda dentro do próprio partido bolchevique (comunistas de esquerda, centralistas-democráticos, oposição operária, etc.), passando pelos teóricos dos Conselhos Operários (Gorter, Pannekoek, Otto Rühle, Mattick,

entre outros), para chegar hoje aos representantes atuais da crítica radical das burocracias de estado no interior dos próprios países de Leste.» (*Cadernos de Circunstância*, 1969, n.º 6, p. 7).

Foi com base nesta posição analítica marxista da ultraesquerda que os *Cadernos de Circunstância* acabaram, em 1970. Daqui, nasceu uma mudança que se concretizou numa evolução em que o grupo dos intelectuais seguiu o seu caminho de forma singular, da reflexão pela reflexão, enquanto que o grupo mais ligado à corrente da autonomia operária foi atuar junto às problemáticas conflituais e reivindicativas, geradas no seio das fábricas do tecido industrial da região de Paris e, mais tarde, na região industrial de Lisboa. A minha inserção dá-se neste grupo, em 1970, e acaba no final de 1972.

Tendo presente a conjugação espacial, temporal e geográfica de Paris e a estimulação que recebi da ideologia marxista, logo que cheguei à cidade, a necessidade de aprofundar a leitura dos vários autores da ultraesquerda impunha-se. Devido a esse impulso dos amigos dos *Cadernos de Circunstância*, tive conhecimento da existência de uma pequena livraria chamada Vieille Taupe, na Rue Ulm. O número e a diversidade de autores e temáticas dentro do espectro ideológico da ultraesquerda abrangia a necessidade de um vasto conhecimento queurgia colmatar. Porque não me interessava muito ler os livros de Amadeu Bordiga e António Gramsci, aprofundei as minhas leituras a partir da revista *Socialisme ou Barbarie*, *Cadernos Spartacus* e os seguintes autores: Rosa Luxembourg, *La Révolution Russe*; Ida Mett, *Le Paysan Russe dans la Révolution*; Pannekoek e Korsch, *Lénine Philosophe*; Victor Serge, *L'année 1 de la Révolution russe* (3 vol.); Leonard Schapiro, *De Lénin a Stálin*; Serge Bricianer, *Pannekoek et les Conseils Ouvrières*; P. Archinoff, *Le Mouvement Maknovista*; Karl Marx, *Oeuvres Complètes*, (14 vol.). As minhas permanências nesta livraria permitiam a generalização de discussões e reflexões com Pierre Guillaume e François Martin, pela simples razão de serem os proprietários da livraria e de estarem presentes na hora de abertura e no fecho da livraria. É evidente que a especificidade do conteúdo dos livros e das revistas que estavam à venda, por si só, originavam uma onda de curiosidade e de interação para comunicar sobre assuntos revolucionários diversos, entre os quais a des-trinça entre o marxismo reformista e marxismo revolucionário.

Em simultaneidade com as minhas idas à livraria, por amizade adquirida com Jorge Valadas, assisti a algumas reuniões com o grupo ICO, que editava a revista *Informations Correspondance Ouvrières*, desde 1958. Deste grupo destaco, com as informações que recebi ao longo dos anos, com entradas e desistências, a presença constante do mentor do grupo Henri Simon e de Pierre Blachier, mas também, ainda que em menor constância, de Daniel Saint-James, Ngô Văn, Serge Bricianer, Claude Orsoni, Françoise Avila, Jean-Jacques Lebel, Yann Moulrier, Christian Lagant, Louis Evrard, Henri Chazé, Maximilien Rubel, Daniel Blanchard, Heloisa Castellanos e Eduardo Colombo. A evolução teórica deste grupo sofreu mudanças significativas com a ocorrência do Maio de 1968, em França. Antes deste acontecimento, as funções revolucionárias do grupo consistiam em estimular os movimentos sociais operários de forma autónoma que não acreditavam mais na ação dos partidos e sindicatos tradicionais.

No intuito de dar saída à realização da emancipação social dos trabalhadores como obra exclusiva da sua responsabilidade e consequência lógica, estava em causa a extinção do capitalismo, da hierarquia, da gestão burocrática, do Estado, do salariado, da guerra, do racismo e do socialismo. «O movimento operário é a luta de classes que os trabalhadores lhe quererão dar. Nós, o que poderemos fazer, é dar-lhes a informação que necessitam [...] Ao lado destas teorias e de ações revolucionárias do passado, a forma prática e teórica que os trabalhadores dão hoje à luta de classes nos elucidam como e porquê lutar. Nós consideramos que estas são uma etapa sobre o caminho que conduz para a gestão das empresas e da sociedade pelos próprios trabalhadores. Nestas lutas e nesta gestão, nós recusamos de nos substituir aos trabalhadores. Mas, nós estimamos que um meio de informação é indispensável para os meter em relação direta» (ICO, n.º 93, p. 32).

Entrelaçado nos estudos sobre o marxismo, mais uma vez, estimulado pela cumplicidade de Jorge Valadas e Jacqueline Reuss, passei a integrar o Grupo de Amigos das Edições *Spartacus*. Historicamente, este grupo foi animado e liderado por René Lefeuve, a bem dizer, a partir da criação da revista *Masses*, em 1932. A este respeito, importa muito perceber que o meu aprofundamento da leitura do marxismo neste grupo passava fundamentalmente pela escolha

seletiva da leitura de textos de Karl de Marx, de autores que tinham realizado uma leitura radical da obra de Karl Marx e, por outro lado, de autores que denunciavam a negatividade revolucionária do marxismo-leninismo e do estalinismo nos países que tinham enveredado pelo «socialismo real». Não admira que durante a vida de René Lefevre tenham sido publicados cerca de 150 títulos e que, entre eles, na sua grande maioria, sejam autores identificados com Karl Marx e a ultraesquerda marxista: Rosa Luxembourg, Otto Rühle, Herman Gorter, Anton Pannekoek, Paul Mattick, Charles Reeve, Simon Ruback, Victor Serge, Karl Korsch, Ida Mett, Alain Guillerm, entre outros.

A latitude da minha intervenção no âmbito das reuniões do Grupo de Amigos de *Spartacus*, em que estive presente desde 1971 até 1975, foi sempre sujeita à orientação editorial de René Lefevre, que privilegiava acima de tudo edições sobre Rosa Luxembourg. Com a eclosão do Maio de 1968 e as greves selvagens na Europa Ocidental, nos EUA e no Canadá, as premissas editoriais de René Lefevre foram transformadas, não só por estas circunstâncias, mas também pela reflexão e análise realizadas pelo grupo (composto por *René Lefevre, Serge Quadrapani, Jorge Valadas, Jacqueline Reuss, Simon Ruback, Jean-Michel Kay, Julien Chuzeville, Daniel Pino e Dominique Poussin*), a ponto das escolhas editoriais sugeridas assumirem uma força decisória importante na seleção de autores que se identificavam, primordialmente, com a luta de classes e as lutas autónomas da classe operária, que potenciavam o fim do capitalismo, do Estado, dos partidos e sindicatos.

No meu caso, a influência que as Edições *Spartacus* tiveram na minha formação ideológica e política, alcançou algumas dimensões de formação no estudo do marxismo, que não tinha ainda podido encontrado noutros grupos marxistas. Esta análise decorre do facto de as Edições *Spartacus* funcionarem diferentemente a partir das práticas de democracia direta, no estudo do marxismo e de outros autores. Não é assim que funcionam os grupos estruturados formalmente pelo marxismo. A ideologia e a política atuam com as suas regras e normas rígidas de interpretação, explicação e de compreensão quase religiosa da obra de Karl Marx. Enquanto membro do Grupo de Amigos de *Spartacus*, embora as opções passassem maioritariamente por escolhas editoriais das obras de Karl Marx e da ultraesquerda, a singularidade editorial de alguns autores

anarquistas, as suas diferenças de análise e a abertura ideológica nesse domínio, também tinham o seu lugar nos *Cadernos Spartacus*.

Outro momento em que me dediquei à ação individual e coletiva na procura do desenvolvimento teórico e prático do marxismo foi quando integrei no grupo GLAT (*Groupe de Liaison pour l'Action des Travailleurs*), que editava um boletim mensal denominado *Lutte de Classe — Pour le Pouvoir des Travailleurs*. Das vezes em que estive presente nas reuniões deste grupo, Raul Grosse e Madeleine Grosse aparentavam ser os mais assíduos, seguidos de mim, Alain Kay, Isabel Herpin, Jorge Valadas, Daniel Coret, Brigitte Coret, Jacqueline Reuss, e outros, que estávamos presentes regularmente nas atividades do grupo. Estive neste grupo entre 1972 e 1975. A grande diferença deste grupo marxista radical, relativamente aos outros que frequentei, incidia no facto de privilegiarem a greve como matriz da luta de classes no processo revolucionário, centrando na luta dos trabalhadores contra o capitalismo e, ao mesmo tempo, contra a burocracia russa e chinesa. Em segundo lugar, as modalidades de ação coletiva dos trabalhadores eram obra própria, através da realização de Assembleias Gerais e eleição direta de delegados de bases. Finalmente, para este grupo, subsistia a necessidade de um reagrupamento revolucionário, numa frente de trabalhadores mais combativos e lúcidos, independentemente da sua nacionalidade e profissão. Para esse efeito, tornava-se imprescindível romper com o isolamento dos grupos esquerdistas e criar uma rede de relações de apoio à classe operária para desenvolver um processo revolucionário que culminasse com o fim da escravatura capitalista.

Neste grupo, não tive nem houve o desejo de emergir para qualquer tipo de discussão baseada na leitura de um livro relacionado com o Karl Marx ou de autores da ultraesquerda. No cerne das preocupações centrais do grupo estava as motivações revolucionárias e teóricas de Raul Grosse, que via nos trabalhadores assalariados e na luta de classes a realização de qualquer revolução liderada pela classe operária, assim como a capacidade de organizar e superar os próprios fundamentos das reivindicações, conflitos e contradições que atravessavam o modo de produção capitalista, as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, traduzidos na produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias.



Fiquei sempre um pouco insatisfeito com esta maneira de interpretar a obra de Karl Marx de uma forma fria, pouca espontânea e sempre centrada no movimento social operário. Foi por esta razão que, através de uma amizade que vinha sendo solidificada desde 1970 com Jorge Valadas e Jacqueline Reuss, com base na iniciativa do primeiro, eu, Serge Bricianer, Kristen Gronielson e Anne Florande fomos convidados para formar um grupo de estudos e de discussão sobre Karl Marx, Anton Pannekoek, Paul Mattick e Karl Korsch, sendo que o tema central da discussão e leituras recaía, sobretudo, na reflexão sobre os Conselhos Operários. Era um grupo que juntava o útil ao agradável, oscilando entre o prazer das leituras de determinados textos e a reflexão no contexto da vida quotidiana. Neste domínio, a amizade não dispensou as relações centradas nas atividades lúdicas de Paris, nem os almoços e jantares coletivos.

A razão de ser deste grupo devia-se a vários motivos. O primeiro, como já foi antes referido, cinge-se às greves selvagens que ocorreram na Europa Ocidental, no final da década de 1960 e princípios da década seguinte. O segundo deriva da historicidade da luta dos trabalhadores assalariados nos soviets, em 1905 e 1917, na Rússia, conselhos operários na Hungria, em 1919, na Itália, em 1919–1920, na Alemanha, em 1918–1919, na Hungria, em 1956. Estas lutas demonstraram, de modo inequívoco, a força coletiva e revolucionária das massas trabalhadoras e da justeza analítica das teses desenvolvidas a esse respeito por Anton Pannekoek, sobre os Conselhos Operários, tendo por base a organização autónoma e autogestionária da classe operária em articulação sistemática com a sua emancipação social. Este grupo não tinha nome porque funcionava em bases espontâneas, informais e sem qualquer espécie de obrigação estrutural ou formal para publicar o que quer que seja. Individualmente, isso não impediu que, entretanto, Jorge Valadas (Charles Reeve) publicasse o seu livro: *Le Tigre de Papier — le développement du capitalisme en Chine (1949–1971)*, em 1972, Edições *Spartacus*.

Passei por outras situações grupais em que a ideologia marxista estava presente, mas, pela formação e educação que já tinha consolidado, era impossível dialogar com qualquer tipo de marxismo ideológico e político que estivesse conotado com o marxismo-leninismo, o estalinismo, o trotskismo, o maoísmo, o guevarismo ou o castrismo. O mesmo ocorria com qualquer expressão

ideológica ou política que fosse patrocinada ou legitimada pelo Estado, capitalismo, sindicatos, partidos ou religiões. Em Paris, em 1973, ainda fui abordado para participar num grupo denominado CIP (Cadernos de Iniciativa Política), em que participavam José Augusto da Silva Marques, Júlio Henriques, Ana Carvalho e Manuel Carvalho e mais dois outros elementos cujos nomes não me recordo. Segundo a minha memória atual, assisti a duas reuniões acompanhado com os meus grandes amigos de sempre, David Bernarda e António Manuel Anica. Nem eu nem os meus amigos achámos que este grupo tinha a solução revolucionária que desejávamos, porque, em última análise, o grupo CIP ainda sofria, no nosso entendimento, das mazelas políticas reformistas de qualquer partido comunista marxista-leninista.

No fundo, enquanto estive em Paris, a minha formação teórica sobre o marxismo residiu, crucialmente, na minha passagem pela Universidade de Paris VIII. A razão para esta afirmação é simples e sintomática. Sem poder relembrar com a exatidão o conteúdo exaustivo dessa formação que desejava a todo o custo, é possível esboçar uma contabilidade do horizonte temporal que me levou a frequentar as salas de aulas durante cerca de quatro anos, a estudar o marxismo. Se considerar que frequentei trinta disciplinas com um tempo padrão de quarenta horas para cumprir o programa de cada uma, então, chego à conclusão de que tive uma formação do marxismo de cerca de mil e duzentas horas. Daqui, resulta uma outra vertente que consiste em saber qual foi o aprofundamento e partes da obra de Karl Marx que foram objeto de lecionação na sala de aulas.

Neste capítulo, todos os professores, sem exceção, faziam dos livros *O Capital* e *Crítica à Economia Política* as obras de referência da estrutura curricular das suas disciplinas e, como consequência, a maioria dos programas que eram objeto de lecionação. Claro que havia exceções, na medida em que alguns autores tentavam, à luz da perspectiva de Karl Marx, analisar problemas da Economia Política contemporânea, com especial foco na essência do desemprego, da moeda, do Imperialismo, do investimento e do mercado. Por outro lado, existiam algumas disciplinas de opção livre, como a Informática e as línguas, que não constavam diretamente no objeto científico da licenciatura de Economia Política. Assim, a formação teórica do marxismo era,

prioritariamente, assumida pelo livro I d' *O Capital*, em que Karl Marx analisa a produção de capital com relevo central para a função dupla da mercadoria como valor de uso e valor de troca. Depois dessa matéria, eram analisadas as funções do capital variável (trabalho vivo) e do capital constante (trabalho morto). A natureza diferenciada destes dois tipos de capital, no modo de produção capitalista, segundo Karl Marx, vão dar azo ao desenvolvimento da composição orgânica do capital e, como consequência, à tendência da queda tendencial da taxa de lucro para zero. O programa ainda continha outras partes importantes relacionadas com o livro, pois debruçava-se sobre as leis de acumulação do capital e a acumulação primitiva do capital.

Mesmo que alguns autores se debruçassem sobre o livro II d' *O Capital*, que fora editado por Friedrich Engels, na maioria dos casos, as temáticas lecionadas com base neste livro restringiam-se a uma formação centrada no processo de circulação do capital, no qual os ciclos das metamorfoses do capital resultavam em acumulação de dinheiro e em que os diversos custos e o espaço-tempo da reprodução da totalidade do capital social em circulação levava à necessidade de se compreender como é que se processa a rotação do capital, com especial primazia para o capital variável e o capital constante. O livro III também foi organizado e editado por Friedrich Engels. Tem por base a análise do processo total da produção capitalista e remete-nos para a análise da transformação da mais-valia em lucro e da taxa da mais-valia na taxa de lucro e de todas as funções monetárias relacionadas com o lucro e o juro.

Se em relação aos livros II e III persistiu um relativo silêncio do conteúdo da obra fundamental de Karl Marx, em relação ao livro IV, Teorias da Mais-Valia, o silêncio dos intelectuais marxistas ainda era muito maior. A razão era simples. Quem organizou e editou este livro foi Karl Kautsky, então considerado, a partir da morte de Friedrich Engels, o papa do marxismo na Europa e no resto do mundo, a que todos os marxistas prestavam vassalagem, até ao início da Primeira Guerra Mundial. Quando Vladimir Ilitch Ulianov se transformou no herói ideológico e político do marxismo na Rússia Soviética, em 1917, Karl Kautsky deixou de ser a figura central do marxismo a nível mundial, a quem todos recorriam antes da revolução russa. Por outro lado, Karl Kaustky foi o primeiro a aperceber-se e a criticar duramente e claramente os avatares da revolução

rusa, entre 1917 e 1921, publicando diversos livros em 1918, 1919 e 1921. Foi considerado um renegado por Lenine, o que, por arrastamento, o tornou uma *persona non grata* e um proscrito junto da comunidade marxista mundial.

No confronto ideológico e político que emergiu em França, após o Maio de 1968, em 1971, tive oportunidade de conhecer e aprofundar as leituras de uma corrente denominada *Internacional Situacionista*. Ainda que não tenha lido em profundidade e extensão os doze números da revista *Internationale Situationniste*, que foram publicados entre 1958 e 1969, em contrapartida, li e reli várias vezes a *Société du Spectacle* de Guy Debord, publicado em 1967; *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations* de Raoul Vaneigem, publicado em 1967; *De la misère au milieu étudiant*, de Mustapha Khayati, publicado em 1966. Apesar da revista não ter germinado grandes discussões entre as pessoas que se identificavam ou procuravam aprofundar os seus conhecimentos sobre o situacionismo, os dois livros que referi de Guy Debord e de Raoul Vaneigem sobrepuseram-se a todos os outros como leituras e discussões obrigatórias. Neste caso, a minha adesão aos princípios e práticas do situacionismo provêm de a sua continuidade epistemológica e revolucionária provir de um tipo de marxismo radical, assente na luta de classes e nos Conselhos Operários como forma de luta autogestionária contra o capitalismo e o Estado, como tinha ocorrido na Hungria, em 1956. As outras origens da *Internacional Situacionista* radicavam na crítica do urbanismo das cidades contemporâneas e num movimento de tendências artísticas, que remontava à criação da *Internacional Letrista*, na década de 1950, que, por sua vez, resultava de uma série de cisões e integrações e movimentos artísticos, como aconteceu com Cobra, Dadaísmo, Surrealismo e Fluxus.

Sabendo de antemão que nem todos os que colaboraram na criação e desenvolvimento da *Internacional Situacionista* tiveram o mesmo relevo público, não deixa de ser importante focar todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, com cisões, conflitos e contradições, deixaram uma contribuição singular na crítica à sociedade e ao Estado, em múltiplas dimensões: Guy Debord, Mohamed Dahou, Giuseppe Pinot-Gallizio, Maurice Wyckaert, Constant, Asger Jorn, Helmut Sturm, Attila Kotányi, Jørgen Nash, Uwe Lausen, Raoul Vaneigem, Michèle Bernstein, Jeppesen Victor Martin, Jan Stijbosch,

Alexander Trocchi, Théo Frey, Mustapha Khayati, Donald Nicholson-Smith, Christian Sabatini, René Riesel, René Viénet.

O que me agradava mais nas leituras e nas discussões sobre o situacionismo residia nos aspetos lúdicos do jogo, de desvio e de criação de situações revolucionárias em todas as alturas da vida quotidiana, sem estar confinado à normalização da repetição mecânica do prazer e do desejo, da intervenção política nos esquemas ideológicos dos partidos e dos sindicatos ou até da ultraesquerda marxista. O jogo, na perspectiva situacionista, permitia a deriva, a transgressão e o desvio relacional e comportamental, a criação de situações centradas na crítica da «sociedade espetáculo» e da «sociedade de consumo» e, conseqüentemente, da sua ultrapassagem. Estes fatores eram determinantes para estar identificado com os pressupostos analíticos e revolucionários da *Internacional Situacionista*, ao mesmo tempo que não menosprezava a leitura da crítica das artes e do urbanismo, que foram fundamentalmente elaboradas no âmbito dos doze números da revista *Internacional Situacionista*.

No contexto da vivência dos princípios e das práticas da *Internacional Situacionista*, para mim, coexistia a ideologia e a política decorrentes da ação individual e coletiva que já persistia na minha integração no mundo marxista da ultraesquerda. Esta sobreposição ideológica não me impediu de ser um adepto e até ator teórico e prático do situacionismo, mesmo que tivesse acorrentado a algumas situações confusas entre mim e os militantes da ultraesquerda marxista. O situacionismo, deste modo, enquanto estive em Paris, assumiu duas expressões básicas: 1) reflexão e análise das principais obras do situacionismo; 2) inserção do situacionismo como jogo, deriva e criação de situações no quotidiano. Em relação ao primeiro aspeto, tive duas relações altamente privilegiadas de reflexão e aprofundamento das principais obras e autores da *Internacional Socialista* que jamais esquecerei: António Anica e Christian Marchadier (dit Arthur). Com estes grandes amigos, passei horas a discutir sobre a revista, circunstância, aliás, sempre acompanhada de vinho («sangue do senhor») e de outras bebidas em dezenas de almoços, jantares e festas. Em menor dimensão e intensidade, sem acompanhamento do «sangue do senhor», tive também oportunidade de refletir sobre a *Internacional Situacionista* com Jean-François Martos, Pedro Joffre, Carlos da Fonseca e Patrick Cheval.



À ESQUERDA: António Manuel Anica, Françoise Antony e Rachel Anica. À DIREITA: Christian Marchadier (dit Arthur).

Se eu quiser articular as discussões sobre o situacionismo em almoços, jantares e festas numa lógica de prazer e jogo, então tenho de referir António Anica, Christian Marchadier, Mercedes Prunes, Etiennete Dejean, Malika Kadai, Pierre Bouguenec, Gislaine Lafont, Jorge Furtado Rocha, Narciso Viana, Nicole Coret, Elisiário Lapa, Antónia Perez, Nicole Laurens, Etienne Dejean, António Viegas, Florent Stepin e Mourad Hallouche. No sentido mais profundo da criação de situações, a ação quase sempre espontânea do Partido «Mandrakista», geralmente, atuava nos finais de semana. Produzia situações singulares de alegria com almoços e jantares abastados, festas, bebidas e muita música, precedida do desvio e da criação de situação prévias de recuperação de riqueza social através de expropriação de mercadorias que estavam expostas nas grandes superfícies comerciais. Como já foquei noutra capítulo, este partido era de natureza informal e espontânea.

Em todo este período que vivi em França, poder-se-ia perguntar qual seria a razão da minha ausência do espectro ideológico e político anarquista. As razões são múltiplas. Em primeiro lugar, não foi por falta de conhecimento de leituras para esse efeito, na medida em que, quando ingressei no Grupo de Amigos de *Spartacus*, já tinha conhecimento que tinham sido editados, por este grupo, uma série de cadernos identificados com o anarquismo: *Bakounine et Netchaiev. Le Catéchisme Revolutionnaire*, de Jean Barrué; *Anarchisme et Marxisme en Russie*,

de Arthur Lehning; *Le Paysan Russe dans la Révolution*, de Ida Mett. Por outro lado, cheguei a frequentar várias vezes a Librairie Anarchiste Publico, na Rue Amelot, tendo, nessa livraria, comprado vários livros anarquistas de Miguel Bakunine e Pierre-Joseph Proudhon. Não sei quais foram as razões plausíveis deste alheamento e desinteresse, mas penso que a minha mente estava ainda muito impregnada nas vicissitudes modelares do materialismo histórico e dialéctico do marxismo.

Após quase seis anos, quando regressei a Portugal, o meu espectro ideológico e político estava centrado, fundamentalmente, na ultraesquerda marxista e no situacionismo. Independentemente das circunstâncias em que me posicionasse, o meu olhar e ação plasmavam-se nestes pressupostos, daí que me limitasse a extrair algumas citações de publicações em que participei nesse período. A primeira análise impressa em papel que fiz na vida ocorreu na revista *Aos Cadáveres do Mundo: Os Proletários Não Têm Pátria*, em fevereiro de 1974. Elaborei a introdução do n.º1 da revista e, como se verá, é possível extrair o teor das minhas posições na época: «Ver em nós um produto da evolução histórica é consequência das contradições que regem a sociedade capitalista, implica um método de análise, cuja dimensão universal, pretendemos ser uma constante ao longo das nossas intervenções [...] O facto de sermos emigrantes, agravando as nossas condições de vida e de sujeição ao patronato, leva-nos a compreender mais facilmente a génese profunda da nossa condição material. Não somos, portanto, qualquer categoria abstrata de indivíduos. [...] A emigração, mercadoria estratégica do mercado de trabalho, sofreu constantes mutações, quer ela se situe a nível regional, nacional ou internacional. O desenvolvimento desigual da sociedade capitalista tem criado, através da História, zonas geográficas económicas, sociais e políticas, cujas características pressupõem uma adaptação histórica específica» (p. 3).

Linguagem primária, tipicamente marxista, mas personificadora do que eu era como ser pensante e militante ideológico e político puro e duro. Quando se dá a Revolução de Abril, em Portugal, que se desenvolve até 25 de novembro de 1975, tive a possibilidade de reanimar esta postura comportamental durante vários meses. Mesmo que o meu ativismo estivesse sempre limitado pela ideologia da ultraesquerda marxista, no sentido em que a ação individual

e coletiva radica numa conflitualidade e contradição intensa e extensa contra o capitalismo e o Estado, por outro lado, as modalidades de autogestão, assembleias gerais autónomas, conselhos operários, greves gerais, foram o modelo ideológico e político revolucionário que estimularam a minha ação e identidade coletiva com as lutas da classe operária, em Portugal, em prol da sua emancipação social. De acordo com estes ditames, intervim fundamentalmente nas lutas das operárias e dos trabalhadores da Sogantal e da TAP.

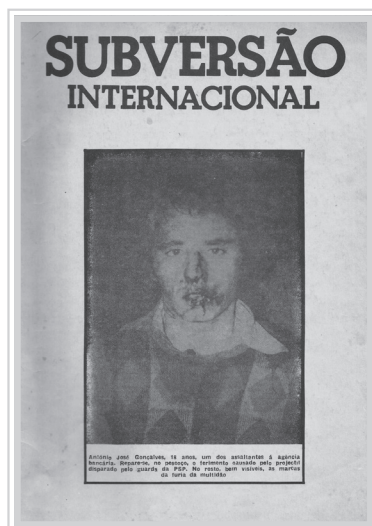
Destas e de outras intervenções foram desenvolvidas um conjunto de investigações que resultaram em algumas publicações: Avila, Ferreira, Lory, Orsoni, Reeve (1975), *Portugal L'Autre Combat — classes et conflits dans la société*; Uma posição de trabalhadores emigrantes (1975), *Portugal — A Questão da Organização Revolucionária*. Este último texto que escrevi com o Jorge Valadas (Charles Reeve) é, na minha opinião, o princípio do fim da minha identidade ideológica com a ultrasquerda marxista. Isto porque assisti a uma reunião do Congresso dos Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRT), liderado pelo PRP (Partido Revolucionário do Proletariado) e também devido ao impacto da sua divulgação mediática a 20 de abril de 1975, resolvemos tomar uma posição a esse respeito e dar-lhe conhecimento público: «É claro que os trabalhadores sentem bem que nenhuma sociedade pode viver sem trabalhar! O problema é, enquanto o trabalho for assalariado, implica a ausência de controlo da produção, e a sociedade e a manutenção do poder nas mãos das classes dirigentes, que tiram desse mesmo assalariado o trabalho necessário para a sua existência. Nas atuais lutas que se desenvolvem em Portugal, os camaradas mais conscientes, organizados nos CRT ou noutras organizações devem agir de forma a que os trabalhadores tomem o poder cada vez mais sobre a produção e a ponham ao seu serviço. Ocupar fábricas, produzir, não é o suficiente se depois essa produção é de novo lançada no mercado, se as hierarquias se mantêm na produção, se o patrão foi apenas substituído por uma comissão qualquer, que para assumir a sua nova função deixou de trabalhar, continua a usufruir de salários semelhantes aos dos antigos patrões» (p. 16).

Esta postura ideológica e política decalcada da ultrasquerda marxista continuou em 1976, devido à perduração de movimentos sociais baseados em reivindicações operárias e camponesas. Entretanto, com a minha ida para a



universidade, a disponibilidade de intervenção e de agitação fica reduzida, porque tive de iniciar um processo de autoformação rápida e urgente, de modo a colmatar as insuficiências que eram imprescindíveis para poder lecionar a disciplina de Economia Política, com alguma idoneidade e competência profissional devida no ISE–UTL e na Faculdade de Direito de Lisboa.

Ao mesmo tempo que assumia a condição de professor de Equiparado a Assistente na Universidade, atuava no sentido de uma ação individual e coletiva, que incidia em atos de solidariedade para com os trabalhadores assalariados agrícolas, que participavam na ocupação de terras, em greves e em processos de autogestão, no setor industrial, participando em comícios e assembleias gerais de fábricas. Após estas experiências, muito sustentadas por uma prática de defesa intransigente da classe operária, em finais de 1977, com um grupo de amigos baseados numa identidade política e ideológica marxista radical e situacionista, resolvemos criar uma revista denominada *Subversão Internacional* (SI). Deram corpo a esta atividade editorial eu, Júlio Henriques, Aníbal Henriques, Joaquim Varelas, Jorge Ginho, Maria Luísa Melo De Carvalho, Gerry Vignola, Luísa Cruz, Samuel Thirion, José Varedas, José Paulo e Marie-José Gibard. Entre 1977 e 1979, foram publicados seis números da revista *Subversão Internacional*. O primeiro número deu à estampa no mês de novembro de 1977. As ilações revolucionárias da luta de classes, expressa pela autonomia dos objetivos e interesses da classe operária, conjugadas com a crítica radical do Estado e do capitalismo, desde o seu início em 1977, são fatores que a revista *Subversão Internacional* assumia como fazendo parte da sua identidade, com os pressupostos básicos da teoria e da prática do marxismo radical com o situacionismo, de certo modo visíveis no grafismo e no conteúdo de alguns artigos como *Mulher — Objecto de Cama & Mesa (pérolas da ideologia burguesa & popular)* (pp. 22–24); *Alemanha: Porquê a Revolta (Liberdade e Social Democracia)* (pp. 58–64).



Revista *Subversão Internacional*, n.º 1, Lisboa, novembro de 1977.

Para melhor nos apercebermos do que acabo de afirmar, basta-me recorrer a alguns extratos do conteúdo da Introdução do n.º 1 da revista. Neste número, ainda que se enquadre num discurso atravessado pelo jargão padrão das análises marxistas da ultraesquerda e do situacionismo, algumas intuições analíticas escapam a esse determinismo ideológico. Assim, «A nossa sociedade habituou-se por demais ao quotidiano da miséria para poder reconhecer aquilo que é a miséria do quotidiano. A miséria aguenta-se na exata medida em que socialmente se a aceita. Por isso, a mentira política permanente dos especialistas que de tal virtude fazem profissão é uma mentira espontaneamente aceite, por via da impotência do movimento social — impotência no sentido de criar uma alternativa à produção capitalista da vida. De certo modo, trata-se duma relação comparável à do adulto e da criança, quando o primeiro promete à segunda, para que este aceite calar-se, um brinquedo.» (p. 5), «Há quem ainda se sinta chocado pela sobrevivência particular das prostitutas, é sem dúvida quem nunca pensou que a vida de qualquer proletário é profundamente a mesma de qualquer prostituta [...] Nós somos tão putas como as putas, a nossa condição é a mesma coisa, porque nos vendemos diariamente para poder existir.» (p. 6).

As discussões no coletivo editorial da revista nos primeiros números desenvolveram-se no mesmo sentido analítico, mas, no entanto, as análises típicas da ultraesquerda marxista vão perdendo terreno relativamente aos postulados teóricos do situacionismo. O número 2 da revista, que deu à estampa no mês de abril de 1978, é bastante elucidativo. Para os devidos efeitos, basta ler os artigos *Da Comunidade Primitiva ao Primitivismo do Engate* (pp. 5–20) e *Na Hora da Nossa Morte* (p. 2). Deste último texto, podemos verificar que a sensibilidade crítica do coletivo editorial estava em sintonia com: «A questão é diversa: queremos servir-nos. Vamos acompanhando com interesse a morte da Civilização, e somos já dos que têm como programa mínimo cagar nela, abatê-la. A nossa hora de plenitude será quando pudermos dançar sobre o seu cadáver fumegante. Pouco há, pois, a esperar de gente como nós: o nosso partido é o Partido do Mal, os nossos estatutos prescrevem a Recusa e a Negação. O que desejamos, por exemplo, é não trabalhar, embora tenhamos ainda de o fazer.» (p. 2). O n.º 3 da revista *Subversão Internacional* saiu em outubro

de 1978, com um conteúdo semelhante aos números anteriores. Veja-se um extrato do prefácio do n.º 3: «Não somos, nem queremos ser, ideólogos — isto é, proprietários de ideias. Mas não nos demitimos de manifestar, quando possível, as exigências que nos animam, e que, no fundo, serão a nossa razão de ser. Não é por sabermos que não são exigências populares que vamos deixar, podendo, de as assinalar: são as nossas e tanto nos basta. Nem andamos à busca de êxito fácil, nem à viva força queremos ser “marginais”. Se o somos — como muitos outros — é porque a isso somos constrangidos, por não abdicarmos duma certa coerência, daquilo que nos move» (p. 7).

O n.º 4 da revista SI aparece em fevereiro de 1979 e, na sua grande maioria, os textos deste número têm autoria do coletivo editorial da revista, *Sindicalíssimo (Sindicatos e Sindicalismo em Portugal)*; *Da Política*; *Angola É Nova*; *Trabalho, Vida & Morte made in Brasil*; *Modernidade Polaca*; *Crónica*; *Mercado Comum da Repressão*. São publicados três autores externos ao coletivo editorial da revista: Ernest Coeurderoy, *Desde o Ventre de Vossas Mães*; Fernando Pessoa, *Textos Inéditos*; João de Sousa Monteiro, *Natal, a Festa da Morte Lenta de Cristo*.

Os n.º 5 e 6 da revista dão à estampa nos meses de julho e dezembro de 1979. Com estes números, assiste-se a uma radicalização dos pressupostos analíticos e ideológicos dos princípios e objetivos editoriais da revista, mas também nos contornos dos seus conteúdos e das formas linguísticas da situação económica, social e cultural de Portugal e do mundo. Eu, por exemplo, era menos formal e rígido relativamente à forma de escrever, à sintaxe e à gramática, daí que fosse várias vezes acusado de confuso e desleixado quando escrevia os meus textos. Todavia, pela minha maneira de ser informal e espontâneo, era, no meu entendimento, mais livre e criativo para opinar sobre os assuntos em discussão, sem ter de prestar obediência aos aspetos formais e estruturais da língua portuguesa. Ou seja, já naquela altura, eu tinha muita dificuldade em repetir, mecanicamente, modelos, paradigmas ou autores que defendiam determinadas teorias ou ideologias, fossem eles Karl Marx, a ultraesquerda marxista ou situacionistas.

Esta evolução da revista SI, no entanto, permitiu que os números seguintes continuassem na mesma senda da publicação de artigos semelhantes aos

anteriores, quer no conteúdo quer na forma. Neste número, aparece na contracapa a figura do Presidente da República, Ramalho Eanes, a partir de um fotograma, a drogar-se com uma lata de coca-cola, sendo que essa imagem foi acompanhada pela seguinte frase: «A coca-cola faz mal aos dentes, mas é a droga dos presidentes.» Do n.º 5 da SI faziam ainda parte: *Refutação do terceiro-mundo — Crítica da consciência subdesenvolvida; O Pesadelo do Nuclear; Formação Sindical I; A Impossível Revolução Portuguesa; Crítica da S.I. e do «Marginalismo»; Introdução ao Cemitério Sonoro; A Guerrilha Social em França; o Planeta das Greves.*

Com o n.º 6 publicado em dezembro de 1979, esgotaram-se as hipóteses de dar continuidade a essa publicação, porque não existia mais identidade ideológica, financeira e organizacional entre o coletivo editorial para esse efeito, o projeto editorial revolucionário inicial revelava-se inconsequente e, por outro lado, abriram-se brechas e conflitos incontornáveis que destruíram a sua identidade coletiva. O primeiro resultou do teor da capa, que estava diretamente relacionado com a minha candidatura a Presidente da República, em 1980. O título dessa capa era sugestivo, mas crítico, muito banal e boçal: «Para um país de merda, um presidente de merda.» O segundo aspeto de crítica e discordância derivou da confusão conceitual de alguns artigos, sobretudo aqueles que eram escritos por mim, em especial, aquele que discernia sobre o Monumental Circo Eleitoral (pp. 1–3). As contradições e conflitos ideológicos e linguísticos e pessoais tornaram-se, por tudo isso, insanáveis.

Em 1979, eu já estava saturado para continuar a publicar a revista *Subversão Internacional*. Enquanto diretor, com características meramente formais, e como membro do coletivo editorial, com as críticas que me eram dirigidas, pura e simplesmente, desmotivei-me e desisti de lutar por opções analíticas e ideológicas situacionistas e da ultraesquerda marxista. Os críticos ainda publicaram um número com o nome de *Subversão Internacional*, em janeiro de 1981, com textos de Jorge Valadas, *Subversão ou Confusão*; de Júlio Henriques e Samuel Thirion, *Modas e Bordados*. Sinceramente, esta publicação, não me disse nada, uma vez que já estava cansado com as reflexões, discussões, conversas ou conflitos estéreis do foro ideológico e analítico.



Jornal *Expresso*, *A saga dos velhos anarquistas*, em 17 de janeiro de 1987, pp. 19-22.

Devo explicitar que, nesta altura, conheci algumas pessoas que partilhavam as análises situacionistas e que me foram bastante gratas, quer ao nível da vida quotidiana quer de práticas editoriais. Refiro-me, concretamente, a Torcato Sepúlveda e a Luís Oliveira. Conheci ambos no final da década de 1970. Desde então, em relação a Torcato Sepúlveda, foi possível

vivenciar momentos muito agradáveis através de uma série de almoços e jantares, com reflexões quase sempre pautadas por autores situacionistas e o movimento social operário. Daí, nasceu a hipótese de publicar um artigo em conjunto no jornal *Expresso*, intitulado *A saga dos velhos anarquistas*, a 17 de janeiro de 1987, pp. 19-22. Passado algum tempo, quando assumi a direção do jornal *A Batalha*, em 1988, Torcato Sepúlveda passou a integrar o coletivo editorial do jornal, tendo no n.º 122-123, publicado três artigos em coautoria. Luís Oliveira criou e desenvolveu a editora Antígona, em 1979, e mantém-se até aos dias de hoje. O primeiro livro que publicou, *Declaração de Guerra às Forças Armadas e outros Aparelhos Repressivos do Estado*, teve autoria anónima, mas, segundo sei, foi Torcato Sepúlveda que o escreveu. Com a edição deste livro e de outros, na sua maioria, com conteúdo marxista e situacionista, foi possível construir uma amizade com Luís Oliveira que se traduziu, muitas vezes, em conversas e reflexões alegres e de boa disposição sobre o conteúdo das suas edições, sempre acompanhadas de um bom vinho.

## **Diversidades e familiaridades com os anarquismos**

As ligações ideológicas e políticas que tive com o anarquismo remontam, historicamente, a um encontro que tive com João Freire, nos finais de 1973, no Observatório de Meudon, em França. No entanto, por atavismos e condicionalismos militantes revolucionários, só consegui abraçar esta filosofia no início de 1980. Antes, durante e depois da minha desvinculação simbólica e ideológica do imaginário coletivo da ultraesquerda e do situacionismo, tive dificuldades em desenvolver as articulações necessárias que subsistiam no plano da interdependência e de complementaridade com o meio libertário português, que emergiu depois da revolução de 1974. A primeira impressão que tive desse movimento não foi, de modo algum, estimulante e motivacional. Assim, no final de 1975, fui visitar as instalações do jornal *A Batalha*, sedeadas num prédio na Rua Angelina Vidal, em Lisboa, que tinha sido, provisoriamente, cedido pela família de João Freire, a partir de maio de 1974. Foi neste espaço que se organizou toda a logística editorial para editar o velho jornal, criado a 23 de fevereiro de 1919. Depois de uma longa data de silêncio, o jornal reaparece em setembro de 1974. Entrei neste espaço com o único intuito de saber da atualidade do anarquismo em Portugal e das hipóteses de realização da revolução social. A primeira pessoa que dialogou comigo foi Moisés Silva Ramos, filho de um antigo militante anarquista Álvaro Ramos. De forma imprevista, veio à tona a discussão sobre a problemática da homossexualidade. Para o meu interlocutor, essa temática só poderia ser abordada como um dilema antinatural, à luz das dimensões científica, biológica, ética e moral. Perante esta anomalia de cariz antirrevolucionário, senti que ser libertário a partir do jornal *A Batalha*, naquele momento, tornava-se um contrassenso.

Este facto, só por si, afastou-me de tudo o que se dizia libertário ou anarquista, mesmo sabendo que existiam outras organizações e publicações que primavam pela defesa do anarquismo, que tive oportunidade de conhecer mais tarde: o jornal *O Clarão* (Londres); o jornal *Novaporta* (Paris); o jornal *Portugal Libertário* (Meaux); o CCL (Centro de Cultura Libertária); o jornal *Voz Anarquista* (Almada); a revista *A Ideia/Editora Sementeira* (Lisboa); a FARP

(Federação Anarquista da Região Portuguesa) (Lisboa); o jornal *A Merdal Cooperativa Editorial Fomento Acrata* (Lisboa); o jornal *A Revolta* (Leiria); o jornal *O Peido* (Lisboa); a Livraria Editora Sotavento (Faro); o jornal *O Meridional* (Faro); as Juventudes Libertárias/o jornal *O Despertar* (Lisboa); a revista *Ação Direta* (Camarate); o BRA (Boletim de Relações Anarquistas) (Lisboa/Almada); a ALAS (Aliança Libertária Anarco-Sindicalista) (Lisboa); o grupo anarquista, o «Germinal» (Vila do Conde); a Livraria Utopia (Porto); o CEL (Centro de Estudos Libertários)/ o jornal *A Batalha* (Lisboa); o Grupo de Teatro Mandrágora (Cascais); o boletim *À Margem* (Coimbra); o jornal *Portugal Libertário* (Lisboa); o Boletim Estudantil de Ação Libertária/o jornal *Lanterna Negra* (Lisboa); a revista *Antítese* (Almada); a revista *Maldição* (Coimbra); o boletim *O Sal da Ira* (Lisboa); a Livraria A Crise Luxuosa (Lisboa); o jornal *Apoio Mútuo* (Évora); o jornal *Agitação* (Coimbra); o jornal *O Chato* (Porto); o boletim *O Pasquim* (Cascais); o jornal *O Estripador* (Amadora); o jornal *Sabotagem* (Lisboa); a revista *Anatopia* (Lisboa); o jornal *Coice de Mula* (Lisboa); o boletim *Fysga* (Porto); a revista *Inquietação* (Porto); a revista *Insurreição* (Porto); a revista *Singularidades* (Lisboa); o jornal *Tambor* (Paredes); o boletim *O Maldito* (Lisboa); a revista *Notícias de Nenhuma Parte* (Lisboa). Por outro lado, durante esse período, aprofundi as minhas leituras de Pierre-Joseph Proudhon, Piotr Kropotkine, Élisée Reclus, Errico Malatesta, Miguel Bakunin, Max Stirner e os acontecimentos da Comuna de Paris de 1871, da Revolução Russa de 1917, da Revolução Espanhola de 1936–1939 e do Maio de 1968, em França. Como não sabia, e não sei, ler, escrever e falar bem o inglês, realizei essas leituras em francês, espanhol e português.

É importante expor que a minha análise sobre o anarquismo se refere à minha interpretação sobre o período que vai desde os finais da década de 1970 até ao aparecimento formal da constituição da Associação Cultural A Vida, a 19 de agosto de 1994, e à publicação do n.º 1 da revista *Utopia*, em abril de 1995. Como consequência, a minha entrada e identidade consumada com o anarquismo deriva de cinco vertentes/dimensões fundamentais: 1) Participação em Conferências, Colóquios, Palestras e Debates; 2) Inserção no grupo do CEL/ Jornal *A Batalha*; 3) Adesão à Cooperativa Sementeira e colaboração na revista *A Ideia* e Centro de Estudos Neno Vasco; 4) Organização e participação nos

grupos «Os Acratas» e Associação Gráfica Anarquista e outras atividades de índole libertária.

Em relação ao ponto 1, lembro-me muito bem da minha participação num acontecimento que me marcou, profundamente, para sempre. Refiro-me, concretamente, à realização da 1.<sup>a</sup> Conferência Libertária que teve lugar a 15 e 16 de outubro de 1977, na Avenida Álvares Cabral, na sede do jornal *A Batalha*, depois da sua saída da Rua Angelina Vidal, em 1977. Pela primeira vez, apercebi-me da natureza comportamental do grupo *Ação Direta*, que tinha integrado o projeto da FARP (Federação Anarquista da Região Portuguesa) desde 1976 e se desligou, mais tarde, dessa organização de grupos anarquistas em Portugal, em princípios de 1978. Assisti à conferência e, por grande parte do tempo, fiquei perplexo e atónito relativamente às acusações dirigidas contra as posições ideológicas e políticas de João Freire, no âmbito da sua atuação na revista *A Ideia* e na estratégia seguida pela FARP. Sem pertencer a nenhuma dessas organizações, soube, mais tarde, que a FARP nunca teria existido sem a existência prévia da revista *A Ideia*, a criatividade, a inteligência, a motivação, a dedicação e a capacidade de organização de João Freire.

Face aos ataques, vindos da figura emblemática da revista *Ação Direta*, João Gabriel de Oliveira Morato Pereira (conhecido, nos meios oposicionistas de esquerda e de extrema-esquerda que se opunham à ditadura fascista de Salazar e de Caetano, com o pseudónimo de «Boca Negra»), contra o grupo d'*A Ideia* e a família de João Freire, senti-me incomodado pela forma e o conteúdo da crítica maledicente que foi desenvolvida. Nos últimos tempos da existência da revista *Ação Direta*, transformou-se num capacho das premissas teóricas e analíticas do ideólogo Júlio Carrapato, que, nessa conferência, serviu para acusar João Freire e a sua família de reformistas e de contrarrevolucionários. Em abono da verdade, esta 1.<sup>a</sup> Conferência Libertária provocou muitas mazelas na vontade de João Freire para continuar a liderar a FARP, que, aliás, se extinguiu por conflitos irreduzíveis, a 17 de novembro de 1979. Por outro lado, as posições de João Freire sobre o anarquismo, as críticas ao Estado e ao capitalismo tornar-se-iam objeto de sucessivas reformulações na revista *A Ideia*.

A partir da realização da Conferência Libertária, aproximo-me, progressivamente, do movimento libertário português. Primeiro, participei nos debates



realizados no final da década de 1970, entre 2 e 9 de julho de 1978, no âmbito da I Semana de Presença Libertária, organizada pela revista *A Ideia*, os jornais *A Batalha* e *Voz Anarquista*, em Lisboa, Almada, Barreiro e no Montijo. No dia 2 de julho, foram organizados um piquenique e um convívio, na Quinta do Seminário, em Almada. No dia 3 de julho, foi realizada uma sessão sobre arte e literatura fantástica, nos Bombeiros Voluntários de Almada. A 4 de julho, foi efetuado um debate sobre marginalidade, delinquência e prisão, na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo participado ativamente neste debate. No dia 5 de julho, foram projetados os filmes *Jaime* e *São Pedro da Cova*, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, seguidos de debate. No dia 6 de julho, foi realizado um debate sobre sindicalismo, no Centro Nacional de Cultura, em Lisboa, em que também participei. No dia 7 de julho, realizou-se um comício, na Academia de Santo Amaro, em Lisboa, no qual fui um dos participantes. No dia 8 de julho, concretizou-se, no Montijo, um conjunto de atividades lúdicas para crianças, feira do livro, tómbolas, fóruns de discussão livre, teatro, exposição e música. No último dia, a 9 de Julho, foram organizados, no Barreiro, um piquenique, convívio e conferências de cariz libertário.

A construção de uma familiaridade e identidade com o jornal *A Batalha* permitiu-me desenvolver a integração e participação na II Semana de Presença Libertária, organizada pelo CEL/jornal *A Batalha*, em Lisboa, no Centro Social de Alcântara, entre 27 de outubro e 2 de novembro de 1980. Desta vez, não houve piquenique nem música, nem qualquer outra atividade lúdica fora da centralidade que as reflexões e as discussões exigiam. Realizaram-se vários debates, entre os quais da minha responsabilidade, sobre o «Anarquismo Hoje». As posições que defendi foram bastante controversas, obrigando a que Emídio Santana, o diretor do jornal *A Batalha*, dedicasse um comentário exclusivo à minha alocução, sobre a qual demonstrou estar em acordo e desacordo com a minha comunicação, escrevendo o seguinte: «A conclusão final do José Maria não é excluída desta noção de ação anarquista.» (Jornal *A Batalha*, n.º 68, dezembro de 1980).

A II Conferência Libertária realizou-se de 18 a 19 de fevereiro 1978, na sede da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, na Avenida Almirante Reis, em Lisboa. Foi organizada pelo CEL/jornal *A Batalha*, sem a presença da revista

*Ação Direta* nem do grupo «Germinal», de Vila do Conde. Não assisti aos atos públicos dessa conferência, razão pela qual não saiba do conteúdo dos debates, que foram realizados na mesma. Todavia, foi tomada uma decisão que consistiu na criação de um boletim denominado BRA (Boletim de Relações Anarquistas), cuja essência fundamental consistia na difusão de informações entre grupos, organizações e indivíduos que perfilham ideias libertárias. O boletim BRA perdurou por alguns anos, sob a responsabilidade do CEL e do CCL.

Passados alguns anos, a III Conferência Libertária realizou-se em Coimbra, nos dias 6 e 7 de novembro de 1982. Desta vez, a organização esteve a cargo do boletim *À Margem*, de Coimbra, do grupo «Germinal», de Vila de Conde, e do «Ateneu», de Leiria. As temáticas dos debates foram todas relacionadas com aspetos organizacionais e de necessidade da atualização dos pressupostos teóricos e práticos do anarquismo. As minhas posições foram defendidas no sentido da atualização da crítica do capitalismo e do Estado, mas também da necessidade de perceber os novos conteúdos dos movimentos sociais que poderiam, eventualmente, evoluir no sentido da guerra civil que os anarquistas almejavam. Fiz uma proposta que consistiu na criação de uma federação de grupos anarquistas na região portuguesa, ainda que soubesse que as suas diferenças interpretativas e explicativas sobre o anarquismo nem sempre coincidiam. O boletim BRA seria a base de coordenação e de informação conducente a esse desiderato.

No fundo, as conferências libertárias em que participei serviram para concretizar dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, tornar inteligível a contemporaneidade da crítica radical do Estado e do capitalismo. Em segundo lugar, atualizar as modalidades de ação individual e coletiva identificadas com o anarquismo, a partir dos seus pressupostos teóricos, práticos e organizacionais. Este crescendo progressivo de atingir esses objetivos do anarquismo levou a que fosse realizada uma IV Conferência Libertária, mais uma vez, em Lisboa, nos dias 9 e 10 de abril de 1983, na Sociedade Portuguesa de Naturalogia (SPN). Para além de serem pedidos textos individuais e coletivos até ao dia 28 de março de 1983, da Ordem de Trabalhos, constavam os seguintes pontos: 1) Informações Gerais; 2) Análise das atividades e realizações libertárias ocorridas no período entre as duas Conferências; 3) Proposta de discussão sobre os vários níveis de relançamento do movimento libertário (relacionamento, organização

e propaganda); 4) Proposta prática imediata a diversos níveis. A organização deste evento esteve a cargo do CEL/jornal *A Batalha*.

Como tinha sido alvitrado pelos coordenadores do evento, foram apresentadas várias propostas escritas de: 1) Armando Vieira Barros, *Anarquismo, Amanhã?*; 2) Grupo «A Palavra», *Proposta à Conferência Libertária — Projeto «Gráfica Libertária»*; 3) Grupo Naturista Libertário, *Análise Breve do Anarquismo Específico*; 4) José Maria Carvalho Ferreira, *O Anarquismo e a Necessidade de Uma Frente Cultural*. Todas estas propostas foram publicadas com antecedência pelo BRA (Boletim de Relações Anarquistas, n.º 12, pp. 5–16).

Como o meu texto era muito longo, vou limitar-me a extrair um conjunto de ilações e citações que estão em sintonia com o que disse no decorrer das discussões e reflexões da conferência. Comecei assim:

*Ao fazer um balanço histórico do anarquismo como movimento social e filosofia de vida, constato que, nos nossos dias, a sua situação nesses domínios atinge proporções de uma quase esterilidade em termos teóricos e práticos. Não interessa arranjar bodes expiatórios, nem tampouco servir-nos de uma eventual mitologia traída, para encontrar a razão plausível casuística dessa realidade negativa. O que eu sei é que a estafada ideologia, propagada junto dos extratos sociais, potencialmente, mas recetivos, meio e função pelo qual nos diferenciamos de todas as correntes partidárias e sindicais que fazem parte do sistema social vigente e que, em grande parte, foi consubstanciada em — Abaixo o Estado, a Polícia, o Patronato, os Chefes, a Igreja, os Militares, etc. — explicou tudo, mas hoje, quase que não explica nada sobre o conteúdo histórico da Revolução Social de que necessitamos e desejamos.*

*[...] A funcionalidade orgânica do capitalismo com base na antinomia capitalista/operário foi, por essa via, em grande parte, reestruturada e substituída por uma antinomia de dirigentes e exploradores/dirigidos e explorados. Ou seja, pela ação e função da socialização da gestão do capital, os técnicos e o aparelho administrativo emergiram como uma nova classe que detém, em maioria, o poder e os privilégios determinados pelos processos de produção e reprodução de mercadorias e da sociedade. Pelos altos salários que auferem e pela predominância de poder de decisão que detêm nos processos de produção*

*e de consumo de mercadorias, a burocracia técnica e administrativa substitui, em muitas funções, o que era atributo genérico do capitalista clássico. Este, embora persista ainda com um certo impacto, nas pequenas unidades empresariais, vê-se, cada vez mais, relegado (sobretudo nas grandes empresas de produção, de consumo e de serviços) para uma condição anónima e, fundamentalmente, de cariz acionista e lucrativa. A estratificação da divisão social do trabalho, induzida pelo desenvolvimento da tecnologia moderna, hierarquizou também os dirigidos e explorados de maneira diferente. Esse facto resultou na desomogeneização e perda de identidade de interesses de classe, expressa na desigualdade de rendimentos e diminuição da comunicabilidade e solidariedade de classe. Entre a condição e opções de um desempregado, de um emigrante e de um servente, comparativamente à condição e opção dos vários níveis de operários qualificados, nas circunstâncias, não existe perspectiva de classe que possibilite a homogeneidade e solidariedade revolucionária. [...] Uma vez explicitados, sumariamente, os problemas que nos afetam, interessa-nos agora analisar as alternativas que, pessoalmente, julgo as mais consentâneas. Na minha perspectiva, o anarquismo como filosofia de vida e movimento social, historicamente, só poderá desenvolver-se se passar a defender, basicamente, a essência e a autenticidade do indivíduo de maneira a torná-lo capaz de dinamizar uma luta de características radicais contra o Estado, a burocracia técnica e administrativa, a Família normativa da sociedade vigente, a Classe Capitalista nas suas diferentes matizes, todas as instituições repressivas e exploradoras que fazem parte da normalização voluntária e involuntária da sociedade vigente.*

*[...] Não pondo de parte todos os ensinamentos que advêm da prática teórica histórica da humanidade, a atual situação negativa que vivemos, em grande parte, só será infletida através da revolução imediata e profunda junto de todos os indivíduos. Em síntese, chamaria a esse projeto a criação de uma frente cultural a todos os níveis da sociedade. Essa frente, fulcralmente, deveria ser sistematizada a partir da vida quotidiana, nos locais de trabalho, nas creches, nas escolas, nos meios de comunicação social, nos hospitais, nas estruturas do Estado, nos locais de habitação, nos transportes, etc. Nos locais de trabalho, criticando a função e a natureza do trabalho*

*escravo moderno, as mercadorias produzidas e a destruição da Natureza. Nas estruturas do Estado, criticando, radicalmente, a função policial, militar e terrorista que é exercida pelos tribunais, prisões, escolas, hospitais, parlamentos, burocratas de toda a espécie, polícias, governantes e militares. (BRA, n.º 12, pp. 12–16).*

Participei em outros debates e comunicações que tiveram uma natureza libertária, mas só focarei naqueles que não vão além do horizonte temporal da criação da revista *Utopia*, fundada em abril de 1995. Entre eles, destacarei: *A questão do salariado e a sua análise por Marx e Kropotkine*, organização do Centro de Estudos Libertários, Centro Nacional de Cultura, Lisboa, a 27 de fevereiro de 1982; *As novas tecnologias, o trabalho e os desafios do sindicalismo*, no Colóquio Internacional de Estudos — «Tecnologia e Liberdade», organização do Círculo de Estudos Neno Vasco, Padrão dos Descobrimentos, Lisboa, de 8 a 10 de abril de 1987; *Os desafios do sindicalismo face às novas tecnologias*, organização do Centro de Estudos Libertários, Lisboa, a 5 de janeiro de 1988; *Atualidade do 18 de janeiro de 1934*, organização do Centro de Estudos Libertários, Lisboa, a 30 de janeiro de 1988; *Anarquismo e Liberalismo*, organização do Círculo de Estudos Neno Vasco e Esquerda Liberal, Centro Nacional de Cultura, Lisboa, a 31 de março de 1988; *Maió de 68 — 20 anos depois*, organização da Revista *Risco*, Centro Nacional de Cultura, Lisboa, a 20 de maio de 1988; *Paradigmas sociais e alternativa libertária*, organização do Grupo Ecológico da Associação Académica de Coimbra, Coimbra, a 15 de fevereiro de 1989; *A Crise do Paradigma Marxista-Leninista*, Conferência, organização da Livraria Vulcão, Portimão, a 30 de dezembro de 1989; *Acabaram as ideologias? Uma contribuição do pensamento libertário*, organização da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Florianópolis, a 28 de julho de 1992; *Autogestão e perspectiva libertária — Encontro do Pensamento Libertário Internacional — Os Outros 500*, organização da Faculdade de Ciências Sociais da PUC–SP, Fundação Cultural de São Paulo e Centro de Cultura Social, São Paulo, de 24 a 29 de agosto de 1992; *Ensinamentos do 25 de Abril de 1974*, Encontro/Debate sobre o significado do 25 de Abril de 1974, em Portugal, organização da Associação de Moradores do Vilar, Porto, a 24 de abril de 1993;

*Pedagogia Autoritária e Pedagogia Libertária e Ecologia Social e Desenvolvimento*, organização do Núcleo de Alfabetização Técnica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, de 8 a 17 de julho de 1994.

A inserção no CEL/jornal *A Batalha*, como segunda vertente da minha inserção no movimento anarquista, passou por um conhecimento e amizade mútua que criei com uma série de antigos militantes da antiga CGT (Confederação Geral do Trabalho), criada em 1919. Nas minhas idas e vindas à redação do jornal *A Batalha*, era comum encontrar e conversar, de forma entusiástica, com Custódio da Costa, José Francisco, Acácio Tomás Aquino, Américo Martins Vicente, Lígia Oliveira, Emídio Santana, Jorge Silva, Artur Modesto, Reis Sequeira e José de Brito. A empatia gerada por esses encontros levou a que participasse em alguns atos públicos, como foram os casos das Semanas de Presença Libertária e das Conferências Libertárias. Como consequência, a partir de 1981, comecei a colaborar, assiduamente, com a publicação de textos no jornal *A Batalha*.

Este jornal foi criado a 23 de fevereiro de 1919. A sua função crucial como porta-voz da CGT (Confederação Geral do Trabalho) consistia na divulgação dos princípios e das práticas da CGT, com a finalidade de apoiar as lutas e as greves dos trabalhadores que culminassem na sua emancipação social, abolindo o Estado e o capitalismo. Essa função foi plenamente assumida como jornal diário anarco-sindicalista e sindicalista-revolucionário, chegando a atingir uma tiragem diária de milhares de exemplares, logo a seguir à tiragem dos jornais *Diário de Notícias* e *O Século*. Com o advento histórico do golpe militar de 26 de maio de 1926, a censura instalada pelos militares golpistas e, mais tarde, pelo regime fascista de Salazar, encarregou-se de fechar as portas da redação do jornal *A Batalha*, na Calçada do Combro, em Lisboa.

Quando o jornal *A Batalha* reaparece a 21 de setembro de 1974, com o subtítulo *Jornal Sindicalista Revolucionário*, Ano 1 — Quarta Série — N.º 1, apostava numa periodicidade editorial quinzenal. Mais tarde, a partir de 1976, aparece com o subtítulo de *Jornal Anarco-Sindicalista* de periodicidade mensal, que se manteve até meados da década de 1980, para depois, e até ao número 121, em 1988, aparecer sem subtítulo e com periodicidade mensal. O começo da minha colaboração com o jornal *A Batalha* foi em 1981 e prolongou-se por

vários anos, até 1988, com a publicação de: *Os Políticos, os Militares e a Sociedade Portuguesa*, ano VII, VI Série, n.º 78, 1981, pp. 1 e 6; *Abaixo o Comunismo e o Capitalismo: Viva a Anarquia*, ano VII, VI Série, n.º 79, 1981, pp. 1 e 6; *A Institucionalização da Hipocrisia e da Miséria através da Festa do Natal*, ano VII, VI Série, n.º 80, 1981, p. 3; *A questão do salariado e a sua análise por Marx e Kropotkine*, ano VIII, n.º 80, 1982, 4 pp.; *Os Sindicatos e a sua Atual Função Histórica Enquanto Empresas de Gestão Social*, ano VIII, VI Série, n.º 81, 1982, p. 2; *O Aborto, a Morte, a Vida e a Igreja em Portugal*, ano VIII, VI Série, n.º 82, 1982, pp. 1 e 3; *Marchar contra o Desemprego, ou um Ritual à Procura da Nova «Fátima Sindical»*, ano VIII, VI Série, n.º 83, 1982, p. 2; *Para um Povo Cheio de Miséria e Ignorância: um Papa*, ano VIII, VI Série, n.º 84, 1982, p. 1 e 6; *A Demagogia e as Peripécias da Revisão Constitucional*, ano VIII, VI Série, n.º 86, 1982, pp. 3 e 4; *O Suicídio e a Morte da Esquerda em Portugal*, ano IX, VI Série, n.º 93, 1983, p. 3; *A Hipocrisia do Contrato Social em Portugal*, ano IX, VI Série, n.º 98, 1983, p. 1; *Editorial: A Emigração e os Lambedores de Botas*

*e os Pés Descalços*, ano IX, VI Série, n.º 99, 1983; *Morreu um Homem*, ano XI, VI Série, n.º 109, 1985, p. 3; *As Eleições, o Povo e os Indivíduos*, ano XI, VI Série, n.º 111, 1985, pp. 1 e 3; *Portugal 1987 — 100 anos de presença libertária — Debates*, ano XI, VI Série, n.º 112, 1985, p. 4; *Morreu José Juvenal*, ano XII, VI Série, n.º 114, 1986, pp. 5 e 7; *Os desafios do Sindicalismos face às Novas Tecnologias*, ano XIV, VI Série, n.º 121, 1988, pp. 5 e 7.

## ABAIXO O FOLCLORE VIVA O 1.º DE MAIO!

Se num dado período histórico (fins do séc. XIX e princípios do séc. XX), o 1.º de Maio exprimiu e dinamizou as necessidades e aspirações reivindicativas e revolucionárias dos trabalhadores na sua luta contra a sociedade capitalista, hoje historicamente, esse mesmo 1.º de Maio simboliza e representa a festa dos escravos modernos do capital (a Leste e a Oeste).

Festejando o 1.º de Maio como instituição reivindicativa e reprodutiva do Mundo do Trabalho, isso implica como consequência lógica a produção e reprodução de um sistema social que oprime, explora e embrutece os trabalhadores. Isso, na prática, significa ainda que esses mesmo trabalhadores estão identificados e comungam dos mesmo interesses de um sistema, que em princípio dizem combater e visam posteriormente destruir.

A realidade económica, política, social e cultural dos trabalhadores, sobre variados aspectos, é essencialmente miserável e alienante. Reportando-nos ao ciclo de vida quotidiana do trabalhador normal, massificado pela produção e o consumo de mercadorias, essa condição e função é extremamente fácil de detectar. Esse facto, determinou que a evolução histórica da classe trabalhadora se tornasse um absurdo gigantesco.

Assim, pela sua condição e função a classe trabalhadora não é somente o extracto social que conseguiu obter um horário de trabalho de 8 horas, um salário considerado aceitável, subsídio de férias e subsídio de natal. A classe trabalhadora não é somente o extracto social que teve acesso à compra de televisão, casa, electrodomésticos, automóvel, etc., etc., e inclusivamente com um pouco de sorte, pode

Panfleto sobre o 1º de Maio de 1983, de minha autoria e edição do jornal *A Batalha*.

Por via desta colaboração, a minha participação e intervenção nos objetivos editoriais do jornal *A Batalha* tornou-se natural, razão pela qual, ao receber um convite de Emídio Santana, tenha dado início à minha colaboração no jornal *A Batalha*, anarco-sindicalista, desde o n.º 78, no ano de 1981, até ao n.º 121, editado em maio 1988, sendo que, no caso específico dos números 88 e 89, fui membro da redação composta por Emídio Santana, Carlos Fontes, Lúcia Oliveira, Carlos Reis, António Cândido Franco, Ilídio Santos e José Tavares. Na realidade, no último ano, estive pouco tempo e saí da redação porque as discussões que tive com Emídio Santana não eram pacíficas e estáveis emocionalmente, devido a certas contradições que emergiram. Lembro-me de um episódio que ocorreu na redação do jornal *A Batalha*. Na discussão sobre a avaliação dos artigos que deveriam ser publicados, surgiu uma proposta de um artigo que tratava a temática da defesa da homossexualidade. A discussão e a decisão na redação foram controversas, mas isso não evitou que a grande maioria dos membros votasse favoravelmente à publicação do artigo. Emídio Santana e Lúcia Oliveira votaram contra. Quando o jornal estava pronto para ser distribuído, perguntei ao Emídio Santana como estava a evolução da edição do jornal, referindo-me ao artigo sobre a homossexualidade. Respondeu-me que o artigo não tinha sido publicado porque iria ferir a sensibilidade da grande maioria dos leitores do jornal. Indignei-me com tal postura comportamental, baseada num tipo de censura espúria e tive uma discussão, de tal maneira acalorada com Emídio Santana, que este estava prestes a ter uma síncope. Para evitar males maiores e porque era amigo de Emídio Santana, demiti-me de membro da redação após a publicação n.º 89.

Com a morte de Emídio Santana, a 18 de outubro de 1988, por convite expresso de Luís Garcia e Silva e Moisés Silva Ramos aceitei, com bastante motivação e alegria, assumir a direção do jornal *A Batalha*, mas com a condição de mudar o grafismo e o conteúdo temático do jornal. Essa aceitação foi baseada em algumas exigências da minha parte. Do mesmo modo que eu escolheria a nova composição da redação do jornal, sabia, à partida, que Luís Garcia e Moisés da Silva Ramos fariam parte dessa redação. Por outro lado, propus a estruturação de novas modalidades organizacionais de distribuição, mudanças no conteúdo temático do jornal, criação de grupos de apoio ao nível de todo



o país e outras mudanças com iniciativas culturais e lúdicas na sede do jornal. Devo afirmar que, embora existissem algumas resistências e divergências sobre o conteúdo e o grafismo do jornal, a grande maioria das opções que apresentei foram aceites, sobretudo por Luís Garcia e Silva, e Moisés da Silva Ramos.

Uma vez aceites estas condições, consegui convencer um conjunto de pessoas que estavam disponíveis a enfrentar as exigências dos novos desafios e mudanças apresentadas ao jornal *A Batalha*. Partimos para esta aventura com a publicação do número duplo (122–123), em fevereiro de 1989, até à publicação do último número, 128, sob minha direção, em abril/junho de 1990, inclusive. Neste intervalo de tempo foram, ainda, publicados o número duplo 124–125 e os números 126 e 127. Devo afirmar que a definição prévia do conteúdo ideológico e programático do jornal *A Batalha* foi crucial para a identificação do coletivo editorial, de modo a conseguir superar as adversidades que se apresentavam.

Assim, quando o primeiro número duplo 122–123, ano XIII, VI Série, do Jornal *A Batalha* saiu em fevereiro de 1989, a sua orgânica institucional,

editorial e organizacional era: Antigo órgão da C.G.T. — Fundado a 23 de fevereiro de 1919; Propriedade — Centro de Estudos Libertários; Diretor — J. M. Carvalho Ferreira; Redação — Francisco Trindade, J. L. Félix Fernandes, Luís Garcia e Silva, Moisés da Silva Ramos e Torcato Sepúlveda (a partir do n.º 127, José Tavares fez parte da redação, enquanto que Torcato Sepúlveda saiu da redação); Colaboradores



Jornal *A Batalha*, n.º 122-123, Lisboa, fevereiro de 1989.

Permanentes — Abel Raposo, Ana Luísa, Artur Pires, Almeida e Sousa, Augusto T. Dias, Carlos Fontes, Dinis Conefrey, Edgar Rodrigues, José Tavares, Luís Leitão, Maria da Luz Moita, Miguel Serras Pereira, Rui André Delidia, Rui Vaz Carvalho; Arranjo Gráfico — Augusto T. Dias; Grupos de Apoio — Coimbra, Lisboa, Portimão, Porto, Setúbal, Vila do Conde; Composição — Associação Gráfica Anarquista; Impressão — Gráfica 2000, Cruz Quebrada; Redação e Administração — Rua Marquês Ponte de Lima, em Lisboa; Correspondência — *A Batalha*, Apartado 5085, 1702 Lisboa Codex.

Hoje estou perfeitamente consciente de que a escolha que me foi endereçada para assumir as funções de novo diretor do jornal *A Batalha* não era benquista por aqueles que lideravam esse processo. Provavelmente, só fui escolhido porque o João Freire não se mostrou disponível para assumir essas funções ou, então, pela inexistência de pessoas libertárias, suficientemente idóneas para esse efeito. O medo ou apreensões que tinham em relação a mim derivava do facto de ser muito emotivo, impulsivo e radical nas minhas opções analíticas e ideológicas. Estes medos e apreensões estiveram sempre presentes, desde o início das minhas funções de diretor, sobretudo em relação aos problemas de indefinição ideológica e política do jornal, como também nos aspetos de mudança do grafismo, para tornar a leitura do jornal mais aliciante e atrativa. Para criar um novo subtítulo do jornal *A Batalha* — *Jornal de Expressão Anarquista*, foi necessário quase um mês de discussões para chegar a um acordo entre o coletivo editorial. O subtítulo tinha bastante importância na medida em que iria permitir a redefinição dos conteúdos do jornal, a partir de diferentes fatores de ação individual e coletiva, sempre decorrentes de uma diversidade de posições incrustadas no imaginário coletivo anarquista.

Enquanto fui diretor, os editoriais foram redigidos por mim. No caso do número 122–123, o editorial do jornal tornou possível perceber os contornos analíticos e ideológicos que o jornal passou a assumir: Com o 25 de Abril, o jornal *A Batalha* surgiu de novo com a intenção de reassumir o seu papel histórico junto do operariado. Esse esforço de renovação foi, sobretudo, de Emídio Santana. A realidade social, económica, política e cultural era, porém, diferente da década de 20. Não existindo movimento social operário de cunho anarco-sindicalista e com o movimento anarquista português mostrando-se

Preocupados com o consumismo, a devastação das florestas e os buracos na camada de ozono da atmosfera, os novos anarquistas condenam o terrorismo e acreditam cada vez menos na revolução. Afirmam-se homens livres, em luta contra o Estado, os partidos, as igrejas e os patrões.

JÁ METERAM meio a muita gente. Homens foram lançados dos púlpitos contra aqueles que um dia usaram proclamar que «nãveriam de «taagar os vus das novicas e elevã-las à dignidade de mães». Eram assim os velhos anarquistas.

Mas é difícil não simpatizar com a candura das suas afirmações e a humildade e ironia com que avaliam o seu papel no mundo actual. O anarquista de hoje nada tem a ver com o enraivecido desgrenhado de faca atravessada nos dentes, ameaçando a família e os bens do pacato cidadão, como era representado nas caricaturas dos jornais burgueses ou nos cartazes das ligas de defesa da Propriedade, no início do século.

O anarquismo está vivo e de boa saúde: é o que pretende provar o relançamento do jornal «A Batalha», amigo drôgo da primeira central sindical portuguesa, a C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho), e que chegou a ser um dos três diários laboetas de maior tiragem, a par de «O Século» e do «Diário de Notícias». Era a época hercúlea do anarco-sindicalismo, que culminou com a participação na guerra civil de Espanha ao lado dos republicanos. Foram os anarquistas que encabeçaram a resistência operária à ditadura militar estabelecida em 1926 e aos primeiros tempos do Estado Novo. Glória maior do seu historial foi a organização do movimento insurreccional de 18 de Janeiro de 1934 — cuja memória foi, ao que dizem, usurpada pelos comunistas. O então secretário-geral, Bento Gonçalves, referia-se pejorativamente ao movimento como «uma anarquizada».

Forçada à clandestinidade pela ditadura, o jornal «A Batalha» ressurgiu em 1974, dirigido por Emílio Santarém, protagonista do célebre atentado à bomba contra Salazar em 4 de Julho de 1937. Hoje o jornal é dirigido por José Maria Carvalho Ferreira que, interrompido pelo «T & Q» sobre o presente e o fu-

# ANARQUISTAS AINDA MEXEM



JORNAL: «A Batalha» tem nova direcção

turo do movimento libertário, respondeu: «O anarquismo é para mim uma procura do paraíso terrestre, de uma sociedade sem opressão nem exploração, de felicidade e amor. Estes ideais mantêm plena actualidade. O problema é fazer passar a nossa mensagem nas condições hoje existentes. Gostaríamos que houvesse muitos operários anarco-sindicalistas, mas não os podemos criar. Eles não estão na C.G.T., como entre 1919 e 1927, mas sim na C.G.T.P. e na U.G.T.».

Lutadores a vida inteira por um ideal, os velhos anarquistas confessam-se desapontados com o materialismo que tudo domina. «Os jovens só pensam em ganhar dinheiro. A febre do consumismo acabou com as ideias», é a opinião de Abílio Gonçalves, que anda perto dos setenta anos, doze dos quais passados no Tarrafal. José de Brito, um simpático patriarca de 88 anos, pensa que «a conspiração clandestina para

derubar o Estado é completamente irrealizável. Hoje em dia nem as crianças da escola acreditam na revolução social».

Os mais novos vêem as coisas de maneira diferente. Para Carlos António, 30 anos, activista desde os 16, «a dimensão imediatista e visceral da revolta é canalizada para as imagens divulgadas pelos media». Um clip de rock tem mais eficácia do que um tratado sobre a revolução. Os esquemas de dominação são hoje mais difusos — há que redescobrir os mecanismos geradores de infelicidade para os denunciar e combater».

«Os jovens apropriam-se do discurso libertário sem se reclamarem dele. A sua revolta tende para uma lucidez potencialmente anarquista», prossegue Carvalho Ferreira. «Embora sem expressão orgânica, os grupos que contestam a escola, a vida familiar e a destruição do ambiente confirmam a validade das nossas propostas. O movimento libertário é pequenino, nume-

ricamente, mas o seu fundo ético-social tem grandes potencialidades, até porque nunca traímos ninguém, ao contrário do capitalismo e do socialismo real».

Paiva, um portense de 38 anos, corrobora esta posição: «Até os fascistas do IMAN usurpam as nossas ideias: a resposta à partidocracia que eles atacam não é partido único, é a sociedade livre sem Estado».

Embora a título pessoal todos os anarquistas que contactámos se pronunciaram contra o terrorismo: «É uma nova concepção estatista da sociedade, que obedece a uma lógica autoritária». Eleições? «Não resolvem os problemas. Entre o Cavaco e o Sampaio venha o Diabo e escolha» — declara Carvalho Ferreira.

Parante a eventualidade de uma greve geral, a resposta é unânime e entusiástica: «Participação activa dos homens livres!»

JOÃO FERREIRA ■

Jornal Tal e Qual, Lisboa, 3 de março de 1989.

incapaz de penetrar no tecido social, *A Batalha* viu frustrados os seus propósitos. Vários fatores contribuíram para esse fracasso.

Dessas ilações, consta que o movimento operário, que irrompeu depois do 25 de Abril, perdera a homogeneidade e a predisposição revolucionária que o caracterizavam nas primeiras décadas do século XX. A capacidade histórica do capitalismo de integrar na sua lógica normativa os movimentos sociais reivindicativos e revolucionários, acabara com a cultura comunitária de classe, que

fazia da solidariedade um valor. Em segundo lugar, a frustração causada pelos falhanços e crimes das sucessivas «revoluções socialistas» concorreu para algum descrédito das alternativas emancipalistas. As pessoas aceitavam, cada vez mais, tornar-se produtores e consumidores passivos de objetos, e, com este imaginário coletivo, não admira que os paradigmas sociais subsistissem. Vivíamos numa sociedade sem espírito, estreitamente materialista. Em terceiro lugar, o desenvolvimento da tecnologia e a crescente complexidade social modificaram a natureza dos antagonismos e das contradições socioeconómicas entre classes e países. A visão unilinear da opressão e da exploração assente na tríade Patrão/Estado/Operariado estava em questão: a opressão e a exploração ocorriam também entre indivíduos, entre homem e mulher, entre países ricos e países pobres, entre maiorias e minorias étnicas, entre empregados e desempregados, etc... Por isso, a crítica radical que faríamos à sociedade capitalista partiria não só do movimento social operário, mas também da tragédia vivida pelos desempregados, pobres, velhos, marginais, presos, vítimas da guerra, minorias étnicas, etc. Denunciaríamos a miséria de um mundo rico em injustiças. Embora consciente das divergências que separavam os acratas, o movimento anarquista nunca foi unitário, dividiu-se sempre em inúmeras tendências que constituem a sua riqueza, *A Batalha* procurou ser uma publicação formativa e informativa, que integrava e difundia posições libertárias e anarquistas amplas e diversificadas. A dispersão de esforços e ideias era contraproducente. Ao fim de setenta anos, *A Batalha* começou uma vida nova. Como em 1919, precisava de colaboração e apoio de todos os libertários. A dinamização de um jornal que aspira à extinção de senhores e servos não cabia apenas aos seus redatores (*A Batalha*, n.º 122–123, Ano XIII, VI Série, 1989, p. 2).

Durante 1989 e princípios de 1990, o jornal sofreu uma dinamização significativa nos aspetos de conteúdo e grafismo, na criação de grupos de apoio do jornal em todo o país para realizar a sua distribuição. No meu caso, para além de ter escrito os editoriais nesse período, também redigi com Torcato Sepúlveda: *A CGT — A História e Nós — 70.º Aniversário da CGT*, n.º 122–123, ano XIII, VI Série, 1989, p. 6; *O Tempo Vivido (1) — Margarida de Barros*, n.º 122–123, Ano XIII, VI Série, 1989, p. 7, com a adição de José Tavares; *O Tempo Vivido (2) — Virgínia Dantas*, n.º 122–123, ano XIII, VI Série, 1989, pp. 8 e 9;

*O Tempo Vivido (3)* — *Elias Matias*, n.º 122–123, ano XIII, VI Série, 1989, p. 9. Neste número escrevi, ainda, *Um Homem do Anonimato*, n.º 122–123, ano XIII, VI Série, 1989, p. 10. No n.º 127, ano XIV, VI Série, redigi *A Agonia do Dogma Marxista-Leninista*, p. 11. Com Francisco Trindade, no n.º 127, ano XIV, VI Série, p. 12, no qual ainda consto como diretor do jornal, publicámos o texto *O Anarquismo da Associação da Faculdade de Direito de Lisboa*.

As peripécias que levaram à minha demissão do jornal *A Batalha* são fáceis de resumir. Como era habitual, depois de a redação ter decidido sobre o conteúdo de cada número do jornal, eu, em pequena proporção, e sobretudo o Augusto T. Dias e o Dinis Conefrey fazíamos a conceção e a criação do trabalho gráfico, que era imprescindível organizar antes de levar o jornal para imprimir na tipografia. Acontece que eu e Dinis Conefrey levámos o n.º 127 do jornal, já concluído, à sede da redação do jornal, na Rua Marquês Ponte de Lima, em Lisboa. Quando, dois dias mais tarde, fui buscar o jornal para o levar à Gráfica 2000, na Cruz Quebrada, reparei que estava fechado a sete chaves, no gabinete da administração. Fiquei atónito e, ao mesmo tempo, revoltado com a situação. Falei, logo de seguida, ao telefone com Elisa Areia, uma das administradoras do CEL, perguntando-lhe pelas razões de tal ato. Explicou-me que tinha de falar com a administração, pois existiam dois artigos no jornal que não podiam ser publicados. Respondi, de uma maneira abrupta, reclamando que «fossem todos dar uma volta pelo bilhar grande e que, caso não me dessem urgentemente o jornal para levar à Gráfica 2000, demitir-me-ia de imediato.»

Para mim, se estes problemas existiam, deveriam ser tratados nas reuniões da redação. Na altura, ninguém levantou dúvidas sobre os artigos de Joaquim Palminha da Silva e de José Tavares. Sobre Joaquim Palminha da Silva, o argumento da censura era que o artigo dele criticava certas premissas da filosofia de Agostinho da Silva. Como Agostinho da Silva, estava, na altura, para ir ao CEL realizar uma palestra, seria inapropriado e inconveniente publicar o artigo de Joaquim da Silva. No caso do artigo do José Tavares, os problemas de censura eram completamente distintos. José Tavares limitou-se a traduzir um pequeno texto de Alfredo Bonanno (considerado, por alguns, de anarquista insurrecionalista), no qual este afirmava de forma explícita que todos os assaltos a bancos em que tinha participado não tinham nada a ver com os

princípios e as práticas do anarquismo. Para Luís Garcia e Silva e Moisés da Silva Ramos, estes artigos colidiam com o bom nome do jornal *A Batalha*, sobretudo nos planos ético, moral e de convivência social.

Antes de chegarmos à explicação final da minha demissão, é interessante perceber o estado de espírito que pairava no CEL sobre a situação do jornal. Para isso, socorro-me do Relatório e Contas do CEL de 1/11/1988 a 31/12/1989 e do Boletim de CEL referente a janeiro de 1990. É escrito, a dado momento, sobre o jornal *A Batalha*: «a) organização da expedição; b) revisão do ficheiro de assinantes, com regularização das assinaturas em atraso e angariação de novos assinantes, tendo-se passado de 200 para cerca de 300. A receita resultante de assinaturas passou de 31 688\$00 (cerca de 162€) para 85 163\$00 (cerca de 435,84€); c) A reestruturação das vendas em bancas, em Lisboa, a criação de grupos de apoio noutras localidades, o que permitiu aumentar o montante das vendas do jornal de 27 563\$00 (cerca de 141€) para 146 143\$00 (cerca de 747,93€); d) contrariamente a esta subida, os donativos dos sócios simpatizantes tiveram um incremento muito ligeiro; e) foi possível manter a periodicidade regular, trimestral; f) fixação de tiragem nos 1500 exemplares, tendo-se esgotado o n.º 122–123 e “sobras pouco significativas” nos outros números».

Digamos que, perante um passado não muito distante negativo, depois de assumir a direção do jornal *A Batalha*, o panorama era bastante positivo, sobretudo no aumento substancial das vendas e das receitas. Eu, de modo algum, podia pactuar com a prática de censura e de cegueira ideológica de elementos da administração e da redação. Moisés da Silva arranjou uma reunião no escritório dele para apaziguar e superar a situação a que se tinha chegado. Para esse efeito, era necessário retirar os dois artigos que eram objeto de dissensão do diferendo e a intenção explícita também de expulsar o José Tavares da redação. A reunião realizou-se conforme tinha sido previsto, mas a minha posição manteve-se inamovível. Resultado: passou-se à votação, tendo a administração perdido por 3 votos contra 2. Depois disso, os velhos libertários, como Lúgia Oliveira e Abílio Gonçalves, em conjunto com a administração, ainda tentaram, mais uma vez, demover-me da minha decisão, mas, na altura, respondi-lhes: «Ou o jornal aparece com todos os artigos que tinham sido objeto de consenso e a administração

nunca mete o nariz na vida da redação ou, então, demito-me». Foi o que ocorreu. A 30 de março de 1990, escrevi uma carta com o seguinte teor:

*À Direção do Centro de Estudos Libertários*

*Caros companheiros,*

*Desde que assumi a direção do jornal A Batalha, tenho tentado, na medida do possível, conjugar os meus esforços e dos companheiros que aderiram ao projeto no sentido da dinamização e dignificação do nosso jornal. Com a saída de vários números e a experiência adquirida nesse processo, tenho refletido profundamente sobre uma série de questões: conteúdo e grafismo do jornal; problemas financeiros; distribuição; funcionamento da redação; relações entre o CEL e A Batalha; colaboradores; grupos de apoio, etc...*

*Para mim, foi uma grande satisfação ter lutado com todas as minhas forças para que A Batalha fosse, cada vez mais, o baluarte da defesa das ideias anarquistas e libertárias no espaço geográfico português. Por várias razões, em todo esse processo, cheguei a afirmar a vários companheiros que a minha resistência tinha limites e que precisava imenso da colaboração de todos. Passado algum tempo cheguei à conclusão que esse objetivo não foi conseguido. Mais, face a várias pressões físicas e psíquicas de que tenho sido objeto nos últimos dias, cheguei ao limite das minhas energias para exercer a coordenação dinâmica que A Batalha requer.*

*Nesse sentido, e para bem da continuação do projeto do jornal A Batalha, peço de imediato a demissão de lugar de diretor, que venho exercendo desde há um ano e vários meses. Para evitar problemas na saída do próximo número, estarei ao dispor da direção do CEL para lhes facultar todas as informações que desejarem e dar-lhes as coisas que tenho em minha pose.*

*Com um abraço fraternal e saudações libertárias,*

*(José Maria Carvalho Ferreira)*

É perfeitamente revelador que não tenha sido tampouco objeto de publicação nos jornais posteriores d'*A Batalha*. Os conflitos, neste aspeto, são idênticos em todos os meios, inclusive naqueles que se dizem anarquistas. O silêncio e a censura perduram como uma força inestimável dos que detêm o poder.

O único espaço em que vejo referida a minha demissão aparece no Boletim do Centro de Estudos Libertários, em março de 1990. A dado passo desse Boletim, é escrito: «Surgiram, recentemente, dificuldades internas da redação, quanto à definição do conteúdo e da forma do jornal, acrescidas de outras na área da “maquete” e montagem. A comissão administrativa, receando que elas viessem a afetar a qualidade do jornal, com efeitos negativos para a sua imagem e expansão, convocou uma reunião conjunta com *A Batalha*, a fim de tentar solucionar em tempo útil, isto é, antes de se iniciar a impressão. Qualquer modificação no decurso desta implicaria, obviamente, custos complementares, difíceis de comportar na nossa situação financeira. Infelizmente, o diretor do jornal entendeu que esta convocatória para uma análise conjunta constituía uma intromissão inaceitável na sua área de competência e apresentou a demissão. Interpretação que a comissão administrativa não pode evidentemente perfiar, mas que não a impede de lamentar a decisão do companheiro Carvalho Ferreira. Apraz-lhe registar, no entanto, que ele se prontificou, de imediato, a manter o nome no número atual, por forma a não se retardar mais ainda a saída do jornal.»

Como terceira vertente, que me levou a integrar o movimento anarquista português, devo referir a adesão como sócio da Cooperativa/Editora Sementeira, desde 19 de novembro de 1982 até à sua extinção, em 1992. Por razões de interdependência e de complementaridade, colaborei com a revista *A Ideia*, desde 1982 até hoje, e participei no Centro de Estudos Neno Vasco, desde 19 de novembro de 1983 até 1992. Quando entrei como sócio da Cooperativa/Editora Sementeira, para além de mim, faziam parte desta organização: Rogério de Sousa, Teresa Campos Silva, Manuel Amaro Oliveira, João Freire, Irene Andrade, Domingos Amaro de Oliveira, Graça Amaro de Oliveira, Maria Alexandra Lousada, João Paulo Oliveira, Conceição Vieira, Carlos Reis, José Manuel Leandro, Pedro Almeida, Artur Modesto, Miguel Serras Pereira, Carlos António Nuno, Mário Bruno Cruz, Maria Manuela Parreira da Silva, António Cândido Franco, Lurdes Rodrigues e Carlos Santos. A atividade principal da Editora Sementeira resumia-se, fundamentalmente, à publicação da revista *A Ideia* e, em menor ênfase, à edição de livros. Assim, foram publicados — de Edgar Rodrigues, *O Despertar Operário em Portugal (1834–1911)*, 1980; *Os Anarquistas e os Sindicatos (Portugal 1911–1922)*, 1981; *A resistência*



*anarco-sindicalista à ditadura (Portugal 1922–1939)*, 1981; *A oposição operária em Portugal (1939–1974)*, 1982; de José Francisco, *Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal*, 1982; *Páginas do Historial Cegetista*, 1983; *Recordações de um Proletário-Achegas para a História da Ação e dos Libertários em Portugal*, 1985; *Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal*, 1986; *Últimas Páginas*, 1986/1987; de Artur Modesto, *Páginas do Meu Caderno*, 1978; *Alfarrábio Poético*, 1984; de Jorge Colaço e de Carlos Reis (org.), *Maio 68: textos & cronologia*, 1979; de Maria da Graça Oliveira, *A Cabecinha Preta*, 1983; de Stephen Schecker, *Política de Libertação Urbana*, 1983; de Álvaro Oliveira, *Caricaturas Políticas*, 1985; de Elias Matias, *Alentejo em Luta*, 1985; de Christian Bay e Charles Walker, *Desobediência Civil: teoria e prática*, 1986; de António Cândido Franco, *Poesia, Liberdade e Aventura*, 1986; de Harold B. Wilson, *Democracia no Trabalho*, 1987; de Américo Martins Vicente, *Brados do Tarrafal*, 1988; de Murray Bookchin, *Sociobiologia ou Ecologia Social?*, 1989; de Círculo de Estudos Neno Vasco, *Tecnologia e Liberdade*, 1988; de António Cândido Franco, *Surrealismo e Anarquismo na obra de António Maria Lisboa*, 1989; *A Ideia de Deus e o Pensamento Libertário*, em 1991; de Giovanni Baldelli, *Anarquismo Social*, 1991.

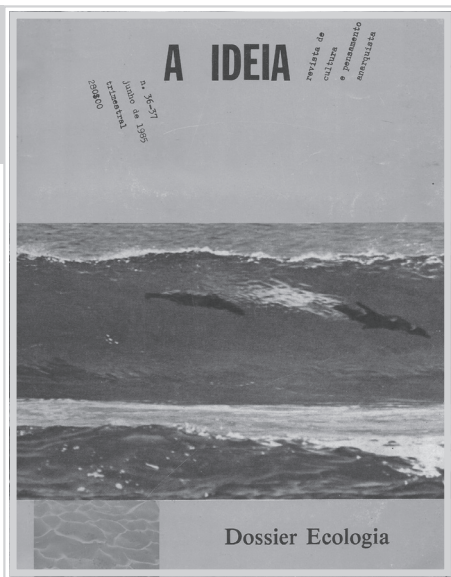
Da totalidade dos livros publicados pela Cooperativa/Editora Sementeira, participei na elaboração do livro de Américo Martins Vicente, *Brados do Tarrafal* e, em conjunto com Miguel Serras Pereira e João Freire, elaborámos a apresentação do livro *Tecnologia e Liberdade*, ambos editados em 1988. Sendo membro efetivo da Editora Sementeira, desde 1982 a 1992, no período de 1987–1989, fiz parte da direção com João Freire e João Paulo Oliveira.

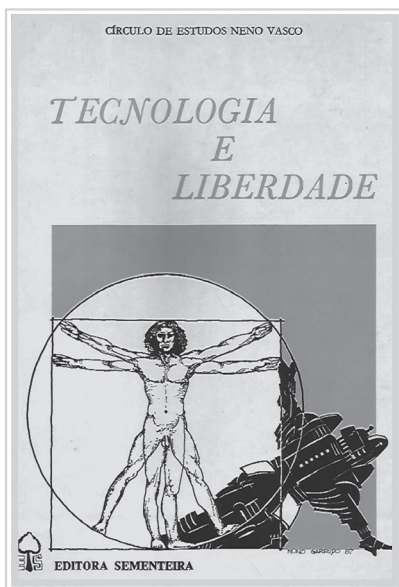
A partir do momento em que a minha integração na Editora Sementeira se desenvolveu de forma harmoniosa, as articulações com a publicação da revista *A Ideia* tornaram-se lógicas e necessárias, sobretudo nos aspetos relacionados com as teorias, autores e problemáticas transversais do movimento anarquista nacional e internacional. Nunca tendo integrado as sucessivas redações da revista *A Ideia*, fui colaborador permanente, desde os números 30–31, em 1983, até ao número 55, publicado em 1990. Esta situação de membro colaborador permanente da revista *A Ideia*, no entanto, permitiu-me estar sempre presente nas discussões da linha editorial de cada número da revista e, inclusive, participar

Revista *A Ideia*, n.º 36-37, Lisboa, 1985. Neste número, escrevi um artigo sobre *Os Limites Históricos da Filosofia e Prática do Anarco-Sindicalismo*.

nas decisões mais pertinentes do dia a dia da revista. Da minha participação efetiva com a publicação de artigos, destaco por ordem cronológica: *A economia doméstica e o papel da família na revolução portuguesa (1974-1975)*, n.º 24-25, abril de 1982, pp. 67-88; *A revolução social, o anarquismo e o indivíduo na história*, n.º 28-29, inverno/primavera de 1983, pp. 66-77; *Os limites históricos da filosofia e prática do anarco-sindicalismo*, n.º 36-37, junho de 1985, pp. 17-31; *O anarquismo ontem e hoje: mesa redonda*, n.º 46-47, novembro de 1987, pp. 5-33; *Trabalho, precariedade do emprego e a emergência histórica do Terceiro Sector*, n.º 58, 2003, pp. 38-53; *Em memória de Mário Botas*, vol. 16, n.º 71-72, 2013, Évora, pp. 108-109; *Roberto das Neves: 1907-1981*, n.º 75-76, Lisboa, pp. 210-217; *Contradições e equívocos da revolução Russa de 1917*, n.º 81-83, outono de 2017, Évora, pp. 104-112; *Maió de 68 e o seu rescaldo*, n.º 84-86, outono de 2018, Évora, pp. 220-228. Diga-se, também, que a partir dos números 71-72, João Freire deixou de assumir a direção da revista *A Ideia*, tendo essas funções, desde então, estado a cargo de António Cândido Franco.

Não obstante saber que a maioria das funções institucionais, organizacionais e financeiras estavam a cargo da Cooperativa/Editora Sementeira, a margem de manobra da estratégia editorial e reflexão sobre o anarquismo, quase sempre, estava a cargo dos que participavam nas reuniões da revista *A Ideia*, sempre com particular incidência na ação preponderante de João Freire. Este, depois de ter ficado desiludido com a experiência histórica da FARP, remeteu-se a um certo silêncio, o que não o impediu de tentar desenvolver outras iniciativas libertárias, como foi o caso emblemático da iniciativa libertária «Portugal — 1887-1987». Esta proposta, no caso específico d'*A Ideia*, que a estruturava,





Colóquio Internacional de Estudos sobre «Tecnologia e Liberdade», Lisboa, de 8 a 10 de abril de 1987, organização do Círculo de Estudos Neno Vasco.

tinha, por base essencial, demonstrar a vivacidade do anarquismo, em Portugal, já que o primeiro grupo que se tinha autodenominado como anarquista em Portugal, tinha surgido em 1887. João Freire, de início, pensou que essa manifestação pública deveria ocorrer no âmbito da revista *A Ideia*, devendo esta realizar só duas manifestações a esse propósito. Um colóquio internacional que debatesse a problemática da «Tecnologia e Liberdade», com base na responsabilidade organizacional do Círculo de Estudos Neno Vasco, e também uma exposição bibliográfica e iconográfica de *Um Século de Anarquismo em Portugal*, da responsabilidade do AHS (Arquivo Histórico-Social).

Após o confronto de posições e ideias sobre esta proposta, foi decidido alargar esta manifestação histórica, de 100 anos do anarquismo em Portugal, a outras organizações, grupos e indivíduos que estivessem interessados nesse projeto. Lembro-me de uma primeira reunião realizada, a 12 de janeiro de 1985, no CCL (Centro de Cultura Libertária), em Almada, na Rua Cândido dos Reis, que tinha o propósito explícito de levar por diante uma iniciativa que dizia muito ao universo anarquista português. Nesta reunião, estiveram presentes, pela primeira vez, eu, Rogério de Sousa e João Freire pela revista *A Ideia*, Carlos Reis, pelo Centro de Cultura Libertária, Rui Vaz de Carvalho e António Traquino, do grupo «Mandrágora», Maria Augusta, Almeida e Sousa, Firmino, das Juventudes Libertárias, Teresinha Santos e Ilídio Santos, José de Brito e Abílio Gonçalves. Foram ainda transmitidas as justificações das ausências de Rafael Martinez e Emídio Santana, os quais apoiavam fortemente a iniciativa proposta. Foram ainda lidas: uma carta de Manuel de Sousa, da livraria Utopia, dando apoio crítico ao projeto e uma comunicação do Manuel Baptista, das J.L., enviada à *Antítese*, criticando o projeto.

Depois, foi realizada uma segunda reunião, amplamente concorrida, com mais de 100 presenças, no dia 11 de maio de 1985, no restaurante de Abílio Gonçalves, em Pinheiro de Loures, na Rua dos Combatentes do Ultramar. Nesta reunião, foi conseguido um amplo consenso para a obtenção dos objetivos do projeto, assim como da organização do programa nas suas múltiplas vertentes. Durante os anos de 1985 e 1986, foram feitas mais algumas reuniões nas instalações do CEL, em Almada, com a participação de representantes deste centro, de *A Ideia*, «Mandrágora», *CEL/A Batalha*, Juventudes Libertárias e, individualmente, com a presença de José de Brito e Rafael Martinez.

No cômputo geral destas reuniões, a 11 de janeiro de 1986, já tinha sido possível congregar grupos e pessoas em relação ao projeto inicial da «Presença Libertária 1887–1987», tendo sido propostas uma série de indicações presumíveis de realização: Folha Informativa: foram enviadas cerca de duas dezenas de exemplares, não se tendo obtido qualquer resposta; Gabinete de Imprensa: esperava-se a colaboração a partir de março, de Alfredo Alvela, Fernando Alves e/ou Carlos Júlio; Logótipo: apesar do prazo de entrega dos projetos ter sido prorrogado, não se obteve mais nenhum, tendo sido escolhido um logótipo e um autocolante; Espetáculo: não houve qualquer resposta dos artistas convidados. Aguardou-se ainda a resposta de Bernard Lavilliers, nos últimos dias de janeiro; Cinema: num primeiro contacto informal, a Cinemateca não se mostrou favorável. Enviou-se, de imediato, propostas por escrito à Cinemateca, às casas comerciais, às instituições culturais e contactou-se os distribuidores para saber da disponibilidade de cópias; Colóquio Internacional de Estudos: foram contactadas diversas instituições durante o mês de janeiro para a obtenção de fundos, sala e edição das comunicações. Em março, foram enviadas respostas aos participantes; Exposição Bibliográfica: a equipa responsável iniciou o trabalho de organização e planeamento em março, logo após a obtenção da colaboração da Biblioteca Nacional; Teatro: esperava-se obter colaboração do Grupo Joana e do Teatro Experimental de Cascais; Artes Plásticas: foi feita com obras de artistas plásticos atuais, libertários, para os portugueses eram convites pessoais, no respeitante aos estrangeiros eram feitos através de organizações libertárias; Debates: aguardavam-se as respostas; Debates Comemorativos: nada de novo; Situação Financeira: não tendo havido ainda despesas e tendo-se

verificado alguns donativos existia um pequeno fundo que ia dando para as despesas do correio e pouco mais. Naquele momento só existiam sete quotizantes; Textos: Mártires de Chicago: 1 de maio de 1986 e 11 de novembro de 1887 (Emídio Santana; Manuel Vieira), o texto seria discutido na reunião seguinte. Revolução Espanhola (Emídio Santana). Grupo C — A. de Lisboa (Rui Vaz de Carvalho); Programa-Manifesto (desdobrável) (Mário Rui).

Verificou-se que seria útil enviar uma circular a diversas organizações libertárias, enunciando as realizações da «Presença Libertária» para facilitar os contactos dos responsáveis das diversas atividades. Estiveram presentes nesta reunião: eu, Rui Vaz de Carvalho, Emídio Santana, Carlos Abreu, Carlos António Nuno, Carlos Alberto, Mário Rui, Manuel Vieira e Ilídio Santos.

O que importa ressaltar nesta fase de concretização do programa é a inconsequência dos grupos em realizar o que tinham prometido, nomeadamente, o CEL/A *Batalha*, em relação à elaboração de textos e debates; ao CCL/Antítese, no que concerne a exposições de artes plásticas; à «Mandrágora», nos aspetos relacionados com o teatro e o cinema e, por último, o buraco financeiro da festa da Música e Utopia, que se realizou a 28 de maio de 1986 e deu um prejuízo de 185 contos (cerca de 947€). Esta festa envenenou e destruiu todas as realizações que estavam previstas para 1986 e 1987. Nesta altura, é completamente desnecessário encontrar os culpados deste falhanço, mas sem dúvida que Rafael Martinez, por ser o coordenador do espetáculo, pela sua inabilidade comportamental e centralidade decisória, teve uma função decisiva neste falhanço financeiro.

Em suma, para além do Espetáculo Musical, de todas as realizações previstas no âmbito da «Presença Libertária 1887–1987», só o Colóquio Internacional de Estudos e a Exposição Bibliográfica, concebidos e organizados pel'A *Ideia*, Círculo de Estudos Neno Vasco e Arquivo Histórico-Social, foram concretizados em 1987.

Reportando-me ao Colóquio Internacional de Estudos, subordinado ao tema «Tecnologia e Liberdade», que se realizou em 8, 9 e 10 de abril de 1987, em Lisboa, baseou-se na conceção e na organização do Círculo de Estudos Neno Vasco. Este colóquio teve o apoio de várias instituições e organizações financeiras públicas e privadas e teve a coordenação geral de João Freire, Miguel Serras Pereira e José Maria Carvalho Ferreira. Colaboraram, ainda, na organização do

colóquio: Carlos Abreu, Carlos António Nuno, Graça Oliveira, Jorge Colaço, Lurdes Rodrigues, Maria Parreira da Silva, Rogério de Sousa e Teresa Silva. No seguimento do impacto que tinha sido gerado pelo Colóquio Internacional de incidência libertária, em Veneza, no ano de 1984, a realização deste colóquio, em Portugal, criou bastantes expectativas para todos os participantes, cujos resultados não foram gorados e aumentaram a necessidade intrínseca de maior reflexão no meio libertário internacional.

Para além de mim, estiveram presentes 24 comunicantes neste colóquio: J. Oestmos (Noruega); Stephen (Canadá); Alain Duthileul (França); Jorge Dias Deus (Portugal); Frank Harrison (Canadá); George Benello (EUA); Luciano Lanza (Itália); Avraham Yassour (Israel); Ruben Prieto (Uruguai); Pietro Ferrua (Itália/EUA); Samuel Thirion (França); Joel Spring (EUA); Ferro Piludu (Itália); Roger Dadoun (França); António José Saraiva (Portugal); Marianne Enckell (Suíça); Massimo La Torre (Itália); Jean-Jacques Gandini (França); Tom Holterman (Holanda); Mikhail Agursky (Israel); Andrea Papi (Itália); José Batista (Portugal); Dimitrios Roussopoulos (Canadá); Eduardo Colombo (Argentina/França). Pelo que pude observar, nos três dias da realização do Colóquio, a assistência esteve perto de atingir 200 pessoas. Este colóquio também se traduziu na publicação do livro *Tecnologia e Liberdade*, em 1988, com a organização do Círculo de Estudos Neno Vasco e a edição da Editora Sementeira.

Antes da realização deste colóquio, presenciei cenas ridículas e provocatórias de um grupo anarquista denominado «Ação Direta». Este grupo encontrou, em João Freire, o mau da fita de tudo o que acontecia no meio anarquista português, vocação que consistia em criar situações fantasmáticas e a emitir comunicados provocatórios. Esses comunicados eram elaborados como factos reais, como se tivessem proveniência no Presidente do Conselho de Ministros, da Secretaria de Estado da Cultura, da Biblioteca Nacional, e eram enviados para pessoas ou grupos que poderiam ser molestados ou provocados na sua ingenuidade e identidades ideológicas específicas. Em relação ao evento de 1987, do conhecimento que adquiri, utilizaram esse procedimento maquiavélico no CEL/A *Batalha* e no José de Brito. Não duvido que o fizessem para outras pessoas e grupos com objetivos idênticos. Mas vejamos o teor desse comunicado:

*A relatada fragilidade do desenvolvimento das forças produtivas e a simplicidade das relações sociais da sociedade capitalista nas últimas décadas do século passado e nos primórdios deste, tornam possível que uma filosofia anarquista simplista e superficial tivesse tido um impacto social relevante. Contudo, a falta de transparência das relações sociais atuais, a complexidade da sociedade moderna, a desomogeneização do proletariado, as novas tecnologias e a força adquirida pelo Estado transformaram o anarquismo primário num autêntico anacronismo; a descodificação do segredo social já não pode ser obra de operários semi-analfabetos e autodidatas, como Proudhon; na época da 3.ª Revolução Industrial, práticas libertárias à margem das instituições vigentes (ações insurrecionais das massas incultas e marginalizadas) são verdadeiros arcaísmos. Nas condições atuais, só pessoas com reconhecida competência científica, isto é, as autoridades académicas e demais especialistas em «merceologia cultural», estão capacitadas para decifrar os enigmas sociais, elaborar uma teoria anarquista credível e implementar, com a ajuda da Fundação Gulbenkian, uma prática libertária isenta e gratificante.*

*Embora isto desagrade aos insurrecionalistas da Ação Direta, aos ortodoxos da Antítese e demais elementos desestabilizadores, a desmarginalização dos libertários, ou seja, a prática sádico-masoquista de ascensão na pirâmide social, constitui a única base em que pode assentar um movimento anarquista moderno.*

*Pelas razões acima expostas, decidiu-se realizar, no âmbito das comemorações dos 100 anos do anarquismo em Portugal, um colóquio internacional subordinado ao tema «Tecnologia e Liberdade», no qual só poderão participar pessoas cientificamente capacitadas para abordar este complexo e vasto assunto. Todavia, é admissível que sejam distribuídos convites a alguns sobreviventes da velha C.G.T., que, nesta eventualidade, intervirão como meros fatores de credibilização junto de meios libertários internacionais que ainda vão entrando com algum para este fecundo movimento libertário português. É importante sublinhar que já está assegurada a participação neste colóquio dos seguintes especialistas portugueses:*

*1.º Villaverde Cabral, que abordará o tema «O arquivo histórico-social na Biblioteca Nacional como fator desmarginalizante». Este ilustre sociólogo*

*da Presidência da República focará o papel relevante que esta documentação anarquista tem desempenhado no processo de credibilização do nosso movimento, permitindo aos neo-libertários apresentarem teses de doutoramento altamente competitivas.*

*2.º Júlio Figueiras, que falará sobre as «As novas tecnologias e a implementação de práticas libertárias nas partes periféricas do poder burocrático»*

*3.º O economista Numerus Clausus, que tratará o tema «A cibernética, a informática, a telemática, a robótica, a burótica, a cagótica e a caralhótica como meios de implementação do socialismo mazzinista.» Este stakonovista da «cultura» abordará cientificamente a questão da viabilização prática da última descoberta científica do grupo «Os Acratas»: a abolição do salariato através da associação do trabalho com o capital.*

*A Autoridade Sociológico-Científica do Movimento Libertário Institucionalizado*

Este comunicado está redigido como se tivesse sido enviado, a 19 de janeiro de 1987, por Manuel Villaverde Cabral, Diretor da Biblioteca Nacional, sediada no Campo Grande, em Lisboa. João Gabriel de Oliveira Morato Pereira, do grupo «Ação Direta», conhecido pela alcunha do «boca negra», mais uma vez, foi o líder desta manifestação modelar de provocação. Em síntese, este grupo enviou mais de 100 comunicados deste tipo sobre as mais variadas temáticas, todas elas balizadas por predisposições psicopáticas, cujo carácter é próprio das personagens mais sinistras de alguns romances de Victor Hugo, como é o caso específico d' *Os Miseráveis*.

Os prolongamentos comportamentais deste comunicado tiveram, ainda, consequências aquando de uma reunião do jornal *A Batalha*, nas novas instalações cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa, no Palácio da Rosa, na Rua Marquês Ponte de Lima. Como a redação d' *A Batalha* tinha andado desnorteada durante três anos sem sede, tendo recorrido ao empréstimo das instalações da Base-FUT (Frente Unitária dos Trabalhadores), na Rua São Bento, junto ao Rato, e, por último, tendo sido constrangida a servir-se das instalações da estação dos correios, no Terreiro de Paço, no ano de 1986, Emídio Santana conseguiu obter o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, razão suficiente para



usufruir das novas instalações da Rua Marquês Ponte de Lima. A partir daí, foram desenvolvidas uma série de iniciativas com o intuito explícito de melhoria logística do espaço para prosseguir a edição do Jornal *A Batalha*. Ao mesmo tempo, são realizadas reuniões para esse efeito. Numa dessas reuniões, realizada em princípios de 1987, estava presente um grande número de pessoas, entre as quais, sem contar comigo, Luís Oliveira da Editora Antígona, José de Brito, Ilídio Santos, Carlos Pimpão, Lígia Oliveira, Acácio Tomás de Aquino, Abílio Gonçalves, parte do grupo da «Ação Direta» com João Gabriel Morato Pereira, a sua mulher Ana, e outros membros e o grupo «A Palavra», de Odivelas.

No decorrer da reunião, Emídio Santana, que assumia a coordenação a cada momento da discussão, demonstrava um nervosismo e uma preocupação que não eram habituais e segurava, sistematicamente, uma página da qual não se sabia o conteúdo. Apercebendo-me disso, disse aos companheiros com quem tinha combinado sair antes, para esperarem mais um pouco. Quando chegou o momento de ler a página, Emídio Santana, muito emocionado, declarou-se muito preocupado com o conteúdo do comunicado que tinha sido enviado ao jornal *A Batalha*. Dito isto a tremer, leu todo o comunicado, enquanto elementos do grupo da «Ação Direta» e do grupo «A Palavra», de tempos a tempos, se riam. Depois disso, Emídio Santana perguntou aos presentes quem tinha escrito aquele panfleto. O grupo «A Palavra» respondeu, através de várias pessoas, que não tinham qualquer responsabilidade naquele ato, mas que estavam de acordo com o teor do mesmo. Ao lado de Emídio Santana, João Gabriel Morato Pereira estava sentado muito silencioso, como se nada estivesse a ocorrer, calmo e indiferente perante todo aquele simulacro de reunião. Sabendo que estava a assistir a um espetáculo medíocre, vergonhoso e de abuso para com os velhos militantes da C.G.T., pedi a palavra e, de dedo em riste em direção a João Gabriel Morato Pereira, disse o seguinte: «Acabou o circo. Quem redigiu este comunicado foi este senhor do grupo da “Ação Direta”». Com esta informação, instalou-se um grande burburinho e agitação na reunião, tendo os elementos do grupo «Ação Direta» e de «A Palavra» reagido com alguma violência verbal. João Gabriel Morato Pereira ficou impávido e sereno, como era o seu timbre em várias ocasiões, ficou amedrontado, como se nada tivesse acontecido e não disse uma palavra.

Outra realização bem-sucedida, no âmbito da «Presença Libertária 1887–1987» foi a Exposição Bibliográfica realizada na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, no período de 27 de setembro a final de dezembro de 1987. Sendo idealizada pela revista *A Ideia*, a organização e a concretização prática teve autoria de João Freire, Alexandra Lousada e Lurdes Rodrigues pelo CEL/A *Batalha* e Carlos Abreu pela Biblioteca Nacional. Mais tarde, uma parte desta exposição esteve exposta na Biblioteca Municipal do Porto. Foi uma exposição com um conteúdo bastante positivo, sobretudo se tivermos presente a seleção criteriosa de jornais, revistas, capas de livros, materiais iconográficos, indivíduos, grupos e organizações, que tiveram um papel relevante no movimento libertário português, no período de 100 anos, entre 1887 e 1987. Esta exposição, uma vez mais, provocou a ira do grupo «Ação Direta», ao ponto de produzirem um comunicado provocador, cheio de mentiras e de ódio contra a revista *A Ideia*, contra João Freire e Emídio Santana, considerando, estes últimos, contrarrevolucionários, iguais a Cavaco Silva, antigo primeiro-ministro, que governava em Portugal nessa altura. Para não esgotar esta página com a reprodução do comunicado, no entanto, tenho de fazer alusão a dois acontecimentos que se referem à Exposição Bibliográfica realizada na Biblioteca Nacional de Portugal. O primeiro decorreu durante a realização da exposição, quando João Gabriel Morato Pereira e o seu grupo instrumentalizaram um grupo de jovens a fim de tentar destruir todo o material exposto na exposição, coisa que não conseguiram devido à capacidade física das pessoas presentes. Um outro acontecimento resultou da exposição de uma capa e de uma contracapa da revista *Ação Direta*, pela sua diversidade temática e ideológica, e por constar o endereço do apartado da revista. O grupo da «Ação Direta», capitaneados por João Gabriel Morato Pereira (que ficou fora à espera no automóvel), mandou Jorge Mota Prego e um outro elemento do grupo «A Palavra», já a horas próximas da meia-noite, consultar-me e inquirir-me em casa, na Rua Sociedade Cruz Quebradense, sobre as razões contrarrevolucionárias da exposição da capa e da contracapa da revista *Ação Direta*, já que poderia, a todo o momento, causar a iminência eventual da prisão do João Gabriel Morato Pereira, uma vez que a polícia veria facilitada a sua ação repressiva junto do acesso à morada da revista. Claro que se isso acontecesse, as represálias físicas tomariam sobre mim.

Como quarta vertente de integração no anarquismo, importa, agora, analisar o ponto respeitante à organização e à participação nos grupos «Os Acratas» e «Associação Gráfica Anarquista» e outras atividades libertárias. A minha participação nestes dois grupos desenvolve-se na década de 1980, devendo-se, fundamentalmente, à amizade que desenvolvi junto de José de Brito, a partir do final da década de 1970, na sede d'*A Batalha*, na Avenida Alves Cabral. Pela sua heresia, heterodoxia e desprezo por costumes seculares judaico-cristãos, encontrou sempre, junto de mim, uma amizade e companheirismo até ao fim da sua vida, em 1995. Pela sua maneira de ser, ao criar a Cooperativa Editorial Acrata, com a função de editar textos anarquistas e principalmente para financiar a publicação do jornal *A Merda*, pouco tempo depois da eclosão da Revolução de 25 de Abril, devido ao impacto público que este jornal criou ao atingir uma tiragem superior a 100 000 exemplares, foi acusado pelos grupos anarquistas ortodoxos de «comerciante nojento e falso anarquista», sendo, em determinados meios, excomungado publicamente pelas publicações em *A Batalha*, *A Ideia* e *Voz Anarquista*. José de Brito ainda tentou defender-se destas calúnias, intitulado os seus detratores anarquistas de «carcamales», mas de nada valeu. Homem persistente na luta pelo ideal anarquista, continuou sempre de cabeça erguida, tendo publicado, para além de dezenas de apostilhas, três brochuras com o pseudónimo de Zé Barembé, intituladas: *A Crisálida*; *Enfrentando a grande crise em que o velho anarquismo se debate*; *A Revolução dentro da Revolução*. Não posso esquecer como ele, a sua companheira Serafina e a sua família desfrutaram comigo horas de discussão, de riso, de festa, de almoçadas e jantaradas abastadas sempre de legumes, fruta, peixe e vinho.

Foi com base nesta vivência quotidiana que foi possível, através dessa amizade e heterodoxia comportamental, criar o grupo «Os Acratas» constituído por mim, José de Brito, Ilídio Santos, Teresinha Santos, Carlos Pimpão, Luísa Gomes e Jorge Manuel Fernandes. A criação e a intervenção deste grupo foram bastante originais, quer pelo conteúdo das suas convocatórias e debates, quer ainda pelas manifestações realizadas em locais públicos, como foi o caso de vendas de livros, de revistas e de outras publicações anarquistas, nas praças, avenidas e feiras do livro, sedeadas em Lisboa. O seu início teve lugar em 1986.

Para saber mais sobre a natureza do grupo «Os Acratas», veja-se um comunicado que foi elaborado a 25 de agosto de 1986:

*Convocação do grupo «Os Acratas»*

*Uma razão muito pertinente deu origem à formação deste grupo: Sendo o Ideal Anarquista a mais maravilhosa criação do pensamento social, tão importante que se torna inconcebível o seu desaparecimento da cena social, qual a razão para este ideal não originar grandes movimentações e, em vez disso, cada anarquista que vai morrendo, é com um a menos que devemos contar?!?*

*Este, ainda, pequeno grupo «Os Acratas» tem vindo a estudar esta grave questão com espírito equânime e independente e julga ter encontrado muitas das explicações e soluções que deseja comunicar à maioria dos companheiros, por exemplo: O Anarquismo moderno, mal iniciou a sua trajetória vital, teve a infelicidade de acamaradar (na I Internacional) com o ofuscante marxismo que, então, estava em grande voga como ideal científico revolucionário (apesar de, passados 100 anos, se verificar ser o ideal da contrarrevolução) [...] O então novel movimento anarquista, já inquinado de marxismos, ingeriu diversos tipos de socialismos, comunismos e outros gregarismos, apesar de serem opostos à verdadeira natureza do Anarquismo, que é individualista e solidário. [...] O marxismo pretende entregar ao Estado todos os meios de produção, mas os anarquistas devem propor a entrega destes haveres ao seu verdadeiro dono, que é o indivíduo e a sua Família, para este, se assim o entender, formar pequenas e grandes cooperativas de livre entrada e saída conforme as formas contratuais. O Anarquismo é, medularmente, contra todo o tipo de violência e de tolerância, é pelo amor entre os humanos, o diálogo e a cooperação. Contra a violência da burguesia e do Estado político, temos meios pacíficos para o destruir, apenas através da organização adequada.*

*Para tratar destes assuntos, convidamos todos os Companheiros e Simpatizantes para uma reunião alargada, que se realizará no dia 13 de setembro, sábado, às 15 horas, no Centro de Cultura Libertária, em Almada, na Rua Cândido dos Reis, 21, 1.º Dto., ou, se não pudeses comparecer envia as tuas sugestões para o Apartado 56, 2801 Almada Codex.*



Esta linguagem é específica do pensamento heterodoxo de José de Brito. No entanto, isso não invalida que, no pressuposto da existência de diferenças ideológicas naturais, no interior do grupo «Os Acratas», tenha difundido esta convocatória sem qualquer tipo de problemas e que tenham sido realizadas outras manifestações públicas. Este grupo, assim como nasceu com base numa diversidade de opiniões e análises de forma espontânea e informal, também morreu, naturalmente, da mesma maneira, no final da década de 1980.

Nos meios anarquistas, desde o 25 de Abril de 1974 que se notava a inexistência de meios autónomos de impressão para publicar jornais, revistas e livros de forma independente. Por funções que já tinha exercido na tipografia Mirandela, Ilídio Santos tinha conhecimentos suficientes para se poder comprar uma máquina de composição que servisse as necessidades do movimento libertário português. Juntando forças e, especialmente, meios financeiros solidários para a compra da referida máquina, em 1985, foi constituída a «Associação Gráfica Anarquista», mais uma vez, de forma espontânea e informal. Integraram essa iniciativa Ilídio Santos, José de Brito, Reis Sequeira, Atalaião, Rui Vaz de Carvalho. Os trabalhos de composição gráfica da máquina que o grupo «Associação Gráfica Anarquista» realizou para *A Ideia*, *A Batalha*, «Mandrágora», *À Margem*, editora *A Hiena* e a *Antítese*, foram composições todas elaboradas por Ilídio Santos. Por outro lado, a «Associação Gráfica Anarquista» centrou, sobretudo, a sua ação na composição do jornal *A Batalha*, tendo começado essa tarefa a partir do n.º 109, março/abril/maio de 1985, até ao n.º 134, em outubro/dezembro de 1991.

A «Associação Gráfica Anarquista» extinguiu-se, naturalmente, no início da década de 1990, tendo Ilídio Santos ficado com a responsabilidade de gerir, desde aí, autonomamente, os trabalhos de composição que eram solicitados pelo movimento libertário português.

Para além das que já referi, estive envolvido noutras atividades de carácter libertário até 1995. Uma dessas atividades resultou na minha primeira experiência como ator, no filme *Verde por Fora e Vermelho por Dentro*, realizado por Ricardo Costa, produzido por Diafilme, com argumento de Maurício Cunha, Ilda Ribeiro e Ricardo Costa, música de António Macedo. É um filme surrealista com diferentes conexões psicanalíticas e políticas, muitas delas abstratas e

difíceis de entender a diferentes níveis, com alguns paradoxos críticos, tendo sido exibido em 1980, em algumas salas de cinemas, em Portugal. A crítica foi deveras severa e devido a isso, este filme esteve pouco tempo em exibição. Lembro que, enquanto protagonizava o papel de José Maria, no contexto do argumento e das interações com os outros atores, fiz o papel de professor de economia com um discurso radical, associado à figura de Miguel Bakunin. Lembro-me também de uma cena perfeitamente hilariante, contracenada com o meu querido amigo António Macedo, já desaparecido, quando ele cantava uma canção num café, numa aldeia próxima de Santarém, o simples facto de ter de pedir uma bebida e olhar para a cara do José Mourão, que servia ao balcão, fazia-me entrar numa fase de riso compulsivo que não tinha explicação. Consegui, com a ajuda do António Macedo, controlar-me e, desse modo, permitir que as filmagens continuassem. Mais uma vez, a minha participação neste filme deve-se ao empenho de Ilídio Ribeiro como produtor e argumentista.

Uma outra atividade reporta-se à minha participação na elaboração do documentário *Memória subversiva: Anarquismo e sindicalismo em Portugal 1886–1975*, realizado e produzido por José Tavares e Stephanie Zoche. Ajudei a elaborar a estrutura do guião de entrevistas aos entrevistados que participaram no documentário e, adicionalmente, realizei uma parte substancial dessas entrevistas. Este documentário começou a ser exibido em 1989 e, desde então, tem sido objeto de exibição e debates em diferentes países. Lembro-me de ter, também, elaborado um pequeno texto aquando da apresentação pública do documentário, no qual escrevi: «Com este documentário filmado, será difícil interpretar e/ou reinterpretar os movimentos sociais, políticos e ideológicos de ânimo leve. Para antes e depois da implantação da ditadura salazarista, ficam as vidas e as palavras de um punhado de homens e mulheres que não se vergaram a amos e senhores: *Memória Subversiva* é o retrato fiel dessa realidade.»

Estive, igualmente, implicado na tentativa de construir uma Universidade Popular, em Lisboa, no início da década de 1980. O grande obreiro desta iniciativa esteve a cargo de José Luís Félix, que tinha conhecido no ISE–UTL, como estudante. A sua motivação para a criação de organizações baseadas em princípios libertários era uma constante na sua vida. Assim, tendo tido conhecimento que no bairro onde residia, em Campo de Ourique, existia

a Padaria do Povo, que antes tinha albergado a UPP (Universidade Popular Portuguesa), onde desde 1919, tinham colaborado como professores ou palestrantes: António Sérgio, Jaime Cortesão, Rodrigues Lapa, Raul Proença, Mira Fernandes, Faria de Vasconcelos, Agostinho da Silva, Vieira de Almeida, Cirilo Soares, Moisés Amzalak, Leite de Vasconcelos, Mendes Correia, Virgínia de Castro Almeida, Aurélio Quintanilha, Azeredo Perdigão, António Lobo Vilela, Ferreira de Macedo e Bento de Jesus Caraça, para além de outros; tentou criar as condições necessárias e suficientes para que se criasse uma nova Universidade Popular.

Para mim e José Luís Félix havia dois grandes objetivos a atingir. Primeiro, conseguir, junto da direção da Padaria do Povo, a anuência para transformar o espaço útil e funcional da padaria nas novas instalações da Universidade Popular, mediante um contrato que fosse benéfico para ambas as partes. Segundo, elaborar um pré-projeto de Universidade Popular que tivesse uma identidade libertária no plano científico, institucional e pedagógico. Realizaram-se várias reuniões na prossecução desses objetivos, nos primeiros anos da década de 1980, mas, no fim, a inflexibilidade negativa da direção da Padaria do Povo deitou por terra a iniciativa de criar uma Universidade Popular, de cariz libertário.

Resta-me, ainda, referir a minha participação na direção e nas atividades do CCL, no início da década de 1980, como membro da direção e de realização de debates. Antes, no tempo da publicação da *Voz Anarquista*, já tinha desenvolvido relações de carácter libertário com Francisco Quintal, Adriano Botelho, Sebastião de Almeida e Viriato, mas nunca me integrei nas atividades do CCL. Depois do jornal *Voz Anarquista* terminar a sua publicação e antes de ser criada a revista *Antítese* foi possível intervir no CCL com uma série de realizações, com especial incidência na discussão e debates sobre o anarquismo e os movimentos sociais revolucionários.

Por último, neste capítulo, apraz-me registar o início de uma grande amizade e de uma grande caminhada libertária que, ainda hoje, persiste, com Carlos António Nuno (Cató), na Avenida Álvares Cabral, na sede do jornal *A Batalha*, no final da década de 1970. Ele era estudante e eu professor e achámos por bem criar uma Federação de Estudantes Libertários, tendo elaborado



os estatutos condizentes para a consecução desses objetivos, promovendo convocatórias e realizando debates com a finalidade explícita de dar corpo e forma a esse projeto. Estes foram realizados na Faculdade de Medicina, no Campo de Santana, em Lisboa. Os frutos dessa iniciativa foram gorados, passado pouco tempo, daí que, em 1981, esse projeto, como muitos outros antes, tenha fracassado.





# CAPÍTULO 7



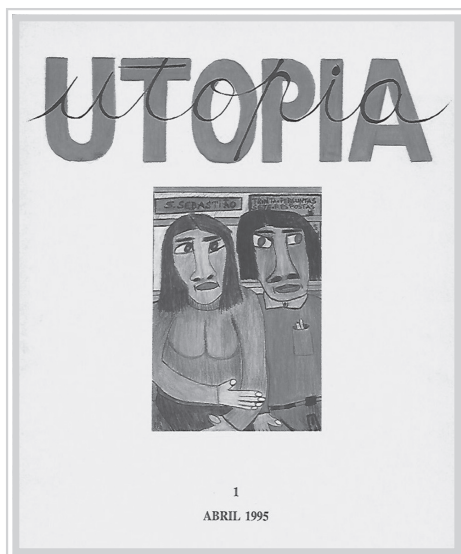
*Entre os Anarquismos e a Anarquia*



## Os anarquismos da revista *Utopia* e da Associação Cultural A Vida

Quando um conjunto de pessoas — Rui Vaz de Carvalho, José Tavares, José Luís Félix, António Cândido Franco, Carlos António Nuno e José Maria Carvalho Ferreira — tomaram a iniciativa de se reunir, no início do ano de 1994, na Rua Sociedade Cruz Quebradense, tinham um potencial único de vivificarem o anarquismo na sociedade portuguesa, sempre orientados na consecução de objetivos ideológicos e políticos modelados pelas práticas e princípios da revolução social. No amplo sentido do termo, persistia uma vontade imensa de conjugar e integrar a ação individual em direção à construção de vários objetivos anarquistas associados à identidade coletiva da anarquia. Porque estive, em grande parte, na origem dessas predisposições comportamentais tipificadas em ações individuais e coletivas, que podemos denominar, genericamente, de anarquistas, relevo algumas que deram azo a um conjunto de discussões e reu-

nições que, mais tarde, se institucionalizaram e formalizaram na fundação da Associação Cultural A Vida (ACAV), a 22 de agosto de 1994. Após a criação da ACAV, foi possível criar as condições imprescindíveis para a publicação e distribuição da revista *Utopia*. O primeiro número da revista *Utopia* teve lugar no mês de abril de 1995.



Revista *Utopia*, n.º 1, Lisboa, 1995. Capa de José Tavares.

As razões da plausibilidade da consecução dos objetivos que orientaram os indivíduos que criaram a Associação Cultural A Vida (ACAV) e a revista *Utopia* radicam, principalmente, na autoanálise que realizaram relativamente à sua inserção no imaginário coletivo do anarquismo e, por outro lado, do caminho da

sua trajetória como militantes revolucionários na intenção de superar os atavismos teóricos e práticos inerentes às contradições e conflitos que subsistiam no seio do anarquismo clássico. Entre nós, emergiu uma série de discussões aquando da criação da ACAV e da revista *Utopia* que podemos resumir do seguinte modo: 1) o cansaço de uma militância anarquista ortodoxa estéril e incapaz de perceber os avatares das sociedades capitalistas contemporâneas; 2) as publicações anarquistas existentes, em Portugal, estavam numa situação de marasmo editorial ou caminhavam a passos largos para a sua extinção, por falta de leitores e dificuldades financeiras; 3) o dever urgente de criar uma publicação anarquista, analiticamente pertinente e atual, que estivesse orientada na assunção da diversidade ideológica e teórica anarquista, onde coabitassem as várias correntes ou sensibilidades e onde também fosse fundamental elaborar uma crítica radical do Estado e da sociedade capitalista, ao mesmo tempo que havia a necessidade de atualizar as premissas analíticas do anarquismo; 4) a necessidade de saber comunicar com as diferenças e as singularidades de cada um dos anarquismos contemporâneos, porque as experiências individuais e coletivas do passado eram pouca elogiosas e muito frustrantes, levando a que muitos dos militantes anarquistas tivessem abandonado as organizações onde estavam inseridos.

Este dispositivo de objetivos analíticos, ideológicos e revolucionários levou a que fossem organizadas e realizadas várias reuniões na Rua Sociedade Cruz Quebradense, com intenção explícita de criar uma revista e uma organização que lhe desse estabilidade legal, institucional, organizacional, financeira e, por outro lado, funcional, em termos de espaço redatorial e armazém para distribuição da revista. Evidentemente que o objetivo central das reuniões passava, impreterivelmente, pela criação da revista *Utopia* e, conseqüentemente, pela natureza e significância das incidências dos acordos e desacordos de interpretação dos seus princípios editoriais. De facto, os princípios editoriais, em certa medida, modelavam as posturas ideológicas de cada um, em relação à singularidade de cada anarquismo que cada membro do coletivo da revista defendia. Ora, uma das bases essenciais da criação da revista *Utopia* consistia na sua intransigência da defesa do ideal anarquista, mas também e, particularmente, da sua pluralidade ideológica/teórica: anarcocomunismo, anarco-sindicalismo,

anarco-individualismo, anarco-naturismo, anarco-pacificismo, etc... Estas discussões e reuniões para elaborar os princípios editoriais da revista *Utopia*, se não estivessem baseadas nas diferenças identitárias de cada um, na especificidade de cada trajetória militante no seio de cada anarquismo e nas experiências que tiveram em organizações e grupos distintos, tornaria muito difícil, senão impossível, chegar a diálogos profícuos e consensuais.

Até chegarmos a um acordo final sobre os princípios editoriais da revista, foram necessárias várias reuniões durante o ano de 1994. Nesse processo, só houve uma divergência significativa relativamente ao teor do conteúdo com base nas posições defendidas por António Cândido Franco. Este, em razão das suas opções analíticas e ideológicas, achava que se tinha enveredado por um anarquismo ortodoxo clássico, que descurava as análises pacifistas, ecologistas e reformistas, que tinham um valor heurístico muito importante nas sociedades contemporâneas. Por falta de consenso e de diálogo, não foi possível integrar os argumentos analíticos de António Cândido Franco nos princípios editoriais da revista. Sentindo-se defraudado pela evolução do grupo fundador da revista *Utopia*, António Cândido Franco desvinculou-se do projeto. Ironicamente, o nome que foi dado à Associação Cultural A Vida tinha sido sugerido por António Cândido Franco no decorrer de todo este processo.

Os princípios editoriais da revista *Utopia*, descritos na edição n.º 1, em abril de 1995, são bastante elucidativos relativamente ao seu conteúdo programático, analítico, reflexivo e ideológico, ao mesmo tempo que personifica um desafio e um risco no panorama editorial do anarquismo em Portugal:

### *PRINCÍPIOS EDITORIAIS*

*UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação histórica das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, ativo e atual, e no respeito face as outras interpretações desse património.*

*Ao definir-se como de cultura de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos Homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.*

*Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e de debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim, opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os Homens devem obedecer, mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.*

*UTOPIA guiará a sua ação por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer atividades que venha a desenvolver.*

*As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do coletivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão. O coletivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.*

*A indicação de um proprietário e de um diretor da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direção entre todos os que fazem a UTOPIA.*

*A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projeto é de todo o coletivo editorial (Utopia, n.º 1, abril de 1995, p. 112).*

Para a prossecução destes princípios editoriais, a revista *Utopia* necessitava de estruturas legais e funcionais de propriedade, de armazém, de organização, de distribuição e de apoio financeiro. Por essa razão, antes da revista *Utopia* ser editada, foram realizadas várias reuniões para criar uma associação que preenchesse os requisitos jurídico-legais, a partir dos quais podia emergir uma estrutura legal vocacionada para assumir as funções de proprietária da revista, como



das inerências da sua produção e distribuição. Todavia, para se criar a ACAV, as suas funções não estavam remetidas a um mero espelho dos desígnios fulcrais da revista *Utopia*. Para além de ser a grande base da existência editorial da revista, para os progenitores da ACAV, existiam outras motivações e objetivos específicos a realizar que não se esgotavam na edição de uma revista, mas que só poderiam ter cabimento no dia a dia da existência da ACAV.

Rui Vaz Carvalho, José Luís Félix, José Tavares, Carlos António Nuno e eu, problematizámos e equacionámos a distinção libertária de uma associação privada sem fins lucrativos e de uma revista como a *Utopia*. Ao mesmo tempo, tivemos de discernir das suas identidades específicas e das suas interdependências e complementaridades. No caso concreto da legalização da ACAV, como eu estava no estrangeiro, a escritura notarial fundacional da ACAV foi concretizada a 22 de agosto de 1994, no 12.º Cartório de Lisboa, na Rua de S. Julião, com a presença do notário Manuel d'Assunção Casalta e os outorgantes Carlos António Nuno, Rui Vaz Carvalho, José Tavares e José Luís Félix. A sede da ACAV ficou na Rua Sociedade Cruz Quebradense, no concelho de Oeiras.

A primeira reunião depois da ACAV ocorreu a 17 de setembro de 1994, na sua sede, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1) Informações; 2) Eleições dos corpos sociais. As outras reuniões seguintes foram realizadas no Porto, na BOESG (Biblioteca dos Operários e dos Empregados da Sociedade Geral), em Lisboa, na Rua das Janelas Verdes, e, ultimamente, na Adega «Acrata», em Bogarréus, Meca, Alenquer.

No primeiro exercício das atividades libertárias da ACAV, para além das informações relativas aos esforços da comissão instaladora para legalizar a associação, foram definidos os objetivos e as funções de cada órgão que era objeto de eleição na Assembleia Geral. Desse modo, para presidente da Direção, foi eleito Carlos António Simões Nuno; para 1.º secretário, fui eu; para 2.º secretário, Teresa Pereira Cabral. Em relação à Assembleia Geral, foram eleitos para Presidente, Rui Antonino Pombares Vaz de Carvalho; para 1.º secretário, Maria Luísa Monteiro Gomes; para 2.º secretário; Armando Augusto Rodrigues Veiga. Para o Conselho Fiscal foi eleito para Presidente, José Luís Félix Fernandes, para 1.º vogal, José Manuel Tavares de Sousa, e para 2.º vogal, Herculano Ferreira Lapa.

Dando conta da objetividade presencial desta Assembleia Geral fundacional da ACAV, com base na minha memória atual, estiveram presentes nesta reunião, além de mim: Carlos António Nuno, Teresa Cabral, Rui Vaz Carvalho, Maria Luísa Gomes, Artur Pires, Luís Chambel, Carlos Pacheco, Pilar Estefânia, Armando Veiga, Júlio Henriques, Maria Pereira, Torcato Sepúlveda e Ricardo Pereira. Daqui, decorreram outras reuniões que geraram a necessidade de elaborar e aprovar um regulamento interno da ACAV, numa reunião a 25 de março de 1995. Confrontando esse regulamento com a vida quotidiana da ACAV, pouco tempo depois, foi elaborado um documento decalcado desse regulamento, mas com um conteúdo formal e informal menos rígido, em termos dos conteúdos legais e formais de adesão e demissão de cada associado da ACAV. Pela sua natureza indiciadora ou inibidora de partilha e pertença nas atividades da ACAV, foi elaborado um documento muito mais flexível e propiciador de atos de liberdade comparativamente ao regulamento que tinha sido aprovado antes. Ficou, doravante, conhecido como as «Bases dos Princípios Gerais do funcionamento da ACAV»:

## **Princípios Gerais**

### **Capítulo I**

#### **Objetivos da Associação**

##### **Artigo 1**

A edição de publicações periódicas e não periódicas libertárias; b) Promoção de colóquios, seminários, conferências e outras atividades libertárias; c) Intervenções pontuais de natureza libertária a definir pela A.G.

##### **Artigo 2**

Os princípios e as práticas referidas em a), b) e c) do Art.º 1 serão baseados na democracia direta, da não vinculação partidária e estatal, da autonomização do indivíduo, da assunção da liberdade e da solidariedade.

##### **Artigo 3**

São absolutamente inaceitáveis atividades com quaisquer fins lucrativos, partidárias, estatais e cerceadoras da liberdade do outro, ou que contribuam de alguma forma para a exploração e/ou opressão do homem pelo homem.

## **Capítulo II**

### **Do financiamento**

#### **Artigo 4**

O financiamento da Associação será assegurado da seguinte forma: a) Receitas provenientes da venda da revista *Utopia*. Quotização voluntária dos associados da Associação; b) O montante da quota referida em a) será estabelecido por cada associado.

Além do referido em a) e b) a Associação poderá efetuar a venda de outras publicações e realizar atividades que possam gerar receitas e desde que aprovadas em A.G.

#### **Artigo 5**

Todos os financiamentos da Associação não podem ter origem em atividades que, pela sua natureza, ponham em causa os princípios e as práticas definidas pela Associação.

#### **Artigo 6**

As receitas da Associação destinam-se, neste momento histórico, a financiar, prioritariamente, a revista *Utopia*. Em caso de haver excedentes financeiros para financiar outras atividades, estas terão que ser previamente aprovadas em A.G.

## **Capítulo III**

### **Dos Associados**

#### **Artigo 7**

Serão membros da Associação todos os que aceitarem os seus princípios e se proponham levá-los à prática.

#### **Artigo 8**

A admissão de associados será sempre submetida a uma prévia aprovação em A.G.

#### **Artigo 9**

Em caso de existência de conflitos com algum associado ou entre associados, todos eles terão que ser resolvidos através da A.G. e de forma consensual.

#### **Artigo 10**

A A.G. será sempre regida com o objetivo de encontrar um equilíbrio entre a liberdade individual e a soberania coletiva da Associação.

### **Artigo 11**

Em caso de conflito insanável com um associado ou vários associados, depois de tentadas as vias de consenso, os mesmos serão postos perante a evidência da sua situação.

### **Artigo 12**

Nos casos que a A.G. considere de extrema gravidade por colidiram frontalmente com os princípios da Associação, e uma vez atingida a situação descrita no artigo 11, poderá a A.G. determinar sanções contra os respetivos associados.

## **Capítulo IV**

### **Da Assembleia Geral**

#### **Artigo 13**

Para além do determinado pelos estatutos da Associação, a A.G. será convocada sempre que: a) Haja urgência na realização de algumas das suas atividades; b) Se reúna um grupo de associados com situação regularizada, nunca abaixo de 10% do total de associados.

#### **Artigo 14**

Entende-se por situação regularizada ter as cotas em dia e não ter pendente qualquer sanção da A.G.

#### **Artigo 15**

A A.G. será sempre regida pela individualidade, a procura de consenso e do equilíbrio entre a soberania de cada um dos associados e da Associação.

#### **Artigo 16**

Será sempre mantido o respeito pelas minorias e fomentada a livre discussão.

Sabendo nós que quem está habituado a lidar com princípios decalcados de estatutos está sempre a entrar numa zona ambígua de legalidade e de ilegalidade interpretativa e explicativa, nestes termos, é evidente que estes estatutos da ACAV sejam baseados em princípios e práticas libertárias padrão, mas também estão atravessados por um tipo de linguagem normativa contraproducente. A ACAV ainda hoje está viva, não obstante estar reduzida a 15 associados, sendo que uma parte deles não perfilha os ideais libertários. Na atualidade, é, fundamentalmente, com base na amizade e na liberdade propiciadoras de

relações humanas que a ACAV continua a potenciar-se, sabendo eu que muitas dessas iniciativas são formas e conteúdos de vida transcritas na dinâmica do espaço da Adega «Acrata». No fundo, em grande medida, são expressões de motivações, desejos e de convivialidade dos que têm acompanhado uma parte substancial da minha vida.

Nos tempos áureos da ACAV, entre 1994 e 2000, em que chegou a atingir o número de 26 associados, editou regularmente a revista *Utopia*, organizou uma série de manifestações públicas anarquistas com grande impacto público, com saliência para o Acampamento Libertário, em Izeda, realizado entre 21 e 31 de agosto de 1997. A visibilidade social da aplicação concreta destes princípios gerais da ACAV foi bem patente na congregação da luta ideológica e política, sempre acompanhada de ações de teoria e prática do léxico anarquista. Os efeitos práticos dos artigos 7 a 16, para não me debruçar sobre os restantes, eram perfeitamente inócuos e não tinham sentido algum, porque a grande maioria dos associados tinha dificuldades financeiras e, ainda, porque a aculturação de todos nós não era muito estruturada pela liberdade e a diferença de cada um nos vários planos existenciais da vida quotidiana e, em parte, pelas leituras e perceções que cada um tinha sobre o anarquismo. Os princípios gerais da ACAV eram e são uma espécie de expiação sem sentido para, hipoteticamente, controlar os desvios de qualquer associado, mesmo que esse controlo seja de consciência não praticável à luz desses princípios.

Antes de chegar a um plano de explicação mais exaustivo do que entendo por anarquismos no âmbito da revista *Utopia* e da ACAV, duas organizações portuguesas que se reivindicam e partilham esse ideal, devo esclarecer, desde já, que as análises que possa elaborar a esse respeito só a mim responsabilizam, excluindo, deste modo, todas as interpretações ou análises que outros elementos da revista *Utopia* ou da ACAV vivos possam ou devam fazer.

Quando me motivei e disponibilizei para criar estas duas organizações ou associações anarquistas, em grande parte, essa motivação e desejo proveio de uma força de vontade em superar as experiências negativas que tinha vivido no meio libertário, com conflitos e atropelos à dignidade e à liberdade humana. Por outro lado, deveu-se, também, à inconsistência e impraticabilidade teórica e prática do movimento libertário português, que

continuava a reproduzir mecanicamente os mesmos lugares comuns de um passado longínquo que já não existia e se revelava inconsequente nos seus desígnios históricos de fomentadores da revolução social. As análises que eram feitas não tinham a inteligência e clarividência que eram exigíveis para desconstruir, criticamente, as sociedades contemporâneas, o capitalismo e o Estado e, por consequência, desenvolver os movimentos sociais que aspiravam à emancipação social. É com base neste panorama que os fundadores da revista *Utopia* iniciaram um diálogo editorial profícuo e, por arrastamento, criaram a ACAV. Estas iniciativas históricas, para mim, personificavam o início de uma nova era no espectro anarquista português, porque, no fundo, espelhavam as potencialidades e probabilidades singulares de almejar uma identidade coletiva e individual, no que concerne a minha expansão no imaginário anarquista português.

Quando estas condições foram amadurecidas, a revista *Utopia*, n.º 1, em abril de 1995, apareceu nas livrarias clássicas de Lisboa e foi distribuída em outras zonas do país e em outros países, com especial relevo no Brasil. O coletivo editorial era constituído por mim (diretor), Armando Veiga, Artur Pires, Rui Vaz Carvalho, José Luís Félix, Carlos António Nuno e José Tavares. Como colaboradores constaram neste número: Alberto Pimenta, Edson Passetti, Edgar Rodrigues, Eduardo Colombo, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jaime Cubero, Júlio Henriques, Luís Chambel, Lumir Nahodil, Maria Oly Pey, Maria Pereira, Miguel Serras Pereira, Quin Sirera, Roberto Freire e Torcato Sepúlveda.

Diga-se que o coletivo editorial, no seu início, era composto de diferentes sensibilidades libertárias, ilustradas por diferentes sensibilidades ideológicas que iam do anarco-comunismo, passando pelo anarco-individualismo, anarquismo social, anarco-naturismo e até pelo comunismo libertário. Esta diferenciação não existia com a mesma nitidez em relação à composição dos colaboradores. Da totalidade dos colaboradores, 16 eram portugueses. As sensibilidades e as interpretações dos colaboradores internacionais sobre o anarquismo, por esta via, assumiam uma maior diversidade geográfica e participação ideológica e política. Pela via dos colaboradores, a revista *Utopia* também se potenciava como base editorial do anarco-sindicalismo, da pedagogia libertária, da educação libertária, das heteropatas utópicas e do anarquismo social.

A partir da edição do n.º 2 da revista, no outono/inverno de 1995, a composição do coletivo editorial sofreu uma ligeira mudança com a saída de Armando Veiga e de Artur Pires e a entrada dos mesmos no grupo dos colaboradores. Entretanto, a composição do grupo de colaboradores foi alargada a Alberto Hernando, Alfredo Gaspar, Arno Gruen, Carlos Díaz e Guadalupe Subtil, aquando da publicação do n.º 4, no outono/inverno de 1996.

Se tivermos presente o conteúdo da generalidade dos textos escritos pelo coletivo editorial e colaboradores, a diversidade ideológica que transparece dos seus conteúdos está bem patente logo desde o primeiro número até ao n.º 9, que saiu na primavera/verão de 1999. É bem visível a emergência de um anarquismo clássico que se quer moderno por parte de António de Sousa e uma tentativa, da minha parte, de deslocar as análises ortodoxas do anarquismo da luta de classes para um tipo de ecologia social, centrados nas relações da espécie humana com a natureza e, por essa via, à afirmação positiva de uma espécie humana balizada por naturismo individualista. É elaborada uma crítica da miséria e pobreza gerada pelo capitalismo nas sociedades contemporâneas por José Luís Félix e, ainda, um dossier sobre a luta dos Chiapas, no México. Ainda que a tonalidade maioritária destes artigos incida numa análise clássica da diversidade dos múltiplos anarquismos, desde este número até ao número 9 da revista, denota-se uma certa análise crítica do léxico conceitual crítico e analítico ao «marxismo e ao situacionismo libertário». Para dizer a verdade, esta problemática ideológica nunca foi um problema para o coletivo editorial, na medida em que as controvérsias geradas por um debate de ideias franco e livre só poderia fortalecer a expansão editorial da revista. Neste período, o único membro do coletivo editorial que se debruçou com alguma veemência contrário aos pressupostos analíticos do marxismo incrustado de ideologia libertária reformista, foi José Tavares, ao escrever *Comer Bem, Digerir Melhor e Carpe Diem — um breve comentário sobre A Inteligibilidade do Anarquismo*, no n.º 3, primavera/verão de 1996, pp. 63–67, em resposta a um artigo que tinha sido escrito por Jerónimo Leal (pseudónimo de António Cândido Franco). No meu entendimento, foi a primeira vez que li uma primeira abordagem na revista *Utopia* com pressupostos epistemológicos na diferença conceitual entre anarquismo e anarquia.

Desde o primeiro número até ao n.º 9, para além de colaborar na redação dos editoriais de cada número e de escrever algumas críticas de livros, escrevi os textos seguintes: *Ecologia Social e Desenvolvimento*, n.º 1, primavera/verão de 1995, pp. 17–35; *Modernidade da Crise Urbana*, n.º 2, outono/inverno de 1995, pp. 23–39; *Espanha em 1936–1939 — Guerra Civil ou Revolução Social?*, n.º 4, outono/inverno de 1996, pp. 29–36; *Crise ou Revitalização do Pensamento Anarquista*, n.º 6, outono/inverno de 1997, pp. 45–54; *José de Brito e a Anarquia*, n.º 4, outono/inverno de 1996, pp. 69–71; *Entrevista a Edgar Rodrigues e o movimento anarquista do Brasil*, n.º 5, primavera/verão de 1997, pp. 85–95; *Entrevista à Casa Ocupada em Lisboa*, n.º 5, primavera/verão de 1997, pp. 16–21; *Crise ou Revitalização do Pensamento Anarquista*, n.º 6, outono/inverno de 1997, pp. 45–54; *Entrevista a Luce Fabri* (parte I), n.º 6, outono/inverno de 1997, pp. 78–83; *Entrevista — Comunidad du Sur — As cidades não são boas para a vida humana*, n.º 7, primavera/verão de 1998, pp. 54–60; *Encontro com Luce Fabri* (parte II), n.º 7, outono/inverno de 1997, pp. 90–83; *Entrevista a Jaime Cubero e o movimento anarquista no Brasil* n.º 8, outono/inverno de 1998, pp. 60–71; *A religião como «tábua de salvação» do capitalismo*, n.º 8, outono/inverno de 1998, pp. 39–45; *Trabalho e o sindicalismo no limiar do século XXI*, n.º 9, primavera/verão de 1999, pp. 51–65; *Entrevista a Acácio Tomás de Aquino*, com Torcato Sepúlveda, n.º 9, primavera/verão de 1999, pp. 34–41.

Para além destes escritos, devo mencionar a existência de várias críticas de livros, jornais e revistas que foram publicados antes ou durante esse tempo. De igual forma, estive presente perante um manancial de leituras e análises que deram visibilidade social a um conjunto de autores libertários e anarquistas portugueses e de outros países, sendo que a minha intervenção de viajante do anarquismo internacional me permitiu elaborar análises através de evidências empíricas com uma série de baluartes históricos do anarquismo, podendo extrair e construir um conjunto de ilações ideológicas, políticas e sociais de extrema importância na Europa e na América Latina.

Com a publicação do n.º 10 da revista *Utopia* até ao n.º 20, assistiram-se a mudanças da composição do coletivo editorial e dos colaboradores, ao mesmo tempo que emergem várias mudanças orgânicas do funcionamento da revista,





Revista *Utopia*, n.º 10, Lisboa, 1999.  
Capa de José Tavares.

no conteúdo analítico, de capacidade de distribuição e de venda no mercado editorial. Daqui, faço alusão fundamental à perda de capacidade física, mental e psíquica de Rui Vaz Carvalho que, após a publicação do n.º 10 da revista *Utopia*, deixa de ser um elemento crucial no coletivo editorial, daí que o seu nome deixe de constar na ficha gráfica desde a publicação do

n.º 13. Refira-se que Rui Carvalho era possuidor de uma capacidade intelectual muito incomum e tinha um carácter extremamente propício à construção de diálogos, de sociabilidades afetivas e solidárias. Esta perda do coletivo editorial, pouco tempo depois, é consumada com a morte de Rui Vaz de Carvalho, a 5 de maio de 2003, no hospital da Amadora. Por outro lado, desde o n.º 10, as posições ideológicas e políticas mais identificadas com o marxismo e o situacionismo libertário perderam a sua influência na revista *Utopia*. Uma das variáveis que, para mim, teve uma importância crucial na edição da revista dizia respeito às contingências das TIC (Tecnologias de Informação e de Comunicação), nas modalidades habituais de produção, distribuição, comunicação e socialização da informação da revista, no plano organizacional e editorial, mas também com muita importância nas mudanças geradas pelos *inputs* e *outputs* de natureza virtual.

No contexto das mudanças geradas no seio da revista, posso referir a entrada de Atila ToukKour, desde o n.º 6, Jorge Silva, desde o n.º 8, Mimmo Puciarelli, desde o n.º 9, como colaboradores da revista *Utopia*. A partir do n.º 13, Júlio Henriques, Alberto Pimenta e Maria Pereira deixaram de pertencer ao grupo de colaboradores. Em relação ao coletivo editorial, Mário Rui Pinto integra-o desde o n.º 9 e, a partir do n.º 13, Manuel de Sousa e Eugénia

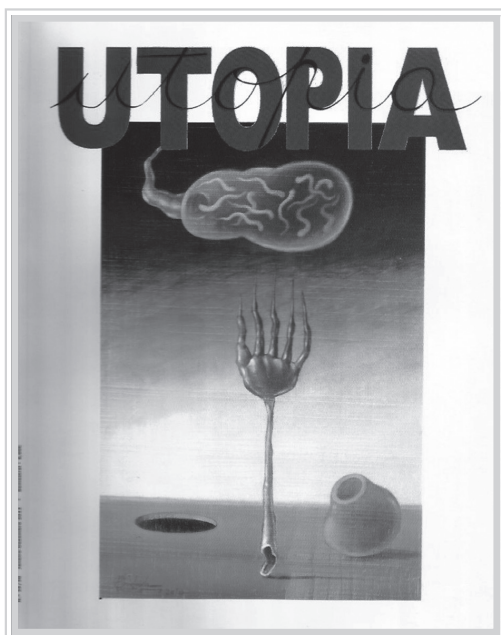
Gomes passaram a membros do coletivo editorial. Eugénia Gomes só ocupou essa função na edição do n.º 13, tendo passado para colaboradora a partir do n.º 14. Para o seu lugar no coletivo editorial entrou Ilídio Santos. Com a edição do n.º 14, no ano de 2002, José Janela e Christian Ferrer entraram para colaboradores. Alice Bonilha assumiu a responsabilidade do arranjo gráfico e entrou para colaboradora no n.º 13. A partir do n.º 17, passou a fazer parte do coletivo editorial até ao n.º 20. Na mesma altura, José Tavares também deixou o coletivo editorial e passou para colaborador. José Luís Félix, por conflitos subjacentes ao funcionamento do coletivo editorial, deixou a revista *Utopia*. A partir do n.º 16, Luciano Lanza e Antoni Castells passaram a integrar o grupo de colaboradores da revista e Alicia Zarate passou a exercer essas funções a partir do n.º 19.

Nos vários domínios que descrevi sinteticamente como mais relevantes na genealogia das mudanças operadas na vida editorial da revista *Utopia*, um deles assume preponderância sobre todo os outros. Independentemente de tudo, na ACAV ou na revista *Utopia*, cada indivíduo se potenciava na sua *singularidade* identitária, seja ela anarquista, sexual ou política, quando integrava o coletivo editorial. Daqui se deduz que cada um *per si* tenha uma trajetória de vida que o levou a construir-se e a definir-se a partir da sua singularidade e essência. Para aqueles que se dizem e se proclamam anarquistas, tentam sê-lo sobretudo através de leituras dos mais diversos tipos: autores emblemáticos ou canónicos, que enfatizam a leitura do anarquismo como modelo ou, então, experiências históricas revolucionárias, que foram e são modelares de emancipação social, os pressupostos da identidade singular não são importantes. Na maior parte das vezes, essas experiências ou projeções militantes tornavam-se crenças ou vocações de predestinação messiânicas baseadas na fé e num misticismo milenário anarquista. Quando grupos, pessoas ou indivíduos se achavam donos ou líderes desse tipo de dogmas, de mitificações construídas cegamente, de tipos de normalização comportamental modelados, muitas vezes, por caricaturas revolucionárias mal assimiladas, tornava-se muito difícil comunicar, divergir, convergir, ser livre e criativo a partir de diferentes anarquismos que tinham interpretado, explicado e compreendido todos esses modelos anarquistas, como se fossem semelhantes às mitologias gregas.

As consequências do advento da tecnologia, no início na década de 1970, nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas, consistiam na desestruturação e destruição, em larga escala, de todos os aspetos relacionados com a produção, distribuição, troca e consumo de bens ou serviços como os livros, as revistas e outros documentos escritos. Estas incidências das contingências das TIC são assaz visíveis nos modos e práticas de ler, interpretar, compreender, explicar, ouvir e escrever com base na sua materialização em papel ou na sua materialização virtual. No caso da revista *Utopia*, se é certo que nos tempos áureos editoriais foi possível publicar 1000 exemplares, com um sucesso exemplar na distribuição às principais livrarias de Lisboa e do Porto e a outras zonas do país, com estes novos meios, essa capacidade editorial de produção e de distribuição diminuiu progressivamente.

Esta situação da revista impressa em papel deteriorou-se de tal modo que a situação da revista, no final da sua existência, já estava na falência efetiva. No historial da edição da revista *Utopia*, do n.º 1 ao 10, em 1999, não se pode excluir a capacidade editorial ter chegado ao número de 200 assinantes quando foi publicado o n.º 10, no outono/inverno de 1999. Até ao n.º 6, quase todos os exemplares da revista *Utopia* foram, na sua quase totalidade, vendidos. Desde o n.º 6 ao 10, ficaram na sede da ACAV cerca de 100 exemplares de cada

número. A partir daí, as sobras, em média, oscilaram, desde o n.º 13 até ao n.º 29–30, à volta de 200 exemplares. As quedas das vendas tornaram-se progressivas de número para número, a ponto de o n.º 25 passar a ter uma tiragem de 500 exemplares e uma tiragem de 300 exemplares na edição do último n.º 29–30 da revista *Utopia*.



Revista *Utopia*, n.º 29/30, Lisboa, 2012.  
Capa de José Maria Quadros.

Daqui, resulta uma dedução da qual não podemos sair com facilidade. O mundo real das relações de qualquer ser humano, no âmago de um diálogo intenso e extenso até finais do século XX, sempre foi assumido pela criatividade e a liberdade, transcrita na vida quotidiana pela via da leitura e da escrita, tendo em conta a influência estruturante das TIC. Desde então, a relação do ser humano com as funções adstritas às suas competências clássicas perdeu significado, tendo, por isso, diminuído progressivamente a sua capacidade de acesso e transformação da informação, do conhecimento e da energia humana, que são objeto de virtualização sistemática. Ao mesmo tempo, com a emergência das TIC, pelas suas incidências de complexidade, automatização e abstração virtual, assistimos a uma expansão inaudita da produção, distribuição, troca, consumo de bens e serviços analítico-simbólicos, de características virtuais reportadas ao mercado das revistas, livros ou outros bens e serviços virtuais que prescindem de ser impressos em papel. Da sua natureza, iminentemente, virtual, é ainda lícito compreender outros aspetos não menos importantes, como a sua imaterialidade, efemeridade, instantaneidade e reprodução ao segundo, minuto, hora. Na configuração modelar dos processos de distribuição, troca e consumo destes bens e serviços analítico-simbólicos estão sempre presentes fluxos de informação, conhecimento e energia humana.

Por razões lógicas, deduzíveis das contingências das TIC, não podem existir fronteiras de qualquer tipo, seja de interdição física, económica, religiosa, política, ideológica, social, cultural, mental ou psíquica, nos períodos confinados à ação individual e coletiva da espécie humana, circunscrita à criatividade e liberdade de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços. Estes dilemas eram absolutamente contrários aos pressupostos da existência e consistência histórica real da revista *Utopia*, entre 1995 e 2012. Por esta via se explica o decréscimo do número de leitores e, conseqüentemente, o alerta da necessidade de mobilização da edição da revista como presunção de outro produto analítico-simbólico a distribuir nas livrarias e criada a partir de uma página *web* para esse efeito. Face a estes dilemas, a revista *Utopia* manifestava uma incapacidade difícil de superar, na medida em que as TIC induziam a uma profunda reestruturação e mudança na codificação e descodificação dos pressupostos analíticos do imaginário coletivo do anarquismo clássico. Neste

contexto, estávamos no prelúdio da explicação da crise da *Utopia*, deduzida pelos efeitos das TIC, ou seja, o que antes tinha uma dimensão real passou a ter uma dimensão virtual. No fundo, esta passagem do *Homo Realis* ao *Homo Virtualis* representou a passagem da máquina de escrever clássica para os requisitos das exigências da socialização da informação, do conhecimento e da energia humana traduzível através da informática, das páginas *web*, da Internet, do Google, das redes sociais como Facebook, Youtube, Whatsapp, Instagram, LinkedIn, Skype, Twitter, Yahoo e outras. Essas contingências contemporâneas determinaram a sua extinção histórica, relegando-as de forma irreversível para os museus clássicos dos artefactos técnicos ou tecnológicos.

As consequências dos efeitos das TIC no seio da revista *Utopia* não foram contundentes só nos aspetos da difusão e nas modalidades de edição e percepção do anarquismo nas sociedades contemporâneas. Era por demais evidente que as TIC não tinham só repercussões no *modus operandi* da vida interna e externa da revista. Para além disso, haveria que verificar a influência estruturante das TIC no mundo do trabalho, na ação individual e coletiva, no fator de produção de trabalho nos vários aspetos que o envolvem, na conflitualidade e contradições contra o capitalismo e o Estado. Ou seja, esse tipo de interrogações analíticas fez com que emergissem discussões no seio do coletivo editorial da revista *Utopia* sobre a perpetuação das análises que continuavam a considerar a classe operária como a única classe social com a capacidade de liderar a revolução social, seguindo as orientações e as metodologias da luta de classes, muitas vezes, rebuscada da obra de Karl Marx.

No tempo em que foram editados o n.º 10 da revista, em outono/inverno de 2000/2001, até ao n.º 20, emerge o primeiro conflito, no decorrer da publicação do n.º 16, em 2003, com o coletivo editorial composto por mim, Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil, José Luís Félix, José Tavares, Ilídio Santos e Manuel de Sousa. Os problemas que emergiram nessa altura já tinham tido origem durante as discussões e orientações teóricas da revista, a partir do n.º 13, em 2002, sobretudo com a entrada de Manuel de Sousa para o coletivo editorial. Segundo José Tavares, Manuel de Sousa defendia posições que não se identificavam com os princípios e as práticas do anarquismo clássico. Eu rebati a posição de José Tavares várias vezes, razão pela qual não tivesse

existido qualquer cisão no seio do coletivo editorial. Quando estávamos em plena elaboração do n.º 16, José Tavares introduziu novamente esta clivagem analítica e ideológica no seio do coletivo editorial. Como não foi apoiado nas suas críticas, ao sentir-se frustrado com o tipo de discussões e análises que eram elaboradas sobre o anarquismo e, em particular, sobre a ascendência da linguagem marxista radical no seio do coletivo editorial, demitiu-se. A partir do n.º 17, em 2004, José Tavares não participou mais no coletivo editorial, passando, no entanto, a integrar o grupo de colaboradores.

Uma segunda cisão ou dissenso no coletivo editorial da revista deu-se na elaboração do n.º 20, em 2005. Era um número muito especial sobre Arte e Anarquia, que envolvia custos elevados por ser impresso a cores e, ainda, porque era fundamental socorrer-mos dos autores internacionais que conhecíamos ou da informação que tínhamos sobre os mesmos. Com base nestes pressupostos, falei com José Maria Nunes, Pietro Ferrua e Lia Chaia, que aceitaram de seguida essa incumbência. Outras propostas foram feitas no mesmo sentido, com base em autores portugueses, a partir de Manuel de Sousa. Depois de ser devidamente consensualizado, o conteúdo do n.º 20 foi fechado com um consenso amplo por todo o coletivo editorial. Nesse momento, por razões de vida universitária, tive de ir ao Brasil, sendo que Alice Bonilha ficou, como era habitual nos últimos números da revista, a elaborar o arranjo gráfico, sendo auxiliada pelos outros membros do coletivo. Quando voltei do Brasil, ao olhar para o arranjo gráfico e os artigos que deveriam ser publicados, constatei que a parte artística dos postais da Lia Chaia e o artigo de Edgar Rodrigues não constavam na publicação. Manuel de Sousa e Alice Bonilha opinaram que os postais de Lia Chaia não poderiam ser considerados de arte e que o artigo de Edgar Rodrigues não tinha qualidade analítica. Fiquei revoltado perante este ato de censura e a incapacidade de viver com a diferença entre anarquistas. Mas o que mais me entristeceu foi a resposta de Alice Bonilha, ao afirmar-me que não era criada de qualquer patrão, pois enquanto eu estava no Brasil, segundo ela, tinha-se extenuado a realizar o grafismo da revista *Utopia*, não explicando as razões dos atos de censura que praticou.

As contradições eram insanáveis pois o que estava em jogo não era um simples facto de desacordo ideológico em relação aos tipos de anarquismos na

revista, mas uma questão de comportamento humano de intransigência monolítica sobre o que se julga ser a verdade ou a mentira, entre o mal e o bem, entre ter razão ou não ter, entre compreender e não compreender. Por outro lado, esta dissensão que eu tive com Manuel de Sousa já persistia desde os n.º 17 e 18. A evolução que eu estava a ter em termos de análise e identidade com a multiplicidade de anarquismos obrigava a interpretação, explicação e compreensão da historicidade da anarquia. Na minha opinião, caminhava a passos largos no sentido da afirmação, inequívoca, do anarco-individualismo e do anarco-naturismo. Era uma opinião, não mais de que isso. No sentido oposto e a favor do anarquismo clássico do anarco-comunismo, Manuel de Sousa fazia do capitalismo e o Estado um poço de contradições e conflitos que só poderia ser superado com a ação dos trabalhadores assalariados e da luta de classes. Entrementes, desenvolveram-se várias discussões nas reuniões do coletivo editorial da revista até à edição do n.º 20. Os problemas foram de tal modo negativos com a edição deste número que Manuel de Sousa e Alice Bonilha pediram uma reunião do coletivo editorial para exporem a sua verdade. Foi realizada uma reunião na BOESG (Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral), na Rua das Janelas Verdes, em Lisboa. Os que estavam contra as minhas atitudes na revista *Utopia* expuseram as suas razões, denominando-me de «mandachuva», havendo uma intenção explícita de deixar de ter o poder que detinha na revista, o que era, em certa medida, um contrassenso, pois, em termos formais, eu já tinha deixado de ser o diretor da revista *Utopia*. Depois de ouvirem as alegações de Manuel de Sousa e Alice Bonilha, os outros cinco elementos do coletivo editorial que estavam presentes na reunião responderam que não estavam de acordo com as suas posições.

Depois deste conflito, a revista *Utopia*, a partir do n.º 21, sofreu algumas mudanças. Para o coletivo editorial, entrou José Janela. Entretanto, Claire Auzias já fazia parte do grupo de colaboradores, desde o n.º 16. A partir do n.º 21, José Maria Quadros e Mónica Fraga passaram a integrar o grupo de colaboradores. O coletivo editorial, a partir do n.º 22, de julho a dezembro de 2006, passou a ter a seguinte composição: Mário Rui Pinto era o diretor; no Coletivo Editorial, para além de mim, estavam Carlos Nuno, Guadalupe Subtil, Ilídio Santos, José Janela e José Maria Carvalho Ferreira. No n.º 23, de janeiro a junho de 2007,

dois novos elementos passaram a integrar o coletivo editorial, José Quintal e Mónica Fraga. Resta ainda acrescentar que Lia Chaia integrou o grupo de colaboradores da revista, desde o n.º 23 até ao n.º 29–30, de janeiro a dezembro de 2012. Por outro lado, desde o n.º 27–28, janeiro/dezembro de 2009, Claire Auzias e Henrique Garcia Pereira passaram a integrar o coletivo editorial. No todo, a edição da revista *Utopia*, n.º 1, que começou em abril de 1995, terminou com o número duplo 29–30, em 2012. Neste final da revista, persistia a seguinte composição: Carlos António Nuno (Diretor); Coletivo Editorial: Carlos António Nuno, Claire Auzias, Guadalupe Subtil, Henrique Pereira, Ilídio Santos, José Maria Carvalho Ferreira, José Janela, José Quintal, Manuel Almeida e Sousa, Mário Pinto e Mónica Fraga; Colaboradores: Alicia Zarate, Antoni Castells, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Díaz, Christian Ferrer, Cleber Rudy, Edson Passetti, Elisiário Lapa, Fonseca Benevides, Francisco Madrid, José Maria Quadros, José Tavares, Lia Chaia, Luciano Lanza, Luís Chambel, Maria Oly Pey, Mimmo Pucciarelli, Pietro Ferrua, Quim Sirera.

No meio do deambular da crise que a revista *Utopia* viveu, no final da década de 1990, coube-me referir uma proposta importante, redigida a 6 de fevereiro de 1999, por Marcos Araújo, Luís Chambel, Maria Del Pilar Fourniés y Rubio, Herculano Lapa e Carlos Pacheco, todos elementos da ACAV e residentes no Porto. Foi referida a importância da mudança da Ordem de Trabalhos a realizar nos dias 27 e 28 de fevereiro, em Lisboa, na BOESG, incluindo nessa ordem um ponto 4, no qual se solicitava a discussão e a proposta de medidas referentes à redação, edição e distribuição da revista *Utopia*.

Quando se iniciou a discussão deste ponto, a viabilidade da mesma já estava inquinada por uma polémica que resultara de um artigo de José Tavares, na revista *Utopia*, no n.º 7, primavera/verão de 1998, «Notas & Comentários», pp. 94–100, uma vez que, na sistematização das suas posições, José Tavares punha em causa a autenticidade do anarquismo defendido pelos subscritores da proposta sobre as mudanças a realizar na revista *Utopia*: «Na situação atual, na ausência de mecanismos de coordenação mais partilhados, devido à distância naturalmente, mas não só decerto, tem-se manifestado, por exemplo, na própria edição da revista, uma relação viciosa entre o Coletivo Editorial e o grupo de pessoas (sobretudo do Porto, duas), que a tem vindo paginar sem qualquer



intervenção de fundo na decisão editorial, mas talvez, também, às vezes, forçando escolhas de última hora que poderiam ser mais partilhadas ou aceites/compreendidas. Mais do que isso, fora do Coletivo Editorial e do grupo de pessoas que a tem paginado e ainda dos que a têm ajudado a rever (mais duas), esta surge como algo inesperado e exterior, porque não tem havido um esforço sério para socializar regularmente a edição. [...] Há muito do funcionamento do coletivo que é preciso analisar e restaurar, reformar e recriar, alterar ou subverter. O quê, depende das conclusões de uma discussão que está por fazer» (Carta dos Associados da ACAV do Porto, pp. 2 e 3).

Em suma, o que a iniciativa dos elementos do Porto da ACAV prenunciava resumia-se a uma proposta configurada em algumas mudanças a operar no funcionamento da revista *Utopia*, a partir de uma base descentralizada, evitando que tudo fosse decidido pelas pessoas que compunham o coletivo editorial. Esta solução não foi aceite porque a cegueira do melhor e do mais positivo anarquismo estava nos antípodas das nossas cabeças, o que implicava nestas circunstâncias não admitir o que quer que fosse contra um tipo de anarquismo puro e revolucionário. Fui cúmplice dessas posições contra a proposta dos elementos do Porto. Em síntese, ao partir-se do princípio de que teria que existir uma homologia ideológica única, relativamente aos princípios e práticas do anarquismo, quaisquer sugestões de mudança, fossem elas quais fossem de conteúdo, de organização e descentralização, caíam num saco roto. Esta reunião foi perniciosa e revelou-se negativa para a revista *Utopia* e para a ACAV porque, desde então, a participação do grupo do Porto tornou-se irrisória e, de certo modo, levou a que a crise na revista aumentasse.

Uma das razões que está na origem do fim da revista *Utopia* incide na incapacidade de dialogar com diferentes anarquismos que têm por lema fundamental pensar, sentir e agir em nome da Anarquia. Mais do que voltar a referir estes temas cruciais, penso que o fim da revista pode ser visualizado através do último editorial que foi publicado, no número duplo 29–30, de 2012:

*A revista Utopia começou a ser publicada no ano de 1995. Desde esse ano, manteve uma periodicidade semestral, com exceção dos números que foram publicados depois de 2010. A sua criação coincidiu com a formação*

*prévia da Associação Cultural A Vida. Esta, sendo uma organização privada sem fins lucrativos, funciona segundo princípios libertários. Esses princípios para além de se espelharem nos conteúdos dos vários números editados, foram desde logo enunciados nos princípios editoriais da revista Utopia onde se afirma que: «Utopia define-se como uma revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, ativo e atual, e no respeito face a outras interpretações desse património.» Dos vários membros que integraram o primeiro coletivo editorial da revista Utopia, sublinhe-se a sua proveniência das redações do jornal A Batalha, das revistas Antítese, Crise Luxuosa e A Ideia.*

*A pluralidade ideológica, teórica e prática sempre foi uma constante editorial da revista Utopia. Nos conteúdos divulgados nos dossiers temáticos ou em artigos com características individuais, sempre foi possível dar visibilidade a essa pluralidade fosse na vertente do anarco-sindicalismo, do comunismo libertário, do anarco-comunismo, do anarco-individualismo e até algumas posições mais radicais do marxismo libertário. Esta hipótese de comparabilidade e de alteridade conceitual deu à revista Utopia uma enorme potencialidade em número de leitores e assinantes, ao ponto dos números 1 a 6 se encontrarem esgotados. Em cada número foram editados 1000 exemplares, sendo que a descida abrupta das vendas e de assinantes levou a que, a partir do número 25, o número de exemplares editados tivesse passado para 500.*

*Várias razões estão na origem desta queda abrupta. Em primeiro lugar, as mudanças operadas pelas tecnologias de informação e comunicação e sua consequente padronização espaço-temporal pela via da globalização. De facto, as categorias ortodoxas que os diferentes anarquismos se socorrem estão esgotadas historicamente. Estão, neste âmbito, inscritas na ação dos atores revolucionários: classe operária, oprimidos e explorados e a consequente luta de classes que daria origem à revolução social ou à greve geral.*

*Em segundo lugar, perante a crise do capitalismo à escala mundial, seria no mínimo lógico que o radicalismo do anarquismo atuasse no sentido da extinção do Estado e do próprio capitalismo. Aliás, tendo presente*

*a falência histórica da esquerda e da direita, seria previsível que os vencidos da História fossem agora vistos como o Editorial no caminho a seguir para a criação de uma nova civilização. A revista Utopia sempre recusou e recusa socorrer-se da história do passado para explicar a impotência atual. Trata-se, assim, de perceber e de vivificar a anarquia a partir do presente, por forma a que possamos prescindir de viver um passado recheado de bandeiras, mitos e heróis, fazendo de nós meras figuras rituais semelhantes aos da igreja católica apostólica romana.*

*Em terceiro lugar, está demonstrado à saciedade que a reflexão e o discurso narrativo dos diferentes anarquismos, na grande maioria dos casos, está ultrapassado em relação à crítica que fazem do capitalismo e do Estado. Esta amorfia está bem patente na leitura que podemos fazer das publicações internacionais que chegam às nossas mãos. Neste sentido, em vez de refletir e agir no sentido do fim do Estado que está moribundo e do capitalismo que caminha a passos largos para a sua morte, continuam a catapultar eventos históricos que foram importantes para o anarquismo do passado, assim como a divulgar autores e reflexões clássicas desajustadas do tempo presente.*

*Este último número da revista Utopia impresso em papel, integra um dossier sobre o anarquismo, expressando a diversidade das suas manifestações sócio históricas e culturais. A crítica do Estado e do capitalismo estão presentes na sua crise atual. A bancarrota está na ordem do dia. Estado e capitalismo desenvolvem os seus tentáculos junto das populações, tentando a todo o custo escravizá-las e controlá-las. O retorno à reflexão sobre a vida e a obra de Albert Camus impõe-se. A teoria e prática da anarquia muito deve a Albert Camus. Com a morte de José Maria Nunes, o cinema de cariz anarquista ficou mais pobre. Para a revista Utopia homenagear José Maria Nunes torna-se um ato histórico imperativo, de amizade e de liberdade. A revista Utopia em papel termina com esta publicação do número duplo 29–30. Doravante, caso tenhamos capacidade para esse efeito, tentaremos dar vida à revista Utopia através da página WEB ([www.utopia.pt](http://www.utopia.pt)), dando azo a reflexões e ações sobre a anarquia assentes na coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço/tempo real. (assinam: José Maria Carvalho Ferreira, Guadalupe Subtil e Ilídio Santos)*

Durante esta trajetória, as permutas que foram realizadas com jornais e revistas anarquistas por uma grande parte de países foram bastante importantes porque permitiram criar uma base diversificada de leituras do que se depreende a atual situação de anarquismos nas sociedades contemporâneas. Também foi possível constatar que essas publicações, na sua grande maioria, continuaram a propagar um conjunto de teorias e práticas muito agarradas a um passado histórico que já não existe no presente. A natureza das contradições e dos conflitos do capitalismo e do Estado, assim como a contemporaneidade da ação coletiva da classe operária, do proletariado ou ainda da classe trabalhadora decorrente de fenómenos de exploração e de escravidão subsistentes nas fábricas, oficinas e campos, mudaram de natureza, continuaram a ser interpretadas como se estivéssemos nos princípios do século XX. Se olharmos para uma problemática histórica não assente na classe operária, no proletariado ou nas massas trabalhadoras e olharmos para estes como espécie humana, então os anarquismos clássicos estão desprovidos de sentido histórico e revolucionário.

Também, ao longo destes 30 números da revista *Utopia* e após a sua publicação, tentámos realizar debates públicos sobre o seu conteúdo nos mais diversos lugares, desde livrarias, passando por bibliotecas, cinemas e teatros. Não fizemos isso com todos os números, mas, na sua grande maioria, houve sempre a possibilidade de debater, esclarecer e estimular a leitura da revista. A maioria dos debates foi realizada em Lisboa, algumas vezes no Porto e em Coimbra.

Para acabar o meu discernimento das vivências na revista *Utopia*, posso agora referir o conjunto de publicações que são de minha autoria, desde o n.º 10, outono/inverno de 1999, exceto editoriais e críticas de livros, até ao n.º duplo 29–30, janeiro/dezembro de 2012. Passo a descrever: *Entrevista a Roberto Freire*, n.º 10, outono/inverno de 1999, pp. 67–78; *Perspetivas do movimento anarquista para o século XXI*, n.º 11–12, outono/inverno de 2000/2001, pp. 94–102; *Entrevista a Jacinto Cimazo e o anarquismo na Argentina*, n.º 11–12, outono/inverno de 2000/2001, pp. 54–46; *Até sempre companheiro David Bernarda*, n.º 11–12, outono/inverno de 2000/2001, p. 129; *Equívocos dos movimentos sociais antiglobalização*, n.º 13, outono/inverno de 2002, pp. 13–20; *A política tal como ela é*, n.º 14, 2002, pp. 7–15; *Edgar Rodrigues — Exposições e Debates*, n.º 14, 2002, p. 75; *O mundo do terror e da*

*insegurança*, n.º 15, 2003, pp. 25–35; *Economia libertária e suas perspectivas*, n.º 16, 2003, pp. 35–51; *Rui Vaz de Carvalho*, n.º 16, 2003, pp. 6–9; *Abílio Gonçalves*, n.º 17, 2004, pp. 87–88; Com Mário Rui Pinto, *Trinta anos depois — Que futuro para o anarquismo?*, n.º 17, 2004, pp. 11–21; *A deriva do Estado autoritário em Portugal*, n.º 18, 2004, pp. 53–57; *O paradigma daqueles que morrem a trabalhar e a agonia daqueles que procuram trabalho*, n.º 19, 2005, pp. 45–61; *Eduardo Pereira: um homem que lutou pela emancipação social*, n.º 20, 2005, pp. 96–97; *Élisée Reclus: vida e obra de um apaixonado da natureza e da anarquia*, n.º 21, 2006, pp. 33–46; Com Mónica Fraga, *Ciclo de Cinema sobre José Maria Nunes*, n.º 21, 2006, pp. 85–87; *Anarquia, Anarquismos e Tolerância*, n.º 22, julho/dezembro de 2006, pp. 9–28; *A pedagogia libertária face à crise do modelo educacional capitalista*, n.º 23, janeiro/junho de 2007, pp. 75–79; *O controlo como conceito ou como palavra na perspectiva de um ser biológico e social*, n.º 24, julho/dezembro 2007, pp. 13–20; *O Desporto como Miséria e Espetáculo na era da Globalização*, n.º 25, junho/dezembro de 2008, pp. 35–42; *António Manuel Anica: um grande Homem e um grande Libertário*, n.º 25, junho/dezembro de 2008, pp. 75–79; *Da impossibilidade de superar a atual crise do capitalismo*, n.º 26, junho/dezembro de 2008, pp. 7–16; *Roberto Freire — uma história de amor e anarquia*, n.º 26, junho/dezembro de 2008, pp. 7–16; *Do Homo Rurális ao Homo Urbanus*, n.º 27–28, janeiro/junho de 2009, pp. 11–16; *Edgar Rodrigues — o Homem e a Obra*, n.º 27–28, janeiro/junho de 2009, pp. 101–102; *José María Nunes e o Cinema de Arte e Ensaio*, n.º 29–30, janeiro/dezembro de 2012, pp. 73–78.

Como membro do coletivo editorial da revista *Utopia*, sempre atuei no sentido da clarificação e expansão dos anarquismos na sua diversidade criativa, livre e emancipatória. Todavia, à medida que assistia a certas polémicas, a minha motivação por esses predicados foi perdendo o seu cariz inicial e força, porque, na ausência da grande revolução, as frustrações e recriminações dos falhanços e das frustração geravam quase sempre o abandono do grupo a, b, c, d, ou, então, aqueles que ficavam, transformavam-se em líderes ou «gurus» mitológicos, quase sempre agindo como paladinos e defensores intransigentes da palavra e do discurso ritualizado em defesa de autores e ações revolucionárias, o que os convertia em gestores de templos repletos de heróis e de bandeiras.

Em termos de publicações anarquistas, esta realidade traduz-se na proliferação de criação de milhares de publicações em todo o mundo, mas que, logo de seguida, entram num processo de falência, não publicando variadíssimas vezes mais do que um número ou, então, não existindo para além de um ano ou meses. Em relação a organizações típicas do anarquismo inseridas num processo de ação coletiva revolucionária com diversidade de opções de luta, se pegarmos no anarco-sindicalismo, no anarco-insurrecionalismo ou até em outras ações coletivas revolucionárias contemporâneas com o intuito de derrubar o capitalismo e o Estado, pode-se concluir que este tipo de organizações ou ideologias estão em desintegração progressiva e que, por outro lado, a sua continuidade, expansão e eficácia cresce de uma manifesta incapacidade em se desenvolverem modalidades de ação coletiva emancipatórias livres e criativas no sentido que opinam e desejam.

### **Anarquia como interpretação, explicação e vivência**

O meu esforço e a minha identidade no coletivo editorial da *Utopia* sempre pugnaram por dar inteligibilidade, criatividade e liberdade às razões substantivas que estão na origem de um passado histórico do anarquismo, com muita visibilidade social no seio das classes trabalhadoras e, por outro, perceber os contornos dessa visibilidade social nas sociedades contemporâneas. Tantas vezes discuti e tantas vezes escrevi sobre esta temática que senti necessidade, pelas razões motivacionais e de aprendizagem, de perceber e viver as diferenças que existiam entre os diferentes anarquismos na sua leitura e prática da anarquia. Como conceito, como base civilizatória ou filosófica, a palavra *anarquia* poucas vezes é discutida e interpretada na sua singularidade porque, nos meios anarquistas, essa reflexão não era necessária, na medida em que Pierre-Joseph Proudhon, Miguel Bakunin e Eliseu Reclus já o tinham realizado, sendo que estávamos perante um ditame inquestionável sem qualquer necessidade de refutação.

Vivenciado horas de discussão a partir de documentos escritos e reuniões pautadas pela comunicação oral sobre autores clássicos do anarquismo, evidenciando sempre os que eram mais revolucionários e mais anarquistas,

facilmente se entrou num contexto de saturação e de falta de motivação para dar continuidade ao processo que se tinha iniciado. Estes dilemas também foram apanágio de muitas dissensões, dentro e fora da revista *Utopia*, a partir deste esquematismo comum, para mim, tornou-se urgente começar a perceber as diferenças dos anarquismos existentes em relação ao modo como interpretam, explicam e compreendem a anarquia e, do mesmo modo, quais eram as grandes diferenças entre os anarquismos, partidos e sindicatos clássicos. Esta maneira de tentar equacionar as problemáticas do anarquismo e da anarquia, levou-me a iniciar um processo de reflexão individual que teve o seu início no artigo, *Perspetivas do movimento anarquista para o século XXI*, in *Utopia*, n.º 11–12, outono/inverno de 2000/2001, pp. 94–102, e que culminou com o artigo, *Da impossibilidade de superar a atual crise do capitalismo*, in *Utopia*, n.º 26, junho/dezembro de 2008, pp. 7–16.

Esta reflexão não foi construída exclusivamente no seio da revista *Utopia*. Através das permutas de publicações anarquistas, colóquios e debates sobre o anarquismo em Portugal, Espanha, França, Brasil, Argentina e Uruguai, tive a possibilidade de equacionar, contrastar e esclarecer as minhas posições junto dos vários anarquismos que persistiam nas sociedades contemporâneas. A maior oposição às minhas reflexões vinha quase sempre das organizações anarquistas ortodoxas, sobretudo as que professavam o anarco-sindicalismo, o anarco-insurrecionalismo e o anarco-comunismo.

Nesta forma de dar visibilidade social ao meu discurso narrativo sobre o anarquismo, foi deveras importante a criação da plataforma *web* Anarqlat, a 1 de fevereiro de 1997. Estimulado e motivado pela força de Nelson Mendez, da Universidade de Venezuela (Caracas), como professor do ISEG–UTL, fui colaborador, com mais doze universidades que deram origem à criação da Anarqlat, que depressa se tornou numa rede social que permitiu a institucionalização, a difusão e a reflexão sobre o anarquismo na América Latina, mas também em outros países como foi o caso de Portugal. No início, estive motivado para participar nas reflexões sobre o anarquismo e no apoio aos movimentos sociais a ele ligados nesta rede social. Porém, com o andar do tempo, verifiquei que esta rede social de difusão de informações sobre o anarquismo se limitava a difundir problemas e a reflexões clássicas sem qualquer interesse.

Não obstante a persistência desta desmotivação para ler o correio eletrônico da Anarqlat, no dia 8 de dezembro de 2004, recebi um documento proveniente da rede Anarqlat@camelot.rect.ucv.ve denominado *Sete Teses Sobre o Anarquismo*, de autoria de Jorge Campos, de São Paulo. No fundo, a pretensão deste autor foi tentar atualizar os princípios e as práticas do anarquismo, porque, segundo ele, eram inconsequentes e desatualizados. Em síntese, as sete teses são resumidas assim: 1) O anarquismo encontra-se estagnado; 2) O anarquismo tornou-se, praticamente, estéril; 3) O anarquismo precisa de superar o seu tradicionalismo, um dos obstáculos para o seu desenvolvimento intelectual; 4) O anarquismo precisa de desenvolver pesquisas sobre a sociedade repressiva contemporânea; 5) O anarquismo precisa de reconsiderar a questão da organização; 6) O anarquismo precisa de recuperar o seu caráter libertário; 7) O anarquismo precisa de um neo-anarquismo.

Apesar de estar de acordo com alguns aspetos do conteúdo do documento, a realidade é que ele usa e abusa do velho e do novo, do passado e do presente, tentando, desse modo, criticar todos os anarquismos por não estarem em conformidade com as mudanças das sociedades contemporâneas, intitulado-os de dogmáticos e de fazer idolatria dos autores clássicos. O seu neo-anarquismo é puramente intelectual e as análises que faz seguem o esquema de uma dicotomia assente num anarquismo bom e num anarquismo mau.

Como ainda ninguém tinha respondido ao teor deste documento, no dia 12 de dezembro de 2004, redigi um comunicado com este conteúdo:

*Caro companheiro Nelson Mendez e cara companheira Alicia Zarate, companheiras e companheiros que integram a rede Anarqlat.*

*A polémica à volta de Sete Teses sobre o Anarquismo, da autoria de Jorge Campos (São Paulo), no meu entendimento, está a ser objeto de vários equívocos interpretativos e explicativos.*

*Na verdade, o texto é inovador e problematiza de forma pertinente a crise dos vários modelos de anarquismo que pretendem interpretar, explicar e compreender e, em última instância, viver a anarquia hoje. Só que as teses sobre o anarquismo enformam dos mesmos vícios judaico-cristãos que todos os outros modelos até hoje conhecidos do anarquismo: anarco-individualismo,*



*anarco-sindicalismo, anarco-comunismo, anarco-pacifismo, comunismo libertário, municipalismo libertário, marxismo libertário, etc...*

*As razões destes equívocos e contradições analíticas é que tanto a civilização ocidental, como a civilização oriental, opõem e negam o que é interdependente e complementar: vida/morte, bem/mal, Deus/Diabo, teorial/prática, pequeno/grande, anões/gigantes, reforma/revolução, proletariado/burguesia, classes dominantes/classes dominadas, sociedade civil/Estado, espécie humana/espécies vegetais e animais; numa palavra — vida e morte. Ora o neo-anarquismo de Jorge Campos, se bem que pertinente, como proposta para sair da crise que todos os anarquismos atravessam é e continua a ser um modelo e opõe, como todos os outros, teoria à prática.*

*Este modelo e os outros continuam, na sua essência, a ser estruturados pelos pressupostos judaico-cristãos. De facto, desde a sua emergência do universo, é impossível que eu ou qualquer ser humano que habita o planeta Terra e qualquer ser social dos cerca de 6 mil milhões não estejamos em interdependência e complementaridade sistemática com todas as espécies animais e vegetais e em relações sociais e biológicas com cerca de 6 mil milhões de seres sociais: relações intrapessoais, interpessoais, intragrupais, intergrupais, intraorganizacionais, interorganizacionais, intrassocietais e intersocietais.*

*O problema histórico é que os múltiplos anarquismos não tenham ainda compreendido a anarquia como algo que é semelhante às leis físicas do universo: ou seja, um caos auto-organizado sem deuses e sem amos. Por isso, Bakunine opõe de forma irredutível, reforma a revolução; Proudhon, propriedade privada à propriedade coletiva; Malatesta, organização ao caos; Kropotkine, competição a cooperação; Chomsky, Estados Unidos da América ao resto do mundo; Bookchin, o Estado ao município. No fundo, embora tenham negado o Estado e o capitalismo, continuam a usar os mesmos métodos judaico-cristãos que o capitalismo, socialismo, comunismo e o fascismo utilizaram e utilizam contra eles. Por isso, face às contingências da globalização expressas em pulsões de morte na guerra do Iraque, esses modelos se vejam constrangidos e obrigados, moral e eticamente, a defender e a intervir no sentido da defesa dos oprimidos e explorados das sociedades tradicionais manipuladas pelo islamismo, como se fossem expressão do bem contra o mal.*

*Por isso, para além de muitos outros equívocos na atualidade, muitos e muitas que se consideram anarquistas têm extrema dificuldade em agir e pensar contra a sociedade totalitária cubana liderada pelo ditador Fidel de Castro, porque julgam que nessa região se está a lutar contra o capitalismo personificado pelos Estados Unidos da América.*

*Mais do que nunca, o caminho no sentido da anarquia implica a alimentação do cérebro e não, exclusivamente, do corpo. Implica, ainda, caminhar no sentido da vida condicionando drasticamente as nossas pulsões de morte.*

SAÚDE e ANARQUIA — José Maria Carvalho Ferreira

Esta reflexão demonstra, de modo inequívoco, a minha evolução teórica, pois, embora estivesse mais identificado com as preposições do anarco-individualismo e do anarco-naturismo, isso não me impediu de os integrar como modelos nos dispositivos analíticos dicotómicos da civilização judaico-cristã. Digamos que, já em 2004, me identificava com uma análise diferente sobre o conceito de anarquia em relação a todos os anarquismos. Para além da progressão analítica que iria fazer de ambos os conceitos, apercebia-me também da distinção simbólica e prática entre ambos, o que me levou a compreender a natureza causal e os efeitos dos fenómenos subjacentes em termos económicos, sociais, políticos e culturais. Deduzi, assim, que anarquismos são passíveis de modelação, mas também que era inquestionável a possibilidade de alguma vez transformar o conceito de anarquia em modelo.

Neste capítulo, não é possível analisar as interdependências e as complementaridades entre anarquismos e anarquia se não tivermos em atenção as relações que existiram entre a revista *Utopia* e a Associação Cultural A Vida e, mais tarde, a partir de 1998, entre associados da ACAV e a BOESG. Como já sublinhei, a ACAV foi mais um pretexto e uma instrumentalização jurídica, financeira e organizacional para publicar e difundir a revista *Utopia*, pois, se não fosse assim, não poderia emergir e desenvolver-se enquanto realidade legalizada, face à existência do Estado e do capitalismo. Tínhamos consciência plena que só assim poderíamos sobreviver no mercado editorial normativo. Encontrando-se realizado este desiderato, a 22 de agosto de 1994, para os membros fundadores da



Cartão de Identificação da Associação Cultural A Vida, de 20 de julho de 1994.

ACAV, na sua grande maioria, membros do coletivo editorial e do grupo de colaboradores da revista *Utopia*, antes de mais, tratava-se de dar corpo e vida às funções singulares

que estavam previstas no regulamento da ACAV, partindo do princípio que persistia uma profunda interdependência e complementaridade entre a associação e a revista, na consecução dos objetivos comuns para que tinham sido criadas. De uma maneira ou de outra, a minha inserção progressiva nas duas organizações sempre foi estruturada pela motivação e desejo de uma reflexão e uma ação individual e coletiva que conjugasse o anarquismo e a anarquia em termos teóricos e práticos nos interstícios das vivências informais e espontâneas da vida quotidiana.

Como já discerni, aquando da constituição e da elaboração do regulamento e dos princípios gerais da ACAV, esta tinha funções autónomas e singulares que não eram só dependentes da sua subalternidade funcional e estrutural em relação à revista *Utopia*. Refiro-me, concretamente, a manifestações públicas, cuja evidência empírica escapava ao determinismo editorial da revista: debates, piqueniques, acampamentos, ciclos de cinema, edição de livros, exposições, entre outros... Desde 1994 até hoje, subsistem um conjunto de dilemas organizacionais e financeiros que foram sempre decalcados do Relatório e Contas; Relatório de Atividades e Planos de Atividades. Se no princípio da sua existência o conteúdo destes decorria da edição da revista *Utopia*, a partir de 2012, essa funcionalidade deixou de existir na sua quase totalidade, a não ser através da permanência da página da utopia.pt, gerida e mantida como propriedade da ACAV.

Para mim, na divulgação do anarquismo e da anarquia, na sua diversidade genérica e singular, a maior realização e organização de autoria da ACAV foi, sem dúvida alguma, o Acampamento Libertário, de 21 a 31 de agosto de

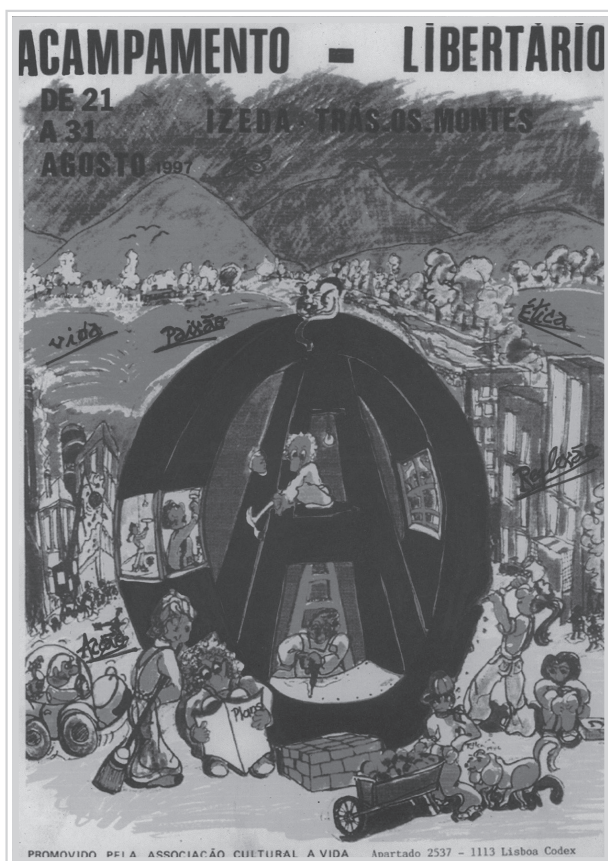
1997, realizado em Izeda, em Trás-os-Montes. Foi uma realização que envolveu muita energia, dedicação, amizade e inteligência por parte dos associados da ACAV. Entre os elementos que tiveram uma função crucial nessa realização, devo destacar: Armando Veiga, acima de todos. Depois José Tavares, Luís Chambel, Herculano Lapa e outros associados da ACAV, sem esquecer a participação voluntária de pessoas de Izeda: Maria da Conceição Tiago, Raul Morais e Mário Morais. Do programa de 21 a 31 de agosto constou: no dia 21, receção e instalação dos participantes; assembleia do Acampamento — organização de tarefas; jantar de confraternização; no dia 22, distribuição pela freguesia de propaganda alusiva à realização do acampamento; abertura da exposição de livros e publicações libertárias; vídeo: *Memória Subversiva*; debate sobre os Anarquismos e o Movimento Libertário; no dia 23, passeio pelo rio Sabor; exposição de livros; encontro de publicações libertárias; vídeo: *Noam Chomsky*; no dia 24, atividades à deriva; exposição de livros; debate sobre Novas Tecnologias e Organização do Trabalho; vídeo: *Patagónia Rebelde*; no dia 25, atividades à deriva; exposição dos Cobrimentos; debate sobre «Os Dos Cobrimentos e a Expo 98»; no dia 26, atividades à deriva; exposição dos «Cobrimentos»; debate sobre «Marginalidade e movimentos sociais no contexto urbano»; exibição de vídeo; no dia 27, passeio de propaganda pela região; debate sobre «A situação social e movimento libertário internacional»; exibição de vídeo; no dia 28, atividades à deriva; debate sobre «Eleições»; no dia 29, atividades à deriva; debate sobre «*Modus-Operandi* da Resistência e Ação-Direta!»; *performance* arte; conferência sobre «A Bem da Nação o Candidato de Tesão — Manifestações Visíveis do Homem e um Deus Invisível»; no dia 30, passeio de propaganda pela região; acerto dos relógios; festival de música e *performance*; e, finalmente, no dia 31, almoço de confraternização e despedida.

Foram dez dias de confraternização, alegria, amizade e liberdade no plano organizacional da logística, no espaço cedido por Armando Veiga, em almoços, jantares, água, luz, saneamento e atividades lúdicas. No que se refere a debates, conferências, exposição de livros, exibição de vídeos, *performances* e festival musical, imperou a comunicação entre os vários intervenientes presentes, sendo que a diversidade entre os diferentes anarquismos presentes no Acampamento Libertário se pautou por linguagens e comportamentos

pacíficos, geradores de entendimentos e consensos. Afirmo isto no sentido amplo do termo, pese, embora, a diversidade das posições teóricas/ideológicas sobre o anarquismo dos comunicantes e assistentes dos debates, conferências e vídeos exibidos, não foi conducente a conflitos exasperantes e se os houve foram silenciados ou olvidados pela alegria efusiva dos que participaram no Acampamento Libertário. Adicionalmente, mesmo que a revista *Utopia* devesse ter um lugar e destaque no Acampamento Libertário, não foi mais do que a personificação de um livro, brochura, panfleto ou uma revista, expostos nos dias de exposição de livros.

O sucesso mediático do Acampamento Libertário foi algo que me impressionou porque o evento teve direito a uma promoção mediática de primeira página nos jornais diários, como ocorreu no Jornal de Notícias, mas também de abertura de telejornais, no caso da SIC. Os jornais locais e regionais de Trás-os-Montes e do país, em geral, encarregaram-se de noticiar o acontecimento,

que, para muitos dos jornalistas, era bizarro e grotesco, mas para outros estava imbuído de uma certa originalidade criativa. Poder-se-á questionar se este sucesso mediático, no âmbito das sociedades contemporâneas como Portugal, não foi meramente casuístico e conjuntural, resultante da falta de notícias para emitir nas televisões generalistas, como era normal, no mês



Acampamento Libertário, Izeda, organização da ACAV, de 21 a 31 de agosto de 1997.

de férias de agosto de 1997. Em parte, tudo isso corresponde à verdade, mas o mesmo já não podemos dizer em relação à imprensa escrita de âmbito nacional, regional e local.

Novamente, quando se dava uma realização anarquista digna desse nome, com o intuito expresso de socializar e propagandear as bases teóricas e práticas do anarquismo, o famigerado grupo «Ação Direta», como sempre, achou por bem denegrir o Acampamento Libertário, sem olhar a meios para atingir os seus fins. Segundo eles, a luta que desenvolviam cingia-se a um tipo de anarquismo na pureza modelar, denominado anarquismo insurrecionalista. Para este grupo, para se ter direito a existir como anarquista, dever-se-ia seguir os ditames desse modelo, e caso algum indivíduo ou grupo realizasse qualquer ato público que fosse contrário a essa pureza modelar ideológica, teórica e prática seria, automaticamente, objeto de sanção e, necessariamente, excomungado. Para fundamentar e justificar esta ação, o grupo «Ação Direta», na sua existência, precisou da verdade revolucionária e, por outro lado, de justiceiros vocacionados para expulsões de vendilhões do templo sagrado da anarquia.

Consequentemente, no contexto da realização do Acampamento Libertário, estiveram presentes para a denúncia, a provocação e a mentira compulsiva e psicopatológica, incidindo a sua ação para uma série de comunicados, entre os quais destaco a Associação Editorial Ação Direta — Federação Anarquista Ibérica, no dia 15 de agosto de 1997, que escreveu um comunicado em que transcrevo somente uma parte: «[...] Pelos vistos, pretende-se com o acampamento dito libertário impor aos meios libertários portugueses uma espécie de cúpula teórica, baseada em graus académicos. Nesta fase de totalitarismo democrático-mercantil, os especialistas da alienação social procuram recuperar tudo, inclusive o irrecuperável. É isto que explica o aparecimento de várias mercadorias “culturais”, tais como: a do “anarquismo moderno” apresentado pelos “anarcocapitalistas” da extinta *A Ideia* e por elementos da revista *Utopia*, a dos “anarquistas” eleitoralistas, a dos “libertários” não anarquistas, a dos vários “anarquismos” e outras cagadas intelectuais.»

No seu estilo, num outro contexto histórico de manifestação pública do anarquismo internacional, em Portugal, um ano depois de se ter realizado o Acampamento Libertário, o grupo «Ação Direta», sem ter conhecimento

algun e sem se referir a qualquer conteúdo elementar sobre uma conferência que estava prevista para agosto de 1998, em Lisboa, quase um ano antes, limitou-se a despejar a verborreia do costume, baseada, como sempre, na defesa mística e ortodoxa de um anarquismo puro e revolucionário que só eles conseguiam idolatrar com a ajuda da defunta AIT (Associação Internacional do Trabalhadores) e da CNT (Confederação Nacional do Trabalho), sedeadas em Granada, Espanha. Estas organizações trataram de legitimar e dar voz a estes atropelos éticos e revolucionários do anarquismo da «Ação Direta», pactuando com uma espécie de «cruzada cristã», caluniando e deturpando tudo e todos, mesmo os princípios e valores básicos do anarquismo que os transcendem e que eles diziam defender.

Descontentes com a maneira vergonhosa de criticar o Acampamento Libertário, logo que tiveram conhecimento da realização da Conferência Internacional sobre «Ecologia Social e as suas Perspetivas Políticas», com organização do SOCIUS/ISEG–UTL, em Lisboa, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1998, quase um ano antes, o grupo da «Ação Direta» desenvolveu uma estratégia de desinformação, calúnia, provocação e de mentiras inauditas, cuja reprodução exaustiva de todos os comunicados difundidos por este grupo, daria para editar uma pequena brochura de dezenas de páginas. Por ironia do destino, um desses comunicados, sem o saberem, foi dirigido ao meu nome, pois, nessa altura, exercia as funções institucionais de presidente do Conselho Pedagógico do ISEG, assim como era presidente do SOCIUS, a instituição científica que realizou e organizou este evento.

Para além dos comunicados, ainda foram esboçadas algumas ações práticas, no sentido de provocar situações de violência e confronto físico e simbólico, mas a tentativa subterrânea dessa figura sinistra revelou-se frustrada. Eduardo Pereira, um querido amigo que conheci em Paris e veio a falecer em Portugal há quase vinte anos, conhecia também a figura de João Gabriel Morato Pereira, a partir de um passado longínquo de vicissitudes familiares. Este, ao querer providenciar a destruição da Conferência, sugeriu que Eduardo Pereira aparecesse no local da sua realização para ajudar a consumir esse desígnio de destruição física. Eduardo Pereira já tinha sido convidado por mim para estar presente neste evento. Um dia, telefonou-me a este respeito e disse-me: «Zé, sabes que o João Gabriel

Morato me pediu para colaborar na destruição física do local, para impedir a realização da Conferência; sabes o que eu lhe disse? — Eu vou à Conferência e se apareceres lá dou-te um tiro.» João Gabriel Morato Pereira tinha muito respeito por Eduardo Pereira, por conhecê-lo desde miúdo e por ele ter participado no Assalto ao Quartel Militar de Beja, em 1962. Penso que, ao aperceber-se do teor desta resposta, nem apareceu no ISEG–UT durante a realização da Conferência.

Não podemos verificar, nesta postura comportamental de natureza individual e coletiva de pessoas modeladas por um tipo de anarquismo, fatores de ordem maniqueísta e dicotómica, que se traduzem em causalidades e efeitos quase sempre visíveis em tipificações comportamentais, que dão origem a factos e verdades inquestionáveis, a comunicações impossíveis, a contradições e conflitos insanáveis, a desmotivações e a abandonos sistemáticos dos anarquismos, resultantes de frustrações e de falta de identidade com a anarquia. Nas discussões que me ajudaram a perceber a natureza dos anarquismos, persistem uma série de dicotomias e maniqueísmos que incidem nos seguintes fatores estruturantes e inamovíveis, difíceis, se não impossíveis, de desconstruir: vida/morte, verdade/mentira, guerra/paz, inteligente/ignorante, revolucionário/reformista, bonito/feio, bem/mal, anão/gigante, gordo/magro, noite/dia, preto/branco, normal/anormal, Deus/Diabo, amor/ódio, etc... No fundo, estamos na presença de um léxico conceitual dicotómico, que tem acompanhado o processo de aculturação das nossas vidas desde que nascemos até à nossa morte. Os signos e os significados extraídos e deduzidos de um léxico traduzidos em comportamentos carregados de ações simbólicas provêm, no meu entendimento, dos valores da civilização judaico-cristã.

Todos os anarquismos, sem exceção, são formatados por estas dicotomias, daí que, nas suas discussões e entendimentos, haja sempre muita dificuldade em construir sínteses por vias comunicacionais baseadas em singularidades diferenciadas. O que emerge, geralmente, nessas discussões entre anarquismos, é um ser verdadeiro e o outro ser falso, um é revolucionário, o outro é reformista, um é inteligente, outro é ignorante, e vice-versa. Foi sempre com este dispositivo modelar e a predisposição comportamental maniqueísta de se assumir como o único verdadeiro e como o único revolucionário no anarquismo português, que o grupo «Ação Direta», com múltiplos nomes falsos



metamorfoseados, conseguiu emitir, a 26 de setembro de 1997, um comunicado autodenominado «A Autoridade Sociológico-Científica do Movimento Libertário Institucionalizado e Credibilizado.»

O que é engraçado é que, nesta peça fantasmática, para aqueles que estavam na organização da conferência, ainda que não tivéssemos sequer a informação e a decisão substantiva sobre quais seriam os oradores e quem ia financiar uma organização deste tipo, porque, financeiramente, existiam passagens de avião a pagar de outros países e, por outro lado, a estadia de estrangeiros em relação à alimentação e habitação, no comunicado, já se sabia quais as entidades do Estado e privadas que iam financiar a conferência, assim como os cinco comunicantes principais assinalados, não obstante só eu e Maria da Conceição Jorge sermos os decisores efetivos nessas funções. Para elucidação histórica dos «papas» que influenciaram a ação do grupo «Ação Direta», devo esclarecer que o «grande papa» teórico/ideológico deste grupo foi Júlio Carrapato.

*Pelas razões acima expostas e devido ao grande êxito mediático do «Acampamento Neolibertário», em Izeda, os promotores deste, o grupo dos «E. U. Black Rose Books», o Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, o Conselho Pedagógico e o Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão e outros organismos oficiais, decidiram efetuar, em Lisboa, no ano de 1998, uma Conferência Internacional Neolibertária sobre «A Nova Atitude dos Libertários Face às Eleições Municipais e Outros Fatores de Desmarginalização do Movimento Libertário.» Já está assegurada a participação de especialistas. O mais incrível é que uma grande maioria dos intervenientes comunicantes e apoio financeiro da Conferência que foi anunciado por este grupo era pura especulação, fato que ficou demonstrado aquando da sua realização em 26, 27 e 28 de Agosto de 1998.*

*1.º) O jornalista Torcato Sepúlveda que abordará o tema «A Transformação do Anarquismo em Mercadoria do Negócio da Informação, a Antítese Possível no Seio da Dialéctica Sociedade do Espéctaculo». Este especialista do mercado da «informação», elemento do Serviço da Censura do «Público» e grande admirador da dialéctica ternária de Hegel e Marx,*

*mostrará a ineficácia de um ideário libertário não veiculável pelos mass media, ou seja, não integrável no teatro social em curso.*

2.º) *A diplomada em municipalismo democrático-libertário Maria Magos Jorge, que abordará o tema «Censura da Propaganda da FAI, Um Meio de Credibilidade da Atitude Eleitoralista dos Neolibertários». Esta especialista e dirigente neoanarquista de vulto, que proibiu a difusão de panfletos da FAI, num local neoliberal cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, que a liberdade de expressão de pensamento, defendida pelos anarquistas oitocentistas, é um autêntico arcaísmo no limiar do século XXI.*

3.º) *O prof. Villaverde Cabral que analisará o tema «O Arquivo Histórico-Social Na Biblioteca Nacional como Factor Desmarginalizante». Este ilustre mediático sociólogo, oriundo da ultraesquerda parisiense, focará o papel relevante que a documentação anarquista (gamada aos velhos libertários oitocentistas, pelo anarcocapitalista Júlio Figueiras, e, hoje, pertença legalizada do referido arquivo da B. N.) tem desempenhado no processo de credibilização do movimento libertário, permitindo aos neoliberalistas apresentarem teses de doutoramento altamente competitivas.*

4.º) *O defensor do anarcocapitalismo, o prof. João Freire, abordará o tema «O Antimilitarismo dos Libertários Oitocentistas e a Complexidade da Sociedade Livre Ocidental no Limiar do Século XXI». Este admirador dos economistas liberais americanos, apoiante de Bush, aquando da guerra do Golfo, o conhecedor do mercado democrático-cultural português, procurará mostrar que a propaganda antimilitarista não é eleitoralmente rendível, ou mais precisamente, que não é um meio apropriado à implementação de um municipalismo libertário, no interior de uma sociedade pluralista e de economia. Possivelmente, este pioneiro do neoanarquismo, um defensor da distribuição dos ministérios pelas várias capitais de distrito, falará também da sua invenção sociológica-científica, uma tabela de medição do libertarismo existente nas várias nações. Através desta tabela, é possível ver-se, por exemplo, se as relações de Clinton com prostitutas de alta roda e o comportamento liberal, no domínio mediático-sexual, dos membros da família real constituem ou não índices de liberalismo existente nos EUA e no Reino Unido, respectivamente.*

*5.º) O prof. Carvalho Ferreira que tratará o tema «A Cibernética, a Informática, a Telemática, a Robótica, a Cagótica e a Caralhótica como Meios de Implementação de Políticas Libertárias nas Partes Periféricas do Poder Democrático». Este reconhecido especialista, que é um profundo conhecedor das tecnologias de ponta, devido em boa parte aos conhecimentos de matemáticos, adquiridos na Escola Primária, abordará cientificamente a questão da vertente tecnológica do municipalismo neoliberal, em particular, e dos espaços alternativos na periferia do corpo estatal, em geral.*

Para mim, esta maneira de ver o anarquismo na sua pluralidade como relação entre as diferenças torna-se impossível, quer no seu processo de sociabilidade ou de socialização. A constatação dos epítetos referentes à minha participação na conferência são bastante sugestivas, mas também obedecem de grande ignorância no que concerne a minha postura comportamental no SOCIUS, na Universidade e na minha vida no seio do anarquismo, mesmo sabendo da miséria e pobreza franciscana deste anarquismo pseudo-crítico revolucionário, que acabo de citar, e de outros que tenho conhecido ao longo da minha existência, sendo que, em última instância, são semelhantes aos métodos e análises capitalistas, comunistas, democratas, socialistas e fascistas. O termo síntese mais adequado para sua classificação de ser humanos é de psicopatas, genericamente falando.

A ACAV, ao longo da sua existência, manteve uma relação estreita com o anarquismo. Se numa primeira dimensão espaço-temporal essa relação advém, fundamentalmente, da edição da revista *Utopia*, por outro lado, está intimamente associada à sua identidade de organização privada sem fins lucrativos, expressa numa série de realizações como foi, sem dúvida, o Acampamento Libertário, onde, aliás, logo a seguir, novamente em Izeda, foi realizado, em 26 e 27 de agosto de 2000, um debate subordinado ao tema do Estado. Ao realçar estes aspetos, quero dar expressão a uma série de atividades libertárias que refletiram a identidade individual e coletiva da ACAV, durante a sua existência. Entre outras grandes realizações da ACAV, devo sublinhar duas reportadas a dois grandes amigos da minha vida, já falecidos. Refiro-me, concretamente, à participação e organização da Exposição «Edgar Rodrigues — Pesquisador Libertário da História Social de Portugal e do

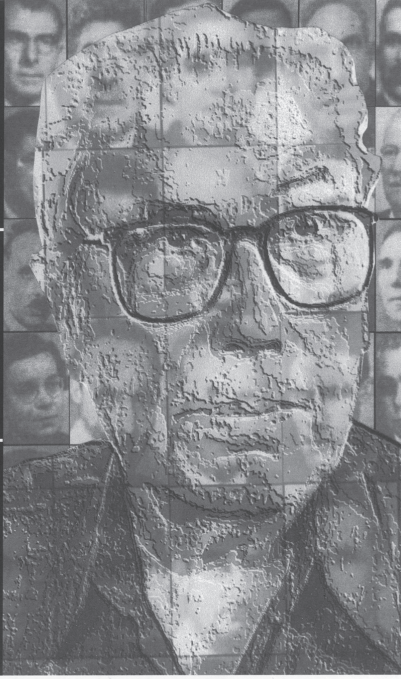
**EDGAR RODRIGUES**  
 PESQUISADOR LIBERTÁRIO DA HISTÓRIA SOCIAL DE PORTUGAL E DO BRASIL

**MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA**  
 Estrada de Benfica, 419, Lisboa  
 EXPOSIÇÃO  
 18 Abril-10 Maio 02  
 DEBATE  
 23 Abril, às 19h00

**Livraria LER DE VAGAR**  
 R. de S. Boaventura, 115, Lisboa  
 EXPOSIÇÃO  
 11 Maio-18 Maio 02  
 DEBATE  
 11 Maio, às 22h00

**CENTRO SOCIAL E CULTURAL ILHÉUS**  
 R. de Bonjardim, 998, Porto  
 EXPOSIÇÃO  
 19 Maio-26 Maio 02  
 DEBATE  
 19 Maio, às 19h00

**EDGAR RODRIGUES**  
 ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL A VIDA



Exposição «Edgar Rodrigues – Pesquisador Libertário da História Social de Portugal e do Brasil», organização da Associação Cultural A Vida, Lisboa/Porto, 23 de abril, 11 e 19 de maio de 2002.

**CICLO DE CINEMA**  
 janeiro 2006  
 entrada livre

**José Maria Nunes**

«Hago cine con el propósito de que cada uno sea en sí mismo su propia obra y no tenga necesidad de ver la obra de los demás.»

Organização:  
 Associação Cultural A Vida



Ciclo de Cinema sobre José Maria Nunes, Biblioteca-Museu República e Resistência, Lisboa, organização da Associação Cultural A Vida, 9 a 14 de janeiro de 2006.

Brasil», Lisboa/Porto, a 23 de abril, 11 e 19 de maio de 2002; e o «Ciclo de Cinema sobre José Maria Nunes», entre 9 e 14 de janeiro de 2006, na Biblioteca-Museu República e Resistência, em Lisboa.

Se até finais da década de 1990 as atividades libertárias estavam muito confinadas à Rua Sociedade Cruz Quebradense, a relação de identidade ideológica e orgânica, que foi criada no início do século XXI, entre a ACAV e a BOESG (Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral), sediada na Rua das Janelas Verdes, revelou-se crucial para a sua expansão.

José Luís Félix, um dos fundadores da ACAV e do coletivo editorial da revista *Utopia*, era um ativista nato nos meios libertários, que não se remetia à divulgação dos ideais libertários pela via verbal escrita, mas que privilegiava, sobretudo, o elemento oral e prático para a realização de tarefas sempre orientadas para a criação e desenvolvimento de ações que culminassem em

organizações e realizações libertárias de diferente tipo. Não admira que tivesse sugerido, a todos associados da ACAV, que ingressássemos massivamente na BOESG, depois de 1998, visto que conhecia o senhor João, que dirigia os destinos da biblioteca e que este lhe tenha pedido ajuda urgente para dinamizar a BOESG, porque a maioria dos sócios, antigos militantes do PCP, estavam debilitados pela velhice ou estavam doentes. Por outro lado, como o PCP estava desinteressado na biblioteca criada em 1947, existia um vazio e uma crise na direção e nas atividades que eram realizadas. É por esse motivo que eu, José Tavares, Ilídio Santos, Teresinha Santos, Carlos António Nuno, Isabel Castro, Ana Oliveira, Ana Coelho, Mário Rui Pinto, Carlos Miranda, Maria Luz Moita, Mónica Fraga, José Quintal e outros associados da ACAV nos tornámos, progressivamente, sócios da BOESG.

Essa relação desenvolveu-se de tal modo que, a partir de 2004, os corpos gerentes da direção, assembleia geral e conselho fiscal da BOESG, na sua grande maioria, eram liderados por associados da ACAV. Evidentemente, como o espaço da BOESG era bastante extenso e adequado para realizar múltiplas atividades libertárias, muitas delas, que antes eram realizadas fora da sede da ACAV, a partir de então, passaram a ser realizadas na BOESG. Ademais, as reuniões da revista *Utopia* e da ACAV passaram também a realizar-se neste espaço. Perante esta liberdade e criatividade na relação entre a ACAV e a BOESG, foi perfeitamente normal que os associados da ACAV transformassem a casa-mãe da BOESG num espaço de realização de atividades libertárias.

Da minha parte, participei de forma secundária nos atos diretivos da BOESG, entre 2002 e 2006, tendo exercido funções no pelouro da Assembleia Geral. De 2006 a 2010, os órgãos gerentes da BOESG foram constituídos desta forma: na direção, como presidente estava eu; o vice-presidente era Ilídio Santos; o tesoureiro era Mário Rui Pinto; os secretários arquivistas eram José Quintal e Raul Gonçalves; as secretárias administrativas eram Ana Oliveira e Ana Coelho; os vogais eram Mónica Fraga e José Tavares; as suplentes eram Irene Quintal, Luzinda Bernarda e Carla Silva; o conselho fiscal tinha como presidentes Silvino Oliveira, Isabel Castro e Teresinha Santos; e na Assembleia Geral, o presidente era Maria da Luz Moita; o vice-presidente era João Paulo Santos; o 1.º secretário era Paulo Santos; e o 2.º secretário era Carlos Miranda. Diga-se que, destes


Exemplos de debates realizados na BOESG,  
Lisboa, em 2006.

19 elementos dos corpos gerentes da BOESG, só quatro é que não eram associados da ACAV.

Com base no que já referi relativamente ao dinamismo criativo de José Luís Félix em relação a atividades libertárias na BOESG, induzidas na sua grande maioria pela condição de associado da ACAV, devo acrescentar também a grande dedicação de Ilídio Santos como associado da ACAV e um dos grandes obreiros da visibilidade pública da BOESG, por-

que, sem ele, nunca a BOESG teria aberto e fechado as suas portas de forma contínua e regular. Acrescente-se também a dedicação de Ana Oliveira e Ana Coelho, que não eram associadas da ACAV. Não admira, assim, que, desde 2000 até 2006, fossem organizados, anualmente, ciclos de cinema, a partir da iniciativa da BOESG, sendo que os primeiros seis ocorreram na Videoteca da Câmara Municipal de Lisboa, situada no Largo do Calvário, em Alcântara. Ao mesmo tempo, todos os anos, foram realizadas manifestações públicas alusivas aos aniversários da morte dos mártires de Chicago, em maio de 1886. A denominação comum dessas manifestações libertárias, geralmente, apareciam simbolizadas de «1.º de Maio Anarquista» ou de «1.º de Maio Libertário». Todos esses eventos foram realizados no Parque de Eduardo VII, em Lisboa, e, na generalidade dos casos, envolviam concerto de bandas de música, banca de livros, revista e jornais anarquistas, debates, piqueniques, etc...

Outras atividades realizadas pela BOESG dentro do seu espaço, até à minha demissão de membro da direção e de associado em 2010, circunscreveu-se



*Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral*  
Rua das Janelas Verdes, n.º 13, 1.º Esq.º  
1200-690 Lisboa

**DEBATES / CONVÍVIO na B.O.E.S.G.**

**“OS 70 ANOS DA REVOLUÇÃO ESPANHOLA”**

**Reflexos da Revolução Espanhola no Brasil**  
Adeilide Gonçalves  
10 Junho 2006 (sábado) 21h 00

**O Poder na Guerra Civil e na Revolução Social em Espanha**  
José Tavares  
22 Junho 2006 (quinta-feira) 21h 00

**Espanha, 1936: Guerra, Poder e Sociedade**  
João Freire  
27 Junho 2006 (terça-feira) 21h 00

**A Revolução Social em Espanha (1936-39): do Mito à Realidade**  
J. M. Carvalho Ferreira  
14 Julho 2006 (sexta-feira) 21h 00

Apoio e colaboração de:  
InfoNature.org ([www.infonature.org](http://www.infonature.org))  
The Spirit of Change

à realização de debates, exposições artísticas e feiras de livros. Fora do espaço da BOESG, há que realçar a realização de um Acampamento Libertário, de 20 a 23 de junho de 2001, em Castelo de Vide, no Alentejo. Durante três dias, foi possível debater assuntos como o antimilitarismo, agricultura biológica, abordagem do movimento anarquista após o 25 de Abril, a globalização capitalista e os anarquistas na luta da antiglobalização e a construção de um atelier de reciclagem de plástico. Em 2002, foi realizado outro Acampamento Libertário, promovido pela BOESG, entre os dias 1 a 4 de agosto, no Parque de Campismo de Olhos d'Água, nas nascentes do rio Alviela, em Santarém. Este acampamento baseou-se em dois debates: «O Ambiente e o Decrescimento Sustentado»; «A Economia Global e os Pequenos Núcleos», e, ainda, convívio entre todos os participantes. Para além destes acampamentos, foram realizadas várias festas libertárias, entre as quais se deve destacar aquela que foi realizada entre 14 e 16 de setembro de 2001, junto à BOESG, na praça Dr. José Figueiredo, próximo do museu da Janelas Verdes, em Lisboa. Desde bandas de música, danças e bar, nessa festa emergiram debates, uma feira do livro com livros, revistas, jornais, fanzines, exposições e convívio. A 9 de julho de 2002, ainda com a organização da BOESG, foi promovido um piquenique, no Pinhal do Marco do Grilo, na Lagoa de Albufeira, com debates, música e convívio. A 24 de maio de 2003, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, foi realizado um Festival Libertário da Primavera, com bancas de livros, jornais, revistas e fanzines libertários, *workshops* de yoga, karaté, sombras chinesas, arte poética, malabarismo, vegetarianismo, música, dança, debates, entre outros...

Nesta caminhada da autoaprendizagem do anarquismo e da anarquia, não posso, nem devo subalternizar a presença em conferências, palestras, colóquios, debates, encontros, livros, artigos, festas, e outros, vividos na sociedade como partilha e pertença de vivências submersas pela liberdade, criatividade, amor e amizade. Deste modo, a sistematicidade teórica e prática da anarquia e dos anarquismos foi confrontada, construída e comunicada através de comportamentos concretos, que definem como os anarquismos e anarquia são e não como, hipoteticamente, deveriam ser. O umbigo singular da idealização de qualquer modelo anarquista, perante a factualidade da realidade da espécie humana, do Estado e do capitalismo foi, assim, objeto de análise e de

aprendizagem comportamental, perccionado, não como algo absolutamente perfeito e transcendental, mas como um modelo imbuído de contradições e conflitos, que aspirava almejar o que nunca conseguiu até hoje: a emancipação social da espécie humana.

É evidente que esta opção foi progressiva e começou a ter lugar nos finais da década de 1980. Nesta ótica, a minha inserção internacional no plano das comunicações baseadas em conferências, palestras, debates e encontros de diferente tipo foram de importância capital, pelo que gostaria de dar relevo ao que, entretanto, realizei em Portugal: conferência sobre «Paradigmas sociais e alternativa libertária», Grupo Ecológico da Associação Académica de Coimbra, 15 de fevereiro de 1989; conferência sobre «A Crise do Paradigma Marxista-Leninista», Livraria Vulcão, Portimão, 30 de dezembro de 1989; conferência sobre «Acabaram as ideologias? Uma contribuição do pensamento libertário», UFSC, Centro de Educação, Florianópolis, 28 de julho de 1992; comunicação sobre «Autogestão e perspetiva libertária no Encontro do Pensamento Libertário Internacional — Os Outros 500», Faculdade de Ciências Sociais da PUC–SP, Fundação Cultural de São Paulo e Centro de Cultura Social, 24 a 29 de agosto de 1992; comunicação sobre os «Ensinamentos do 25 de Abril de 1974 — Encontro/Debate sobre o significado do 25 de Abril de 1974 em Portugal», Organização da Associação de Moradores do Vilar, Porto, 24 de abril de 1993; comunicações subordinadas aos temas: «Pedagogia Autoritária e Pedagogia Libertária» e «Ecologia Social e Desenvolvimento», Festival de Arte e Cultura sem Fronteiras, Núcleo de Alfabetização Técnica, UFSC, Florianópolis, 8 a 17 de julho de 1994; palestra sobre «Sindicalismo e anarquismo no limiar do século XXI», Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 16 de maio de 1997; conferência sobre «Anarquismo e sindicalismo no limiar do século XXI», Curso de Relações Internacionais, PUC–SP, 28 de maio de 1997; palestra sobre «Universidade e movimentos sociais», Núcleo de Alfabetização Técnica/Centro de Ciências da Educação, UFSC, Florianópolis, 5 de junho de 1997; conferência sobre «Anarquia, sua história e sua atualidade», Colégio de Aplicação João XXIII, Juiz de Fora, 19 de novembro de 1997; conferência sobre «Anarquismo e atualidade», Centro de Cultura Libertária, Grupo Soma,



Belo Horizonte, 21 de novembro de 1997; participação no *Colloque International Les Incendiaires de l'Imaginaire, Centre de Sociologie des Représentations et des Pratiques Culturelles*, Universidade de Grenoble, 19 a 21 de março de 1998. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Action collective, révolution sociale et l'imaginaire anarchiste»; participação na conferência Internacional sobre «Ecologia Social e suas Perspetivas Políticas», SOCIUS/ISEG–UTL, Lisboa, 26 a 28 de agosto de 1998. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Movimentos sociais no contexto urbano»; palestra sobre «A atualidade do anarquismo nas sociedades contemporâneas», NUCA, UFSC, Florianópolis, 25 de setembro de 1998; participação no Colóquio Internacional «L'anarchisme a-t-il un avenir? Histoires des femmes, d'hommes et de leurs imaginaires», Universidade de Toulouse, França, de 27 a 29 de outubro de 1999. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Contradictions et limites de l'anarchisme aujourd'hui»; participação no *Colloque Michel-Marie Derrion (1803–1850) L'utopie de l'économie sociale: quelle histoire pour quel avenir*, Centre Social e Culturel de la Condition des Soies, Lyon, 8 a 10 de junho de 2000. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Le rôle du coopérativisme dans le développement de l'économie sociale au Portugal»; participação no Encontro Internacional de Cultura Libertária, NAT/CED/UFSC, Florianópolis, 4 a 7 de setembro de 2000. Apresentei uma palestra subordinada ao tema «Perspetivas do movimento anarquista para o século XXI» e participei numa mesa redonda subordinada ao tema «Formas libertárias de intervenção social para o século XXI»; Conversação Libertária subordinada ao tema «Atualidade do anarquismo no movimento antiglobalização», Nu–Sol/PUC–SP, 27 de agosto de 2001; palestra subordinada ao tema «Atualidade do anarquismo», ICAL (Instituto de Cultura e Ação Libertária), São Paulo, 29 de agosto de 2001; participação num debate sobre o «Estado», no âmbito do Plano de Atividades realizadas pela ACAV, em 26 e 27 de agosto de 2000, Izedá; participação e organização da exposição «Edgar Rodrigues — Pesquisador Libertário da História Social de Portugal e do Brasil», ACAV, Lisboa/Porto, 23 de abril, 11 e 19 de maio de 2002. Apresentei comunicações subordinadas ao tema «Edgar Rodrigues, o Homem e a Obra»; participação na mesa redonda, subordinação ao tema «Por que os anarquistas

não votam?», Nu-Sol/PUC-SP, São Paulo, 26 de setembro de 2002; Participação no debate sobre «Os Partidos que partiram», Livraria Ler Devagar, Lisboa, 7 de maio de 2004. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Os anos setenta, o 25 de Abril de 1974 e ao anarquismo hoje»; palestra subordinada ao tema «Anarquia e Anarquismos», Centro de Cultura Social, São Paulo, 2 julho de 2005; participação no Encontro «Roberto Freire, Um Libertário», Organização Nu-Sol/PUC-SP/SOMA, São Paulo, 29 de agosto de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A obra e a vida de Roberto Freire numa perspectiva epistemológica e libertária»; participação na palestra-debate, organizado pela Biblioteca Popular José Ingenieros, Buenos Aires, 5 de novembro de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Globalización y crisis en el Mundo del Trabajo»; participação na palestra-debate, organizado pela Biblioteca Popular José Ingenieros, Buenos Aires, 6 de novembro de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Anarquia y Anarquismos»; participação nos debates/convívio «Os 70 Anos da Revolução Espanhola», Lisboa, BOESG, 14 de julho de 2006. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A revolução social em Espanha (1936-39): do mito à realidade»; conferência subordinada ao tema «Anarquismos Hoje», Centro de Cultura Social, São Paulo, 21 de setembro 2006; participação no «Seminário Nacional de Pedagogia Libertária X Neoliberalismo», FEUFB, Salvador, 5 e 6 de outubro de 2006. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A pedagogia libertária face à crise do modelo educacional capitalista»; coordenação do Simpósio na temática científica «Movimentos Sociais — Anarquia-anarquismos: história e atualidades nas Américas». Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Anarquia e anarquismos no contexto da globalização»; participação nas conversações libertárias organizadas por «Soma — uma terapia anarquista», São Paulo, 13 de março de 2016. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Anarquia aqui e agora e para sempre»; participação no Encontro Internacional «Estéticas da Liberdade e Pensamento Libertário», Organização do Instituto Brasileiro de Somaterapia e do Centro Brasileiro de Estudos em Design de Vestuário, Casa Lira/Centro de Cultura, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 2017. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Estéticas da

Liberdade e Pensamento Libertário»; participação numa conferência subordinada ao tema «Tecnologia da Comunicação (TIC's), Educação e Anarquia» no «IV Simpósio de Educação: Cotidiano, História e Políticas» e lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade*, Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB), Fundação Educacional Rosemar Pimentel (FERP) (Volta Redonda — Barra do Pirai — Nova Iguaçu), 17 e 18 de outubro de 2018; participação do lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, UFJF, Frente Autônoma de J. F., Juiz de Fora, 19 de outubro de 2018; Entrevista pública com José Maria Carvalho Ferreira no âmbito do programa «Resistências Libertárias». De seguida, foi realizado o lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização do grupo «História Oral, Corpo e Resistências», Departamento de História, UFF (Niterói, Rio de Janeiro), Campus do Gragoatá, 22 de outubro de 2018; Participação com João da Mata (Somaterapia), numa Mesa Redonda sobre «Trajetória e obra do escritor e anarquista Roberto Freire», no âmbito do programa «Resistências Libertárias», com organização do grupo «História Oral, Corpo e Resistências», Departamento de História, UFF (Niterói, Rio de Janeiro), Campus do Gragoatá, 24 de outubro de 2018; Participação com Christian Ferrer (Universidade de Buenos Aires) e Edson Passetti (PUC–SP/Nu–Sol) na Mesa Redonda «Repercussões 68: Invenções e Resistências». De seguida, foi lançado o *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização PUC–SP/Nu–Sol, São Paulo, 29 de outubro de 2018; Palestra subordinada ao tema «TIC, crise do mundo do trabalho e resistências Anti-Capitalistas Contemporâneas», com análise de Luís Henrique Monteiro Nunes e comentários de Gláucia Maria Vasconcellos Vale. De seguida, foi lançado o *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização do Departamento de Sociologia, UFMG, Belo Horizonte, 29 de outubro de 2018; Palestra subordinada ao tema «Dos anarquismos à Anarquia». De seguida, foi lançado o *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, Organização Kasa Invisível, Belo Horizonte, 2 de novembro de 2018; Participação no lançamento dos livros *Anarquia, Utopia e Sociedade — Escritos em homenagem a José*

*Maria Carvalho Ferreira e Terrorismo de Estado, Direitos Humanos e Movimentos Sociais*, no âmbito do I Seminário «Educação, Trabalho e Utopia», Organização da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 6 de novembro de 2018; Participação na Mesa Redonda «A educação libertária nas sociedades contemporâneas face às contingências das TIC», no âmbito do I Seminário «Educação, Trabalho e Utopia», Organização da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 7 de novembro de 2018; Palestra-debate sobre «Anarquia e Anarquismos» e lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização de Malorca Libertária, Salvador, 8 de novembro de 2018; Participação no seminário «TIC's e a Crise no Mundo do Trabalho», em simultâneo com o lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização do Departamento de Economia da UFSC, Florianópolis, 14 de novembro de 2018; Participação na conferência subordinada ao tema «Autobiografia e Pulsões de Vida da Anarquia», organização do Departamento de História da UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 17 de junho de

Homenagem a José Maria Carvalho Ferreira, após a aposentação, Lisboa, SOCIUS/ISEG-Ulissboa, 7 de junho de 2018. Foto de Mónica Fraga.



2019.

Se agora incidirmos a minha autoaprendizagem da anarquia e dos anarquismos para o campo meramente verbal, escrito em função dos artigos, textos diversos, livros e capítulos de livros de minha autoria, então, é necessário recorrer ao início da década de 1990: *A revolução social, o anarquismo e o indivíduo na história*, in *A Ideia* (Lisboa), n.º 28–29, inverno/primavera de 1983, pp. 66–77; *Os limites históricos da filosofia e prática do anarco-sindicalismo*, in *A Ideia* (Lisboa), n.º 36–37, junho de 1985, pp. 17–31; Co-autor com João Macedo de *A saga dos velhos anarquistas*, in *Expresso* (Lisboa), de 17 janeiro de 1987, pp. 19–22; *O anarquismo ontem e hoje: mesa redonda*, in *A Ideia* (Lisboa), n.º 46–47, novembro de 1987, pp. 5–33; *A agonia do dogma marxista-leninista*, in *A Batalha* (Lisboa), n.º 127, janeiro/março, 1990, p. 11; *Autogestão e perspectiva libertária*, in *Encontro do Pensamento Libertário Internacional — Os outros 500*, PUC–SP (São Paulo), 1992, pp. 20; *Da pedagogia autoritária a uma pedagogia libertária*, in *Letralivre* (Rio de Janeiro), n.º 6, junho de 1995, pp. 1–4; Entrevista a Laurent Patry e Mimmo Puciarelli, *L'Anarchisme en Personnes* (Lyon), Atelier de Création Libertaire, 1996, pp. 333–360; *Pedagogia libertária versus pedagogia autoritária*, in *Educação Libertária, Textos de um Seminário* (Rio de Janeiro/Florianópolis), Achiamé/Movimento, 1996, pp. 109–133; *Potencialidades de uma educação libertária*, in *Perspectivas* (Florianópolis), Ano XV, n.º 27, janeiro/junho de 1997, pp. 9–15; *Action Collective, Révolution Sociale et l'Imaginaire Anarchiste*, in *Colloque International sur l'Imaginaire des Incendiaires*, Universidade de Grenoble, 1998, p. 16; *Anarquismo e revolução social*, in *Libertárias* (São Paulo), n.º 4, dezembro de 1998, pp. 77–85; *Contradictions et limites de l'anarchisme aujourd'hui*, in *L'anarchisme a-t-il un avenir? Histoires de femmes, d'hommes et de leurs imaginaires* (Lyon), Atelier de Création Libertaire, 2001, pp. 323–344; *Metti un pizzico d'anarchia nel no global*, in *Libertaria* (Milano), ano V, n.º 2, 2003, pp. 21–28; *Economia libertária e suas perspetivas*, in *Verve* (São Paulo), n.º 5, 2004, pp. 111–141; *Anarquia, anarquismos e tolerância*, in Edson Passetti e Salete Oliveira (orgs.), *A Tolerância, O Intempestivo* (São Paulo), Ateliê Editorial, 2005, pp. 96–97; *Anarquia e anarquismos no contexto da globalização*, in *Textos do 53.º Congresso Internacional de Americanistas* (Cidade do México), Ed. Universidade Iberoamericana, 2009, p. 14; *Roberto das Neves: um cidadão do Mundo*, in *Verve*

(São Paulo), PUC–SP, n.º 24, 2013, pp. 88–114; *Em memória de Mário Botas* in *A Ideia* (Lisboa), vol. 16, n.º 71–72, 2013, pp. 108–109; *Edgar Rodrigues: um anarquista entre duas pátrias* (parte 1), in *Verve* (São Paulo), PUC–SP, n.º 25, 2014, pp. 13–29; *Maria da Conceição Tavares Magos Jorge (1953–2001)*, in *A Ideia* (Lisboa), n.º 73–74, pp. 197–198; *Edgar Rodrigues: um anarquista entre duas pátrias* (parte 2), in *Verve* (São Paulo), PUC–SP, n.º 26, 2014, pp. 49–81; *Roberto das Neves: 1907–1981*, in *A Ideia* (Lisboa), n.º 75–76, pp. 210–217; *Revista Verve*, in *A Ideia* (Lisboa), n.º 77–80, 2014, pp. 377–379; *João Freire: o dilema da luta pela emancipação social e a razão científica*, in Luísa Veloso, Maria de Lurdes Rodrigues, Raquel Rego, Maria Alexandra Lousada, Carlos Gonçalves, Cristina Rodrigues (orgs.), *Anarquismo, Trabalho e Sociedade — livro de homenagem a João Freire* (Coimbra), Almedina, pp. 591–617; *A Anarquia no Maio de 1968 na França*, in *Verve* (São Paulo), PUC–SP, n.º 33, 2018, pp. 15–45; *Entrevista: Trajetória de Vida — José Maria Carvalho Ferreira*, in João da Matal Juniele Rabêlo de Almeida (orgs.), *O Corpo-História e Resistência Libertária* (São Paulo), Letra e Voz, pp. 91–113; *Entrevista com José Maria Carvalho Ferreira*, in *Verve* (São Paulo), PUC–SP, n.º 35, pp. 75–98; *Prefácio*, in João da Mata, *Dinâmica de Grupo e Autogestão* (Lisboa), Clássica Editora, 2019, pp. 15–22.

Das fontes de informação objetivas que acabo de referir, para dar sustentabilidade e inteligibilidade à minha trajetória biológica e social, em todo esse percurso, no final, sobressaem como denominador comum os laços de amizade, amor, criatividade e liberdade. Estas dimensões relacionais são, para mim, a essência da anarquia, como aprendizagem de vida, que não necessita de ser modelada, formalizada, institucionalizada, nem para ser objeto de controlo das pulsões de vida da espécie humana, nem das relações desta com as outras espécies animais e vegetais. Foi por esta razão que senti a necessidade de enviar uma carta aos meus amigos anarquistas, que conheci noutros países. O objetivo era dar corpo e vida a uma necessidade que tinha vindo a sentir, há alguns anos, na viagem onde tinha aprendido sobre os anarquismos e a Anarquia, por isso, resolvi inaugurar um Encontro Internacional da Anarquia e da Amizade (sem fronteiras, pátrias, bandeiras e modelos), entre 21 e 31 de agosto de 2008, na Adega «Acrata», na aldeia de Bogarréus. Para os devidos efeitos, no contexto das atividades libertárias da ACAV, escrevi o seguinte documento, em quatro

línguas (português, espanhol, francês e inglês), que, na altura, foi enviado a amigos e amigas anarquistas que conhecia no Brasil, França, Espanha, Itália, Argentina e Uruguai:

*No contexto da nossa trajetória histórica, emergem problemas e desafios de incidência biológica e social. Como conceito, como ética e filosofia de vida, a anarquia é essencial para uma reflexão e vivência aprofundada e sistemática da nossa condição de seres sociais e seres biológicos. Para deixarmos de ser apenas meras réplicas, decalcadas mecanicamente de heróis, experiências revolucionárias, mitos e modelos de um passado longínquo, é fundamental extrair ilações da crise que atravessam todos os anarquismos. Todos estes anarquismos procuram ser a melhor interpretação, explicação, compreensão ou vivência empírica da anarquia. Escrevem, agem e falam de um «nós» cada vez mais complexo e abstrato, que não conhecem nem compreendem. Não o tendo conseguido erigir-se em vanguardas libertadoras dos oprimidos e dos explorados, transformaram-se em seitas, «guetos» ou, enquanto movimento libertário, guardiães de ortodoxias que se limitam à inclusão ou exclusão de militantes libertários. As ortodoxias proliferam consoante a defesa intransigente de um autor, herói ou modelo de sociedade libertária. As cisões proliferam, e a construção de um «nós» baseada numa ação e identidade coletivas encontra-se, por tais motivos, numa situação cada vez mais perversa. Chegamos a um tempo histórico em que não chega sermos meros resistentes das perversões criadas pelo capitalismo, o Estado e a religião. É imperativo construirmos um outro sentido histórico para as nossas vidas. Enquanto parte integrante de uma espécie humana produtora da morte e uma sociedade global mergulhada numa guerra civil inter-individual, torna-se crucial, aqui e agora, evoluirmos no sentido da construção da comunicação, de afetos e da amizade que dá corpo e forma à anarquia. Desse modo, resistência e construção são indissociáveis. Acabou o tempo histórico da separação espaço-temporal do concreto e do abstrato, da teoria e da prática, do objetivo e do subjetivo, da liberdade e da diferença, da vida e da morte. Basta sermos indivíduos livres e soberanos para não delegarmos em qualquer entidade, ideologia, ou instituição, a resolução dos nossos dilemas biológicos e sociais. A premência da construção de uma nova vivência*

*anarquista revela-se fundamental para dar consecução aos objetivos enunciados. Não temos programa, temos tão-só a veledade de propor o início ou a probabilidade de desenvolver novas formas de pensar, sentir e agir. A comunicação, os afetos e a amizade são a essência da vida no sentido da Anarquia.*

Participaram neste encontro: Claire Auzias, Isabel Castro, Irene Quintal, José Tavares, Mário Rui Pinto, João da Mata, Malé, Carlos Miranda, Ana Neves, Mónica Fraga, José Quintal, Pierre Doubet, Rose Marie, Jaime Mascarenhas, Antoine Francis, Maria da Luz Moita, Ilídio Santos e Teresinha Santos.

Dos nossos queridos amigos e amigas do Nu-Sol, com quem há mais de 20 anos partilho uma amizade e amor indestrutível, pela impossibilidade de estarem presentes no encontro, recebemos esta maravilhosa carta, em agosto de 2008:

*Para nossos amigos anarquistas:*

*Encontro de anarquistas é diversidade de anarquismos e de amizades que fazem sobressair os diferentes, a potenciação da vida, a invenção de liberdades. Liberdade é nossa palavra querida: experimentação combativa fortalecedora dos guerreiros, um acontecimento em transformação, a delícia de permanecer criança. No Brasil, também chamamos de encontro à confluência de rios. Como a dos rios Negro e Amazonas, cujas águas não se confundem durante longuíssimo percurso para depois formarem o aguaceiro que se mistura com o mar. Encontro também é um pequeno pássaro do litoral que gosta de cantar nas bananeiras e que mostra, ao abrir suas asas, o laranja do fogo sobre o preto. Anarquia é memória inesquecível e presente imprescindível; nela, as resistências e as invenções de espaços de liberdade são indissociáveis. Nós, daqui do Nu-Sol, saudamos o povo inventado nessa Aldeia querida do Zé Maria. Gostamos do prazer da anarquia e do fazer agora onde estivermos; gostamos de mexer com os segredos da mais honrada moral, com a superioridade dos altruístas, com a prepotência dos proprietários, com as obedientes sentinelas, com os guardiões do saber, com os líderes e as vanguardas, com os coletivistas e individualistas; com você, amigo. E mexemos como remexemos o corpo, as ideias, as utopias, as certezas, as autoridades. Estamos*



*fora dos programadores da ordem e da revolução; somos seus vírus. Estamos dentro e fora; estamos aqui e estamos aí; como no rio de Heráclito onde mergulhamos com verve de pássaros. Beijo, saúde e anarquia.*

*Nós do Nu-Sol, agosto de 2008. São Paulo, Brasil: Edson Passetti, Salete Oliveira, Thiago Rodrigues, André Degenszajn, Acácio Augusto, Thiago Parafuso, Lucia Soares (Trovão), Natalia Montebello, Eliane Knoor De Carvalho, Beatriz Carneiro, Anamaria De Aguiar E Salles, Juliana Meduri, Edson Lopes, Nildo Avelino, Gustavo Simões, Gustavo Ramus, Bruno Andreotti, Gabriel Espiga, Mauricio Ferreira Freitas, Beatriz Pereira.*

Este diálogo intenso e extenso, que personificou a minha trajetória entre os anarquismos e anarquia, tende a caminhar a passos largos no sentido da vivência da minha vida, mais em prol da anarquia do que dos anarquismos. Pelos custos elevados das passagens aéreas, muitas companheiras e companheiros não puderam estar presentes num convívio de aprendizagem da anarquia e dos anarquismos na Adega «Acrata». Enquanto viver no planeta Terra, não tenho



Entre os vários participantes no Encontro Internacional da Anarquia e da Amizade, reconhecem-se Claire Auzias, Irene Quintal, Pierre Doubet, Rose Marie, João da Mata, Ilídio Santos e José Maria Carvalho Ferreira, Adega «Acrata», em Borragéus-Alenquer, 21 e 31 de agosto de 2008.





## CAPÍTULO 8



*A expansão da minha vida no Brasil*



dúvidas que um dia os voltarei a ver.

## **Expansão da vida aliada à espontaneidade e à informalidade comportamental**

Este capítulo é uma homenagem de gratidão, de amor, amizade, liberdade e criatividade para com o Brasil, expressas no conhecimento e nas vivências lindas que foram possíveis potenciar e partilhar com gente singular deste país. De forma extensa e profunda, posso afirmar que a partir do momento que visitei o Brasil, em 1988, o meu comportamento foi objeto de grandes mudanças com repercussões manifestas na minha vida. Essas mudanças foram de tal modo intensas que, hoje, posso deduzir que se corporizaram em pulsões de vida que denomino de «Anarquia». Por serem, na sua grande maioria, processos de sociabilidade e de socialização incrustados em dádivas relacionais, sem passarem pela troca mercantil, pelo poder e o dinheiro. É por estas razões essenciais que escolhi e elegi o Brasil como base deste capítulo e não outro país, embora, como seria lógico, pudesse fazê-lo em relação a Portugal, onde nasci e tenho vivido. Todavia, Portugal, por várias razões, está presente em todos os capítulos, uma vez que a análise da minha autobiografia assim o exige.

Partindo destes pressupostos, é indubitável que o cerne da minha relação com o Brasil se foque na aprendizagem de desenvolvimento de pulsões de vida, não se tratando de escolher entre o bom e o mau, da vida e da morte, porque tudo isso é uma falácia civilizacional judaico-cristã, mas no âmbito dos pressupostos das escolhas singulares da minha trajetória biológica e social, em termos dos encontros de identidades construídas com o povo brasileiro. Este dilema, à partida, é essencial para a elaboração de cada capítulo da minha autobiografia, porque o meu carácter, de uma maneira ou outra, está no passado, no presente e no futuro. Existe uma séria de razões para ter escrito este capítulo sobre o Brasil, como período de autoestima, de identidade e de expansão da minha vida. A preponderância e determinação dessa escolha subsiste a nível de três fatores. O primeiro decorre da espontaneidade e informalidade relacional que permite a emergência do desejo e do prazer entre corpos, mentes e psiques que libertam e vivificam as relações sociais, no sentido de potenciação do amor, da liberdade, da amizade e da criatividade. O segundo decorre da maior capacidade e probabilidade de



1.º Colóquio Internacional sobre a População e Sociedade no Mundo de Expressão Portuguesa. Organização da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, de 12 a 15 de outubro de 1988.

desenvolver os processos comunicacionais energéticos, cognitivos e emocionais, de interação, de identidade e, conseqüentemente, de construção e realização de sínteses relacionais humanas, a partir de relações de socialização e sociabilidades espontâneas e informais, produtoras de bens e serviços científicos. A terceira dimensão subsiste na potenciação do anarquismo no Brasil, no quadro da luta contra o capitalismo e o Estado e, por outro lado, a hipótese ou a probabilidade única e singular de desenvolver relações dialógicas, baseadas na libertação das pulsões de vida da espécie humana, das espécies animais e vegetais.

É por demasiado evidente que, dos quase 210 milhões de brasileiros que existem atualmente, não posso pôr todos no mesmo saco dos desígnios de pulsões de vida que potenciam a minha vida. Pelo contrário, provavelmente, só uma pequeníssima parte dos brasileiros tiveram hipótese de relacionar-se comigo. Ocorre que esses condicionalismos, em parte, estão focados em mim, pela incapacidade manifesta de interagir com 215 milhões de brasileiros. Não posso esquecer que a minha atividade profissional nas universidades e a minha identidade ideológica e política, por outro lado, deu preferência a escolhas de

grupos e indivíduos identificados com o anarquismo. Evidentemente que esta autoanálise sobre a minha expansão de vida no Brasil decorre, simplesmente e exclusivamente, da minha capacidade percetiva relacional com todos os brasileiros que sempre potenciaram uma probabilidade de resultar em pulsões de vida efetivas. Esta interpretação, explicação e compreensão só a mim diz respeito, porque admito que muitas das relações sociais em que participei não tivessem uma reciprocidade e uma identidade efetivas. Partindo deste preâmbulo, posso constatar, através da minha trajetória biológica e social no Brasil, as evidências empíricas mais conclusivas a partir dos seguintes aspetos: 1) A minha vida universitária e intelectual; 2) Inserção no movimento anarquista, no Brasil; 3) A expansão da minha vida através de pulsões de vida que denomino, doravante, de «Anarquia», ou seja, «um caos auto-organizado sem deuses e sem amos. É e só poderá ser uma probabilidade não linear no espaço-tempo do universo ou do cosmos.»

Quando, pela primeira vez, pisei o solo brasileiro, na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, entre 12 e 15 de outubro de 1988, a minha função crucial limitava-se a elaborar uma comunicação sobre «Incidências socioculturais da emigração portuguesa em França, após a década de 1960.» Esta comunicação, entre outras, estava planeada para integrar o 1.º Colóquio Internacional sobre a «População e Sociedade no Mundo de Expressão Portuguesa». Logo de início, no exterior da realização do colóquio, ao deambular pelas ruas e praças do Recife e de Olinda, eu sentia que o pulsar espontâneo e informal das relações sociais entre homens e mulheres era muito mais livre e cordial no Brasil, do que em Portugal. Essas primeiras perceções, embora, num primeiro momento, fossem enformadas de aspetos alienantes do foro físico, mental e psíquico e objeto de instrumentalização e mercantilização dos corpos, não impediram que o denominador da espontaneidade e da informalidade assumisse uma plasticidade social singular única.

O primeiro impacto sobre a construção da expansão da minha vida no Brasil foi muito mais enriquecedor ao nível da mente e da psique, a partir da realização deste colóquio. De facto, a temática que desenvolvi sobre a emigração portuguesa, em França, permitiu explanar o aprofundamento da análise sociológica que relevava da minha experiência de vida de emigrante português,



em França, mas também de estudos comparativos já realizados por outros autores, sobre outras comunidades migrantes e outras realidades históricas. A minha alocação, assim como a de outros comunicantes, permitiu estabelecer um diálogo profícuo entre todos os participantes deste colóquio, a ponto de todas as investigações sobre a evolução da população que fala e escreve na língua portuguesa poderem ser denominadas de trabalho académico ou intelectual, realizadas de cariz positivo, para o enriquecimento do conhecimento dos participantes no evento.

Depois de mergulhar no meio universitário do Recife, em 1988, volto, novamente, ao Brasil, em 1992, exercendo, desta vez, as funções de investigador e de professor universitário, na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Nesse período, realizei também uma conferência sobre «Sindicatos e Novas Tecnologias», organizado pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis, a 27 de julho. No dia seguinte, participei numa conferência subordinada ao tema «Acabaram as ideologias? Uma contribuição do pensamento libertário», no Centro de Educação, em Florianópolis.

A conferência realizada na UFSC teve grande impacto em algumas áreas científicas e respetivos departamentos, daí que, posteriormente, fosse elaborado um protocolo entre a UFSC e o SOCIUS/ISEG–UTL, que teve tradução empírica a nível da pós-graduação, de projetos de pesquisa, colóquios e conferências, publicação de livros e artigos correlacionados com alguns centros. Os casos de educação, economia, administração, sociologia política, informática e arquitetura foram essenciais, ainda que o CED (Centro de Ciências da Educação) da UFSC tenha assumido um papel de relevo na construção desse protocolo desde o seu início. Para a implementação deste protocolo, devo sublinhar a ação preponderante do NAT (Núcleo de Alfabetização Técnica), na concretização e desenvolvimento de uma linha de pesquisa, centrado na Pedagogia Libertária e na Autogestão. Desde a sua criação, passando pelo seu desenvolvimento, o NAT foi coordenado por Maria Oly Pey, com a participação continuada e efetiva de Raquel Stela de Sá, Clovis Nicanor Kassick, Guilhenne Carlos Corrêa, Rita Oennig da Silva, Neiva Beron Kassick, Ierecê Beltrão, Ana Maria Hoepers Preve e Élvio Bornhausen. Como elementos colaboradores externos, com repercussões na vida interna do NAT/CDE–UFSC,

para além da minha participação, sublinhe-se a de Maurcie Bazin e de Ubiriatan d'Ambrosio.

Como consequência lógica da minha crescente integração e identidade científica com as atividades do NAT/CED, em qualquer situação que me permitisse viajar de Portugal ao Brasil e, mais concretamente, à UFSC, eu estava sempre disponível para intervir, a partir das mais variadas temáticas. No seguimento das relações que já tinha criado e desenvolvido com o Núcleo de Alfabetização Técnica/CDE–UFSC, de 8 a 17 de julho de 1994, fui convidado a participar no Festival de Arte e Cultura sem Fronteiras, na UFSC, em Florianópolis. Em consonância com esse pedido, apresentei duas comunicações subordinadas aos temas «Pedagogia Autoritária e Pedagogia Libertária»; e «Ecologia Social e Desenvolvimento». A incidência analítica destas duas comunicações levava-me a privilegiar a minha investigação no sentido da pedagogia libertária numa perspetiva histórica, mas não descurando a situação atual da pedagogia e da educação no contexto do capitalismo, do Estado e das sociedades contemporâneas. Por outro lado, os meus objetivos de pesquisa não incidiam, exclusivamente, nos níveis de ensino básico, mas também do nível secundário e universitário. A partir de uma escolha libertária de pesquisa pertinente, comecei a desbravar o terreno da análise daquilo que se entendia por «ecologia social», tendo, para o efeito, realizado alguns estudos da obra de Murray Bookchin.

Neste festival, as minhas relações com NAT/CDE–UFSC desenvolveram-se de forma significativa, de tal modo que, no Ciclo de Palestras 1995, desenvolvi uma comunicação subordinada ao tema «Poder e Autoridade nas Organizações», no dia 20 de setembro de 1995, na UFSC. Mais tarde, dando continuidade à minha participação no NAT/CED, realizei uma palestra sobre «Universidade e movimentos sociais», na UFSC, a 5 de junho de 1997. Com significado mais expressivo e visibilidade social, no decorrer do Encontro Internacional de Cultura Libertária, organizado pela NAT/CED–UFSC, entre 4 e 7 de setembro de 2000, realcei as minhas intervenções dentro do conteúdo da Pedagogia Libertária nas sociedades contemporâneas.

Na verdade, não foi só pela grande assistência que presenciou este colóquio, mas sobretudo pelo teor das comunicações e controvérsias geradas ao longo de quatro dias, que se pôde extrair as ilações analíticas do que se entende

por educação libertária. Neste colóquio, realizei uma palestra sobre o tema «Perspetivas do movimento anarquista para o século XXI» e participei numa mesa redonda, subordinada ao tema «Formas libertárias de intervenção social para o século XXI».

As relações científicas que foram mantidas com o NAT/CDE–UFSC estruturaram-se de forma harmoniosa até final da década de 1990, sendo que, mesmo depois dessa época, não deixaram de ser potenciadas. Entretanto, com a entrada de Maria Oly Pey e Raquel Stela de Sá Siebert para a situação de aposentadas, o NAT/CDE–UFSC esvaiu-se, progressivamente, de sentido criativo, deixando de ter dinâmica própria para evoluir nos moldes em que tinha sido concebido. Como consequência, a extinção do NAT e, conseqüentemente, da sua projeção universitária impõe-se sobremaneira, ainda que, mesmo assim, a amizade que me ligava a certos elementos deste grupo permita sempre construir diálogos à volta da educação e pedagogia libertária.

O desenvolvimento das minhas atividades universitárias no Brasil, entretanto, foi-se estruturando ao nível da pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, com especial relevo para a ação de decisão e de liderança da professora Ilse Warren-Scherer. Ilse Warren-Scherer também estava ligada a projetos de investigação de natureza ambiental, no âmbito do CECA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania), sediado em Florianópolis. Neste centro, também devo destacar o papel de outros investigadores, dos quais me tornei amigo: Luiz José Dietrich, Armando de Melo Lisboa, Maristela Fantin, Jorge Silva, Teresa Franzoni.

Na minha permanência no Brasil, em 1992, quando terminei as minhas funções universitárias, em Florianópolis, já tinha previsto ir a São Paulo no mês de agosto, para participar no II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, tendo sido programada a minha participação com uma comunicação sobre «Ecologia Social e Desenvolvimento», na Universidade de São Paulo, entre 4 e 7 de agosto de 1992. As conseqüências desta comunicação não foram grandes, já que se tratou de desenvolver um tema de rotina científica nos meios universitários e porque o conteúdo analítico dessa abordagem científica era, ainda, pouco sugestivo nos meios académicos das ciências sociais.

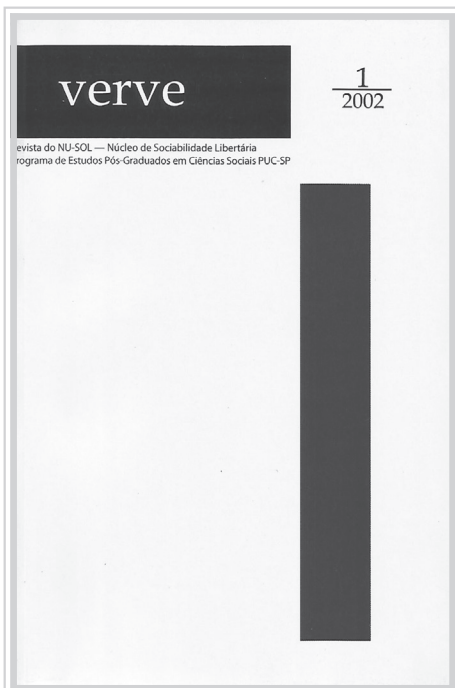
A 21 de agosto de 1992, por uma conjugação de fatores, tive oportunidade de conhecer o professor Edson Passetti, o que me permitiu ser convidado para

realizar uma série de iniciativas científicas na PUC–SP. No primeiro dia, realizei uma Conferência sobre «Inovação Tecnológica e Mudança Organizacional nas Empresas». Como se vê, esta temática estava devidamente articulada com os temas científicos centrais que há muito estimulavam a minha pesquisa sobre o mundo do trabalho e das novas tecnologias, com incidência na vida das massas trabalhadoras, no sindicalismo, nas organizações e nas empresas.

Na verdade, o intuito essencial do convite, que me fora endereçado meses antes, estava diretamente articulado com a minha presença no Encontro do Pensamento Libertário Internacional — Os Outros 500, na Faculdade de Ciências Sociais da PUC–SP, com organização da Fundação Cultural de São Paulo e o Centro de Cultura Social, em São Paulo, entre 24 a 29 de agosto de 1992. Esta manifestação científica revelou-se muito mais importante do que todas as outras em que tinha participado. A razão era simples. A comunicação de que estava incumbido de realizar respeitava o tema «Autogestão e perspectiva libertária», se bem que pudesse ser vista numa perspectiva ontológica, à luz da psicologia e da sociologia. A minha identidade com os anarquismos,

na sua diversidade ideológica e política, permitiu-me, simultaneamente, construir uma diversidade de identidades conjugadas com as práticas e as teorias científicas desenvolvidas nas universidades.

A minha inserção nos debates que ocorreram no Encontro do Pensamento Libertário Internacional — Os Outros 500, foi extremamente salutar sobre vários pontos de vista. Em primeiro lugar, conheci uma série de investigadores e pensadores libertários que deram origem à construção de uma identidade científica, ideológica e humana consubstanciada em relações de natureza indestrutível,



Revista *Verve*, n.º 1, Nu-Sol, PUC-SP, 2002.

que só acabou com a morte de alguns deles. Refiro-me, concretamente, a Jaime Cubero, Roberto Freire, Maurício Tratemberg, Luce Fabri e José Maria Lunassi. Não esqueço outros que fizeram parte da minha expansão de vida no Brasil: Edson Passetti, João da Mata, Salete Oliveira, Lúcia Soares, Beatriz Carneiro, Dorotheia Passetti, André, Gabriel Passetti, Acácio Augusto, Thiago Rodrigues, Natália Montebelo, Eliana Knorr e, mais recentemente, Gustavo Simões, Gustavo Cabelos, Flávia Lucchesi e Vitor Osório.

Esta experiência na PUC–SP tornou-se, doravante, no centro das minhas preocupações de investigação científica, quer como palestrante em eventos científicos quer como investigador/professor, quer, ainda, como elemento de realização de projetos, de edição de livros e artigos. A consecução desta probabilidade construtiva teve continuidade na realização de eventos e estudos científicos extraídos de um protocolo entre o Programa de Estudos Pós-Graduados em *Ciências Sociais* da PUC–SP e o SOCIUS/ISEG–UTL. Como consequência, foram realizados eventos científicos em Portugal, com o patrocínio e organização do SOCIUS/ISEG–UTL e a presença de Edson Passetti do Nu–Sol/PUC–SP, enquanto que, em sentido contrário, passei a integrar o conselho editorial da revista *Verve* e a participar em outras tarefas científicas na pós-graduação de ciências sociais da PUC–SP. Como indivíduo em expansão no meio universitário e académico no Brasil, não tenho dúvidas que a minha inserção e identidade com os objetivos e realizações do Nu–Sol e da revista *Verve* foram altamente estimulantes e tornaram possível a vivência de um período único, se correlacionarmos o que denominamos de ciência com espaços lúdicos de liberdade e de criatividade humana, assentes em relações dialógicas, livres e construtivas.

No caso específico do Nu–Sol, da revista *Verve* e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC, desde 1992 até hoje, no domínio da minha expansão de vida no Brasil, foi sempre um dado significativo potenciar as relações sociais com a produção científica do mundo universitário. Neste domínio, é-me possível discriminar as seguintes ações individuais e coletivas que vivificaram o meu corpo, a minha mente e a minha psique: realizei uma conferência sobre «Marginalidade social e movimentos sociais no contexto urbano», para o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências

Sociais, em São Paulo, a 26 de maio de 1997; realizei uma conferência sobre «Anarquismo e sindicalismo no limiar do século XXI», para o Curso de Relações Internacionais, PUC–SP, a 28 de maio de 1997; realizei uma Conferência sobre «Ecologia Social», para o Núcleo de Sociabilidade Libertária, em Ciências Sociais, da PUC–SP, a 22 de setembro de 1998; participei numa Conversação Libertária, com o tema de «Atualidade do anarquismo no movimento antiglobalização», no Nu–Sol, PUC–SP, a 27 de agosto de 2001; participei na mesa redonda, cujo tema era «Por que os anarquistas não votam?», Nu–Sol/PUC–SP, a 26 de setembro de 2002; participei no colóquio «Conversações Sobre Tolerância e Algumas Considerações Intempestivas», Nu–Sol/PUC–SP, a 31 de maio e 1 de junho de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Anarquia, Anarquismos e Tolerância»; colaborei no Encontro «Roberto Freire, Um Libertário», organização do Nu–Sol/PUC–SP/SOMA, em São Paulo, a 29 de agosto de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A obra e a vida de Roberto Freire numa perspectiva epistemológica e libertária»; colaborei no colóquio «Conversações Maurício Tragtenberg», Nu–Sol, PUC–SP, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, a 19 de outubro de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A obra de Maurício Tragtenberg numa perspectiva teórica e pedagógica.»

Dando continuidade a este processo de realização de conferências, colóquios e debates, sublinho: participei numa conferência com o tema «Maio de 68: da ditadura de Salazar à Revolução dos Cravos», Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Museu da Cultura e Nu–Sol da PUC–SP, a 1 de abril de 2008; participei no colóquio «Transformações da Biopolítica», organização do Nu–Sol/PUC–SP, São Paulo, de 8 a 11 de outubro de 2012. Apresentei uma conferência subordinada ao tema «As tecnologias de informação e comunicação no controlo do comportamento humano». Participei no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC–SP, a 14 de março de 2016. O título da aula inaugural do programa foi subordinado ao tema «Os Dilemas dos Paradigmas Científicos Perante as Contingências das TIC»; colaborei com Christian Ferrer da Universidade de Buenos Aires e Edson Passetti do PUC–SP/Nu–Sol, na mesa redonda com o tema «Repercussões 68: Invenções e Resistências». De seguida, foi lançado o livro *Utopia, Anarquia*

e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira, organização do Nu-Sol/PUC-SP, São Paulo, a 29 de outubro de 2018; participei na conferência subordinada ao tema «O Salazarismo», com organização do Nu-Sol e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, a 19 de junho de 2019.

Para além destes eventos, também realizei cursos de pós-graduação na PUC-SP, de Ciências Sociais, tendo, para o efeito, realizado o curso de Pós-Graduação em Anarquia e Anarquismos, de 17 a 21 de outubro de 2005. Mais tarde, tomei parte no Programa de Estudos Pós-Graduados, em Ciências Sociais, da PUC-SP, tendo realizado um Curso Livre, que dizia respeito ao tema da «Globalização, TIC e Trabalho Virtual», de 7 a 10 de março de 2016.

Sem querer de modo algum hierarquizar a produção de conhecimentos científicos que me foi permitido vivenciar no Brasil, a UFSC, desde o início, permitiu-me exercer em atividades científicas de uma forma extremamente positiva e, consequentemente, potenciar-me intelectualmente, de modo a dar-me maior visibilidade social possível, no contexto das ciências sociais e humanas do Brasil. Como coordenador da equipa portuguesa e Ilse Warren-Scherer, como coordenadora da pós-graduação de Sociologia Política da UFSC, concorreremos com o projeto «Globalização: Dinâmicas Nacionais e Internacionais de Integração e Exclusão Social», tendo por base o Convénio ICCTI, por parte de Portugal, e a CAPES, por parte do Brasil. Este projeto envolveu, para além de mim, os investigadores Maria João Santos, Ilona Kovács, António Bento, Sofia Bento e João Peixoto do SOCIUS/ISEG-UTL e pela pós-graduação de Sociologia Política da UFSC: Ilse Scherer-Warren, Neide Almeida Fiori, Armando Melo Lisboa, Sérgio Costa, Tamara Benakouche e Héctor Ricardo Leis. Este projeto evoluiu entre 1998 e 2000 e obteve o 1.º Prémio da UTL — União Latina, referente a 2002. Na prática, foi atribuído, a 19 de abril de 2004, a mim e à coordenadora Ilse Scherer-Warren, respetivamente professores do ISEG-UTL e Centro de Filosofia e Pós-Graduação de Sociologia Política da UFSC, no Brasil.

No intervalo do tempo que decorreu a elaboração deste projeto de investigação, foram realizadas as seguintes iniciativas: *workshop* «O self e o coletivo

no mundo globalizado», Convênio ICCTI/CAPES, UFSC, Florianópolis, a 28 de setembro de 1998. Comentei os trabalhos apresentados por Tamara Benakouche, Ilse Scherer-Warren e Valmor Schiochet; no dia seguinte, participei numa conferência sobre «Novas tecnologias e organização do trabalho», Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, a 29 de setembro de 1998; a 20 e 22 de outubro de 1999, participei numa conferência subordinada ao tema «Globalização, Trabalho e Movimentos Sociais», no âmbito do Simpósio Brasil: 500 anos de encontros e desencontros, UFSC/ Universidade Regional de Blumenau (URB), Departamento de História, Blumenau; realizei uma palestra sobre «Trabalho e sindicalismo no contexto da globalização», Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, a 20 de agosto de 2001; realizei uma palestra subordinada ao tema «Novas Tecnologias e Organização do Trabalho», NINEIT–UFSC, Florianópolis, a 10 de setembro de 2002; colaborei numa palestra subordinada ao tema «Educação e Formação de Recursos Humanos nas Organizações», NINEIT–UFSC, a 11 de setembro de 2002; efetuei uma palestra sobre «Trabalho e Sindicalismo no Contexto da Globalização», NINEIT–UFSC, a 12 de setembro de 2002; participei no Seminário «TIC's e a Crise no Mundo do Trabalho», em simultâneo com o lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, com organização do Departamento de Economia da UFSC, a 14 de novembro de 2018. Devo sublinhar que as principais manifestações científicas foram realizadas no Departamento de Administração da UFSC, sendo a responsabilidade da sua organização inteiramente da professora Valeska Nahas Guimarães.

No caso específico da UFSC, aprez-me, ainda, acrescentar que, no ano de 2005, exerci as funções de professor visitante no Centro de Filosofia, em Pós-Graduação de Sociologia Política e que, desde o Vol. 1, n.º 1, de 2002, faço parte do Conselho Editorial da revista *Política & Sociedade*, da responsabilidade do programa de pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Estas realizações propiciaram uma crescente sintonia, colaboração e prossecução de objetivos científicos entre o SOCIUS e os professores de pós-graduação de Sociologia Política da UFSC, sendo que foram realizadas, logo de seguida, outras iniciativas de âmbito científico na pós-graduação de Sociologia



Política. Os diálogos e os objetivos científicos entre os membros do SOCIUS/ISEG–UTL e os professores da UFSC deram vários frutos que se consubstanciaram na realização de *workshops* em Portugal e no Brasil, tendo por base um convénio financiado pela ICCTI e a CAPES, e na edição de vários livros: Maria João Santos, Ilona Kovács, José Maria Carvalho Ferreira, António Bento, António Pereira e João Peixoto, em 2001, *Globalizações — Novos rumos no mundo do trabalho*, Florianópolis/Lisboa; Ilse Scherer-Warren, em 2001, *Cidadania e Multiculturalismo: A Teoria Social no Brasil Contemporâneo*, Lisboa/Florianópolis; Ilse Scherer-Warren e José Maria Carvalho Ferreira, José Maria Carvalho Ferreira (Orgs.), em 2002, *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização — Um Diálogo Brasil/Portugal*, São Paulo, Cortez Editora, 263 pp.; José Maria Carvalho Ferreira e Ilse Scherer-Warren (Orgs.), *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização — Um Diálogo Brasil/Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2002, 244 pp.

Da equipa brasileira, que teve uma importância crucial nesta pesquisa universitária, devo destacar Ilse Warren-Scherer, Héctor Leis, Tamara Benakouche, Sérgio Costa, Neide Fiori e Armando Melo Lisboa. De realçar que esta experiência de investigação foi favorável já que, posteriormente, outras equipas portuguesas e brasileiras desenvolveram um projeto semelhante de investigação subordinado ao tema «Transformações do trabalho e do emprego no contexto da reestruturação económica», no âmbito do Convénio GRICESI/CAPES. A equipa de investigadores do SOCIUS/ISEG–UTL foi constituída, para além de mim, por Ilona Kovács, Maria João Santos, Sara Falcão Casaca, João Peixoto, Maria Cerdeira e uma equipa de investigadores da UFSC e da UFRGS, constituída por Valmíria Piccinini, Valeska Guimarães, Sónia Guimarães, Lorena Holzmann, Carmen Grici, Cinara Rosenfield. Ilona Kovács coordenou a equipa portuguesa, enquanto que a coordenação da equipa brasileira foi da responsabilidade de Valmíria Piccinini. Este projeto teve o seu início em 2002 e terminou em 2005. Com base neste projeto de pesquisa, foi editado o livro *O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea — persistências e inovações*, em 2006, por Valmíria Piccinini, Lorena Holzmann, Ilona Kovács e Valeska Guimarães (orgs.), no Porto Alegre, pela Editora da UFRGS, com 359 páginas.

Outra Universidade que permitiu, em menor grau, desenvolver os meus atributos universitários foi a FACE–UFMG (Faculdade de Ciências Económicas — Universidade Federal de Minas Gerais). Ainda que subsistisse uma identidade prévia com base numa colaboração continuada, envolvendo a realização de seminários em Portugal e no Brasil, no meu caso, essa identidade não teve continuidade, porque não foi possível articular as vertentes científicas sociológicas com o objeto científico da administração FACE–UFMG. Após as primeiras experiências realizadas a 20 de junho de 2005, em Belo Horizonte, tive oportunidade de apresentar uma comunicação subordinada ao tema «O Mundo do Trabalho e a Precarização dos Contratos». A 14 de junho de 2007, participei na realização de uma palestra, subordinada ao tema «Globalização, TIC e Sustentabilidade», com organização de NAIS/FACE–UFMG, em Belo Horizonte. De seguida, participei na realização de uma palestra, que tinha o tema «Processos de Inovação Tecnológica e Organizacional», uma organização de NAIS/FACE–UFMG, Belo Horizonte, a 16 de junho de 2007. Devo sublinhar que, no ano de 2005, exerci as funções de professor colaborador na pós-graduação de Administração da FACE–UFMG. Devo referir, ainda, que, nos últimos anos, a minha colaboração universitária em Belo Horizonte tem incidido, essencialmente, no programa de Pós-Graduação de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC–MG), tendo, a 4 de março de 2016, proferido uma palestra subordinada ao tema «Economia Virtual *versus* Economia Real». Em simultâneo, integrei o Júri de provas de doutoramento do mestre Victor Silva Corrêa, ligado ao tema «Pastores como Empreendedores: análise sob perspetivas comportamental e relacional», da PUC–MG, em Belo Horizonte, a 4 de março de 2016. É de sublinhar que, para o desenvolvimento destas relações científicas, muito contribuiu a professora Gláucia Vale Vasconcellos.

Por razões de orientação de teses de doutoramento de alunos brasileiros, que frequentavam o programa de doutoramento em Sociologia Económica, e as organizações no SOCIUS/ISEG–UTL, foi possível estabelecer um protocolo de atividades científicas entre a Escola de Administração da UFBA e o SOCIUS/ISEG–UTL. Os objetivos deste protocolo enunciavam não só a realização de eventos científicos em Portugal e no Brasil, como previam a mobilidade de

estudantes e de professores nos dois sentidos. A realização de doutoramentos e pós-doutoramentos estava concebida como programa essencial desse protocolo. Neste âmbito, a minha participação, no início, foi orientada para a realização de uma palestra sobre «Novas Tecnologias e Organização do Trabalho», na Escola de Administração da UFBA, Salvador, a 4 de novembro de 1997. Três anos mais tarde, participei numa palestra subordinada ao tema «Novas Tecnologias e Organização do Trabalho», na mesma escola, a 17 de outubro de 2000. Passado pouco tempo, fui solicitado para realizar uma outra conferência na mesma escola, subordinada ao tema «Mudanças na Sociedade Global e Impactos nas Organizações», a 5 de dezembro de 2000. Seis anos depois, participei, uma outra vez, na realização de uma conferência subordinada ao tema «Tecnologias de Informação e Comunicação e o Processo de Tomada de Decisão nas Organizações», a 10 de outubro de 2006. No ano de 2000, exerci as funções de professor visitante na Escola de Administração da UFBA. Devo sublinhar a importância que os professores Reginaldo de Souza Santos, Ivone Freire Costa e Paulo Guedes tiveram no meu envolvimento universitário na *UFBA*.

Uma outra universidade com a qual mantive relações amistosas e frutíferas, do ponto de vista científico, foi a UFRGS. Esta relação decorreu da oportunidade da realização de um projeto de pesquisa que envolveu o SOCIUS/ISEG–UTL, a UFSC e a UFRGS. Aquando da consecução desse projeto, no Brasil, realizei uma palestra sobre «Educação e Formação de Recursos Humanos nas Organizações», no PPA/IFCH–UFRGS, Porto Alegre, a 16 de setembro de 2002. No dia seguinte, realizei outra palestra sobre «Trabalho e Sindicalismo no Contexto da Globalização», PPA/IFCH–UFRGS, em Porto Alegre. Finalmente, no último dia da minha estadia em Porto Alegre, efetuei uma palestra subordinada ao tema «Novas Tecnologias e Organização do Trabalho», na PPA/IFCH–UFRGS, Porto Alegre, a 18 de setembro de 2002.

Na minha experiência de relações com universidades brasileiras, a UFPA (Universidade Federal do Pará) foi bastante salutar, quer em termos intelectuais quer científicos. A razão é simples, com os professores envolvidos no projeto de investigação liderado pela UFPA e coadjuvado por universidades estrangeiras, sedeadas em Portugal, Angola e Moçambique foi possível integrar, de

forma eficiente, os resultados da pesquisa no processo de formação dos alunos. Como base objetiva desta afirmação, devo considerar a minha inserção como professor colaborador, durante a realização de uma oficina. A 1 e 2 de outubro de 2007, participei na oficina organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA e pela Faculdade do Pará (FAP), com o apoio do Programa de Cooperação em Ciências Sociais para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do CNP, Belém. Esta oficina foi ministrada no âmbito das atividades de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA e teve a duração de 10 horas. Para além desta atividade, participei na conferência organizada pelo Programa de Pós-Graduação da UFPA e pela FAP, a 2 de outubro de 2007. Apresentei, ainda, uma comunicação, subordinada ao tema «TIC, Organizações e Terceiro Sector». Participei no fórum social mundial 2009, no âmbito do projeto «Organizações, trabalho e sociabilidade no contexto da mundialização: integração de estudos em Moçambique, Angola, Portugal e Brasil (Amazónia)», a 28 de janeiro. Apresentei uma comunicação sobre «Associativismo, Terceiro Sector e Desenvolvimento Local Sustentável». Devo sublinhar que a minha relação académica com a UFPA se traduziu num excelente trabalho de pesquisa, realizado entre 2008 e 2010, coordenado pela professora Cristina Maneschy, UFPA/PPGCS, e com a participação das professoras Ida Lenir Gonçalves (FAP) e Angélica Alberto (UFPA/PPGCS). Da equipa portuguesa faziam parte: eu, Ana Célia Gomes e Feliciano Mira, do SOCIUS/ISEG–UTL. Esse excelente trabalho de investigação traduziu-se na edição dos seguintes livros: *Organização Social do Trabalho e Associativismo no Contexto da Mundialização* (2010), Maria Cristina Maneschy, Sónia Barbosa Magalhães e José Maria Carvalho Ferreira (orgs.), Belém, NUMA/UFPA; *Nos dois lados do Atlântico: trabalhadores, organizações e sociabilidades* (2011), Maria Cristina Maneschy, Ana Calapez Gomes e Ida Lenir Gonçalves (orgs.), Belém, Editora Paka-Tatu.

Ainda que a Universidade Presbiteriana Mackenzie seja uma universidade privada, a meu respeito, tem tido uma postura científica aberta, sem medo de estar sujeita às controvérsias de índole científica e ideológica. Neste sentido, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, tem sido um espaço de intervenção que me importa sublinhar. Todavia, devo, desde

já, opinar que essa abertura crítica se deve bastante ao privilégio do conhecimento prévio que tive de professores excepcionais, como foi o caso de Márcia De Liberal, Beatriz Pereira, Maria Aparecida Pascal, Letícia Mari, João Clemente Neto e Rosana Schwartz. Sem estes, provavelmente, a minha presença física nesta universidade não se verificaria. Aqui, entre os diferentes eventos que realizei destaco: palestra subordinada ao tema «O futuro do trabalho e das organizações e os seus impactos na educação», na Escola Superior de Teologia, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a 10 de outubro de 2000; palestra subordinada ao tema «As transformações no mundo do trabalho e os seus impactos na educação», na Faculdade de Ciências Económicas, Contábeis e Administrativas, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a 10 de outubro de 2000; participação no 1.º Colóquio Internacional «Cultura, Identidade e Trabalho», na Universidade Presbiteriana Mackenzie, a 18 e 19 de maio de 2005. Apresentei três comunicações, subordinadas aos seguintes temas: «Mundo do Trabalho, Cultura e Identidade», «Mundo do Trabalho, Educação e Terceiro Sector», «Crise na Universidade: Problemas e Tendências na Formação e Educação dos Recursos Humanos»»; participação no 1.º Congresso Internacional de Ética e Cidadania e II Semana de Ética e Cidadania, «Reverendo Paradigmas para o Novo Milénio», na Universidade Presbiteriana Mackenzie, a 26 de agosto de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A Universidade em Debate: As Novas Diretrizes e sua Efetiva Contribuição Social»; participação no I Congresso Internacional «Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas», na Universidade Presbiteriana Mackenzie, entre 19 e 22 de setembro de 2006. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Globalização, marginalidade social e violência juvenil nos contextos urbanos»; participação no II Congresso Internacional de Ética e Cidadania, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, de 12 a 15 de setembro de 2006. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Ética e educação nas sociedades contemporâneas»; participação no Colóquio Internacional — Sociologia da Infância e da Adolescência, no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a 31 de março de 2008. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Globalização, marginalidade social e violência

juvenil nos contextos urbanos»; participação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História e Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a 9 de março de 2016. Proferi uma palestra sobre «A formação do professor e do educador social na era do abismo».

Uma outra universidade que teve um papel relevante na minha inserção no mundo acadêmico brasileiro foi a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Nesse aspeto, reputo de importante o papel de Igor Valentim, no caso da Faculdade de Educação e do SOLTEC, no departamento de engenharia de produção, com especial incidência para as funções de Sidney Lianza, Fernando Amorim, Felipe Addor, Flávio Chedid Henriques, Vera Maciel, Fernanda Araújo e Vicente Nepomuceno. Desta universidade, extraio as seguintes participações: a 15 de setembro de 2006, realizei uma conferência internacional subordinada ao tema «Psicossociologia das Organizações», SOLTEC/UFRJ, no Rio de Janeiro; entre entre 8 e 10 de dezembro de 2006, participei no Seminário «Redes Solidárias na Cadeia Produtiva da Pesca: sistematizando lições aprendidas no PPÁGUA — Alto-Médio São Francisco e na PAPESCA, Macaé», SOLTEC–UFRJ, em Pirapora. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «O processo de tomada de decisão nas organizações autogestionárias»; entre 7 e 10 de março de 2007, participei no II Seminário «Redes Solidárias na Cadeia Produtiva da Pesca: das Experiências de Macaé e Alto-Médio São Francisco às Diretrizes de Implantação», SOLTEC–UFRJ, em Macaé. Apresentei uma comunicação sobre «O papel do SOCIUS na construção da Rede Solidária na Pesca em Portugal e a sua conexão com o Brasil»; participei numa mesa redonda no «II Encontro Universidade e Educação/I Colóquio Internacional Universidade em Questão», da UFRJ, Niterói/Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 2017; participei no «II Encontro Universidade e Educação/I Colóquio Internacional Universidade em Questão», da UFRJ, Niterói/Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 2017. Apresentei uma conferência subordinada ao tema «Contingências das TIC na Pedagogia e Educação das Sociedades Contemporâneas».

Da integração nas universidades brasileiras realizadas de modo esporádico, devo referenciar: realizei uma palestra sobre «Contingências da racionalidade instrumental do capitalismo na educação e formação de “recursos

humanos”», Ciências Sociais, da URB, Blumenau, a 1 de julho de 1997; participei numa conferência sobre «Portugal no contexto da “transição para o socialismo”: História de um equívoco», na URB, Blumenau, a 2 de julho de 1997; participei num Seminário sobre «Globalização: tendências tecnológicas e organização do trabalho», FIEO (Faculdades Integradas de Osasco), a 22 de setembro de 1998; palestra subordinada ao tema «O futuro do trabalho e das organizações e o seus impactos na educação», SENAC, São Paulo, a 9 de outubro de 2000; participei na conferência subordinada ao tema «Novas Tecnologias e Organização do Trabalho», IV Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, na Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, de 27 de novembro a 1 de dezembro de 2000. Apresentei, ainda, uma comunicação no âmbito da mesa redonda, «Experiências e Perspetivas Libertárias nas Lutas Sociais do Século XX»; participação na conferência subordinada ao tema «Futuro do Trabalho e das Organizações e os seus Impactos na Educação», na Faculdade Domus, São Paulo, a 17 de dezembro de 2000; participei na conferência subordinada ao tema «O futuro do trabalho e da educação no contexto da globalização», Centro Universitário de Lages, a 25 de agosto de 2001; colaborei no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, UCAM, da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, de 2 a 6 de setembro de 2002. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Trabalho, precariedade do emprego e Terceiro Sector»; colaborei na conferência sobre «O Mundo do Trabalho: Cultura e Identidade», CPTA-USP, São Paulo, a 19 de maio de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Tecnologias de Informação e Comunicação, Globalização e suas Contingências no Mundo do Trabalho»; participei no 1.º Encontro Internacional de Tecnologia Educacional, nas Faculdades Integradas Rio Branco, São Paulo, a 24 de maio de 2005; colaborei no Colóquio de Formação do Professor, UNIFEO, a 25 de maio de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A Formação de Professores»; participei na palestra «O Intercâmbio Académico Brasil-Portugal», EBAPE/FGV, Rio de Janeiro, a 3 de junho de 2005. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Tecnologias de Informação e Comunicação, Globalização e suas Contingências no Funcionamento das Organizações»; intervim no I

Colóquio Académico Internacional, Centro Universitário FIEO, São Paulo, a 22 de setembro de 2006. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Novas tecnologias e processo de tomada de decisão nas organizações»; participei no Seminário Nacional de Pedagogia Libertária X Neoliberalismo, da FEUFB, Salvador, a 5 e 6 de outubro de 2006. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A pedagogia libertária face à crise do modelo educacional capitalista»; participei no I Encontro Internacional sobre Gestão em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, de 25 a 29 de março de 2008. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «TIC, globalização, gestão de pessoas, competências e qualificações percetivas nas organizações de turismo». Para além disso, coordenei duas mesas redondas, subordinadas às temáticas «Estudos Organizacionais no Turismo» e «Gestão de Pessoas no Turismo». Ultimamente, com base em outras iniciativas bastante inovadoras, as minhas relações académicas e científicas têm-se revelado bastante construtivas e estimulantes. Na UFF (Universidade Federal Fluminense), a minha participação traduziu-se na minha expansão intelectual e, logicamente, nas minhas pulsões de vida no sentido da anarquia: participei na palestra organizada pelo Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, a 9 de dezembro de 2008. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Efeitos da globalização e das TIC na crise do sistema financeiro mundial»; colaborei no Programa de Pós-Graduação de Administração da PUC–MG, em Belo Horizonte, a 4 de março de 2016. Proferi uma palestra subordinada ao tema «Economia Virtual *versus* Economia Real»; intervim no «VIII Nacional de Administração e Pensamento Social Brasileiro», uma organização do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS), Pós-Graduação de Administração da Universidade Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 2017. Apresentei uma conferência subordinada ao tema: «TIC, Organizações e Mundo do Trabalho»; participei no colóquio internacional «Lutas e Resistências na Ibero-América», do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Campus do Gragoatá, da UFF, Niterói/Rio de Janeiro, a 16 de outubro de 2018. Apresentei uma conferência no âmbito das «TIC, Resistências e Globalização». Por outro lado, participei no lançamento do



livro *Utopia, Anarquia e Sociedade*; participei numa conferência subordinada ao tema «Tecnologia da Comunicação (TIC's), Educação e Anarquia» no IV Simpósio de Educação: Cotidiano, História e Políticas e lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade*, no Centro Universitário Geraldo Di Biase, na UGB, Fundação Educacional Rosemar Pimentel, FERP (Volta Redonda/ Barra do Pirai/Nova Iguaçu), a 17 e 18 de outubro de 2018; tomei parte no Programa de Pós-Graduação de Administração da PUC–MG, em Belo Horizonte, a 4 de março de 2016. Participei no IX Encontro Internacional de Administração e Pensamento Social, organização do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS), de 23 a 25 de outubro, no Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Realizei uma conferência subordinada ao tema «Contingências das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Funcionamento das Organizações», no dia 24 de outubro de 2018; intervim na palestra subordinada ao tema «TIC, crise do mundo do trabalho e resistências Anti-Capitalistas Contemporâneas», com análise de Luis Henrique Nunes e comentários de Gláucia Vasconcellos Vale. Após esta palestra, foi apresentado o livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização do Departamento de Sociologia–UFMG, Belo Horizonte, a 29 de outubro de 2018.

Das realizações inscritas neste parágrafo, devo aludir também ao papel da Universidade Estadual de Santa Cruz, do Departamento de Administração e do de História da UFF, do Programa de Pós-Graduação de Administração da PUC–MG. No cômputo geral das instituições citadas, devo destacar e agradecer os papéis de liderança e de tomada de decisão, focados no protagonismo dos professores e investigadores Juniele Rabêlo de Almeida, Thiago Rodrigues, Gabriel Passetti, João da Mata, Paulo Emílio Martins, Gláucia Vale Vasconcellos, António Oscar Santos Goes. Sem querer entrar numa lógica de descontinuidade cronológica da minha expansão de vida intelectual e universitária no Brasil, destaco: participação numa palestra subordinada ao tema «Direitos Humanos como fenómeno de expiação histórica do capitalismo», no âmbito do I Seminário «Educação, Trabalho e Utopia», com organização da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, a 5 de novembro de 2018; participação no lançamento dos livros *Anarquia, Utopia e Sociedade — Escritos em homenagem*

a *José Maria Carvalho Ferreira e Terrorismo de Estado, Direitos Humanos e Movimentos Sociais*, no âmbito do I Seminário «Educação, Trabalho e Utopia», com organização da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, a 6 de novembro de 2018; participação na mesa redonda «A educação libertária nas sociedades contemporâneas face às contingências das TIC» no âmbito do I Seminário «Educação, Trabalho e Utopia», com organização da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, a 7 de novembro de 2018; participação numa palestra sobre «Educação, Novas Tecnologias e Liberdade», com organização do Centro e Estudos de Pesquisa e Educação e Desenvolvimento Regional (CPEDR), UNEB, Cabula, Salvador, a 12 de novembro de 2018; colaboração no Seminário «TIC's e a Crise no Mundo do Trabalho» em simultâneo com o lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade* — *Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, com organização do Departamento de Economia da UFSC, Florianópolis, a 14 de novembro de 2018; participação na conferência subordinada ao tema «TIC, Crise do Capitalismo e Crise do Mundo do Trabalho», organização do PET–Humanas, UECE, Fortaleza, a 1 de julho de 2019.

Nos casos específico da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Estadual de Fortaleza, devo enunciar que estas realizações foram extremamente aliciantes, sendo que elas só foram possíveis por existir uma identificação científica prévia, entre mim os professores Fernando Amorim Mariana, Valdir Alvim e Ilana Viana do Amaral.

### **Expansão de vida entre anarquistas brasileiros**

Entrando agora numa dimensão analítica deveras estimulante, no que concerne à minha expansão de vida no Brasil, devo afirmar, sem qualquer tipo de ambiguidade, que o anarquismo no Brasil sempre foi um elemento importantíssimo na construção da minha identidade individual e coletiva. Isto porque conheci pessoas únicas e singulares no Brasil que despertaram, em mim, a vontade e a motivação para seguir a aprendizagem de uma vida pautada pela liberdade e a criatividade humana. Quando inserido no quotidiano do Brasil, essa aprendizagem foi conjugada com processos de sociabilidade e socialização

comportamental, mediadas pela espontaneidade e a informalidade que são genuínas de determinados brasileiros. Este tipo de aprendizagem propiciou a libertação do corpo, da psique e da mente, sempre expressas na descoberta de desejos e motivações, identificados com heterotopias e utopias libertárias. Em contraste com outras realidades sociais, estas janelas da liberdade e da criatividade sempre foram passíveis de ser ou não realizadas num tempo de probabilidades não lineares, sempre pautadas pelo desejo e o prazer infinito da aprendizagem do amor, da amizade, da liberdade e da criatividade, como assunção de um imaginário individual e coletivo de proximidade da anarquia.

Em torno de 1978, nas tertúlias e conversas entre anarquistas, quando já estava a fugir dos dilemas políticos e ideológicos marxistas radicais, tive a oportunidade de conviver regularmente como José de Brito, tendo discussões infinitas sobre os mais variados assuntos e polémicas sobre o anarquismo, na sua casa, na Travessa do Cabral, em Lisboa. Numa dessas conversas, José de Brito marcou um encontro com Edgar Rodrigues (pseudónimo de António Francisco Correia). A oportunidade de conversa com Edgar Rodrigues era revigorante porque se sabia que era um escritor e historiador identificado com os ideais do anarquismo, tendo escrito vários livros com a finalidade de resgatar a memória histórica dos trabalhadores assalariados, no Brasil e em Portugal, que lutaram pela emancipação social.

Sabia que a vinda de Edgar Rodrigues a Portugal resultava do fim da ditadura salazarista e, por outro lado, permitia-lhe estabelecer um diálogo com a Cooperativa Editora Sementeira, com o intuito expresso de publicar a história do movimento operário e do movimento libertário português em quatro volumes. Mais tarde, esse desiderato foi conseguido. Foram publicados sucessivamente: *O Despertar Operário em Portugal (1834–1911)*, em 1980; *Os Anarquistas e os Sindicatos (1911–1922)*, em 1981; *A Resistência Anarco-Sindicalista em Portugal (1922–1939)*, em 1981; *A Oposição Libertária à Ditadura (1939–1974)*, em 1982.

Nesse contexto, a nossa primeira conversa foi extremamente amistosa e empática, prevalecendo a criação de uma identidade ideológica e uma amizade indelével. Estes aspetos desenvolveram-se com base num diálogo constante entre Portugal e o Brasil, sendo que só terminou com a sua morte, a 14 de maio de

2009. A relação que estabeleci com Edgar Rodrigues foi de tal modo intensa e extensa que, quinze dias antes de falecer, ao falar comigo ao telefone, chorou compulsivamente como se estivesse a despedir-se definitivamente de mim. Quando tive conhecimento da sua morte, também eu, quando falava ao telefone com a sua companheira, Ondina e a sua filha Regina, não me contive e estive quase dez minutos a chorar de uma forma desmesurada fora dos cânones normais.

A referência a este episódio explicita a minha porta de entrada no anarquismo, no Brasil, muito facilitada pelo conhecimento de Edgar Rodrigues. É evidente que, através dele, conheci outros grupos que militavam no meio anarquista, sobretudo aqueles que estavam mais articulados com os princípios e práticas do anarco-sindicalismo. Passado algum tempo, foi possível desbravar outros territórios de emergência dos anarquismos contemporâneos, fundamentalmente, nos espaços universitários que passei a frequentar. Nestes meios, o anarquismo, com ação individual e coletiva, emergia e fundamentava-se em objetivos e estratégias reflexivas, baseados na teoria e na prática do pensamento académico. Nestes campos, era mais fácil interagir, pois não existiam os constrangimentos estruturais de se integrar em movimentos sociais que exigiam práticas modelares da greve, luta de classes ou da revolução social, aprioristicamente concebidos para a consecução da extinção do Estado e do capitalismo.

Propriamente dito, as minhas alocações de características anarquistas, no Brasil, ocorreram no final de julho de 1992, em Florianópolis. Em termos de organização, foi tudo obra do NAT/CDE da UFSC, não esquecendo os meus grandes amigos Jorge Silva do CECA e Maria Oly Pey, do NAT/CED da USFC. As temáticas resumiam-se a: «Acabaram as ideologias? Uma contribuição do pensamento libertário»; «Pedagogia Autoritária e Pedagogia Libertária.» Sendo pertinentes e bastante elucidativas, sobre a primeira, tive de desmontar as características das revoluções socialistas baseadas no modelo marxista-leninista na URSS, na China, em Cuba, nos Países do Leste Europeu, no Vietname, na Síria, entre outros. Depois, precisei de resgatar as razões que estiveram na origem da perda de influência histórica dos vários anarquismos, com especial incidência no anarco-sindicalismo, junto dos trabalhadores assalariados. Após explicitar as razões dessa perda de influência histórica, junto dos movimentos sociais, introduzi os elementos de compreensão das mudanças em curso, que

podiam dar, novamente, força aos anarquismos, em função da sua descaracterização e crise generalizada do sistema democrático de representatividade formal, da crise económica, cultural, política e social.

No caso específico da pedagogia autoritária e da pedagogia libertária, tentei extrair os ensinamentos fulcrais que considerei componentes da pedagogia libertária, inscritos nas relações dialógicas entre professor e aluno, na divisão do trabalho sustentada por numa aprendizagem permanente da democracia direta e, por consequência, em processos de socialização e de sociabilidade autogestionários, decorrentes de comportamentos espontâneos e informais de decisão e de liderança. Em contraponto com os mecanismos autoritários de decisão e liderança estatal e capitalista, desta realidade, só podem emergir comportamentos perversos, inscritos em relações sociais baseadas numa autoridade hierárquica formal que nega a liberdade e a criatividade da aprendizagem, da educação e da pedagogia, com características emancipalistas. Antes de chegar a esta análise, socorri-me dos autores anarquistas que, ao longo da História, desenvolveram e analisaram os processos históricos conducentes à adoção de práticas pedagógicas libertárias — Paul Robin, Francisco Ferrer y Guardia, Sébastien Faure, Alexander Sutherland Neill, entre outros. A comparabilidade com a pedagogia autoritária impunha-se sobremaneira, pois, a partir dessa realidade, deduzia os aspetos francamente positivos que a pedagogia libertária continha relativamente à pedagogia autoritária, que servia, em última análise, de instrumento dos desígnios de dominação do capitalismo e do Estado.

Este *modus vivendi* de pensar, sentir, agir e de comunicar o anarquismo, em Florianópolis, permitiu-me desenvolver a minha integração dentro do grupo NAT/CDE e na UFSC. Tudo isso não obistou a que, por outro lado, enveredasse por participar em outras atividades fora dos muros da Universidade. Em função disso, não admira que Maria Oly Pey, Raquel Stela de Sá, Clovis Nicanor Kassick, Guilherme Carlos Corrêa, Rita Oennig da Silva, Neiva Beron Kassick, e Ana Hoepers Preve tenham externalizado algumas das atividades do NAT/CED e que este, mais tarde, tenha sido extinto por vontade própria dos seus progenitores principais, quando passaram para a situação de aposentados. Seja como for, com este grupo, foi possível dar corpo e forma a

uma vida quotidiana onde não faltaram experiências de convivialidade anarquista, fundamentalmente, a partir das matrizes de educação e de pedagogia articuladas com epistemologias e metodologias libertárias.

Quando, pela primeira vez, intervim na PUC–SP através de uma comunicação subordinada ao tema «Autogestão e perspectiva libertária», no contexto do Encontro do Pensamento Libertário Internacional — Os Outros 500, na Fundação Cultural de São Paulo e Centro de Cultura Social, de 24 a 29 de agosto de 1992, tive a ocasião de usufruir de um momento histórico de grande significado. Pela primeira vez na minha vida, participava num evento anarquista internacional com a presença de um conjunto renomado de personalidades que já tinham demonstrado o seu valor na investigação e na luta contra o capitalismo e o Estado. A oportunidade de conhecer Edson Passetti (Brasil), Jaime Cubero (Brasil), Roberto Freire (Brasil), Maurício Tratemberg (Brasil), José Maria Lunazi (Argentina), Eduardo Colombo (França), Luce Fabri (Uruguai), Ruben Prieto (Uruguai), Ronald Creagh (França), Miguel Angel Fernandez (Paraguai), Angel Capelletti (Venezuela), Pietro Ferrua (Itália/EUA), Marianne Enckell (Suíça), Paulo Resende (Brasil), Margarete Rago (Brasil), Sérgio Norte (Brasil), Luiz Galvão (Brasil) e Phanor Teran (Colômbia), foi, sem dúvida, entusiasmante, não obstante as divergências ideológicas e políticas que subsistiam entre eles. Para a História, fica o enriquecimento e a aprendizagem das comunicações apresentadas que me permitiram refletir sobre a sistematicidade analítica do anarquismo na Europa e na América Latina.

Independentemente das ilações reflexivas que possa ter tomado como participante deste evento, o que é certo é que, desde então, em termos da plasticidade social do anarquismo, dentro e fora da universidade, no Brasil, as minhas intervenções no campo específico do anarquismo passaram a estar diretamente associadas ao Nu–Sol, à revista *Verve* e à PUC–SP. Daqui, deduzo que a minha trajetória integrada neste grupo pressupôs sempre um contínuo criativo e de liberdade na génese do pensamento anarquista, alicerçado numa pluralidade de anarquismos que promoveram a emancipação social e, como corolário lógico, o fim do Estado e do capitalismo.

Esta postura comportamental esteve bem patente, logo de início, na comunicação que Jaime Cubero esboçou do anarquismo brasileiro em São

Paulo e no Brasil e, localmente, no Centro de Cultura Social. No mesmo diapasão, com pressupostos teóricos e práticos redimensionados por uma mudança substantivada do anarquismo no Brasil, reputo de extrema importância o papel de Roberto Freire na criação da Somaterapia. O objeto científico de Roberto Freire foi instigante na sua originalidade e, por disseminações lógicas, tanto foi acutilante na alocação em si, como na qualidade já expressa na edição de vários livros, no teatro, no cinema e na televisão. A identidade criativa desta obra radica num diálogo permanente e extenso entre o anarquismo e a Somaterapia. Dos oradores que não eram brasileiros, mas que intervieram no Encontro Internacional — Outros 500, considero de extrema importância ter conhecido, pela primeira vez, José Maria Lunazi, Pietro Ferrua e Luce Fabri. Com estes, a partir daí, estabeleci um diálogo bastante profícuo sobre a atualidade e a pertinência histórica do anarquismo nas sociedades contemporâneas.

Se pensar no impacto deste encontro, nas suas múltiplas dimensões, posso extrair da sua gênese anarquista parte da potência da expansão da minha vida, no Brasil. Foi a partir dele que iniciei o enriquecimento progressivo das minhas relações sociais com Edson Passetti. Com Passetti, tive oportunidade de expandir as minhas reflexões e ações sobre o anarquismo em variadíssimas ocasiões no Brasil, com especial incidência na PUC-SP. As razões que me levam a discernir deste modo são de índole espontânea e informal. A amizade, o amor, a liberdade e a criatividade relacional ligaram-nos de forma indelével, a partir das identidades e dos caracteres diferenciados que nos levaram à percepção e reflexão do anarquismo. Destes aspetos, uma primeira faceta releva o foro pessoal, a identidade entre ambos, nos domínios éticos da moral, da teoria, e da prática. Em segundo lugar, não há modelos de pensamento únicos que nos elucidem sobre o que podemos sentir, pensar e agir, em termos de heteropáticas e utopias. Em terceiro lugar, só as diferenças dialógicas comportamentais singulares podem dar azo à emergência de um pensamento livre e criativo no seio do anarquismo.

A conjugação harmoniosa destes fatores permitiu que as relações sociais, propiciadoras da expansão da minha vida através do anarquismo no Brasil, se tornassem viáveis e privilegiadas com a colaboração de Edson Passetti. Essa

aventura desenvolveu-se, sobretudo, a partir da criação do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), em 1997. Sendo um núcleo de pesquisa vocacionado para estudos sobre a autogestão e antiautoritarismo, estava em sintonia com as temáticas relacionadas com o anarquismo e o abolicionismo penal. Por outro lado, em estreita interdependência e complementaridade com o processo de pesquisa já realizado pelo Nu-Sol, em 2002, é criada a revista *Verve*.

Desde os primeiros números da revista *Verve* que a equipa editorial é composta por Acácio Augusto, Andre Degenszajn, Edson Lopes, Edson Passetti (coordenador), Eliane Knorr de Carvalho, Francisco de Freitas, Guilherme Correia, Heleusa Câmara, José Eduardo Azevedo, Lúcia Soares Silva, Martha Lossurdo, Natalia Montebello, Rogério Nascimento, Salete Oliveira, Thiago Rodrigues. Mais tarde, esta equipa editorial foi objeto de mudanças. No n.º 36, da revista *Verve*, em 2019, constata-se que a equipa editorial tem a seguinte composição: Acácio Augusto, Andre Degenszajn, Beatriz Scigliano Carneiro, Carmen Novaes, Edson Passetti (coordenador), Eliane Knorr de Carvalho, Gustavo Ferreira Simões, Leandro Siqueira, Luiza Uehara Oliveira, Rogério Nascimento, Salete Oliveira, Sofia Osório, Thiago Rodrigues, Vitor Osório. Do conselho editorial, dos primeiros números, constavam: Adelaide Gonçalves, Christina Lopreato, Clovis Kassick, Guilherme Corrêa, Guilherme Castelo Branco, Margareth Rago, Rogério Nascimento e Silvana Tótora. Atualmente, fazem parte do conselho editorial, para além de mim, os seguintes membros: Alfredo Veiga Neto, Cecília Coimbra, Christian Ferrer, Christina Lopreato, Clovis Kassick, Doris Accioly, Guilherme Castelo Branco, Heliana Conde, Margareth Rago, Rogério Nascimento, Silvana Maria Tótora.

Embora estimulados e liderados por Edson Passetti, as minhas relações com o Nu-Sol e a revista *Verve* consumaram-se sempre no desenvolvimento de relações livres, criativas e autónomas, no que respeita a minha dupla integração nas atividades dos grupos, quer no capítulo dos debates, colóquios, palestras e conferências, realizadas na pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, quer na elaboração de artigos que ia escrevendo ao longo da existência da revista *Verve*, com predominância temática e analítica no anarquismo.



No enfoque e constância progressiva de artigos publicados e debates acadêmicos sobre o anarquismo, sinto-me à vontade para afirmar que a revista *Verve* e o Nu-Sol foram, inquestionavelmente, um período privilegiado da expansão da minha vida intelectual, no Brasil. Depois da realização de algumas palestras, focadas em certas valências científicas que não eram, necessariamente, identificadas com o anarquismo, o professor Paulo Resende convidou-me para falar numa conferência sobre «Anarquismo e sindicalismo no limiar do século XXI», no Curso de Relações Internacionais da PUC-SP, a 28 de maio de 1997. Esta conferência cingia-se ao esclarecimento dos conteúdos e das formas que o anarquismo e o sindicalismo poderiam assumir no limiar do século XXI. Haveria ainda que focar a sua história, os seus limites e as suas contradições como modelos de sociedade e de ação coletiva que aspiravam à emancipação social dos oprimidos e dos explorados. Em 22 de setembro 1998, participei numa conferência sobre «Ecologia Social», organizada pelo Núcleo de Sociabilidade Libertária, no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo. Esta conferência teve por objetivo principal equacionar o conceito de Ecologia Social, a sua perspetiva teórica e prática, a partir dos ensinamentos da obra de Murray Bookchin. A 27 de agosto de 2001, colaborei numa Conversação Libertária, subordinada ao tema «Atualidade do anarquismo no movimento anti-globalização», com organização do Nu-Sol, PUC-SP, São Paulo. Desta conversação, foi possível refletir sobre a natureza dos movimentos sociais da anti-globalização, dos seus métodos de ação, das suas ideologias e da sua força atual.

No âmbito da lógica de comunicações sobre o anarquismo em que participei, tenho de focar aquela que emerge no colóquio «Conversações Sobre Tolerância e Algumas Considerações Intempestivas», organizado pelo Nu-Sol/PUC-SP, a 31 de maio e 1 de junho de 2005. Neste colóquio, apresentei uma comunicação sobre «Anarquia, Anarquismos e Tolerância». A minha intenção analítica limitou-se, simplesmente, a equacionar e a descrever um conjunto de interrogações epistemológicas e metodológicas daquilo que entendia por anarquia e anarquismos. O conceito de tolerância ajudou-me a estruturar a minha análise, de tal modo que, muitas vezes, este conceito emergiu com relativa facilidade entre aqueles que se diziam anarquistas, quer no sentido da ambiguidade e

da confusão quer no sentido judaico-cristão, do bem e do mal. A 19 de outubro de 2005, participei no «Colóquio Conversações Maurício Tragtenberg», com organização do Nu–Sol, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC–SP. Em consonância com os objetivos do colóquio, apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A obra de Maurício Tragtenberg numa perspetiva teórica e pedagógica». De facto, conheci Maurício Tragtenberg tardiamente, o que me deu imensa pena, ao ter falado sobre ele sem a sua presença física. Depois de o ter conhecido no colóquio Os Outros 500, em agosto de 1992, a nossa amizade e identidade teórica não pararam de aumentar, até à sua morte, razão pela qual frequentasse a sua casa e a de Beatriz, sua mulher, regularmente, quando frequentei a PUC–SP. Era um homem bastante lúcido relativamente à natureza do movimento social operário. As suas teorias marxistas radicais sobre a evolução da luta de classes facilmente se converteram em posições libertárias. Sendo um grande teórico de inestimável valor científico, ao nível da análise das organizações e do poder, não deixou de nos facultar um legado de grande valor pedagógico e libertário.

Se nos deslocarmos para o campo de elaboração de artigos na revista *Verve*, desde 2002, tenho colaborado, de forma continuada, sempre numa perspetiva libertária: *Equívocos dos movimentos sociais antiglobalização*, São Paulo, n.º 1, 2002, pp. 75–89; *O papel do cooperativismo no desenvolvimento da Economia Social em Portugal*, n.º 2, 2002, pp. 88–122; *O mundo do terror e da insegurança*, n.º 3, 2003, São Paulo, pp. 278–294; *Economia libertária e suas perspectivas*, n.º 5, 2004, São Paulo, pp. 111–141; *Terceiro setor e limiares da autogestão*, n.º 8, 2005, São Paulo, pp. 84–120; *O esporte como miséria e espetáculo na era da globalização*, n.º 14, 2008, PUC–SP, São Paulo, pp. 133–144; *Roberto das Neves: um cidadão do Mundo*, n.º 24, 2013, PUC–SP, São Paulo, pp. 88–114; *Edgar Rodrigues: um anarquista entre duas pátrias* (parte 1), n.º 25, 2014, PUC–SP, pp. 13–29; *Edgar Rodrigues: um anarquista entre duas pátrias* (parte 2), n.º 26, 2014, PUC–SP, pp. 49–81; *A Anarquia no Maio de 1968 na França*, n.º 33, 2018, PUC–SP, São Paulo, pp. 15–45; *Entrevista com José Maria Carvalho Ferreira*, n.º 35, 2019, PUC–SP, São Paulo, pp. 75–98. Num contexto mais amplo de intervenção do Nu–Sol, também colaborei no projeto de investigação sobre Ecopolítica, com o artigo *Globalização, TIC e*

*Trabalho Virtual*, in revista *Ecopolítica*, n.º 14, janeiro/abril de 2016, PUC–SP, São Paulo, pp. 2–27.

Ainda na região do Estado de São Paulo, devo acrescentar as minhas relações com o Centro de Cultura Social, muitas vezes dependente das relações privilegiadas que mantive com Jaime Cubero e com a sua companheira Maria. Esta relação benquista, geralmente, ultrapassava as idiossincrasias de cada um, sendo sempre projetada e ancorada por uma visão utópica e ideologizada do anarquismo. Quando ia a São Paulo, esses encontros levavam-me, quase sempre, a visitá-los na sua casa particular ou, então, a participar numa série de debates/encontros no Centro de Cultura Social, que tinha o intuito expresso de divulgar o anarquismo nas sociedades contemporâneas. Quando o Centro de Cultura Social estabilizou as suas atividades públicas, participei numa palestra sobre «Anarquia e Anarquismos», com organização do Centro de Cultura Social, a 2 de julho de 2005. A 21 de setembro de 2006, participei, ainda, numa conferência sobre «Anarquismos Hoje».

Entre os grupos anarquistas, foi com o Somaterapia (SOMA), criado e desenvolvido no âmbito do Coletivo Anarquista Brancaléone, em 1992, com quem estabeleci uma grande amizade, liberdade e criatividade. Devo sublinhar que essas relações se transformaram, rapidamente, num processo cumulativo de identidade ideológica e política, primariamente, conjugadas com um



À ESQUERDA: Lúcia Soares, Lia Chaia e eu no caminho para a realização do vídeo sobre Roberto Freire, Nu-Sol, São Paulo, 1997.

EM BAIXO: Curso de Pedagogia Libertária, ministrado por mim e Roberto Freire, Somaterapia, São Paulo, 1994.



crescendo progressivo de grande amizade e admiração mútua com Roberto Freire. Estes pressupostos relacionais foram sempre desenvolvidos a partir de uma base identitária e de aprendizagem constante das nossas vidas, razão pela qual os prolongamentos identitários da minha relação com a Somaterapia estejam profundamente vinculados, ainda hoje, ao projeto de pesquisa iniciado por Roberto Freire e prolongado por João da Mata. É uma perspectiva anarquista muito singular e original, sendo que a visão da mente e do corpo como uma totalidade erógena de prazer e desejo, problematizou os anarquismos para outras dimensões que não aquelas confinadas ao anarquismo clássico.

Com Roberto Freire e, posteriormente, com João da Mata, a minha colaboração com a SOMA — Uma Terapia Anarquista, evoluiu num crescendo progressivo e não prevejo algo que o modifique. Logo de início, em presença do conhecimento e empatia mútua, Roberto Freire sugeriu que realizasse um Curso de Pedagogia Libertária na SOMA, em 1994, por forma a estabelecer e a dar corpo às fontes educacionais, didáticas e pedagógicas do anarquismo com a SOMA. Foi uma articulação bastante benéfica, livre e criativa, visto que envolveu uma aprendizagem histórica singular, traduzida na comparação sistemática do que se entende por pedagogia autoritária e libertária nas sociedades contemporâneas. Mais adiante, fui convidado para participar no Encontro — Roberto Freire, Um Libertário, com organização do Nu–Sol/PUC–SP/SOMA, em São Paulo, a 29 de agosto de 2005. Apresentei uma comunicação sobre «A obra e a vida de Roberto Freire numa perspectiva epistemológica e libertária». Passado alguns anos, a 13 de março de 2016, participei nas conversações libertárias organizadas por SOMA, em São Paulo. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Anarquia aqui e agora e para sempre». A 1 de dezembro de 2017, participei no Encontro Internacional «Estéticas da Liberdade e Pensamento Libertário», com organização do Instituto Brasileiro de Somaterapia e do Centro Brasileiro de Estudos em Design de Vestuário, na Casa Lira/Centro de Cultura, Rio de Janeiro. Apresentei uma conferência subordinada ao tema «Estéticas da Liberdade e Pensamento Libertário»; a 24 de outubro de 2018, participei com João da Mata numa mesa redonda sobre «Trajetória e obra do escritor e anarquista Roberto Freire», no âmbito do programa «Resistências Libertárias», com organização do grupo «História Oral, Corpo e Resistências»,



Senhor Antônio, criador e sustentáculo do ISVA (Instituto Sócio-Ambiental de Valéria), durante muitos anos, na cidade de Salvador, no Brasil.

do Departamento de História, da Universidade Federal Fluminense (Niterói/Rio de Janeiro), no Campus do Gragoatá; a 21 de março de 2016, criei um vídeo sobre «Anarquia aqui e agora e para Sempre», Somaterapia, Rio de Janeiro; a 26 de março de 2018, apresentei o vídeo «Estéticas da liberdade e pensamento anarquista», Somaterapia, Rio de Janeiro; a 26 de outubro de 2018, criei o vídeo «Anarquia e Anarquismos», Somaterapia, Rio de Janeiro; a 22 de julho de 2019, com o João da Mata, gravámos o vídeo «Conversação Libertária: Roberto Freire, vida e obra de um anarquista», Somaterapia/Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro; e a 20 de agosto de 2019, apresentei o vídeo «Conversação Libertária: Pulsões de vida da anarquia», Somaterapia/Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro.

No caso específico do Rio Janeiro, a minha vivência com o anarquismo resultou, fundamentalmente, das minhas relações com Edgar Rodrigues e com Robson Fernandes Achiamé. As discussões e reflexões germinavam sempre à volta da edição de livros sobre o anarquismo, uma vez que Robson Fernandes Achiamé era editor de livros anarquistas e da revista *Letra Livre*. Edgar Rodrigues tinha a propensão para escrever livros que o primeiro editava. Quando ia ao Rio de Janeiro, sentia uma alegria enorme quando cavaqueava com eles, sendo que essas conversas eram sempre alimentadas por uma boa comida e um bom vinho. Antes, ainda tive oportunidade para estabelecer um diálogo com o *CELIP* (*Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres*), com Renato Ramos e Alexandre Samis, mas a relação não teve continuidade. A pedido destes, fiz três conferências sobre o anarquismo e o sindicalismo, na década de 1990.

Um outro momento salutar e constante da expansão da minha vida junto do meio anarquista, no Brasil, foi na Bahia, mais concretamente, em Salvador. Tendo em conta a minha vida universitária, em novembro de 1997, tive uma reunião sobre a situação do anarquismo em Portugal e no Brasil, com a presença de Carlos Baqueiro, Cleuzete Chagas Freitas, João Correia, Berta e Tavares da APPL (Associação em Prol do Pensamento Libertário) e outros. As minhas relações com este grupo desenvolveram-se, progressivamente, sempre instigadas por ações e pensamentos circunscritos a experiências de vida, identificados com as práticas e teorias de um anarquismo plural. Este grupo manteve-se coeso e com motivações para agir nos anos seguintes até 2005. Quando, mais tarde, fui a Salvador, em 2007, as pessoas que tinham participado no grupo APPL, tinham iniciado um processo de integração nas reuniões do ISVA (Instituto Sócio-Ambiental de Valéria). Esse grupo era liderado pela figura emblemática de António Mendes, que tinha criado a comunidade ecológica em Valéria, no início da década de 1970. A primeira vez que vim a Salvador, tive oportunidade de conhecer este espaço ecológico, segundo alguns, afirmativamente anarquista, no que concerne as relações entre a espécie humana e as espécies vegetais e animais. No século XXI, passou a ser conhecido por ISVA (Instituto Sócio-Ambiental de Valéria). A colaboração de Eduardo Nunes, Hilda Braga Machado, Igor Sant’Anna e anarquistas (professores, operários da refinaria, comerciantes, estudantes) tornou-se crucial para o desenvolvimento desse projeto. No mais, esta associação também teve a colaboração de alguns moradores do bairro de Valéria, em Salvador. António Mendes, Eduardo Nunes, Carlos Baqueiro e Cleuzete Chagas Freitas, ainda tentaram dar continuidade ao projeto do ISVA, que tinha sido criado por António Mendes. Com a sua morte, em 2015, pouco tempo depois, esse projeto extingue-se naturalmente.

Em 2018, retornei a Salvador e constatei que existia um novo grupo libertário denominado Malorca Libertária, com atividades militantes concretas já realizadas a partir da criação de uma biblioteca virtual chamada Emma Goldman. Este grupo, dinamizado por Carlos Baqueiro, integrou, ainda, João Correia, Cleuzete Freitas, Ricardo Liper, Tony Pacheco e outros. Têm, por intenção básica, divulgar o gosto e o desejo pela leitura de autores clássicos do anarquismo e, por outro, realizar debates que permitam estimular a reflexão sobre temas

candentes da sociedade e do anarquismo. No meu caso, foi possível desenvolver uma intervenção em Salvador/Bahia em prol do anarquismo, tendo por base as seguintes intervenções públicas: participação no Seminário Nacional de Pedagogia Libertária X Neoliberalismo, na Faculdade de Educação da UFBA, Salvador, em 5 e 6 de outubro de 2006. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «A pedagogia libertária face à crise do modelo educacional capitalista»; participação numa palestra-debate sobre «Anarquia e Anarquismos» e lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização de Malorca Libertária, Salvador, a 8 de novembro de 2018; criação de vídeo «Entrevista ao anarquista lusitano José Maria Carvalho Ferreira», Carlos Batista/Malorca, Salvador, a 16 de julho de 2019; elaboração de vídeo «Anarquia & Anarquismos», Centro Cultural Malorca, Salvador, a 8 de novembro de 2018.

Pelo legado de participação mental, psíquica e física que já enunciei, o desenvolvimento da minha vida no Brasil, com centralidade na potenciação do anarquismo, não foi visível só em Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Essa probabilidade foi dinamizada em outros lugares. Refiro-me, concretamente, a Belo Horizonte, Campina Grande, João Pessoa, Belém, Caicó, Natal, Brasília, Fortaleza, Volta Redonda, Juiz de Fora e, por arrastamento de proximidade geográfica, Buenos Aires, Montevideu e México.

No que diz respeito a Belo Horizonte, as relações com o anarquismo foram sempre exteriores à vida universitária. As relações que mantinha, e ainda mantenho, com Luís Henrique, Josélio e Dimas persistem desde meados da década de 1990. A identidade ideológica e política, se bem que atravessada por diferenças pontuais, traduz-se num sentimento de luta comum contra o capitalismo e o Estado. As reflexões e discussões sobre o anarquismo foram sempre uma constante quando passei por Belo Horizonte. Na sequência temporal dessas relações, foi possível realizar uma série de eventos, que passo a discriminar: participação numa conferência sobre «Anarquismo e atualidade», Centro de Cultura Libertária — Grupo Soma, a 21 de novembro de 1997; participação num *bate-papo* organizado pelo Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e o Centro de Cultura Libertária (C.C.L.), a 4 de março de 2016. O nome da comunicação foi «Conversa com um anarquista: bate-papo com

o professor José Maria Carvalho Ferreira (SOCIUS/ISEG-UL)»; participação na palestra subordinada ao tema «TIC, crise do mundo do trabalho e resistências Anti-Capitalistas Contemporâneas», com análise de Luís Henrique Monteiro Nunes e comentários de Gláucia Maria Vasconcellos Vale. De seguida, foi lançado o livro *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, organização do Departamento de Sociologia, da UFMG, a 29 de outubro de 2018; participação numa palestra subordinada ao tema «Dos anarquismos à Anarquia». Mais tarde, foi lançado *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, Organização da Kasa Invisível, a 2 de novembro de 2018.

Campina Grande e João Pessoa são cidades importantes porque foi onde tive a possibilidade de estreitar e desenvolver as minhas relações afetivas, universitárias e anarquistas com um grande amigo anarquista, Rogério Nascimento. É um conhecimento decorrente de uma velha amizade e identidade construída à volta do Nu-Sol e da revista *Verve*. As viagens que fiz a Campina Grande e a João Pessoa não resultaram, exclusivamente, das atividades universitárias, que faziam parte da nossa profissão, mas de uma empatia intelectual e ideológica de grande intensidade. Em termos concretos, as reflexões que realizámos em Campina Grande e João Pessoa, foram baseadas na crítica dos modelos de sociedades vigentes e, por outro lado, das ilações analíticas sobre Pedagogia Libertária com alunos participantes na conferência subordinada ao tema «Novas Tecnologias e Organização do Trabalho», no âmbito da IV Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, na UFP, Campus II, em Campina Grande, de 27 de novembro a 1 de dezembro de 2000. Nesse período, apresentei, ainda, uma comunicação no âmbito da mesa redonda «Experiências e Perspetivas Libertárias nas Lutas Sociais do Século XX».

Com o Fernando Bonfim Mariana, tenho construído, ao longo de vários anos, uma amizade e uma identidade científica e ideológica deveras estimulante, já que começou como aluno de doutorado, em Portugal, e culminou, no Brasil, como professor universitário. Esta identidade científica prolongou-se e corporizou-se numa identidade ideológica libertária que não parou de crescer. É uma identidade que faz parte de um crescendo progressivo, cuja funcionalidade teórica e prática tem dado os seus frutos e, como já é antiga, penso que



será indelével. Para entender, cronologicamente, o que acabo de referir, veja-se as seguintes realizações comuns: participação no I Colóquio Internacional de Economia Popular e Solidária; organização do LAMPEAR/CERES/UFRN, Caicó/Natal, de 17 a 22 de setembro de 2012. Apresentei duas conferências subordinadas aos seguintes temas: «Qual o desenvolvimento económico para a emancipação social da humanidade?»; «Anarquismo contemporâneo: pensando novas formas de organização política, económica e social»; participei em duas mesas redondas, subordinadas aos seguintes temas: «Economia popular solidária no atual contexto do capitalismo»; «Economia libertária, autogestão e movimentos sociais»; participação no lançamento dos livros *Anarquia, Utopia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira e Terrorismo de Estado, Direitos Humanos e Movimentos Sociais*, no âmbito do I Seminário «Educação, Trabalho e Utopia», uma organização da Faculdade de Educação da UB, Brasília, a 6 de novembro de 2018; participação na mesa redonda «A educação libertária nas sociedades contemporâneas face às contingências das TIC», no âmbito do I Seminário «Educação, Trabalho e Utopia», organização da Faculdade de Educação da UB, a 7 de novembro de 2018.

Entretanto, nos últimos tempos estabeleci uma relação frutuosa a nível científico e de anarquismo com a professora Luisa Paschoeto, razão pela qual tenha participado numa conferência subordinada ao tema «Tecnologia da Comunicação (TIC's), Educação e Anarquia» no IV Simpósio de Educação: «Cotidiano, História e Políticas» e tenha participado no lançamento do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade*, organização do Centro Universitário Geraldo Di Biase, UGB Fundação Educacional Rosemar Pimentel, FERP (Volta Redonda/ Barra do Pirai/Nova Iguaçu), em 17 e 18 de outubro de 2018. Em simultâneo, participei numa conferência sobre «Anarquia e Anarquismos», seguida da apresentação do livro *Utopia, Anarquia e Sociedade*, UFJF, Frente Autónoma de J. F., Juiz de Fora, a 19 de outubro de 2018. Esta última realização foi de autoria do meu querido amigo Vitor Carrão.

Finalmente, a minha participação baseada no objeto científico do anarquismo, nos últimos tempos, tem tido um enriquecimento bastante singular e inovador, sobretudo com o desenvolvimento das minhas relações sociais com Juniele Rabêlo de Almeida, do Departamento de História da UFF. Na verdade,

desde 2018, as pesquisas, conferências e debates que já foram realizados auguram um espaço de criatividade e de liberdade únicas, com o prenúncio de momentos criativos e livres, no casamento da ciência com os pressupostos analíticos e reflexivos que só o anarquismo pode potenciar. Como resultado das realizações recentes na UFF, limito-me a enunciar as minhas participações: «Autobiografia e Pulsões de Vida da Anarquia», com organização do Departamento de História da UFF, Niterói/Rio de Janeiro, em 17 de junho de 2019. Por último, a convite da professora Iliana Amaral, a participação na conferência subordinada ao tema «TIC, Crise do Capitalismo e Crise do Mundo do Trabalho», organização do PET–Humanas, UECE, Fortaleza, 1 de julho de 2019.

Pela força da proximidade geográfica, quando estava na região sul do Brasil, e porque tinha construído uma amizade profícua com Luce Fabri, Débora Cespedes, Ruben Prieto e José Maria Lunazzi, foi possível criar as condições necessárias e suficientes que permitissem a minha participação em conferências e debates a realizar em Montevideu, Buenos Aires e Rosário. Deste modo, quando cheguei, pela primeira vez, a Montevideu tive o privilégio de, durante uma semana, em julho de 1997, conviver e elaborar uma entrevista à *Comunidad del Sur*, que foi publicada no n.º 7 da revista *Utopia*, mas também tive oportunidade de conhecer a dimensão dos problemas coletivos de natureza libertária, quando estes queriam ser livres e criativos. Na ocasião, já com alguns sinais de crise, pude falar com Marcos, Ruben, Silvia e com mais oito pessoas. Hoje, sei que a *Comunidad del Sur* ainda existe, apesar das dificuldades, e que o seu principal fundador Ruben Prieto faleceu a 16 de novembro de 2008.

Com Luce Fabri e Débora Cespedes foi fácil constituir uma amizade, que durou desde 1992 até ao fim da vida destas grandes mulheres. Essa relação foi sempre baseada nas ideias e práticas anarquistas, sendo que, com a primeira, tive oportunidade de ter algumas conversas e uma entrevista, que foi publicada em duas partes na revista *Utopia*, n.º 6 e 7. Com Débora Cespedes, foi possível estabelecer contactos através da revista *Opción Libertária*, publicada entre 1986 e 2004, e a revista *Utopia*, entre 1995 e 2012.

Quando estive em Montevideu, fui a Buenos Aires, mas com indicações expressas e precisas de visitar companheiros ou organizações anarquistas: Osvaldo

Escribano, Alfredo Errandonea, Gabriel Prieto e María Eva. Quando cheguei, fiquei em casa de Osvaldo Escribano e de Maria Eva. Foi uma solidariedade muito exemplar porque os dois viviam com grandes dificuldades económicas. Denotei em Osvaldo Escribano uma força ideológica muito sagaz e energética e em Maria Eva muita calma e sabedoria das coisas da vida. Osvaldo Escribano levou-me a conhecer uma pessoa que jamais esquecerei como amigo e anarquista — Gabriel Prieto. Com este, no meu entendimento, não só construí uma amizade única e singular, como também aprendi a dialogar com as diferenças dentro e fora do pensamento anarquista. Fui, depois, visitar os companheiros da FLA (Federación Libertária Anarquista), na Rua de Paris. Foi um diálogo fraterno com os militantes mais velhos, que tinham familiaridade com a edição da *La Protesta*, mas sem que daí surgisse qualquer resolução que fosse mais longe no campo da reflexão ou debate sobre o anarquismo atual. Na melhor das soluções, cheguei a um entendimento com Jacinto Cimazo (pseudónimo de Jacobo Maguid), que tinha sido diretor de *Tierra y Libertad* durante a guerra civil em Espanha, entre 1936 e 1939. Deve ter sido a última entrevista que deu para a revista *Utopia*, n.º 11–12, em 1997, pois passados dois meses faleceu. Só para salientar que as minhas relações com a FLA nunca foram atravessadas pela empatia, mas com Jacinto Cimazo foi o contrário que ocorreu.

Com Alfredo Errandonea, sociólogo, fiz um trajeto muito agradável pela cidade de Buenos Aires, acompanhado pela erudição de Alfredo sobre lugares e costumes das gentes de Buenos Aires. A amizade mesclada pela curiosidade intelectual e a força do anarquismo ficou para sempre, até ao colóquio «L'anarchisme a-t-il un avenir? Histoire de femmes, d'hommes et de leurs imaginaires (Toulouse octobre 1999)». Deixei de ver Alfredo Errandonea e, há pouco tempo, tive conhecimento da sua morte, em 2001.

O diálogo que mantive com Gabriel Prieto foi impregnado por uma grande confiança e abertura sobre as ideias e práticas do anarquismo. Esta abertura de espírito permitiu-me desenvolver relações bastantes amistosas com os associados da Biblioteca Popular José Ingenieros, como ocorreu em outros lugares e espaços onde realizei debates e conferências. Como nunca arqueei os debates, nem os memorizei, só consigo reportar os seguintes: participação na palestra-debate subordinada ao tema «Globalización y crisis en el Mundo del

Trabajo», organização da Biblioteca Popular José Ingenieros, a 5 de novembro de 2005; participação na palestra-debate sobre «Anarquia y Anarquismos», organização da Biblioteca Popular José Ingenieros, a 6 de novembro de 2005. Em todas estas realizações não esqueço a clarividência, a amizade e sensatez de Gabriel Prieto, Alicia Zarate, António Perez, Lucia Prieto e Pitucha.

Numa coordenação assumida por mim e Edson Passetti, fizemos a proposta de uma temática científica sobre «Movimentos Sociais — Anarquia-anarquismos: história e atualidades nas Américas». Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Anarquia e anarquismos no contexto da globalização». Esta participação decorreu no 53.º Congresso Internacional de Americanistas, na Universidade Iberoamericana, realizada na Cidade do México, de 19 a 24 de julho de 2009.

Como Edson Passetti não esteve presente neste evento, fui constringido a assumir a totalidade da coordenação. Devo referir que nunca me senti tão mal entre anarquistas que queriam ou pretendiam ser os maiores cientistas e, simultaneamente, os mais revolucionários, como aconteceu nesse Congresso. Este evento foi a demonstração inequívoca de como a confusão epistemológica, metodológica e pedagógica pode gerar atropelos de todo o tipo e egocentrismos inimagináveis, com a ideia de que se pretende ser livre contra qualquer tipo de autoritarismo. Como quis encontrar uma base de diálogo entre anarquistas a partir das diferenças existentes, fui considerado, por alguns, de autoritário, coisa que assumi com agrado, pois deu por terminada esta trágico-comédia de quem julga que pode ser livre e não o é, nem pode ser, por simplesmente se considerar anarquista e ser protagonista do único modelo revolucionário.

No meu entendimento, esta postura ideológica e reflexiva, no âmbito da diversidade dos anarquismos, impede que estes sejam criativos e livres e, por esse lado, de se transformarem em atores negativos de emancipação social. Com esta postura comportamental, mata-se a diversidade do pensamento e das reflexões sobre a pluralidade de anarquismos. Em contrapartida, criam-se pequenas respostas que se autoproclamam donos e líderes de algo que não tem nem dono nem pode ascender a esse patamar de *quero, posso e mando*. Por fim, esse congresso ensinou-me que todos os anarquismos têm de evoluir, no que

se refere à sua desconstrução filosófica, sociológica, cultural e ética, arrumando de vez os resquícios dos valores judaico-cristãos para evitar a autodestruição.

### **O cotidiano como expansão de vida**

Das três dimensões analíticas da minha expansão de vida no Brasil, a mais difícil de caracterizar cinge-se à vida atravessada por relações de amor, amizade, liberdade e criatividade, porque estas, segundo a minha perspectiva, são as que mais se alimentam de pulsões de vida, que nos mergulham no espaço genuíno da anarquia. São relações humanas que não separam a mente da psique, e estas, do corpo. É um todo dialógico, interdependente e complementar, intenso e extenso singular, que não se conforma com a ausência de autenticidade comportamental e nega a venda e a compra da mente, da psique e do corpo. Desde 1988 até aos dias de hoje, aprendi a viver com os brasileiros, a partir destes interstícios existenciais, sempre assumindo a dimensão da relatividade existencial entre a prática e teoria da sensibilidade humana comum, sem cair nos extremos de um absolutismo deduzido de sentidos utópicos e heterotópicos. Por outro lado, estas vivências devem ser expressas em modalidades prazenteiras de viver, não só pensando, sentindo e agindo, mas, sobretudo, fazendo de cada um de nós uma aprendizagem sistemática de pulsões de vida, balizados pelo desejo e o prazer.

Por razões que já aduzi antes, em alguns momentos da minha análise, a espontaneidade e a informalidade comportamental dos brasileiros que conheci são muito mais propícios ao desenvolvimento de dialogias comportamentais que na Europa Ocidental, a qual eu conheço melhor. Não se pense que, da minha parte, esta análise provém, exclusivamente, da beleza física e estética dos corpos das mulheres e dos homens brasileiros. A espontaneidade e a informalidade comportamental não começam nem acabam nestes domínios, resultam também nas maneiras de sentir, pensar e agir que aspiram ao amor, amizade, liberdade e a criatividade geradoras da expansão da vida. Os estímulos são vivificados por comportamentos e relações que fogem, muitas vezes, da normalidade doentia das vidas castradas e domesticadas nas empresas, instituições, organizações e famílias.

Desde que travei conhecimento de mulheres e homens em vários estados do Brasil que comecei a construir e a aprender a desenvolver laços fraternos de amizade, amor, liberdade e criatividade, sendo, também, por essa via, que me apercebi de quão grande era o Brasil, ao nível de potenciar a expansão da minha vida, o que veio efetivamente a confirmar-se pela minha trajetória biológica e social. Como homenagem a essa gente boa e amiga que me acompanhou, me acompanha e deixou de me acompanhar, já há alguns anos, mas que, ainda, estão todos presentes na estrada solidária da minha vida, a todos, aqui, presto a minha sincera homenagem e gratidão. Se por alguma razão me esqueci de alguém foi, simplesmente, por falta de memória e lapso analítico.

As minhas primeiras grandes experiências do quotidiano libertário foram realizadas em Florianópolis. Embora algumas dessas vivências tenham tido lugar no âmbito da UFSC, uma parte substancial delas emergiram na casa de amigos e amigas que, entretanto, conhecera. Devo referenciar, em primeiro lugar, Jorge Silva, Batista, Tania quer pela ação que tiveram num processo de autogestão agrícola quer nos laços de solidariedade, de amizade e de cooperação únicos, que perduraram durante vários anos. Como já referenciei antes, o Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECA/SC) tinha uma função de luta contra a destruição e defesa do ambiente. Várias vezes durante o ano, os membros dessa associação (Luiz José Dietrich, Armando Melo Lisboa, Maristela Fantin, Ilse Scherer-Warren, Jorge Silva, Tania, Batista, Teresa Franzoni, Saúl Franzoni, Emerson César de Campos, Rita da Silva, etc.) realizaram momentos de convívio e confraternização. Sem necessitar de realizar qualquer revolução social, esse tipo de convivialidade foi altamente proveitoso, na medida em que era atravessada por atos de fala, reflexão, comida, dança, passeios nas florestas e nos jardins. Por essa via, eram vivificadas a amizade, o amor, a liberdade e a criatividade singular desta gente que aspirava à emancipação social numa perspectiva libertária, sem necessitar de serem comandados por um partido, um Estado ou um patrão.

Ainda que um outro grupo polarizado à volta do NAT/CED–UFSC, estaria submetido a uma lógica estrutural e funcional da universidade, naqueles momentos únicos que vivi em Florianópolis, durante as minhas idas à cidade, o que me inspirava e ressaltava na vida do grupo relacionava-se com uma

aprendizagem comunicacional, pautada por uma concepção pedagógica libertária da vida em todos os espaços públicos e privados possíveis, tentando reduzir ao máximo o controlo e os aspetos nefastos dos valores, da moral e da ética do Estado e do capitalismo. Nesta militância de ação individual e coletiva, devo salientar Maria Oly Pey, Raquel Stela de Sá, Clovis Nicanor Kassick, Neiva Beron Kassick, Rita da Silva, Guilherme Corrêa, Élvio Bornhausen, Ana Maria Hoepers Preve e Francisco Aparecido Schreiber. Um pouco mais tarde, Fábio Machado Pinto, Rogério Goulart da Silva e Rosana de Jesus e, por influência exclusiva de Raquel Stela de Sá, sem integrarem o NAT/CED-UFSC, mas porque se inscreveram no mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica, que eu coordenava no ISEG–UTL, em Portugal, passaram a adotar uma aprendizagem libertária na vida quotidiana no Brasil e em Portugal.

Não posso nem devo escamotear relações pessoais que foram fortalecidas por pessoas que, embora não defendessem ideologias libertárias, no entanto, pelo seu caráter singular espalhavam uma simpatia imensa, muitas vezes, inscritas em posturas comportamentais de solidariedade, amizade e liberdade. Estas relações, apesar de ocorrerem nos corredores e nas salas das universidades a quando da realização de seminários, colóquios, conferências, congressos,

Jaime Cubero, Eduardo Colombo e eu num momento do Encontro do Pensamento Libertário Internacional – Os Outros 500, PUC-SP, São Paulo, 24 a 29 de agosto de 1992.



workshops, emergiam, em particular, fora desses espaços. Fazendo um esforço para não me esquecer, aqui vão algumas dessas pessoas que encontrei, em Florianópolis, alguns já morreram e outros continuam meus amigos: Ilse Scherer-Warren, Tereza Franzoni, Mauricio Serva de Oliveira, Carolina Andion, Neide Almeida Fiori, Sérgio Costa, Sonia Filipe, Tamara Benakouche, Héctor Ricardo Leis, Pedro de Melo, Maurício Fernandes Pereira, Carlos Eduardo dos Reis, Valdir Alvim Da Silva, Ana Maria Hoepers Preve, Fernando Ponte de Sousa, Valeska Guimarães, Ary Minella, Paulo Fernando Liedtke, Fábio Machado Pinto, Rogério Goulart da Silva, Rosana de Jesus, Emerson César de Campos, Luciana Francisco de Abreu Ronconi e Itamar Franco.

A minha primeira grande experiência vivencial localizou-se no Estado de Santa Catarina, mas não é menos verdade que o aprofundamento criativo e livre se tenha localizado na cidade de São Paulo, no primeiro momento, com Jaime Cubero, em segundo lugar, com Roberto Freire e, finalmente, com Edson Passetti.

Em finais da década de 1980, cheguei a procurar por Jaime Cubero numa sede que o Centro de Cultura Social possuía, supostamente, na Rua Rubino de Oliveira, no Bairro do Brás. Essa tentativa revelou-se fracassada, daí que tenha aproveitado, mais tarde, em agosto de 1992, pela ocasião do encontro Os Outros 500, para encetar um diálogo com Jaime Cubero. A empatia e a sintonia de sentir, pensar e agir emergiram logo a partir do primeiro momento em que nos conhecemos. Para mim, desde esse momento, até ao seu falecimento, a 20 de maio de 1998, Jaime Cubero foi sempre personificação do que poderia ou deveria ser qualquer ser humano que idealizava a sua vida em prol da emancipação social. Com Maria, a sua companheira de sempre, mantinha um diálogo amoroso e fraterno, sem impor a sua ideologia como base primordial nas relações interpessoais. Muitas vezes visitei a sua casa e muitas vezes fui recebido com amizade e alegria. No final da sua vida, mostrou interesse em conhecer Portugal, mas as mazelas das doenças que o apoquentavam não lhe permitiram realizar esse desejo.

O meu conhecimento de Jaime Cubero decorre das vivências que com ele partilhei, das análises das leituras dos seus escritos, das suas falas, das suas entrevistas e das suas conversas privadas com os amigos e sessões públicas,



no Centro de Cultura Social. Com ele, tive hipóteses de refletir sobre as mais diversas temáticas no que concerne o anarquismo no Brasil e no mundo. Devo sublinhar a importância central que Jaime Cubero dava ao anarco-sindicalismo, à crítica dos partidos e à necessidade da cultura e da pedagogia libertária.

Em entrevistas, e segundo o que me contou na altura, Jaime Cubero, desde jovem, com 16 ou 17 anos, abraçou o ideal anarquista de forma embrionária, com a leitura de determinados livros e revistas de natureza anticlerical, sugeridos pelo seu irmão Liberto. Dessa primeira familiaridade com o anarquismo, criou, para o efeito, com um grupo de amigos, um grupo denominado Centro Juvenil de Estudos Sociais (CCS). A partir de 1945, passou a integrar o CCS, tal como existe hoje, em São Paulo. Nesse tempo, conheceu Edgar Leuenroth, que o convidou para fazer parte dos órgãos de gestão do CCS, função que nunca largou até 1998.

Desde então, para Jaime Cubero, o CCS tornou-se no centro das atividades do anarquismo, no Brasil, já que as modalidades clássicas do passado, assentes no anarco-sindicalismo e na Escola Moderna estavam definhadas e não tinham capacidade para concorrer com os partidos e sindicatos que faziam a gestão do poder com o Estado. Em articulação com os anarquistas do Rio de Janeiro, os anarquistas de São Paulo utilizavam o CCS para dinamizar atividades de diferente tipo: debates, comícios, conferências, teatro, cursos de formação, publicação de jornais. De notar que a instauração da ditadura militar, em 1964, inibiu, sobremaneira, os propósitos de propaganda anarquista que era realizada no CCS, como também as atividades que tinham começado na década de 1950, com a criação de um projeto naturista «Nosso Sítio/A Nossa Chácara», situada no Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Este projeto teve uma grande força motivacional e decisória em Jaime Cubero, mas também teve grande participação em Pedro Catalo, Edgar Rodrigues, Roberto das Neves, Fernando Neves, Esther Redes, Ideal Peres e outros.

A minha relação com Roberto Freire pode resumir-se ao título de um livro que ele escreveu, que teve muito impacto mediático — *Sem Tésão Não Há Solução*. Estive com ele, várias vezes, no Brasil e em Portugal, logo após 24 de agosto de 1992, mais concretamente, no encontro Os Outros 500 — Pensamento Libertário Internacional. A partir daí, por razões várias, o nosso

entendimento reflexivo e a desbunda criativa e livre nos planos mentais e psíquicos, assim como a destemperança libidinosa do prazer de viver, tornou-se uma probabilidade sempre prazerosa, não obstante sabermos das limitações das couraças que a normalização dos corpos implica. Um encontro com Roberto Freire era sempre algo que não podia esquecer, não importa que o mesmo se realizasse na Ilha Bela, em São Paulo, em Lisboa ou em Sintra. O que estava em jogo decorria sempre de libertar as pulsões de vida em direção à prossecução de uma aprendizagem simultânea com a aspiração de ser anarquista.

Posso afirmá-lo, com alguma veemência, que aprendi a viver as vicissitudes dos anarquismos e da anarquia com ele, assim como essa mescla, que dá corpo e forma ao que chamamos vida, atravessada pela amizade, o amor, criatividade e a liberdade através de momentos singulares e únicos. Foram, sem dúvida, momentos vividos com muita paixão no Brasil e em Portugal, aquando do pulsar das reflexões sobre a pedagogia libertária, os anarquismos, a anarquia e as suas correlações com o tempo da SOMA, cuja criação, e posterior desenvolvimento no contexto social brasileiro e internacional, muito deveu a Roberto Freire. O que acabo de referir pode ser, facilmente, constatável na leitura da revista *Utopia*, n.º 10, em 1999. Não diria que essa entrevista era uma espécie de testamento final de Roberto Freire, tendo presente a sua vida como médico, jornalista, escritor, dramaturgo e terapeuta. É uma entrevista que nos elucida sobre os contornos e os conteúdos de uma vida e de uma obra toda ela substantivada por uma imensa paixão pela vida, de luta pela liberdade e emancipação social, podendo genuinamente constatar-se que foi também, com Roberto Freire, que aprendi a alargar a minha expansão de vida no Brasil.

Assisti várias vezes a situações de crítica e calúnias à ação individual e coletiva

Eu, Roberto Freire e Maria Oly Pey na sessão de abertura do Encontro Internacional de Cultura Libertária, organizado pelo NAT/CED/UFSC, Florianópolis, de 4 a 7 de setembro de 2001.



de Roberto Freire, em vários contextos, onde procuram com toda a aflição um purismo ideológico que só os deuses conseguem ter e de onde, muitas vezes, se salta para um contexto nebuloso de caça às bruxas. Estes defensores do purismo ideológico do anarquismo, declaram-se ou pretendem ser os representantes legítimos de um anarquismo puro e revolucionário, ao mesmo tempo que se julgam vocacionados para se transformar em líderes e vanguardas de um hipotético anarquismo, historicamente, finito e perfeito. Nas circunstâncias, por ironia do destino, assisti, no ano de 2001, na ocasião de um Encontro Internacional de Cultura Libertária, organizado pelo NAT/CED/UFSC, em Florianópolis, entre 4 e 7 de setembro, a um episódio deveras típico e, a este respeito, bastante elucidativo. Na abertura do encontro, Roberto Freire, para que o movimento libertário brasileiro adquirisse maior plasticidade social, teve a ousadia de propor a criação de uma Federação Anarquista Brasileira, tendo, para o efeito, apresentado uma proposta que tinha sido sugerida por companheiros libertários de São Paulo. As consequências desta proposta deram origem a ataques pessoais de uma violência e dogmatismo inauditos, semelhantes àqueles que são feitos por um qualquer partido, sindicato ou instituição religiosa. O que foi verdadeiramente interessante de verificar foi que, passado pouco tempo, esses mesmos revolucionários anarquistas, que criticavam a legitimidade e o reformismo das posições de Roberto Freire, sejam agora os arautos criadores de federações anarquistas e alguns deles, tal como toda a gente que vive as vicissitudes da sociedade capitalista à escala mundial, trabalham em empresas ou prefeituras no Brasil e tenham esquecido para sempre a ideologia anarquista.

Gente triste e de fraca memória criticava Roberto Freire porque, segundo eles, ele vivia da SOMA, na estrita medida em que ganhava dinheiro como terapeuta e exercia um papel de «guru», junto da juventude oriunda da burguesia. Tudo isto não era mais do que inveja, ciúme e calúnia. Roberto Freire morreu pobre e se não fosse o dinheiro de direitos de autor que ainda detinha de alguns livros que publicou, possivelmente seriam os amigos e sobretudo os filhos que teriam que mantê-lo nos finais da sua vida. Justiça seja feita, Roberto Freire contribuiu muito mais que as federações anarquistas brasileiras atuais para a difusão do anarquismo no Brasil, sobretudo pela via da experimentação e vivência e libertação das couraças dos corpos, das mentes e das

Edgar Rodrigues em conversa com João Freire aquando da realização da Conferência Internacional sobre «Ecologia Social e Suas Perspectivas Políticas», Lisboa, SOCIUS/ISEG-UTL, 16 a 18 de agosto 1998.



psiques, que aspiram à liberdade e à criatividade, cujo sentido culmina na emancipação individual e social. A sua vida e obra deixou muitas sementes, há que continuar na senda da anarquia que Roberto Freire nos legou, aprendendo a vivê-la no tempo da nossa vida.

Conheci Edgar Rodrigues no ano de 1978, no decorrer da sua vinda a Portugal, para tratar da edição de 4 volumes da História do Movimento Libertário em Portugal, com a Cooperativa Editora Sementeira, que estava associada à revista *A Ideia*. Foi um encontro bastante positivo sobre as ideias e as práticas libertárias em Portugal, no mundo e no Brasil. Na ocasião, porque estava com José de Brito e Ilídio Santos, foi possível constituir-se um grupo de afinidade bastante informal, mas que teve grandes prolongamentos futuros.

Das idas e vindas do Edgar Rodrigues a Portugal e das minhas idas ao mundo universitário do Brasil, pese, embora, as nossas diferenças ideológicas sobre o anarquismo, o que é facto é que ganhei, pelo Edgar Rodrigues, uma amizade e um amor difícil de explicar, mas que se baseia muito numa confiança e numa solidariedade quase ilimitadas. As reflexões e as conversas sistemáticas e profundas que tínhamos quando estávamos em situação de copresença física, as dezenas de cartas que, sobretudo Edgar Rodrigues me escrevia, faziam com que, quando vinha a Portugal e, algumas vezes, pernoitasse com a sua companheira Ondina na minha casa, acontecendo o mesmo quando ia ao Rio de Janeiro, a hospitalidade de Edgar Rodrigues para comigo era total, assim como de Ondina e dos seus filhos, Zola e Regina.

Em certos meios universitários eruditos, Edgar Rodrigues era menosprezado e marginalizado como historiador porque não utilizava as metodologias

nem as fontes de informação que a História científica universitária ortodoxa exigia. De facto, o seu trabalho de pesquisa sobre o movimento social operário foi original, único, gigantesco e minucioso. Edgar Rodrigues construiu uma base de dados com biografias únicas de homens e mulheres que lutaram, generosa e estoicamente, contra a opressão e a exploração capitalista e estatal. Diga-se, em abono da verdade, que essa história, se bem que algumas vezes repetida, está transcrita de uma maneira incisiva, principalmente o anarco-sindicalismo, as greves gerais, federações e confederações anarquistas no Brasil e em Portugal, assim como a história do anarquismo no mundo e a história da Federação Anarquista Ibérica em dezenas de livros e milhares de artigos. Depois do que ele fez, poucos poderão fazer melhor. Para aqueles que vivem à custa da informação que legou, podem escrever, facilmente, as suas teses de doutoramento e livros. Depois disso, só terão que continuar a sua pesquisa e dar visibilidade social a esse legado histórico que nos deixou. No fundo, não

Edson Passetti numa das vistas que fez à Adegas «Acrata», com especial incidência na sua relação com as espécies vegetais.



se trata de saber quem fez mais ou menos, mas quem teve mais paixão, amor e força energética para traduzir tudo isso em expansão de vida impresso em dezenas de livros e milhares de artigos. Este é o retrato mais genuíno de Edgar Rodrigues. É a personificação que restará para o resto da minha vida.

Do ponto de vista ético e filosófico, na vida e obra de Edgar Rodrigues persiste sempre um denominador comum: uma atitude humanista e uma moral atravessada pela solidariedade, pelo pacifismo, pela liberdade, a igualdade e a fraternidade. A sua profícua escrita em milhares de artigos em jornais e revistas, publicados em diferentes países e regiões da América Latina e na Europa do Sul e na Inglaterra, é um hino de revolta e lucidez contra os malefícios do capitalismo e das ditaduras, mas também é importante como elemento de pedagogia decorrente de um anarquismo moral e ético, que pretende expandir as sementes da anarquia pelo povo trabalhador e por todos aqueles que vivem as vicissitudes da alienação e da ignorância provocadas pelo Estado, partidos, igrejas e o mercado.

Dos grandes amigos que ainda estão vivos, Edson Passetti é insubstituível. Somos diferentes em alguns aspetos, mas é nas interdependências e complementaridades dessas diferenças que nos potenciamos como seres livres e criativos aos níveis da psique, da mente e do corpo. É através destes fatores que tenho aprendido com Edson Passetti a constituir-me como ser que expandiu a sua vida de uma forma intensa e extensa no Brasil. A constante interação reflexiva e analítica que mantenho com Edson Passetti é acompanhada dos prazeres lúdicos da bebida, da comida, da música, das falas, etc., mas também das relações amigas e calorosas que sempre mantive com os Passetti: Dorotheia, Fernando, Bernardo, Gabriel e Fábio. A minha evolução na casa de Edson Passetti é conjugada com a presença dos queridos amigos Salete Oliveira, Lúcia Soares da Silva, Gustavo Simões, Thiago Rodrigues, Acácio Augusto, Beatriz Scigliano Carneiro, Sofia Osório, Ricardo Abussafy, Vitor Osório, Eliane Carvalho, André Degenszajn e Flávia Lucchesi.

Parecerá, à primeira vista, que eu estaria mecanicamente a transpor os muros da PUC-SP quando estive a vivenciar o pulsar quotidiano da revista *Verve* e o centro de investigação Nu-Sol. Nada mais errado. Quando transpus esses muros, quer participando em reuniões do Nu-Sol, quer ainda quando realizava conferências e debates que, depois, seriam publicados na revista *Verve*,

sentia-me numa sensação de criatividade e liberdade científica, porque polarizava a minhas intervenções à volta da afirmação da anarquia. Para a afirmação livre e criativa deste objeto científico, plasmado na minha expansão de vida no Brasil, muito devo ao Edson Passetti, pois sem ele não haveria a revista *Verve* e o Nu-sol. Edson Passetti já nos deu muitos livros e artigos, mas não tenho dúvidas que muitos mais ainda darão à estampa para bem da nossa saúde de mental e da anarquia.

No Rio de Janeiro, sempre tive, em Edgar Rodrigues e na família, um porto de abrigo. Antes e depois da morte de Edgar Rodrigues, tive relações privilegiadas com Robson Achiamé. Foi um grande amigo com o qual tive conversas muito estimulantes e singulares, frequentemente, centradas na paixão pelo anarquismo, uma boa música, comida e um bom vinho, em encontros que tivemos no Largo de São Francisco ou no Bairro Tijuca no Rio de Janeiro. Várias vezes dormi na casa do Robson Achiamé. Antes de Achiamé morrer, em 2014, ainda tive oportunidade de estar com ele em Florianópolis, com Maria Oly Pey e Raquel Stela de Sá.

Quando escrevo sobre João da Mata e a sua companheira Olívia, saliento as causas e os efeitos que o amor, a amizade, a liberdade e a criatividade podem gerar. O apartamento que têm no Rio de Janeiro, nos últimos tempos, tem servido de abrigo quando visito a cidade. Todavia, as atividades da Somaterapia, agora desenvolvidas por João da Mata, são algo que não podemos simplesmente circunscrever a uma prática e a uma teoria centrada na mente e no corpo. Se pensarmos na vida como um todo complexo, abstrato e concreto é evidente que a Somaterapia, como espaço de aprendizagem da eliminação de couraças, está mais situada na vida quotidiana de cada um de nós do que num sistema codificado de leituras e de modelos científicos.

Na generalidade dos casos, persiste quase sempre um denominador comum nos anarquistas que encontrei no Brasil — uma motivação e um desejo enormes de serem a plenitude da liberdade da luta pela emancipação social ao nível do planeta Terra.

O facto é que, quando me permito pensar nas múltiplas relações sociais que tive hipóteses de desenvolver no Brasil, muitas vezes, foi nos interstícios dessas relações não adjetivadas nem ideologizadas pelo anarquismo que aprendi





## CAPÍTULO 9



*Vicissitudes existenciais da loucura  
e da normalidade*



a desenvolver o meu crescimento. Sem querer hierarquizar famílias, comunidades ou regiões, Salvador ocupa um lugar especial. Devo referir neste diapasão: Cleuzete Chagas Freitas, Carlos Baqueiro, Eduardo Nunes, Hilda Braga, Berta, António Mendes, Tavares, Gideoni, Ricardo Liper, Tony Pacheco e João Neto. No meio universitário, não posso esquecer António Silva Magalhães Ribeiro, Ivone Freire Costa, Reginaldo de Souza, Erivaldo Fagundes, George Gurgel e Paulo Guedes.

Em Belém do Pará, também, tive o prazer de sair das instâncias ideológicas do anarquismo e da academia universitária e mergulhar um pouco na vida concreta do dia a dia, tal como ela é atravessada pelos socacos da miséria e da pobreza, com poucas probabilidades de emergir a generosidade e a solidariedade. No entanto, mesmo neste contexto, ainda encontrei alguns resquícios da minha vida no Brasil. Entre as várias pessoas que conheci e do seu trato fraterno e livre, diálogos espontâneos e informais, não me cansarei de enunciar o papel de Nilson Oliveira, como poeta e escritor brasileiro, com extrema identidade com as ideias e as práticas libertárias. Em Belém, não posso esquecer as minhas queridas amigas Cristina Maneschy e Angélica Alberto da UFPA/PPGCS, e Ida Lenir Gonçalves da Faculdade do Pará. A todas estas amigas subsiste uma dádiva de carinho e gratidão, ainda que diferenciadas, em função das dialogias que construímos e por me ensinarem a relacionar-me fora dos lugares tradicionais e institucionais, pondo a amizade e a solidariedade à frente dos esquemas habituais dos protocolos universitários.

Por último, como base de expansão da minha vida no Brasil, cumpre-me referenciar toda a hospitalidade repleta de carinho, amizade, liberdade e criatividade corporizada em Fernando Bomfim Mariana e Sandra, sua companheira, que me concederam estadias em Caicó e Brasília, respetivamente, em 2016, 2018 e 2019. Com eles, aprendi a compreender as relações subsistentes entre a vida de qualquer professor nos espaços públicos, nas universidades e a vida familiar privada. Desta aprendizagem, extraí ilações que me permitiram potenciar a minha difusão no Brasil. Cheguei à conclusão, neste capítulo, que, no Brasil, tive oportunidade de viver como nunca o anarquismo e a anarquia enquanto realidades analítica, reflexiva, científica e ideológica.



## **Antecedentes, causas e caminhos movediços da normalidade e da anormalidade**

Quem chega ao estado de loucura sofre as vicissitudes de internamento e de tratamento psiquiátrico. Pessoalmente, estive nessa situação um período intermitente de seis meses, para os paladinos da normalidade societal e da ciência da medicina, qualquer comportamento desviante ou transgressor da espécie humana indiciam ou são sintomas de anormalidade. Num momento específico da minha vida, a 5 de março de 2010, fui apanhado nesta onda de transgressão, resultante da minha instabilidade cognitiva e emocional, sendo constringido ao internamento psiquiátrico no Hospital Júlio de Matos, em Lisboa.

Para redigir uma narrativa autobiográfica sobre a loucura, onde eu sou o principal ator é difícil, senão impossível, na medida em que não sou suficientemente lúcido para percecionar objetivamente a verdade dos factos que ocorreram numa multiplicidade de contextos em que estive presente. Sabendo de antemão estes riscos, em última instância, farei uma autoanálise o mais sincera possível, que não será desprovida de razão, de memória e de lucidez crítica para esse efeito.

Durante o período intermitente em que estive internado no Hospital Júlio de Matos, entre 5 de março de 2010 e 23 de setembro de 2011, tendo em conta os poucos dias desprovido de razão e de normalidade, na grande maioria do tempo, tinha noção da realidade, assim como da memória e do discernimento introspetivo e extrospetivo, o que, manifestamente, me permitiu, ao mesmo tempo, evoluir para uma diversidade de períodos de loucura comportamental. Ainda que com sofrimento existencial, tive a capacidade de compreender, interpretar e de explicar o conteúdo das relações e interações sociais normativas da loucura em que fui um ator crucial. Para todo o tipo de sociedades contemporâneas em que persistimos, naquele momento, eu personificava a negação de tudo o que tinha aprendido e vivido como um ser normal, nas múltiplas aceções da palavra que o epíteto do conceito «normal» encerra. Ao atingir a condição de «ser anormal», em qualquer circunstância, eu deveria ser corrigido, reprimido, enclausurado e controlado numa prisão designada hospital psiquiátrico, com o consentimento da família e a legitimidade de todas as

instituições, as instâncias da sociedade, vocacionadas para esse efeito: Estado, GNR, bombeiros, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, seguranças e técnicos auxiliares de psiquiatria.

Independentemente ou não de possuir a capacidade de seguir esta aventura e de trazer para o presente uma memória, muitas vezes, configurada pela abstração visionária, isso não me impede de caminhar no sentido de me autodesconstruir num ciclo histórico, inscrito numa trajetória biológica e social em que posso, objetiva e subjetivamente, seguir, simultaneamente, uma narrativa construtiva ancorada numa autoanálise de um ator singular de ações individuais e coletivas, no teatro de loucura. Claro que, nesta viagem da normalidade para a loucura e desta para a normalidade, existe o antes e o depois. Da causalidade aos efeitos, e destas à causalidade, subsistem sempre correlações diretas que não podem ser ignoradas, na estrita medida em que comportamentos desviantes anormais são passíveis de emergir em tudo o que se refere à esfera do comportamento humano que a sociedade convencionou chamar de loucura ou de doenças mentais.

Aliás, existe toda uma conceção da loucura e dos loucos que implica perceber cada indivíduo como normalizado, mas também, potencialmente, como provável louco, a partir de um comportamento padrão específico de desvio e transgressão. O «normal», nestas circunstâncias, olha para o «anormal» com medo, distancia-se, opta pelo ostracismo, a segregação, censura, alheamento, gozo, riso, preconceito, intolerância, violência e controlo. A força estruturante do modelo comportamental padrão dos «normais» é consubstanciada em milhares de milhões de seres humanos, cujo intuito e fundamento básico consiste em destruir e coartar a criatividade e a liberdade singular desses milhões de seres humanos anormais, que ainda subsistem no planeta Terra, ao mesmo tempo que procuram torná-los, novamente, seres humanos normalizados. Tendo presente a existência de quase oito mil milhões de seres humanos no planeta Terra, não admira que, perante o contexto atual, uma parte substancial dos seres evolua para a loucura, daí que anteveja uma tarefa gigante de construção de milhões de prisões e de hospitais psiquiátricos no mundo inteiro, cuja função específica é tornar doentes mentais «anormais» em doentes mentais «normais».

Partindo dos pressupostos analíticos e introdutórios, como ser humano aculturado pela civilização judaico-cristã, fui a expressão genuína de um ser social e normalizado até atingir os 64 anos. No fundo, era um protótipo perfeito que, em alguns momentos da minha vida, brincava com alguns que eram considerados loucos. Todavia, considerava esta forma de tratar os «doentes mentais» negativa, não obstante fosse ator de uma luta histórica contra o Estado e o capitalismo. Nesses domínios, tinha um comportamento radical e marginal desse protótipo comportamental, a ponto de me tornar apologista da extinção de todas as prisões e de todos os hospitais psiquiátricos, uma forma explícita de acabar com as diferenças e dualismos existenciais entre anormais e normais. Quando cheguei a assumir a situação de «doente mental», apercebi-me que não me valia muito ser crítico das prisões e dos hospitais psiquiátricos, na medida em que como «doente mental» fui desprovido de liberdade e de criatividade relacional, mental e psíquica, tendo ficado manietado em todos os sentidos pelos psiquiatras, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, técnicos auxiliares, funcionários administrativos, seguranças.

Posso, assim, introduzir, neste capítulo, o que, no fundo, vivi como experiência única na minha vida quando não tinha, ainda, atingido os 65 anos. Para me constituir como uma variável explicativa de mim mesmo, no meu entendimento, e em primeiro lugar, tenho de perceber quais as causas fundamentais que estiveram na origem da minha passagem da normalidade para a anormalidade comportamental, convencionada pela sociedade de estado de loucura. Em segundo lugar, devo sobretudo referir quais as manifestações comportamentais que indiciaram o início da minha loucura, a 5 de março de 2010. Em terceiro lugar, nos quatro períodos de internamento intervalados por 17 dias, 28 dias, 20 dias e 5 dias no Hospital Júlio de Matos, procurei descortinar das incidências e conteúdos das minhas relações sociais, com os denominados «loucos», com quem partilhei o mesmo pavilhão e, por outro lado, de todos os auxiliares de enfermagem, enfermeiros e médicos que, desde o início do meu internamento, foram responsáveis pelas terapias psiquiátricas. Finalmente, devo referir a função dos fármacos relativamente à minha loucura, tendo em atenção os efeitos perversos e terapêuticos que me provocaram dentro e fora dos períodos de internamento psiquiátrico.

Sem ter a pretensão exaustiva de compreender e analisar as eventuais causas e efeitos que estiveram na origem da minha entrada no «mundo dos loucos», penso que, num primeiro momento, provém das contradições e conflitos gerados no seio das sociedades contemporâneas e, sobretudo, na sobreposição dos valores da civilização judaico-cristã, no contexto do processo de aculturação da espécie humana, que perdura há mais de 2020 anos. Senti na pele, desde criança, não somente a natureza da exploração e da pobreza entre indivíduos, grupos e classes sociais, como também nos processos de educação nas escolas primárias, secundárias e universitárias, como o modelo padrão de dedução vigente nas famílias e nas relações sociais padrão, baseadas na propriedade privada e coletiva do Estado, em relação à posse de riqueza social. Esta realidade projetou-me para uma ação individual e coletiva sustentada pela revolta, articulada com o objetivo máximo de consecução da revolução social. Daqui, decorre um conjunto de prioridades inquestionáveis para eliminar, de uma vez por todas, Estados, fronteiras, pátrias, capitalismo, liberais, comunismos, socialismos, fascismos, democracias, indo ao ponto de propor a extinção de qualquer anarquismo que tivesse a veleidade histórica de se institucionalizar e formalizar como modelo de sociedade utópica ou heterotópica.

Discuti, conversei, zanguei-me, entrei em contradições e conflitos com os meus companheiros de luta, mas a chama que me deu força de lutar por uma sociedade libertária, só teve o seu início nos princípios da década de 1970. Por um lado, por ter participado em greves, quer escrevendo e distribuindo panfletos às portas das fábricas de Lisboa e nos mercados dos arredores de Paris. Por outro, escrevendo livros, capítulos de livros, artigos em revistas e jornais anarquistas, organizando e participando em feiras de livro, festivais de música e festas libertárias, acampamentos, piqueniques, debates, conferências, colóquios, sem exceção; todos esses aspetos corroboram e consubstanciam os grandes objetivos da minha luta pela emancipação social.

Numa relação introspetiva e extrospetiva da minha vida profissional de professor universitário não posso deixar de enunciar as contradições e conflitos que chocaram frontalmente com o meu carácter de ser humano e percepção sensorial cognitiva e emocional. A emergência dessas contradições e conflitos surgiram no ISEG–UTL, no ano letivo de 2003/2004. A frustração foi de tal

ordem, em relação ao resultado final da votação de uma proposta de criação de uma licenciatura em Sociologia Económica, que eu, como um dos coordenadores dessa proposta, me senti enxovalhado, diminuído, sabotado, para não dizer vítima de pessoas que se diziam professores universitários, mas que, em termos éticos, morais e de carácter, deixavam muito a desejar. Das contradições e conflitos inerentes à conduta da minha pessoa, devo referir o sofrimento, a negatividade e a angústia das sucessivas frustrações provocadas pelas tentativas revolucionárias, protagonizadas por atores anarquistas. Desse modo, deixei de pensar e agir em termos de grupos ou classes sociais e a perceber-me como indivíduo singular, integrante da espécie humana. Por outro lado, esta não podia mais ser considerada como uma entidade antropocêntrica deificada por Deus e por todas as religiões, como se possuísse um poder único e discricionário que pode destruir tudo, matar a seu belo prazer, transformar e escravizar, incluindo as espécies animais e espécies vegetais, seguindo os ditames das pulsões de morte da civilização judaico-cristã.

Todas as causas e efeitos que referi foram a fogueira que gerou o fogo da conflitualidade interna e externa, de forma intensa e extensa, dando azo a um mal-estar progressivo inaudito, que ainda não tinha sentido até ao final do ano de 2009. Para chegar à explicação deste ponto, há que fazer referência a contradições e conflitos que emergiram na minha vida laboral, como profissão, qualificações e competências, inscrito na estrutura da divisão social do trabalho e, por último, como base de poder inscrito na condição de professor catedrático no ISEG, desde 1994. No campo específico dos valores e relações sociais entre professores, alunos e funcionários, por esta via, posso discernir sobre a tipologia das relações de causa e efeito que construí e desenvolvi, por forma a explicar a minha trajetória biológica e social. É evidente que não posso nem devo omitir outras contradições e conflitos que derivavam da minha ideologia anarquista, da minha personalidade e carácter singulares, que sustentam as minhas relações intrapessoais, interpessoais e outras a nível grupal, organizacional e societal, no seio da espécie humana e nas relações desta com outras espécies animais e vegetais. Saindo das análises idealizadas dos modelos complexos, abstratos, utópicos e heterotópicos da sociedade, da religião ou da civilização, o facto é que a vida concreta e real do mundo do trabalho e da sociedade leva-nos a uma



aprendizagem da vida sem reticências e ilusões platónicas, para mergulharmos no dia a dia da assunção pragmática da pulsões de vida ou de morte que estão, sistematicamente, articuladas com as decisões, motivações, atitudes, escolhas decorrentes do labirinto dos conflitos e das contradições. Estes são o contraponto das reações e interações comportamentais que, quando não superados, dão origem a traumas e mazelas não resolvidas e, muitas vezes, têm continuidade a partir da ação individual e coletiva no tempo do processo e da organização do trabalho. Passado um tempo, em situações de conflitualidade e contradições internas intensas e extensas, é normal que qualquer ser humano perca a estabilidade normativa em termos cognitivos e emocionais.

No meu caso, quando fui promovido a professor catedrático, em 1994, cheguei ao patamar da carreira universitária, com a probabilidade privilegiada de assumir o máximo de poder na estrutura da autoridade hierárquica formal, em qualquer universidade portuguesa. É um estatuto superior no patamar mais alto do prestígio social, dando azo a poder exercer funções e tarefas traduzidas no exercício de maior poder, capacidade de liderança e de tomada de decisão nas relações sociais que envolvem professores, funcionários e alunos. Por questões de carácter e personalidade, refletia e tomava decisões que iam sempre no sentido da expansão do Departamento de Ciências Sociais e da secção de Sociologia, em particular, no âmbito da sua expansão como objetos científicos do ISEG–UTL. Esta atitude não era muito querida por uma parte dos professores dos Departamentos de Matemática, de Economia e de Gestão, na medida em que, alguns professores destes departamentos, consideravam o objeto científico da Sociologia como algo semelhante às ciências ocultas. Esta posição levada ao extremo era corroborada por alguns professores da secção de História, do Departamento de Ciências Sociais. A visibilidade da luta por parte da secção de Sociologia não estava estruturada e legitimada como objetivo científico nesta querela entre «ciências exatas» e «ciências ocultas», mas como a secção de Sociologia tinha criado, entretanto, um prestígio institucional e científico junto das comunidades científicas nacionais e internacionais, desde a década de 1990, com a criação de um doutoramento em Sociologia, do título de Agregação em Sociologia, um doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações e do mestrado em Sistemas Sócio Organizacionais da

Atividade Económica, a oposição contra o prestígio e legitimidade da existência do objeto científico no ISEG foi-se desvanecendo.

Para aqueles que pensavam que só os seus objetos científicos podiam ser valorizados indefinidamente, apareceu um contraponto na evolução da Sociologia, que tendia para uma expansão identitária relevante com um objeto científico próprio, deixando de ser um mero instrumento disciplinar dos desígnios de Economia, Matemática e Gestão. A progressão da Sociologia no ISEG–UTL era um perigo para aqueles que se opunham à expansão. Em sintonia com esta progressão, o SOCIUS/ISEG–UTL, que tinha sido criado em 1991, conseguiu adquirir um estatuto de excelência científica nacional e internacional, o que provocou inveja e medo aos que viam na Sociologia algo que jamais deveria progredir.

Quando exerci a presidência do Departamento de Ciências Sociais, no ano de 1999, tentei que os diferentes objetos científicos deste departamento (História, Direito e Sociologia) fossem legitimados e institucionalizados, com base na criação de uma nova licenciatura, dignificando a situação do Departamento de Ciências Sociais, tal como ocorria com Economia, Gestão e Matemática Aplicada à Economia e Gestão. Tudo fiz para congregar esforços nesse sentido, tendo, para o efeito, ajudado a construir um objeto científico intitulado de licenciatura em Administração Económica e Social. Depois de várias tentativas de consensualização junto da secção de História, até com a opinião contrária de alguns professores da secção de Sociologia, devo referir que o apoio dos professores Fernando Medeiros e Ilona Kovács foi bastante importante para que essa proposta fosse viabilizada e apresentada, originalmente, como uma nova licenciatura em Administração Económica e Social, no Plenário do Conselho Científico do ISEG–UTL, a 27 de maio de 1999.

Quando se passou à reflexão, debate e decisão sobre a proposta de criação de uma nova licenciatura em Administração Económica e Social, limitei-me a destacar os pontos essenciais dos contornos científicos, pedagógicos e inovadores da nova licenciatura no plano nacional e internacional, não só pela sua originalidade científica, mas também pela abertura do mercado em relação às novas competências e qualificações que a licenciatura dava aos futuros licenciados do ISEG–UTL. Numa tentativa de reforçar os aspetos positivos e originais da nova licenciatura, foquei o carácter interdisciplinar que continha,

desenvolvendo a natureza da estrutura curricular, no que respeita os aspetos das ciências sociais, administrativas e económicas em curso. Os oponentes à criação desta nova licenciatura já estavam destacados para que a proposta fosse descaracterizada e assumida como pouca validade científica por parte de outros professores dos outros departamentos e sem que os meus colegas do Departamento de Ciências Sociais tivessem sequer levantado um dedo ou pronunciado a favor da proposta de criação de uma nova licenciatura.

Em presença deste quadro reflexivo e decisório, o Presidente do Conselho Científico, professor Jorge Santos, paradoxalmente, perguntou-me se mantinha a proposta ou se a retirava. Ainda tentei falar com os meus colegas do Departamento de Ciências Sociais para perceber o que pensavam, mas facilmente cheguei à conclusão que estava só e não estava motivado para tentar inverter uma batalha de antemão perdida. Ponderei e respondi, de seguida, que retirava a proposta de criação de uma nova licenciatura. Para mim, foi um murro no estômago, se pensarmos em termos do desgaste psíquico e mental traduzido numa grande desilusão, no que concerne à confiança que depositava nos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais e, por outro, da manifesta incapacidade institucional e científica dos outros professores dos departamentos de Economia, Gestão e Matemática em compreender o objeto científico da nova licenciatura, que só por uma questão de poder ou de ignorância indiciava uma impossibilidade de comunicar com linguagens científicas diferentes. Destaco e repito estes aspetos, que já foquei noutra capítulo, porque a génese das contradições e conflitos internos e externos que me levaram à loucura resultaram, em parte, da extenuação, instabilidade emocional, psíquica e mental a que fui submetido desde então.

Esta situação de contradição e de conflitualidade manifestas não diminuiu a minha força de vontade de lutar pela criação de uma nova licenciatura identificada com os objetos científicos das secções do Departamento de Ciências Sociais, só que, desta vez, tinha aprendido a lição de tornear as fações e os poderes dos catedráticos nas ciências sociais, já que o poder discricionário destes podia destruir, à partida, qualquer tentativa de proposta científica idónea, como a que tinha ocorrido em 1999. Para prevenir esta hipótese perversa, tudo fiz para criar uma licenciatura com a participação de todos os departamentos,

razão pela qual foram convidados 18 professores de todos os departamentos do ISEG para opinarem sobre a estrutura curricular de uma nova licenciatura em Sociologia Económica, ao mesmo tempo que, passado algum tempo, foram solicitados 6 pareceres a peritos nacionais e internacionais sobre a referida licenciatura. Diga-se que, inicialmente, a elaboração da proposta e a redação final foi obra dos professores João Peixoto e Rafael Marques.

Como consequência cronológica deste processo, a 5 de junho de 2003, foi aprovada a criação de uma nova licenciatura em Sociologia Económica, no Plenário do Conselho Científico do ISEG-UTL. O resultado da votação foi bastante expressivo, sendo que 95% dos professores presentes votaram a favor, 5% votaram contra. O conteúdo das intervenções neste plenário foi francamente favorável à criação da licenciatura. A maioria das intervenções focaram na originalidade, identidade, atualidade e pertinência científica no quadro interdisciplinar do ISEG-UTL e nas lógicas das mudanças existentes nas sociedades contemporâneas. Para a licenciatura finalizar o processo de institucionalização e formalização, tinha de passar pelo Senado da UTL. Desta vez, a proposta da nova licenciatura em Sociologia Económica foi votada por professores e estudantes das 7 unidades orgânicas da UTL. Como já analisei no capítulo 5, a votação na secção Científica foi de 9 votos a favor e de 3 votos contra, na secção Administrativa-Financeira foi de 12 votos a favor e 4 votos contra, por fim, na secção Pedagógica a votação foi de 4 votos a favor e 6 votos contra. Diga-se que esta proposta de criação de uma nova licenciatura em Sociologia Económica só foi derrotada no Senado da UTL porque, na secção Pedagógica, os representantes do ISEG-UTL não compareceram na reunião, propositadamente, sabotando a votação que poderia e deveria ser favorável à criação da licenciatura na secção Pedagógica.

Mais tarde, no dia 18 de novembro de 2004, foi requerida uma nova reunião do Plenário do Conselho Científico do ISEG para adaptar as licenciaturas ao Processo de Bolonha. Na ocasião, a proposta do Presidente do Conselho Científico, professor José Luís Cardoso, era que todas as licenciaturas, incluindo a de Sociologia Económica, deveriam ter um tronco comum, no 1.º ano. Estive contra esta hipótese e sugeri que fosse tomada uma decisão autónoma para o caso específico da licenciatura em Sociologia Económica, o que

aconteceu através de uma votação com 95% dos votos favoráveis e 5% de votos contra. O presidente do Conselho, sentindo-se melindrado nas suas atribuições, tomou decisões contraproducentes. Em primeiro lugar, desautorizou o reitor José Lopes da Silva de iniciar novas reuniões com o ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), introduzindo elementos de conflitualidade institucional que já tinham sido superados. Por outro lado, destituíram-me de todas iniciativas que lidavam com a criação da nova licenciatura e forjaram, meticulosamente, a hipótese de criação de uma nova licenciatura em Sociologia, de parceria entre o ISEG–UTL e o ISCSP–UTL. Esta solução passou a ser protagonizada por outros colegas da secção de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e o Presidente do ISCSP. Se me perguntarem onde está o resultado concreto da criação dessa nova licenciatura em Sociologia, pura e simplesmente, não sei.

Este quadro recheado de contradições e conflitos demonstra até que ponto a criação e a destruição de valências científicas na universidade pode ser uma prática recorrente. No meu caso, este exemplo foi extremamente doloroso e deixou marcas permanentes na minha autoestima e liberdade criativa. No mais, também ficou demonstrado à saciedade, que a prática da democracia, no seio das universidades, é uma coisa muito séria quando mesclada pelo exercício do poder e as idiosincrasias dos professores universitários. As consequências desse processo afetaram, igualmente, a minha atitude em relação às injustiças e aos conflitos que tinha vivido com outros professores e iniciei um período de desmotivação comportamental no que concerne às diferentes funções que exercia no ISEG–UTL.

Sem me aperceber, momentaneamente, destas derrotas e sucessivas frustrações na consecução e expansão do objeto científico da sociologia, sofri imenso e desgastei-me com o desperdício de imensas energias. Por outro lado, fiquei traumatizado com todas as artimanhas, golpes e contragolpes traiçoeiros baseados num exercício de poder desonesto, cuja função fora adquirir prestígio social a todo o custo através do exercício profissional da ciência, seja investigador ou professor. Nesse momento, valeu tudo: chantagens, mentiras, sacanices, traições, sabujices de todo o tipo. O que vale no meio desta insignificância comportamental, é que existem pessoas que personificam exatamente

o contrário de tudo isso. Mais uma vez, retiro como grande lição o caráter ou a personalidade de cada professor em todo esse processo. Após ter despendido de tanta motivação, energia e dedicação para criar uma nova licenciatura no ISEG, de frustração em frustração, de sofrimento em sofrimento e sem ter ainda desistido ou abandonado de vez os meus objetivos, potenciado pela força da avaliação do SOCIUS/ISEG–UTL pela FCT, em 2007, resolvi escrever uma carta formal ao Presidente do Conselho Científico do ISEG–UTL, Professor José António Pereirinha:

*Tendo presente os resultados do SOCIUS no âmbito da Avaliação de Unidades de ID 2007 pela FCT, venho solicitar a V. Exa. a reabertura do processo institucional e científico conducente à criação de uma nova licenciatura em Sociologia Económica no ISEG–UTL, com caráter de urgência, por forma a que a sua concretização definitiva tenha início no ano letivo de 2009/2010.*

*Relembro a V. Exa. que essa decisão já foi tomada no Plenário do Conselho Científico do ISEG de 18 de novembro de 2004. Por outro lado, relembro, ainda, que, não obstante a referida proposta ter origem na Secção de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais, teve a participação de dezoito (18) docentes dos quatro (4) departamentos do ISEG.*

*Com os melhores cumprimentos.*

*18 de dezembro de 2008*

Como consequência, mais tarde, surgiu a resposta:

*Ao Prof. José Maria Carvalho Ferreira,*

*Este assunto foi tratado na reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Científico. A CCCC, considerando que são demasiado apertados os prazos que seriam necessários para que uma nova licenciatura iniciasse o seu funcionamento no ano letivo de 2010/2011, por outro lado, considerando o caráter estratégico que o lançamento de uma nova licenciatura acarretaria para o ISEG, entende que este assunto deva ser submetido aos novos órgãos de gestão do ISEG, tendo em consideração o momento de que a Escola vive atualmente.*

*27 de Janeiro de 2009*

*JAP*

Para mim, era um golpe final nas esperanças da criação de uma licenciatura e, como consequência, a secção de Sociologia nunca iria constituir-se com um objeto científico autónomo e singular: licenciatura, mestrado e doutoramento, adaptado ao Processo de Bolonha no ISEG–UTL. Ou seja, com uma base institucional e científica do processo com o 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo. A tristeza aumentou e comecei a perder o gosto de ensinar e de estar na sala de aula, ao mesmo tempo que as minhas relações com os meus colegas se tornaram tensas e conflituais.

No intervalo destas peripécias, surgiu um problema grave com a minha colega Maria Rita Duarte Raposo, a 24 de maio de 2007. Na ocorrência, enquanto professora auxiliar, tal como todos os professores auxiliares, quando fazem 5 anos nessas funções, são obrigados a elaborar um relatório de atividade científico-pedagógico ao abrigo do Art.º 20 do ECDU (Estatuto da Carreira Docente Universitária). O processo é, depois, objeto de dois pareceres, de dois professores catedráticos especializados no objeto científico da Sociologia. Uma vez que esse relatório, elaborado pela professora Maria Rita Duarte Raposo, chega ao Conselho Científico do ISEG–UTL, o presidente deste órgão encarrega-se de nomear os dois professores catedráticos que sejam especialistas da área científica e elaborem o respetivo parecer. Neste caso, foram nomeados a professora Ilona Kovács e eu. No prazo estipulado, os pareceres foram enviados para a Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISEG–UTL, constituída por dez membros — 2 professores de cada departamento, um presidente e um vice-presidente do conselho científico. Geralmente, quando os pareceres dos especialistas são favoráveis a votação é unânime. Não foi o que ocorreu com Maria Rita Duarte Raposo, pois teve a nomeação definitiva recusada por 5 votos contra e 3 votos a favor.

Os incidentes que se seguiram foram de autêntica violência psíquica e moral junto de Maria Rita Raposo e sobre mim, na medida em que sempre tive uma relação identitária e de amizade profunda com ela. Esta não se deu por vencida e, como tal, contestou a decisão da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, de 24 de maio de 2007, alegando da incongruência científica e pedagógica da decisão sobre a não nomeação definitiva como professora auxiliar, a 5 de julho de 2007. A CCCC, ao verificar o conteúdo da resposta de Maria

Rita Duarte Raposo, fez-lhe a vida negra, a ponto de utilizar todos os pretextos para que ela abandonasse as suas reivindicações, enquanto utilizava todos os mecanismos que poderiam levar ao despedimento.

Como era responsável pela disciplina de Sociologia e Maria Rita Duarte Raposo lecionava as turmas T3 e T5, no ano letivo de 2007/2008, após a decisão negativa da CCCC e a contestação de Maria Rita Duarte Raposo enviada à CCCC, o grau e a natureza da conflitualidade aumentaram substancialmente, levando à insinuação de utilização da persuasão policial para evitar que a professora Maria Rita Raposo pudesse dar as suas aulas e, assim, haver prova de justificação para o seu despedimento.

Os presidentes do Conselho Científico e do Departamento de Ciências Sociais tentaram realizar reuniões informais comigo, no sentido de destituir Maria Rita Duarte Raposo da lecionação da disciplina de Sociologia, o que equivaleria a justificar, na prática, o seu despedimento. Recusei essa solução de uma forma perentória. De início, foi uma luta informal, cheia de jogos e joguinhos negativos, nebulosos, difíceis de perceber e confrontar. Depois, perante um panorama maquiavélico, que me deixava numa situação insustentável a nível emocional, exigi que todo esse processo passasse a uma situação formal escrita assente em regras legais. Em suma, passado algum tempo, tive de me demitir da responsabilidade da disciplina de Sociologia para evitar que o poder instituído do ISEG–UTL tivesse a veleidade de realizar, na prática, o despedimento de Maria Rita Duarte Raposo, realidade que o poder instituído desse órgão pretendia obter, mas não conseguiu. Senti-me só e, muitas vezes, desesperado perante esta situação atroz, revoltado e impotente, sem qualquer poder para evitar o que estavam a fazer à Maria Rita Raposo.

Esta sempre foi uma mulher forte com muita energia, e nunca se deixou vergar perante gente sem ética e sem moral científica e humana. Maria Rita Duarte Raposo, na luta que travou contra a CCCC, a 27 de março de 2008, fez chegar à CCCC uma providência cautelar emitida pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Para os devidos efeitos, eis a transcrição dessa providência cautelar da Ata da Reunião n.º 420, de 27 de março de 2008.



*4.6. Providência Cautelar da professora Maria Rita Duarte Raposo.*

*A Comissão Coordenadora do Conselho Científico tomou conhecimento da decisão proferida pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, que suspendeu a eficácia dos atos pelos quais foi retirado, à Doutora Maria Rita Duarte Raposo, o serviço de aulas. Tendo em consideração o facto de a Doutora Maria Rita Duarte Raposo não ter tido serviço docente atribuído no 2.º semestre do presente ano letivo em unidades curriculares das licenciaturas, apesar de, em reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Científico de 12 de Abril de 2007 ter afeto serviço de aulas na unidade curricular de Sociologia da Cultura e do Consumo, esta não ter funcionado, não lhe está atribuído serviço de aulas para o presente semestre do corrente ano letivo.*

Este acumular de contradições e conflitos internos e externos com contingências profundas, na minha vida pessoal, atingiu o seu limite no campo da estabilidade emocional e comportamental, no ano de 2009. Os conflitos tornaram-se demasiado perversos quando se tratava de tomar decisões ao nível da Comissão Coordenadora do Conselho Científico e foi um ano de mudanças importantes a nível científico, pedagógico e diretivo do ISEG–UTL.

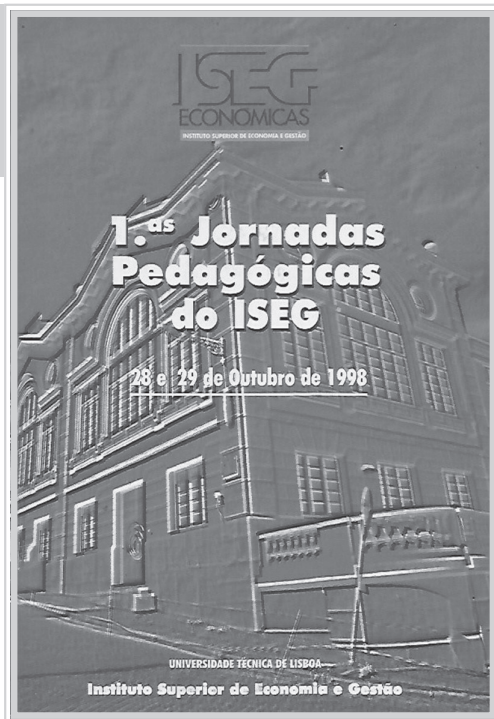
De facto, desde as modalidades de composição, metodologia e eleição deste órgão, e as novas atribuições do conselho científico, ao abrigo do novo Decreto-Lei n.º 205/2009, pp. 5729–5757, determinou uma série de mudanças estruturais e institucionais que iriam afetar muito a autoridade hierárquica dos professores catedráticos, associados e auxiliares, a partir do qual os professores catedráticos passaram a usufruir de mais poder e competências sobre os professores associados e os professores auxiliares na gestão da escola, através da criação de um Conselho de Escola, que passava a exercer o poder no ISEG–UTL com implicações no controlo e decisão dos outros órgãos, nomeadamente, sobre o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico. Para a consecução destas mudanças, o antigo Conselho Diretivo do ISEG–UTL foi extinto.

Em relação ao Conselho Pedagógico, não houve mudanças, sendo que a metodologia da sua eleição e composição não tinha mudado — um doutorado e um assistente por cada departamento (Economia, Gestão, Matemática, Ciências Sociais) e oito estudantes, o que, no total, fazia com que o Conselho

Primeiras Jornadas Pedagógicas do ISEG-UTL, em 28 e 29 de outubro de 1998, no período em que fui Presidente deste órgão, entre 1996 e 2000.

Pedagógico funcionasse com 16 membros. O Conselho Geral era composto por professores de diferentes categorias e personalidades da sociedade civil de grande notoriedade e por funcionários. Em princípio, poderiam constituir-se várias listas para dar corpo à eleição de um presidente para a gestão da Escola, cujo poder hierárquico recaía sempre num professor catedrático. Outra mudança importante que ocorreu no ECDU levou à extinção do plenário do Conselho Científico e da Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISEG-UTL, ao mesmo tempo que é criado um novo Conselho Científico, composto por 20 membros eleitos por professores das diferentes categorias e por membros das unidades de investigação do ISEG-UTL, que tiveram, entretanto, uma avaliação excelente por parte da FCT. Entre essas unidades de investigação, estava o SOCIUS/ISEG-UTL.

Outro caso emblemático que deu corpo e forma à minha luta no ISEG-UTL contra os que não sabem viver a diferença por métodos democráticos, esteve na conceção retrógrada e antipedagógica dos que olhavam para o processo de aprendizagem de conhecimento científico envolvendo professores, alunos e funcionários, como uma função de menoridade na universidade. No caso específico da eleição para presidente do Conselho Pedagógico do ISEG-UTL, em 2009, sucederam-se episódios macabros de teor surrealista que vale a pena descrever. O Conselho Pedagógico era composto por quatro doutores e quatro assistentes, dois destes membros pertenciam aos departamentos de Economia, Gestão, Matemática e Ciências Sociais. Por outro lado, o Conselho Pedagógico



era composto também por oito estudantes. A minha experiência de presidente neste órgão já tinha tido antecedentes durante quatro anos, sendo que era normal que cada departamento indicasse uma lista dos elementos que iriam compor o novo Conselho Pedagógico. Pois bem, eu concorri a esse lugar, sabendo que tinha um opositor. Qual não foi o meu espanto ao saber que o presidente do meu departamento tinha arranjado uma lista contra a minha candidatura. Ademais, todos os professores e assistentes dos outros departamentos fizeram um contrato que consistia em votarem todos contra mim. Em contrapartida, como os estudantes já sabiam do meu comportamento precedente como presidente do Conselho Pedagógico, entre 1996 e 2000, tomaram a iniciativa de me apoiar, sem qualquer tipo de reticências.

No dia anterior ao processo de eleição, o professor Carlos da Silva Ribeiro, que já se julgava na cadeira de presidente eleito, veio ao meu gabinete, na Rua Miguel Lupi, em Lisboa, tentar dissuadir-me de concorrer ao cargo de presidente do Conselho Pedagógico do ISEG–UTL, prometendo-me integrar alguma das minhas propostas no seu programa, mas para isso teria que desistir. Claro que respondi que não desistia. O dia das eleições foi um ato falhado de memória histórica para os arquivos do ISEG–UTL. Tudo o que se passou nesse dia deveria ser filmado ao mais ínfimo pormenor para se poder ter uma noção mínima dos acontecimentos que ocorreram no Salão Nobre da Rua do Quelhas, em Lisboa. Na hora marcada para a eleição do presidente do Conselho Pedagógico, persistia uma certa angústia e receio perante o decorrer do processo eleitoral, devido à grande inabilidade comportamental e autoritarismo do presidente precedente, professor Carlos da Silva Ribeiro. Como primeiro procedimento da votação, não permitiu que o local da votação fosse privado e reservado a cada eleitor, por forma a que o voto na urna fosse, efetivamente, secreto. Enervou-se e não deixou que se fizesse qualquer alusão ao conteúdo dos programas, que eram objeto de eleição. Por outro lado, os professores e assistentes, menos eu, fizeram uma declaração oral que só votariam no professor Carlos da Silva Ribeiro. Mesmo com estas condicionantes aberrantes e ilegais num processo de votação, dita democrática, como, ainda, faltava realizar uma disciplina de Matemática a uma aluna, esta foi obrigada a preencher o boletim de voto junto do professor Carlos da Silva Ribeiro, que

era o professor de matemática. Em consequência, esta aluna, com medo das represálias que este lhe poderia fazer, votou nele. De qualquer das formas, no geral, consegui obter sete votos, enquanto que o professor Carlos Silva Ribeiro, que foi eleito, obteve oito votos.

Todas estas contradições e conflitos internos e externos em que participei e fui protagonista com alguma plasticidade social no ISEG–UTL, pela sua intensidade e extensão, explicam em grande parte, a desconformidade e a instabilidade do meu carácter, que caminhava a passos largos no sentido da loucura. Esta evolução agravou-se profundamente, desde o início dos anos 2000 até final de 2009. Foram realidades conflituais que mexeram muito comigo a diferentes níveis, obrigando-me a reagir e a lutar contra as adversidades que me impediam de ser livre e criativo, no espaço da universidade, razão pela qual a minha maneira de ser, já em 2009, denotava uma orientação conjugada por gritos e exaltação emocional em determinadas relações intrapessoais e interpessoais. Não foi de ânimo leve que deixei que as minhas emoções, contradições, revoltas e injustiças culminassem num labirinto de elucubrações utópicas, filosóficas, ideológicas e societárias, por vezes, mergulhado em expressões nebulosas e abstratas pelas incidências da emergência histórica do mundo virtual.

Em pleno contexto das contingências das novas tecnologias, é lícito pensar que o mundo virtual, inerente aos processos de sociabilidade, estava a sobrepor-se às relações clássicas do mundo real. A informação, o conhecimento e a energia virtualizaram-se como dilema comportamental da espécie humana, assim como visualizaram a pobreza e a miséria como algo meramente abstrato e complexo; o planeta Terra, enquanto realidade palpável, é cada vez mais sentido como um dilema histórico finito de todas as espécies animais e vegetais, dando a sensação de que caminhamos para um abismo existencial, o que me levava, assustadoramente, para a iminência da implosão da minha mente, da psique e do corpo. Estas práticas humanas mutilam e agredem as nossas amizades, amores, liberdades, afetos e saudades. É a realidade nua e crua mais palpável porque invadia, todos os dias, os meus órgãos sensoriais, dentro e fora do local de trabalho.

Numa outra dimensão sensorial, sentia o mesmo dilema existencial quando interagia com espécies animais e vegetais, na estrita medida em que elas eram

uma parte insubstituível do meu equilíbrio emocional, cognitivo e biológico, porque eram interdependentes e complementares ao que é a vida enquanto água e oxigénio. No planeta Terra, em qualquer território ou espaço geográfico concreto, existe a vida e a morte natural, mas quando observo e me apercebo da virtualização galopante do incremento da destruição, por parte da espécie humana, em relação às outras espécies animais e vegetais, constato que, por essa e outras razões, o planeta Terra caminha para o suicídio. Quando estou na Adega «Acrata», um lugar que aviva, sinto que estou numa relação com o mundo real, humano e com outras espécies animais e vegetais, potenciada por estímulos de vida. Nesse contexto de extrema relatividade comportamental, tento diminuir ao máximo a latitude da minha devastação com as outras espécies animais e vegetais, mas, por vezes, não consigo extingui-la de vez. As interações específicas com árvores, videiras, gatos, ratos, cães, pássaros e insetos são baseadas na informalidade e na espontaneidade relacional, na intuição, no instinto, na liberdade e na criatividade de cada interação, mas sempre com o domínio do poder e da decisão da espécie humana. Como consequência, quando estou na Adega «Acrata», não estou angustiado, não tenho medo, não sofro, não quero dominar o que quer que seja, não sinto necessidade de exercer o poder neste pequeno território. O mesmo já não posso dizer em relação ao

mundo virtual e ao mundo real.

Muito próximo do momento da minha entrada no «reino dos loucos», ocorreu uma catástrofe natural na ilha da Madeira, um aluvião, a 20 de fevereiro de 2010, tendo causado 47 mortos, quatro desaparecidos, 650 desalojados e 250 feridos. Claro está que as informações sobre a morte e a

Instituto Superior de Economia e Gestão  
 Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

Programa de Doutoramento em  
*Sociologia Económica e das Organizações*

**Seminários de Formação Avançada**

OS MOVIMENTOS SOCIAIS ISLÂMICOS INTEGRISTAS  
 NO CONTEXTO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Carlos Díaz  
 Professor Titular da Cátedra de  
 "História comparada das religiões"  
 Univ. Complutense de Madrid

**17 de Março de 2010 - 18h**  
**AUDITÓRIO G.G.D. - Quelhas, 6 - 1º Andar**

APOIO: **FCT**  
 Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Rua Miguel Âlvaro, n.º 20 - 1249-078 Lisboa (Portugal) Tel. (+351) 213 925 928 Fax. (+351) 213 925 940

Seminário do professor Carlos Díaz, da Universidade Complutense de Madrid, subordinada ao tema «Os Movimentos Sociais Islâmicos Integristas no Contexto das Sociedades Contemporâneas». SOCIUS/ISEG-UTL, 17 de março de 2010.

destruição de espécies animais e vegetais foram ignoradas ou silenciadas, porque a espécie humana, seguindo os desígnios civilizacionais judaico-cristãos, só pode ser uma probabilidade existencial traduzida em estragos e, raríssimas vezes, se potencia em revigoração, com exceção das espécies animais domesticadas para a alegria dos povos urbanos, como são os casos dos gatos, cães e pássaros exóticos.

Este acontecimento provocou-me uma revolta e um sofrimento atroz e inaudito, forçando-me a conter e a interiorizar a minha revolta, que me forçava a procurar energias gigantescas para poder gritar em alto e bom som: «não aguento mais esta situação!» A emergência deste acontecimento deu origem ao desenvolvimento de um processo cumulativo de conversas e controvérsias que tinha com os amigos na ISEG–UTL, amigos da aldeia de Bogarréus e aqueles que frequentavam, assiduamente, a Adega «Acrata». A impotência que sentia perante estes acontecimentos perversos e altamente mortíferos era a demonstração inequívoca da minha insuficiência individual e coletiva, ficando demonstrado à saciedade quão frágil era a minha pobre existência para poder mudar as pessoas no sentido que pretendia e, ao mesmo tempo, nunca poderia ter a energia física, mental e psíquica para traduzir-se numa inteligência capaz de colmatar os pressupostos comportamentais da tragédia da espécie humana na sua relação com a natureza.

A minha ânsia de refletir sobre os males do mundo e tentar remediá-los, enquanto coordenador do Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, levava-me, em cada ano letivo, a convidar os professores mais capacitados para dinamizar os seminários de formação avançada nesse Programa de Doutoramento. Desse modo, de forma atempada, convidei o meu grande amigo professor Carlos Díaz, titular da cátedra de História Comparada das Religiões, da Universidade Complutense de Madrid. O objetivo fundamental deste convite consistia em que o professor Carlos Díaz nos elucidasse sobre os conteúdos e as formas dos movimentos sociais islâmicos integristas, a partir de uma problemática científica candente e pertinente. Enquanto coordenador, achava que esse seminário não deveria ficar nas fronteiras físicas das salas, auditórios ou dos anfiteatros do ISEG–ULT, mas pelo contrário, deveria ser objeto de socialização pelo mundo, em português,

espanhol e inglês, com transmissão em direto para um canal televisão generalista português, de modo a que a comunicação fosse veiculada facilmente, tendo presente a viabilidade comunicacional instantânea das linguagens virtuais.

Este Seminário de Formação Avançada estava previsto para dia 17 de março de 2010, no ISEG–UTL, com organização do SOCIUS/ISEG–UTL, sendo a preleção do professor Carlos Díaz subordinada ao tema «Os Movimentos Sociais Islâmicos Integristas no Contexto das Sociedades Contemporâneas». Pela importância da temática e da capacidade científica e comunicacional de Carlos Díaz, achei por bem entrar em contacto com a jornalista Clara de Sousa da SIC, por duas razões. Em primeiro lugar, porque para mim era uma excelente jornalista e, para além disso, muito bonita; em segundo lugar, porque, eventualmente, poderia estar disponível para organizar uma transmissão em direto a partir do ISEG–UTL em inglês, espanhol e português, com o patrocínio e a realização da SIC. Por consequência, enviei, através de Mónica Fraga, que trabalhava como secretária no SOCIUS/ISEG–UTL, três e-mails a pedir uma entrevista para a consecução destes objetivos que tinha na mente. Não obtive resposta, sem ser a de um assistente de Relações Públicas, Bruno Costa, funcionário da SIC.

Pela intensidade das relações e os aspetos visionários das realizações dinamizadas, nos dias 4 e 5, eu já começava a mostrar sinais de entrada no «mundo da loucura». Os comportamentos que indiciava, no envio do e-mail à jornalista Clara Sousa, no dia 4 de março de 2010, pelas 10 horas e 52 minutos; 11 horas e 30 minutos; 14 horas e 46 minutos; 16 horas e 02 minutos, e no dia 5 de Março, às 11 horas e 26 minutos, atestaram da minha insistência e obsessão junto de Clara de Sousa, sem que tenha tido qualquer resposta e ainda com a agravante de focar um ponto: acaso ela não me respondesse urgentemente, iria falar diretamente com Francisco Pinto Balsemão, patrão da estação televisão SIC. O Assistente de Relações Públicas, Bruno Costa, ao constatar o conteúdo dos meus e-mails, enviou a seguinte resposta, no dia 4 de março de 2010:

*Cara Sra. Mónica Fraga,*

*Em resposta ao exposto, para melhor respondermos ao pedido em assunto e uma vez que não anexou a mensagem original, solicitamos que nos*

*indique os motivos pelos quais o Prof. José Maria Carvalho Ferreira deseja ser contactado ou pelos quais nos contactou.*

*Caso seja um convite para alguma ação, a jornalista Clara de Sousa não poderá participar em qualquer iniciativa que ocorra durante a semana.*

*Sem outro assunto de momento, agradecendo mais uma vez o seu contacto, e reiterando estarmos à sua inteira disposição para futuros contactos, renovamos os nossos melhores cumprimentos,*

*Bruno Costa*

*SIC — Assistente de Relações Públicas*

Evidentemente que esta resposta era completamente contraproducente e indiciava uma ignorância do que eu pretendia realizar com a SIC, o que não tinha cabimento, já que tinha enviado um CV exaustivo do professor Carlos Díaz e um cartaz de publicidade sobre a natureza da realização e organização do Seminário de Formação Avançada no SOCIUS/ISEG–UTL, o dia, a hora e o auditório onde se realizava.

### **Entradas e saídas do «mundo da loucura»**

Pelo que descrevi antes, penso que construí a narração que me ajuda a autoanalisar as acumulações sucessivas de contradições e conflitos que explicam a génese da minha entrada no Hospital Júlio de Matos. Estes episódios cumulativos, que desestabilizaram enormemente a minha vida psíquica, física e mental, passaram a estar presentes a cada segundo e minuto das minhas relações. Nas atribulações comportamentais que indiciaram a minha loucura, devo sublinhar a semana de 1 a 5 de março de 2010. Neste período, as manifestações comportamentais desviantes sucediam-se a um ritmo avassalador, de tal forma que não deixava de esperar por uma chamada telefónica da jornalista Clara de Sousa da SIC, afim de resolver o hipotético programa televisivo com o professor Carlos Díaz, que tinha perspectivado pelo programa de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações.

Na minha mente, imaginava que só teriam que enunciá-lo através do telefone ou da estação de televisão da SIC que, dependendo do conteúdo dos



programas que me apresentassem, eu me encarregaria de dizer sim ou não à continuidade da sua emissão. Na minha ideia, evidentemente que esse diálogo ocorreria quando qualquer programa estivesse no ar. A partir daí, tudo deveria funcionar em função dos meus desígnios caóticos de prossecução de objetivos, demarcados pelo meu estado de loucura. Eventualmente, se este imaginário não estivesse identificado com os meus desejos utópicos emancipalistas, eu só teria que dar um sinal negativo para obter o corte imediato de qualquer programa emitido pela SIC que não estivesse de acordo com os meus desígnios identitários. Caso não estivesse em sintonia com os programas desta estação televisiva, eu próprio teria a autonomia de fazer valer as minhas necessidades, desejos, poderes e prerrogativas como se fosse um novo profeta ou um novo messias.

Depois das iniciativas que tive, em relação aos pedidos em vão de contactos junto da jornalista Clara de Sousa, para programar a emissão televisiva que tinha em mente, em direto, a nível mundial, do professor Carlos Díaz a partir das instalações do ISEG–UTL, a minha revolta desenvolveu-se no sentido de uma frustração psicótica, pelos efeitos cumulativos que estes factos me provocaram em termos de ver gorada uma transmissão televisiva em direto, com o prenúncio de uma epistemologia e metodologia libertária de crítica do capitalismo e do Estado.

Desiludido com o fracasso dos objetivos utópicos que tinha insistido em concretizar, no dia 5 de março de 2010, visitei a aldeia de Bogarréus. Lembro-me bem que, nesse dia à tarde, tentei falar com o presidente da Câmara Municipal de Alenquer, com o intuito de lhe pedir explicações sobre a resolução de um contrato de arrendamento de uma propriedade rústica que o meu pai, António Ferreira, tinha realizado com este município, em 1941, no sítio do Alto das Barreiras. A indefinição e o adiamento dessa resolução afetavam, monetariamente, a minha família, e como eu liderava a resolução contratual desse processo não me conformava com tamanho desleixo e incompetência decisória da Câmara Municipal de Alenquer (CMA). Não consegui falar com o presidente da CMA e parti com uma predisposição única de resolver, na minha casa, o litígio e a negociação dos programas de televisão que eu, já em processo de total delírio, pensava que iriam ser emitidos pela SIC.

Quando cheguei pelas 19 horas à minha casa, na Rua dos Armeiros, em Bogarréus, a primeira coisa que fiz foi ligar a SIC com o intuito explícito de ouvir os meus intentos obsessivos. Os primeiros programas que vi eram manifestamente contrários ao que pretendia visualizar. Subitamente, desliguei a televisão e deambulei por toda a casa de uma maneira errática e angustiada. Liguei novamente a televisão e tive a sensação que estava a assistir a um debate que estava relacionado com um professor universitário que tinha por prática assediar sexualmente mulheres. Pareceu-me que, entre os vários especialistas intervenientes nesse programa televisivo, estavam presentes pessoas conhecidas, como era o caso do jornalista e historiador José Pacheco Pereira e de Carlos Neto, professor da Faculdade de Motricidade Humana da UTL. Conhecia ambos. O primeiro, num debate sobre a URSS, em São João do Estoril, e o segundo, nas relações que existiam entre o ISEG–UTL e a FMH–UTL. Segundo a minha perspetiva fantasista, estava perante um processo fantasmático idiossincrático, cujo conteúdo decorria, integralmente, a partir de uma conduta anormal, polarizada à volta das minhas predisposições comportamentais junto da jornalista Clara de Sousa e ideologias emancipalistas do anarquismo.

Este jogo interativo entre mim e os programas da SIC levava a que desligasse a televisão logo que qualquer programa não estivesse em sintonia com os meus desejos e objetivos. Quando estava em desacordo, deambulava novamente por toda a casa. Voltei a ligar, mais tarde, por volta das 22 horas, a televisão, no mesmo canal. Nunca me apercebi que tinha mudado de canal, mas o que é facto é que estava em presença de um programa televisivo da SIC que se identificava com a defesa do meio ambiente e das espécies animais e vegetais e que estava diretamente identificado com as posições que defendia a esse respeito.

Com a transmissão deste programa encontrei o equilíbrio mental e psíquico que esperava. Pensei também que o diálogo com a estação de televisão SIC estava definitivamente resolvido, pressentindo que, a partir de então, a realização em direto da transmissão do Seminário de Formação Avançada do Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organização, do professor Carlos Díaz, iria, efetivamente, ter lugar. Ainda fiquei quase uma



Casa da minha irmã Maria José Carvalho  
Ferreira, Rua Principal, em Bogarréus.

[Foto de Nelson Boavida]

hora e trinta minutos a deleitar-me com a identidade biológica que estava a assistir, mas, devido ao cansaço emocional e físico que sentia, fiquei com uma grande vontade de dormir, algo que aconteceu realmente, por volta das 23 horas e 30 minutos.

Passado pouco tempo, quando já estava a dormir com um sono profundo, no dia 5 de março de 2010, tive um sonho com latitudes de omnipresença, omnisciência e omnipotência personificados pelos foros físico, psíquico e mental. Nunca tinha tido um sonho de tal dimensão e de projeção anormal. Nesse momento único do sonho, apercebi-me que várias espécies animais e vegetais, como era o caso de pedras, rios, oceanos, árvores, elefantes, entre outros, tinham invadido todos os órgãos e células do meu corpo com uma violência fulminante e mortífera. Este sonho único e invulgar era a personificação da minha morte. Passado pouco tempo, qual não é o meu espanto quando sinto que a minha mente, a minha psique e o meu corpo estavam intactos como elementos de continuidade da minha vida, não obstante saber que qualquer sonho, geralmente, envolve as noções de vida e de morte. Como uma espécie visionária e utópica da irreversibilidade dos meus impulsos, num sentido de potenciação da criatividade, liberdade e emancipação social, facilmente entrei num delírio messiânico construído à volta da assunção do aparecimento histórico de um novo Jesus Cristo, cujo protagonismo emergente iria resolver, de vez, os avatares perversos do processo de aculturação judaico-cristã.

Ao espanto redentor do acontecido, seguiu-se a introspeção e a extrospeção analítica do devir que representaria doravante. Perguntava-me se tinha sido um milagre ou a demonstração hipotética do aparecimento de um novo messias na

Terra, que iria eliminar todos os males nos domínios sociais, políticos, culturais e económicos, que resultavam dos malefícios provocados pelo capitalismo e o Estado. Ao tomar esta segunda opção, prontifiquei-me para representar o papel de ator com base na criação de um novo profeta, semelhante a Jesus Cristo, mas que, no fundo, poderia ser denominado de Anarquista-Cristão.

A primeira decisão que tomei, por volta da meia-noite do dia 5 de março, foi abrir as janelas da sala da minha casa, Vivenda «Acrata», e anunciar a boa nova da criação de uma nova utopia com base num discurso que se ouvia a mais de trinta metros de distância. O teor do discurso passava, essencialmente, pelo fim de todas as guerras, de todas as fronteiras, de todas as pátrias, de toda a miséria e pobreza no seio da espécie humana, de limpeza integral do solo da terra, de todos os mares, de todos os riachos, ribeiros e rios e limpeza e manutenção e reconstituição de todas as florestas.

Para levar a cabo este plano, eu teria que representar um papel histórico importante de liderança sustentada por decisões que as mudanças utópicas e heterotópicas exigiam, mas que no tempo da sua concretização iriam ser consideradas como visionárias pela normalização doentia de quase toda a espécie humana, incluindo aquela pequena parte que vive em Bogarréus. O primeiro passo que dei neste sentido foi procurar a minha irmã Maria José Carvalho Ferreira, que habitava na Rua Principal, da aldeia de Bogarréus, a cerca de 250 metros de distância da minha casa. Já passavam os primeiros minutos do dia 6 de março. Cheguei à casa da minha irmã e chamei por ela várias vezes. Como não acordava, saltei o portão da sua casa e, junto à porta de entrada, chamei mais uma vez por ela. Percebi que não atendia e peguei num tijolo, que arremessei contra a fechadura e que se abriu logo ao primeiro impulso. Entrei dentro de sua casa e a minha irmã, atrapalhada, perguntou-me o que se estava a passar e qual a razão para me ter levantado tão cedo e arrombar a porta daquela maneira. Expliquei-lhe que gritei várias vezes por ela e, como ela não tinha ouvido, arrombei a fechadura da porta.

Uma vez explicado o que fiz, havia que explicitar as razões da minha vinda à casa da minha irmã, naquela hora imprópria. Expliquei-lhe que estava à espera na casa dela para que o Papa viesse trazer a minha neta Sara, para poder pegar nela e, desse modo, seguir e dar continuidade histórica ao poder que



Associação Recreativa e Cultural de Bogarréus, Rua Principal, Bogarréus.

[Foto de Carolina Ferreira]

eu pensava que dispunha como o novo messias e assim seguir os trâmites da continuidade, desde o início, da minha vocação messiânica na terra através da

minha neta Sara. Nessa noite, estava a chover e eu dava à minha irmã explicações visionárias que só eu entendia. Para se defender da loucura que estava a assistir, a minha irmã escondeu as chaves das portas em lugares inimagináveis, para eu não cometer delitos tresloucados, como estava a fazer com ela. Perdida, por estar horas e horas a suportar as minhas loucuras visionárias, só gritava que o demónio estava presente na casa dela. Eu, pelo contrário, dizia-lhe que estava ali porque tinha bebido todo o vinho que existia na Adega «Acrata» que, na altura, ascendia a cerca de mil litros. Tudo era anormal na minha vocação messiânica, pois a minha neta Sara estava em Londres e não podia ser trazida para Portugal, uma vez que ainda estava no ventre da minha filha Carolina. Todavia, era esta a minha vontade e a missão que a minha irmã tinha de cumprir naquela noite. Assim foi, pelas sete horas da manhã, do dia 6 de março, simbolicamente, a minha irmã foi buscar a minha neta às mãos do Papa e eu peguei nela e mandei-lhe entregá-la novamente ao Papa, que a levou para Londres. Posto isto, logo a seguir, ao sair da casa da minha irmã, disse-lhe que ela seria o meu representante territorial no planeta Terra.

Quando saí da casa da minha irmã, encontrei o meu sobrinho Fernando que olhou para mim estupefacto sem saber o que fazer. Pouco tempo depois, fui a casa da minha sobrinha Fátima Ferreira e corri atrás do meu sobrinho Fábio e do seu pai José Dionísio Ribeiro. Disse que matava este último, mas dei-lhe um beijo. Também disse que matava o meu sobrinho Fábio, mas este escondeu-se debaixo de uma cama. Na altura, não me apercebi disso, mas o que foi denunciativo foi terem fugido de mim pela força energética violenta que ostentava. Esta versão foi-me contada por Fábio e José Dionísio Ribeiro,

porque, em relação a estes episódios, perdi a noção do espaço-tempo entre o que é considerado normal e o que é considerado anormal.

Tudo o que ocorreu a seguir decorreu de uma memória lúcida do que se passou a diferentes níveis. Após este acontecimento, caminhei a pé pela Rua Principal com a finalidade de chegar ao edifício da Sede da Associação Recreativa e Cultural de Bogarréus, que ocupava o terreno onde nasci e vivi. Eu mandava parar cada automóvel que passava por mim, caso o condutor não o fizesse, eu ameaçava que quem não obedecesse, morreria de imediato. Assim o fiz em relação a vários automóveis que passaram por mim, mas como todos obedeceram, ninguém «morreu». Quando cheguei à sede estavam uma série de homens e mulheres admirados com o meu comportamento e expectantes pelo que ia fazer. A minha alocução para eles cingiu-se ao seguinte: «vão buscar uma máquina e, por favor, abram um buraco, no local onde nasci». Claro que ficaram a olhar para mim bastante admirados e nada fizeram. A explicação deste pedido era bastante lógica para mim, porque eu queria ser enterrado e só bastava deitar uma porção de terra sobre o meu corpo, de forma a que pudesse ressuscitar como Jesus Cristo e cumprir, com eficácia e de modo correto, os atributos costumeiros de sacrifício de qualquer profeta predestinado para essas funções no contexto da civilização judaico-cristão.

Sentia-me defraudado e impotente por não ver satisfeito este pedido crucial, daí que, perante esta recusa, eu ia e vinha da minha casa para o café da ARCB, esperando o momento de abertura da cova, por forma a que pudesse

À DIREITA: Vivenda «Acrata», Rua dos Arneiros, em Bogarréus. Local de onde fui levado algemado pela GNR para o posto de Alenquer. EM BAIXO: Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Antigo Hospital Júlio de Matos, Avenida do Brasil, em Lisboa.



reproduzir o ritual da ressurreição da figura mítica de Jesus Cristo, numa modalidade histórica moderna, modelizada pelo anarquismo cristão e todos os outros anarquismos. Não me fizeram a vontade de reproduzir os ensinamentos de Jesus Cristo e eu como já tinha aberto as janelas de minha casa, pus um disco da Amália Rodrigues, denominado *El Salero*, com a finalidade de propiciar a dança a quem quisesse entrar em minha casa. Das várias vezes que percorri o caminho da minha casa para a sede da ARCB, várias pessoas tentaram acordar-me e normalizar-me, segundo a conceção vigente. Nunca o conseguiram porque a minha força física e a minha motivação visionária e utópica eram enormes. O exemplo da entrada da minha irmã na minha casa é emblemático. Como não quis dançar *El Salero* de Amália Rodrigues comigo, de imediato, apertei-lhe o pescoço, o que a levou a receber tratamento no hospital, porque lhe causei hematomas. O sargento Manuel Boavida, pai do Nelson Boavida, companheiro da minha filha Carolina, também sofreu as consequências de violência física por não ter querido dançar o *El Salero* de Amália Rodrigues. Neste caso, dei-lhe uma bofetada e não lhe apertei o pescoço.

Perante este quadro negativo de anormalidade comportamental, a minha família em conjugação com o sargento Manuel Boavida resolveram chamar a GNR (Guarda Nacional Republicana), quando eram quase 12 horas, do dia 6. Vieram dois agentes jovens da GNR que me algemaram na minha casa e levaram-me para um carro junto ao antigo café do senhor António Ramiro Murteira. Ao entrar nos bancos de trás do carro da GNR, as algemas fizeram-me doer os pulsos. Olhei para o guarda que estava a pôr-me no banco de trás e disse-lhe: «se você continua a fazer-me doer é obrigado a chupar o meu pirilau». O guarda ficou atónito e não disse nada. Passados dois anos, quando já estava mais ou menos recuperado, fui ao quartel da GNR, em Alenquer, para pedir desculpa a esse agente que, segundo os cânones da moralidade instituída, tinha sido vítima desta impropriedade moral, mas não consegui encontrá-lo.

Nesse dia, fui levado para o quartel da GNR de Alenquer onde permaneci pouco tempo, sendo transportado, de seguida, pelos Bombeiros Voluntários de Alenquer para o Hospital Curry Cabral, em Lisboa.

Logo de seguida, passado pouco tempo, fui transferido para o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa — Hospital Júlio de Matos, sediado

na Avenida do Brasil, em Lisboa. Fiquei internado no Serviço de Clínica Psiquiatra, entre 6 e 22 de março de 2010.

Nos primeiros dois dias do meu internamento, não tive nenhuma noção da minha anormalidade comportamental, a não ser aquela que proveio de um relato circunstancial de uma assistente hospitalar, que se tornou minha amiga. Segundo ela, quando estava sentado com outros doentes mentais, se eu visse alguém a fumar e a deitar o cigarro para o chão, eu batia-lhe na mão. O outro episódio dizia respeito à tendência que eu tinha, durante a noite, de fugir da camarata dos homens para a camarata das mulheres.

Quando o efeito da sedação medical inicial acabou, ao fim de dois dias, comecei a aperceber-me do sítio onde estava e a confrontar-me com as vicissitudes da «normalidade» e da «anormalidade», de doentes do foro físico e de doentes do foro psíquico e mental. Embora combatido pelos efeitos da medicação, que consistiam em Risperidona 2 mg, Paroxetina 20 mg e Diazepam 5 mg, tudo isso não evitou que recuperasse, paulatinamente, da minha estabilidade emocional e cognitiva, não obstante sentir uma imensa tristeza pelas relações que mantinha com alguns doentes e pela falta de liberdade de caminhar em espaços livres de socialização, que não fossem baseados no enclausuramento de um hospital psiquiátrico que, no fundo, é bastante idêntico a qualquer prisão.

Durante os dezasseis dias que estive, pela primeira vez, no Hospital Júlio de Matos, aprendi a construir diálogos identitários com base em problemas simples do quotidiano de cada um, com maior ou menor lucidez, com maior ou menor ignorância, mas sempre mediados num vaivém comportamental espontâneo e informal entre normalidade e anormalidade. As interdependências e complementaridades entre estes dois mundos são intensas e extensas, por vezes, com grandes discrepâncias e até, muitas vezes, menores. A chamada anormalidade ou loucura, muitas vezes, permite o surgimento da espontaneidade e da informalidade comportamental nas relações interpessoais e intragrupais. Foi o que ocorreu comigo. Quando bebíamos café, fumávamos cigarros ou falávamos com quem mais nos identificávamos, dia após dia, posso afirmar que eu estava numa experiência de vida quase parecida com a conceção dos falanstérios (comunidades) preconizados por Charles Fourier. O conforto da solidariedade externa em qualquer manicómio é reconfortante porque nos leva



para o campo da normalidade através da saúde. Durante esta experiência, devo agradecer as visitas confortantes da minha família, de Gabriela Ferreira Lima, do sargento Manuel Boavida e dos amigos de sempre.

Quanto às minhas perceções dos psiquiatras, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e técnicos de diferentes categorias profissionais, muitos deles, cingiam-se a um comportamento de controlo técnico e medical que prescindia, várias vezes, do lado humano dos doentes mentais. Para eles, ser anormal ou doente mental, equivalia à probabilidade de cometer transgressões, crimes, e à incapacidade de refletir, sentir, pensar e agir em conformidade com os valores éticos e morais das sociedades vigentes. Isto fazia com que eles tivessem sempre uma atitude profissional assente nas funções de psiquiatras e enfermeiros, na aplicação de sanções terapêuticas normativas, com atos médicos extremos através da adoção de medidas de controlo e de disciplina severas com os «doentes mentais».

Se eu esboçar o teor científico da minha entrada no «mundo da loucura», posso citar o Relatório da Alta, que foi elaborado pela Dra. Filipa Palhavá, sobre mim, a 20 de março de 2010, com alta efetiva a 23 de março de 2010.

### *História Clínica*

*Doente de 65 anos, pai solteiro, tem uma filha de 30 anos. É professor catedrático no ISEG e Presidente de uma Organização sem fins lucrativos. É licenciado em Economia e Doutorado em Sistemas (para além do mestrado). Mora sozinho. AP: Cirurgia ao GOE após acidente. Nanismo. Hipertrofia benigna da próstata. AF: o pai suicidou-se quando o doente tinha 4 anos por enforcamento. Desconhece outros antecedentes familiares psiquiátricos. HDA: No dia do internamento, foi conduzido ao SU-HCC por heteroagressividade e agitação. À entrada, apuraram-se ideias delirantes persecutórias e de grandeza, humor disfórico e aumento de irritabilidade quando estimulado. Sem críticas e sem défices motores. Fez análises que revelaram leucocitose com neutrofilia sem alterações relevantes. Realizou RX PA tórax que revelou esforço hilar pelo que realizou medicação com amoxicilina + ácido clavulânico. Fez TC crânio e encefálica (6/3/2010) que revelou «mínimas hipodensidades em topografia núcleo-capsular bilateral e frontal esquerda na provável*

*dependência de lesões isquémicas não recentes [...] sem outras alterações relevantes da distribuição dos valores de atenuação do parênquima encefálico.» Ausência de densidades hemáticas intracranianas. Linha média centrada. Proeminência dos sulcos corticais em relação com atrofia cerebral. Cisternas de base, sistema ventricular e sulcos permeáveis. Foi internado compulsivamente no CP II do CHPL com o diagnóstico provisório de Psicose a esclarecer. Ao longo do internamento, passou a internamento de regime voluntário e foi medicado com antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos e antibiótico tendo sido constatadas francas melhoras.*

Seja como for, o resultado conclusivo do relatório elaborado pela Dra. Filipa Palhavã não teve os efeitos que eu esperava. Efetivamente, a Risperidona 2 mg, a Paroxetina 20 mg e a Diazepam 5 mg só provocavam um mal-estar mental, psíquico e físico terrível assente numa tristeza imensa e disfuncionalidade orgânica no aparelho urinário e nos intestinos. Esse facto não impediu que eu retomasse a minha vida normal no SOCIUS/ISEG-UTL e continuasse com as atividades agrícolas na Adegas «Acrata», em Bogarréus. A fragilidade da minha vida quotidiana com o advento da loucura também diminuiu as minhas possibilidades profissionais e, ao mesmo tempo, provocou uma grande frustração e saturação na vida que levava. Foi desse modo que, no dia 23 de março de 2010, logo que saí do hospital, redigi o pedido de demissão das funções que exercia no Conselho Científico do ISEG e iniciei o processo de pedido reforma, dando, logo a seguir, entrada dos documentos na Caixa Geral de Aposentações. No início de 2011, a aposentação foi-me concedida.

Foi neste período que, mais uma vez, me vi confrontado com a anormalidade doentia de nanismo, concebida pelo relatório da Dra. Filipa Palhavã e por intelectuais amigos, como foi o caso de Manuel Villaverde Cabral. Só mais tarde tive conhecimento destas análises a meu respeito. Verifiquei que esta problemática não é específica à natureza do processo de aculturação que os pobres ou os ignorantes têm sobre o nanismo, mas dos intelectuais, cientistas ou todos os grupos sociais aculturados pela civilização judaico-cristã. São rápidos, ainda que de forma não frontal, a considerá-lo como uma doença física, uma espécie de peste que só é possível de se ver num circo como humor negro.

O diagnóstico da Dra. Palhavã, se bem que seja baseado nas doenças do foro psíquico e mental, não descarta outros aspetos de índole física que, no meu entendimento, ostenta uma necessidade de conhecimento científico da medicina, mas é propositadamente baseado nos preconceitos dos valores civilizacionais judaico-cristãos, no que diz respeito à dicotomia emblemática gigante/anão. Este esquematismo valorativo acompanha todas as classes sociais, inclusive a dos cientistas e dos intelectuais. Em relação a um outro exemplo ilustrativo da civilização judaico-cristã, não sei se foi devido à minha situação, mas o meu amigo Manuel Villaverde Cabral, ao saber que estava no «Hospital dos Loucos», deu uma entrevista bastante significativa, de conteúdo científico, que dava relevância dicotómica no léxico dos valores judaico-cristãos, inscritos nos dualismos dicotómicos clássicos: bonito/feio, anão/gigante, gordo/magro, amor/ódio, vida/morte, inteligente/ignorante, entre outros. Villaverde sentiu a necessidade de se focar nestas temáticas, numa entrevista que deu à Fundação Getúlio Vargas, a 11 de maio de 2010, a Celso Castro, Helena Bomeny, António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro (p. 43).

*M.C. — Exato, falar do que escreveu é uma boa ideia. O João dá a entender que fui eu que lhe abri os olhinhos. Aliás, eu era especialista. O José Maria Carvalho Ferreira, que está com uma situação de saúde um bocado complicada... Ouviste falar?*

*A.C. — Sim.*

*M.C. — Agora está controlado. Reformou-se, ou vai-se reformar, meteu os papéis e tal. Era um jovem operário anão. Ele é um anão grande. Mas é. Tanto que tem uma filha marcada de nanismo. Aliás, ele é o último filho de uma senhora camponesa pobre do Alenquer, já com uns 40 anos, à beira da menopausa. E o nanismo vem daí, é tão simples como isso. Mas era das pessoas mais inteligentes. Mas é um sujeito tão intenso, tão intenso que está com problemas psiquiátricos. Também tem 70 e tal anos. Quer dizer, podia ter aguentado mais cinco ou dez e safava-se. Mas parece que partiu a corda de tanto esticar. Faltava-lhe a socialização e a cultura geral. Faltava-lhe o capital social e cultural.*

*A.C. — Ele fala disso.*

*M.C. — Pois claro. Faltou-lhe sempre, desde o princípio. Mas é a pessoa mais inteligente... Mas mesmo... Há coisas realmente onde se vê quem é inteligente, que é, por exemplo, a jogar o bridge, o que ele aprendeu logo. Enquanto que o João andava ali e nunca percebia as cartas. «Mas tu não percebeste? Não podias jogar o valete de copas, tinhas que jogar a dama. Não podias jogar o valete de copas, tinhas que jogar a dama de espadas.» Mas o José Maria achava que aquilo era uma chatice. E tinha toda a razão. Foi a última vez que eu tentei jogar bridge, foi com eles, lá em Paris.*

[http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1786\\_2.pdf](http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1786_2.pdf) (p.43).

Quando li esta entrevista, pela primeira vez em 2013, fiquei um bocado abalado e afetou-me mais por ser o Manuel Villaverde Cabral, o meu amigo de longa data, mas, entretanto, a própria vida, ao longo dos anos, ensinou-me a lidar com todas as realidades psíquicas e mentais, daí que goste de ser como sou, sem complexos, e não embarcar de ânimo leve no canto de sereia dos valores judaico-cristãos. Ao ter mergulhado no «mundo da loucura», também aprendi a não raciocinar como os normais querem e pensam, de forma dicotómica, com os considerados «anormais». Para estes últimos, aprendam a viver, a sentir e agir sem os dicotomizar como domesticaram os cães e os gatos — pretos/brancos, amarelos/cinzentos, pequenos/grandes. Ademais, arranjem outra maneira de estar neste mundo sem recorrerem a esta situação dicotómica e não me obriguem a ter que assumir a vossa conceção judaico-cristã. Se gosto de ser como sou e não ser objeto de avaliações de qualquer espécie, isso significa assumir plenamente a minha condição como potenciação máxima de amor, amizade, liberdade e criatividade.

As primeiras tentativas da minha recuperação foram baseadas nos remédios preconizados pela Dra. Filipa Palhavá. Porém, a medicação não deu os resultados práticos, levando-me a situações comportamentais de altos e baixos, com tendência a voltar a comportamentos agressivos e perturbações psicóticas. Na verdade, estes sintomas desenvolveram-se de tal ordem que amigos próximos, que me acompanhavam no quotidiano, denotaram que sofria de certos momentos de desequilíbrio emocional e, por vezes, de uma certa agressividade. Assim, Maria Rita Duarte Raposo, Ana Neves e Carlos Miranda, com o pretexto de almoçar

comigo num restaurante próximo da Fundação Calouste Gulbenkian, levaram-me diretamente para o Hospital Curry Cabral, com o meu consentimento.

Como da primeira vez, este hospital serviu apenas para instruir os processos de triagem de internamento no Hospital Júlio de Matos. Enquanto os meus amigos efetuavam a minha entrada no hospital, eu delirava com uma psicose que me tinha acompanhado durante toda a minha vida — o estigma de ser ou não anão. Assim, de modo explícito e espontâneo, quando passei pelo átrio de atendimento do Hospital de Curry Cabral, ato repentino e espontâneo, voltei-me para os utentes que esperavam a sua vez para serem atendidos e perguntei-lhes em alta voz: «O que vocês acham, sou anão ou não sou?» Penso que estas peripécias passaram despercebidas aos meus amigos que me internaram, no dia 3 de dezembro de 2010, no serviço de clínica psiquiátrica, mas, pelo que me lembro, a força do sofrimento introspectivo deste episódio é demonstrativa de que eu, enquanto louco, interagi com estes utentes como um cidadão normal que se comporta como vítima dos valores padrão da civilização judaico-cristã.

Logo no primeiro momento da segunda experiência no Hospital Júlio de Matos, apercebi-me que os médicos, enfermeiros e funcionários auxiliares não tomaram as mesmas medidas compulsivas como tinha acontecido na primeira vez, já que, para além de ter sido sedado por medicamentos, que me puseram a dormir por dois dias, verifiquei que a cama onde dormia não estava repleta de correias para evitar que fugisse. Desta vez, a sedação de medicamentos foi muito mais ligeira, na medida em que, no primeiro dia, já sabia onde me encontrava.

Este segundo internamento foi mais fácil de suportar porque a experiência adquirida no primeiro e algumas das amizades que tinha, entretanto, criado com alguns doentes que ainda lá continuavam facilitaram-me o desenvolvimento relacional informal e espontâneo. Não se pense que eu exerci qualquer tipo de liderança mental, psíquica ou física. O que ocorria é que tínhamos ou vivíamos as mesmas vicissitudes de internamento que, em muitos casos, eram semelhantes aos de uma prisão, o que fomentava um processo de solidariedade e de comunicação salutar entre todos. Por outro lado, em termos de relações entre os funcionários da medicina mental, a repressão e o controlo, embora não fossem sempre físicos, eram, em termos psíquicos e mentais, dolorosos para

qualquer «doente mental», induzindo, muitas vezes, o desespero existencial.

Apesar de, em cada «doente mental», persistir uma singularidade imutável, se pensarmos no dia a dia de uma pessoa com distúrbios mentais, que é objeto de internamento compulsivo, é inevitável que sofra as consequências das relações sociais. A relação da ciência médica, mental, física e psíquica e os valores civilizacionais judaico-cristãos está modelada e padronizada através de comportamentos convencionais de normalização rígidos e intolerantes, a ponto de alienar a liberdade de prender, de castigar e de agredir e, como consequência, de medir e tornar anormal qualquer comportamento que indicie o desvio, classificando-os sempre de fenómenos de loucura e de doença mental. Ao chegarmos aqui, com diferenças significativas entre as várias pessoas com transtornos mentais, então, o que foi convencionado pela sociedade, o Estado e a sociedade civil como «doente mental» nunca poderá escapar ao crivo da sanção normativa da psique, da mente e do físico, dos normalizados que se acham no direito de reprimir, de ostracizar, de silenciar, de omitir, de mentir em copresença física, em relação ou interação de qualquer comportamento tipicamente anormal. Nestes domínios, entramos numa nebulosa abstrata e complexa da civilização judaico-cristã, sempre remetida para a esfera comportamental do bem e do mal, do normal e do anormal, da prisão compulsão à prisão condicionada pela liberdade, personificada por cada cidadão comum, pelos intervenientes máximos da ciência e do Estado e, essencialmente, pela família.

Quando caminhava no exterior do Hospital Júlio de Matos, quer pela altura das visitas da família e amigos ou quando saía com a permissão voluntária do hospital, eu observava, com alguma tristeza, doentes considerados loucos, cuja vida se resumia a deambular em regime de existência livre, no exterior dos pavilhões, enquanto eu estava enclausurado noite e dia num deles. A liberdade destes loucos era quase total porque não tinham qualquer relação hierárquica de controlo ou de sanção por parte de psiquiatras, enfermeiros, funcionários auxiliares, a não ser o uso sistemático da medicação. Saíam e passeavam livremente pela Avenida do Brasil e ruas vizinhas, e limitavam-se, geralmente, a pedir um cigarro, quando necessitavam, aos transeuntes que encontravam ocasionalmente. Nas quatro vezes que estive no Hospital Júlio de Matos, quando tinha opção para sair, sempre controlado por um funcionário do pavilhão



Serviço de Clínica Psiquiátrica, Centro Hospital Psiquiátrico de Lisboa, Avenida do Brasil, em Lisboa.

onde estava internado, por oportunidade e interesse, tentava conversar com estes pacientes singulares que caminhavam no exterior do hospital, mas nunca foi possível obter respostas compreensíveis que me permitissem comunicar.

Desde o primeiro internamento a que fui sujeito neste hospital, qualquer paciente que indiciasse um grau de normalidade satisfatória poderia usufruir de saídas precárias de 15 a 20 minutos no exterior do pavilhão e da proximidade externa pública ao hospital, não indo mais longe do que a Praça de Alvalade e a Avenida da Igreja. Os passeios de recreio eram sempre estruturados pelo sabor da liberdade e pelos condimentados auspícios de beber um café ou comer uma sanduíche. Para mim, estes episódios eram muito positivos, todavia não obviavam a ânsia permanente de sair de uma vez por todas desta realidade doentia, altamente perniciosa para a minha liberdade e criatividade. As visitas diárias eram importantes, não só pela amizade e saudade que consubstanciavam, como pelas relações dialógicas, que se estabeleciam entre os comportamentos normais e comportamentos anormais, e, sobretudo, pelas informações, saudades e conhecimentos que eram transmitidos entre o mundo interno e externo do hospital. Mais uma vez, o sargento Manuel Boavida e Gabriela Ferreira Lima foram inexcelíveis nessas relações e na solidariedade que a vida numa instituição psiquiátrica exige, não esquecendo o papel da família e dos amigos neste domínio.

Como é que eu aguentava uma situação destas tão negativa e simplesmente doentia? Estas saídas eram um pequeno antídoto, mas o que chamei antes de

falanstério informal e espontâneo, a esse respeito, foi mais relevante. Vários elementos me ajudam a corroborar esta afirmação. Em primeiro lugar, a familiaridade que foi criada entre alguns doentes que permaneceram no pavilhão do hospital onde estava internado. Em segundo lugar, as rotinas de comer, beber, tomar banho e dormir, que permitiam uma relação social interpessoal auxiliadas pelas dialogias comportamentais articuladas com os problemas e leituras de cada um e dos que tinham uma abrangência comum. Nestes tempos interpessoais, os comportamentos saíam fora dos constrangimentos institucionais e formais que obrigavam a ser aquilo que não eram ou não queriam, mas a representar um papel de normal estruturado por uma camisa de forças decorrente das imposições da moral vigente da sociedade e do Estado.

Eu sentia-me bem nestas comunidades espontâneas e informais, onde a loucura podia interagir com a normalidade. Posso até afirmar que me sentia a interagir nos dois lados desta dicotomia absurda e doentia. Falava com os doentes que tinham mais capacidade ou necessidade para esse efeito, sobretudo nos tempos das horas de recreio, mas isso não invalidava que a hora de beber um café ou fumar um cigarro funcionasse como terapia para o equilíbrio emocional, tal como as conversas de diferente tipo, que serviam de um bem-estar quotidiano. Todavia, era na altura de recreio, entre o almoço e o jantar, que se podia falar dos problemas de cada um, inclusive aqueles do foro íntimo pessoal e, até a partir dessas conversas, criarem-se amizades que perduravam até à saída do internamento hospitalar.

As rotinas terapêuticas no dia a dia do Hospital Júlio de Matos, na segunda fase, seguiram os rumos habituais do que tinha seguido no primeiro internamento. Entre 3 e 31 de dezembro de 2010, levantava-me de manhã cedo, a partir das seis horas da manhã, de seguida, tomava o pequeno-almoço, ao meio-dia almoçava, às 19 horas jantava e às 22 horas tinha de ir dormir. Nos intervalos requeridos, prescritos pelo psiquiatra que tinha a responsabilidade de me avaliar, através das orientações, era medicado pelo enfermeiro de serviço. Desta vez, pelo relatório de alta elaborado pelo psiquiatra responsável Dr. Pedro Afonso, a medicação que foi sugerida consistiu em Seroquel 200 mg, Depakine Chrono 500 mg, Diazepan 10 mg e Estlazolan 1 cpr.

Desta vez, apercebi-me que pelos contornos do conteúdo da avaliação que



me fizeram, é relevante saber as diferenças entre o primeiro e o segundo relatório, sendo que este, elaborado pelo Dr. Pedro Afonso, e que se reporta ao período de 3 a 31 de Dezembro de 2010, é bastante mais claro e incisivo sobre os problemas psicóticos que me afetavam e não se debruça sobre as dimensões físicas da minha doença, que eram bastante mais relevantes no primeiro relatório.

### *História clínica*

*Doente de sexo masculino. 65 anos, divorciado, ex-professor universitário, reformado ainda este ano. Internamento recente neste hospital por episódio depressivo (Março), e seguido desde então em consulta externa de psiquiatria pela Dra. Filipa Palhavã. O atual internamento (compulsivo) foi motivado por um episódio maníaco caracterizado por agitação psicomotora, elevação de humor, insónia, aceleração de pensamento com taquipsiquia e ideias delirantes de conteúdo místico. Este quadro psicopatológico teve graves implicações no comportamento do doente, já que se mostrava desadequado e com heteroagressividade verbal.*

*O doente tem alta na sequência de melhoria clínica, tendo adquirido face à doença o que motivou a transição de internamento compulsivo a voluntário. Sublinhe-se, no entanto, a sensibilidade do doente à medicação antipsicótica, tendo apresentado diversos efeitos secundários (sialorreia, acatisia, agitação, etc.) com alguns antipsicóticos (clanzapina e risperidona), mesmo em doses baixas.*

Este relatório é bastante sugestivo porque, embora, na altura, eu ainda não estivesse na situação de reformado e nunca ter sido casado, a verdade é que a medicação que me era dada pela Dra. Filipa Palhavã me causava efeitos colaterais. De facto, tudo o que o Dr. Pedro Afonso escreveu, ocorreu desde 6 de março até 4 de setembro de 2011, momento em que a Dra. Anabela Alves Barbosa passou a ser responsável pelo meu internamento e, como consequência, modificou radicalmente a minha medicação, aquando da minha permanência do terceiro período no hospital.

Quando voltei para casa, parecia que o meu comportamento quotidiano

estava quase normalizado, mas, na realidade, não era assim que me sentia. Sentia-me triste e desmotivado para voltar à vida a que estava habituado, quer no SOCIUS/ISEG–UTL quer, inclusive, na minha relação de identidade com as atividades agrícolas, na Adega «Acrata». Por outro lado, como a minha filha Carolina, o seu companheiro Nelson e a minha neta Sara estavam em Inglaterra, eu sentia muitas saudades deles. A medicação, fundamentalmente, deixava-me quase sempre em situações de tristeza e desmotivação comportamental. Mais grave que isso, provocava a continuidade de disfunções orgânicas tremendas ao nível dos intestinos e do aparelho urinário. Entretanto, entrei no regime de reformado da Caixa Geral de Aposentações, no princípio de 2011. A margem de liberdade que ganhei foi importante, na medida em que deixei de ter que deslocar-me várias vezes por semana de Bogarréus a Lisboa, mas também e sobretudo, porque deixei de ter de enfrentar a conflitualidade perversa com alguns professores no ISEG–UTL.

Os dias iam passando com base nestes sintomas de tristeza e de mal-estar mental e físico. Avizinhava-se o que era perfeitamente repetível, o que já tinha ocorrido a 5 de março de 2010, só que, desta vez, os dilemas visionários e místicos já não radicavam da figura de um profeta em ação plena como reprodução histórica mitigada de Jesus Cristo anarquista-cristão. Assim, nas minhas conversas com Vítor Romão, de Bogarréus, e nas minhas idas e vindas ao café da ARCB, os problemas visionários subsistentes enquadravam-se na minha relação crítica do Papa, que, desta vez, viria de Roma a Lisboa e, desta cidade, a Bogarréus. Na minha imaginação, o Papa não vinha somente benzer toda a terra da Adega «Acrata», mas pedir perdão ao novo profeta e redimir-se de todos os pecados que tinha praticado, sendo constrangido a ajoelhar-se e caminhar descalço sobre todo o território da Adega «Acrata», ao mesmo tempo que pediria perdão por todas as injustiças causadas pela exploração e escravatura entre a espécie humana e entre as espécies animais e vegetais, no planeta Terra. Depois disso, quando regressasse ao Vaticano, este deveria imediatamente ser extinto, assim como todas as estruturas e instituições pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana.

Como sempre, a minha obsessão pela jornalista Clara de Sousa da SIC continuava de pé, não só pela sua beleza, mas, também, pela sua capacidade



Jardim do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Avenida do Brasil, em Lisboa.

comunicacional e informacional. Para concretizar esta tarefa grandiosa de transmitir em direto na televisão a vinda do Papa à Adega «Acrata», em Bogarréus, só ela tinha, no meu entendimento, a idoneidade de realizar a reportagem em direto de um evento desta natureza para a sociedade de forma competente, em várias línguas e, principalmente, transmitir a esse mesmo mundo a existência de um novo messias/profeta que iria extinguir as guerras, os exércitos, as prisões, as fronteiras, as pátrias, o Estado e os modelos de sociedade que se estruturam e modelam ideologicamente em *ismos* — capitalismo, socialismo, comunismo, fascismo, etc.

Quando me apercebi que o Papa nunca mais chegava ao café da sede da ARCB, hora após hora, as minhas idas e vindas ao café da Associação tornaram-se mais intensas. Quando lá ia, perguntava sempre a quem lá estava: «O Papa já chegou?» Claro que as pessoas ficavam atónitas, apreensivas e não respondiam porque se apercebiam que estavam perante uma situação de loucura paradoxal. Perante esta situação negativa, a minha família chamou a GNR, que veio logo de seguida. Não me algemou, mas levou-me para um centro psiquiátrico para me diagnosticarem. Ainda não sei se o centro estava sedado em Vila Franca de Xira ou em Alverca, ou próximo destas. Após esse diagnóstico psiquiátrico, fui, mais uma vez, transferido, para o Hospital Curry Cabral, sendo, logo de seguida, transferido e internado, pela terceira vez, no Hospital Júlio de Matos, a 4 de setembro de 2011, no serviço de clínica psiquiátrica.

Como sempre, as rotinas existenciais dos que são e se consideram loucos, uma vez internados compulsivamente, não têm muita margem de liberdade para poderem assumir a sua personalidade e identidade, especialmente se tiverem tendência a assumir-se como desviantes e transgressores da ordem estabelecida. Desta vez, como nas outras precedentes, as minhas rotinas basearam-se na aprendizagem que fazia do meu estatuto de «anormal», semelhante, aliás,

à dos outros doentes que já me conheciam e outros que passei a conhecer. A força anímica continuava porque as relações informais e espontâneas, que referi nas outras ocasiões, eram a única escapatória para dar força e vida a cada singularidade que existia no serviço psiquiátrico. O falanstério era um movimento de liberdade, sem barreiras mentais, físicas e psíquicas, que permitia falar como se sabia ou queria, porque não conflituava ou reprimia as paranoias de cada um, deixava que os problemas fossem vividos e discutidos.

As saídas continuavam a ser permitidas porque o estatuto de bom doente aproximava-se de um comportamento normalizado, o que, para mim, foi importante, na medida em que, quase todos os dias, tinha a possibilidade de sair para o exterior do pavilhão em que estava internado e, assim, podia caminhar pelo vasto jardim do Hospital Júlio de Matos, chegando, ainda, a ser acompanhado por parte da minha família e amigos, podendo desfrutar de beber um café na Avenida da Igreja. As relações entre médico e doente que mantive com a psiquiatra Anabela Alves Barbosa, que era a responsável deste terceiro internamento, foram, por outro lado, bastante positivas, não só pelos diálogos que foram possíveis de desenvolver, já que a médica se apercebia da natureza do «doente mental» que tinha pela frente e de que era responsável, mas também, e sobretudo, porque ela se apercebeu que o meu problema principal psíquico consistia no facto do metabolismo do meu corpo ter perdido a capacidade natural de produzir uma substância denominada lítio. Por esse motivo, mudei a medicação que estava a tomar desde 6 de março de 2010 e fui prescrito, doravante, Priadel 400 mg e Ácido Valpróico 300 mg.

Embora soubesse manter uma relação puramente formal entre médico e paciente, a postura psiquiátrica da médica Anabela Alves Barbosa, em relação ao meu caso, foi de total abertura e liberdade, visto que as suas perguntas e as minhas respostas permitiram construir um diálogo profundo, que se traduziu na explicação natural dos sintomas da minha doença mental e psíquica, e, desse processo, extrair os contornos da natureza singular do meu mal-estar, que indiciava a loucura. Para colmatar a proficuidade deste saber psiquiátrico e humano, a Dra. Anabela Alves Barbosa teve o discernimento correto para descobrir a medicação mais adequada para o meu caso, que se traduziu, desde então, numa melhoria progressiva do meu estado de saúde mental, psíquico

e físico. Esta evolução fez com que, a partir daí, eu me tornasse uma pessoa absolutamente «normal», segundo os padrões vigentes na sociedade, e quando saí a 23 de setembro de 2011, voltei a reencontrar o caminho da normalidade, tornando-me, simultaneamente, um ser humano que tenta aprender a viver sem dicotomizar o mundo «normal» e o mundo «anormal», integrando-os e tornando-os simultaneamente interdependentes e complementares, socializando-os e dando-lhes as bases para serem fatores de amor, de amizade, de liberdade e de criatividade.

O relatório de alta, elaborado pela Dra. Anabela Barbosa, a 23 de setembro de 2011, é bastante elucidativo enquanto diagnóstico do meu historial clínico.

*Tratou-se do 3.º internato nesta CP devido a episódio maníaco de UM DOENTE DE 65 anos, professor catedrático de Sociologia — aposentado, solteiro, tendo uma filha maior residente em Inglaterra, residindo sozinho desde há alguns anos.*

*Durante este internato foram efetuadas várias démarches no sentido de esclarecer a etiopatogénese desde o 3.º episódio, desde Março de 2010. À data de alta nenhum dos resultados foi conclusivo quanto à hipótese diagnóstica mais provável, pelo que aceitando o direito à manutenção da terapêutica que o mantém assintomático, passa-se este internamento a regime voluntário, podendo o doente ter alta para ambulatório mediante o cumprimento das indicações médicas que se poderão resumir numa principal que é a manutenção de um estilo de vida saudável com o obrigatório respeito do descanso noturno.*

Em articulação com este diagnóstico, como já referi, todos os medicamentos que tinha tomado até então foram substituídos pelo Ácido Valpróico 300 mg e Priadel 400 mg. Também, como já mencionei, a minha saúde melhorou substancialmente a todos os níveis, podendo retomar as atividades normais da agricultura na Adegas «Acrata» e voltar a integrar o processo de investigação que já tinha iniciado no SOCIUS/ISEG–UTL, não obstante já estar na situação de aposentado.

As melhorias foram de tal ordem que, nas consultas externas que tinha,

geralmente, de três em três meses, com a Dra. Filipa Palhavá, no Hospital Júlio de Matos, lhe pedia encarecidamente que me reduzisse a medicação. Adotando uma atitude rígida normativa da psiquiatria em relação ao meu pedido, a partir do mês de junho de 2012, eu próprio tomei a iniciativa de reduzir para metade a medicação do Priadel 400 mg e o Ácido Valpróico 300 mg. Felizmente, logo que tive a primeira consulta externa com a Dra. Filipa Palhavá, no final de 2011, após ter saído do terceiro internamento, ela tomou iniciativa de me medicar com os mesmos medicamentos que tinham sido sugeridos pela Dra. Anabela Alves Barbosa.

Como me sentia bastante criativo e livre, a todos os níveis, com esta decisão de reduzir a medicação, nas sucessivas consultas que tive com a Dra. Palhavá, insistia sempre no pedido para reduzir a medicação, pedido esse que resultava sempre numa resposta negativa, até que, em dezembro de 2012, tomei a decisão drástica de eliminar de vez todos os medicamentos que tinha tomado até então. Eu sabia que ia assumir um grande risco, mas como me sentia bem, não me importei com as consequências negativas que podiam advir das opções que tomei, até porque, no dia 20 de março de 2013, eu tinha de ir a uma consulta externa com a Dra. Filipa Palhavá com as respetivas análises sobre o meu estado de saúde mental, psíquico e físico.

Estas peripécias comportamentais não eram meras elucubrações visionárias da minha parte, nem tampouco comparáveis ao que tinha vivido entre 5 de março de 2010 e 23 de setembro de 2011. De facto, se tivermos presente as iniciativas, decisões e atividades agrícolas que decorreram entre 24 de setembro de 2011 e 20 de março de 2013, é notório que, nas relações com as diferentes pessoas que me acompanharam e perceberam nos trabalhos agrícolas, persistia um diálogo bastante positivo, quer nas decisões quer nas reflexões e orientações dadas a essas atividades.

Para testar a minha capacidade cognitiva e emocional, na articulação de informação, conhecimento e energia com a produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços científicos, bastou reportar-me às mudanças comportamentais no domínio da ciência, da investigação e dos predicados comunicacionais, escritos e orais, para analisar as minhas atividades no SOCIUS/ISEG–UTL e nas relações universitárias privilegiadas, que continuava, e

continuo, a manter com o Brasil.

Numa esfera de ação, que reputo de muito relevante, na minha função de professor catedrático, fui membro do Júri de provas de doutoramento da mestre Maria Manuela Barros Maia, com a temática «O que é o design? A dimensão cognitiva da atividade de design: os designers nas organizações portuguesas de Design Industrial», no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, a 15 de novembro de 2011. Orientei esta tese de doutoramento que foi objeto de institucionalização pela FCT, no âmbito do SOCIUS/ISEG–UTL como Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações.

A 16 de dezembro de 2011, fui membro do Júri de provas de doutoramento do mestre Igor Vinicius Lima Valentim, cuja temática incidiu na «Economia Solidária no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos sob a ótica da confiança», no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Orientei esta tese de doutoramento que foi objeto de institucionalização pela FCT no âmbito do SOCIUS/ISEG–UTL como Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações.

A 27 de fevereiro de 2012, fui membro do Júri de provas de doutoramento do mestre Manoel Justiniano Melo da Fonseca, cuja temática incidiu sobre o «Investimento Português no Brasil: uma análise do processo de internacionalização da Portugal Telecom, da sua estrutura organizacional e seus resultados financeiros», no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

A 27 de maio de 2012, fui membro do Júri de provas de doutoramento do mestre João Ribeiro Butian Có, subordinado à temática da «Mobilidade Internacional dos Quadros Africanos: Diáspora Qualificada, Profissionais da Área da Saúde e Redes Transnacionais de Desenvolvimento na Guiné-Bissau», no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Coorientei esta tese de doutoramento, que foi institucionalizada pelo FCT, no âmbito do SOCIUS/ISEG–UTL, como Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações.

Fui membro do Júri de provas de doutoramento do licenciado Ubiratá António Moreira de Araújo, subordinada ao tema «Os egressos dos cursos

superiores em hotelaria que atuam nas organizações hoteleiras da grande São Paulo», no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, a 20 de julho de 2012. Orientei esta tese de doutoramento que foi objeto de institucionalização pela FCT, no âmbito do SOCIUS/ISEG–UTL, como Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações.

Por outro lado, fui membro do Júri de provas de doutoramento do licenciado António Oscar Santos Góes, subordinada ao tema «O Panorama Empreendedor na Cidade de Itabuna-Região Cacaueira: Riscos, Limites e Desafios», no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, a 26 de setembro de 2012. Orientei esta tese de doutoramento, que foi objeto de institucionalização pela FCT, no âmbito do SOCIUS/ISEG–UTL como Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações.

Em estreita sintonia com as atividades de Pós-Graduação, desenvolvidas pelo SOCIUS/ISEG–UTL, no período concernente a 24 de setembro de 2011 a 20 de março de 2013, tive oportunidade de orientar o pós-doutoramento de Luciana Francisco de Abreu Ronconi, professora da UDESC, baseado num projeto de investigação sobre «A Economia Social e Solidária no Brasil», no SOCIUS/ISEG–UTL, no período de janeiro 2012 a janeiro 2013.

No período de setembro de 2012 a janeiro de 2013, orientei o pós-doutoramento da professora Beatriz Regina Pereira Saeta, que desenvolveu um projeto de pesquisa subordinado ao tema «O Contexto Laboral da Pessoa com Deficiência no Brasil: formação profissional e inserção no mundo do trabalho», no SOCIUS/ISEG–UTL. No mesmo período, orientei o pós-doutoramento de António Oscar Santos Góes, subordinado ao tema do «O Empreendedorismo e o Empreendedorismo Social», no SOCIUS/ISEG–UTL.

Um outro domínio, durante o período da minha vida em que não estive parado, pautado pela normalidade e a loucura, consistiu na minha participação e organização de debates, seminários, conferências e palestras sobre temáticas consideradas científicas e anarquistas. Desse modo, por ordem cronológica, entre 18 e 20 de novembro de 2011, participei no Ciclo de Debates/Filmes sobre «As ideias libertárias e o anarquismo», na Livraria-Bar Gato Vadio, no Porto. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Anarquia e anarquismos



no contexto da globalização».

Entre 3 e 4 de abril de 2012, participei e organizei o Colóquio Internacional «SUSTAIN-Ability goes SUSTAIN-Active», no SOCIUS/ISEG–UL, em Lisboa. Apresentei uma comunicação subordinada ao tema «Contingencies of the ICTs in the Tertiary Sector».

Participei no I Colóquio Internacional de Economia Popular e Solidária, com organização do LAMPEAR/CERES/UFRN, em Caicó/Natal, no Brasil, desde 17 a 22 de setembro de 2012. Apresentei duas conferências subordinadas aos seguintes temas: «Qual o desenvolvimento económico para a emancipação social da humanidade»; «Anarquismo contemporâneo: pensando novas formas de organização política, económica e social». Por outro lado, participei em duas mesas redondas, subordinadas aos seguintes temas: «Economia popular solidária no atual contexto do capitalismo»; «Economia libertária, autogestão e movimentos sociais.»

No período de 8 a 11 de outubro de 2012, participei no colóquio «Transformações da Biopolítica», organização do Nu–Sol/PUC–SP, no Brasil. Apresentei uma conferência subordinada ao tema «As tecnologias de informação e comunicação no controlo do comportamento humano.»

De 25 a 27 de outubro de 2012, participei no Congresso «CRIARS — 2.º Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social», organização do SOCIUS/ISEG–UTL. Apresentei uma comunicação com Bernadete de Lourdes Bittencourt e Maria João Santos, subordinada ao tema «Da teoria à prática: experiência da inovação social em Portugal». Apresentei, ainda, uma comunicação com Luciana Francisco de Abreu Ranconi, subordinada ao tema «A gestão pública da Economia Social em Portugal».

Sem apresentar qualquer tipo de comunicações, participei e organizei o seminário dos professores Heloísa Moura Lopes (FATE/PINDA, no Brasil) e Henio Fontão (FATEC, no Brasil), «Design of Experiments (DOE)», no SOCIUS/ISEG–UTL/NICIA/UNINOVE, a 25 de novembro de 2011; participei e organizei o seminário da doutoranda Carolina Leão (SOCIUS/ISEG–UTL), «Educação popular: ausências e emergências de novos conhecimentos e sujeitos políticos da Economia Solidária», SOCIUS/ISEG–UTL, a 26 de janeiro de 2012; participei e organizei o Seminário Nacional sobre «Arquivos

da Memória dos Movimentos Sociais Alternativos», CIES–IUL, Universidade de Évora, CEG/FLUL–UI, FCSH–UNL, no SOCIUS/ISEG–UTL, a 31 de janeiro de 2012; participei e organizei o seminário do doutorando Samuel Silva (NIEPC/UFSC, no Brasil), «Modelo de Competitividade Sustentada», no SOCIUS/ISEG–UTL/NIEPC/UFSC, a 16 de fevereiro de 2012; participei e organizei o seminário dos professores Joaquim Ramos Silva (SOCIUS/ISEG–UTL), João Carlos Graça (SOCIUS/ISEG–UTL) e o doutorando António Magalhães Ribeiro (SOCIUS/ISEG–UTL), «Dívida Pública no Brasil e em Portugal», no SOCIUS/ISEG–UTL, a 19 de abril de 2012; participei e organizei o seminário da professora Lirondina Gomes (UEBA, no Brasil), «Sustentabilidade e estratégia das redes hoteleiras Espanholas e Portuguesas no Brasil», no SOCIUS/ISEG–UTL, a 16 de outubro de 2012; participei no seminário «Jornada de Diplomacia Económica», no SOCIUS/ISEG–UTL/ID/CGD/AICEP/AIP, a 5 de setembro de 2012; participei e organizei o seminário do pós-doutorando António Oscar Santos Góes (UESC-Brasil), «O Empreendedorismo e o Empreendedorismo Social: algumas reflexões», no SOCIUS/ISEG–UTL, a 17 janeiro 2013; participei e organizei o Encontro Internacional «Projeto Mosca — Movimento social crítico e alternativo: memória e referências», CIES–IUL, na Universidade de Évora, CEG/FLUL–UI, FCSH–UNL, no SOCIUS/ISEG–UTL, a 28 de janeiro de 2013.

No que respeita a publicações editadas no período em causa, destacam-se: *Sociedade de Confiança — A Construção Social da Confiança em Portugal*, 2012, Lisboa, Clássica Editora, 470 pp. Este livro resulta de um projeto de pesquisa que foi alicerçado por uma equipa de investigadores do SOCIUS/ISEG–UTL,

Edifício de Consultas Externas, Centro Hospital Psiquiátrico de Lisboa, Avenida do Brasil, em Lisboa.



sendo que, dos diferentes capítulos, nem todos tiveram a minha participação efetiva. Sendo assim, limito-me a transcrever aqueles em que participei, juntamente com Rafael Marques, João Carlos Graça, João Carlos Ferreira Lopes, Bruno Gonçalves, e foram objeto de edição pela Clássica Editora: *A confiança no sistema político português*, pp. 83–205; *A construção social do valor*, pp. 207–269. Fui, ainda, autor de: *Prefácio*, in José Ernesto de Favéri, Marilei Kroetz e Fábio Alexandre (orgs.), *O Alto Vale do Itajaí e a Ideologia do Desenvolvimento Regional: Concepções e Análises*, 2012, Blumenau, Nova Letra; entrevista *José Maria Nunes e o Cinema de Arte e Ensaio*, in *Utopia*, Lisboa, n.º 29–30, janeiro/dezembro de 2012, pp. 73–78; com Ana Gomes, José João Sampaio e Silvia Alexandre (orgs.), *Contingencies of the ICTs in the Tertiary Sector*, in *Sustain. Ability goes Sustain.Active*, 2012, Lisboa, CD-ROM, SOCIUS/ISEG–UTL; *Prefácio*, in Igor Vinicius Lima Valentim, *Economia Solidária em Portugal: inspirações cartográficas*, 2012, Almada, Mó de Vida Editora; *Contingências das TIC's em relação à formação e à educação*, in Cleomar Azevedo e João Clemente de Souza Neto, *Complexidade da formação do professor-pedagogo e dos seus campos de atuação*, 2012, São Paulo, Expressão & Arte Editora, pp. 13–24.

Ao enunciar estas informações curriculares sobre a minha vida num espaço pós-normal e pós-anormal, quero só demonstrar que as vicissitudes da normalidade e da anormalidade comportamental, em termos da minha energia física, mental e psíquica, durante este período de 24 de setembro de 2011 até a 20 de março de 2013, não foram nada diferentes dos períodos precedentes da minha vida. Estava tão convencido de que estava totalmente estabilizado emocional e cognitivamente, que, quando ia realizar a consulta externa, a 20 de março de 2013, com a Dra. Palhavá, a minha intenção era dar-lhe a boa nova, de que, desde dezembro de 2012 até esse dia da consulta, tinha deixado de tomar qualquer tipo de fármaco e de que, não obstante isso, eu me sentia muito bem. Para este efeito, tinha feito as análises que a Dra. Filipa Palhavá tinha pedido. No dia 20 de março de 2013, compareci no Hospital Júlio de Matos, exatamente à hora recomendada para a consulta externa. Tinha as análises em mão desde o dia 18 de março de 2013, mas não me dei à curiosidade de ler os resultados, tão convencido estava de que estaria tudo bem. O facto é que as análises correspondentes ao lítio e ao ácido valpróico denunciavam a negligência e a ousadia

de não tomar qualquer tipo destes medicamentos desde dezembro de 2012.

Quando cheguei ao hospital, dirigi-me à sala onde estava a Dra. Filipa Palhavá e fiquei de pé atrás porque a minha amiga Gabriela Ferreira Lima também lá estava e porque vi dois homens corpulentos na assistência vestidos de bata branca. Desconfiei e disse logo para a psiquiatra ver as análises que trazia em mão. Ela leu e disse que não estava bem, como os valores do lítio e do ácido valpróico assim o demonstravam. De imediato, foi-me dito que a única solução consistia em internar-me. Reagi, gritando que não queria ser novamente internado, no entanto, os homens corpulentos dissuadiram-me desse intento e eu cheguei à conclusão de que não havia nada a fazer; deixei que fosse novamente internado.

Fui ingénuo em pensar que estava totalmente bem porque ainda não sabia que o meu organismo tinha deixado de produzir lítio, uma substância que tem implicações com o sistema nervoso. Por outro lado, antes destas ocorrências, a 17 de março de 2013, realizei a festa anual do «Sangue do Senhor», por ocasião da Adiafa e da Prova do Vinho Novo. Nesse dia, estavam presentes cerca de 40 pessoas e, como sempre, estava alegre e emocionado, mas, desta vez, um bocado exaltado e visionário. Gabriela Ferreira Lima, apercebendo-se disso, telefonou para a minha filha, que estava em Londres, e resolveram alertar a Dra. Filipa Palhavá para a situação negativa que tinha demonstrado. Com efeito, devia ter tido presente a hipótese de ser internado no dia 20 de março de 2013, devido à programação da consulta externa. Assim aconteceu e fiquei durante cinco dias no pavilhão onde estivera antes.

Voltei novamente a viver a rotina normativa da vida dos «doentes mentais», que já conhecia há muito, mas cuja experiência me levava a pensar que, para resolver os meus problemas de vez com a psiquiatria, eu tinha de tomar todos os medicamentos que me eram prescritos. No primeiro dia, ainda cheguei a pegar neles e a despeja-los pela sanita, mas, depois, ponderei: «se continuo a comportar-me assim, os psiquiatras, técnicos e enfermeiros vão fazer-me, mais tarde, as análises habituais e vão detetar, facilmente, a minha transgressão e, assim, ficarei perpetuamente neste hospital.» Tomei a decisão de tomar toda a medicação e não houve mais problemas com o meu internamento. Mais uma vez, a Dra. Anabela Alves Barbosa acompanhou a minha evolução e, ao fim de seis dias, mandou-me para casa, elaborando um

relatório de alta muito positivo.

*História clínica*

*Tratou-se do 4.º internamento nesta CP realizado a partir da consulta externa acionando a lei da saúde mental devido a episódio hipomani-forme na sequência de interrupção terapêutica e indicação médica de um DOENTE DE 67 anos, professor catedrático de Sociologia — aposentado, solteiro, tendo uma filha maior residente em Inglaterra, morando sozinho desde há alguns anos.*

*Durante este internato, obteve-se, por um lado, a diminuição da verborreia do aumento da generalização da energia (taquipsia essencialmente) e, por outro, uma maior necessidade de dormir. Foram mais uma vez realizadas intervenções psicoeducativas, tendo sido consolidadas a aceitação do dt sobre a manutenção da terapêutica que o mantém assintomático.*

*REQUISITARAM-SE ANÁLISES SG: TIRODEIA-S ALT E OS DOSEAMENTOS Li e VPA — aguardam-se os resultados.*

*Este internamento foi passado a regime voluntário, podendo o dt ter alta para ambulatório mediante o cumprimento das indicações médicas que se poderão resumir numa principal que é a manutenção da terapêutica ora em curso, permitindo-lhe adoptar um estilo de vida saudável com o obrigatório respeito do descanso noturno.*

*Lisboa, 27 de Março de 2013*

*Dra. Anabela Alves Barbosa*

Depois deste último internamento, a minha simpatia e respeito por esta médica elevou-se enormemente, daí que, passado um ano, fosse de propósito a uma consulta privada com a Dra. Anabela Barbosa, unicamente, com o intento de lhe expressar a minha gratidão em relação ao meu caso.

Sem querer extrair ilações analíticas fáceis e perentórias sobre tudo o que sofri como bipolar, «doente mental», «louco», «maluco», «chanfrado», «doente dos pirolitos», entre outros, o que eu não posso deixar de afirmar é que aprendi a sentir, como nunca, um mal estar civilizacional atroz sempre em função de um conjunto de pressupostos dicotómicos que não toleram comportamentos desviantes, transgressores, diferentes e anormais, mesmo que criativos, livres,



## CAPÍTULO 10



*Hipóteses de criação de uma nova civilização  
baseada na Anarquia*





fora de um esquematismo mortífero da mente e da psique padrão de uma suposta normalidade, apoiada pelos valores do bem contra o mal. Evidente que, sendo «doente mental», sofri bastante pela prisão compulsiva a que me relegaram e também por o meu tempo de liberdade e de criatividade ter sido coartado. A loucura é negativa porque os normalizados transformam a existência numa pluralidade de contradições e conflitos que negam a identidade e a singularidade de cada pessoa que é estigmatizada como «doente mental». Em contrapartida, qualquer anormal pode potenciar-se como pessoa de criatividade e de liberdade, desde que não entre pela via da afirmação da destruição, pois, nessa plausibilidade, a sua mente, a sua psique e o seu corpo não favorecerá a felicidade.

Escrevendo simplesmente em função da minha capacidade percetiva e introspectiva, posso afirmar que, ao ter vivido os dois mundos, apercebi-me quão ténue é a passagem de um para o outro. A passagem do mundo dos normais para o dos anormais é cada vez mais possível de ocorrer se pegarmos nos padrões de classificação das civilizações oriental e ocidental e, sobretudo, da civilização judaico-cristã, sendo que muitos daqueles que se consideram «normais» são muito mais propícios a transformar-se em «anormais». No fundo, pergunto-me: em termos das dicotomias destas civilizações, entre o valor dado às pulsões de morte e o valor das pulsões de vida, onde começa e acaba o que é normal e o que é anormal, o que é ser visionário e o que é ser transgressor, e o que é ser louco e não ser louco quando se está mergulhado até ao pescoço na participação de guerras, na destruição do planeta Terra, na escravidão da espécie humana, das espécies animais e das vegetais? O que eu sei em todo este processo é que o protagonismo essencial é feito por pessoas normais porque os loucos estão enclausurados em hospitais psiquiátricos. Na realidade, na grande generalidade dos casos, quem entra no mundo dos loucos nunca sai de lá. Porque as sanções cognitivas, emocionais e físicas que lhe são dirigidas pela sociedade, em geral, impede-os de voltar a ser normais.



## **Os porquês da crítica à civilização judaico-cristã**

Ao iniciar a redação deste capítulo, perguntei-me e questionei-me, várias vezes, a razão de ser da sua publicação, visto que, em certa medida, já contei toda a história da minha vida. No entanto, a cronologia de acontecimentos e vivências não acabou com a minha saída do Hospital Júlio de Matos, em 2013, nem tampouco nas contradições e os conflitos explanados nos nove capítulos da história da minha vida longínqua e recente, circunscrita a um presente e um futuro possível. Adotando o mesmo raciocínio lógico, constato que, desde 2013 até hoje, tenho a possibilidade objetiva de dar continuidade à elaboração da minha autobiografia, no presente. Eu nunca deixei de ser uma pessoa iminentemente utópica ou heterotópica, o que implica a necessidade intrínseca de estruturar um discurso narrativo que tenha algo a ver com esses pressupostos analíticos. Embora tenha tendência a repetir, para mim, nunca é demais acentuar os aspetos contraditórios e conflituais que emanam das causas e efeitos nucleares da civilização judaico-cristã.

Partindo destes ideais básicos, desde 2013 até 2020, não vejo grandes discrepâncias da natureza dos problemas económicos, sociais, culturais e políticos que tenham afetado extremamente a minha vida. Quando procurava descortinar as causas e efeitos que estão na origem desses problemas, até inícios do século XX, incidia a minha análise na crítica radical do capitalismo e do Estado, sempre de um ponto de vista dicotómico, polarizado, à volta do bem e do mal, utilizando o mesmo modelo em relação ao dos sindicatos, partidos, socialismo, comunismo e fascismo. Por força estruturante do egocentrismo dicotómico da civilização judaico-cristã, alimentava as minhas idiossincrasias comportamentais quer elas emergissem em modalidades de ação individual ou coletiva.

Face ao exposto, senti uma necessidade premente de transformar, lentamente, a minha linguagem comportamental analítico-simbólica desde a tenra idade até hoje, de modo a compreender-me e a autoanalisar-me como sujeito histórico do passado, do presente e do futuro. Nesse sentido, se todos os capítulos precedentes estão impregnados de uma linguagem bem específica da realidade rural e urbana, de profissões dos setores agrícola, comercial e industrial,

do mundo do trabalho, da classe operária, da luta de classes, como das ideologias e políticas que clamam pela extinção do Estado e do capitalismo, este capítulo, ainda que dê continuidade à análise desses fatores, entra por outro lado, em rotura epistemológica com a essência dos seus pressupostos analítico-simbólicos judaico-cristãos.

Não tenho dúvidas de que, com este capítulo, corro o risco de enveredar por um terreno movediço atravessado pela especulação, pelo erro e pela falta de rigor analítico. Esta afirmação é consequente e tem sentido, segundo a lógica prevalente das interpretações dos modelos e paradigmas científicos, porque devo ter a noção de que, eventualmente, sou frágil e incapaz de esboçar as minhas reflexões e análises com objetividade científica e verdade factual, pela simples razão de que, como indivíduo singular, nada mais personifico do que a minha própria verdade para compreender, interpretar e explicar todos os fenómenos sociais, políticos, ideológicos, religiosos, culturais e económicos que dão corpo à minha trajetória biológica e social. Seguindo o mesmo raciocínio, embora tenha a intenção explícita e manifesta de superar as contradições e conflitos gerados pelo processo de aculturação da civilização judaico-cristã, por razões óbvias, é muito provável que o meu léxico epistemológico e metodológico continue a reproduzir as raízes profundas dessa civilização, que me aculturou de 25 de novembro de 1945 até hoje.

Esta explicitação prévia ensina-me a refletir como potência criativa e diz-me que não sou nem posso ser criador de uma nova filosofia, de uma nova ideologia, de uma nova religião ou de uma nova civilização, inclusive aquela que denominarei de «Anarquia». O que pretendo apenas se limita a demonstrar que é possível relativizar tudo o que tem que ver com a nossa mente, a nossa psique, o nosso corpo, no que diz respeito aos processos de aculturação da civilização judaico-cristã. Partindo desse princípio básico, tudo é questionável, nada é eterno. Tudo o que pode ser equacionado nos parâmetros da espécie humana relaciona-se com a vida e a morte, tudo o resto se cinge aos modelos de civilização, de sociedade, de ideologias, de religiões e de políticas que as enformam.

Sempre me pautei ou tentei evoluir nos parâmetros de um comportamento identificado com a libertação da espécie humana, em termos da emergência histórica de um novo processo civilizacional assente em valores de liberdade,

da criatividade, do amor e da amizade nos espaços de sociabilidade e de socialização da sua ação individual e coletiva que, potencialmente, poderia levar à construção de uma sociedade anarquista. Partindo do princípio que existe uma diversidade de opções analíticas para apoiar, criticar ou até propor a extinção histórica das dicotomias que consubstanciam os valores da civilização judaico-cristã, vou apoiar-me nos vários mecanismos institucionais e estruturais que me levaram a pensar que é possível evoluir num sentido da criação de uma nova civilização baseada na Anarquia, não sendo esta mais do que uma probabilidade heterotópica ou, simplesmente, uma utopia impossível de ser modelada.

Como já foi enunciado, o conteúdo deste capítulo tem uma razão substantiva que importa relevar. Refiro-me, concretamente, às contradições e conflitos internos e externos que têm acompanhado a minha vida, aquando da vivência de situações de discussões e incompreensões inauditas sobre análises de determinados fenómenos sociais, económicos, políticos e culturais, modelos de sociedade, paradigmas e autores de renome científico. Como era perfeitamente natural e lógico, rara era a situação onde não emergissem epítetos controversos de traições e de situações em que era apelidado de ignorante, radical, reformista, revolucionário, entre outros. Estas acusações ou enaltecimentos pessoais eram e serão sempre justificações de críticas validadas e justificadas por um qualquer modelo explicativo de comportamentos padrão de indivíduos ou grupos que, em substância, eram e são fundamentados em práticas, ideologias, religiões e teorias sujeitas ao crivo da verdade e da cientificidade absoluta. De qualquer forma, para mim, desde 2010 que as discussões e conversas intermináveis acerca de capitalismo, do Estado, do comunismo, socialismo, fascismo e até do anarquismo deixaram de ter sentido conflitual e contraditório porque partem sempre do mesmo modelo dicotómico da civilização judaico-cristã.

Não obstante o valor heurístico específico de cada um desses modelos, em termos de probabilidades de emancipação social, no meu entendimento, considero mais pertinente e salutar analisar as causas e os efeitos dos valores da civilização judaico-cristãos perversos ou não perversos, para explicar, compreender e interpretar as sociedades contemporâneas.

Da percepção sensorial longínqua que tenho de quando era criança, no interior da minha família e no espaço público, confinado às brincadeiras e jogos

infantis, desde muito cedo que me apercebi dos mecanismos de controlo, de interdições, culpabilizações e sanções inscritos na estrutura da divisão social do trabalho da família, da comunidade envolvente e da sociedade global. Em qualquer dessas situações, não posso esquecer os efeitos modelares dos valores, da moral e da ética em todos os processos da vida dos camponeses da aldeia de Bogarréus. Como sistema aberto, não posso esquecer os efeitos estruturantes e as incidências da Constituição de 1933, do Estado Corporativo português, sob auspícios da ditadura instaurada por António Oliveira Salazar.

Se pensarmos bem nas múltiplas latitudes de causalidade e de efeitos e nos mecanismos das origens e reprodução das instâncias institucionais e organizacionais do processo de aculturação da civilização judaico-cristã, em primeiro lugar, temos de incidir a nossa análise nas incidências mitológicas e inferências históricas emblemáticas da pessoa de Jesus Cristo, que, por outro lado, deu continuidade à institucionalização e à legitimação da Igreja Católica Apostólica Romana e, por arrastamento lógico, à criação de um modelo de valores prefigurados na figura hierárquica superior e simbólica do Papa. Para todos os efeitos, este passa a assumir-se como a pessoa mais representativa da civilização judaico-cristã.

Não me interessa saber se Jesus Cristo existiu ou não, tal como é personificado pela leitura da Bíblia que inclui o Novo Testamento. Só posso deduzir que Moisés, David e Samuel, em relação ao Antigo Testamento, e que Marcos, Lucas, Mateus, João e Paulo, escribas do Novo Testamento, tiveram uma capacidade excecional em modelar a sujeição e a escravidão da espécie humana relativamente ao poder de Deus e que, na continuidade desse processo histórico, Deus foi, é e sempre será todo-poderoso, onnipotente e omnisciente, delegando essa função de representante na Terra à Igreja Católica Apostólica Romana e a outras igrejas, já que Jesus Cristo não poderia e não pode dar continuidade concreta a esse imperativo histórico, limitando-se, para sempre, a uma função de representações simbólicas na História da espécie humana.

As dicotomias vida/morte, riqueza/pobreza, bem/mal, normal/anormal, rico/pobre, amor/ódio, entre outras oposições, foram determinantes para que os escribas das bíblias encontrassem a essência do pecado, da culpa e do perdão para, a partir desses espectros de culpas e perdões, sancionarem a multiplicidade

de relações e interações sociais que persistem ao nível da civilização judaico-cristã. Na historicidade concreta da adoção e interiorização forçada e castradora, personificada pela civilização judaico-cristã no quotidiano, na minha aldeia e, conseqüentemente, na minha família, passava-se inevitavelmente pela obrigatoriedade da prática do batismo e outros sucedâneos, do casamento aos funerais. Os rituais dos casamentos das minhas irmãs personificavam uma simbologia que não começava na igreja, porém eram, igualmente, seguidos os rituais do mundo profano, com festas e partilhas de riqueza e diversões a partir da divisão sexual do trabalho.

Com já referi, a influência da Igreja Católica Apostólica Romana foi muito mais representativa no falecimento da minha mãe, em 1976, do que quando se deu o suicídio do meu pai, em 1949. O que é notório é a aprendizagem dessas manifestações do culto da morte, em função dos valores principais da civilização judaico-cristã. Para mim, esses valores eram uma mitologia cerceada pela mentira e a hipocrisia da espécie humana relativamente aos pressupostos biológicos e sociais da vida e da morte. Essas incidências de salvação da alma e do perdão do pecado espelham a situação de menoridade da espécie humana em relação à obediência escrava e cega que têm a qualquer deus, a Jesus Cristo e a uma panóplia de santos e santas partilhadas pela obediência dos humanos a nível planetário.

Toda esta lógica de dominação e de subalternização da espécie humana, em relação ao poder divino dos deuses e das religiões, tem permitido que, historicamente, se verifique uma transposição generalizada dos valores judaico-cristãos da esfera sagrada para a esfera profana, da vida da espécie humana no planeta Terra. Neste capítulo, o lugar do sagrado não fica restrito aos espaços dos templos e igrejas, mas integra com especial incidência nos sistemas de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias, assim como noutros patamares da existência da espécie humana, reportados à vida do Estado, da sociedade, da política e da cultura. Esta transposição é, simultaneamente, baseada na integração dos valores sagrados no mundo profano que pressupõem a emergência de dicotomias do bem e do mal, da culpa e da desculpa, da vida e da morte, da legitimação à justificação, passando pela desculpabilização dos maiores horrores cometidos pelas guerras, fome, miséria, calamidades

ambientais e horrores inimagináveis entre a espécie humana e entre esta e as outras espécies animais e vegetais.

Nestes horrores de natureza profana, a bênção do poder sagrado aparece sempre com a magnificência devida, fazendo crer que um não pode existir sem o outro, na medida em que se chega à conclusão que existe uma correlação absoluta entre estes dois mundos. Ao longo da minha vida, tenho observado que, quando exerci as profissões de camponês, operário mecânico ou professor universitário, nunca escapei de um olhar ou de um controlo, de uma crítica, que não estivesse sujeito a um padrão de comportamento normativo, que não estivesse justificado pelo bem ou pelo mal, submerso por valores com generalizações dicotómicas circunscritas ao competente/incompetente, inteligente/ignorante, trabalhador/preguiçoso. Esta dimensão dos valores civilizacionais judaico-cristãos alargam-se a todos os domínios do quotidiano da espécie humana, sendo que estas dicotomias, como todas as outras no mundo real profano, estabelecem-se numa base de interdependência e complementaridade sistemáticas com os ditames da autoridade hierárquica dos valores da civilização judaico-cristã.

Se redimensionarmos toda esta problemática ao campo estrito da divisão sexual do trabalho, então, estamos perante outras causas e deduções analíticas que nos conduzem a uma reflexão mais abstrata e complexa pela sua natureza íntima e privada, porque, efetivamente, não estamos a discernir sobre a divisão social do trabalho, que é visível nos setores de atividade económica da indústria, da agricultura, do comércio e das estruturas de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços.

Quando tentamos perceber o conteúdo da divisão sexual, logo à partida, temos de estabelecer uma divisão genética que começa no facto de a mulher ter origem numa costela do homem. Nesta latitude, não há dúvida de que o estigma hierárquico da costela do homem, do qual foi criada a primeira mulher por vontade e à imagem de Deus, subalternizou a mulher para sempre nos domínios da vida, na divisão sexual do trabalho. Esta subalternização a nível da divisão sexual do trabalho significava também submissão, obediência, inexistência de liberdade e de criatividade nas relações sociais com o homem ao nível físico, psíquico e mental. Um dos pontos evidentes desta submissão leva-a ao aviltamento e à negação do seu desejo e prazer sexual, singular de

todas as zonas erógenas do seu corpo. Por outro lado, ao servir de modelo para conceber o filho de Deus, a mulher funciona como um ser assexual, daí que o filho de Deus seja uma decisão divina veiculada pelo Espírito Santo e secundada por uma Virgem Maria que nem sequer praticou o coito com São José, mas que, após nove meses, gerou Jesus Cristo.

Toda esta mitologia transcrita para vida real transforma a quase totalidade da espécie humana em aprendentes do processo de aculturados da civilização judaico-cristã. São traduções empíricas que se modelam na vida quotidiana dos seres humanos e são inculcados nas mentes, psiques e físicos dos corpos, com afirmações e negações da liberdade e da criatividade desses mesmos corpos, com a criação e desenvolvimento de couraças impeditivas da prática do amor e da amizade sem coação e sem dominação. No fundo, ao longo do nosso tempo, a plasticidade social dos processos de socialização e de civilidade da espécie humana é bastante contundente no casamento, no batismo, nos óbitos, no Natal, nas festas pagãs e religiosas. Digamos que estamos perante um exercício quotidiano mimético do mundo profano e do mundo sagrado, alicerçado desde a origem e posterior desenvolvimento histórico, de forma inquestionável, pelos valores civilizacionais judaico-cristãos que, no presente, detêm maior representatividade social e religiosa no planeta Terra. A ilusão mimética do que foi Jesus Cristo está impregnada em todos os espaços-tempos, com a vocação de controlar e vivificar o comportamento humano nas suas múltiplas vertentes, pela força estruturante da Igreja Católica Apostólica Romana ou de outras igrejas, ou pela imensa ignorância da espécie humana sobre a sua essência terrena. Do que não tenho dúvidas é que o poder divino no planeta Terra, uma vez que sacralizou a espécie humana, tendo em conta os seus desígnios sagrados dicotómicos do bem e do mal, da vida e da morte, deu-se ao luxo de transformar a espécie humana em bodes expiatórios de fautores de guerras religiosas com custos infundáveis e incalculáveis. As cruzadas e a formação de Estados, pátrias, fronteiras, Impérios, guerras e inquisições foram sempre lideradas e decididas pela Igreja Católica Apostólica Romana, desde o século XI até ao século XIX, e tinham uma dimensão de legitimação e institucionalização que não começava nem acaba com o poder profano ligado às dimensões e evoluções históricas dos sistemas económico, social, cultural e político.



Entretanto, essa influência estruturante dos valores civilizacionais judaico-cristãos, com o processo de industrialização e de urbanização das sociedades, foi perdendo influência nos diferentes momentos da vida dos cidadãos comuns, na medida em que a força mirabolante e nostálgica da produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias transformou-se numa miríade materialista capaz de ser alcançada por todos os grupos e classes sociais. Ainda que hoje essa influência seja maior e tenda a descaracterizar-se pela força mercantil dos valores do dinheiro, do sexo, da droga e da indústria da guerra e, recentemente, do consumo de outras mercadorias analítico-simbólicas decorrentes da ação estruturante das TIC em conformidade com os efeitos da globalização, em pleno século XXI, não há dúvidas de que estas realidades, contingentes pela sua manifesta materialidade, colidem com a força da abstinência da civilização judaico-cristã, sobretudo em relação ao consumo dos prazeres profanos, como são os casos do sexo e da droga.

Nesse último sentido, a liberdade, a criatividade, o desvio e a transgressão emergem, virtualmente, de forma global no tempo das relações sociais privadas em termos interpessoais e intergrupais, extinguindo os efeitos castradores e repressivos do prazer e do desejo determinados pelos valores da civilização judaico-cristã que atuam, fundamentalmente, na esfera pública. Como consequência, as lógicas comportamentais dos valores associados às regras do perdão, da culpa e do pecado são inócuas, porque foram subvertidas ou são condicionadas pela afirmação consumista dos desejos e dos prazeres espontâneos e informais confinados à totalidade do corpo.

No sentido amplo do termo, objetivo e subjetivo, concreto e abstrato, é possível constatar que, pagando-se com dinheiro virtual ou real, todos os atos pecaminosos do corpo que envolvam relações sexuais associadas ao desejo e ao prazer, mesmo que entrem em contradição com os valores e a moral do mundo simbólico e mimético projetado nas figuras de Jesus Cristo e do Papa; todas as concepções imagináveis de pecado que permitam o perdão naquilo que é, foi e será a espécie humana, tudo é conciliável e superável nos parâmetros dos valores da civilização judaico-cristã. Sem querer repetir-me em excesso, se pensarmos bem na atualidade e na pertinência da força simbólica e no valor heurístico da festa anual do Natal, na vida de cada cidadão comum, facilmente

chegamos à conclusão de que a força de um dia resume toda a existência em solidariedade, amizade e amor. Em vez disso, emerge a culpabilização de atos falhados em relação à vida e à morte, da culpa do não cumprimento quotidiano dos dez mandamentos da lei de Deus, do consumo compulsivo de objetos como um ritual de pecados, mas também do perdão daquilo que não poderiam ou deveriam ser como atores de amor, amizade e de solidariedade. O 25 de dezembro, antes de mais, é um fenómeno de expiação histórica da civilização judaico-cristã, cujo simbolismo é atenuar e esconder os excessos negativos de sociedades que se produzem e reproduzem com base nas pulsões de morte, na negação do amor, da liberdade, da criatividade e da amizade no seio da espécie humana, sendo que estes elementos negativos também são a conduta padrão da espécie humana em relação a todas as espécies animais e vegetais.

Quando nos situamos em qualquer momento hipotético da vida da espécie humana nas sociedades contemporâneas, somos constrangidos a pensar na atualidade das forças e poderes analítico-simbólicos que os deuses possuem, no controlo do domínio avassalador e hegemónico da prática do consumo de objetos, cuja instrumentalização significativa do padrão é circunscrita ao amor, amizade e fraternidade, preconizados pelos valores da civilização judaico-cristã. Por várias razões da vida da espécie humana, esta prática é revelada todos dias, como se estivéssemos integrados numa peça teatral voluntária, cada um jogando o seu papel com uma enorme hipocrisia a partir de um esquema argumentativo do «vale tudo», passando por cima de tudo, sem qualquer pudor ou qualquer tipo de vergonha em coexistir num pântano de mentiras e atropelos, dominando, explorando e escravizando o outro ou a outra, sob a batuta da diversidade, da legitimidade de deuses e dos valores civilizacionais judaico-cristãos.

Na verdade, se a civilização judaico-cristã foi onnipotente, onnisciente e omnipresente nos seus desígnios históricos até ao século XIX, a partir de então, a sua hegemonia começou a desmoronar, sobretudo nos domínios da economia e da política, ainda que tivesse mantido a sua influência estratégica nos domínios religioso, cultural e social. Esses poderes da civilização judaico-cristã normalizam e institucionalizam os comportamentos humanos, não somente com a repressão física que pode passar pela morte, provocada pelas guerras religiosas

de diferentes tipos, como a autoflagelação e mutilação dos corpos ou, ainda, nos múltiplos campos educacionais das escolas sagradas e profanas, nos processos de castração, alienação e morte dos elementos metabólicos erógenos físicos, psíquicos e mentais da espécie humana. Em virtude desta condição do Homem como mero objeto de escravidão e castração, veiculado pelos valores civilizacionais judaico-cristãos e de outras religiões, é extremamente difícil que cada ser humano possa constituir-se, historicamente, como sujeito de emancipação social. Foi contra estas evidências negativas da religião que o poder secular da política se revoltou e foram fomentadas revoluções, greves, movimentos sociais, em prol do Estado laico, da luta de classes sociais, das guerras de religiões e das ideologias contra o capitalismo, o socialismo, o comunismo e o fascismo. No cerne destas lutas, aparecia, quase sempre, o mesmo denominador comum: a religião estava a mais na luta contra os deuses que impediam a construção dos alicerces da revolução que levariam à criação de um Estado laico.

Partindo deste dispositivo analítico, pergunto-me para que serviu o sacrifício de um messias milagreiro que morreu na cruz para salvar os pecados terrenos contínuos e sistemáticos de uma humanidade pervertida a caminhar para o abismo? Para que serviu o esforço dos escribas apóstolos que tiveram a paciência e a inteligência suficiente para transformar visões messiânicas criadas por um filho de Deus imaginário e uma virgem criadora de um messias por um ato simbólico espiritualizado que, por sua vez, deram origem a preposições comportamentais modelares baseados num conjunto de valores que integram um tipo de moral, de ética e estética bem específicas, articuladas com uma série de costumes, mitos e rituais identificados com a civilização judaico-cristã, que tem perdurado até 2021? Todos os aspetos que enunciei tiveram um reflexo muito importante na minha evolução terrena na divisão social e sexual do trabalho e da consecução real no modelo das relações sexuais da civilização judaico-cristã, que se institucionalizou, estruturou, e legitimou com os seus valores, ética, moral e costumes. Toda essa realidade foi-se conjugando de forma interdependente e complementar, tendo como epicentro estruturante a educação e a aculturação centrada na família, na comunidade, no mundo do trabalho e na vida da sociedade local, regional e global. Visto nesta perspetiva, eu sou um produto histórico aculturado pelos mundos profano e sagrado,

traduzido num conjunto de desejos e de prazeres provenientes de metabolismos celulares com incidências psíquicas, mentais e físicas, nas quais as zonas erógenas do corpo são potencialmente capazes de gerar maior prazer e desejo, uma vez que são circunscritas a liberdade e criatividade. Mais, se invertermos esta análise, podemos e devemos ultrapassar os preconceitos da civilização judaico-cristã, na medida em que não se pode esquarterjar e dicotomizar o prazer e o desejo, já que a totalidade do corpo é uma potência erógena sistémica e global. Não tenho dúvidas de que a minha historicidade singular a este respeito foi extremamente negativa, já que todo o meu dispositivo comportamental estava doente e impossibilitado de sentir, pensar e agir como corpo livre e criativo sem preconceitos, alienações, fantasmas e aberrações impostas pela educação e aculturação judaico-cristã.

Sem querer encarar a memória da minha vida transcrita do passado, passando-a pelo presente e projetando-a para o futuro, não posso silenciar a influência dos aspetos culturais e educacionais que estiveram na base da minha aculturação. Como já descrevi em capítulos anteriores, as bases objetivas da minha inserção na economia, na política, na cultura e na sociedade foram muito importantes para a minha aprendizagem. Acresce que a assunção desta aculturação está intimamente correlacionada com conhecimentos, informação, objetos, instrumentos, competências e qualificações de índole material. Os valores, a moral e a ética projetam-nos para um processo de aculturação de princípios e práticas analítico-simbólicas subjetivas de características transcendentais. Daqui decorre que, todo o processo de aculturação que envolveu a minha vida, foi sempre acompanhado por um mundo sagrado onde quase tudo era proibido ou escondido em segredo doentio, ou pelo mundo profano em que tudo era permitido desde que passasse de pobre a rico ou trabalhasse extenuadamente para ganhar o máximo de dinheiro.

Nesse processo, quando estava restrito à vida doméstica da família, a casa estava sempre identificada com espaços, tarefas, temporalidades e saberes inscritos nas necessidades funcionais do trabalho. A presença física da mulher na lide doméstica pode ser melhor percecionada no contexto da divisão sexual do trabalho, inscrita nas tarefas da cozinha, da sala de jantar e do quarto de dormir. Em coerência com a criação e os mandamentos de Deus, por Jesus

Cristo e a Igreja Católica Apostólica Romana, a mulher nasceu da costela do homem, sendo que esta determinação divina, logo à partida, vê a mulher como um apêndice funcional inferior, feito à medida e à luz do homem, o que tem repercussões manifestas num conjunto de dicotomias em relação ao homem e à mulher, sendo que, por via desse determinismo, a mulher é o elo mais fraco fisicamente, devendo gerir a vida doméstica, implicando assim que as tarefas e os trabalhos com maior exigência e esforço físico sejam atribuídos aos homens, na agricultura. Estes pressupostos eram alargados ao espaço urbano nos setores industrial, agrícola e de serviços. Partindo-se deste princípio, a divisão sexual do trabalho da economia doméstica implicava que as meninas, logo desde tenra idade, executassem as tarefas especificamente femininas, segundo os padrões da civilização judaico-cristã, entre as quais, as mais representativas na temporalidade histórica que observei e vivenciei, consistiam na lavagem de roupa, na passagem de roupa ferro, na limpeza do chão e das paredes da casa, na cozinha e, sobretudo, como função primária, a mulher teria de personificar o principal papel de procriação de filhos e respetiva educação até atingir a idade da puberdade.

Verifiquei, e verifica-se ainda hoje em menor grau, que estamos no domínio da vida doméstica no qual a divisão de género do trabalho tem um papel relevante, na medida em que a função da mulher está remetida à procriação de filhos, já que o homem, em circunstância alguma, tem essa possibilidade biológica. Como subseqüentes e continuidade da divisão de género do trabalho, devemos pensar que a mãe tem também de amamentar, educar, ensinar, inculcar os valores judaico-cristãos, ensinar a dar os primeiros passos, a lavar a roupa, a lavar o corpo, a vestir e a cozinhar os alimentos que são necessários para normalizar os primeiros anos de vida de qualquer criança. No meu caso, apercebo-me, hoje, que os valores judaico-cristãos estavam sempre presentes na cozinha quando se fazia o pão, o peixe ou a carne, lavava a louça ou quando a minha mãe lavava a roupa no rio de Ota, uma aldeia próxima de Bogarréus. Na sala de jantar, quando servia o comer na hora do almoço ou do jantar, ou quando a minha mãe ou as minhas irmãs passavam a roupa a ferro ou cosiam a roupa, eu simplesmente observava a execução dessas tarefas ou ia para a taberna, sendo que era considerado uma vergonha um homem estar presente

ou olhar para trabalhos que só as mulheres deveriam executar. No quarto, que só tinha duas camas, onde ficavam os meus irmãos solteiros e eu até aos 13 anos, era interdito qualquer contato físico entre os meus irmãos, acontecendo o mesmo a qualquer expressão observável de desleixo típico de nudez, logo criticável e objeto de repressão. Diga-se que, as minhas irmãs, nesse período, já estavam quase todas casadas, com exceção da minha irmã Maria José Carvalho Ferreira, o que diminuía os riscos de observância de delitos e interditos no quadro das transgressões dos valores judaico-cristãos.

A interdição de olhar ou observar o nu como elemento físico era um dos pecados capitais que mais provocava frustrações, recalcadas, secularmente, pela atomização ou condicionamento dos desejos e do prazer que qualquer corpo humano potenciava. Nestes termos, quando nos situamos quer no campo da divisão social do trabalho quer no campo da divisão sexual do trabalho, estes são sempre uma fonte de energia, de potência e resistência física, sinónimo de criação e de produtividade de riqueza social, simbolizando uma função de criação, poder e prestígio em nome e em função da glória do criador Deus, como se a partir desta hierarquia de poder divino fosse dado ao homem uma função de realização terrena, como potência deificada no espaço da vida doméstica e de sustento económico, quando este era configurado por uma vida de escravidão, de servidão e de trabalho assalariado.

Estas dicotomias judaico-cristãs indiciavam, também, que as mulheres não podiam frequentar tabernas, cafés, beber álcool e estavam interditas de fumar em qualquer espaço público ou privado. De todo este processo histórico de aculturação, em termos da divisão social e sexual do trabalho, reportada aos papéis normativos do homem e da mulher, o que eu pressenti até à puberdade foi crucial para a interiorização dos valores judaico-cristãos, cujos simbolismos, rituais e comportamentos efetivos mais representativos em relação à divisão sexual do trabalho eram personificados pelas meninas, que só usavam saias, vestidos e brincavam com bonecas e os meninos, em contrapartida, como eu, que jogavam à bola e frequentavam tabernas. É deveras relevante que estas tarefas, embora estivessem correlacionadas com competências e qualificações profissionais universais, eram alicerçadas pela divisão social do trabalho de incidência científica e organizacional.

No mundo que eu vivi, mesmo sendo escravo ou explorado, o valor emergente entre o bem e o mal, o normal e o anormal, primava por todos aqueles que estavam no epicentro do bem e do mal, da transgressão e do desvio comportamental, mesmo que isso acarretasse trabalhar extenuadamente com a enxada e daí deitasse sangue pela boca e fosse forçado a caminhar para o hospital mais próximo. Esta divisão social e sexual do trabalho era modelada por dicotomias valorativas, todas elas integradas num sistema de valores entre bem/mal, mau/bom, normal/anormal, competente/incompetente, trabalhador produtivo/trabalhador improdutivo. Destas dicotomias, era sempre o método de avaliação, de controlo, de transgressão que quase sempre era assumido por um denominador comum, que resultava sempre nas sanções positivas ou negativas. Adicionalmente, quando emergia algum desvio no trabalho, os moralismos e os olhares censórios das «brigadas de bons costumes» eram idênticos aos que existem em cada família, comunidade, região, país, continente.

Um aspeto que foi, para mim, importante releva da repressão, interdições e sanções físicas, psíquicas, mentais, morais e éticas em tudo o que se relacionava com relações sexuais até à puberdade. O sofrimento e o labirinto que cada criança passa para entender o que se passa com todas as zonas do seu corpo, assim como a estabilidade emocional formal e normativa que tem de realizar a partir da emergência dos seus desejos sexuais, são um enredo de experimentações sempre confinadas a um mimetismo compulsivo e interdito por instâncias castradoras e repressivas que começam na Igreja Católica, passam pela família e acabam na sociedade e no Estado. Destas instituições, só há produção de medos, atropelos e angústias perversos que se repercutem no período das relações sociais com a espécie humana, modelada e escravizada pelos valores da civilização judaico-cristã. O esquarterar mecânico do prazer e do desejo com base na normalização absurda de um corpo assexual, começou com a heterossexualidade e a negação de qualquer outra forma espontânea e natural de desejo e prazer sexual. A homossexualidade e a bissexualidade, desde tempos de outrora, começaram por ser consideradas como um pecado mortal e uma prática humana doentia, contranatura. Evidentemente que todos os outros desvios, como o onanismo, a transsexualidade ou o incesto, também são considerados lesivos da boa conduta moral.

Pessoalmente, ainda que não tivesse a capacidade de realizar a primeira experiência sexual com uma mulher até aos doze anos, limitava-me, simplesmente, a masturbar, cingindo-me aos corpos das mulheres adultas da minha terra, dando azo a que a escolha dessa masturbação fosse assumida pela corpulência física e o que se tinha convencionado chamar uma mulher bonita no campo. Isso não evitou que, em paralelo, também enveredasse pela prática de masturbação coletiva entre homens e que tenha tentado praticar a homossexualidade, sem sucesso. De qualquer forma, a marca proibitiva e repressiva da família e da comunidade envolvente era dilaceradora da liberdade, da espontaneidade e da informalidade criativa e livre que poderia traduzir-se em relações de prazer e afirmação do desejo do meu corpo, geradoras de aprendizagens e de relações sexuais livres. Em contrapartida, essas hipóteses foram sempre encorpadas por traumas, medos, recalcimentos e inibições, focadas pela omnipresença do bem e do mal, pela normalidade e a anormalidade, pelo pecado e pela culpa. Em sintonia com este dispositivo comportamental, como era previsível, cada ser humano transformou-se num veiculador de práticas e princípios assentes em valores judaico-cristãos, que prevaleciam, doravante, a partir da lei do mais forte, assumida pela virilidade na prática do coito, associado a zonas erógenas exclusivas do corpo, o pénis, no caso dos homens e a vagina, no caso das mulheres, com a exclusão de todas as partes passíveis de desejo e de prazer. Com base neste pressuposto, todas as relações sexuais que estivessem foram do padrão heterossexual eram consideradas anormais e um pecado pelos valores da civilização judaico-cristã.

Quando atingi os catorze anos, apercebi-me que não crescia mais. A partir de então, cheguei à conclusão de que o padrão para casar ou dançar, no meu caso, estava em crise. Este dilema transformou-se no começo da interiorização das práticas dos valores judaico-cristãos assentes num complexo de fatores de inferioridade física, ao mesmo tempo que procurei superar a culpa que me escapava e que não compreendia nos seus contornos analíticos, sobretudo, tendo presente as consequências dos valores atribuídos às relações sociais entre a valoração que é dada ao pequeno e ao grande pela espécie humana. Este sofrimento e frustração existencial foi, mais tarde, superado e atenuado pela minha inteligência e dinamismo relacional no desempenho dos vários empregos que



tive. Através da aprendizagem das relações sociais e respetiva aprendizagem comportamental, apercebi-me de que, no contexto da civilização judaico-cristã, se não vencesse no domínio físico, podia, em alternativa, valorizar-me nos domínios mentais e psíquico, potenciando-me como ser humano e com probabilidade de me tornar vencedor, na escala de estratificação social, ultrapassando a situação de vencido no campo físico.

Deste modo, com bastante vontade e força férrea, tudo fiz para dar inteligibilidade à minha escolarização para superar os malefícios negativos que o grau de inferioridade física me provocava, através do estigma dos valores judaico-cristãos. A entrada na escola secundária e na universidade foram a base mental e psíquica acompanhada por uma vontade energética imensa que me ajudaram a tentar vencer o sofrimento atroz das incongruências mortíferas da civilização judaico-cristã nos espaços públicos. Esta caminhada de aculturação e de escolarização, no sentido de ser o mais inteligente, possuir mais conhecimento e ser o mais capaz a nível mental e psíquico para suprir as insuficiências físicas superadas, a um dado momento, são contrastadas com duas realidades concretas precisas. A partir do momento em que não cresci mais, desde os 14 anos, é um facto que a figura padrão do epíteto de «anão» começou a ter os seus efeitos relacionais, em alguns espaços públicos residuais, onde predominava a ignorância, a pobreza, a miséria existencial, como era o caso do bairro Chinês e do bairro da Picheleira. Como já referi em capítulos anteriores, consegui superar essa situação num contexto de solidão singular, mas também com a criação de muitas amizades, como foi o caso de Ilídio Ribeiro, Manuel Maria Lopes e Conceição Santos, entre outros. Estas situações, que eu considerava anómalas, com aquelas que vivia no trabalho, congregaram-se num sentido reivindicativo nas empresas onde trabalhei, por aumentos salariais, pela crítica da ditadura fascista de Salazar e Caetano, mais tarde, consumada na necessidade intrínseca de fomentar a revolução social na sociedade e no mundo. Essa evolução ideológica, primeiro, foi contra o fascismo em Portugal, depois contra o capitalismo e o Estado a nível mundial.

O conteúdo e as formas da minha aprendizagem de aculturação judaico-cristã contra o fascismo, o Estado e o capitalismo a nível mundial, no período de 1959 a 1974, no meu entendimento, apesar de terem sido modelados

por leituras críticas do marxismo radical e do situacionismo, no fundo, a matriz epistemológica e metodológica que persistia em relação à crítica e à extinção do capitalismo e do Estado eram, com algumas nuances, ainda objeto e instrumento de causalidades e efeitos com raízes profundas nos valores judaico-cristãos. Já o tinha sido na historicidade da implementação das revoluções russa, em 1917, e chinesa, em 1949, em que os pressupostos do mal estavam sempre no czarismo e no Kuomintang, liderado por Chiang Kai-Shek, enquanto que o bem estava exclusivamente no Partido Bolchevique e no PCC (Partido Comunista Chinês). Se generalizarmos esta tipificação de padrão do bem e do mal judaico-cristãos para todos os modelos de sociedade, ideologias, religiões, valores, partidos, sindicatos, instituições e organizações que possamos imaginar, a verdade está sempre de um lado e a mentira do outro. Não há relatividade possível, muito menos absolutismos de qualquer espécie, entre estas dicotomias, nem lugar para analisar, interpretar e explicar os fenómenos na sua extensão e profundidade causal nem dos seus efeitos específicos.

Perante este quadro de causalidades e efeitos que integrei no meu processo de aculturação e de educação na minha vida de mecânico, de estudante da escola primária, do ensino secundário e do ensino superior, e de professor universitário, na explicação e adesão a uma greve ou no pedido de aumento do salário, tinha sempre argumentos básicos extraídos de uma matriz teórica, prática e ideológica, que se exprimia na negação do capitalismo como estrutura de exploração e de escravidão da classe operária e do Estado como uma instituição improdutiva e repressiva. A minha argumentação do bem contra o mal não se resumia à denúncia de todas as transformações históricas que o capitalismo e o Estado já tinham cometido, mas também à mentira histórica e à fraude emancipalista que as revoluções comunistas já tinham gerado desde 1917. Os sindicatos e os partidos de diferentes matizes ideológicas, sindicais e políticas não escapavam a esta crítica porque eram e são fábricas de gestão social da escravidão política e salarial subsistente nas sociedades contemporâneas.

No quadro da historicidade da minha vida ou de qualquer outra que possamos imaginar, à medida que desenvolvi a minha aprendizagem padrão nos limites positivos e negativos da civilização judaico-cristã, na explicação da essência dos factos em termos da causalidade e efeito, as exigências em aprofundar

os conteúdos dos contornos do bem e do mal, da verdade e da mentira, levaram as pessoas singulares a mudar ou até inverter as suas opiniões ideológicas, políticas, religiosa, sociais e económicas. Neste trampolim circense de coerências e procura da identidade absoluta, de verticalidade e coerência identificadas com a minha personalidade e motivação espontânea e informal, foi com facilidade que deixei o léxico epistemológico e ideológico do marxismo radical e do situacionismo e ingressei com armas e bagagens no anarquismo.

Ao ingressar no jornal centenário *A Batalha*, ganhei uma experiência única como colaborador, redator e diretor deste jornal, no período de 1981 a 1990. A defesa do anarquismo, na sua diversidade ideológica e histórica, tornou-se quase uma obsessão de ação individual e coletiva, demonstrando que, quer pela via dos grandes feitos revolucionários quer pela existência de autores anarquistas de grande prestígio revolucionário e científico, os anarquistas tinham sido os vencidos da História, mas, hoje, demonstravam que tinham razão e que, no futuro, seriam a tábua de salvação da humanidade, já que o capitalismo, assim como o Estado, iriam desaparecer do planeta Terra. Por outro lado, sempre afirmei que «anarquismo» é sinónimo de liberdade e de criatividade e que, embora eu estivesse mais próximo do anarquismo individualista e do anarquismo naturista, todos os anarquismos, sem exceção, devem ser considerados como rios paralelos que vão desaguar ao mesmo oceano, ou seja, o espaço figurado da anarquia. É evidente que o que estava em conformidade com a minha opção ideológica residia simplesmente na presunção de que a liberdade só poderia emergir da diferença e não da igualdade, enquanto assunção da ação individual e coletiva.

Daqui se depreende que eu considerava que todos os anarquismos eram a personificação do bem contra o mal e da verdade contra a mentira, visualizada na ação contra a exploração e repressão do capitalismo e do Estado, assim como na luta contra a mentira e na fraude ideológica e política da ação dos sindicatos e dos partidos de toda a espécie. Quando, todavia, se procura evoluir no sentido que referi, é preciso ter presente a singularidade de cada aprendizagem histórica no contexto da civilização judaico-cristã e, sobretudo, é necessário, de antemão, que esse processo de socialização e de sociabilidade humana se traduza na criação de personalidades distintas e singulares, se bem que possa, em

parte, deduzir que esta personalidade é de índole genética e que, mesmo assim, o óvulo e o espermatozoide também já contêm um metabolismo judaico-cristão. Seja como for, as aprendizagens singulares da vida, quando estão em relação e em interação psíquica, mental e física, são propiciadoras de conflitos e de contradições, de leituras e aprendizagens diferenciadas do anarquismo. Na ocorrência, quando estive na redação e na direção do jornal *A Batalha*, fui protagonista da luta contra o poder que tentava censurar artigos que não estavam de acordo com os pressupostos ideológicos do anarquismo que defendiam. Como se denota, também no seio da diversidade ideológica dos anarquismos e das personalidades singulares que o integram, também existe uma conceção do bem e do mal, da verdade e da mentira, do positivo e do negativo, tipicamente alicerçada aos comportamentos judaico-cristãos clássicos.

Estes indícios civilizacionais, se bem que superados e minimizados por procura de causas e efeitos das contradições e antagonismos gerados pelo capitalismo e o Estado através dos sistemas económico, político, social e cultural, não escamoteavam nem escondiam o teor das discussões e reflexões sobre as frustrações históricas sucessivas da realização da famigerada revolução social. A resposta, como sempre, provinha do pecado original provocado pelo capitalismo e pelo Estado, por representantes máximos do mal, que negavam a emancipação social dos trabalhadores assalariados. Esta impotência civilizacional judaico-cristã, personificada pelo anarco-sindicalismo e o anarquismo em Portugal e noutros países, foi alimentada pela auréola histórica do jornal *A Batalha* e a Confederação Geral do Trabalho, entre 1919 e 1926. A transposição mecânica de um passado longínquo de lutas e greves vitoriosas para um presente sem ação individual e coletivo, no contexto das lutas sociais que aspiram à emancipação social, transformou os anarco-sindicalistas em representantes simbólicos de heróis de um passado longínquo que já não existe e em oradores de comemorações de objetos e de bandeiras para preencher o vazio da sua justificação no presente, em relação à sua reflexão e à sua inação revolucionária.

Utilizando a mesma postura comportamental judaico-cristã, todavia, é um facto que, nas minhas relações e ações individuais e coletivas, no contexto do jornal *A Batalha*, senti que tentava opor-me à tipologia que separa e opõe o

bem do mal, o que sabe do que não sabe, o que é revolucionário do que não é revolucionário, e o que tem razão do que não tem razão. Com a minha força e clarividência, e com a criatividade e a liberdade que foram possíveis para dinamizar no coletivo editorial do jornal *A Batalha*, estas oposições, muitas vezes traduzidas em estratificações e hierarquias de valores judaico-cristãos, foram condicionadas e desconstruídas, pontualmente, sobretudo ao nível das análises, com incidência na normalidade das relações sexuais e nas oposições que eram elaboradas entre os diferentes anarquismos, entre o que é melhor e o que é pior e entre o que é mais revolucionário e o que é menos revolucionário.

Se eu pegar em outras experiências ideológicas anarquistas em Portugal para perceber os contornos que os conteúdos e as formas judaico-cristãos assumiram, devo referir a minha participação como associado da Cooperativa/ Editora Sementeira e colaborador da revista *A Ideia*, entre 1982 e 2003. Este grupo, na minha opinião, foi o que teve maior capacidade de diálogo e de construção de sinergias, ainda que estivessem modelados a partir da aprendizagem e interiorização de valores judaico-cristãos. Tinham a capacidade de fluir e de dinamizar os elementos básicos da criatividade e da liberdade reflexiva e relacional, e já estavam a tentar construir uma hipótese de minimização dos efeitos perversos dos esquematismos antinómicos judaico-cristãos, no que concerne a reforma/revolução, o que lhes permitiu vivenciar uma estabilidade normativa harmoniosa. Mais uma vez, aprendi com este grupo as bases da tolerância que nos permitem desenvolver relações sociais dialógicas sem ter de passar pelo crivo da conflitualidade permanente. Na realidade, mesmo que os elementos deste grupo tivessem, como eu, a tendência para explicar todos os fenómenos à luz da ideologia anarquista, isso não impedia que, quando atravessávamos os laços e as conexões explicativas e compreensivas de qualquer fenómeno, caíssemos sempre no mesmo logro de causalidades e efeitos judaico-cristãos do bem e do mal, da verdade e da mentira, da análise científica e da análise do senso comum.

Pela experiência como fundador e, particularmente, pela aprendizagem que João Freire adquiriu na revista *A Ideia* e na Cooperativa/Editora Sementeira, pode-se afirmar, sem menosprezo para a ação positiva que todos os outros membros tiveram em relação a estas organizações, que, com a competência

que obtive como membro das organizações em causa, é indiscutível que ele tenha sido o obreiro que teve a energia e a sabedoria de manter estas realizações históricas durante anos, na elaboração editorial do léxico ideológico e epistemológico libertário, em Portugal. Contudo, em Portugal, depois do 25 de Abril de 1974, João Freire foi, também, a principal vítima das concepções judaico-cristãs, que persistiam dentro do anarquismo, na região portuguesa. A razão fundamental foi simples, porque, como sempre, João Freire foi um organizador nato que criou a FARP (Federação Anarquista da Região Portuguesa), numa tentativa histórica de imitar o processo e o modelo revolucionário que deu origem à Guerra Civil Espanhola de 1936–1939 e, como essa hipótese se revelou frustrada, passados dois anos, o processo de culpabilização da frustração revolucionária da FARP e de acusações reformistas por parte do grupo «Ação Direta» caíram, na totalidade, sobre João Freire e a sua família. João Freire, sentindo-se vítima de culpabilizações e provocações perversas junto da sua família, nada mais fez do que tentar sair do labirinto do bem e do mal, do reformismo e da revolução, que afetam os anarquismos judaico-cristãos portugueses.

Se existe uma instituição secular que se fundamenta nos valores civilizacionais judaico-cristãos, esta trata-se, sem dúvida, da Universidade. Como instituição, é vocacionada para a formação, a educação e a aculturação reportada à produção e à reprodução desses valores, basta situar-se nos papéis personificados pelos professores, alunos e funcionários nos processos de tomada de decisão e de liderança, na divisão social do trabalho e na estrutura da autoridade hierárquica formal. Em todos esses vetores estruturais e funcionais, os papéis de cada um desses grupos estão incrustados nos valores deduzidos pelos seus comportamentos profissionais, nas competências científicas, nas aprendizagens pedagógicas, nas modalidades de avaliação de conhecimentos, sempre circunscritas a relações e a interações sociais, avaliadas e normalizadas por parâmetros dicotómicos do bem/mal, ciência/senso comum, inteligente/ignorante, positivo/negativo, inclusão social/exclusão social, normal/anormal. Sendo as universidades instituições cuja função principal é produzir, distribuir, trocar e consumir bens e serviços científicos ou bens e serviços analítico-simbólicos, não admira que, no espetro da causalidade e efeitos providos

da emergência desses fenômenos, os valores judaico-cristãos estejam presentes em todo esse processo de socialização e de sociabilidade comportamental em qualquer universidade das sociedades contemporâneas.

Observei e fui protagonista desses valores em vários momentos, na sala de aulas, auditórios e anfiteatros, quando lecionei várias disciplinas de Sociologia, assim como ator de representatividade de autoridade hierárquica formal, como professor auxiliar, professor associado e professor catedrático, nas instâncias do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico no ISEG–UTL e membro do Senado da UTL. Nestes espaços institucionalizados e formalizados pelo Estado, eu tinha de refletir e decidir sobre a resolução de uma série de problemas e participar na avaliação de uma série de conflitos inscritos nos processos de concorrência e de competição entre professores, estudantes e funcionários que, em última instância, tinham que passar, inevitavelmente, pelo crivo do poder dos professores catedráticos e pelo apoio que os professores associados e auxiliares lhes davam. No que respeita os processos de tomada de decisão e de liderança, assim como o processo de institucionalização das competências e qualificações nas estruturas da autoridade hierárquica formal e na divisão social do trabalho, tudo estava determinado pela conceção da prática científica, polarizada à volta de dicotomias do bem/mal, científico/não científico, maçónico/*Opus Dei*, ou seja, por uma série infinita de padrões de inclusões e exclusões que justifica a criação de situações que são apanágio de qualquer organização ou instituição.

Todos os comportamentos genéricos da espécie humana que também são apanágio dos professores, estudantes e funcionários, quer em termos de valores, moral, ética e estética, também se enquadram no padrão civilizacional judaico-cristão e sofrem o mesmo tratamento em qualquer universidade, quer nas relações homem/mulher, pais/filhos, quer em função do processo de educação e de aculturação civilizacional judaico-cristão a que cada professor, aluno e funcionário foi sujeito durante a sua vida. Além disso, os paradigmas e modelos científicos explicam e interpretam todos os fenômenos sociais, políticos, económicos e culturais com base em argumentações de verdade absoluta, submetendo-se a regras de causalidade e de efeitos segundo preposições e variáveis inquestionáveis de natureza dicotómica, sem recorrerem

a uma diversidade de variáveis para analisarem e compararem qualquer tipo de fenómeno. Nesta dimensão, os predicados de aculturação da civilização judaico-cristã, também, estão presentes e incrustados na prática de quem trabalha com a ciência, seja nos domínios da Física, da Biologia, da Matemática, das Ciências Humanas, das Ciências Sociais ou das Ciências Naturais. Por outro lado, os efeitos judaico-cristãos na universidade não relevam somente dos paradigmas e dos modelos científicos que são, dia após dia, vivificados e disseminados como bens e serviços científicos. Neste sentido, o processo de aculturação passa pela socialização de valores, traduzidos numa tipologia de crenças, de uma moral e de uma ética que atravessa, inexoravelmente, a psique, a mente e o corpo dos professores, estudantes e funcionários que trabalham nas universidades.

Tudo o que, em síntese, vivi, durante 1970 e 2010, como aluno e professor, em França e em Portugal, permitiu-me constatar a proeminência da aculturação dos valores civilizacionais judaico-cristãos nos múltiplos parâmetros da minha vida, com incidência bastante profunda no desenvolvimento de couraças e nos condicionalismos comportamentais que foram criados nos domínios físico, psíquico e mental, dando lugar a uma série de polarizações e dicotomias à volta de quem sabe/quem não sabe; quem tem competências/quem não tem competências; quem tem qualificações/quem não tem qualificações; quem estuda/quem não estuda; quem tem autoridade hierárquica formal/quem não tem autoridade hierárquica formal. As consequências dos incumprimentos desviantes destas dicotomias levavam a uma série de sanções normativas negativas, sobretudo quando o insucesso escolar provocava a má avaliação de alunos e professores, pondo em causa a sua inteligência e a sua competência, assim como quando o seu saber científico se revelava medíocre e os conduzia para o campo do fracasso profissional, no caso dos professores, e o insucesso escolar, no caso dos alunos, para finalizar os cursos de graduação e pós-graduação. A introspeção da culpa pelo fracasso da avaliação dos estudantes, dos professores e dos funcionários que fazem parte do mundo da ciência e do saber científico, como consequência, despoleta um processo de culpabilização, que emerge, com relativa facilidade, nas relações sociais de normalização e de estabilização normativa, sobretudo pela via do enaltecimento e do sucesso daqueles que



estão no lado dos atores, que são qualificados pelas funções científicas que demonstram e, em contrapartida, pelo desmerecimento e desqualificação daqueles que revelam ser um fracasso nas funções científicas que executam. Para uns e para outros é um dilema dicotômico de qualquer estudante, professor e funcionário de qualquer universidade, que tem de percorrer para enveredar pelo caminho do sucesso, na escala da estratificação social ascendente no sentido do prestígio, do poder e do dinheiro.

Seguindo o caminho da normalização comportamental, segundo os parâmetros dos valores judaico-cristãos, no que se refere ao funcionamento institucional-normativo das universidades, eu, enquanto professor e investigador, fui sempre um ator de competição e de concorrência com os outros professores nos campos de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços científicos diferenciados com a finalidade de serem absorvidos pelo mercado e pela sociedade. No meu caso, denotei que a formação e a educação de alunos universitários tem, por primeira função, dar-lhes a informação, a força energética e o conhecimento científico que permitem a cada aluno exercer uma profissão específica, com uma qualificação de graduação ou pós-graduação (licenciatura, mestrado, doutoramento) e uma série de competências científicas específicas. A maior parte, se não a totalidade dos professores, quando verbaliza oralmente os seus conhecimentos científicos, informações e energia junto dos alunos nas salas de aula, seja qual for a disciplina que esteja a lecionar, fá-lo-á, exclusivamente, em conformidade com um autor, um paradigma ou um modelo científico considerado, pelos seus pares, como o único ou o mais apropriado cientificamente. Isto significa que a originalidade da criação científica é exclusiva da ciência produzida pelos autores, pelos criadores dos modelos ou pelos paradigmas científicos verbalizados por discursos narrativos escritos e reproduzidos, oralmente, pela generalidade dos professores nas salas de aula, auditórios e anfiteatros. Ou seja, não existe autonomia, nem criatividade, nem liberdade verbal oral para que o professor exista na sala de aula como ator de criação de saber ou de ciência.

Em face a este dilema, senti-me, muitas vezes, um mero papagaio reprodutor de um saber que se traduz numa função oral de transmissão de conhecimentos que, em última análise, tudo ou a grande parte da matéria que

ensinava entrava e saía, facilmente, pelos ouvidos dos alunos. Esta ausência de sentido crítico e de criatividade, durante a transmissão de conhecimentos científicos na sala de aula por parte da generalidade dos professores, revela-se contraproducente, na medida em que a informação, o conhecimento e a energia não são objeto de aprendizagem efetiva por parte dos professores e estudantes, porque estes últimos são relegados para uma situação de passividade e omissão perceptiva ao nível físico, emocional e cognitivo. Sendo os professores meros reprodutores de significados das ciências que integram, aos estudantes só lhes resta acatarem essa reprodução de forma passiva e acrítica, para, mais tarde, se sujeitarem à realização de testes e exames baseados numa memória mecânica efémera. Dentro e fora da universidade, qualquer estudante se torna num mero objeto instrumental de acesso e de aculturação à informação, conhecimento e energia decorrente de lógicas civilizacionais judaico-cristãs, estejam elas inscritas na lógica do capitalismo, do comunismo, do socialismo ou do fascismo.

Foi mais ou menos assim que vivi e senti o mundo da universidade até 2010 — era uma espécie de papagaio que tentava, o melhor possível, repetir, de forma mecânica e superficial, conceitos, epistemologias e metodologias científicas que, muitas vezes, algumas delas, não compreendia nem entendia de forma correta, simples e clara. Esta limitação e contradição manifesta era acompanhada pela, já referida, transmissão de conhecimentos. Daqui, surgem, uma vez mais, os predicados dos que sabem e os que não sabem, dos que já aprenderam e os que têm de aprender, os que são ativos e os que são passivos, dos que têm competências e qualificações e os que não as têm, no âmbito da divisão social do trabalho das universidades. Evidentemente que estas dicotomias emergem sempre dos papéis específicos dos professores, alunos e funcionários. No conjunto, todas essas realidades substantivas são bastante elucidativas de todos os processos de aculturação que vão no sentido da aculturação desses papéis e nos protagonismos dicotómicos judaico-cristãos, protagonizados por professores, alunos, na sala de aula ou fora desta, e funcionários.

Assim se deduz que os valores judaico-cristãos, não obstante a sua invisibilidade e abstração, têm uma concretude manifesta. São eles que, em último recurso, promovem a adoção de um processo de aculturação de valores que

geram a institucionalização e a formalização dos processos de civilidade e de socialização da escala de estratificação social e das estruturas sociais nas universidades, geradoras da divisão social do trabalho e da estrutura da autoridade hierárquica formal, pela via de uma tipologia de conhecimento científico e processo de produção, distribuição, troca e consumo dos bens e serviços científicos. A dimensão desta realidade que vivi intensamente no ISEG–UTL, seja em que circunstância for, é sempre atravessada por dualismos comportamentais do bem e do mal, do inteligente e do ignorante, do normal e do anormal, do bom e do mau, realidades sempre correlacionadas com qualquer atividade científica. Por outro lado, as universidades partem de um princípio inquestionável de que a autoridade hierárquica formal e institucional é a única base legítima e exclusiva de produção científica, excluindo todos os saberes que provêm do senso comum.

Na gíria das universidades, estes saberes são baseados em informações, conhecimentos e energias indiciadores de mentiras e de ignorância sistemática, mesmo que, em certos casos, sejam potenciadores e criadores de saberes úteis para caminhar na direção dos estímulos biológico, cognitivo e emocional. Esse princípio inquestionável das universidades, como as únicas que têm a capacidade de produzir ciência, induz a que os alunos, por princípio, não saibam e os professores saibam, que os professores sejam atores ativos de produção do saber e que os alunos sejam atores meramente recetivos e passivos na assimilação e memorização do saber. Os funcionários, com a exceção dos gestores e administradores das universidades, para além da secundarização funcional e salarial a que estão submetidos, com exceção dos quadros técnicos administrativos, são meras figuras de retórica institucional e organizacional, submetidos a uma lógica de funções e tarefas secundárias, inscritas na divisão social do trabalho nas universidades. É bem evidente que as contingências das TIC afetam extremamente todas as funções e tarefas da vida dos professores, alunos e funcionários das universidades nas sociedades contemporâneas. Uma das vertentes mais afetadas é, sem dúvida alguma, os *inputs* e os *outputs* de informação, conhecimento e energia que decorrem da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos, ou seja, do que é apanágio das universidades, em termos de bens e serviços científicos. Estes,

pela sua imaterialidade e virtualidade, são compostos por *inputs* e *outputs* de informação, conhecimento e energia humana totalmente identificados com os desígnios históricos das universidades. A maior parte destes bens e serviços deixaram de ter uma natureza material concreta, que era e é ainda a base da economia real, mas que, ao passarem a integrar o espaço da vida do sistema social, económico, cultural e político, tenderão, irreversivelmente, a tornar-se *inputs* e *outputs* virtuais.

Verifica-se que não existem mais fronteiras físicas, ideológicas, políticas, sociais, religiosas, económicas, culturais que possam travar ou sequer contrariar, de modo efetivo, a força estruturante dos efeitos contingentes das TIC, sendo que será uma luta inglória por parte de qualquer instituição ou organização estatal, capitalista, religiosa, militar ou política, opor-se ou inviabilizar com eficiência, ou sequer controlar a plasticidade social da instantaneidade, da efemeridade, da continuidade e da irreversibilidade da produção, distribuição, troca e consumo de bens ou serviços imateriais ou analítico-simbólicos/virtuais que resultam das contingências das TIC. As causalidades e efeitos comportamentais, sendo virtuais, são diluídas num labirinto complexo e abstrato de perceções e incidências comportamentais, onde nenhum deus ou messias tem lugar para agir ou sequer para poder padronizar o controlo ou destruir a ação de todos aqueles que, sendo desviantes e anormais, não se culpabilizam e, no entanto, pecam, não pedem perdão e sabotam os valores judaico-cristãos diariamente. Estas vicissitudes comportamentais são difíceis de controlar e sancionar porque as práticas dos valores que determinam o bem e o mal, o normal e o anormal, ao serem virtualizadas pelas TIC, não podem ser objeto de observação concreta nem tampouco sancionados. O que as TIC nos ensinam e determinam é que todos os fenómenos gerados pela sua utilização quotidiana são sempre sinónimos de causa e efeito e o oposto, simultaneamente. A ciência e as universidades têm muito que aprender a este nível. Estão em crise porque deixaram de pensar, sentir e agir em termos criativos e livres, tendo perdido a capacidade de acompanharem ou sequer compreenderem, analisarem os contornos da profunda virtualização da vida da espécie humana traduzida, fundamentalmente, na generalização da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços científicos, com manifestas repercussões na

superação e demonstração inequívoca da inutilidade histórica dos paradigmas ou modelos científicos judaico-cristãos que ainda perduram.

Perante este panorama civilizacional judaico-cristão em crise, com o desenvolvimento de contradições e conflitos de todo o tipo nas sociedades contemporâneas, não admira que possam emergir uma série de manifestações que se corporizem em omissões e sanções comportamentais, tendo em conta, principalmente, as relações perversas dos professores catedráticos com os professores associados e professores auxiliares, para não esquecer a subalternidade dos funcionários neste puzzle organizacional. A discricionariedade, a sobrançeria e a ignorância, muitas vezes, alimentam as atitudes de alguns professores catedráticos que, debaixo da legitimidade adquirida pela autoridade hierárquica formal, podem tomar decisões arbitrárias, frequentemente, baseadas na sua ignorância e na sua incompetência científica. Faltando-lhes a idoneidade científica requerida, submetem todos aqueles que estão num patamar hierárquico inferior para zonas cinzentas do seu mau caráter que não podem ser explicáveis por decisões e comportamentos do bem e do mal, do pecado e do perdão, da culpa e da desculpa, no quadro da vigência dos valores civilizacionais judaico-cristãos.

Uma das paranoias judaico-cristãs mais antinómicas que observei ao longo da minha existência enquanto professor, relacionada com a temática do bem e do mal, situa-se no mundo do trabalho universitário que parte do princípio de que o conhecimento científico é atributo exclusivo da produção de ciência pelas universidades, sendo que o cidadão normal não pode ultrapassar o conhecimento vulgar do senso comum. Ora, nós sabemos que as capacidades e as possibilidades de chegar ao conhecimento científico, ou de qualquer outro tipo de conhecimento, depende muito das virtualidades cognitivas, emocionais e energéticas de cada indivíduo singular. E, depois, esta destriça entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum é mais uma falácia dicotómica que não tem sentido nas sociedades contemporâneas, porque são conhecimentos interdependentes e complementares na própria profissão de cientista e de professor no dia a dia das suas profissões nas universidades, assim como nos dilemas entre a teoria e a prática, e entre a objetividade e a subjetividade dos objetos científicos que são imprescindíveis investigar. Como já o

afirmei nos parágrafos anteriores, as contingências e as emergências das TIC são cada vez mais sofisticadas. No caminho progressivo da sua virtualização, são cada vez mais imanentes às potencialidades do consumo de bens e serviços científicos, sem que, para o efeito, esteja presente qualquer universidade, professor, estudante ou funcionário. Daqui resulta que qualquer ser humano pode codificar e decodificar as linguagens virtuais das TIC e que, em função dessa capacidade, pode ser ator de produção, de distribuição, de troca e de consumo de bens e de serviços analítico-simbólicos, sem a necessidade prévia de frequentar e recorrer a qualquer tipo de formação universitária.

### **Percursos possíveis de trilhar no sentido de uma nova civilização**

Das experiências libertárias em que participei, para além daquelas que já reportei que indiciavam uma ultrapassagem dos fundamentos civilizacionais judaico-cristãos, devo referir, em primeiro lugar, a BOESG (Biblioteca dos Operários e dos Empregados da Sociedade Geral), fundada em 1947, e sedeadada na Rua das Janelas Verdes, em Lisboa. A razão plausível da minha ligação a esta biblioteca, em 1998, deve-se, em grande medida, ao dinamismo, à força e à motivação de José Luís Félix, cujo grande objetivo consistia em criar e desenvolver o cooperativismo e o associativismo na região de Lisboa. Nesta luta pelo associativismo, por razões várias, ele teve oportunidade de conhecer o senhor João Henriques, que dirigia a BOESG, nessa época. Por circunstâncias particulares, construiu-se uma identidade bastante frutífera entre o José Luís Félix e o senhor João Henriques, que se traduziu num pedido de ajuda para encontrar uma solução que evitasse o fim histórico da BOESG. Essa solidariedade tinha um caráter de urgência e revestia-se de uma enorme importância, sendo fundamentalmente devido às necessidades de organização, do funcionamento quotidiano e, por outro lado, do arranjo de uma nova direção para dirigir os destinos da BOESG, uma vez que a grande maioria dos sócios que integravam a BOESG não possibilitavam a formação de corpos sociais e os poucos que frequentavam a biblioteca estavam envelhecidos ou doentes. Diga-se que esta biblioteca já tinha um historial de 51 anos, uma parte dos quais de resistência à

ditadura salazarista por militantes do PCP. Depois do 25 de Abril, esta biblioteca deixou de ter interesse estratégico para o PCP, daí que, no final do século XX, estivesse na situação de crise. Quando me tornei sócio da BOESG, em 1998, as suas instalações tinham cerca de 200 metros quadrados, com base em várias salas e uma cozinha. Para além disso, as estantes da biblioteca guardavam 7000 livros e um mobiliário importante, constituído por mesas e cadeiras.

Por várias razões, a BOESG assumiu uma importância crucial na estratégia da expansão da Associação Cultural A Vida (ACAV) e da revista *Utopia*. José Luís Félix criou as condições para que outros membros da ACAV se associassem para dirigir os destinos da BOESG. Assim aconteceu, uma parte substancial do coletivo editorial da revista *Utopia* e membros da ACAV, em 1998, passaram a sócios da BOESG e uma parte substancial destes fez parte dos corpos gerentes da BOESG. No meu caso, embora tenha participado em várias tarefas do funcionamento da BOESG, entre 2006 e 2010, assumi a presidência da direção.

Durante todo o período em apreço, observei e senti que os meus comportamentos judaico-cristãos punham em causa as premissas teóricas e práticas que dizia ou pretendia defender. Estes questionamentos internos e externos da minha conduta, quando estava em relação ou em interação com os demais companheiros, alertavam-me para situações contraditórias sempre delimitadas, na minha perceção, por reflexões e discussões intermináveis, pautadas por dicotomias sempre orientadas em função de quem tem razão e quem não tem, quem é revolucionário e quem não o é, qual o modelo anarquista mais viável ou o mais inviável. Estas dicotomias, levadas a discussões infundáveis, também eram geradoras de cisões e lutas entre grupos. Em vez de criticar o capitalismo e o Estado, comecei, então, a integrar nas minhas reflexões uma postura crítica crescente destes valores civilizacionais judaico-cristãos, tentando, para o efeito, realizar uma autocrítica dos valores que defendia no seio do anarquismo. Ao mesmo tempo, observava os conteúdos e as formas das várias realizações e organizações patrocinadas pela BOESG no seu espaço interno e fora dele. Diga-se, em abono da verdade, que muitas destas realizações tinham o seu foco inicial e organizacional na ACAV e na revista *Utopia* porque a maioria dos seus sócios pertenciam, quase na totalidade, à direção da BOESG.

Durante vários anos, foram organizados e realizados debates de diferente natureza, apresentações da revista *Utopia*, feiras de livros, festivais de música, piqueniques, exposições, ciclos de cinema, festas do 1.º de Maio, acampamentos e outros eventos culturais. Estas realizações, quando eram públicas e realizadas fora do espaço da BOESG, pela sua especificidade, eram frequentadas por um maior número de pessoas. Quando eram realizadas no espaço da BOESG, o número de pessoas era menor. Perante esta realidade, a reação normal deveria ser de muita calma e de não reagir de maneira simplista, porque, para nós, o que estava em causa consistia em pensar que para as pessoas era preferível ficar em casa. O que aparecia sempre como desculpa e denúncia reflexiva dos que não apareciam nos debates sobre o anarquismo, filmes ou exposições com a mesma incidência ideológica, persistia sempre a cómoda resposta reflexiva de que a culpa da alienação residia, estrategicamente, nas ações nocivas do Estado, do capitalismo, da religião e dos *mass media*. A dualização e as oposições comportamentais partiam sempre dos mesmos argumentos, na explicação e na compreensão das causas e dos efeitos perversos que personificavam a ausência de seres humanos ou associados da BOESG nos debates ou outros eventos ali realizados. De um lado estava o Estado, o capitalismo, a religião e os *mass media*, que personificavam sempre a raiz do mal, da exploração e da alienação, do outro lado, estavam os bons, os puros, os explorados, as vítimas, as massas trabalhadoras, o povo, os pobres e os potenciais frequentadores do espaço da BOESG, que eram a expressão genuína do bem e da luta contra os opressores e as forças alienantes.

Desde a minha entrada no meio anarquista que assumi uma postura crítica do dispositivo teórico e prático do anarco-sindicalismo, seja por razões de desatualização histórica, seja pela natureza do movimento social operário emergente nos princípios do século XX, com base na força reivindicativa e revolucionária. Acontece que a classe operária dos princípios do século XXI era substancialmente diferente daquela que era nos princípios do século XX, que levou o anarco-sindicalismo ao seu apogeu. Na época, sentia o desejo de entrar dentro de água e nadar, mas constatava que não possuía água para esse efeito. Depois de refletir sobre a atualidade das sociedades contemporâneas, deduzi que houve grandes mudanças introduzidas pelas TIC, com fortes implicações



nas reestruturações e mudanças nos sistemas económico, social, político e cultural. Essas reflexões e análises revelavam, cada vez mais, a inutilidade da continuidade das discussões estereis das propostas dos modelos anarquistas.

A sistemática reprodução mecânica deste tipo de reflexões, originados por debates entre anarquistas em Portugal, fez com que chegasse a um estado de saturação. A partir daí, seguiram-se os passos que culminaram na desistência do comparecimento em realizações análogas. No fundo, eu tinha chegado à conclusão de que os anarquismos em causa, embora utilizassem uma ideologia radical diferente do comunismo, do socialismo, da democracia, do capitalismo e do fascismo, na realidade, também eram induzidos por modelos assentes em valores civilizacionais judaico-cristãos. De facto, os seus pressupostos ideológicos e religiosos não eram diferentes de todos os outros, mas sofriam do mesmo processo de contradições e conflitualidades dicotómicas.

Durante a ação individual e coletiva da ACAV, no contexto da sua identidade com o movimento social anarquista em Portugal, desde a sua criação, em 1994, pela primeira vez, sentia-me como um «peixe dentro de água», devido à consecução dos seus objetivos, como na substância dos laços de amizade, de liberdade e de criatividade, incrustados em princípios e práticas que estavam consumados nas reflexões e desígnios revolucionários da anarquia. Em consonância com estes desideratos, existia um pressuposto de base que consistia em dinamizar o anarquismo nas sociedades contemporâneas, tendo presente a existência de um tipo de anarquismo dogmático ortodoxo que deveria ser questionado. Por outro lado, a ACAV era o substrato legal identitário que nos permitia editar a revista *Utopia*. A diversidade ideológica dos componentes que editaram o n.º 1 da revista *Utopia* revelou-se fundamental, porque foi na força desta diversidade que se podia atualizar, a cada momento, tornando-se num polo efetivo de conhecimento e de informação que permitiu dar visibilidade social que o anarquismo tanto necessitava.

Não é necessário repetir os conteúdos dos trinta números da revista *Utopia* para a análise que pretendo elaborar neste capítulo. Basta-me apenas recorrer aos aspetos analíticos que têm uma incidência explicativa e compreensiva judaico-cristã. Entre 1995 e 2004, eu estava mergulhado nesta tendência ideológica e analítica. Nesse sentido, impunha-se que realizasse uma autorreflexão

que me ajudasse a compreender a minha evolução no campo do anarquismo, daí que, paulatinamente, a partir de 2005, me tenha desconstruído, progressivamente, como sujeito aculturado modelado pelos valores da civilização judaico-cristã. Não sei se alguma vez conseguirei atingir esse desiderato até morrer, mas tenho motivação e energia para esse efeito.

Na verdade, em 1995, pelas razões aduzidas, mergulhei nas leituras de autores anarquistas e procedi à investigação de factos que descreviam calamidades naturais e indiciavam a destruição progressiva do planeta Terra, tendo por base as relações de dominação e de escravidão da espécie humana sobre as espécies animais e vegetais. Tendo em conta estas evidências empíricas, que me alertavam de que o planeta Terra caminhava a passos largos para o abismo, deduzi que o problema maior dessa evolução residia na espécie humana e não, especificamente, em qualquer classe social, raça, etnia, povo, comunidade, grupo ou indivíduo. A este respeito deixei de ter dúvidas e poucas certezas, não obstante já ter aderido a posições anarco-individualistas e anarco-naturistas.

Nesse tempo, cada artigo que escrevia resumia-se ao enaltecimento destes valores e princípios fundamentais, com uma reflexão mecânica, acrítica e utópica, na medida em que, na prática do dia a dia, reproduzia-se o modelo de alimentação, de costumes, de interação com as outras espécies animais e vegetais, baseado na destruição da civilização judaico-cristã. Nas incidências padrão destes comportamentos da espécie humana, eu agia e sentia como todo o cidadão comum, ainda que, durante alguns anos, deixasse de comer carne e peixe e me tornasse adepto do veganismo. Reafirmo que as minhas premissas analíticas e valores, que orientaram a minha vida quotidiana, foram buscar a sua génese ao processo de aculturação da civilização judaico-cristã, inclusive quando mergulhei de rompante na elaboração de artigos de teor anarquista na revista *Utopia*. Estes artigos tinham uma série de predicados de causalidades e efeitos, cujo denominador comum tinha sempre o dom de desculpar a classe operária, o povo, os soldados, que cometiam atrocidades de todo o tipo pelas guerras, pelas pátrias, e causavam a destruição e a morte das espécies animais e vegetais que ainda subsistem no planeta Terra. Em todo este intrincado labiríntico de devastação, as causas do mal e do bem e os efeitos perversos residiam sempre no capitalismo e no Estado. O povo, os trabalhadores

assalariados, eram sempre a personificação do bem e ainda, por acréscimo, eram sempre vítimas porque estavam no desemprego, auferiam baixos salários ou mergulhavam na miséria. Esta justificação de ação individual e coletiva da espécie humana emana do poder divino, sobretudo ao pensar que as espécies animais e vegetais são irracionais e que, por arrastamento, foram criadas por Deus para gáudio de prazer, desejo de alimentação e de pulsões de vida da espécie humana.

Se mergulhar no conteúdo profundo das minhas análises, esta desculpa-bilização de atores, que eram sempre vocacionados para realizar a revolução social, tem toda a razão de ser porque, se não fosse assim, essa vocação utópica não existiria a partir de uma realidade assente em contradições e conflitos que, por consequência, tinha uma única essência que urgia extinguir como raiz do mal — o capitalismo e o Estado. Neste puzzle da história da luta pela emancipação social, sempre considerei que o anarquismo tinha sido vencido no passado, mostrava que tinha razão hoje e, em função dessas evidências, no futuro venceria. Esta argumentação, mais tarde, serviu-me para realizar uma crítica desses pressupostos analíticos, pois o anarquismo nem tem sempre razão, nem sempre é revolucionário, nem sempre está do lado do bem judaico-cristão. Em conversas e reflexões com alguns amigos ou em debates públicos, eu afirmava: «então, se essa afirmação é verdade, porque, hoje, comunistas, socialistas e grupos quejandos próximos, ideologicamente, do anarquismo não engrossam as fileiras deste último, dizendo publicamente: vocês demonstraram que tinham razão no passado, por isso foram fuzilados. Agora estamos todos aqui e queremos ser liderados por vocês no caminho da Revolução Social Mundial?»

Há muitas maneiras de tentar explicar esta impossibilidade. Mas existe uma extremamente fácil. Todos aqueles que morreram na Comuna de Paris em 1871, na Revolução Russa, no período do comunismo de guerra entre 1917–1921, na guerra civil de Espanha de 1936–1939, no Tarrafal e em Timor-Leste, não estão vivos para que com a sua memória e a sua ação possam vivificar o anarquismo outra vez. Por outro lado, a maior parte dos anarquismos, ainda pensam e agem como se pudessem representar e liderar os modelos de transformação revolucionário do passado no presente. Agarram-se a um passado baseado num modelo de capitalismo e de um Estado quase inexistente e que,

no presente, foi objeto de grandes mudanças tecnológicas, institucionais e estruturais. Mais grave ainda é não terem sequer noção das profundas mudanças operadas pelos «trinta gloriosos anos do capitalismo» (1945–1975), traduzidas na expansão e no desenvolvimento inaudito da economia real, que permitiu a atenuação drástica das reivindicações e da apetência histórica dos trabalhadores assalariados a enveredarem pelo caminho da revolução social, ainda que, também, tenham sido alertados pela negação das experiências das revoluções comunistas da URSS, em 1917, e da China, em 1949. Desde logo, pelas razões sublinhadas, não se poderia entender como os marxistas, os trabalhadores assalariados ou o proletariado, sendo «classe em si», no quadro das relações sociais de produção capitalistas, quando estão em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, automaticamente, passem a ser «classe para si», sendo constrangidos a realizar a inevitável revolução comunista mundial.

Como se constata historicamente, desde 1917 até aos nossos dias, não podemos afirmar que estamos em presença de um proletariado ou de trabalhadores assalariados que têm uma condição identitária, a partir das mesmas condições socioeconómicas, políticas e culturais, e principalmente, que tenham demonstrado deixar de ser «classe social em si» como escravos do capitalismo e do Estado, defensores de pátrias, de deuses e de amos e, por outro lado, sejam os principais atores na guerras entre Estados e religiões e se tornem defensores intransigentes do *status quo* do trabalho assalariado e do emprego e, simultaneamente, ajam como loucos, numa luta fratricida contra os emigrantes que procuram trabalho nas suas pátrias e fogem do holocausto da miséria, da fome e da guerra, e das calamidades naturais das suas pátrias. Por mais paradoxal que possa parecer, o capitalismo globalizou as suas modalidades de exploração e de escravidão. Para dar consecução a esse desiderato fundamental, as TIC serviram de instrumento fulcral ao permitirem as mudanças dos perfis e as competências dos trabalhadores assalariados, transformando-os em meros apêndices funcionais dos mecanismos automáticos, complexos e abstratos das TIC, a diferentes níveis da autoridade hierárquica formal que subsistem ao nível do funcionamento das organizações e das instituições. A liberdade, a autonomia, a perícia do operariado clássico, em termos de gestos, movimentos, tempos e pausas que existiram no passado, desmoronou-se, daí que as profissões articuladas com as

exigências das TIC sejam cada vez mais pautadas por qualificações cognitivas e emocionais, em detrimento das competências físicas.

Da subjetividade e da objetividade, da qual eu afirmo as minhas posições comportamentais judaico-cristãs, vivi-as interna e externamente, quando fazíamos as reuniões para refletir e decidir o índice de cada número da revista *Utopia*. Nesse momento, era fácil chegar a confrontações ideológicas e analíticas, plasmadas em cada modelo anarquista em que nos apoiávamos, buscando, na historicidade da memória de cada um, a razão plausível da verdade revolucionária e da caracterização exata do capitalismo e do Estado. Baseado na defesa intransigente do anarco-individualismo e do anarco-naturismo, opunha-me, de forma veemente, às teses do anarco-sindicalismo, do anarco-comunismo, do anarco-insurrecionalismo, do anarco-pacifismo, do anarco-cristianismo, do municipalismo libertário e do marxismo libertário. Algumas destas teses preconizavam a luta de classes e a revolução social por métodos violentos e outros por métodos opostos, sendo que a probabilidade de instauração de uma sociedade anarquista residia na conciliação entre classes sociais, na identidade e na pacificação das relações sociais a diferentes níveis dos processos de socialização e de sociabilidade humanas.

Nestas dicotomias e antinomias reflexivas, analíticas e práticas no sentido judaico-cristão, eu tinha a pretensão de personificar a razão contra a irracionalidade, a inteligência contra a ignorância, a identidade com a anarquia e contra a não identidade com a anarquia, o modelo anarquista perfeito contra o modelo anarquista que não era perfeito. No fundo, por outras formas de sentir, pensar e agir como anarquista relativamente aos outros anarquismos, estava, sem o saber, a reproduzir o mesmo modelo mental, psíquico e físico que são atributos de qualquer tipo de comportamento civilizacional judaico-cristão.

Levado ao extremo, este tipo de conflitualidade e de contradição judaico-cristã, no âmbito dos anarquismos que vivenciei, chegou a uma altura crucial que se esgotou e desmoronou. Do último número da revista *Utopia* (29–30), que foi editado em 2012, conjuntamente com Ilídio Santos e Guadalupe Subtil, assinámos o último editorial da revista, em que são explicadas as razões plausíveis do fim de uma revista anarquista nos seus múltiplos contornos: ideológicos, económicos, sociológicos, políticos, culturais e mudanças provocadas



Floresta da Adega Acrata, Bogarréus. [Foto de Nelson Boavida]

pelas TIC ao nível das configurações do mundo virtual e do mundo real, com implicações sistemáticas na produção, distribuição, troca e consumo de linguagens escritas e linguagens orais. Estas linguagens iriam intervir, radicalmente, nos processos de percepção sensorial com relevo preponderante da cognição e da emoção e, em menor grau, da ação física. Esta realidade é perpassada pela efemeridade, instantaneidade e continuidade sistemática, sendo que é contrária e supera todas as dualizações, e oposições rígidas dos valores judaico-cristãos. Isto implica que, em termos das múltiplas diversidades comportamentais, o mundo virtual ultrapasse, de longe, as vicissitudes comportamentais do mundo real, tornando, sistematicamente, obsoletas e mutáveis todas as interações e relações dicotómicas entre o bem e o mal e todas as outras que se lhe seguem. Como é lógico, este processo de natureza virtual tem por dilema condicionar o processo de aculturação civilizacional dos valores judaico-cristãos. Resta saber se os consegue inverter ou destruir.

Ao mesmo tempo que as análises da revista *Utopia* estavam ultrapassadas, porque, embora radicais, estavam modeladas pelos princípios e práticas dos valores judaico-cristãos, pela existência de um Estado e de um capitalismo que não existem mais ou estão prestes a implodir, o que é facto é que, perante a evidência concreta da revista *Utopia*, em 2012, nada justificava a sua perpetuação histórica. Os leitores tinham passado de 1000, no seu início, em 1995, para 100, em 2012. A motivação de escrever e distribuir a revista passou de oito redatores para três. Como se depreende, o hiato entre o número de edições e

o número de vendas da revista *Utopia* gerava um grande prejuízo monetário, desde o n.º 20. Como estava em minoria relativamente às posições analíticas que preconizava, e como deixei de estar interessado em financiar uma publicação que estava esgotada nos seus desígnios e objetivos históricos, nos seus argumentos analíticos, ideológicos e revolucionários, foi fácil terminar a publicação da revista *Utopia*.

Depois do fim da revista *Utopia*, a ACAV serviu de fio condutor para dar continuidade às minhas vivências centradas no anarquismo. A ACAV era mais um espaço de amizade e de identidades ideológicas plurais, o que não ocorria no seio da revista *Utopia*. As realizações da ACAV eram mais informais e espontâneas, com realizações focadas em festas, feiras do livro, piqueniques e acampamentos, edições e debates. O caráter público destas realizações, associadas à amizade e à liberdade de forma continuada, motivada e voluntária, originou a transformação do espaço da Adega «Acrata», em Bogarréus, no local de realização das Assembleia Gerais da ACAV e das festas do «Sangue do Senhor», celebradas duas vezes por ano, na altura da vindima e da adiafa.

A minha vida na Adega «Acrata» foi menos propícia a experimentações vivenciais baseadas em valores judaico-cristãos, visto que, no que depende de mim, não queria instrumentalizar as minhas relações com as espécies animais e vegetais numa fonte de lucro, nem tampouco um objeto de destruição. Se Deus criou todas as espécies animais e vegetais, inclusive a espécie humana à sua medida e imagem, então, em relação às primeiras, só existe uma hipótese que culmina na devastação, para gáudio da dominação e da escravidão da espécie humana. A minha vida na Adega «Acrata» deu-me a entender que os pressupostos dicotómicos judaico-cristãos, em parte, são superados, condicionados ou até eliminados, nomeadamente, nas relações com as espécies animais e vegetais e que algumas relações sociais com o Estado e o capitalismo estão ausentes. Esta relação de racionalidade e irracionalidade, do bem e do mal, levado ao extremo, leva-me a pensar que a Adega «Acrata» me permitiu aprender a transformar as pulsões de morte em pulsões de vida. Esta hipótese é bastante mais difícil de conseguir nos contextos urbano-industriais ou em contextos configurados por ações individuais e coletivas estritamente reflexivas e intelectualizadas.



À ESQUERDA: Adeg «Acrata», construída em 2004. À DIREITA: Adeg «Acrata», construída em 2020. Rua da Cruz, n.º 5, Bogarréus. [Foto de Nelson Boavida]

Mesmo no interior das festas do «Sangue do Senhor», saboreando um bom vinho, carne ou peixe, louvando, ainda que raramente, o prazer de comer com amigos, a contradição subjacente aos valores judaico-cristãos subsistia, de forma imanente, e estava sujeita a uma tipologia comportamental morte/vida, dominação/sujeição, escravatura/submissão, em que a lei do mais forte, determinada por uma espiritualidade deificada, se dava ao luxo de modelar a vida dessas espécies como elemento de prazer, matando, assassinando, comendo, festejando com rituais mesclados de sangue, prazer e festas, como se fosse um acontecimento natural para todos os seres humanos. Prático, por vezes, estas condutas, mas tolero estas festas porque faço parte da gente aculturada e que só sabe existir em função da destruição dos valores civilizacionais judaico-cristãos.

Claro que a realidade exemplificativa da minha vida, levada ao extremo nos contextos urbano-industriais, atingiu paroxismos muito maiores, porque, diferentemente dos meios rurais, que ainda têm algo de natural, esses contextos inviabilizam uma relação direta com as espécies animais e vegetais, a não ser que se trate de animais domésticos ou dos jardins zoológicos. De outro modo, só conseguem ter uma relação direta com animais mortos nos talhos ou nos supermercados. Das espécies vegetais, podem encontrar vegetais e frutos de todos o tipo biologicamente maduros. Nesta relação do *Homo Urbanus*, não existe nenhuma relação de criatividade com as espécies animais e espécies vegetais, a não ser com animais previamente domesticados. Estas relações passam-se crucialmente no tempo de lazer e do consumo. Não existe qualquer relação *ab initio* em que o ser humano comunica, toca e inicia um processo de amizade, de amor e até de saudade, como acontece no meio rural, quando um camponês mata uma ovelha para comer. O que existe para o urbano é um



prazer imenso do sabor dos produtos que come, sejam eles vegetais, frutos, peixe ou carne. Mesmo a relação com animais domesticados, se bem que as pulsões de morte não estão presentes, nas relações entre a espécie humana e as espécies animais essa relação só existe como elemento supletivo de solidão, amizade e amor que não é possível desenvolver no seio do *Homo Urbanus*.

Levando esta minha análise ao extremo, com este modelo de *Homo Urbanus*, quero apenas demonstrar a minha aprendizagem e prática diferenciada dos valores judaico-cristãos, de quando residi nos grandes contextos urbanos, de Paris e Lisboa, de 1958 a 2008 e, depois, como residente em Bogarréus, na Vivenda «Acrata», e na Adega «Acrata», de 2008 até hoje, mesmo tendo em linha de conta que nasci e vivi nesta aldeia, entre 1945 e 1958.

Desta comparação possível entre o *Homo Urbanus* e o *Homo Ruralis*, posso relativizar os processos de aculturação a que fui sujeito e, daí, extrair ilações analíticas que me ajudam a entender até que ponto eu fui ou não um ser mais livre e criativo, pratiquei ou não amizade e liberdade, fui mais espontâneo e informal, ou não, nas minhas interações e relações sociais a diferentes níveis com a espécie humana e, integrado nesta, como é que interagi e me relacionei com as outras espécies animais e espécies vegetais.

Dando como lógico o que já referi em relação à vida nos grandes contextos urbanos, posso agora incidir a minha análise comparativa em vários aspetos do mundo rural que considero os mais exemplificativos. Na Adega «Acrata», composta por floresta, vinha, olival, árvores de frutos de diferente tipos, produtos



Vinha e olival que estão na base da produção de vinho (Sangue do Senhor) e de azeite da Adega «Acrata».

[Foto de Nelson Boavida]

hortícolas e outros, vivem livremente pássaros, aves de rapina, perdizes, cães, ratos, gatos, grilos, coelhos, cobras, corvos, insetos de diferentes espécies com os quais me é permitido usufruir da sua existência sem ter a possibilidade de ter uma relação direta, a não ser a audição dos milhares de pássaros que chilreiam todos os dias como se fossem uma orquestra ou, então, os gatos que vivem comigo. Aprendi a ter uma relação não dicotômica baseada nos pressupostos da oposição entre o racional e o irracional, o bem e o mal, a morte e a vida, a instituição e a razão. Interessa-me, antes de tudo, aprender a comunicar com as linguagens imanentes destas espécies animais e espécies vegetais, deixando-os numa situação total de liberdade, solidariedade, informalidade e espontaneidade, no caso dos animais, e, no das espécies vegetais, de criatividade, liberdade e solidariedade.

Evidentemente que não posso escamotear a abrangência estruturante dos efeitos da globalização e das contingências das TIC no processo de aculturação do *Homo Ruralis* e, por arrastamento, no desenvolvimento dos valores da civilização judaico-cristã. Estão inscritos no progresso e na razão, que geram um processo de transformação de crescimento e desenvolvimento económico no planeta Terra, sempre no sentido da sua impermeabilização, através do cimento, ferro e vidro e, por essas e outras vias, na destruição e na extinção do oxigênio e da água como elementos fundamentais de vida de todas as espécies. Digamos que, por este caminho, o alheamento e o desprezo pelas relações e as interações com os animais e as espécies vegetais aumenta exponencialmente, a ponto de o *Homo Ruralis* do passado se transformar num híbrido *Homo Urbanus/Ruralis Híbridus*, que despreza, abandona as florestas, vinhas, terras dos seus antepassados e vai comprar vegetais, carne e peixe aos supermercados das vilas ou cidades mais próximas.

Nestas condições, as relações com as espécies animais são mais identificadas com destruição do que com felicidade. Por outro lado, a essência da criatividade e da liberdade relacional com as espécies animais e as espécies vegetais perde-se no labirinto industrial das fábricas/matadouros da produção de morte nas sociedades contemporâneas, nas quais os matadouros assumem uma importância capital. Se há uma forma ou modo de inculcar os valores judaico-cristãos, as práticas centradas na morte e no consumo megalómano das espécies animais e vegetais são cada vez mais presentes na vida quotidiana do

*Homo Urbanus*. As TIC, neste capítulo, têm uma relevância única através da ação dos *mass media*, se tivermos em atenção os milhões de programas religiosos e de entretenimento lúdico que se identificam com os valores da civilização judaico-cristã. Por outro lado, ao virtualizarem essas práticas de devastação de espécies animais e vegetais nos processos de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias, a culpa, o pecado e o perdão são vivenciados virtualmente pela maior abstração.

Do que referi até agora como elementos de contradição e conflito internos e externos dos valores civilizacionais judaico-cristãos, podemos extrair alguns cenários possíveis de superação desta civilização. Estas dimensões contraditórias e conflituais, não me impedem de ter relações com a atual espécie humana, que são, iminentemente, cerceadas por esses valores. Partindo desse pressuposto, tenho de jogar o jogo interativo contraditório e conflitual com a espécie humana e tenho de ter sempre presente as latitudes da relatividade existencial em que estou inserido. Por isso, afirmo que, quando estou com os gatos Acrata, Cleo, Ju, e Magalhona, deambulo à volta de milhares de pássaros, coelhos, ratos, insetos, grilos que ouço, mas não conheço na sua singularidade passiva e distante, considerando que eu posso não ser, nessas condições, um ser humano judaico-cristão.

Não foi por acaso que centralizei a minha narrativa na história inicial da Igreja Católica e na civilização subjacente conhecida por judaico-cristã com base nas incidências bíblicas do Antigo Testamento. A razão plausível de centrar esta premissa analítica na centralidade da historicidade do anarquismo foi porque, na minha opinião, a partir dela, o meu protagonismo, ao longo do tempo, é auto-analisável e explicável. Desse modo, internalizei e externalizei os valores judaico-cristãos para evitar desculpas, sendo que estou consciente que posso ter cometido omissões, especulações, inverdades e erros nos factos que enunciei. Este modo de desenvolver este capítulo, também tem outra pretensão analítica, epistemológica e metodológica. Na elaboração de uma síntese, que reputo de mais importante nas contradições do capitalismo, do Estado e do próprio anarquismo, não faço mais do que problematizar e equacionar as probabilidades históricas da construção de uma nova sociedade, sem Estado, sem capitalismo e sem os valores judaico-cristãos.

Trata-se, então, de partir da análise já realizada e elaborar uma utopia ou heterotopias que escapam aos ditames estruturais, institucionais, modelares de todo o tipo de sociedades que conhecemos até hoje e de todas as civilizações, com especial incidência para a civilização judaico-cristã. Não é por acaso que esta última dimensão é de real importância para as minhas intenções analíticas. Durante anos, nas fábricas e oficinas onde trabalhei, na universidade, nos grupos anarquistas, no campo e na cidade, quando emergia qualquer conversa, discussão, reflexão oral ou escrita que se traduzia num artigo ou num livro, sem exceção, o teor dessas manifestações verbalizadas iam sempre ao encontro de explicações e compreensões, cujas causalidades e efeitos recaíam sempre na economia, na política, na cultura ou na sociedade e, se assim não fosse, a maior causalidade residia sempre no Estado ou até nas instituições religiosas.

Os valores, como fenómeno internalizado ou externalizado do comportamento da espécie humana, eram sempre escamoteados ou desvalorizados, como algo meramente transcendental e simbólico, dizendo respeito, quase sempre, ao foro privado das relações íntimas do foro sagrado de cada um, face ao poder divino exercido por Deus. Em termos da visibilidade concreta no quotidiano de cada pessoa, no caso português, o lado profano, muitas vezes, assume-se como: «até amanhã, se Deus quiser». A verdade é que, através da civilização judaico-cristã, emergiram muitas guerras para espalhar a fé cristã, que originaram milhares de mortos, foram criados muitos reinos e Impérios com o beneplácito de muitos papas e, hoje, independentemente de todos os comportamentos padrão que orientam os comportamentos da espécie humana, ainda é possível observar a indústria dos batizados, casamentos e falecimentos, que são apanágio da vida de quem professa os valores judaico-cristãos.

De todo este labirinto de contradições e conflitos que acompanharam a minha trajetória biológica e social, deduzo várias conclusões que me permitem caminhar no sentido da criação de uma probabilidade civilizacional utópica e heterotópica a que dou o nome de «Anarquia». Esta reflexão, como hipótese, só a mim diz respeito, porque ela é consequência direta das minhas frustrações existenciais, das minhas reflexões erráticas e contraditórias no quadro do modelo civilizacional em que persistimos, como potência de pulsões de morte em detrimento das pulsões de vida. Estas pulsões de morte não são meramente

físicas, como a civilização judaico-cristã pretende transmitir-nos, elas residem em toda a atividade celular que nos orienta no sentido da vida ou da morte, sendo que o físico é importante, mas não podemos, de modo nenhum, esquecer a mente e a psique para essa função. Passei por todos os modelos grupais, organizacionais e sociais em Portugal, no Brasil e em França que permitiram exprimir os valores da civilização judaico-cristã. Na família, nas empresas, nos cafés, nos mercados, nos transportes, na Universidade, nos grupos e organizações anarquistas, nunca pude ser totalmente livre e criativo porque o pudor, os anátemas, a moral e a ética que enformam os valores judaico-cristãos, sempre foram, na maior parte da minha existência, mortíferos e condicionadores da criatividade, do amor, da amizade e da liberdade.

Por ter chegado a estas conclusões sobre toda a minha maneira de ver os conflitos e contradições na sociedade, fui constrangido a realizar uma análise introspectiva que me obrigou a transformar-me num sujeito de mudanças. Assim, em vez de me revoltar, como era habitual, a partir de qualquer imagem e informação virtual televisa sobre as barbáries criadas pela espécie humana, o Estado e o capitalismo, a minha postura atual é de indiferença perante a devastação, porque me apercebo da natureza das causas e dos efeitos e porque os meus órgãos sensoriais

Eu com a minha irmã, Maria José Carvalho Ferreira, e as minhas netas Sara Ferreira Boavida e Joana Ferreira Boavida, em junho de 2021. [Foto de Carolina Ferreira]



não estão distantes da concretude destas tragédias, as imagens e informações virtuais veiculadas pelos *mass media* são espetáculo de diversão para consumo privado. Por outro lado, esta assunção dicotômica, que me levou a integrar o anarquismo como hipótese de criação de um modelo de sociedade distinto do capitalismo, do socialismo, do comunismo e do fascismo, decorrente de opções entre o bem e o mal, entre a verdade e a mentira, entre a afirmação da emancipação social e a negação da emancipação social, hoje, já não me serve como valor heurístico reflexivo, uma vez que ponho em causa as suas virtualidades e probabilidade históricas de emancipação social. No meu entendimento, essas contradições e conflitos subsistentes no anarquismo resultam do facto de que todos os pressupostos reflexivos e práticos estão sujeitos a um processo civilizacional dicotómico. Ao basearem-se em dicotomias, onde persistem e existem sempre interdependências e complementaridades económicas, sociais, políticas e culturais entre os fenómenos sociais, políticos, culturais e políticos, não é possível construir-se sínteses nem processos de socialização emancipatórios.

Aqui, relevei que as categorias sociológicas de família, comunidade, classe operária, povo, nação, pátria, sociedade só poderiam existir como categorias antinómicas, mas também com os seus valores, costumes, ética, moral inscritos no paradigma ou no modelo civilizacional judaico-cristão. Os anarquismos também sofriam, e sofrem, da mesma contradição porque extraíram e desenvolveram a sua ideologia e filosofia nos mesmos parâmetros e princípios. O povo, os pobres, a classe trabalhadora são os espoliados e os escravizados porque são vítimas dos portadores do bem, razão pelo qual a ação coletiva levar-nos-ia à consecução da revolução social e à extinção do Estado, assim como do capitalismo, dos partidos e dos sindicatos que, nesse contexto emancipatório, são sempre a expressão do mal. Apercebendo-me destas limitações reflexivas de ação individual e coletiva, tratava-se de perceber que o anarquismo sofria das mesmas limitações e contradições que todos os modelos de sociedade persistentes.

Situando-me num tempo de aprendizagem da vida e de reflexão sobre a espécie humana, a partir de todos os continentes, eu posso construir cenários de criação de uma nova civilização, se bem que, pela sua natureza complexa e abstrata, eu tenha consciência absoluta que posso mergulhar no erro e na especulação analítica, já que a minha reflexão é simultaneamente utópica

e visionária, pela imanência de tudo o que subjaz à criatividade e liberdade humana, no que se refere às utopias e heterotopias. Seja como for, assumo a exclusiva responsabilidade individual, por assumir a singularidade de que só eu me represento, recusando-me a ser ator de qualquer projeção filosófica ou científica, ou qualquer extrapolação em nome de qualquer Deus, amo, Estado ou modelo de sociedade, porque todos, sem exceção, coartam os estímulos de vida, baseados na liberdade, amizade, amor e criatividade do meu metabolismo mental, psíquico e físico.

Pelas razões sublinhadas, é daqui que as minhas especulações visionárias emergem, com a criação de uma nova civilização — Anarquia. Em síntese, já a defini há alguns anos como «um caos auto-organizado, sem deuses e sem amos. É e poderá ser uma probabilidade não linear no espaço-tempo do universo». Como se observa, este conceito não envolve, nem pode envolver, qualquer tipo de hipótese de construção ou ideologização de luta por um modelo de sociedade específico, pela simples razão de que a anarquia não é um *ismo* e não permite que os processos de socialização e de sociabilidade da espécie humana sejam objetos de institucionalização e de formalização comportamental.

Se tivermos presente as heterotopias como algo observável e capaz de aprendizagem, no contexto das sociedades contemporâneas, e as utopias como algo longínquo, hipotético e não observável na vida, é imaginável que a distância entre estes dois mundos seja mais provável de realizar no que concerne as heterotopias, do que nos permite a criação e a historicidade longínqua, quase e sempre infinita, de qualquer utopia. No entanto, quando se pretende desconstruir ou extinguir sociedades ou Estados, que vivem a expensas da escravidão e da exploração, toda a espécie humana tem de evoluir na direção da espontaneidade e da informalidade comportamental, da liberdade e da criatividade. Ao mesmo tempo, as instituições e as organizações caminham no sentido da desconstrução quotidiana dos valores judaico-cristãos e, por essa via, surgirá a natureza longínqua e abstrata da utopia civilizacional da Anarquia, sendo, cada vez mais, identificada e assimilada pela espécie humana liberta de deuses e amos.

A Anarquia como nova civilização prescinde da existência de pátrias, nações e de fronteiras para a espécie humana, como aliás já é visível com os rios e os mares, como o é para os cosmos constituídos por outros planetas, estrelas,

sol, lua. No que diz respeito à estupidez, ignorância e imaturidade perversa da espécie humana, podemos referir a extinção de todos os exércitos, prisões, fábricas, rodovias, ferrovias e transportes fluviais cerceados por cimento, ferro e vidro. Anarquia, como civilização, prescinde da família como base de autoridade formal repressiva e normativa do processo de educação e de aculturação dos valores judaico-cristãos. Prescinde das escolas e das universidades como realidade de aculturação e de educação separada da vida concreta dos seres humanos, sendo que a vida numa civilização como a Anarquia só pode ter uma configuração de probabilidade não linear, o que indicia sempre uma aprendizagem dos múltiplos processos de aculturação em que está inserido.

Evidentemente que a Anarquia, como utopia ou heterotopia civilizatória, se depender deste estado perverso, é extremamente difícil, se não impossível, de ser criada ou visualizada. Todavia, se continuarmos no mesmo tipo de evolução civilizacional, tenho dúvidas de que, atualmente, o que se denomina de espécie humana possa, efetivamente, perdurar, tal como as outras espécies animais e vegetais, no planeta.

Está mais que visto e analisado, por Étienne de la Boétie, desde o século XVI, que a dominação entre senhor e servo não provém exclusivamente da maldade ou do poder dos senhores, porque não se compreendia como é que os servos e até os escravos dos tempos romanos ou os trabalhadores assalariados das sociedades contemporâneas, se submetiam voluntariamente e de forma identitária aos mecanismos de dominação, exploração e escravidão. Ninguém nega que, em alguns momentos históricos, se registaram situações de revolta contra a dominação, a exploração e a escravidão, mas a estabilidade normativa foi, na sua grande intensidade, contrária a esses episódios históricos revolucionários. Estes aspetos de submissão aos desígnios dos deuses, só se explicam pela força estruturante da civilização judaico-cristã, que impele os comportamentos para a obediência ao poder e a qualquer autoridade hierárquica. Na mesma lógica, por razões de autoridade hierárquica formal e de divisão social do trabalho, num período de Anarquia, as qualificações de qualquer profissão seriam extintas por uma civilização que se identifica com os processos de socialização e de sociabilidade de qualquer indivíduo, não é necessário, igualmente, que persistam operários, engenheiros, médicos, professores, eletricitas, pedreiros, agricultores, porque todo



o conhecimento, informação e energia são destruídas e inibidoras da ação humana pelas realidades institucionalizadas e normalizadas, que envolvem, espontânea e informalmente, a liberdade, criatividade, amor e amizade.

Como se vê, a anarquia como civilização prescinde de padrões e de operários, de deuses e de amos. Uma das bases principais da civilização judaico-cristã é o dinheiro. Com a quantidade de dinheiro que se possui, pode-se ser rico ou pobre, ter prestígio social e poder ou ser desprovido desses elementos. Corromper e comprar tudo o que se necessita, ou não conseguir ter dinheiro para corromper e cair na miséria e no esquecimento. O dinheiro virtual, nos dias que correm, está a assumir um papel gigantesco na normalização da espécie, se tivermos presente a sua função nos processos de socialização e de sociabilidade envolvido nos espaços de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos, mas também nas contingências da sobrevivência infra-humana ou na opulência da demonstração de poder e de prestígio social. Na vida terrena, o dinheiro, por ser cada vez mais virtual, simbólico e um fantasma imaginário na vida das pessoas, tem muito mais poder real que o poder de Deus no mundo espiritual.

Para dar uma pequena ideia das perversões judaico-cristãs, vou socorrer-me do algoritmo de previsão da *Worldometers, Estatísticas do Mundo em Tempo Real*, que tive oportunidade de ler quando escrevia este capítulo. No dia 29 de dezembro de 2020, pelas 15 horas e 15 minutos, a população mundial atingia a cifra de 7 835 409 162 pessoas. No ano de 2020, nasceram 139 560 687 crianças e, no dia de hoje (29 de dezembro de 2020), nasceram 242 216. Em contrapartida, em 2020, morreram 58 590 920 pessoas, enquanto que hoje morreram 101 688. Tendo em atenção a relação entre nascimentos e mortes até esta altura do ano de 2020, houve um acréscimo populacional mundial de 80 969 767 pessoas. Seguindo o mesmo raciocínio lógico para os governos e as economias mundiais, as despesas governamentais, neste dia, atingiram o valor de 9 682 258 835\$ (cerca de 8 932 000 000€) na saúde, 6 596 092 970\$ (cerca de 6 086 000 000€) na educação, 2 967 116 802\$ (cerca de 2 737 600 000€) nas forças armadas. Os gastos realizados com economia, nesse ano, até ao dia 29 de dezembro, cifraram-se em 79 542 106 automóveis produzidos, 151 130 436 bicicletas produzidas e 246 741 233 computadores produzidos.

Considerando os *mass media* e a sociedade global, com grande relevância e expressão provindas das contingências das TIC, no dia 29 de dezembro de 2020, entre os títulos impressos e publicados, 2 687 480 jornais estiveram em circulação, foram vendidos 422 057 aparelhos de televisão, 4 197 389 telemóveis e 186 823 605 jogos de vídeo. Seguindo o mesmo raciocínio, no mesmo dia, o número de utentes da internet, em todo o mundo, atingiu 4 780 726 415. O número de e-mails enviados atingiu o número de 169 065 043 313. O número de mensagens em blogs foi 4 638 351, de tweets enviados 506 062 842 e buscas realizadas no motor de busca *Google* 4 821 496 639.

No que concerne o meio ambiente, o panorama quantitativo e qualitativo diz-nos que, até 29 de dezembro de 2020, perderam-se 5 180 783 hectares de florestas, ao mesmo tempo que a erosão da terra fértil atingiu o valor de 6 974 735 hectares, as emissões de CO<sub>2</sub> chegaram ao valor de 36 086 370 441 toneladas, e a desertificação do planeta Terra cifrou-se em 11 954 445 hectares, ao mesmo tempo que foram libertadas 11 763 672 toneladas de CO<sub>2</sub>, no meio ambiente. No caso específico da água, o consumo desta atingiu o número de 4 380 839 545 de litros. A morte por doenças relacionadas com a falta e a qualidade da água cifrou-se em 838 853 e as pessoas sem acesso a água potável perfazem 795 185 884.

Quanto à alimentação, os números indiciam que, a 29 de dezembro de 2020, pelas 15 horas e 15 minutos, havia 848 504 023 pessoas desnutridas, 1 703 862 075, com excesso de peso, 773 029 628 pessoas obesas, enquanto que 19 335 morreram de fome. Entretanto, foram gastos 372 746 295 dólares com doenças relacionadas com obesidade nos EUA. Como consequência, os gastos em programas de saúde nos EUA para superar os problemas de saúde atingiram 119 523 778\$ (cerca de 110 000 000€).

Em relação à dimensão energética, verifica-se que a energia usada atingiu 295 101 591 MWh, do qual 251 207 137 provém de fontes não renováveis e 44 439 726 são de energias renováveis. Entretanto, o petróleo extraído, no mesmo dia e ano, foi de 60 525 271 barris, com a previsão que a extração de petróleo restante atingiu 1 486 914 674 623 barris e que o tempo para essa extração é de cerca de quarenta e dois anos.

Por último, no domínio da saúde, hoje, as doenças infecciosas provocaram a morte de 12 931 537 pessoas, enquanto que morreram 7 571 672 crianças,

menores de 5 anos. Houve, adicionalmente, a realização de 42 416 464 abortos, sendo que 307 894 mulheres morreram durante o parto. O número de pessoas infetadas com HIV/SIDA alcançou 42 366 222 pessoas, sendo que, devido a esta doença, morreram 1 674 565. O número de mortes causadas por cancro contou com 8 181 178 pessoas, enquanto o número de mortes causadas pela malária chegou aos 392 816. Numa outra dimensão, os cigarros fumados até 29 de dezembro no ano de 2020, atingiram o número de 8 570 299 442, ao mesmo tempo que o número de mortes causadas pelos efeitos do fumo foi de 4 979 710. Através do consumo de álcool, nesse período, morreram 2 491 426 pessoas. Os suicídios aumentaram com 1 068 203 pessoas, e o gasto mundial com drogas consideradas ilegais cifrou-se em 398 502 452 705\$ (cerca de 367 000 000 000€).

Claro que eu sou um profundo ignorante da criação e funcionalidade das estatísticas, relacionada com o algoritmo que utilizei da *Worldometers*. No entanto, o que eu posso, com o máximo de objetividade, fazer, é servir-me dos dados estatísticos que me permitem obter a informação e o conhecimento para contrastar com as análises reais e virtuais que tenho feito. Com especulação e possíveis erros nas estimativas e análises sobre a realidade da sociedade, estes dados servem-me para compreender e interpretar a natureza perversa dos valores da civilização judaico-cristã, com maior acuidade e objetividade, sem dar um valor absoluto às causas e aos efeitos do capitalismo e do Estado. Em vez disso, mergulharei na essência ontológica dos valores que têm dado corpo e forma à evolução da espécie humana.

Nunca pensei que, na minha vida, sofresse as consequências de uma epidemia tão gravosa, complexa e abstrata como é caso da Covid-19. No dia 29 de dezembro de 2020, com base nas informações que pude recolher a partir de 196 países, existiam 4 860 670 infetados e 320 255 óbitos.

Não quero especular, tal é a minha ignorância dos vírus e das bactérias que fazem parte do funcionamento biológico do corpo humano. Pergunto-me, no entanto, sem descurar o que a ciência procura, urgentemente, colmatar: se o corpo humano perdeu a sua capacidade imunológica, qual a razão desse facto? Se estamos em presença de uma mutação metabólica do corpo humano, quem nos garante que tudo isso tem a sua génese no ambiente, na cadeia alimentar,

nas experiências laboratoriais com outras espécies animais, guerras químicas e guerras nucleares? A tentativa miraculosa para suprir ou destruir definitivamente a infeção e a morte dos seres humanos, não resolve nem explica a origem nem tampouco a incapacidade imunológica do corpo humano em viver com os vírus e as bactérias.

De qualquer modo, é chegado o momento do conceito biológico de pandemia se generalizar à pandemia social. No meu entendimento, é na interdependência e complementaridade entre a pandemia biológica e a pandemia social que os problemas graves subsistem. Sem o sistema biológico não existe sistema social, sem sistema social não há sistema biológico. Quando se utilizam processos de acantonamento de todo o tipo, ou se reduzem drasticamente a dimensão dos grupos sociais para diminuir as interações e os contactos humanos, está-se a delimitar as potencialidades biológicas dos corpos humanos, que potenciam o amor, a amizade, a liberdade e a criatividade humana.

Não sei qual será a evolução da atual pandemia, nem qual será a solução final, o que eu sei é que as milhões de mortes causadas pelo ébola e pela malária, todos os anos no continente africano, nunca preocuparam, deixando, antes, indiferentes as gentes do capitalismo desenvolvido.

Como descrição final da minha autobiografia, reputo de extraordinária importância, a sugestão da criação de uma civilização orientada no sentido da anarquia. Esta pode ser pensada como hipótese utópica e heterotópica, em qualquer contexto planetário, sempre como sistema aberto, sem finitude ou limites de criatividade e liberdade. É nesta probabilidade que prevejo o fim da civilização judaico-cristã, nos seus aspetos nocivos de aculturação da espécie humana, de modo a inverter a destruição de outras espécies animais e vegetais. Neste sentido, a anarquia enquanto «caos auto-organizado sem deuses e sem amos» só poderá ser uma probabilidade não linear no espaço-tempo do universo. Esta essência genuína dá-lhe potencialidades e virtualidades únicas de libertação de todos os indivíduos, dos atavismos seculares, de todos os deuses e poderes imanados da civilização judaico-cristã. As suas premissas básicas são atravessadas pela espontaneidade e a informalidade relacional, destituídas de processos de institucionalização e formalização. Estes aspetos singulares de uma civilização baseada na anarquia prescindem de qualquer modelo decorrente de dicotomias executivas,

jurídicas e políticas do Estado, assim como das atividades económicas, sociais, ideológicas e religiosas separadas da vida quotidiana de qualquer indivíduo. A oposição entre a vida e a morte, o legal e o ilegal, o normal e o anormal, o bem e o mal, torna-se desnecessária ou até uma excrescência que não se coaduna com a Anarquia como nova civilização e como potência de felicidade.

No fundo, trata-se de deixarmos de ter certezas absolutas e de continuar a desprezar tudo o que a espécie humana aprendeu e viveu até hoje no planeta Terra. Aprender a viver sem pátrias, sem pertencer a povos, a nações, sem padrões, sem operários, sem guerras, sem fronteiras físicas, mentais e psíquicas de qualquer espécie, sem dinheiro, entre outros. É dar um salto para fora da coação, da dominação e da castração. Isso implica que cada um de nós seja, verdadeiramente, um ser humano singular, que necessita de se desconstruir como potência existencial de pulsões de morte a diferentes níveis e construir-se, simultaneamente, como potência de pulsões de vida. Em primeiro lugar e antes de tudo, deve desconstruir-se e construir-se em termos intrapessoais em relação ao seu corpo, à sua mente e à sua psique. Em segundo lugar, em relação a todos os processos de socialização e de sociabilidade que o orientam e identificam como ser de felicidade em todos os momentos configurados por relações e interações sociais virtuais e reais.

Quando, utopicamente, evoluirmos para períodos que considero como Anarquia, estaremos perante um processo de desconstrução e de construção de uma nova hipótese civilizacional, que não começa nem acaba, simplesmente, no interior do que se convencionou denominar «espécie humana», porque uma das grandes probabilidades de criação de uma civilização baseada na Anarquia decorre de interações intensas e extensas das pessoas com o planeta. Daqui persiste a necessidade de considerar todas as espécies animais e vegetais como seres vivos biológicos e sociais que nascem e morrem, naturalmente, como qualquer ser humano, deixando, de uma vez por todas, de os considerar objetos de morte e de escravidão para regozijo dos humanos. Esta hipótese civilizacional da Anarquia, ao acabar com as dicotomias entre as várias espécies, acabará, também, com a dicotomia dos seres racionais e seres irracionais.

Pensar na Anarquia como uma nova civilização significa que é possível sentir, agir e pensar na probabilidade de comunicar e aprender todos os dias como

qualquer espécie animal ou qualquer árvore, pensando nestas como potência de criatividade, liberdade, espontaneidade e informalidade biológica. Assim se deduz que a espécie humana poderá estabelecer interações de amor, amizade, criatividade e liberdade através de uma orientação explícita de pulsões de vida, como se estivéssemos a aprender uma língua. Cingirmo-nos a uma aprendizagem baseada nestes pressupostos significa que podemos interagir com todas as espécies animais e vegetais numa base de plena identidade e diferença comportamental e incluindo os mesmos desígnios de amor, criatividade, liberdade e amizade. Dir-me-ão, muitos amigos conhecidos e desconhecidos: «a nova civilização que é proposta carece de realismo e objetividade analítica e histórica.» Talvez tenham razão. Mas há algo de probabilidade histórica não linear na qual eu posso refletir — os deuses, na origem da sua criação, precisaram de modelos simbólicos e espirituais para se estruturarem como civilizações dominantes. É compreensível que considere que Estados, modelos de sociedade, religiões vigentes sejam um estágio de imaturidade e de negação civilizacional da espécie humana e que, neste caso, a Anarquia seja a resposta civilizatória lógica e necessária.



## POSFÁCIO

---

### ZÉ MARIA: UMA TRAJETÓRIA DE SUPERAÇÃO

Rabah Benakouche<sup>1</sup>

Zé Maria<sup>2</sup>, embora de baixa estatura, é de facto um gigante. A sua vida é feita de lutas permanentes. Todas elas têm a sua própria história, por sua vez, notável, mas refletem sempre o personagem. Um personagem que desafia barreiras sociais. Ignora obstáculos. Despreza problemas financeiros. Desconhece os meandros institucionais. Diverte-se em ridicularizar as ideologias. Mantém distância dos chamados «antros científicos». Não enaltece saberes especializados, mistura esses saberes. É um analista «transversalista» que se ignora. Trata-se de um rebelde conceitual nato. Um iconoclasta. Alguém difícil de encerrar numa «caixinha analítica». «Quer um laboratório para levantar o mundo.»<sup>3</sup> Alguém que foge às normas. Um guerreiro. Alguém que tem a força da classe social e a determinação das ambições. Nascido na luta, dela e nela vive. Aliás, a luta está nele e com ela forma uma dupla. Deu e continuará a dar, com humildade e simplicidade, uma lição de superação ao mundo. Uma superação múltipla e multidimensional. Uma superação gravada no espaço-tempo (para retomar a sua terminologia). É nesta mesma perspetiva que se inscrevem o reconhecimento e as homenagens que os seus amigos lhe prestaram recentemente.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> É *Docteur d'État*, em Ciências Económicas pela Universidade de Paris X — Nanterre, Doutor em Engenharia Industrial pela École Centrale de Paris, Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, no Brasil (aposentado). Atualmente, pesquisador no SOCIUS/ISEG da Universidade de Lisboa, é autor de vários livros, sendo os últimos: *Endividamento Brasileiro — Um Grande Negócio*. Lisboa: Editora Chiado, 2019 e *Moeda é Política. Por que constitui uma questão de Estado?* Curitiba: Editora Appris, 2019.

<sup>2</sup> Usa-se, daqui em diante, a alcunha «Zé Maria», referindo-se a José Maria Carvalho Ferreira, Professor Catedrático da Universidade de Lisboa, ISEG/SOCIUS.

<sup>3</sup> Numa perspetiva «latouriana». Cf. Bruno Latour, Steve Woolgar. *Vida de laboratório*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

<sup>4</sup> *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria de Carvalho Ferreira*. Organizado por Rita Raposo, Isabel Mendes, Rafael Marques, Helena Mateus Jerónimo, Idalina

Por tudo isto e outras «cositas mais», se alguém lhe ousasse dizer, baixinho ou em voz alta, direta ou indiretamente, formal ou informalmente, particular ou publicamente: «Por que não te calas!»<sup>5</sup>, a sua resposta, podem crer, seria, em tom entediado, curto e educado: «Fi-lo porque qui-lo!»<sup>6</sup>

«Anarquista, Graças a Deus»<sup>7</sup>, sim, mas louco, não. Institucionalista, sim, mas muito, não. Desafia e provoca, com prudência e circunspeção, instituições e ideologias proeminentes, os saberes estabelecidos, as lutas de classe, as *lutttes des places*. Em compensação, desafia-se e provoca-se, sem a menor cerimónia. Testa, frequentemente, a elasticidade da sua corda. Assume publicamente os seus limites e expõe-nos nua e cruamente sob uma luz meio desfocada e fraca, mesmo assim, escrevendo uma ousada autobiografia.

Escrever uma biografia é, para começar, enfrentar as trevas do seu fundo e mais íntimo. Enfrentá-las exige, *literalmente*, armar-se de determinação, disciplina, coragem, memória. Implica relatar o seu percurso no tempo que escoou; no tempo que cobre muitas temporalidades — biológicas, subjetivas, biográficas, sociais, históricas... e isto sem desconhecer a sua articulação com o seu percurso de vida (... com o seu caminho andado). Descrever os caminhos passados é analisar os fenómenos no tempo, contextualizando-os, dando-lhes forma e sentido. Coisa, aparentemente, simples e quase cristalina, mas difícil de se pôr mãos à obra.

Todavia, a leitura do quadro da história linear pode servir, à primeira vista e no melhor dos casos, para ler trajetórias de pessoas que se situam na curva da lei normal (no sentido estatístico de Gauss), isto é, a grosso modo, no de pessoas sem dores mais profundas, nem rupturas ou dilacerações marcantes e notáveis; em outras palavras, de pessoas que têm a sua entrada e o percurso da vida situados dentro da dita curva.

---

Dias Sardinha, João Carlos Lopes, Manuel Coelho. Lisboa: Editora Almedina, 2013, 977 pp.

<sup>5</sup> A expressão é do Rei Juan Carlos da Espanha.

<sup>6</sup> A expressão é de Jânio Quadros, ex-presidente do Brasil, professor de linguística.

<sup>7</sup> É o título do livro autobiográfico da Zélia Gattai. Nele, ela descreve o quotidiano da sua família — imigrantes italianos — que foi, nos anos 20, para o Brasil viver o seu sonho de liberdade na Colónia Santa Cecília, reduto anarquista.



As análises mais aprofundadas no assunto não atentam senão para os pontos da referida curva, que é o que Bourdieu e Passeron<sup>8</sup> reconhecem ao preconizar a sobredeterminação do fator cultura. Entretanto, a sua abordagem — que é e se pretende de natureza «macro» —, ignora os pontos fora da curva, isto é, fora das exceções à lei geral da reprodução social.

Tais exceções não atentam nem para a estatística (pela falta de indicadores específicos), nem para os estatísticos (que se concentram sobre as tendências), nem para os especialistas no assunto (que se detêm sobre o todo social), nem para o Estado (cuja principal preocupação é a da população em geral).

Além disso, o «todo social» não pode explicar «exceção» (no singular ou no plural). Trata-se, sem dúvida, da ordem, de um «detalhe» (que certos analistas se apressam em qualificar como estatisticamente «insignificante»). Ora, sabe-se, desde sempre, que «Deus habita nos detalhes.»

O detalhe é a vírgula, que muda o rumo da história. Stefan Zweig colheu-o com intensidade e perspicácia em *Momentos Decisivos da Humanidade (Les Très Riches Heures de l'humanité)*, em 1927, quando revisou os doze momentos da história da Humanidade que considerava decisivos.

Assim é que ele se concentrou num ponto, o 29 de maio de 1453, momento em que se decidiu a perda de Bizâncio pelo mundo cristão, ou num outro ponto, 18 de junho de 1815, quando Napoleão perdeu a batalha de Waterloo. Esses momentos, escreve Zweig, são de «grande dramaticidade, porque definidores do destino, ou uma decisão capital que se condensa num só dia, numa só hora, e, muitas vezes, num só minuto [...]»<sup>9</sup>.

Estes «detalhes», no caso em análise, podem ser encontrados em muitos níveis da História (independente da importância e da categoria de outros fatores não considerados), como: o «social» em nós; o percurso intelectual; a salvação política; o ponto Vincennes e os Zé Marias mundo afora.

---

<sup>8</sup> O carro-chefe *Les héritiers*, que abalou as estruturas da Sorbonne. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora UFSC, [1964] 2013. Seguido dos mesmos autores do livro que se tornou referência: *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, [1970] 2008, 3. ed.

<sup>9</sup> Stefan Zweig. *Les Très Riches Heures de l'Humanité* (1927). Paris: Livre de Poche, 2004.

Zé Maria sabe, por experiência, que existem determinismos sociais, psíquicos, económicos e outros. Que, em nós, existe «o social». Entretanto, para iluminar o seu «percurso», ele narra de uma maneira linear e cronológica, fornecendo explicações de certos factos, estabelecendo ligações com outros, repetindo-se, talvez em excesso, tudo no esforço de esclarecer, às vezes de maneira implícita, as influências que mais clara e conscientemente o marcaram. Os factos são descritos com minúcia e precisão. Inúmeros exemplos podem ser aqui citados. Lembrem-se estes:

«Por vontade e motivação própria, ingressei, tardiamente, na Escola Primária de Canados quando faltavam dois meses para fazer oito anos.» Ou, ainda, esta lembrança: «no último ano da minha permanência da Escola Primária de Canados, em 1957, foi-me sugerido, pela professora Licínia, que escrevesse uma redação que enaltescesse a figura do Almirante Américo Tomás, afeto ao regime de Salazar, e que, ao mesmo tempo, denegrisse a figura do general Humberto Delgado». Ou quando confessa que, numa dada situação, e por mil razões, «entrei numa fase de desilusão, que me levou à prática de roubo de dinheiro da caixa da leitaria».

Falar de si supõe uma finalidade, assim como impõe limites, mais particularmente, a respeito das ilusões biográficas (que dão um sentido ou uma direção à vida), finalísticas (a vida como projeto), deterministas (reprodução social automática) e narcisista (a importância de se estar bem na foto). Que se opte por uma ou por outra, a subjetividade expressa-se e projeta-se. Isto facilmente se compreende quando se leva em conta a existência de uma história que se viveu, a história que nos fabricou e a que se conta. Se a narração não é a história, ela, entretanto, inclui acontecimentos reais, mas também fantasiosos, imaginários e até mesmo simbólicos, significativos, que refletem «lições extraídas da história.»<sup>10</sup>

A narrativa representa, também, um modo existencial de a transmitir. A narrativa, a exposição, o que se conta depende, igualmente, das condições em que ela é feita. Não existe oposição radical entre a história que se conta e o que se liga ao que objetivamente aconteceu no passado. Não há como negar

<sup>10</sup> Vincent de Gaulejac, Jean-Yves Le Fourn e Ginette Francequin. *Parcours, trajectoires, histoires, récits. ERES — Enfances & Psy*, 2008/1, n.º 38, pp. 114–121.

um nexo entre fantasia e realidade, de tal modo que «a ilusão a respeito da realidade se confunde com a realidade da ilusão». E por boas razões. A realidade, de facto, é algo socialmente construído (no sentido construtivista<sup>11</sup>).

### **Percurso intelectual: alfabetizado aos 8 anos e doutor aos 40**

No caso em questão, falar do dia e da noite, do trabalho e do sonho é caminhar sobre as «pegadas» de Marx e Freud. Se assim é, Zé Maria tem um pé num e outro pé noutra. A ordem certa seria uma cadeia de elementos que se influenciam recíproca e inversamente. No caso, essa cadeia inicia-se por alguém chamado Ilídio Ribeiro, com o qual se imbricam Marx, Freud, o anarquismo, o marxismo, o situacionismo, os Vincennes, os Paris-Vaugirard e tantos outros «elementos» ou «detalhes», embora nem todos sejam aqui citados, mas cada um deles, em determinado momento da sua história, interferiu, positiva ou negativamente, a seu modo de almejar o próprio «*maktoub* construído», ou seja, a sua superação. Em outros termos, os «detalhes» importantes e notáveis seriam, certamente, Ilídio, Marx e Vincennes — nessa ordem!

Zé Maria chegou ao mundo da ciência, e das suas controvérsias, pelo viés de uma pequena porta: não nasceu num berço de ouro, nem num mundo de livros e de cultura, nem no mundo dos negócios. A pequena porta da qual aqui se fala é o pequeno «detalhe», ou, melhor ainda, são os pequenos «detalhes» que fazem toda a diferença e mudaram radical e sub-repticiamente — sem que ele, necessariamente, se desse conta ou tivesse consciência — o curso e o sentido da História, ou da sua história. Esse «detalhe» número um, foi o encontro amigável e casual com o filho do seu patrão, que lhe abriu o caminho que o condicionou, ou que, a um certo momento, estruturou o seu itinerário intelectual, em particular, do ponto de vista da sua formação cultural e das suas escolhas políticas (pontos a analisar mais adiante). Ele conta tudo isso em termos velados, não explícitos, quando afirma que, como mecânico, com carteira assinada, «por um fenómeno de empatia recíproca [fenómeno não, naquele dia os astros e as estrelas conspiraram a teu favor. Sim, senhor!], criei

---

<sup>11</sup> Paul Watzlawick. (org.) *L'invention de la réalité*. Paris, Le Seuil, 1988.

laços de amizade e de identidade ideológica e intelectual com Ilídio Ribeiro, o filho do patrão, um elo que não se explica pelas relações sociais e históricas». O seu «anjo da guarda» mostrou-lhe, naquele dia, naquela hora, naquele minuto, naquele segundo, lá na profundidade do horizonte, a existência de um «outro mundo» e que este poderia ser alcançado se assim o desejasse. Este é o mundo da Cultura (com C maiúsculo!). Tanto é que ele lhe apresentou «a nata da nata do pensamento crítico». Foi presenteado com obras tais como, diz ele, *O mundo da paz* e *O Cavalheiro da Esperança*, de Jorge Amado; *O Capital*, de Karl Marx; *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos; *A Mãe e o Pequeno Burguês*, de Gorki e *A Geografia da Fome*, de Josué de Castro.

Trabalhador agrícola na infância, ajudante de pedreiro, aprendiz de mecânico, mecânico, vendedor de frutas e legumes, vendedor de leite. Ele pretendia estudar. Ele estudava à tarde ou à noite, quando podia. Vivia e conhecia todos os contratempos da falta de conforto: sempre um quatinho de dormir, de preferência perto do local de trabalho. Trabalhava todos os dias — e duramente. À noite, lia, sonhava... tornar-se «outro».

Isto lembra a história que Jacques Rancière escreve em *A noite dos proletários*<sup>12</sup>, nos anos 80, à época da explosão do «althusserianismo», do «teoricismo» marxista, cuja expressão-símbolo é, certamente, o livro publicado por Louis Althusser e companhia, com o título *Lire le Capital*<sup>13</sup>, do qual Rancière era um dos coautores (e «althusseriano» de carteirinha). Nesse livro, Rancière contrapõe-se a Althusser, a Marx e ao marxismo. E por boas razões: Marx, em *O Capital*, fala do dia do trabalhador, ou, dito de outra forma, da exploração da sua força de trabalho e do seu potencial (necessariamente) revolucionário, ao passo que Rancière, «psicanalisa» a noite dos trabalhadores, isto é, os seus sonhos, os seus desejos inconfessados, as suas libidos. Ele descobre os desejos de querer ser «outros»; os seus sonhos de ser poeta, escritor, pintor, artista..., mas, provavelmente, ou, mais certamente, não «revolucionário!»

<sup>12</sup> Jacques Rancière. *A Noite dos Proletários — Arquivos do Sonho Operário*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 1988.

<sup>13</sup> Althusser, Louis et al. *Ler o Capital*. Tradução: Nathanael C. Caixeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, Vol. 1.

Esse tipo de «dualismo simbólico» é também detetado por Roberto DaMatta<sup>14</sup>, a respeito de um outro tema, ou objeto: a representação social do carnaval e da festa da Independência Nacional do Brasil (dia 7 de setembro). Este dualismo é captado na comparação das lógicas (implícitas) da parada militar, que simboliza a ordem, enquanto o carnaval designa a desordem. No primeiro, ergue-se o amor à pátria, com o lema «Ordem e Progresso» da bandeira nacional; no segundo, tem-se a desordem, por se ousar expor o amor a si mesmo, dando livre expressão ao próprio inconsciente (subentende-se que este se liberta e se expressa somente de noite). Em suma, está-se diante de uma sociedade invertida, na qual o povo organiza a festa, os pobres se vestem de nobres, as mulheres aparecem irreverentes; a noite vira dia e o drama processa-se em absoluta licenciosidade.

Essas obras referidas colocam em relevo e sustentam a tese segundo a qual os dualismos noite/dia, sonho/realidade, objetividade/subjetividade, consciente/inconsciente, entre outros, perpassam o «real-concreto». Ora, essa divisão existe apenas no papel. Pesquisas recentes nas ciências (Neurologia<sup>15</sup>, Fisiologia<sup>16</sup>, para citar apenas estas) e na Filosofia<sup>17</sup> sobre as decisões pessoais ou de ordem empresarial, e em inovação<sup>18</sup>, por exemplo, apontam, entre outros aspetos, que a divisão objetividade/subjetividade é ilusória. À luz do que se pode dizer que as decisões são embebidas de subjetividade nas áreas pessoal, empresarial ou tecnológica.

Decorre daí que a subjetividade está enraizada no social, mas tem relativa autonomia em relação a este. Contudo, em termos, os livros apresentados revelaram, ao ator em consideração, que existiam leis de oferta e demanda, cuja perenidade é garantida por leis de produção e reprodução social; entre elas, estão compreendidas situações profissionais e pessoais, inscritas num quadro de necessária reprodução social e, portanto, de mobilidade social,

---

<sup>14</sup> Roberto DaMatta. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>15</sup> António Damásio. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia de Letras, 2013 (observe-se que este é neurologista de renome internacional).

<sup>16</sup> Alain Berthoz. *La décision*. Paris: Odile Jacob, 2003 (note-se que este é professor no Collège de France e Diretor do Laboratoire de perception et de l'action (CNRS–França).

<sup>17</sup> As referências canónicas são as obras de Michel Foucault e de Gilles Deleuze. Mas, a literatura sobre a questão é ampla.

<sup>18</sup> Rabah Benakouche. *L'innovation en action. Une étude de cas* (no prelo).

mas restringida pela existência de «barreiras de entrada» nos estratos sociais e nas escolas superiores. Ao entardecer da sua vida, reconheceu que o aparelho escolar-universitário era um instrumento de reprodução de classes, o lugar e o espaço das classes, em particular quando afirma: «A escolarização, durante três a quatro anos, foi de uma importância essencial para me tornar leitor de informação.» E completa mais adiante: «na atualidade, tomo consciência de que a educação ministrada nas escolas primárias tinha por objetivo estruturar os elementos de informação e de conhecimento básicos, que se identificavam com o conjunto dos estratos sociais pobres, com especial conexão instrumental às qualificações e competências das profissões dos setores agrícola, industrial e comercial.»

Note-se, a propósito, que Baudelot e Establet<sup>19</sup> mostraram, com dados estatísticos à mão, que não existe «*uma* escola, mas *duas*». Afirmam eles, em poucas palavras, que os filhos das classes desfavorecidas seguem o circuito «PP» (primário-profissional), e os socialmente favorecidos, a via real «SS» (secundário-superior). Tal lei geral de funcionamento do aparelho escolar/universidade é confirmada por inúmeras pesquisas que o físico-sociólogo Daniel Berteaux<sup>20</sup> apresenta, de maneira pedagógica, no seu estudo *Destino pessoal e estrutura de classes*. Averiguações que se podem encontrar também em autores com outras visões epistemológicas, citando-se, a título de ilustração, os estudos de Basil Bernstein.<sup>21</sup>

Os referidos estudos são mencionados com a intenção de mostrar de que maneira, por contraventos e marés, muitos dos «resgatados» chegam a bordo. São exceções. A «salvação da pátria», no caso em consideração, foi a sua entrada na militância política.

### **«Salvação da pátria» pela via da militância política**

Ele acreditou, e fortemente, que «outro mundo seria possível», e quis participar na revolução. Chegando a Paris, em 1970, resolveu juntar-se aos camaradas revolucionários de Cuba. Acabou por escolher um caminho mais *soft*:

---

<sup>19</sup> Christian Baudelot, Roger Establet. *L'école capitaliste en France*. Paris: Éditions Maspero, 1972.

<sup>20</sup> Daniel Berteaux. *Destino pessoal e estrutura de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>21</sup> Basil Bernstein. *Langage et classes sociales*. Paris: Éditions de Minuit, 1975.

a militância, em Paris, no QG Paris-Vaugirard<sup>22</sup>. Este caminho permitiu-lhe formar uma consciência política, conseguir os meios para construir uma capacidade de análise política através da confrontação e da controvérsia, aprender a usar a retórica e a fazer uso da palavra para tornar-se um indivíduo autónomo. Encontrou, também, um «campo de batalha de argumentações», como será visto mais adiante, na Universidade de Vincennes, à potência «n», em termos de alta voltagem, mas com um certo método. O caminho político abriu-lhe horizontes; o segundo, a educação formal, o conhecimento e a prática da retórica, isto é, a arte de falar e os seus modos. Com razão, Pierre Bourdieu afirma que «a sociologia constitui um esporte de combate.»<sup>23</sup> Isto se diz, na linguagem discreta utilizada por Kramer, quando afirma que «A economia implica o recurso à arte da persuasão [...] Aprender a fazer economia é aprender a articular os seus próprios argumentos para defender suas opiniões.»<sup>24</sup>

Dito de outra maneira: a construção da cosmovisão política e intelectual baseou-se no tato, na escola da vida, isto é, Zé Maria nasceu e já tinha 50 anos nos sentidos. Ele pulou todas as fases da «entrada na vida»<sup>25</sup> «normal».

Em 1970, partiu para a França como trabalhador imigrante e chegou a Paris como militante político, distanciando-se espacialmente do salazarismo (pois, politicamente, já o era). Sem demora, pôs-se a trabalhar, de dia, como mecânico, e à noite, como militante. Assim ele conta: «fui chamado a refletir sobre a minha situação [da classe operária] em Portugal [...] a minha contribuição analítica para a edição dos sete números dos *Cadernos de Circunstância* foi nula [...] (Quanto à) minha contribuição efetiva [...] em termos teóricos e práticos, centrou-se na elaboração do jornal *A Classe Operária — Contra o Patrão, Contra o Estado e Contra o Capital.*»

---

<sup>22</sup> Residência de um membro do grupo político que servia de ponto de encontro para os camaradas portugueses; aí se desenrolavam debates sobre situações presentes e futuras da classe operária portuguesa e as perspetivas de lutas contra os patrões.

<sup>23</sup> Pierre Bourdieu. *A sociologia é um desporto de combate*. Documentário de 2002.

<sup>24</sup> A. Kramer. *Entretiens avec des économistes américains*. Paris: Le Seuil, tradução francesa, 1988, p. 311.

<sup>25</sup> Georges Lapassade. *L'entrée en vie*. Paris: Éditions de Minuit, 1964.

A argumentação mais acima enunciada, segundo a qual a «política salvou» Zé Maria e lhe assegurou um *upgrade* social, cultural, simbólico e intelectual, representa um caso fácil de se compreender à luz do que escreve Robert Castel, em particular pelo paradoxo segundo o qual o indivíduo não existe de maneira autónoma e positiva, a menos que disponha de suportes sociais. Com razão, o autor explica que a «possibilidade de a maioria dos trabalhadores atingir uma individualidade positiva só ocorre graças à sua inserção em grupos coletivos, associações coletivas do direito do trabalho e da proteção social.»<sup>26</sup> Ou seja, a construção da autonomia da individualidade e da autonomia do caso em questão ocorreu justamente pela inserção no coletivo. É o que permite dizer que o autor em questão foi «salvo pela política». E isso ocorreu porque ele aumentou a sua força ao aliar-se com outros atores e a outras forças políticas, isto é, ele tornou-se um porta-voz, o que não é tarefa fácil. De acordo com Bruno Latour, «ser porta-voz não significa estar à frente de quem quer que seja. É encontrar-se face a face não mais com João ou o professor, mas com João e o professor além das muitas coisas ou pessoas em nome de quem ou da coisa de que eles falam. [...] Por isso, a força de um porta-voz não é assim tão grande, pois, por definição, ele não passa de uma pessoa — homem ou mulher — de cuja palavra se pode duvidar — um João, um professor, um Davis.»<sup>27</sup>

Sobre o peso da Universidade Paris–Vincennes na trajetória de Zé Maria, é preciso insistir que, sem ela, ele não poderia ter tido acesso ao ensino superior, nem se tornar o que se tornou.

### **Vincennes: um símbolo, uma história!**

Para compreender o alcance e os limites deste símbolo, é necessário contextualizá-lo historicamente na França dos anos 70/80. Centro de experimentação pedagógica, a Universidade de Vincennes nasceu num contexto económico e social específico: com um crescimento económico inédito e sem precedentes no histórico deste país, de um lado, e, de outro, uma «sociedade bloqueada»,

<sup>26</sup> Castel, Robert. *Des individus sans supports*. In: V. Châtel et M.H. Soulet. *Agir en situation de vulnérabilité*. Québec, Les Presses de l'Université Laval, Sociologie contemporaine, 2003, p. 59.

<sup>27</sup> Latour, Bruno. *La science en action: Introduction à la sociologie des sciences*. Paris: La Découverte, 2005, pp. 174–175.



como o tem mostrado Michel Crozier<sup>28</sup> em termos gerais e, do ponto de vista socio-educacional, por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.<sup>29</sup>

Estes dois pontos merecem especial atenção.

De um lado, o progresso económico.

Os «Trinta Gloriosos», simbolizados pela construção do foguetão espacial Ariane 4, correspondem ao período histórico 1946–1975, período durante o qual a França (como a maioria dos países europeus) teve um crescimento económico excecional, ao fim do qual o país entrou na era do consumo, do pleno emprego, do crescimento do poder de compra e do aumento do consumo em massa.<sup>30</sup>

Por outro lado, o ensino restrito e restritivo.

Havia um impasse total<sup>31</sup> entre a referida situação económica e a educação superior<sup>32</sup>. Configurava-se uma «sociedade bloqueada», na qual existe uma lacuna entre o crescimento da riqueza e a sua distribuição social.

Do ponto de vista da educação, o diagnóstico de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron é claro: havia uma representação desigual das diferentes classes sociais no ensino superior francês. De facto, destacam os autores, «a experiência do futuro escolar não pode ser o mesmo para um filho de uma classe superior que, tendo mais de uma chance sobre duas de entrar na faculdade, terá a seu lado, e mesmo em sua família, um destino até certo ponto banal e cotidiano nos estudos superiores, enquanto que o filho do trabalhador, com menos de 2% de chances de acesso ao ensino superior, não saberá dele senão por meio de pessoas ou por meio de intermediários.» De maneira ainda mais

<sup>28</sup> Michel Crozier. *A sociedade bloqueada*. [1970]. Brasília: Editora UnB, 1983.

<sup>29</sup> Cf. livros anteriormente citados.

<sup>30</sup> Estima-se que o modo de vida francês tenha evoluído mais ao longo destas três décadas do que durante os dois séculos anteriores e que o nível de vida se tenha multiplicado por 5, entre 1945 e 1975, e o produto interno bruto (PIB), por 4,5, entre 1947 e 1973, o que corresponde a um crescimento médio anual excecional e recorde de 5,9%. Cifras extraídas do site: [http://www.toupie.org/Dictionnaire/Trente\\_glorieuses.html](http://www.toupie.org/Dictionnaire/Trente_glorieuses.html). Acesso a: 12 abril 2020.

<sup>31</sup> Deve-se assinalar, de passagem, que esta visão ingénua dos «trente glorieuses» é controversa e objeto de muita crítica. Cf. Balanço crítico apresentado por Dominique Lejeune. *Qu'est-ce les trentes glorieuses? Qu'en penser?* In: Archives ouvertes. MSH, Paris, 2014.

<sup>32</sup> Esta «lacuna» pode ser descrita com as cifras a seguir: a taxa de bacharéis foi muito reduzida — 9,7% em 1940; 25,9% em 1966, contra 43,5% em 1971 (isto é, logo após Maio de 1968). O número de professores do ensino superior era de 7 900, em 1960–1961, e de 31 300, em 1970–1971. Françoise Oeuvrant, Marlaine Cacoualt. *Sociologie d'éducation*. Paris: La Découverte, 2003, p. 8.

concreta: «O sistema escolar produz, objetivamente, uma eliminação tanto maior quanto mais se avança para as classes mais desfavorecidas.»<sup>33</sup>

A sua principal conclusão é que a origem social dos estudantes é um facto mais determinante que outros fatores (sexo, idade, filiação religiosa, entre outros). Segue-se que o acesso desigual para os estudantes é determinado mais por fatores culturais do que pelos de natureza económica. Ou, em outras palavras, os filhos de profissionais liberais e de quadros superiores estão imersos em cultura (com acesso a bibliotecas, frequência a museus, teatros, concertos, livros, cinema, entre outros), enquanto o acesso à cultura para os filhos de famílias socioculturalmente desfavorecidas está bloqueado.

### **A marca Vincennes**

Dentro desse quadro, a Universidade de Vincennes nasceu como centro pedagógico experimental. Os seus planos pedagógicos eram livres, transdisciplinares e abertos a novos saberes ainda por institucionalizar. Em termos de ciências humanas e sociais, foram criados, mais do que cursos convencionais, novos cursos com novas formações pedagógicas, tais como Psicanálise (totalmente inédita em França), dirigida por Jacques Lacan; Estudos Femininos (havia estudos de género nos EUA, mas não em França), sob a direção de Helene Sixous; Geopolítica, dirigida por Yves Lacoste; Ciências Políticas (no plural), coordenadas por Jean-Marie Vincent; Sociologia, sob a orientação de Jean-Claude Passeron; Economia Política, dirigida por Michel Beaud; Filosofia, sob a direção de Michel Foucault; História, coordenada por Jean Bouvier.

Havia, além disso, muitos professores de renome internacional, como Michel Foucault, Étienne Balibar, Gilles Deleuze, Nicos Poulantzas, Michel Beaud, Kostas Vergopoulos, Jean-Marie Vincent, Jon Elster, Jacques Lacan, François Châtelet, Samir Amin, Jacques Rancière, Jean-François Lyotard, René Lourau, Georges Lapassade, Jean-Claude Passeron, entre outros<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Obras referidas na nota 8.

<sup>34</sup> Jean-Michel Djian, Pascal Binczak (Préfacier), Collectif. *Vincennes — Une aventure de la pensée critique*. Paris: Flammarion, 2009; e Mathieu Quiet. *Politiques du savoir: sciences, technologies et participation dans les années 1968*. Éditions Archives Contemporaines, 2013.

A universidade impunha-se pelas inovações pedagógicas e os professores renomados, mas passou por obstáculos criados pelo Ministério da Educação, por ser considerada de «esquerda». Os cursos dos professores «estrela» eram seguidos por cerca de 400 a 500 alunos sentados no chão. A gestão universitária era um caos burocrático, com poucos recursos financeiros, por se autoproclamar e se assumir como universidade de «esquerda» com governos de direita. Onde mais se aprendia era nas cafeterias com estudantes de todo o mundo; em reuniões estudantis, com múltiplas tendências ideológicas.

As brigas de tendências ideológicas, políticas e epistemológicas ocupavam todos os espaços da universidade (corredores, cafeteria, salas de aula, entre outros). Tudo se discutia em todos os lugares! Qualquer ação estava sujeita a controvérsias. O conflito estava instalado em todos os níveis. Isso significava que a cultura não se limitava à sala de aula; pulava em tudo e transbordava por toda a parte!

Zé Maria viveu nesse ambiente cultural e simbólico. Teve acesso a todos os tipos de saberes, a todas as variantes epistemológicas, ideológicas, políticas... Como que aspirou todas as tendências marxistas, anárquicas, com as suas múltiplas cores, o freudianismo e o lacanismo com as suas diferentes «panelinhas». Economia Política era, sobretudo, crítica da Economia Política. Estava tudo acompanhado de todo o tipo de mercado informal instalado no hall e corredores (calçados alternativos, kebab, sanduíches e doces de todos os tipos e de todos os países).

Nesse sistema de produção e reprodução dos saberes, de controvérsias, debates, o processo pedagógico passava sobretudo pelo aprendizado da *prise de parole*, referência ao conceito de Albert Hirschman<sup>35</sup>, desenvolvido em *Défection et prise de parole* e na análise de Michel de Certeau sobre *La prise de parole*, que traz afirmações como a seguinte: «Em maio último [1968], tomou-se a palavra como foi tomada a Bastilha em 1789»<sup>36</sup>, propondo uma «análise geracional», admitindo que a «geração antiga» estava, em grande parte, na origem da nova «geração política». Isto significa que havia correlação entre competência política e capital cultural, e, portanto, escolar.

---

<sup>35</sup> Albert Hirschman. *Défection et prise de parole: théorie et applications*. Paris: Fayard, 1995.

<sup>36</sup> Texto de 1968, reeditado por Michel de Certeau. *La prise de parole*. Paris: Le Seuil, 1994.

## **Determinismos sociais: escolha de caminhos**

Os Zé Marias são, em geral, «invisíveis» no mundo e na História. Todos conhecem, entretanto, em seu próprio entorno, alguém que tenha conseguido ultrapassar as barreiras de acesso no mundo da educação, da política, dos negócios, da literatura, do desporto, e assim por diante. Todos os que atravessaram essas barreiras sociais, económicas, raciais, de género, entre outras, sabem, conscientemente ou não, que houve um fator X que fez a diferença, que chegou para mudar o curso da História, da sua história, do seu destino a despeito da lei geral da reprodução social, dos determinismos físicos, institucionais, raciais, de género, entre outros.

Apesar de tudo, um detalhe, uma vírgula, um *insight*, um encontro, uma mão solidária, um desejo, um anjo da guarda, uma ideia, uma intuição, uma amizade podem inverter o curso da História.

É neste sentido que, nas considerações aqui realizadas, se aventa que as abordagens macro são fundamentais, embora não exclusivas, nem determinantes ou impositivas.<sup>37</sup>

No caso excepcional aqui contemplado, propõe-se como hipótese a existência de elementos de influência desconhecida, mas determinante e decisiva, na análise da trajetória de uma «minoría ativa» (étnica, cultural ou racial), ou de um indivíduo (quando um é vários, múltiplos, no sentido de Latour); elementos que informalmente definem essa mesma trajetória.

Para respeitar a escala da «pequena história», situada na interface do «indivíduo/sociedade» ou do «ator/sociedade» (Callon & Latour), pode-se dizer que a análise do todo-social não tem a força explicativa globalizante que a ela se atribui. Entretanto, no caso aqui contemplado e em seus termos provisórios e elementares, a análise das «minorias ativas» de Serge Moscovici, mesmo ajustada e adaptada, poderia servir para render a ideia de «trajetórias de vida». Ele trabalha a relação social-coletivo (a que se deve acrescentar que o «coletivo» pode não passar de «um»), objetivando fazer da representação referida uma

---

<sup>37</sup> Pode-se dizer, a propósito, que atualmente há um número elevado de perspectivas abertas nas diversas ciências humanas e sociais que propõem saídas ou alternativas para os determinismos ou o «logos», como diria François Châtelet (*Logos e praxis*. São Paulo: Paz e Terra, 1974).

passarela entre o mundo individual e o mundo social, e, em seguida, associá-la à perspectiva de uma sociedade em mutação, motivo da mudança em questão.<sup>38</sup>

Em tais circunstâncias, há que se recorrer à inovação ou à invenção. Ou, em outras palavras, à exceção. Pode-se escolher ficar à margem ou ser um *outsider*, ou, segundo Bruno Latour, um porta-voz. Zé Maria escolheu tudo isso, sempre a seu tempo, e chegou onde quis. Caminhou, com audácia e cautela, determinação e firmeza, dúvida e incerteza, cansaço e força..., mas, sempre, sabendo que «navegar é preciso»!



---

<sup>38</sup> S. Moscovici. *Des représentations collectives aux représentations sociales*. In: D. Jodelet (Dir.). *Les Représentations sociales*, Éditions PUF, 1989, p. 82.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- 
1. Ferreira, J. M. Carvalho e Charles Reeve (1975), *A crise da sociedade portuguesa*, Lisboa, Contra a Corrente, 28 pp.
  2. Ferreira, J. M. Carvalho e Charles Reeve (1975) “Maoísmos, Capitalismo de Estado e Militância Anti-Capitalista” in Reeve, Charles, *O Tigre de Papel: sobre o desenvolvimento do capitalismo de Estado na China*, Lisboa, Spartacus, pp. 9–36.
  3. F. Avila, B. Lory, C. Ferreira, C. Orsoni e Charles Reeve (1975), *Portugal l'autre combat: classes et conflits dans la société*, Paris, Spartacus, 220 pp.
  4. Ferreira, J. M. Carvalho (1976), “O esquerdismo, doença infantil do capitalismo de Estado”, in Reeve, Charles, *Portugal: a concepção golpista da revolução social*, Lisboa, Meridiano, pp. 7–21.
  5. Ferreira, J. M. Carvalho e Anabela Carvalho (1980), “Ideologias, valores e atividade económica: do Estado Novo ao pós 25 de abril de 1974”, in *Sociologia*, Vol. II, Associação de Estudantes do ISE, pp. 365–407.
  6. Ferreira, J. M. Carvalho (1981) *Aspects de la reforme agraire et de l'autogestion au Portugal (1974–1975)*, Paris, Université de Paris X — Nanterre, 120 pp.
  7. Ferreira, J. M. Carvalho (1981) “Os políticos, os militares e a sociedade portuguesa”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 78, Ano VIII, VI Série, pp. 1 e 6.
  8. Ferreira, J. M. Carvalho (1981) “Abaixo o Comunismo e o Capitalismo: viva a Anarquia”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 79, Ano VIII, VI Série, p. 3.
  9. Ferreira, J. M. Carvalho (1981) “A institucionalização da hipocrisia e da miséria através da festa do Natal”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 79, Ano VIII, VI Série, pp. 1 e 6.
  10. Ferreira, J. M. Carvalho (1982) “A questão do salariato e a sua análise por Marx e Kropotkine”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 80, Ano VIII, VI Série, 4 pp.
  11. Ferreira, J. M. Carvalho (1982) “Os sindicatos, a sua atual função histórica enquanto empresas de gestão social”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 80, Ano VIII, VI Série, p. 2.

**12.** Ferreira, J. M. Carvalho (1982) “O aborto, a morte, a vida e a igreja em Portugal”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 82, Ano VIII, VI Série, pp. 1 e 3.

**13.** Ferreira, J. M. Carvalho (1982) “Marchar contra o desemprego, ou um ritual à procura da nova “Fátima Sindical”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 83, Ano VIII, VI Série, p. 2.

**14.** Ferreira, J. M. Carvalho (1982) “Para um povo cheio de miséria e ignorância um Papa”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 84, Ano VIII, VI Série, pp. 1 e 6.

**15.** Ferreira, J. M. Carvalho (1982) “A demagogia e as peripécias da revisão constitucional”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 86, Ano VIII, VI Série, pp. 3 e 4.

**16.** Ferreira, J. M. Carvalho (1982) “A economia doméstica e o papel da família na revolução portuguesa (1974–1975)”, in *A Ideia*, (Lisboa), n.º 24–25, abril de 1982, pp. 67–88.

**17.** Ferreira, J. M. Carvalho (1983) “A revolução social, o anarquismo e o indivíduo na história”, in *A Ideia*, (Lisboa), n.º 28–29, inverno-primavera, pp. 66–77.

**18.** Ferreira, J. M. Carvalho (1983) “O suicídio e a morte do esquerdismo em Portugal” in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 93, Ano VIII, VI Série, p. 3.

**19.** Ferreira, J. M. Carvalho (1983) “A hipocrisia do contrato social em Portugal” in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 98, Ano VIII, VI Série, p. 1.

**20.** Ferreira, J. M. Carvalho (1983) “A emigração, os lambedores de botas e os pés descalços” in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 99, Ano VIII, VI Série, p. 1.

**21.** Ferreira, J. M. Carvalho (1984) *La problematique de la transition vers le socialisme dans l’histoire: le cas du Portugal (du 25 Avril 1974 au 25 Novembre 1975)*, Paris, Université de Paris X — Nanterre, 537 pp.

**22.** Ferreira, J. M. Carvalho (1984), “Dix ans d’expériences socialistes au Portugal”, Encontro Anarquista Internacional em Veneza, *Online L’Archivio Digitale de Venezia*, Centro Studi Libertari-Archivio Giuseppe Pinelli, 26–29 setembro de 1984, pp. 6.

**23.** Ferreira, J. M. Carvalho (1985), “O enquadramento político e institucional das lutas operárias urbanas após o 25 de abril de 1974”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Coimbra), n.ºs 15/16/17, pp. 187–207.

**24.** Ferreira, J. M. Carvalho (1985) “Os limites históricos da filosofia e prática do anarco-sindicalismo”, in *A Ideia*, (Lisboa), n.º 36–37, pp. 17–31.

**25.** Ferreira, J. M. Carvalho (1985) “Morreu um Homem”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 109, Ano XI, VI Série, p. 3.

26. Ferreira, J. M. Carvalho (1985) “As eleições, o povo e os indivíduos”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 111, Ano XI, VI Série, p. 1.
27. Ferreira, J. M. Carvalho (1986), “DE BRITO, Carlos K., Marx: Um elogio crítico, Lisboa, Antígona, 1985”, in *A Ideia*, (Lisboa), n.º 40–41, pp. 115–116. (Recensão Crítica).
28. Ferreira, J. M. Carvalho (1986), “BAPTISTA, José. KOVÁCS, Ilona e ANTUNES, C. L., Uma Gestão Alternativa (para uma sociologia da participação nas organizações a partir de uma experiência portuguesa), Relógio d’Água, Lisboa, 1985», in *Estudos de Economia*, Lisboa, Vol. VI, n.º 4, pp. 577–578. (Recensão Crítica).
29. Ferreira, J. M. Carvalho (1986), “Mutações tecnológicas e as suas consequências nos comportamentos operário e sindical”, in *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, pp. 959–978.
30. Ferreira, J. M. Carvalho (1986) “Morreu José Juvenal, As eleições, o povo e os indivíduos”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 114, Ano XII, VI Série, pp. 5 e 7.
31. Ferreira, J. M. Carvalho e João Macedo (1987) “A saga dos velhos anarquistas”, in *Expresso*, (Lisboa), de 17 janeiro de 1987, pp. 19–22.
32. Ferreira, J. M. Carvalho (1987), “Mutações tecnológicas, identidade/não identidade psicossociais na organização social do trabalho”, in *III Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho*, Lisboa, APSIOT, 16 pp.
33. Ferreira, J. M. Carvalho (1987), “Questões sócio-institucionais”, Jornada sobre a água como factor de desenvolvimento em zonas de carência hídrica, Universidade Técnica de Lisboa, 1987, 4 pp.
34. Ferreira, J. M. Carvalho (1987), “O anarquismo ontem e hoje: mesa redonda”, in *A Ideia*, (Lisboa), n.º 46–47, pp. 5–33.
35. Ferreira, J. M. Carvalho (1987), “Atualidade da crítica de Paul Lafargue ao trabalho assalariado”, in *Estudos de Economia*, Lisboa, Vol. VIII, n.º 1, outubro-dezembro 1987, pp. 5–19.
36. Ferreira, J. M. Carvalho (1988), “As novas tecnologias, o trabalho e os desafios do sindicalismo”, in *Tecnologia e Liberdade*, Lisboa, Sementeira, pp. 70–93.
37. Ferreira, J. M. Carvalho (1988) “Os desafios do sindicalismo face às novas tecnologias”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 121, Ano XII, VI Série, pp. 5 e 7.



38. Ferreira, J. M. Carvalho (1988), “Mesa redonda maio de 68”, in *Risco*, (Lisboa), n.º 10, outono/inverno de 1988, pp. 105–111.
39. Ferreira, J. M. Carvalho (1988), “Crescimento económico, progressos económico e social”, in *Sociologia*, Vol. II, Lisboa, Associação de Estudantes do ISE, pp. 244–266.
40. Ferreira, J. M. Carvalho (1988), “Economia planificada: do czarismo à construção da sociedade socialista”, in *Sociologia*, Vol. II, Associação de Estudantes do ISE, pp. 306–321.
41. Ferreira, J. M. Carvalho (1988), *Psicossociologia das Organizações*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 50 pp.
42. Ferreira, J. M. Carvalho (1989), “A problemática da transição para o socialismo na história: o caso de Portugal (1974–1975)”, in *Estudos de Economia*, Lisboa, vol. IX, n.º 2, janeiro-março, pp. 186–189.
43. Ferreira, J. M. Carvalho (1989), “Comentários à intervenção do Dr. Madureira Pires”, in *A Gestão do Espaço: Experiências e Perspetivas*, Lisboa, CIRIUS — Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 59–61.
44. Ferreira, J. M. Carvalho (1989), “Comentários à intervenção do Dr. Nuno Vitorino”, in *A Gestão do Espaço: Experiências e Perspetivas*, CIRIUS — Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, pp. 66–68.
45. Ferreira, J. M. Carvalho, João Pais Monteiro e Rita Raposo (1989), *Estudo de Viabilidade para um Programa Operacional de Desenvolvimento Regional no Vale do Tejo (reflexões em torno da sua elaboração)*, CCRLVT, CESUR/CIRIUS, Universidade Técnica de Lisboa — GAPTEC, Lisboa, 72 pp.
46. Ferreira, J. M. Carvalho, João Pais Monteiro e Rita Raposo (1989), “Estrutura Sócio-Institucional”, in *Estudo de Viabilidade para um Programa Operacional Integrado no Vale do Tejo (1.ª fase — volume VI)*, CCRLVT, CIRIUS/CESUR, Universidade Técnica de Lisboa — GAPTEC, Lisboa, 92 pp.
47. Ferreira, J. M. Carvalho e Torcato Sepúlveda (1989), “70º Aniversário da CGT” in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 122–123, Ano XIII, VI Série, fevereiro 1989, pp. 6 e 7.

48. Ferreira, J. M. Carvalho, Torcato Sepúlveda e José Tavares (1989), “Margarida Barros — Tempo vivido (1)”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 122–123, Ano XIII, VI Série, fevereiro 1989, pp. 8 e 9.
49. Ferreira, J. M. Carvalho e Torcato Sepúlveda (1989), “Virgínia Dantas – Tempo vivido (2)”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 122–123, Ano XIII, VI Série, fevereiro 1989, pp. 8 e 9.
50. Ferreira, J. M. Carvalho e Torcato Sepúlveda (1989), “Elias Matias – Tempo vivido (3)”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 122–123, Ano XIII, VI Série, fevereiro 1989, p. 9.
51. Ferreira, J. M. Carvalho (1989), “Um Homem do Anonimato”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 122–123, Ano XIII, VI Série, fevereiro 1989, p. 10.
52. Ferreira, J. M. Carvalho, (1990), “A agonia do dogma marxista-leninista”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 127, Ano XIV, VI Série, janeiro/março, 1990, p. 11.
53. Francisco Trindade e Ferreira, J. M. Carvalho, (1990), “O Anarquismo da Associação da Faculdade de Direito de Lisboa”, in *A Batalha*, (Lisboa), n.º 127, Ano XIV, VI Série, janeiro/março, 1990, p. 12.
54. Ferreira, J. M. Carvalho e Rita Raposo (1990), “Os Aspetos Sócio-Institucionais”, in *Relatório Preliminar de um Programa Operacional Integrado no Vale do Tejo (2ª fase — volume I)*, Lisboa, CCRLVT, CIRIUS/CESUR, Universidade Técnica de Lisboa — GAPTEC, pp. 82–118.
55. Ferreira, J. M. Carvalho e Rita Raposo (1990), “Os Aspetos Sócio-Institucionais”, in *Relatório Preliminar de um Programa Operacional Integrado no Vale do Tejo (2ª fase-volume II)*, Lisboa, CCRLVT, CIRIUS/CESUR, Universidade Técnica de Lisboa — GAPTEC, abril de 1991, pp. 19–39.
56. Ferreira, J. M. Carvalho (1991), “Incidências sócio-culturais da emigração portuguesa, em França, após a década de 1960”, in *População e Sociedade (P&S) no Mundo de Expressão Portuguesa*, (Recife), vol. 1 — janeiro a dezembro 1991, pp. 23–43.
57. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Potencialidades da Sociologia no plano de desenvolvimento estratégico do ISEG”, in *1.ª Jornadas Científico-Pedagógicas do ISEG*, Lisboa, ISEG, 1992, 11 pp.
58. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “O processo histórico da greve e as relações de poder na empresa”, in *II Fórum de Direito Social e do Trabalho*, Lisboa, Ordem dos Advogados, 1992, 19 pp.

59. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Retrospectiva e avaliação do projeto JADE”, in *O Programa JADE*, Lisboa, CCRLVT, 10 pp.

60. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Revolução tecnológica e perspectivas de mudança organizacional do trabalho em Portugal”, in *I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 15 pp.

61. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Estruturas formais e informais, decisão e negociação nas organizações”, in *Organização e Controlo*, (Manual de Apoio ao Curso de Pós-Graduação em Estratégia de Exportação), Lisboa, CEDIN (Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Vol. 1, pp. 1–49.

62. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Organizações e ambiente externo”, in *Organização e Controlo*, (Manual de Apoio ao Curso de Pós-Graduação em Estratégia de Exportação), Lisboa, CEDIN (Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Vol. 1, pp. 51–84.

63. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Ecologia social e desenvolvimento”, in *II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, USP, São Paulo, 21 pp.

64. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Autogestão e perspectiva libertária”, in *Encontro do Pensamento Libertário Internacional — Os outros 500*, PUC-SP, São Paulo, 1992, pp. 20.

65. Ferreira, J. M. Carvalho, Rita Raposo e Rafael Marques (1992), *Roteiro do vídeo para o curso de Estratégia de Exportação*, CEDIN, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

66. Ferreira, J. M. Carvalho e João Peixoto (1992), “Rural sociology and rural development in Portugal — history, recent trends and prospects”, in *Irish Journal of Sociology*, Vol. 2, 1992, pp. 122–141.

67. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Necessidades sociais, marginalidade social e movimentos sociais no contexto urbano”, in *Lição Síntese para as provas de Agregação no grupo IV, subgrupo B — Sociologia*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

68. Ferreira, J. M. Carvalho (1992), “Sociologia rural e urbana”, in *Relatório para as provas de Agregação no grupo IV, subgrupo B — Sociologia*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

69. Ferreira, J. M. Carvalho, Paul Singer, Clarilton Ribas, Ricardo Antunes, Jorge Lorenzetti e João Carlos Nogueira (1993), *A crise do sindicalismo*,

Florianópolis, Ed. do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, 25 pp.

70. Ferreira, J. M. Carvalho (1993), “Marginalidade social e movimentos sociais nos contextos urbanos”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa, Fragmentos, pp. 982–997.

71. Ferreira, J. M. Carvalho (1993), “Novas tecnologias e tendências de mudança organizacional do trabalho em Portugal, in *Organizações e Trabalho*, Lisboa, n.º 5/6, pp. 155–171.

72. Ferreira, J. M. Carvalho (1994), “Desenvolvimento local e construção de identidades sociais”, in *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*, Lisboa, Fragmentos, pp. 495–516.

73. Ferreira, J. M. Carvalho, Ilona Kovács e Maria João Santos (1994), “Mudança tecnológica e organizacional — análise de tendências na indústria”, in *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG-UTL, n.º 2, 54 pp.

74. Ferreira, J. M. Carvalho (1995), “O ISEG e a interdisciplinaridade nas ciências sociais na perspetiva do Prof. Francisco Pereira de Moura, in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG-UTL, pp. 215–229.

75. Ferreira, J. M. Carvalho (1995), “Ecologia social e desenvolvimento”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 1, abril de 1995, pp. 17–35.

76. Ferreira, J. M. Carvalho (1995), “Da pedagogia autoritária a uma pedagogia libertária”, in *Letralivre*, Rio de Janeiro, n.º 6, junho de 1995, pp. 1–4.

77. Ferreira, J. M. Carvalho, João Peixoto, Anabela Soriano Carvalho, Rita Raposo, João Carlos Graça e Rafael Marques (1995), *Sociologia*, Lisboa, McGraw-Hill, 514 pp.

78. Ferreira, J. M. Carvalho (1995), “Modernidade da Crise Urbana”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 2, outono/inverno de 1995, pp. 23–39.

79. Ferreira, J. M. Carvalho (1995), “Necessidades sociais, marginalidade social e movimentos sociais no contexto urbano — I”, in *Atalaia*, Lisboa, n.º 1/2, 1995, pp. 99–114.

80. Ferreira, J. M. Carvalho, António Caetano e José Neves e Paulo Abreu (1996), *Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, McGraw-Hill, 1996, 379 pp.

81. Ferreira, J. M. Carvalho, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (1996) (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta, 270 pp.

- 82.** Ferreira, J. M. Carvalho (1996), Entrevista in Laurent Patry e Mimmo Puciarelli, in *L'Anarchisme en Personnes*, Lyon, Atelier de Création Libertaire, pp. 333–360.
- 83.** Ferreira, J. M. Carvalho (1996), “Espanha em 1936–1939 — Guerra Civil ou Revolução Social?”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 4, outono/inverno de 1996, pp. 29–36.
- 84.** Ferreira, J. M. Carvalho (1996), “José de Brito e a Anarquia” in *Utopia*, Lisboa, n.º 4, outono/inverno de 1996, pp. 69–71.
- 85.** Ferreira, J. M. Carvalho (1996), “Pedagogia libertária versus pedagogia autoritária”, in *Educação Libertária — Textos de um Seminário*, Rio de Janeiro/Florianópolis, Achiamé/Movimento, pp. 109–133.
- 86.** Ferreira, J. M. Carvalho (1997), “Entrevista à Casa Ocupada em Lisboa” in *Utopia*, Lisboa, n.º 5, primavera-verão de 1997, pp. 16–21.
- 87.** Ferreira, J. M. Carvalho (1997), “Entrevista — Edgar Rodrigues e o movimento anarquista do Brasil”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 5, primavera-verão de 1997, pp- 85–95.
- 88.** Ferreira, J. M. Carvalho (1997), “Crise ou Revitalização do Pensamento Anarquista”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 6, outono/inverno de 1997, pp. 45–54.
- 89.** Ferreira, J. M. Carvalho (1997), “Entrevista a Luce Fabri” (parte I), in *Utopia*, Lisboa, n.º 6, outono/inverno de 1997, pp. 78–83.
- 90.** Ferreira, J. M. Carvalho (1997), “Encontro com Luce Fabri” (parte II), in *Utopia*, Lisboa, n.º 7, outono/inverno de 1997, pp. 90–83.
- 91.** Ferreira, J. M. Carvalho (1997), “Necessidades Sociais, marginalidade social e movimentos sociais no contexto urbano – II”, in *Atalaia*, Lisboa, n.º 3, pp. 153–164.
- 92.** Ferreira, J. M. Carvalho, (1997), “Contingências da racionalidade instrumental do capitalismo na educação e formação dos “recursos humanos”, in *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, p. 7
- 93.** Ferreira, J. M. Carvalho (1997), produção de um vídeo com base numa palestra subordinada ao tema “Anarquismo e Atualidade” Esta palestra também teve intervenções de Edgar Rodrigues e Manuel Vieira”, organização do Centro de Cultura Libertária e o grupo Soma de Belo Horizonte. Belo Horizonte, em 1997. A recuperação e organização técnica deste vídeo esteve a cargo Fábio André.

94. Ferreira, J. M. Carvalho, (1997), “Comentário ao texto de José Madureira Pinto”, in *Colóquio “A Política das Cidades”*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1997, pp. 407–422.
95. Ferreira, J. M. Carvalho (1997), “Potencialidades de uma educação libertária”, in *Perspetivas*, Florianópolis, Ano 15, n.º 27, janeiro-junho 1997, pp. 9–15.
96. Ferreira, J. M. Carvalho (1997), *Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo” — História de um Equívoco*, Blumenau, Editora da FURB, 376 pp.
97. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “Entrevista — Comunidad du Sur — As cidades não são boas para a vida humana”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 7, primavera-verão de 1998, pp. 54–60.
98. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “Novas Tecnologias e Organização do Trabalho”, in *I Congresso Português de Sociologia Económica*, Lisboa, 1998, p. 19.
99. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “Entrevista — Jaime Cubero e o movimento anarquista no Brasil”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 8, outono-inverno de 1998, pp. 60–71.
100. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “Action Colective, Révolution Sociale et l’Imaginaire Anarchiste”, in *Colloque International sur L’Imaginaire des Incendiaires*, Université de Grenoble, p. 16.
101. Ferreira, J. M. Carvalho e Carlos António Nuno (1998), Pós-fácio do livro: BOOKCHIN, Murray (1998), *Textos Dispersos*, Lisboa, SOCIUS/ISEG, pp. 138–148.
102. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “A religião como “tábua de salvação” do capitalismo”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 8, outono-inverno de 1998, pp. 39–45.
103. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “Pedagogia e Universidade no Limiar do Século XXI”, in *Primeiras Jornadas Pedagógicas do ISEG*, ISEG-UTL, Lisboa, pp. 22–33.
104. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “Crise na Universidade: Problemas e Tendências na Formação e Educação dos «Recursos Humanos»”, in *Primeiras Jornadas Pedagógicas do ISEG*, ISEG-UTL, Lisboa, 1998, pp. 183–197.
105. Ferreira, J. M. Carvalho (1998), “Anarquismo e revolução social”, in *Libertárias*, São Paulo, n.º 4, dezembro de 1998, pp. 77–85.

- 106.** Ferreira, J. M. Carvalho e Torcato Sepúlveda (1999), “Entrevista a Acácio Tomás de Aquino”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 9, primavera-verão de 1999, pp. 34–41.
- 107.** Ferreira, J. M. Carvalho (1999), “Trabalho e o sindicalismo no limiar do século XXI”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 9, primavera-verão de 1999, pp. 51–65.
- 108.** Ferreira, J. M. Carvalho (1999), “Entrevista a Roberto Freire, in *Utopia*, Lisboa, n.º 10, outono-inverno de 1999, pp. 67–78.
- 109.** Ferreira, J. M. Carvalho (1999), “Globalização, trabalho e movimentos sociais”, in *Simpósio Brasil: 500 anos de encontros e desencontros*, FURB/UFSC, Blumenau/Florianópolis, 20 a 22 de outubro de 1999, 18 pp.
- 110.** Ferreira, J. M. Carvalho (1999) “Trabalho e sindicalismo no limiar do século XXI”, in *Workshop “Globalização: trabalho, cidadania e multiculturalismo*, Lisboa, SOCIUS/ISEG/UFSC, 10 de novembro 1999, 14 pp.
- 111.** Ferreira, J. M. Carvalho (2000), “Le rôle du coopérativisme dans le développement de l’Economie Sociale au Portugal” in *Colloque Internationale Michel-Marie Derion — “l’utopie de l’économie sociale”*, Lyon, 18 pp.
- 112.** Ferreira, J. M. Carvalho (2000), “Novas Tecnologias e Organização do Trabalho”, in *Organização & Sociedade*, n.º 19, Salvador, 2000, pp. 91–108.
- 113.** Ferreira, J. M. Carvalho (2000) “Novas Tecnologias e Organização do Trabalho”, in *Episteme*, n.º 5/6, outono/inverno 2000, Lisboa, UTL, pp. 119–142.
- 114.** Ferreira, J. M. Carvalho (2000), “Portugal: l’histoire contre le mouvement coopératif”, in *Economie & Humanisme*, n.º 354, 2000, pp. 38–38.
- 115.** Ferreira, J. M. Carvalho (2000), “Globalização, trabalho e movimentos sociais” in *Fronteiras*, n.º 8, 2000, pp. 55–81.
- 116.** Ferreira, J. M. Carvalho (2000) Entrevista: “Jacinto Cimazo e o anarquismo na Argentina”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 11/12, outono-inverno de 2000/2001, pp. 54–46.
- 117.** Ferreira, J. M. Carvalho (2000), “Perspetivas do movimento anarquista para o século XXI”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 11/12, outono-inverno 2000/2001, pp. 94–102.
- 118.** Ferreira, J. M. Carvalho, José Neves e António Caetano (2001), in *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Alfragide, McGraw-Hill, 658 pp.
- 119.** Ferreira, J. M. Carvalho (2001), “Perspetivas do movimento anarquista para o século XXI, in *Utopia*, n.º 11/12, Lisboa, outono/inverno de 2000/2001, pp. 94–102.

**120.** Ferreira, J. M. Carvalho (2001), “Até sempre companheiro David Bernarda” in *Utopia*, Lisboa, n.º 11/12, Lisboa, outono/inverno de 2000/2001, p. 129.

**121.** Ferreira, J. M. Carvalho (2001), “Equívocos dos movimentos sociais anti-globalização”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 13, outono-inverno de 2002, pp. 13–20.

**122.** Ferreira, J. M. Carvalho (2001), “Contradictions et limites de l’anarchisme aujourd’hui”, in *L’anarchisme a-t-il un avenir? Histoires de femmes, d’hommes et de leurs imaginaires*, Lyon, Atelier de Création Libertaire, pp. 323–344.

**123.** Ferreira, J. M. Carvalho (2001), “Novas Tecnologias e Organização do Trabalho”, in *Globalizações — novos rumos no mundo do trabalho*, Florianópolis, Editora da UFSC, pp. 67–101.

**124.** Ferreira, J. M. Carvalho (2001) “Trabalho, precariedade do emprego e emergência histórica do terceiro sector”, in *O Modelo Latino de Protecção Social: reflexões sobre o Estado-Providência em Portugal, Espanha e Brasil*, SOCIUS/CISEP/CEDIN, Lisboa, 11 pp.

**125.** Ilse Scherer-Warren e J. M. Carvalho Ferreira (2002) (orgs.), in *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização. Um diálogo Brasil/Portugal*, São Paulo, Cortez Editora, 263 pp.

**126.** Ferreira, J. M. Carvalho e Ilse Scherer-Warren (2002), (orgs.), in *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização. Um Diálogo Brasil/Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 244 pp.

**127.** Ferreira, J. M. Carvalho (2002), “Trabalho e sindicalismo no contexto da globalização”, in *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização. Um Diálogo Brasil/Portugal*, São Paulo/Oeiras, Celta Editora/Cortez Editora, pp. 201–230.

**128.** Ferreira, J. M. Carvalho (2002), “Equívocos dos movimentos sociais anti-globalização”, in *Verve*, São Paulo, n.º 1, 2002, pp. 75–89.

**129.** Ferreira, J. M. Carvalho (2002), “A política tal como ela é”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 14, 2002, pp. 7–15.

**130.** Ferreira, J. M. Carvalho (2002), “Edgar Rodrigues – Exposições e Debates”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 14, 2002, p. 75.

**131.** Ferreira, J. M. Carvalho (2002), “O papel do cooperativismo no desenvolvimento da Economia Social em Portugal”, in *Verve*, n.º 2, 2002, pp. 88–122.



**132.** Ferreira, J. M. Carvalho (2002), “Novas tecnologias, emprego, educação e formação de «recursos humanos»”, in *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, pp. 153–170.

**133.** Ferreira, J. M. Carvalho e Mário Rui Pinto (2002), “Portugallo 2002: come sono appassiti quei garofani”, in *Libertaria*, ano 4, n.º 3, 2002, Milano, pp. 14–18.

**134.** Ferreira, J. M. Carvalho, (2003), “O mundo do terror e da insegurança”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 15, 2003, pp. 25–35.

**135.** Ferreira, J. M. Carvalho (2003), “O mundo do terror e da insegurança”, in *Verve*, n.º 3, 2003, São Paulo, pp. 278–294.

**136** Ferreira, J. M. Carvalho (2003), “Rui Vaz de Carvalho”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 16, 2003, pp. 6–9.

**137.** Ferreira, J. M. Carvalho (2003), “Economia libertária e suas perspectivas”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 16, 2003, pp. 35–51

**138.** Ferreira, J. M. Carvalho (2003), “Movimentos sociais e marginalidade social nos contextos urbanos”, in *Conferência Internacional sobre Ecologia Social e suas Perspetivas Políticas – O Municipalismo Libertário*, SOCIUS/ISEG, Lisboa, CD-Rom, 18 pp.

**139.** Ferreira, J. M. Carvalho (2003), “Metti un pizzico d’anarchia nel no global”, in *Libertaria*, ano 5, n.º 2, 2003, Milano, pp. 21–28.

**140.** Ferreira, J. M. Carvalho (2003), “Trabalho, precariedade do emprego e a emergência histórica do Terceiro Sector”, in *A Ideia*, n.º 58, 2003, pp. 38–53.

**141.** Ferreira, J. M. Carvalho e Mário Rui Pinto (2004), “Trinta anos depois — Que futuro para o anarquismo? “, in *Utopia*, Lisboa, n.º 17, 2004, pp. 11–21.

**142.** Ferreira, J. M. Carvalho (2004), “Abílio Gonçalves”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 17, 2004, pp. 87–88.

**143.** Ferreira, J. M. Carvalho (2004), “A deriva do Estado autoritário em Portugal”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 18, 2004, pp. 53–57.

**144.** Ferreira, J. M. Carvalho, “Posfácio” in Santos, Reginaldo Souza (org.) (2004), *A Administração Política como Campo do Conhecimento*, São Paulo/Salvador, Edições Mandatara, pp. 177–183.

**145.** Ferreira, J. M. Carvalho (2004), “Economia libertária e suas perspectivas”, in *Verve*, n.º 5, 2004, São Paulo, pp. 111–141.

**146.** Ferreira, J. M. Carvalho (2004), “Globalização, novas tecnologias e comunicação nas organizações”, in *Actas do II Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*, Paredes de Coura, Ed. AGIR, CD-Rom, 21 pp.

**147.** Ferreira, J. M. Carvalho (2005), “O paradigma daqueles que morrem a trabalhar e a agonia daqueles que procuram trabalho”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 19, 2005, pp. 45–61.

**148.** Ferreira, J. M. Carvalho (2005), “Prefácio” in DIAS, Ivo Antunes (2005), *Competitividade, Emprego e Trabalho*, Autonomia 27, Lisboa, pp. 13–15.

**149.** Ferreira, J. M. Carvalho (2005), “Eduardo Pereira: um homem que lutou pela emancipação social”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 20, 2005, pp. 96–97.

**150.** Ferreira, J. M. Carvalho, “Anarquia, anarquismos e tolerância” (2005), in Edson Passetti e Salete Oliveira (orgs.) (2005), *A Tolerância, O Intempestivo*, São Paulo, Ateliê Editorial, pp. 96–97.

**151.** Ferreira, J. M. Carvalho (2005), “Terceiro setor e limiaries da autogestão”, in *Verve*, n.º 8, 2005, São Paulo, pp. 84–120.

**152.** Ferreira, J. M. Carvalho (2005), “António Simões Lopes e a sua perspetiva sobre a pedagogia e a interdisciplinaridade nas ciências sociais e humanas”, in ISEG-UTL, *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*, Lisboa, Fundação Montepio Geral, pp. 561–568.

**153.** Ferreira, J. M. Carvalho (2005), “Potencialidades de desenvolvimento do terceiro sector nas sociedades contemporâneas”, in Piccinini, Holzmann, Kovács, Guimarães (2006), *O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea — persistências e inovações*, Porto Alegre, UFRGS Editora, pp. 325–353.

**154.** Ferreira, J. M. Carvalho (2006), “Élisée Reclus: vida e obra de um apaixonado da natureza e da anarquia”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 21, 2006, pp. 33–46.

**155.** Ferreira, J. M. Carvalho e Mónica Fraga (2006), “Ciclo de Cinema sobre José Maria Nunes”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 21, 2006, pp. 85–87.

**156.** Ferreira, J. M. Carvalho (2006), “Organização do trabalho e terceiro sector: hipóteses para a construção do objeto científico da sociologia económica”, in *Episteme*, n.º 15–16–17, 2005–2006, pp. 167–190.

**157.** Ferreira, J. M. Carvalho (2006), “Anarquia, Anarquismos e Tolerância”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 22, julho-dezembro de 2006, pp. 9–28.

**158.** Ferreira, J. M. Carvalho (2006), “Novas tecnologias, emprego, educação e formação de recursos humanos”, in Neto e Di Liberal (orgs.) (2006), *Educar para o Trabalho – estudo sobre os novos paradigmas*, São Paulo, Arauco, pp. 17–40.

**159.** Ferreira, J. M. Carvalho (2006), “Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias”, in Kovács, Ilona, Sara Falcão Casaca, José Maria Carvalho Ferreira, Maria Teresa de Sousa, *SOCIUS Working Papers*, n.º 8/2006, ISEG-UTL, 78 pp.

**160.** Ferreira, J. M. Carvalho (2006), “Atualidade da Construção do Objeto Científico da Sociologia Económica”, in *RAE eletrónica*, Fórum — Sociologia Económica, v. 6, n.º 1, Art. 8, jan./jul., 2007, p. 22.

**161.** Ferreira, J. M. Carvalho (2007), “Novas tecnologias, tempo e organização do trabalho”, in Araújo, Emília e Duarte, Ana Maria (org.) (2007), *Quando o tempo desaparece: tempo e simultaneidade*, Porto, Edições Ecopy/BOOKS. GOOGLE, pp. 111–146.

**162.** Ferreira, J. M. Carvalho (2007), “As estruturas sociais da economia na perspectiva de Pierre Bourdieu” (Recensão Crítica), in *Portuguese Journal of Management Studies*, Volume XII, n.º 1, 2007, pp. 65–66.

**163.** Ferreira, J. M. Carvalho (2007), “A pedagogia libertária face à crise do modelo educacional capitalista”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 23, janeiro-junho de 2007, pp. 75–79.

**164.** Ferreira, J. M. Carvalho, “O controlo como conceito ou como palavra na perspetiva de um ser biológico e social”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 24, julho — dezembro 2007, pp. 13–20.

**165.** Ferreira, J. M. Carvalho (2007), “Como pode a gestão dos recursos humanos dinamizar a inovação nas organizações” (em colaboração com Margarida Piteira e Jorge Gomes), in *Recursos Humanos*, ano 8, n.º 51, julho/agosto de 2007, pp. 50–53.

**166.** Ferreira, J. M. Carvalho (2007), “Globalização, Novas Tecnologias e Comunicação nas Organizações”, in Keinert, Tania Margarete Mozzomo (org.) (2007), *Organizações sustentáveis: utopias e inovações*, São Paulo, Annablume Editora, pp. 65–85.

**167.** Ferreira, J. M. Carvalho (2007), “Ecologia Social e Desenvolvimento”, in Preve, Ana Maria e Corrêa, Guilherme (org.) (2007), *Ambientes da Ecologia: perspectivas em política e educação*, Santa Maria, Editora UFSC, pp. 31–68.

**168.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “O Desporto como Miséria e Espetáculo na era da Globalização”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 25, junho-dezembro de 2008, pp. 35–42.

**169.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “António Manuel Anica: um grande Homem e um grande Libertário”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 25, junho-dezembro de 2008, pp. 75–79.

**170.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “O desenvolvimento sustentável no contexto da globalização e das novas tecnologias”, in *Marés*, n.º 51, 4.ª série, janeiro de 2008, pp. 15.

**171.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “Globalização, marginalidade social e violência juvenil nos contextos urbanos”, in Saeta, Beatriz, Neto, João Clemente e Nascimento, Maria Leticia (org.) (2008), *Infância: violência, instituições e políticas públicas*, Expressão & Arte Editora, São Paulo, pp. 17–42.

**172.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “Da impossibilidade de superar a atual crise do capitalismo”, in *Utopia*, n.º 26, Lisboa, junho-dezembro de 2008, pp. 7–16.

**173.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “Roberto Freire — uma história de amor e anarquia”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 26, junho-dezembro de 2008, pp. 7–16.

**174.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “TIC e Organização do Trabalho”, in Ferreira, J. M. Carvalho Ferreira (org.) (2008), *TIC, Organização do Trabalho, Competências e Empregabilidade*, CD-ROM, Lisboa, SOCIUS/ISEG-UTL, p. 18.

**175.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “Educação – Formação e Emprego/Desemprego”, in Rufino, Isabel (org.) (2008), *Qualidade à Criança e ao Jovem: a Redução dos Riscos*, Benedita, Ed. Barafunda, pp. 151–154.

**176.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “O esporte como miséria e espectáculo na era da globalização”, in *Verve*, n.º 14, 2008, PUC-SP, São Paulo, pp. 133–144.

**177.** Ferreira, J. M. Carvalho (2008), “Dilemas da organização do trabalho face à globalização e às novas tecnologias de informação e comunicação”, in *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, v. 9, N. 7, nov./dez. 2008, pp. 112–135.

**178.** Verdasca, Ana T., Ferreira, J.M. Carvalho, Pereira, A. Garcia (2009), “Portuguese validation of the negative acts questionnaire revised (NAQ-R): A study of the Portuguese banking sector”, in E. Morin, N. Ramalho, J. Neves

& A. Savoie (Eds) (2009), *New research trends in effectiveness, health, and work: A Criteos scientific and professional account*, Montreal, Criteos/HEC-Montreal, pp. 369–386.

**179.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “Dilemmas of the work organisation in the face of globalisation and information and communication technologies”, in E. Morin, N. Ramalho, J. Neves & A. Savoie (Eds) (2009), *New research trends in effectiveness, health, and work: A Criteos scientific and professional account*, Montreal, Criteos/HEC-Montreal, pp. 390–412.

**180.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “Do Homo Rurális ao Homo Urbanus”, in *Utopia*, n.º 27–28, Lisboa, janeiro-junho de 2009, pp. 11–16.

**181.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “Edgar Rodrigues – o Homem e a Obra”, in *Utopia*, n.º 27–28, Lisboa, janeiro-junho de 2009, pp. 101–102.

**182** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “Atualidade da Aprendizagem Humana nas Organizações”, in João Clemente de Souza Neto e Márcia Siqueira de Andrade (orgs.) (2009), *Múltiplas visões sobre aprendizagem e convivência humana*, São Paulo, Expressão & Arte Editora, pp. 147–159.

**183.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “Associativismo, terceiro sector e desenvolvimento local sustentável”, in *Textos do 5.º Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social*, Santarém, Ed. INSCOOP, 2009, 21 pp.

**184.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “Anarquia e anarquismos no contexto da globalização”, in *Textos do 53.º Congresso Internacional de Americanistas*, Cidade do México, Ed. Universidad Iberoamericana, 2009, 14 pp.

**185.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “A economia doméstica e o papel da família na revolução portuguesa”, in *Revista Brasileira de Economia Doméstica — Oikos*, Volume 20, n.º 1, Viçosa, 2009, pp. 30–56. (Texto originalmente publicado na revista *A Ideia*, (Lisboa), n.º 24–25, abril de 1982, pp. 67–68).

**186.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “A adaptação do processo de Bolonha em Portugal”, in *Ponto-e-Vírgula*, Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, n.º 5, São Paulo, 2009, pp. 84–116.

**187.** Ferreira, J. M. Carvalho (2009), “TIC e o processo de tomada de decisão nas organizações”, in Silva, J. Ramos e Barbosa, Allan C. (Eds.), *Estado, Empresas e Sociedade — Um Mosaico Luso-Brasileiro*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 181–202.

**188.** Ferreira, J. M. Carvalho (2010), “TIC, Aprendizagens e Competências no Ensino Superior”, in António Romão, Joaquim Ramos Silva e Manuel

Ennes Ferreira (orgs.), *Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres*, Coimbra, Almedina, pp. 461–478.

**189.** Ana Lucia Guedes, Paulo Emílio Martins, José Maria Carvalho Ferreira, Joaquim Ramos Silva (Eds.) (2010), *Cadernos EBAPE-BR*, v. 8, n.º 4, Rio de Janeiro, dezembro de 2010.

**190.** Ferreira, J. M. Carvalho (2010), “Associativismo, Terceiro Setor e Desenvolvimento Local Sustentável”, in Ana Célia Gomes, Maria Cristina Maneschy, Sônia Barbosa Magalhães e José Maria Carvalho Ferreira (orgs.) (2010), **Organização Social do Trabalho e Associativismo no Contexto da Mundialização**, Belém, NUMA/UFPA, pp. 67–98.

**191.** Ferreira, J. M. Carvalho (2011), “A adaptação do processo de Bolonha em Portugal”, in Cleomar Azevedo e João Clemente Souza Neto (orgs.) (2011), *A dinâmica da formação do professor e do educador social*, São Paulo, Expressão & Arte – Editora, pp. 21–51.

**192.** Ferreira, J. M. Carvalho (2011), “O trabalho reestruturado: mudanças nos rituais bancários”, in António Óscar Santos Góes, Maria Josefina Fontes, J. M. Carvalho Ferreira (2011), *Ricot Journal*, n.º 1, Porto, IS-FLUP, pp. 45–67.

**193.** Ferreira, J. M. Carvalho (2011), “Dimensionamento do sistema de transferência de conhecimento científico e tecnológico do SOCIUS/ISEG, da Universidade Técnica de Lisboa”, in Andressa Sasaki Vasques Pacheco, Maurício Rissi, José Maria Carvalho Ferreira e Marina Keiko Nakayama (2011), *Revista GUAL*, Florianópolis, vol. 4, n.º 3, pp. 103–125.

**194.** Ferreira, J. M. Carvalho (2011), “O terceiro sector em face da crise das sociedades contemporâneas”, in Maria Cristina Maneschy, Ana Calapez Gomes e Ida Lenir Gonçalves (orgs.) (2011), *Nos dois lados do Atlântico: trabalhadores, organizações e sociabilidades*, Belém, Editora Paka-Tatu, pp. 55–79.

**195.** Ferreira, J. M. Carvalho, Neves, José, Caetano, António (2011), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, 722 pp.

**196.** Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2012), *Sociedade de Confiança — A Construção Social da Confiança em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, 470 pp.

**197.** Ferreira, J. M. Carvalho, Rafael Marques, João Carlos Graça, João Carlos Ferreira Lopes, Bruno Gonçalves (2012), “A confiança no sistema político português”, in *Sociedade de Confiança — A Construção Social da Confiança em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 83–205.

**198.** Ferreira, J. M. Carvalho, Rafael Marques, João Carlos Graça, João Carlos Ferreira Lopes, Bruno Gonçalves (2012), “A construção social do valor”, in *Sociedade de Confiança — A Construção Social da Confiança em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 207–269.

**199.** Ferreira, J. M. Carvalho (2012), “José Maria Nunes e o Cinema de Arte e Ensaio”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 29–30, janeiro-dezembro de 2012, pp. 73–78.

**200.** Ferreira, J. M. Carvalho (2012), Entrevista “José Maria Nunes e o Cinema de Arte e Ensaio”, in *Utopia*, Lisboa, n.º 29–30, janeiro-dezembro de 2012, pp. 73–78.

**201.** Ferreira, J. M. Carvalho (2012), Prefácio in José Ernesto de Favéri, Marilei Kroetz e Fábio Alexandre (orgs.) (2012), *O Alto Vale do Itajaí e a Ideologia do Desenvolvimento Regional: Conceções e Análises*, Blumenau, Nova Letra.

**202.** Ferreira, J. M. Carvalho (2012), “Contingencies of the ICTs in the Tertiary Sector” (2012), in J. M. Carvalho Ferreira, Ana Gomes, José João Sampaio e Silvia Alexandre (orgs.) (2012) *Sustain.Ability goes Sustain.Active*, Lisboa, CD-ROM, SOCIUS/ISEG-UTL.

**203.** Ferreira, J. M. Carvalho (2012), Prefácio in Igor Vinicius Lima Valentim (2012), *Economia Solidária em Portugal: inspirações cartográficas*, Alameda, Mó de Vida Editora.

**204.** Ferreira, J. M. Carvalho (2012), “Contingências das TIC’s em relação à formação e à educação”, in Cleomar Azevedo e João Clemente de Souza Neto (2012), *Complexidade da formação do professor-pedagogo e dos seus campos de atuação*, São Paulo, Expressão & Arte Editora, pp. 13–24.

**205.** Ferreira, J. M. Carvalho (2012), “Da impossibilidade de superar a atual crise do capitalismo”, in *Verve*, n.º 21, PUC-SP, São Paulo, pp. 101–131.

**206.** José Maria Carvalho Ferreira, João Peixoto, Anabela Soriano Carvalho, Rita Raposo, João Carlos Graça e Rafael Marques (2013), *Sociologia*, Lisboa, Escolar Editora, 675 pp.

**207.** Ferreira, J. M. Carvalho, “As Tecnologias de Informação e Comunicação no controle do comportamento humano” (2013), in *Ecopolítica*, n.º 5: 4–63, São Paulo, pp. 54–80.

**208.** Ferreira, J. M. Carvalho (2013), Prefácio in Nunes, Manuel Ribeiro (2013), *Decisão, Estratégia e Poderes nas Organizações*, Lisboa, Universidade Lusófona, pp. 11–15.

**209.** Ferreira, J. M. Carvalho (2013), “Roberto das Neves: um cidadão do Mundo” (2013), in *Verve*, n.º 24, PUC-SP, São Paulo, pp. 88–114.

**210.** Ferreira, J. M. Carvalho (2013), “Em memória de Mário Botas” (2013), in *A Ideia*, vol. 16, n.º 71–72, pp. 108–109.

**211.** Ronconi, Luciana & Ferreira, J.M. Carvalho (2013), “A Gestão Pública da Economia Social em Portugal”, in M. J. Santos, F. M. Seabra, F. Jorge, A. Costa (orgs.) (2014), *Responsabilidade Social*, Coimbra, Almedina, pp. 235–249.

**212.** Ferreira, J. M. Carvalho (2014), “Edgar Rodrigues: um anarquista entre duas pátrias (parte 1)”, in *Verve*, n.º 25, PUC-SP, pp. 13–29.

**213.** Ferreira, J. M. Carvalho (2014), “Edgar Rodrigues: um anarquista entre duas pátrias (parte 2)”, in *Verve*, n.º 26, PUC-SP, pp. 49–81.

**214.** Ferreira, J. M. Carvalho (2015), “Roberto das Neves: 1907–1981”, in *A Ideia*, n.º 75/76, Lisboa, pp. 210–217.

**215.** Ferreira, J. M. Carvalho (2015) – produção de 2 vídeos sobre *José Maria Carvalho Ferreira conversando com Edson Passetti*, (parte I – parte 2), NuSol/TV PUC, São Paulo, 16 de dezembro de 2015.

**216.** Ferreira, J. M. Carvalho (2016), *A Crise no Mundo do Trabalho*, Lisboa, Clássica Editora, 600 pp.

**217.** Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2016), *Perspetivas de Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa, Clássica Editora, 229 pp.

**218.** Ferreira, J. M. Carvalho (2016), “As contingências das TIC nas competências e qualificações do fator de produção trabalho”, in Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2016), *Perspetivas de Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 205–229.

**219.** Ferreira, J. M. Carvalho (2016), Prefácio in José Ernesto de Favéri (org.) (2016), *Reflexões sobre Filosofia, Educação e Pedagogia: o múltiplo olhar contemporâneo*, Blumenau, Ed. Nova Letra, pp. 9–15.

**220.** Ferreira, J. M. Carvalho (2016), “As Tecnologias de Comunicação e Informação: globalização e a crise dos paradigmas científicos”, in José Ernesto de Favéri (org.) (2016), *Reflexões sobre Filosofia, Educação e Pedagogia: o múltiplo olhar contemporâneo*, Blumenau, Ed. Nova Letra, pp. 61–77.

**221.** Ferreira, J. M. Carvalho (2016), “Globalização, TIC e Trabalho Virtual”, in *Ecopolítica*, n.º 14, janeiro-abril, 2016, PUC-SP, São Paulo, pp. 2–27.



222. Mendes, J. M., Caetano, A., Ferreira, J. M. C. (orgs.) (2016), *Sucesso e abandono no ensino superior em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina, 284.pp.

223. Ferreira, J. M. Carvalho, Marta Varanda, Sofia Bento, Joana Zózimo, Bruno Gonçalves (2016), “Fatores maro-organizacionais de sucesso no ensino superior”, in Mendes, J. M., Caetano, A., Ferreira, J. M. C. (orgs.) (2016), *Sucesso e abandono no ensino superior em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 47–81.

224. Ferreira, J. M. Carvalho, Marta Varanda, Sofia Bento, Joana Zózimo, Bruno Gonçalves (2016), “Análise dos Fatores sócio-organizacionais e sucesso académico”, in Mendes, J. M., Caetano, A., Ferreira, J. M. C. (orgs.) (2016), *Sucesso e abandono no ensino superior em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 143–194.

225. Faller, Lisiane Pellini, Estivalente, Vania de Fátima Barros, Ferreira, José Maria Carvalho, Costa, Vivian Flores, Andrade, Tais de (2016) “Criação de valor sob a ótica do empreendedorismo social: Uma análise dos empreendimentos coletivos de uma incubadora social”, *Espacios*, vol. 37 (n.º 11), Ano 2016, 18 pp.

226. Saeta, Beatriz e Ferreira, J. M. Carvalho Ferreira (orgs.) (2016), *A Diversidade Humana e o Contexto Laboral*, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 243 pp.

227. Saeta, Beatriz e Ferreira, J. M. Carvalho Ferreira (2016), “Contexto laboral no Brasil: a diversidade humana e pessoas com deficiência” in *A Diversidade Humana e o Contexto Laboral*, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, pp. 74–83.

228. Ferreira, J. M. Carvalho (2016), “Revista Verve”, in *A Ideia*, n.º 77/80, Lisboa, pp. 377–379.

229. Ferreira, J. M. Carvalho (2016), vídeo “Relações Académicas”, SOCIUS/ISEG-Ulissboa, 27 de novembro de 2016.

230. Ferreira, J. M. Carvalho (2016), produção de um vídeo “Anarquia Aqui e Agora e Para Sempre”, Somaterapia, Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

231. Ferreira, J. M: Carvalho (2017), “João Freire: o dilema da luta pela emancipação social e a razão científica”, in Luisa Veloso, Maria de Lurdes Rodrigues, Raquel Rego, Maria Alexandra Lousada, Carlos Gonçalves, Cristina Rodrigues (orgs.) (2017), *Anarquismo, Trabalho e Sociedade — livro de homenagem a João Freire*, Coimbra, Almedina, pp. 591–617.

**232.** Ferreira, J. M. Carvalho (2017), Prefácio in Ribeiro, António Magalhães (2017), *Do autoritarismo à democracia: continuidades e mudanças da corrupção política após a redemocratização*, Lisboa, Chiado Editora, pp. 19–21.

**233.** Ferreira, J. M. Carvalho (2017), “Contradições e equívocos da revolução Russa de 1917”, in *A Ideia*, Évora, n.º 81/82/83, outono de 2017, pp. 104–112.

**234.** Ferreira, J. M. Carvalho (2017), “Os Direitos Humanos como fenómeno de expiação histórica da civilização judaico-cristã”, in Fábio Teixeira Pitta, Fernando Bomfim Mariana, Lúcia Emília N. B. Bruno e Rodrigo Rosa da Silva (orgs.) (2017), *Terrorismo de Estado, Direitos Humanos e Movimentos Sociais*, São Paulo, Editora Entremares, pp. 241–261.

**235.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), “A Anarquia no maio de 1968 na França”, in *Verve*, n.º 33, PUC-SP, São Paulo, pp. 15–45.

**236.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), Entrevista in Rita Raposo, Isabel Mendes, Helena Jerónimo, Rafael Marques, Helena Jerónimo, Idalina Sardinha, João Carlos Lopes, Manuel Coelho (Coords.), *Utopia, Anarquia e Sociedade — Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, Coimbra Almedina, pp. 27–63.

**237.** Passetti, Edson e Ferreira, J. M. Carvalho (2018), participaram na produção de vídeo “Estéticas da liberdade e pensamento anarquista”, Somaterapia, Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

**238.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), produção de um vídeo “Anarquia e Anarquismos”, Somaterapia, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2018.

**239.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), Entrevista in Luís Freitas, “Professor José Maria Carvalho Ferreira”, *Saúde Actual*, n.º 80, Ano XVIII, Setúbal, pp. 44–45.

**240.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), Apresentação, in Rabah Benakouche (2018), *Endividamento Brasileiro – Um grande Negócio*, Lisboa, Chiado Books, pp. 11–13.

**241.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), “maio de 68 e o seu rescaldo”, in *A Ideia*, Évora, n.º 84/85/86, outono de 2018, pp. 220–228.

**242.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), produção de um vídeo “Anarquia & Anarquismos”, Centro Cultural Malorca, Salvador, 8 de novembro de 2018.

**243.** Ferreira, J. M. Carvalho (2018), produção de um vídeo “Educação, Novas Tecnologias e Liberdade”, UNEB-PPGE, Salvador, 12 de novembro de 2018.

244. Ferreira, J. M. Carvalho, produção de um vídeo “68: invenções e resistências. Repercussões (parte I)” Nu-Sol, São Paulo, 21 de novembro de 2018.
245. Ferreira, J. M. Carvalho (2018), “As lutas operárias no contexto de 25 de abril de 1974”, Lia Tiriba, Maurício Faria, Henrique Novaes (orgs.) (2018), in *Cenários da autogestão em Portugal — o processo revolucionário português em curso (1974–1975)*, Uberlândia, Ed. Navegando, pp. 21–50.
246. Ferreira, J. M. Carvalho (2018), *Talentos do Concelho de Alenquer*, Ed. Gerábriga – Associação Cultural, Alenquer, pp. 24–39.
247. Ferreira, J. M. Carvalho (2019), produção de um vídeo Entrevista — “Trajetória de Vida — José Maria Carvalho Ferreira” in João da Mata/Juniele Rabêlo de Almeida (orgs.) (2019), *O Corpo-História e Resistência Libertária*, São Paulo, Letra e Voz, pp. 91–113.
248. Ferreira, J. M. Carvalho (2019), produção de um vídeo “Entrevista ao anarquista lusitano José Maria Carvalho Ferreira”, Centro Cultural Malorca, Salvador, 16 julho de 2019.
249. Ferreira, J. M. Carvalho e João da Mata (2019), produção de um vídeo “Conversação Libertária: Roberto Freire, vida e obra de um anarquista, Somaterapia/Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, 22 junho de 2019.
250. Ferreira, J. M. Carvalho (2019), Entrevista com “José Maria Carvalho Ferreira”, in *Verve*, n.º 35, PUC-SP, São Paulo, pp. 75–98.
251. Ferreira, J. M. Carvalho (2019), produção de um vídeo sobre as “TIC, Crise do Capitalismo e Crise do Mundo do Trabalho”, organização do PET -Humanas, UECE, Fortaleza, 1 de julho de 2019.
252. Ferreira, J. M. Carvalho (2019), produção de um vídeo “Conversação Libertária: Pulsões de vida da anarquia”, Somaterapia/Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2019.
253. Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2019), *Sustentabilidade, Terceiro Setor e Redes Sociais*, Lisboa, Clássica Editora, 205 pp.
254. Ferreira, J. M. Carvalho (2019), “Hipóteses de Sustentabilidade do Terceiro Setor no Contexto da Economia Virtual”, in Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2019), *Sustentabilidade, Terceiro Setor e Redes Sociais*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 123–138.
255. Ferreira, J. M. Carvalho (2019), Prefácio in João da Mata (2019), *Dinâmica de Grupo e Autogestão*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 15–22.

256. Ferreira, J. M. Carvalho (2020), produção de um vídeo “Conversação Libertária: “Colapso da civilização judaico-cristã diante da pandemia” Soma-terapia, Rio de Janeiro, 26 de abril de 2020.

257. Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2020), *A Desmaterialização da Economia nas Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 115–133.

258. Ferreira, J. M. Carvalho (2020), “Dilemas e Desafios do Terceiro Setor nas Sociedades Contemporâneas: entre o Mundo Virtual e o Mundo Real”, in Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2020), *A Desmaterialização da Economia nas Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 115–133.

259. Caetano, António, Neves, José Gonçalves, Ferreira, J. M. Carvalho (2020), *Psicossociologia das Organizações: Fundamentos e Aplicações*, Lisboa, Edições Sílabo, 724 pp.

260. Ferreira, J. M. Carvalho (2020), “Capítulo 1 — Teorias Organizacionais: Abordagens Clássicas”, in Caetano, António, Neves, José Gonçalves, Ferreira, J. M. Carvalho (2020), *Psicossociologia das Organizações: Fundamentos e Aplicações*, Lisboa, Edições Sílabo, pp. 49–114.

261. Ferreira, J. M. Carvalho, Jerónimo, Helena, Casaca, Sara (2020), “Capítulo 2 — Teorias Organizacionais: Abordagens Contemporâneas e Abordagens Críticas”, in Caetano, António, Neves, José Gonçalves, Ferreira, J. M. Carvalho (2020), *Psicossociologia das Organizações: Fundamentos e Aplicações*, Lisboa, Edições Sílabo, pp. 25–47.

262. Ferreira, J. M. Carvalho (2020), “Capítulo 15 — Contingências das TIC nos Processos de Tomada de Decisão e de Liderança”, in Caetano, António, Neves, José Gonçalves, Ferreira, J. M. Carvalho (2020), *Psicossociologia das Organizações: Fundamentos e Aplicações*, Lisboa, Edições Sílabo, pp. 437–463.

263. Ferreira, J. M. Carvalho (2020), produção de um vídeo “Resistir à Ditadura: O presente na Bielorrússia que nos revive o passado em Portugal: sobre a situação na Bielorrússia”, APCEP/Barafunda, Lisboa, 12 de novembro de 2020.

264. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), produção de um vídeo com uma comunicação subordinada ao tema “Do covid-19 à virtualização biológica e social do comportamento humano”, in *Seminário Internacional Contingências da Pandemia Gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, SOCIUS/ISEG-ULisboa, 22 de fevereiro de 2021.

265. Ferreira, J. M. Carvalho, Mata, João da, Almeida, Juniele Rabêlo (orgs.) (2021), *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Rio de Janeiro, NAU Editora, 432 pp.

266. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), “Dos Equívocos Existentes entre Anarquia e Anarquismos”, in Ferreira, J. M. Carvalho, Mata, João da, Almeida, Juniele Rabêlo (orgs.) (2021), *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Rio de Janeiro, NAU Editora, pp. 21–44.

267. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), “Preâmbulo da entrevista a João Freire: pensador e organizador do anarquismo em Portugal”, in Ferreira, J. M. Carvalho, Mata, João da, Almeida, Juniele Rabêlo (orgs.) (2021), *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Rio de Janeiro, NAU Editora, pp. 295–307.

268. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), “Posfácio” in Ferreira, J. M. Carvalho, Mata, João da, Almeida, Juniele Rabêlo (orgs.) (2021), *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Rio de Janeiro, NAU Editora, pp. 419–424.

269. Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2021), *Economia Circular e Sustentabilidade*, Lisboa, Clássica Editora, 292 pp.

270. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), “Desafios da Economia Circular face à emergência da Economia Virtual versus Economia Real Clássica”, in Ferreira, J. M. Carvalho (org.) (2021), *Economia Circular e Sustentabilidade*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 21–44.

271. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com Silvia Almeida, Andréa Bittencourt Pires Chaves (PPGSP-UFGA) e Renato Hidaka Torres (PPGSP-UFGA) na produção de um vídeo através de uma Mesa-Redonda no âmbito do I Congresso Internacional de Humanidades do IFCH — “Humanidade na Era da Automação”, Belém, UFGA, 5 de abril de 2022.

272. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), produção de um vídeo sobre o *Seminário Internacional Contingências da Pandemia Gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, SOCIUS/ISEG-ULisboa, 6 de abril de 2021. Pandemia: Educação e Aprendizagem (Parte I).

273. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com João da Mata, Juniele Rabêlo, Acácio Augusto, Silvio Gallo e Simone Rodrigues na produção de um vídeo sobre lançamento do livro *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Organização da Nau Editora, Rio de Janeiro, 21 de abril de 2021.

274. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com João da Mata, Juniele Rabêlo, João Freire, Jorge Leandro Rosa, Isabel Castro, Isabel Rufino Paulo

Guimarães e Manuela Parreira da Silva, na produção de um vídeo no lançamento do livro *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Rio de Janeiro/Lisboa, Nau Editora, 24 de abril de 2021.

275. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou na produção de um vídeo sobre *Seminário Internacional Contingências da Pandemia Gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, SOCIUS/ISEG-ULisboa, YoutTbe, 3 de maio de 2021. Pandemia-Trabalho e TIC's (Parte II).

276. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com Jorge Leandro Rosa no lançamento do livro *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Livraria Gato Vadio, Porto, 14 de maio de 2021.

277. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com João da Mata, Juniele Rabêlo, Acácio Augusto, Camila Jourdan, Amanda Calábria na produção de um vídeo sobre lançamento do livro *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Organização Grupo de Estudos Maria Lacerda de Moura, Rio de Janeiro, 21 de maio de 2021.

278. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com Paulo Guimarães e Manuela Parreira da Silva no lançamento do lançamento do livro *Anarquia e Anarquismos Práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, Livraria Ler Devagar, Lisboa, 29 de maio de 2021.

279. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), “O falecimento de Nelson Méndez”, in *Verve*, n.º 39, PUC-SP, São Paulo, pp. 169–171.

280. Ferreira, J. M. Carvalho e Valentim, Igor (2021), participaram na produção de um vídeo sobre “O que a universidade produz para além de conhecimentos?”, Lisboa, SOCIUS/ISEG-ULisboa (2.ª edição).

281. Passetti, Edson, Mata, João da, Ferreira, J. M. Carvalho (orgs.) (2021), *Pandemia e Anarquia*, São Paulo, Editora Hedra, 188 pp.

282. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), “Da anormalidade à normalidade doentia da espécie humana”, in Passetti, Edson, Mata, João da, Ferreira, J. M. Carvalho (orgs.) (2021), *Pandemia e Anarquia*, São Paulo, Editora Hedra, pp. 145–160.

283. Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou no vídeo do lançamento do livro *Pandemia e Anarquia*, com Tomás Ibanez, Edson Passetti e João da Mata, São Paulo, Editora Hedra, 29 de junho de 2021.

**284.** Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou no vídeo subordinado ao tema *Anarquia e Anarquismos*, no Dia da Literacias, Organização Barafunda, Benedita, 25 de setembro de 2021.

**285.** Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com Freire Costa, Ivone, Mónica Freitas, Prof. Marco Meneguzzo, João Salis Gomes e Fabiano Angelico na produção de um vídeo no âmbito de uma Mesa-Redonda sobre *A Problemática dos Desafios e Perspetivas da Cooperação Internacional na área da Segurança Pública*, Congresso dos 75 anos da Universidade Federal da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Salvador, 8 de dezembro de 2021.

**286.** Ferreira, J. M. Carvalho (2021), participou com Ivone Freire Costa, Marcos Meneguzzo, Ivone, Taiala Santos, Anderson de Silva, João Salis Gomes e Fabiano Angelico na produção de um vídeo no âmbito de uma Mesa-Redonda sobre *O Mestrado Profissional em Segurança Pública da UFBA: Gestão do Programa de Avaliação na Perspetiva dos Egressos*, Congresso dos 75 anos da Universidade Federal da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Salvador, 10 de dezembro de 2021.

**287.** Ferreira, J. M. Carvalho e Almeida, Juniele Rabêlo (2021), “Educação anarquista: Questões para a construção do acervo de história oral — Professores Libertários”, in Gallo, Silvio e Ferreira, Rodrigo de Almeida (2021), *Educação Anarquista — Explorações contemporâneas*, Pedro & João Editores, São Carlos, SP, pp. 233–255.

**288.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), participou na produção de um vídeo com base no *Seminário Internacional Contingências da Pandemia Gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, SOCIUS/ISEG-U-Lisboa, YouTube, 21 de março de 2022. Pandemia-Trabalho e TIC (Parte III). Apresentou uma comunicação subordinada ao tema “Do covid-19 à virtualização biológica e social do comportamento humano”.

**289.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), participou no lançamento do livro *Experiências Educativas: Infância e Educação do corpo na obra de Portinari*, Editora Ateliê da Casa, 21 de março de 2022.

**290.** Ferreira J. M. Carvalho (2022), participou na produção de um vídeo com uma comunicação no Colóquio *Economia Circular e sustentabilidade*, organização do Grupo de Pesquisa NEPET / Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 27 de abril de 2022.

**291.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), participou na produção de um vídeo e numa Mesa-Redonda subordinada ao tema *Depois da pandemia...* com Christian Ferrer — Universidad de Buenos Aires e Luíza Uehara — Nu-Sol | PUC-SP e Coord. — Edson Passetti — Nu-Sol | PUC-SP. Organização TV -PUC, São Paulo, 2 de maio de 2022.

**292.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), participou na produção de um vídeo com base numa palestra subordinada ao tema *TIC's e Crise no Mundo do Trabalho*, no âmbito do Seminário Sobre o Mundo do Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 3 de maio de 2022.

**293.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), participou na produção de um vídeo com base numa comunicação subordinado ao tema *TIC's e Crise do Mundo do Trabalho*, organização da Fundação Astrogildo Pereira, Brasília, 11 de maio de 2022.

**294.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), participou no vídeo sobre *Seminário Internacional Contingências da Pandemia Gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, SOCIUS/ISEG-ULisboa, YouTube, junho de 2022. Pandemia, crise económica, social e política (Parte IV).

**295.** Ferreira, J. M. Carvalho (Coord.) (2022), *Contingências da Pandemia Gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, Clássica Editora, 467 pp.

**296.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), “Do covid-19 à virtualização biológica e social do comportamento humano”, in Ferreira, J. M. Carvalho (coord.) (2022), *Contingências da Pandemia Gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 259–279.

**297.** Ferreira, J. M. Carvalho (2022), participou na produção de um vídeo com base na coordenação e uma comunicação subordinada ao tema *TIC's e Mundo do Trabalho* no âmbito do Colóquio Internacional “Covid-19. Vírus das Desigualdades Sociais”, SOCIUS/ISEG-ULisboa, 8, 9 e 10 de novembro de 2022.





